



casa do
concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

CAIXA

Editais nº 01 / 2014

Técnico Bancário Novo

www.acasadoconcurseiro.com.br

A sua casa de preparação para concursos públicos.



SUMÁRIO

Português - Prof. Carlos Zambeli	5
Interpretação de Texto - Profª Maria Tereza	105
Redação Oficial - Profª Maria Tereza	139
Matemática Financeira - Prof. Edgar Abreu	169
Matemática e Raciocínio Lógico - Prof. Dudan	257
Raciocínio Lógico - Prof. Edgar Abreu	321
Atualidades - Prof. Cássio Albernaz	381
Ética e Legislação Específica da Caixa - Prof. Pedro Kuhn	497
Atendimento: Legislação - Profª Tatiana Marcello	545
Marketing - Profª Amanda Lima	611
Conhecimentos Bancários - Prof. Edgar Abreu	663
Redação - Profª Maria Tereza	815



Português

Professor: Carlos Zambeli



Edital

3 Ortografia oficial. 4 Acentuação gráfica. 5 Emprego das classes de palavras. 6 Emprego do sinal indicativo de crase. 7 Sintaxe da oração e do período. 8 Pontuação. 9 Concordância nominal e verbal. 10 Regência nominal e verbal.

Aulas

Aula	Conteúdo	Página
01	Emprego das classes e palavras	9
02	Sintaxe da oração	19
03	Concordância verbal e nominal	31
04	Regência nominal e verbal	43
05	Emprego do sinal indicativo de crase	55
06	Sintaxe do período	65
07	Pontuação	79
08	Ortografia oficial/ Acentuação gráfica	91

Comentário do professor

Caro aluno da Casa do Concurseiro,

Esta apostila está atualizada de acordo com o edital e com questões do site www.acasadasquestoes.com.br

Com estimadas 8 aulas, temos a certeza de que você contará com a melhor preparação.

Conte comigo! Bons estudos!

Carlos Zambeli

Emprego das classes e palavras

A morfologia está agrupada em dez classes, denominadas classes de palavras ou classes gramaticais.

São elas: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição.

Substantivo

Tudo o que existe é ser e cada ser tem um nome. Substantivo é a classe gramatical de palavras variáveis, as quais denominam os seres. Além de objetos, pessoas e fenômenos, os substantivos também nomeiam:

- lugares: Itália, Porto Alegre...
- sentimentos: raiva, ciúmes ...
- estados: alegria, tristeza...
- qualidades: honestidade, sinceridade...
- ações: corrida, leitura...

Artigo

Artigo é a palavra que, vindo antes de um substantivo, indica se ele está sendo empregado de maneira definida ou indefinida. Além disso, o artigo indica, ao mesmo tempo, o gênero e o número dos substantivos.

Detalhe zambeliano 1

Substantivação!

- Não aceito um não de você.

Detalhe zambeliano 2

Artigo facultativo diante de nomes próprios.

Sérgio chegou. / O Sérgio chegou.



Detalhe zambeliano 3

Artigo facultativo diante dos pronomes possessivos.

- Sua turma é pequena no curso.
- A sua turma é pequena no curso.

Adjetivo

Adjetivo é a palavra que expressa uma qualidade ou característica do ser e se "encaixa" diretamente ao lado de um substantivo.

Morfossintaxe do Adjetivo:

O adjetivo exerce sempre funções sintáticas relativas aos substantivos, atuando como adjunto adnominal ou como predicativo (do sujeito ou do objeto).

- Os concurseiros aplicados estão nervosos.

Locução adjetiva

- Festa de junho (junina)
- Problema de boca (bucal)
- Objetos de decoração (decorativos)
- Plano do governo (governamental)

Advérbio

Advérbio é uma palavra invariável que modifica o sentido do verbo, do adjetivo e do próprio advérbio.

Classificação dos advérbios:

- Lugar – ali, aqui, aquém, atrás, cá, dentro...
- Tempo – agora, amanhã, antes, ontem...
- Modo – a pé, à toa, à vontade...
- Dúvida – provavelmente, talvez, quiçá...
- Afirmção – sim, certamente, realmente...
- Negação – não, nunca, jamais...
- Intensidade - bastante, demais, mais, menos

Dica do Zambeli

- Hoje choveu muito na minha cidade.
- Neste local, eu tropecei ontem.

Preposição

Preposição é uma palavra invariável que liga dois elementos da oração, subordinando o segundo ao primeiro, ou seja, o regente e o regido.

- Regência verbal: Assisti ao vídeo do curso.
- Regência nominal: Estou alheio a tudo isso.

Zambeli, quais são as preposições?

a – ante – até – após – com – contra – de
desde – em – entre – para – per – perante
por – sem – sob – sobre – trás.

Pronome**Indefinidos**

- Não encontrei nenhum conhecido na aula do Zambeli.
- Não encontrei nem um conhecido na aula do Zambeli.



Demonstrativos

ESPAÇO

Este, esta, isto – perto do falante.

Esse, essa, isso – perto do ouvinte.

Aquele, aquela, aquilo – longe dos dois.

TEMPO

Este, esta, isto – presente/futuro

Esse, essa, isso – passado breve

Aquele, aquela, aquilo – passado distante

DISCURSO

Este, esta, isto – vai ser dito

Esse, essa, isso – já foi dito

RETOMADA

- Edgar Abreu e Carlos Zambeli são dois dos professores da Casa do Concurseiro. Este é ensina Português; aquele, Conhecimentos Bancários.

Possessivos

- Aqui está a minha carteira. Cadê a sua?

Pessoais – retos e oblíquos

Retos: eu, tu, ele, ela, nós, vós eles, elas.

Oblíquos: Os pronomes pessoais do caso oblíquo se subdividem em dois tipos: os **átomos**, que não são antecidos por preposição, e os **tônicos**, precedidos por preposição.

Átonos: me, te, se, o, a, lhe, nos, vos, os, as, lhes.

- Não falaram para mim.
- Falaram para eu debater na aula.
- Não ocorreram problemas entre mim e ti.

Numeral

Indicam quantidade ou posição – um, dois, vinte, primeiro, terceiro.

Interjeição

Expressam um sentimento, uma emoção...

Verbos

Indicam ação, estado, fato, fenômeno da natureza.

Conjunções

Ligam orações ou, eventualmente, termos. São divididas em:

Coordenadas – aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas.

Subordinadas – concessivas, conformativas, causais, consecutivas, comparativas, condicionais, temporais, finais, proporcionais.

Exercício

Classifique a classe gramatical das palavras destacadas (substantivo, adjetivo, advérbio)

1. A cerveja que desce redondo.
2. A cerveja que eu bebo gelada.
3. Zambeli é um professor exigente.
4. O bom da aula é o ensinamento que fica para nós.
5. Carlos está no meio da sala.
6. Leu meia página da matéria.
7. Aquelas jovens são meio nervosas.
8. Ela estuda muito.
9. Não faltam pessoas bonitas aqui.
10. O bonito desta janela é o visual.
11. Vi um bonito filme brasileiro.
12. O brasileiro não desiste nunca.
13. A população brasileira reclama muito de tudo.
14. O crescimento populacional está diminuindo no Brasil.
15. Número de matrimônios cresce, mas gaúchos estão entre os que menos casam no país.

1. (18614)PORTUGUÊS | CESPE | UNIPAMPA | 2013

ASSUNTOS: CLASSES DE PALAVRAS (MORFOLOGIA)/FLEXÃO NOMINAL E VERBAL

1 Segundo uma abordagem educacional tradicional, a
educação objetiva a transmissão dos saberes formulados ao
longo da história, cabendo ao educando as funções de
4 memorizá-los e de reproduzi-los. Em uma visão
contemporânea, a educação tem como objetivo a formação
cidadã, que abrange um conhecimento qualificado fomentador
7 da construção da moral e do comportamento individual e social
infantojuvenil.

10 Nos dias de hoje, independentemente da evolução e do
avanço das teorias e práticas pedagógicas e de suas novas
perspectivas quanto às reformulações educacionais e às
mudanças que dizem respeito ao educar, profissionais das
13 ciências humanas e sociais têm enfocado um grande problema:
as causas da evasão escolar.

16 Na mídia e em reuniões cotidianas, discutem-se os
motivos da baixa frequência escolar, problema que parece não
ter ainda uma solução definitiva. Não se trata apenas de
déficit de aprendizagem e de dificuldades econômicas e
19 motivacionais, sejam referentes aos métodos utilizados pelos
professores, sejam relativas ao próprio significado que a
educação tem para as pessoas. O problema da evasão escolar
22 possivelmente está centrado na deficiência de conscientização
da cidadania, por parte da família ou do próprio aluno, e
também na escola, onde as dificuldades educacionais são
25 formadas e onde, portanto, deveriam ser solucionadas. De toda
sorte, tratar a evasão escolar em âmbitos diversos que não o
pedagógico pode produzir resultados perversos, como a
28 exclusão do aluno e sua autoexpulsão do sistema educacional.
Entretanto, dar respostas contundentes ao problema passa
também pela compreensão e discussão de seus significados, já
31 que reconhecê-los permite ao indivíduo transformá-los.

Nilton S. Formiga et al. As causas da evasão
escolar: um estudo descrito em jovens brasileiros.
Internet: <www.psicologia.pt> (com adaptações).

O emprego do artigo indefinido no trecho
“Em uma visão contemporânea” (R.4-5)
indica a possibilidade de existirem outras
abordagens educacionais.

() Certo () Errado

2. (4512) PORTUGUÊS | CESPE | TRE - RJ | 2012

ASSUNTOS: PRONOMES: EMPREGO,
FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO

1 Os 68.544 vereadores que serão eleitos, em 7 de
outubro, por 138.242.323 eleitores, nos mais de 5.500
municípios brasileiros, terão a tarefa de fiscalizar as
4 prefeituras, além de criar e modificar leis restritas às cidades.
É tarefa deles acompanhar como o dinheiro público é aplicado
e criar ou alterar o plano diretor de ocupação urbana de sua
7 comuna. Mas a realidade é bem outra na maioria dos
municípios, onde a missão dos eleitos é discutível. Para
analistas políticos, a função dos vereadores está desvirtuada
10 por serem eles, em muitos casos, cooptados pelo Poder
Executivo por meio da distribuição de cargos na administração.
Como a cultura política do eleitorado é fraca, o trabalho dos
13 vereadores é pouco acompanhado e, com isso, a função das
câmaras municipais vem sendo gradativamente esvaziada.

16 O problema se agudiza pela própria displicência dos
eleitores, pois, passados dois meses do pleito, muitos não
lembram em quem votaram, o que facilita o surgimento de uma
cadeia de falta de compromisso com o município, o estado e o
19 país. O grau de politização da população é muito baixo, muita
gente vota por obrigação, e a descrença no Poder Legislativo
é geral.

Editorial, Estado de Minas, 19/7/2012

Com base no texto acima, julgue os itens a
seguir.

O termo “deles” (L.5) é elemento coesivo
que retoma o antecedente “eleitores” (L.2).

() Certo () Errado

3. (18613) PORTUGUÊS | CESPE | UNIPAMPA | 2013

ASSUNTOS: PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO

1 Segundo uma abordagem educacional tradicional, a
educação objetiva a transmissão dos saberes formulados ao
4 longo da história, cabendo ao educando as funções de
memorizá-los e de reproduzi-los. Em uma visão
contemporânea, a educação tem como objetivo a formação
7 da cidadã, que abrange um conhecimento qualificado fomentador
da construção da moral e do comportamento individual e social
infantojuvenil.
10 Nos dias de hoje, independentemente da evolução e do
avanço das teorias e práticas pedagógicas e de suas novas
perspectivas quanto às reformulações educacionais e às
13 mudanças que dizem respeito ao educar, profissionais das
ciências humanas e sociais têm enfocado um grande problema:
as causas da evasão escolar.
16 Na mídia e em reuniões cotidianas, discutem-se os
motivos da baixa frequência escolar, problema que parece não
ter ainda uma solução definitiva. Não se trata apenas de
déficit de aprendizagem e de dificuldades econômicas e
19 motivacionais, sejam referentes aos métodos utilizados pelos
professores, sejam relativas ao próprio significado que a
educação tem para as pessoas. O problema da evasão escolar
22 possivelmente está centrado na deficiência de conscientização
da cidadania, por parte da família ou do próprio aluno, e
também na escola, onde as dificuldades educacionais são
25 formadas e onde, portanto, deveriam ser solucionadas. De toda
sorte, tratar a evasão escolar em âmbitos diversos que não o
pedagógico pode produzir resultados perversos, como a
28 exclusão do aluno e sua autoexpulsão do sistema educacional.
Entretanto, dar respostas contundentes ao problema passa
também pela compreensão e discussão de seus significados, já
31 que reconhecê-los permite ao indivíduo transformá-los.

Nilton S. Formiga *et al.* As causas da evasão
escolar: um estudo descrito em jovens brasileiros.
Internet: <www.psicologia.pt> (com adaptações).

Na linha 4, o elemento “los” em “memorizá-los” e “reproduzi-los” está empregado em referência aos “saberes formulados ao longo da história” (R.2-3).

() Certo () Errado

4. (22255) PORTUGUÊS | CESPE | TCE - RS | 2013

ASSUNTOS: CLASSES DE PALAVRAS (MORFOLOGIA)/FLEXÃO NOMINAL E VERBAL

1 Foi aprovada, em sessão do Pleno, a Resolução
n.º 982, que institui a tramitação eletrônica dos documentos
no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do
4 Sul (TCE/RS). O Tribunal enviou ofício aos
gestores municipais, alertando que o envio de dados
e documentos relacionados às inativações na esfera
7 municipal passará a ser realizado pela Internet, o que
exigirá que as administrações adquiram certificados
digitais específicos aprovados pela Infraestrutura de
10 Chaves Públicas Brasileiras — ICP-Brasil. Os
certificados pessoais são obrigatórios para os
administradores públicos e seus substitutos formais, para
13 os responsáveis pelos controles internos, para os agentes
com delegação para concessão de inativações e para
os responsáveis operacionais pelo Sistema de
16 Certificação Digital do TCE/RS (TCENet). Em breve,
o Tribunal promoverá treinamentos para os usuários do
novo sistema.

Internet: <www1.tce.rs.gov.br/portal> (com adaptações).

Em relação às estruturas linguísticas do texto acima, julgue o item a seguir.

A substituição de “para os” por aos nas ocorrências entre as linhas 11 e 15 manteria a correção gramatical do texto

() Certo () Errado

5. (16126) PORTUGUÊS | A CASA DAS
QUESTÕES | TRT - 18ª REGIÃO (GO) | 2013

ASSUNTOS: CLASSES DE PALAVRAS
(MORFOLOGIA)/FLEXÃO NOMINAL E
VERBAL

Em Língua Portuguesa, certas palavras,
dependendo do contexto em que são
empregadas, podem ser classificadas de
diferentes modos. Esse não é o caso de

- a) ser
- b) vale
- c) festividades
- d) para
- e) respeito

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=33188>



Sintaxe da oração

Frase: É o enunciado com sentido completo, capaz de fazer uma comunicação.

Na frase é facultativo o uso do verbo.

Oração: É o enunciado com sentido que se estrutura com base em um verbo.

Período: É a oração composta por um ou mais verbos.

SUJEITO – é o ser da oração ou a quem o verbo se refere e sobre o qual se faz uma declaração.

Que(m) é quê?

- “Mas quando a filha quer fugir de casa, precisa descolar um ganha-pão. Filha de família se não casa; papai e mamãe não dão nem um tostão.” (Nando Reis)
- Ocorreram acidentes, assaltos e sequestros nesta comunidade.
- Escutaram-se algumas vozes durante a aula.

Casos especiais

Sujeito indeterminado

Quando não se quer ou não se pode identificar claramente a quem o predicado da oração se refere. Observe que há uma referência imprecisa ao sujeito. Ocorre

- a) Com o verbo na 3ª pessoa do plural, desde que o sujeito não tenha sido identificado anteriormente.
- Dizem que a família está falindo.
 - “Perguntaram pra mim, se ainda gosto dela...”

b) com o verbo na 3ª p do singular (VI, VTI, VL) + SE.

- Precisa-se de mão de obra nesta construção.
- Vive-se intensamente na juventude.
- É-se muito ingênuo na juventude.

Inexistente (oração sem sujeito)

Ocorre quando há verbos impessoais na oração.

Fenômeno da natureza

- Choveu na serra e, na praia, fez sol!
- Deve ventar muito durante a madrugada.

Haver

No sentido de existir, ocorrer, ou indicando tempo decorrido.

- Houve um grave acidente neste local.
- Há pessoas que não valorizam a vida.
- Deve haver aprovações deste curso.
- Devem existir aprovações deste curso.

Fazer

Indicando temperatura, fenômeno da natureza, tempo.

- Faz 25°C nesta época do ano.
- Deve fazer 40°C amanhã.
- Fez calor ontem na cidade.
- Fez 2 anos que nós nos conhecemos.
- Está fazendo 4 anos que você viajou para Londres.

Sujeito Oracional

- Namorar uma vizinha é muito comprometedor.
- É necessário que vocês discutam a relação.
- Convém que nós demos um tempo neste namoro.

TRANSITIVIDADE VERBAL

1. Verbo Intransitivo (VI) – verbo que não exige complemento

- “O poeta pena quando cai o pano, e o pano cai.” (Teatro Mágico)
- “Todos os dias, quando acordo, não tenho mais o tempo que passou.” (Legião)

2. Verbo Transitivo Direto (VTD) – verbo que precisa de complemento sem preposição.

- “O Eduardo sugeriu uma lanchonete, mas a Mônica queria ver o filme do Godard.”
- “Por onde andei enquanto você me procurava?” (Nando Reis)

3. Verbo Transitivo Indireto (VTI) - verbo que precisa de complemento com preposição.

- Até que a morte nos separe é muito pouco pra mim. Preciso de você por mais de uma vida.” (Fabrício Carpinejar)
- "Acreditar por um instante em tudo que existe” (Legião)

4. Verbo Transitivo Direto e Indireto (VTDI) - precisa de 2 complementos. (OD e OI)

- “A Mônica explicava ao Eduardo coisas sobre o céu, a terra, a água e o ar.” (Legião)
- “Ninguém lhe diz, ao menos, obrigado.” (Legião)

5. **Verbo de Ligação (VL)** - não indicam ação. Esses verbos fazem a ligação entre 2 termos: o sujeito e suas características. Estas características são chamadas de predicativo do sujeito.

- “A violência é tão fascinante, e nossas vidas são tão normais.” (Legião)
- Ficamos felizes com a notícia.

ser, viver, acha,
encontrar, fazer, parecer,
estar, continuar, ficar,
permanecer, andar, tornar,
virar

ADJUNTO ADVERBIAL

É o termo da oração que indica uma circunstância (dando ideia de tempo, instrumento, lugar, causa, dúvida, modo, intensidade, finalidade, ...). O adjunto adverbial é o termo que modifica o sentido de um verbo, de um adjetivo, de um advérbio.

Advérbio X Adjunto Adverbial

Ontem assisti à aula do Zambeli **na minha sala confortavelmente**.

APOSTO X VOCATIVO

Aposto é um termo acessório da oração que se liga a um substantivo, tal como o adjunto adnominal, mas que, no entanto sempre aparecerá com a função de explicá-lo, aparecendo de forma isolada por pontuação.

Vocativo é o único termo isolado dentro da oração, pois não se liga ao verbo nem ao nome. Não faz parte do sujeito nem do predicado. A função do vocativo é chamar o receptor a que se está dirigindo. É marcado por sinal de pontuação.

- Zambeli, o professor que encontramos antes, trabalha muito!
- Sempre cobram dois conteúdos nas provas: regência e pontuação.
- Não entendi a matéria, Zambeli!

ADJUNTO ADNOMINAL

Adjunto adnominal é o termo que caracteriza e/ou define um substantivo. As classes de palavras que podem desempenhar a função de adjunto adnominal são adjetivos, artigos, pronomes, numerais, locuções adjetivas. Portanto se trata de um termo de valor adjetivo que modificara o nome ao qual se refere.

Artigo – A aula de português

Adjetivos – A crise econômica será intensa.

Pronome – *Minha* sala está lotada!

Numeral – *Cinco* alunos fizeram aquele concurso.

Locução adjetiva – O problema da *empresa* continua.

Exercícios

1. Reescreva as orações seguintes, passando os termos destacados para o plural:

- a) Precisa-se de **fotógrafo**.
- b) Vende-se **celular usado**.
- c) Arruma-se **celular estragado**.
- d) Acredita-se em **milagre**.
- e) Plastifica-se **carteira de motorista**.
- f) Apela-se para **o milagre**.
- g) Vende-se **barraca** na praia.

2. Classifique os elementos sublinhados das orações abaixo.

- a) O candidato voltou do curso.
- b) Histórias incríveis contou-nos aquele colega.
- c) O professor Zambeli ofereceu-lhe um lugar melhor no curso.
- d) Procurei-a por todos os lugares.
- e) Gabaritaram a prova.
- f) Talvez ainda haja concursos neste ano.
- g) Taxa de homicídio cresce em 15 anos no país.
- h) A prova foi fácil.
- i) Site oferece promoções aos clientes na internet.
- j) Contei-lhe o resultado da prova!

1 Vamos aos fatos: o Brasil é, sim, um país de enorme
potencial — com seus milhões de consumidores de classe
médica em acelerada ascensão, com invejável abundância de
4 recursos naturais —, que vem passando por um período mágico
de bônus demográfico que nos dá a chance de enriquecer antes
de envelhecer. Nosso mercado interno tomou-se um poderoso
7 imã de investimentos e até nossas carências surgem como
oportunidades. É esse o país que, cada vez mais, vem sendo
acusado de destruir sua indústria, teoricamente seduzido pelo
10 brilho de suas *commodities*. É nessa hora que os defensores das
soluções pretensamente fáceis e rápidas erguem a voz: se
nossas empresas não estão preparadas para a competição global
13 — devido aos velhos problemas estruturais e de gestão tanto do
governo como, por vezes, da própria iniciativa privada —, a
solução é culpar os outros e nos protegemos atrás de barreiras
16 artificiais. Vamos nos recolher, dizem eles, e aproveitar
sossegados o bom momento do mercado brasileiro. Essa é uma
história conhecida, e sabemos muito bem quais são suas
19 consequências. Talvez a maior, e a mais nefasta delas, seja o
autoengano, a sensação de que podemos nos tornar
competitivos do dia para a noite, por decreto. E assim,
22 novamente, mantemos esquecidas, no fundo das gavetas dos
gabinetes, as mudanças essenciais para o presente e o futuro do
país.

Claudia Vassallo. Carta ao Leitor. In: O Brasil em perigo.
Revista Exame, 18/4/2012 (com adaptações).

1. (4603) PORTUGUÊS | CESPE | MP | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO
E DO PERÍODO (COORDENADAS E
SUBORDINADAS)/NEXOS

A partir da organização das ideias no texto
acima, julgue os itens subsequentes.

O sujeito da forma verbal “vem passando”
(L.4) é “o Brasil” (L.1).

() Certo () Errado

1 Quase todo mundo conhece os riscos de se ter os
documentos usados de forma indevida por outra pessoa, depois
de tê-los perdido ou de ter sido vítima de assalto. Mas um
4 sistema que começou a ser implantado na Bahia pode resolver
o problema em todo o país.

A tecnologia usada atualmente para a emissão de
7 carteiras de identidade na Bahia pode evitar esse tipo de
transtorno. A foto digital, impressa no documento, dificulta
adulterações.

10 A principal novidade do sistema é o envio imediato
das impressões digitais, por computador, para o banco de
dados da Polícia Federal em Brasília. Dessa forma, elas
13 podem ser comparadas com as de outros brasileiros e
estrangeiros cadastrados.

Se tudo estiver em ordem, o documento é entregue em
16 cinco dias. Ao ser retirada a carteira, as digitais são conferidas
novamente.

19 “Você pode até ter a certidão de nascimento de outra
pessoa, mas, quando tentar tirar a carteira por ela, a
comparação das impressões digitais vai revelar quem é você”,
diz a diretora do Instituto de Identificação da Bahia.

22 Na Bahia, a troca pelo modelo novo será feita aos
poucos. As atuais carteiras de identidade vão continuar valendo
e serão substituídas quando houver necessidade de emitir-se a
25 segunda via. Por enquanto, só a Bahia está enviando os dados
para a Polícia Federal.

Segundo o Ministério da Justiça, a partir de 2011,
28 outros estados devem integrar-se gradativamente ao sistema.
A previsão é que, em nove anos, todos os brasileiros estejam
cadastrados em uma base de dados unificada na Polícia
31 Federal.

Internet: <www.g1.globo.com> (com adaptações).

2. (5097) PORTUGUÊS | CESPE | TRE - BA | 2010

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Com relação ao texto acima apresentado,
julgue os itens abaixo

Na linha 28, o emprego da preposição a na
combinação “ao” é exigência sintática do
verbo “integrar”.

() Certo () Errado

1 No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais
Transitórias, dispôs a Carta Magna de 1988: “Aos
remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam
4 ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva,
devido o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” Era o
reconhecimento de um direito. Restava regulamentar a forma
7 pela qual esse direito seria garantido. Em novembro de 2003,
o presidente da República assinou o Decreto n.º 4.877, que
estabelece, em seu artigo 2.º: “Consideram-se remanescentes
10 das comunidades dos quilombos, para os fins deste decreto, os
grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com
trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais
13 específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada
com a resistência à opressão histórica sofrida.”

E, logo em seguida, o parágrafo primeiro do mesmo
16 artigo reafirma e esclarece: “Para os fins deste decreto, a
caracterização dos remanescentes das comunidades dos
quilombos será atestada mediante autodefinição da própria
19 comunidade.”

Essa regulamentação resultou naquilo que o professor
Denis Rosenfield descreveu como “*ressemantização* da palavra
22 quilombo”; segundo ele, “o quilombo já não significaria um
povoado formado por escravos negros (...), mas uma identidade
cultural.”

O Estado de S.Paulo, 29/11/2010 (com adaptações).

1 Como afirma Foucault, a verdade jurídica é uma
relação construída a partir de um paradigma de poder social
que manipula o instrumental legal, de um poder-saber que
4 estrutura discursos de dominação. Assim, não basta proteger
o cidadão do poder com o simples contraditório processual e
a ampla defesa, abstratamente assegurados na Constituição.
7 Deve haver um tratamento crítico e uma posição política sobre
o discurso jurídico, com a possibilidade de revelar possíveis
10 contradições e complexidades das tábuas de valor que orientam
o direito.

Ora, o conceito de justiça é o de um discurso
construído dentro de uma instância de poder, e construído
13 dentro de uma processualidade. Segundo Lyotard, não existe
um discurso *a priori* correto ou verídico, mas narrativas
entrecruzantes em busca de verdades parciais, históricas. O
16 discurso sobre a justiça não pode ser diferente. Ele há de ser
plurissignificativo, embasado em valores diversificados,
mutáveis, conhecidos retoricamente, e não no fechamento
19 kantiano, platônico e cartesiano dos sentidos prévios,
imutáveis, unissignificativos do que seja o justo.

Somente o processo isocrítico e com estruturação em
22 um paradigma democrático-constitucional de fiscalização
constante das premissas discursivas pode levar a um processo
justo e a um direito justo em algum sentido.

25 Dessa forma, justiça é a busca da processualidade para
que os agentes participes do processo e, *latu sensu*, toda a
sociedade possam participar e controlar a institucionalização
28 do justo.

Newton de Oliveira Lima. Um valor discursivo e político. In: Revista
Jus Vigilantibus. Internet: <http://jus1.com> (com adaptações).

3. (5093) PORTUGUÊS | CESPE | TRE - ES | 2011

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

Em “emitir-lhes” (L.5), o pronome exerce a função de objeto direto.

() Certo () Errado

4. (5070) PORTUGUÊS | CESPE | CNJ | 2013

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens que se seguem.

Na linha 5, o termo “do poder” relaciona-se sintaticamente com o termo “o cidadão”, modificando-o.

() Certo () Errado

5. (5254) PORTUGUÊS | FCC | TRF - 5ª REGIÃO | 2012

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

... o recurso à coerção atenta contra os princípios do direito internacional ...

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

- a) Se nossos objetivos maiores incluem a decidida defesa dos direitos humanos ...
- b) ... o Brasil incorpora plenamente esses valores a sua ação externa ...
- c) A ONU constitui o foro privilegiado para ...
- d) Em meados da década de 90 surgiram vozes que ...
- e) ... a relação [...] passou por várias etapas.

Três séculos depois do descobrimento, o Brasil não passava de cinco regiões distintas, que compartilhavam a mesma língua, a mesma religião e, sobretudo, a aversão ou o desprezo pelos naturais do reino, como definiu o historiador Capistrano de Abreu.

Em 1808, os ventos começaram a mudar. A vinda da Corte e a presença inédita de um soberano em terras americanas motivaram novas esperanças entre a elite intelectual luso-brasileira. Àquela altura, ninguém vislumbrava a ideia de uma separação, mas se esperava ao menos que a metrópole deixasse de ser tão centralizadora em suas políticas. Vã ilusão: o império instalado no Rio de Janeiro simplesmente copiou as principais estruturas administrativas de Portugal, o que contribuiu para reforçar o lugar central da metrópole, agora na América, não só em relação às demais capitanias do Brasil, mas até ao próprio território europeu.

Luca Bastos Pereira das Neves. Independência: o grito que não foi ouvido. In: Revista de História da Biblioteca Nacional, n.º 48, set/2009, p. 19-21 (com adaptações).

6. (4587) PORTUGUÊS | CESPE | ANAC | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Com referência às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens subsequentes.

A oração “que a metrópole deixasse de ser tão centralizadora em suas políticas” (L.10-11) exerce a função de complemento direto da forma verbal “esperava” (L.10).

() Certo () Errado

O crescimento de pouco mais de 16% no crédito para 2012, projetado pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), é um percentual “substancial e significativo”, de acordo com o vice-presidente executivo da FEBRABAN, que, durante seminário sobre inclusão bancária, destacou a solidez do sistema bancário brasileiro em relação aos de outros países. “O Brasil era o país do futebol. Hoje, é o país dos bancos de primeira linha. Temos um sistema financeiro do qual devemos ter orgulho”, disse. “Não fomos afetados pela crise e por tudo de ruim que acontece lá fora”. O executivo disse ainda que os bancos têm investido em tecnologia para crescer e trabalhado para melhorar o atendimento à população e o controle do endividamento. Em relação a esse ponto, afirmou que a inadimplência deve parar de subir. “A expectativa é de estabilização. Houve um crescimento, a gente espera que baixe, porque não há nenhum sinal hoje de que a inadimplência vai continuar crescendo. Ela tem tendências para baixar”, disse.

Internet: <veja.abril.com.br>

7. (4601) PORTUGUÊS | CESPE | BANCO DA AMAZÔNIA | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

As expressões “o vice-presidente executivo da FEBRABAN” (L.4) e “O executivo” (L.10) têm o mesmo referente.

() Certo () Errado

8. (5089) PORTUGUÊS | CESPE | CORREIOS | 2011

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Assinale a opção em que o verbo da oração tem dois complementos.

- a) “Ela é uma gatinha.”
- b) “Eu fiz um coraçãozinho vermelho.”
- c) “Agora vou botar renda em volta.”
- d) “Eu te odeio.”
- e) “Vou mandar um cartão de dia dos namorados para a Susi Derkins.”

9. (4745) PORTUGUÊS | FCC | TRE - SP | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Este conceito é relativo, pois em arte não há originalidade absoluta.

... a sua contribuição maior foi a liberdade de criação e expressão.

Ambos os elementos acima grifados exercem nas respectivas frases a função de:

- a) adjunto adverbial.
- b) objeto direto.
- c) complemento nominal.
- d) predicativo.
- e) objeto indireto.

1 A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou, em setembro último, alterações no seu regimento interno com o objetivo de fazer

2 frente aos novos desafios do setor de aviação civil, em razão de sua expansão e do considerável aumento do número de usuários do transporte aéreo no país nos últimos anos.

3 Para cuidar do gerenciamento dos novos contratos de concessão de aeroportos (São Gonçalo do Amarante, Guarulhos, Viracopos e Brasília), foram criadas novas

4 estruturas nas Superintendências de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado (SRE) e de Infraestrutura Aeroportuária (SIA).

5 Com o objetivo de intensificar as ações de fiscalização da agência, será criada também uma nova unidade, a

6 Gerência-Geral de Ação Fiscal (GGAF), que, vinculada à Diretoria Colegiada, atuará com outros órgãos da

7 administração pública, tais como Receita Federal e Polícia Federal, para coibir operações ilícitas relacionadas à aviação

8 civil. A GGAF também será responsável pela fiscalização da prestação de serviços ao passageiro e pela coordenação de

9 operações especiais, como as que ocorrem durante o período de férias.

10 A nova estrutura, idealizada com base na melhor definição de atribuições dos cargos da agência, não gerará ônus

11 adicional para a União.

Internet: <www.anac.gov.br> (com adaptações).

10. (5175) PORTUGUÊS | CESPE | ANAC | 2012

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Considerando as ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

A substituição de “fazer frente aos” (L.3-4) por enfrentar os prejudicaria a correção gramatical do texto.

- () Certo () Errado

Colonialismo

1 Se, durante os séculos XVI a XVIII, os interesses comerciais europeus haviam levado países como Portugal, Espanha, França e Inglaterra a explorar economicamente o continente americano, no século XIX foi a busca por novos mercados consumidores e por matérias-primas de baixo custo, em decorrência da Revolução Industrial, o que levou as nações europeias a voltarem-se para as regiões da África e da Ásia. Foi, portanto, durante o século XIX e início do século XX, que assistimos à dominação política e econômica de países considerados economicamente subdesenvolvidos pelas grandes potências da Europa.

2 A França foi a pioneira na dominação do continente africano. A Inglaterra, no entanto, consagrada como grande potência marítima desde a queda de Napoleão, rapidamente assumiu a liderança da colonização.

3 Alemanha, Itália, Espanha, Portugal e Bélgica também empreenderam áreas de dominação no continente. Chegaram a estabelecer regras de partilha para a ocupação de novos territórios na costa ocidental africana a partir de meados da década de 80 do século XIX, por meio da resolução firmada entre os países europeus durante a Conferência de Berlim.

4 Na Ásia, a Inglaterra adotou uma política empenhada na conquista da Índia, que passou ao seu domínio após a Guerra dos Cipayos (1857-1858). Como garantiam o domínio sobre a Índia, os ingleses não se opuseram à penetração francesa na Ásia, particularmente no território da Indochina. Embora o Leste Asiático tenha se mantido independente, a China (com a Primeira Guerra do Ópio, de 1839 a 1842) e o Japão (com a ameaça naval do Comodoro Perry, em 1854) foram obrigados a abrir seus portos aos europeus, dando-lhes diversas vantagens comerciais. As vésperas da Primeira Guerra Mundial, a China se via imersa em uma crise política. Vários territórios asiáticos e africanos sofriram influência inglesa e francesa, e a Coreia havia sido anexada pelo Japão em 1910 — país que, a partir dos anos 30 do século XX, aumentou consideravelmente seu poder sobre o continente.

5 Após a Segunda Guerra Mundial, os movimentos nacionalistas e independentistas que vinham se firmando desde o período entre-guerras ganharam força tanto na África quanto na Ásia. A luta contra o colonialismo britânico na Índia de Gandhi, com o movimento de resistência passivo e violenta, terminou com a independência em 1947, mas foi seguida de violentos conflitos étnicos, principalmente em virtude de diferenças religiosas entre hinduístas e muçulmanos. A ocupação japonesa na Ásia favoreceu a manifestação do nacionalismo, ao mesmo tempo em que as ideias revolucionárias de Marx e Engels ganhavam força.

6 O processo que levou à partilha colonial de regiões africanas e asiáticas, criando países fictícios, culminou em longas batalhas por independência. Gerou, também, como consequência, movimentos separatistas, conflitos étnicos e religiosos, e guerras civis, com reflexos que perduram até os dias de hoje.

Internet: <http://www.estadao.com.br> (com adaptações).

11. (4595) PORTUGUÊS | CESPE | PC - AL | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Com relação ao sentido e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens subsequentes.

Na linha 18, o trecho “os movimentos nacionalistas e independentistas” exerce a função de sujeito da locução verbal “vinham-se firmando”.

- () Certo () Errado

1 A soberania popular pode ser exercida, juridicamente,
 2 por meio de três modelos: democracia participativa ou direta,
 3 democracia representativa ou indireta e democracia semidireta.
 4 Na democracia direta, o povo participa diretamente da vida
 5 política do Estado, exercendo os poderes governamentais,
 6 fazendo leis, administrando e julgando. É, pois, aquela em que
 7 o povo exerce de modo imediato as funções públicas. Na
 8 democracia indireta ou representativa, o povo não exerce seu
 9 poder de modo imediato, mas por meio de seus representantes,
 10 eleitos periodicamente, a quem são delegadas as funções de
 11 governo. A democracia representativa pressupõe um conjunto
 12 de instituições que disciplinam a participação popular no
 13 processo político, que formam os direitos políticos que
 14 qualificam a cidadania, como, por exemplo, as eleições, o
 15 sistema eleitoral, os partidos políticos; enfim, mecanismos
 16 disciplinadores para a escolha dos representantes do povo. Na
 17 democracia semidireta, são assegurados instrumentos de
 18 participação direta do povo nas funções de governo. Esses
 19 instrumentos de participação dão ao povo, conservadas,
 20 embora em parte, as formas representativas, a palavra final
 21 relativa a todo o ato governativo. Como exemplo desses
 22 instrumentos, podem ser citados o referendo e o plebiscito.

Internet: <www.planalto.gov.br> (com adaptações).

12. (4581) PORTUGUÊS | CESPE | TRE - MS | 2013

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

O sujeito da oração cujo núcleo do predicado é a forma verbal “formam” (L.13) é

- a) o pronome “que” imediatamente antecedente.
- b) oculto.
- c) indeterminado.
- d) a expressão “um conjunto de instituições” (l.11-12).
- e) a expressão “os direitos políticos” (l.13).

1 O crescimento de pouco mais de 16% no crédito para
 2 2012, projetado pela Federação Brasileira de Bancos
 3 (FEBRABAN), é um percentual “substancial e significativo”,
 4 de acordo com o vice-presidente executivo da FEBRABAN,
 5 que, durante seminário sobre inclusão bancária, destacou a
 6 solidez do sistema bancário brasileiro em relação aos de outros
 7 países. “O Brasil era o país do futebol. Hoje, é o país dos
 8 bancos de primeira linha. Temos um sistema financeiro do qual
 9 devemos ter orgulho”, disse. “Não fomos afetados pela crise e
 10 por tudo de ruim que acontece lá fora”. O executivo disse ainda
 11 que os bancos têm investido em tecnologia para crescer e
 12 trabalhado para melhorar o atendimento à população e o
 13 controle do endividamento. Em relação a esse ponto, afirmou
 14 que a inadimplência deve parar de subir. “A expectativa é de
 15 estabilização. Houve um crescimento, a gente espera que baixe,
 16 porque não há nenhum sinal hoje de que a inadimplência vai
 17 continuar crescendo. Ela tem tendências para baixar”, disse.

Internet: <veja.abril.com.br>

13. (4602) PORTUGUÊS | CESPE | BANCO DA AMAZÔNIA | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

O sujeito da forma verbal “destacou” (L.5), cujo referente é “o vice-presidente executivo da FEBRABAN (L.4)”, é indeterminado.

- () Certo () Errado

14. (5264) PORTUGUÊS | FCC | MPE - PE | 2012

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

... de modo que ele próprio o anunciou no orçamento de 1925.

Considerando-se o contexto, o verbo grifado acima está empregado como

- a) transitivo indireto pronominal.
- b) transitivo indireto.
- c) bitransitivo.
- d) transitivo direto.
- e) intransitivo.

15. (26306) PORTUGUÊS | FCC | TRE - SP | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Este conceito é relativo, pois em arte não há originalidade absoluta.

... a sua contribuição maior foi a liberdade de criação e expressão.

Ambos os elementos acima grifados exercem nas respectivas frases a função de:

- a) adjunto adverbial.
- b) objeto direto.
- c) complemento nominal.
- d) predicativo.
- e) objeto indireto.

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=33262>



Gabário: 1. (4603) Errado 2. (5097) Certo 3. (5093) Errado 4. (5070) Errado 5. (5254) E 6. (4587) Errado 7. (4601) Certo 8. (5089) E 9. (4745) D 10. (5175) Errado 11. (4595) Errado 12. (4581) A 13. (4602) Errado 14. (5264) D 15. (26306) D

Concordância Verbal

Regra geral: O verbo concorda com o núcleo do sujeito em número e pessoa.

- O problema da turma já foi resolvido pela direção do curso.
- Os concurseiros adoram esta matéria nas provas.

Regras especiais:

1. SE

a) Pronome apassivador - o verbo (VTD ou VTDI) concordará com o sujeito passivo.

- Alugaram-se carros importados na viagem.
- Viram-se todos os jogos neste final de semana.
- Exigem-se referências.
- Plastificam-se documentos.
- Entregou-se uma flor à mulher.

b) Índice de indeterminação do sujeito – o verbo (VL, VI ou VTI) não terá sujeito claro! Terá um sujeito indeterminado.

- Não se confia nos resultados sem provas.
- Necessitou-se de funcionárias neste evento.
- Assistiu-se a todos os jogos neste final de semana.

2. QUE X QUEM

QUE: se o sujeito for o pronome relativo que, o verbo concorda com o antecedente do pronome relativo.

- Fui eu que falei. (eu falei)
- Fomos nós que falamos. (nós falamos)

QUEM: se o sujeito for o pronome relativo quem, o verbo ficará na terceira pessoa do singular ou concordará com o antecedente do pronome (pouco usado).

- Fui eu quem falei/ falou.
- Fomos nós quem falamos/falou.

3. PRONOME DE TRATAMENTO

O verbo fica sempre na 3ª pessoa (= ele/ eles).

- Vossa Excelência deve apurar os fatos.

4. HAVER – FAZER

“Haver” no sentido de “existir ou ocorrer” ou indicando “tempo” ficará na terceira pessoa do singular. É impessoal, ou seja, não possui sujeito.

“Fazer” quando indica “tempo” ou “fenômenos da natureza”, também é impessoal e deverá ficar na terceira pessoa do singular.

- Nesta sala, há bons e maus alunos.
- Já houve muitos concursos neste ano.
- Faz 10 anos que passei em um concurso.

5. Expressões partitivas ou fracionárias – verbo no singular ou no plural

- A maioria dos candidatos apoia/ apoiam a ciclovía na cidade.
- Um terço dos políticos rejeitou/ rejeitaram essa ideia.

Complete as frases:

1. É preciso que se _____ os acertos do preço e se _____ as regras para não _____ mal-entendidos. (faça- façam/ fixe- fixem/ existir – existirem)
2. Não _____ confusões no casamento. (poderia haver - poderiam haver)
3. _____ de convidados indesejados. (Trata-se - Tratam-se)
4. As madrinhas acreditam que _____ convidados interessantes, mas sabem que _____ alguns casados. (exista- existam / podem haver- pode haver)
5. _____ vários dias que não se _____ casamentos aqui; _____ alguma coisa estranha no local. (faz- fazem/ realiza - realizam/ deve haver- devem haver)
6. Não _____ emoções que _____ esse momento. (existe - existem/ traduza- traduzam)
7. _____ problemas durante o Buffet. (aconteceu – aconteceram)
8. Quando se _____ de casamentos, onde se _____ trajes especiais, não _____ tantos custos para os convidados.(trata- tratam/ exige- exigem/ deve haver- devem haver)
9. _____ às 22h a janta, mas quase não _____ convidados. (Iniciou-se- Iniciaram-se/ havia- haviam)
10. No Facebook, _____ fotos bizarras e _____ muitas informações inúteis. (publica-se - publicam-se/ compartilha-se - compartilham-se)
11. Convém que se _____ nos problemas do casamento e que não se _____ partido da sogra. (pense – pensem / tome – tomem)
12. Naquele dia, _____ 37º C na festa. (fez - fizeram)
13. _____ aos bêbados todo auxílio. (prestou-se - prestaram-se)
14. Não se _____ boas festas de casamento como antigamente. (faz –fazem)
15. No Sul, _____ invernos de congelar cusco. (faz-fazem)
16. É preciso que se _____ aos vídeos e que se _____ os recados. (assista – assistam / leia – leiam)
17. Convém que se _____ às ordens da sogra e que se _____ os prometidos. (obedeça – obedeam / cumpra – cumpram)
18. As acusações do ex-namorado da noiva _____ os convidados às lágrimas. (levou / levaram)
19. Uma pesquisa de psicólogos especializados _____ que a maioria dos casamentos não se _____ depois de 2 anos. (revelou / revelaram – mantém / mantêm)
20. A maior parte dos maridos _____ pela esposa durante as partidas de futebol. (é provocada / são provocados)
21. Mais de uma esposa _____ dos maridos. (reclama – reclamam)



5. OBRIGADO – adjetivo

- “Muito obrigada”, disse a aniversariante aos convidados!

6. BASTANTE

Adjetivo = vários, muitos

Advérbio = muito, suficiente

- Recebi bastantes flores.
- Estudei bastante.
- Tenho bastantes motivos para estudar com você!

7. TODO, TODA – qualquer

TODO O , TODA A – inteiro

- “Todo verbo é livre para ser direto ou indireto.”
- Todo o clube comemorou a chegada do jogador.

8. É BOM, É NECESSÁRIO, É PROIBIDO, É PERMITIDO

Com determinante = variável

Sem determinante = invariável

- Vitamina C é bom para saúde.
- É necessária muita paciência.
- Neste local, é proibido entrada de alunos.
- Neste local, é proibida a entrada de alunos.

9. MEIO

Adjetivo = metade

Advérbio = mais ou menos

- Tomou meia garrafa de champanhe.
- Isso pesa meio quilo.
- A porta estava meio aberta.
- Cláudia anda meio cabisbaixo.

Outras palavras



Exercícios

1. Complete as lacunas com a opção mais adequada:

- a) É _____ (proibido OU proibida) conversa durante a aula.
- b) É _____ (proibido OU proibida) a conversa durante a aula.
- c) Não é _____ (permitido OU permitida) a afixação de propagandas.
- d) Saída a qualquer hora, nesta empresa, não é _____ (permitido OU permitida).
- e) No curso, bebida não é _____ (permitido OU permitida).
- f) Crise econômica não é ____ (bom OU boa) para o governo.
- g) Bebeu um litro e _____ (meio OU meia) de cachaça.
- h) Respondeu tudo com _____ (meio OU meias) palavras.
- i) Minha colega ficou _____ (meio OU meia) angustiada.
- j) Ana estava _____ (meio OU meia) estressada depois da prova.
- k) Nesta turma há alunos _____ (meio OU meios) inquietos.
- l) Eles comeram _____ (bastante OU bastantes).
- m) Os concurseiros saíram da prova _____ (bastante OU bastantes) cansados.
- n) Já temos provas _____ (bastante OU bastantes) para incriminá-lo.
- o) Os alunos ficam ____ (só OU sós).
- p) ____ (Só OU Sós) os alunos deixaram a sala.
- q) ____ (Só OU Sós) vocês duas não farão o concurso.
- r) ____ (Só OU Sós), vocês duas não irão à festa, arranjem companhia.
- s) Eles comeram _____ (bastante OU bastantes) salgadinhos.

1. (5327) PORTUGUÊS | FCC | TRT - 1ª REGIÃO (RJ) | 2013

ASSUNTOS: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL

Substituindo-se o segmento em destaque pelo colocado entre parênteses ao final da frase, o verbo que deverá manter-se no singular está em:

- a) Houve um sonho monumental... (sonhos monumentais)
- b) Bem disse Le Corbusier que Niemeyer... (os que mais conheciam a sua obra)
- c) Assim pensava o maior arquiteto... (grandes arquitetos como Niemeyer)
- d) O comunismo resolve o problema da vida... (As revoluções vitoriosas da esquerda)
- e) Niemeyer vira a possibilidade... (Os arquitetos da geração de Niemeyer)

1 Sempre se soube que um dos principais entraves
ao crescimento do Brasil é o gargalo educacional. Novas
pesquisas, porém, revelam que o problema é muito mais grave
4 do que se supunha. A mais recente, elaborada pelo Instituto
Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa, mostrou que
38% dos estudantes do ensino superior no país simplesmente
7 “não dominam habilidades básicas de leitura e escrita”.

O Indicador de Analfabetismo Funcional, que resulta
desse trabalho, não mede capacidades complexas. Ele é obtido
10 a partir de perguntas relacionadas ao cotidiano dos estudantes,
como o cálculo do desconto em uma compra ou o trajeto de um
ônibus. Mesmo assim, 38% dos pesquisados não atingiram o
13 nível considerado “pleno” de alfabetização, isto é, não
conseguem entender o que leem nem fazer associações com as
informações que recebem.

16 Para os autores da pesquisa, os resultados indicam que
o notável aumento da escolarização verificado nas últimas
décadas ainda não se traduz em desempenho minimamente
19 satisfatório em habilidades básicas, como ler e escrever, e
isso em um ambiente em que essas etapas do aprendizado já
deveriam ter sido plenamente superadas.

Editorial, O Estado de S. Paulo, 19/7/2012.

2. (5184) PORTUGUÊS | CESPE | TRE - RJ | 2012

ASSUNTOS: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL

Julgue os itens que se seguem, relativos às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima.

A forma verbal “mostrou” (L.5) está no singular porque concorda com a expressão “Instituto Paulo Montenegro” (L.4-5).

() Certo () Errado

A maneira de lidar com dinheiro revela muito sobre você

1 _____ várias formas de lidar com o dinheiro. Uma mesma
2 pessoa pode apresentar duas ou três delas simultaneamente ou ainda
3 mudar ao longo da vida, de acordo com as necessidades e as situações que
4 se apresentam. "Dependendo da época da vida, a pessoa pode mudar a
5 maneira como lida com o dinheiro", garante a consultora de Finanças e
6 diretora da Sinergia Consultores, Glória Pereira.

7 Dos vários perfis, o mais comum entre os brasileiros é o
8 consumista, contabilizando mais de 60% das pessoas. O consumista age
9 por impulso; não é lógico. "Não é à toa que há propagandas que dizem:
10 compre agora e comece a pagar daqui a 60 dias. As empresas que
11 realizam diversos estudos de marketing e pesquisam o comportamento
12 dos consumidores utilizam-se desses recursos", afirma a consultora. O
13 sistema nervoso do indivíduo com perfil consumista é o que o leva a
14 consumir. Outro povo em que essa forma de lidar com o dinheiro
15 predomina é o americano. "Apesar de a renda deles ser superior.....dos
16 brasileiros, o fato é que a população média americana não sabe lidar com o
17 dinheiro. Daí a origem da crise *subprime*". Já o adulto japonês e
18 europeu é menos consumista. Os jovens, por sua vez, apresentam um
19 comportamento parecido em todo o mundo: querem estar na moda e são
20 seduzidos pelas novidades", explica Glória.

21 Um perfil mais raro, com menos de 20%, é o do entesourador, que
22 tende.....guardar tudo para o futuro e não viver o presente. Enquanto o
23 consumista reclama que não sobra dinheiro para investir, o entesourador
24 pode trocar de carro, comprar muita coisa, mas prefere garantir seu
25 futuro. "Não existe uma idade para o entesourador. É um comportamento
26 que aparece de forma inconsciente.....crianças de dez anos que
27 guardam toda a mesada", revela a consultora.

28 Já o desligado não faz questão de fazer compras. Não raro, ele
29 deixa alguém tomar conta do seu dinheiro: a mãe ou a esposa, por
30 exemplo. Esse tipo de pessoa não se envolve muito com a questão
31 financeira. Pouco mais de 10% da população tem o perfil desligado, que é
32 mais comum entre os homens do que entre as mulheres. "Quando o
33 desligado é jovem, simplesmente deixa o dinheiro no banco. E então o
34 gerente pode acabar vendendo-lhe uma infinidade de produtos, que nem
35 sempre são muito vantajosos. O principal problema do desligado é que,
36 ao não cuidar do seu dinheiro, ele deixa brecha para que outras pessoas
37 se aproveitem dele", admite Glória. Ela lembra que algumas profissões
38 estão mais relacionadas ao tipo desligado, tais como as de jornalista,
39 professor e artista. "O que essas profissões _____ em comum? Nelas, os
40 profissionais adoram o que fazem e acabam não se preocupando muito
41 com o dinheiro. Às vezes, por ganharem pouco, preferem não se _____
42 no dinheiro, para não se sentirem infelizes", explica.

43 O escravo é um tipo que aparece combinado com outros e é muito
44 comum, acometendo entre 30% e 40% dos brasileiros. A principal
45 característica é que ele trabalha para terceiros, nunca ganha o suficiente
46 e não utiliza o dinheiro para si. "O escravo gostaria de ter o suficiente
47 para pagar tudo a quem ama. O foco de sua vida não está nele, mas nos
48 outros, em sua família, em sua religião ou em seu partido; é um problema
49 comum entre engenheiros, executivos e empresários, cujas famílias
50 passam a consumir cada vez mais e sem fazer nada. É cômodo ter um
51 "escravo em casa", afirma Glória. Esse tipo de pessoa deve ensinar os
52 demais membros da família a lidar com o dinheiro e, acima de tudo, deve
53 aprender a aproveitar a vida e fazer o que gosta.

54 Finalmente, há os confusos entre o amor e o dinheiro: são pessoas
55 alegres e generosas que lidam muito bem com o dinheiro e, geralmente,
56 não têm dívidas. No entanto, elas olham para a família e para os amigos
57 que, sem dinheiro, passam por alguma necessidade e acabam ajudando-
58 os. Na verdade, tudo que elas quereriam, ao ajudar, é que as pessoas que
59 amam quitassem suas dívidas e passassem a viver melhor. Mas isso
60 raramente acontece e, aí, elas entram em um verdadeiro curto-circuito:
61 se dão o dinheiro, sentem-se culpadas, mas, se não dão, sentem-se
62 culpadas também. A verdade é que elas acabam acostumando, com essa
63 atitude, aqueles que dependem delas.

64 É por meio da educação financeira que podemos transpor as
65 barreiras que enfrentamos, ainda que elas tenham sido impostas por nós
66 mesmos de forma inconsciente. O primeiro passo é admitir, com
67 sinceridade, qual é o estilo de cada um ao lidar com o dinheiro.
68 Analisando seu próprio comportamento no dia a dia e entendendo como
69 ele funciona, o desligado pode se ligar; o escravo pode se libertar; o
70 consumista, planejar, e o confuso, aprender a lidar com o afeto e o
71 dinheiro, sem se culpar. "Esse processo de educação dura toda uma vida:
72 enquanto vivemos, seguimos aprendendo!", completa Glória.

Texto adaptado de InfoMoney <http://www.overall.com.br> - Acesso em 20-10-2009.

* Nota explicativa: Foi chamada de "Crise do *subprime*" a crise financeira desencadeada em 2006, a partir da quebra de instituições de crédito dos Estados Unidos, as quais concediam empréstimos hipotecários de alto risco (em inglês: *subprime loan* ou *subprime mortgage*), arrastando vários bancos para uma situação de insolvência, o que repercutiu fortemente sobre as bolsas de valores de todo o mundo.

3. (24019) PORTUGUÊS | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas com traço contínuo das linhas 01, 39 e 41 respectivamente.

- a) Existe — têm — ligaram
- b) Existe — tem — ligar
- c) Existem — teem — ligarem
- d) Existem — tem - ligar
- e) Existem — têm — ligar

4. (5444) PORTUGUÊS | FGV | DETRAN - DF | 2010

ASSUNTOS: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL

Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos; uns com outros acho que nem se misturam (...) Contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo coisas de rasa importância. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto da gente do que outras de recente data. Toda saudade é uma espécie de velhice. Talvez, então, a melhor coisa seria contar a infância não como um filme em que a vida acontece no tempo, uma coisa depois da outra, na ordem certa, sendo essa conexão que lhe dá sentido, princípio, meio e fim, mas como um álbum de retratos, cada um completo em si mesmo, cada um contendo o sentido inteiro. Talvez seja esse o jeito de escrever sobre a alma em cuja memória se encontram as coisas eternas, que permanecem...

(Guimarães Rosa. Apud Rubem Alves. Na morada das palavras. Campinas: Papyrus, 2003. p. 139)

Assinale a alternativa em que a forma verbal em destaque concorda com a expressão indicada entre parênteses:

- a) "Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas de fazer balancê..." – (astúcia)
- b) "... uns com outros acho que nem se misturam (...)" – (uns com outros)
- c) "Toda saudade é uma espécie de velhice." – (velhice)

- d) “... não como um filme em que a vida acontece no tempo, ...” – (filme)
- e) “... em cuja memória se encontram as coisas eternas, que permanecem...” – (memória)

5. (7647) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | PETROBRÁS | 2011

ASSUNTOS: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL

A concordância verbal está corretamente estabelecida em:

- a) Foi três horas de viagem para chegar ao local do evento.
- b) Há de existir prováveis discussões para a finalização do projeto.
- c) Só foi recebido pelo coordenador quando deu cinco horas no relógio.
- d) Fazia dias que participavam do processo seletivo em questão.
- e) Choveu aplausos ao término da palestra do especialista em Gestão.

6. (7648) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | PETROBRÁS | 2011

ASSUNTOS: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL

A frase em que a concordância nominal está INCORRETA é:

- a) Bastantes feriados prejudicam, certamente, a economia de um país.
- b) Seguem anexo ao processo os documentos comprobatórios da fraude.
- c) Eles eram tais qual o chefe nas tomadas de decisão.
- d) Haja vista as muitas falhas cometidas, não conseguiu a promoção.
- e) Elas próprias resolveram, enfim, o impasse sobre o rumo da empresa.

7. (7643) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | PETROBRÁS | 2011

ASSUNTOS: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL

A frase em que a concordância nominal está INCORRETA é:

- a) A confusão formada diante do prédio da instituição era meio grande.
- b) Enviaremos incluso no imposto a taxa de iluminação pública.
- c) Ela não devia deixar as crianças sós por tantas horas.
- d) Finalmente, meu colega está quite com a Receita Federal.
- e) Elas próprias descobriram o teor daquele documento.

1 A evolução dos processos de automação permitiu a
 2 instalação dos primeiros caixas eletrônicos no Brasil, ainda na
 3 segunda metade da década de 80 do século passado, o que iria
 4 culminar na drástica redução no número de funcionários das
 5 agências, em especial dos que exerciam a função de caixa. Na
 6 década seguinte, o próprio pessoal do setor de processamento
 7 de dados começou a ser substituído pelos computadores
 8 centrais. A mesma tecnologia digital empregada nesses
 9 computadores também possibilitou a instalação de
 10 computadores nos postos de trabalho das agências, cada um
 11 deles apto ao desenvolvimento de diferentes funções. Esse
 12 processo de incorporação tecnológica, intensificado no final
 13 do século, permitiu à rede bancária implementar um sistema
 14 informatizado cuja rapidez acompanhava o ritmo de
 15 desvalorização da moeda imposto pelos altos índices de
 16 inflação registrados na década de 80. Isso possibilitou que os
 17 bancos obtivessem elevada lucratividade, o que propiciou
 18 a realização de novos investimentos em tecnologia da
 19 informação.

idem, ibidem.

8. (5190) PORTUGUÊS | CESPE | BANCO DA AMAZÔNIA | 2012

ASSUNTOS: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL

Julgue o item a seguir, a respeito do texto acima.

Na linha 1, a forma verbal “permitiu” poderia ter sido flexionada no plural — permitiram —, caso em que concordaria com “processos”.

- () Certo () Errado

9. (18623) PORTUGUÊS | FCC | PGE - BA | 2013

ASSUNTOS: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL

A concordância verbal NÃO se estabeleceu corretamente na frase:

- a) Em vários outros poemas de Gullar ocorrem, a exemplo desses versos, a expressão das partes em que o poeta se vê sofredamente dividido.
- b) Imputam-se a um poeta os limites da pura subjetividade, desconsiderando-se seu esforço em objetivá-los nas palavras que busca para compor o poema.
- c) Nem sempre é fácil conciliar uma parte com a outra, harmonizá-las, fazê-las convergir e superar o antagonismo que parecia marcá-las em definitivo.
- d) A força das paixões mais íntimas e o dever da atuação social podem surgir como partes contraditórias, que nos dividem dramaticamente.
- e) A ideia de tradução a que aludem os versos de Gullar corresponde ao legítimo sentido de participação, em que as partes se refletem positivamente uma na outra.

10. (5388) PORTUGUÊS | FCC | TRF - 2ª REGIÃO | 2012

ASSUNTOS: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL

As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Evitem-se, sempre que possível, qualquer excesso no convívio humano: nem proximidade por demais estreita, nem distância exagerada.
- b) Os vários atrativos de que dispõem a vida nas ilhas não são, segundo o cronista, exclusividade delas.
- c) Cabem aos poetas imaginar espaços mágicos nos quais realizemos nossos desejos, como a Pasárgada de Manuel Bandeira.

- d) Muita gente haveriam de levar para uma ilha os mesmos vícios a que se houvesse rendido nos atropelos da vida urbana.
- e) A poucas pessoas conviria trocar a rotina dos shoppings pela serenidade absoluta de uma pequena ilha.

11. (5348) PORTUGUÊS | FCC | TRT - 6ª REGIÃO (PE) | 2012

ASSUNTOS: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL

Entre os países mais poderosos do mundo, os EUA e a França a indústria turística como prioritária. A França, líder mundial no receptivo turístico, 80 milhões de visitantes estrangeiros em 2011, com crescimento de 20% de brasileiros. Os EUA receberam 1.508.279 brasileiros no ano passado, e os gastos desses turistas US\$ 8,4 bilhões.

(Folha de S. Paulo, com adaptações)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- a) enxergam - atraíram - totalizaram
- b) enxerga - atraíram - totalizaram
- c) enxerga - atraíram - totalizaram
- d) enxerga - atraíram - totalizou
- e) enxergam - atraíu - totalizaram

12. (7644) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | PETROBRÁS | 2011

ASSUNTOS: CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL

Em uma mensagem de e-mail bastante formal, enviada para alguém de cargo superior numa empresa, estaria mais adequada, por seguir a norma-padrão, a seguinte frase:

- a) Anexo vão os documentos.
- b) Anexas está a planilha e os documentos.
- c) Seguem anexos os documentos.
- d) Em anexas vão as planilhas.
- e) Anexa vão os documentos e a planilha.

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=33406>



Gabário: 1. (5327) A 2. (5184) Errado 3. (24019) E 4. (5444) B 5. (7647) D 6. (7648) B 7. (7643) B 8. (5190) Errado 9. (18623) A 10. (5388) E 11. (5348) E 12. (7644) C



Regência Verbal e Nominal

A regência verbal estuda a relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e objetos indiretos) ou as circunstâncias (adjuntos adverbiais).

Um verbo pode assumir valor semântico diferente com a simples mudança ou retirada de uma preposição.

Zambeli, o que eu preciso saber para compreender melhor este assunto?

Pronome relativo

1. QUE:

Retoma pessoas ou coisas.

- Os arquivos das provas de que preciso estão no meu email.
- O colega em que confio é o Edgar.

2. QUEM:

Só retoma pessoas. Um detalhe importante: sempre antecedido por preposição.

- A professora em quem tu acreditas pode te ajudar.
- O amigo de quem Pedro precisará não está em casa.
- O colega a quem encontrei no concurso foi aprovado.

3. O QUAL:

Existe flexão de gênero e de número: OS QUAIS, A QUAL, O QUAL, AS QUAIS.

- O chocolate de que gosto está em falta.
- O chocolate do qual gosto está em falta.
- A paixão por que lutarei.
- A paixão pela qual lutarei.
- A prova a que me refiro foi anulada.
- A prova à qual me refiro foi anulada.

4. CUJO:

Indica uma ideia de posse. Concorda sempre com o ser possuído.

- A prova cujo assunto eu não sei será amanhã!
- A professora com cuja crítica concordo estava me orientando.
- A namorada a cujos pedidos obedeço sempre me abraça forte.

5. ONDE:

Só retoma lugar. Sinônimo de EM QUE

- O país aonde viajarei é perto daqui.
- O problema em que estou metido pode ser resolvido ainda hoje.

Principais verbos deste assunto:

1. Assistir

VTD = ajudar, dar assistência:

- O policial não assistiu as vítimas durante a prova = O policial não as assistiu...
- O conselho tutelar assiste todas as crianças.

VTI = ver, olhar, presenciar (prep. A obrigatória):

- Assistimos ao vídeo no youtube = Assistimos a ele.
- O filme a que eu assisti chama-se “ Intocáveis”.

2. Aspirar

VTD = inalar, cheirar, sorver

- Aspirei esse cheiro de churrasco.
- As pessoas aspiram a poluição dos carros.

VTI = desejar, ambicionar (prep. A obrigatória):

- Quem não aspira ao cargo? = Quem não aspira a ele?
- A vaga a que todos aspiram está neste concurso.

3. Pagar e Perdoar

VTD - OD - coisa:

- Pagou a conta.

VTI - OI - A alguém:

- Pagou ao garçom.

VTDI - alguma COISA A ALGUÉM:

- Pagou a dívida ao banco.
- Pagamos ao garçom as contas da mesa.

4. Querer

VTD = desejar, almejar:

- Eu quero esta vaga para mim.

VTI = estimar, querer bem, gostar:

- Quero muito aos meus amigos.
- Quero a você, querida!

5. Visar

VTD = pôr o visto, assinar

- Você precisa visar atrás do cheque.

VTD = apontar, mirar

- O Capitão Nascimento visou o traficante.

VTI = desejar, almejar, ambicionar

- Vocês visam ao cargo público.

6. Implicar

VTD = acarretar, ter consequência

- Passar no concurso implica sacrifícios.
- Essas medidas econômicas implicarão mudanças na minha vida.

VTI – ter birra, implicância

- Ela sempre implica com meus amigos!

7. Preferir

VTDI = exige a prep. A= X a Y

- Prefiro concursos federais a concursos estaduais.

8. Ir, Voltar, Chegar

Usamos as preposições A ou DE ou PARA com esses verbos.

- Chegamos a casa.
- Foste ao curso.

9. Esquecer-se, Lembrar-se = VTI (DE)

Esquecer, Lembrar = VTD

- Eu nunca me esqueci de você!
- Esqueça aquilo.
- O aluno cujo nome nunca lembro foi aprovado.
- O aluno de cujo nome nunca me lembro foi aprovado.

10. Obedecer = VTI

- Obedeça a seus professores. = Obedeça-lhes.
- As regras a que devemos obedecer nem sempre são lembradas pelo povo.

Regência Nominal

É o nome da relação existente entre um substantivo, adjetivo ou advérbio transitivos e seu respectivo complemento nominal. Essa relação é sempre intermediada por uma preposição.

Deve-se considerar que muitos nomes seguem exatamente a mesma regência dos verbos correspondentes. Conhecer o regime de um verbo significa, nesses casos, conhecer o regime dos nomes cognatos. Por exemplo, **obedecer** e os nomes correspondentes: todos regem complementos introduzidos pela preposição a: obedecer a algo/a alguém; obediência a algo/a alguém; obediente a algo/a alguém; obedientemente a algo/a alguém.

admiração a, por	horror a
atentado a, contra	impaciência com
aversão a, para, por	medo a, de
bacharel em, doutor em	obediência a
capacidade de, para	ojeriza a, por
devoção a, para com, por	proeminência sobre
dúvida acerca de, em, sobre	respeito a, com, para com, por

Complete as frases quando for necessário

1. Pedro pagou _____ Sérgio e depois pagou _____ contas da maternidade.
2. Aquele resultado implicará _____ mudanças na empresa.
3. Respondeu _____ bilhete, mas não respondeu _____ carta.
4. O povo deve visar _____ paz e _____ entendimento.
5. Os funcionários do curso queriam _____ festa de final de ano.
6. Sérgio quer _____ novo programa de computador.
7. Você nunca perdoa _____ vizinho.
8. Essa empresa paga em dia _____ salário dos empregados.
9. Assisti _____ combate dos lutadores.
10. Nossos alunos aspiram _____ bons concursos.
11. Aspiremos _____ esse perfume maravilhoso.
12. Vamos proceder _____ uma série de aprovações.
13. Nunca visei _____ qualquer lucro com você, meu amor!
14. Minha sogra quer muito _____ seus genros.
15. Paguei _____ conta, paguei _____ meu colega e ainda paguei _____ você!
16. Quero visar _____ aprovação.
17. Prefiro jantar fora _____ ficar estudando em casa.
18. Vários candidatos aspiraram _____ cargo.
19. Naquele dia tu perdoaste _____ todos os amigos.
20. O médico assistiu _____ aluno que estava ferido.



1. (5273) PORTUGUÊS | FCC | TRF - 2ª REGIÃO | 2012

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

A expressão de que preenche adequadamente a lacuna da frase:

- a) Os projetos e atividades implementamos na Casa Azul visam à harmonia de Paraty.
- b) O prestígio turístico veio a gozar Paraty não cessa de crescer, por conta de novos projetos e atividades.
- c) O esquecimento Paraty se submeteu preservou- a dos desgastes trazidos por um progresso irracional.
- d) A plena preservação ambiental, Paraty faz por merecer, é uma das metas da Casa Azul.
- e) Os ciclos econômicos do ouro e do café, tanto prosperou Paraty, esgotaram-se no tempo.

2. (4627) PORTUGUÊS | FCC | TRE - SP | 2012

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Na arte dos mamulengos, tornaram-se célebres alguns artistas,

Preenche corretamente a lacuna da frase acima:

- a) do nome deles que todos lembram
- b) de cujo nome todos se lembram
- c) cujo o nome todos lembram
- d) deles todos lembram os nomes
- e) do qual os nomes se lembram de todos

3. (5411) PORTUGUÊS | FGV | DETRAN - RN | 2010

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

“Eu não atino com a das que enfiei ontem”; a utilização da preposição “com” nesse fragmento, é devida à presença do verbo “atinar”. A frase a seguir em que a preposição destacada está mal empregada é:

- a) Azul é a cor de que mais gosto.
- b) Essa é a menina de quem estamos falando.
- c) Ela estará aqui em uma hora.
- d) Esses são os retratos de que tiraram.
- e) Essa é a história a que aludi.

4. (5258) PORTUGUÊS | FCC | MPE - AP | 2012

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Aos espanhóis revertem em sua totalidade os primeiros frutos...

O verbo grifado acima tem o mesmo tipo de complemento que o verbo empregado em:

- a) A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente.
- b) ... e suscita um enorme interesse por novas terras.
- c) O restabelecimento dessas linhas [...] constitui sem dúvida alguma a maior realização dos europeus...
- d) Não se trata de deslocamentos de população...
- e) Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, “donos” dessas terras, às demais nações europeias.

1 Nas últimas décadas, o aumento dos índices de
criminalidade e a atuação de organizações criminosas
transnacionais colocaram a segurança pública entre as
4 principais preocupações da sociedade e do Estado brasileiros.
A delinquência e a violência criminal afetam, em maior ou
menor grau, toda a população, provocando apreensão e medo
7 na sociedade, e despertando o sentimento de descrença em
relação às instituições estatais responsáveis pela manutenção da
paz social.

10 No projeto Segurança Pública para o Brasil, da
Secretaria Nacional de Segurança Pública, aponta-se como
principal causa do aumento da criminalidade o tráfico de
13 drogas e de armas. A articulação entre esses dois ilícitos
potencializa e diversifica as atividades criminosas. Homicídios
dolosos, roubos, furtos, sequestros e latrocínios estão,
16 frequentemente, associados ao consumo e venda de drogas e à
utilização de armas ilegais.

Mundialmente, o tripé integrado por narcotraficantes,
19 terroristas e contrabandistas de armas atua em conjunto ou de
forma complementar, constituindo uma grave ameaça à
sociedade e aos Estados nacionais. A globalização favoreceu
22 a expansão geográfica dos crimes transnacionais, cujos agentes
utilizam as facilidades comerciais, as comunicações e os
múltiplos meios de transportes para encobrir suas atividades
25 ilícitas.

Em razão da complexidade, da amplitude e do poderio
das redes criminosas transnacionais, a solução para a
28 criminalidade depende de decisões político-econômico-sociais
e, concomitantemente, de ações preventivas e repressivas de
órgãos estatais. Nesse contexto, as operações de inteligência
31 são instrumentos legais de que dispõe o Estado na busca pela
manutenção e proteção de dados sigilosos.

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), órgão
34 central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), deve
assumir a missão de centralizar, processar e distribuir dados e
informações estratégicas para municiar os órgãos policiais
37 (federais, estaduais e municipais) nas ações de combate ao
crime organizado. Além disso, a ABIN é responsável por
manter contato com os serviços de inteligência parceiros, para
40 favorecer a troca de informações e a cooperação multilateral.

Cristina Célia Fonseca Rodrigues. A atividade operacional em benefício da segurança pública: o combate ao crime organizado. In: Revista Brasileira de Inteligência. Brasília: ABIN, n.º 5, out/2009. Internet: <www.abin.gov.br> (com adaptações).

5. (5099) PORTUGUÊS | CESPE | ABIN | 2010

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Com referência às estruturas linguísticas empregadas no texto, julgue os itens subsequentes

Na linha 31, a preposição “de” empregada antes de “que” é exigência sintática da forma verbal “dispõe”; portanto, sua retirada implicaria prejuízo à correção gramatical do período.

() Certo () Errado

Texto I

O gigolô das palavras

Quatro ou cinco grupos diferentes de alunos do Farrroupilha estiveram lá em casa numa mesma missão, designada por seu professor de Português: saber se eu considerava o estudo da Gramática indispensável para aprender e usar a nossa ou qualquer outra língua. Suspeitei de saída que o tal professor lia esta coluna, se descabelava diariamente com suas afrontas às leis da língua, e aproveitava aquela oportunidade para me desmascarar. Já estava até preparando, às pressas, minha defesa (“Culpa da revisão! Culpa da revisão!”). Mas os alunos desfizeram o equívoco antes que ele se criasse. Eles mesmos tinham escolhido os nomes a serem entrevistados. Vocês têm certeza que não pegaram o Veríssimo errado? Não. Então vamos em frente.

Respondi que a linguagem, qualquer linguagem, é um meio de comunicação e que deve ser julgada exclusivamente como tal. Respeitadas algumas regras básicas da Gramática, para evitar os vexames mais gritantes, as outras são dispensáveis. A sintaxe é uma questão de uso, não de princípios. Escrever bem é escrever claro, não necessariamente certo. Por exemplo: dizer “escrever claro” não é certo, mas é claro, certo? O importante é comunicar. (E quando possível surpreender, iluminar, divertir, mover... Mas aí entramos na área do talento, que também não tem nada a ver com Gramática.) A Gramática é o esqueleto da língua. [...] É o esqueleto que nos traz de pé, mas ele não informa nada, como a Gramática é a estrutura da língua, mas sozinha não diz nada, não tem futuro. As múmias conversam entre si em Gramática pura.

Claro que eu não disse isso tudo para meus entrevistadores. E adverti que minha impicância com a Gramática na certa se devia à minha pouca intimidade com ela. Sempre fui péssimo em Português. Mas – isso eu disse – vejam vocês, a intimidade com a Gramática é tão dispensável que eu ganho a vida escrevendo, apesar da minha total inocência na matéria. Sou um gigolô das palavras. Vivo às suas custas. E tenho com elas exemplar conduta de um cãfeten profissional. Abuso delas. Só uso as que eu conheço, as desconhecidas são perigosas e potencialmente traiçoeiras. Exijo submissão. Não raro, peço delas flexões inomináveis para satisfazer um gosto passageiro. Maltrato-as, sem dúvida. E jamais me deixo dominar por elas. [...]

Um escritor que passasse a respeitar a intimididade gramatical das suas palavras seria tão inficiente quanto um gigolô que se apaixonasse pelo seu plantel.

VERISSIMO, Luis Fernando. O gigolô das palavras. In: LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade: por uma nova concepção de língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 36. Adaptado.

Texto II

Aula de português

A linguagem na ponta da língua, tão fácil de falar e de entender.

5 A linguagem na superfície estrelada de letras, sabe lá o que ela quer dizer? Professor Carlos Góis, ele é quem sabe, e vai desmatando

10 o Amazonas de minha ignorância. Figuras de gramática, equipáticas, atropelam-me, aturdam-me, sequestram-me. Já esqueci a língua em que comia, em que pedia para ir lá fora,

15 em que levava e dava pontapé, a língua, breve língua entrecortada do namoro com a prima. O português são dois; o outro, mistério.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Aula de português. In: Reunião: 10 livros de poesia. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974. p. 81.

6. (5414) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | PETROBRÁS | 2012

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Segundo diria o Professor Carlos Góis, mencionado no Texto II, a frase cuja regência do verbo respeita a norma-padrão é:

- Esquecemo-nos daquelas regras gramaticais.
- Os professores avisaram aos alunos da prova

- c) Deve-se obedecer o português padrão.
- d) Assistimos uma aula brilhante.
- e) Todos aspiram o término do curso.

7. (7655) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | PETROBRÁS | 2011

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Substituindo o verbo destacado por outro, a frase, quanto à regência verbal, torna-se INCORRETA em:

- a) O líder da equipe, finalmente, viu a apresentação do projeto. / O líder da equipe, finalmente, assistiu à apresentação do projeto.
- b) Mesmo não concordando, ele acatou as ordens do seu superior. / Mesmo não concordando, ele obedeceu às ordens do seu superior.
- c) Gostava de recordar os fatos de sua infância. / Gostava de lembrar dos fatos de sua infância.
- d) O candidato desejava uma melhor colocação no ranking. / O candidato aspirava a uma melhor colocação no ranking.
- e) Naquele momento, o empresário trocou a família pela carreira. / Naquele momento, o empresário preferiu a carreira à família.

8. (7651) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | PETROBRÁS | 2011

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Em qual das sentenças abaixo, a regência verbal está em DESACORDO com a norma-padrão?

- a) Esqueci-me dos livros hoje.
- b) Sempre devemos aspirar a coisas boas.
- c) Sinto que o livro não agradou aos alunos.
- d) Ele lembrou os filhos dos anos de tristeza.
- e) Fomos no cinema ontem assistir o filme.

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia. A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude.

A gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora. A tomar o café correndo porque está atrasado. A ler o jornal no ônibus porque não pode perder o tempo da viagem. A comer sanduíche porque não dá para almoçar. A sair do trabalho porque já é noite. A cochilar no ônibus porque está cansado. A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.

A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração.

A gente se acostuma a esperar o dia inteiro e ouvir ao telefone: hoje não posso ir. A sorrir para as pessoas sem receber um sorriso de volta. A ser ignorado quando precisava tanto ser visto.

A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar. E a ganhar menos do que precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar mais do que as coisas valem. [...] E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra. [...]

A gente se acostuma à poluição. As salas fechadas de ar-condicionado e cheiro de cigarro. À luz artificial de ligeiro tremor. Ao choque que os olhos levam na luz natural. As bactérias da água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios. Se acostuma a não ouvir passarinho, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta.

A gente se acostuma a coisas de mais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua no resto do corpo. [...] E se no fim de semana não há muito o que fazer, a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

A gente se acostuma para não se ralar na aspeira, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baloneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.

COLASANTI, Marina. *Eu sei, mas não devia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p. 9. Adaptado.

9. (5412) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | LIQUIGÁS | 2012

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

A leitura do trecho “A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar” (L. 30-32) permite concluir que as preposições são exigidas, respectivamente, pelos seguintes verbos:

- a) desejar e ganhar.
- b) desejar e pagar.
- c) pagar e desejar.
- d) necessitar e ganhar.
- e) necessitar e pagar.

1 O crescimento de pouco mais de 16% no crédito para
2012, projetado pela Federação Brasileira de Bancos
(FEBRABAN), é um percentual “substancial e significativo”,
4 de acordo com o vice-presidente executivo da FEBRABAN,
que, durante seminário sobre inclusão bancária, destacou a
solidez do sistema bancário brasileiro em relação aos de outros
7 países. “O Brasil era o país do futebol. Hoje, é o país dos
bancos de primeira linha. Temos um sistema financeiro do qual
devemos ter orgulho”, disse. “Não fomos afetados pela crise e
10 por tudo de ruim que acontece lá fora”. O executivo disse ainda
que os bancos têm investido em tecnologia para crescer e
trabalhado para melhorar o atendimento à população e o
13 controle do endividamento. Em relação a esse ponto, afirmou
que a inadimplência deve parar de subir. “A expectativa é de
estabilização. Houve um crescimento, a gente espera que baixe,
16 porque não há nenhum sinal hoje de que a inadimplência vai
continuar crescendo. Ela tem tendências para baixar”, disse.

Internet: <veja.abril.com.br>

II - Quem quiser assistir
filme, deve permanecer em silêncio.

III - Certamente, essa decisão implicará
..... dissolução do grupo.

IV - Ao chegar casa,
verificarei se os documentos estão em
ordem alfabética.

Em relação à regência verbal, a sequência
que preenche corretamente as lacunas é:

- a) o - ao - na - em
- b) o - o - a - a
- c) ao - o - na - em
- d) ao - ao - a - a
- e) ao - ao - na - em

**10. (5078) PORTUGUÊS | CESPE | BANCO DA
AMAZÔNIA | 2012**

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas
do texto acima, julgue os itens a seguir.

Na linha 8, o emprego da preposição em
'do qual' é exigido pela presença da palavra
'sistema'.

() Certo () Errado

**11. (7649) PORTUGUÊS | CESGRANRIO |
PETROBRÁS | 2011**

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Considere as frases abaixo.

I - Manuel aspiracargo de
gerente na empresa.

12. (5351) PORTUGUÊS | FCC | MPE - PE | 2012

ASSUNTOS: REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

Seja qual for a resposta, em seu poema ele
lhe dizia que sua beleza era maior do que a
de uma mortal.

O verbo que exige o mesmo tipo de
complemento que o grifado acima está
empregado em:

- a) ... como um legado que provê o
fundamento de nossas sensibilidades.
- b) Poe certamente acreditava nisso...
- c) ... a primeira capaz de dar à palavra
escrita uma circulação geral...
- d) ... a primeira, em suma, a tornar-se
letrada no pleno sentido deste termo...
- e) Eis aí duas culturas, a grega e a romana,
que na Antiguidade se reuniram para...

Gabário: 1. (5273) B 2. (4627) B 3. (5411) D 4. (5258) D 5. (5099) Certo 6. (5414) A 7. (7655) C 8. (7651) E 9. (5412) E 10. (5078) Errado 11. (7649) D 12. (5351) C

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=33495>



Emprego do sinal indicativo de crase

Ocorre Crase

- Os alunos foram à direção. (A prep. + A artigo)
 - A prova à qual nos referimos foi ontem. (A prep. + A do pronome relativo A Qual)
 - A nossa prova é semelhante à de vocês. (A prep. + A pronome demonstrativo)
 - O estudante fez referência àquele recurso. (A prep. + A pronome demonstrativo Aquele).
1. Substitua a palavra feminina por outra masculina correlata; em surgindo a combinação AO, haverá crase.
 - Meus amigos foram à praia.
 - Nunca seremos indiferentes às pessoas necessitadas.
 2. Substitua os demonstrativos Aqueles(s), Aquela(s), Aquilo por A este(s), A esta(s), A isto; mantendo-se a lógica, haverá crase.
 - Nunca fizeram referência àquele problema.
 - Não contarei nada àquelas turmas.
 3. Antes de nome próprio de lugares, deve-se colocar o verbo VOLTAR; se dissermos VOLTO DA, haverá acento indicativo de crase; se dissermos VOLTO DE, não ocorrerá o acento.
 - Vou à Espanha. (volto da). Vou a Londres. (volto de).

Obs.: se o nome do lugar estiver acompanhado de uma característica (adjunto adnominal), o acento será obrigatório.

 - Vou a Portugal. Vou à Portugal das grandes navegações.

4. Nas locuções

- à frente de; à espera de; à procura de; à noite; à tarde; à esquerda; à direita; às vezes; às pressas; à medida que; à proporção que; à toa; à vontade, etc.
- Edgar estuda a noite.
- Edgar estuda à noite.
- Lavamos a mão.
- Lavamos à mão.
- Estudaremos a sombra.
- Estudaremos à sombra.

5. Na indicação de horas determinadas

- Ele saiu às duas horas e vinte minutos. (ao meio dia)
- Ele está aqui desde as duas horas. (o meio-dia).

Crase Opcional

Antes de nomes próprios femininos.

- Entregaram o resultado a Ana (ou à Ana).

Antes de pronomes possessivos femininos adjetivos no singular.

- Fiz alusão a minha amiga (ou à minha amiga).

Depois da preposição ATÉ.

- Fui até a secretaria. (ou até à secretaria).

Não ocorre crase

1. Antes de palavras masculinas.
 - Estamos a pé. Só vendem a prazo nesta loja.
2. Antes de verbos.
 - Estou disposto a colaborar com ele. Começou a chover agora!
3. Antes de artigo indefinido.
 - Chegamos a uma lanchonete no centro. Entregou o documento a uma gerente.
4. Antes de alguns pronomes
 - Passamos os dados do projeto a ela.
 - Eles podem ir a qualquer restaurante.
 - Refiro-me a esta aluna.
 - A pessoa a quem me dirigi estava atrapalhada.
 - O restaurante a cuja dona me referi é ótimo.
 - Entregamos tudo a você.
5. Depois de preposição.
 - Eles foram para a praia. Estava perante a juíza!
6. Quando o A estiver no singular e a palavra a que ele se refere estiver no plural.
 - Refiro-me a pessoas que são competentes. Nunca obedeci a tias do colégio!
7. Em locuções formadas pela mesma palavra.
 - Tomei o remédio gota a gota.
(cara a cara, lado a lado, face a face, passo a passo, frente a frente, dia a dia, etc.)

Exercício

Utilize o acento indicativo de crase quando necessário.

- a) Chegamos a ideia de que a regra não se refere a pessoas jovens.
- b) A todo momento, damos sinais de que nos apegamos a vida.
- c) Ela elevou-se as alturas.
- d) Os alunos davam valor as normas da escola.
- e) As duas horas as pegaríamos a frente da escola.
- f) Ele veio a negócios e precisa falar a respeito daquele assunto.
- g) Foi a Bahia, depois a São Paulo e a Porto Alegre.
- h) Eles tinham a mão as provas que eram necessárias.
- i) Graças a vontade de um companheiro de trabalho, reformulamos a agenda da semana.
- j) Refiro-me a irmã do colega e as cunhadas, mas nada sei sobre a mãe dele.
- k) Aderiu a turma a qual todos aderem.
- l) A classe a qual pertenço é a única que não fará a visita aquela praia.
- m) Não podemos ignorar as catástrofes do mundo e deixar a humanidade entregue a própria sorte.
- n) Somos favoráveis as orientações dos professores.
- o) O ser humano é levado a luta que tem por meta a resolução das questões relativas a sobrevivência.
- p) Sou a favor da preservação das baleias.
- q) Fique a espera do chefe, pois ele chegará as 14h.
- r) A situação a que me refiro tornou-se complexa, sujeita a variadas interpretações.
- s) Após as 18h, iremos a procura de auxílio.
- t) Devido a falta de quorum, suspendeu-se a sessão.
- u) As candidatas as quais foram oferecidas as bolsas devem apresentar-se até a data marcada.
- v) Dedicou-se a uma atividade beneficente, relacionada a continuidade do auxílio as camadas mais pobres da população.
- w) Se você for a Europa, visite os lugares a que o material turístico faz referência.
- x) Em relação a matéria dada, dê especial atenção aquele caso em que aparece a crase.
- y) Estaremos atendendo de segunda a sexta, das 8h as 19h.
- z) A pessoa a quem me refiro dedica-se a arte da cerâmica.

1. (7636) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | BACEN | 2010

ASSUNTOS: CRASE

Leia as frases abaixo

A Inglaterra aprovou uma lei pela qual o país terá de cortar em 80% ____ suas emissões de carbono.

O fato de as cifras virem ____ tona antes da conferência é outro sinal alentador. Esse cipoal de números torna complexa ____ discussão em Copenhague, mas não a inviabiliza. O Presidente Barack Obama anunciou que vai ____ Copenhague e que se compromete com um corte de 17% até 2020.

As palavras que, na sequência, preenchem as lacunas acima corretamente são:

- a) as - à - a - a.
- b) às - à - a - a
- c) às - a - à - à.
- d) as - a - a - à.
- e) as - a - a - a.

2. (22164) PORTUGUÊS | FCC | TRT - 18ª REGIÃO (GO) | 2013

ASSUNTOS: CRASE

Essa matriarca era de uma saúde admirável e não mais se intrometia na direção da casa. Tinha um pitinho pequenino de barro, feito capricho pelas paneleiras do lugar. O fumo era preparado por Nhá-Bá, colhido nas hortas. Destaladas, murchas as folhas, eram entregues velha mãe que fazia a torção de forma especial, que só ela sabia fazer. [...]

Daquela avó emanava um cheiro indefinido e adocicado de folhas murchas que se misturavam fumo desfiado, cânfora e baunilha.

(Cora Coralina. "Na Fazenda Paraíso", Op. cit., p.59)

Preenchem corretamente as lacunas dos versos acima, na ordem dada:

- a) a - à - à
- b) à - a - à
- c) a - à - a
- d) a - a - à
- e) à - à - a

3. (5240) PORTUGUÊS | FCC | INSS | 2012

ASSUNTOS: CRASE

... levava à crença na contínua evolução da sociedade ...

O emprego do sinal de crase, exemplificado acima, estará correto, unicamente, em

- a) aludir à felicidade geral.
- b) buscar à felicidade.
- c) propor à toda a população
- d) impor à esse grupo.
- e) discutir à obrigatoriedade da lei.

1 O Brasil é um território continental com 8,5 milhões
de km². Como consequência dessa vasta extensão, o país
apresenta expressiva diversidade natural, traduzida na
4 variedade de tipos climáticos, de solos, de vegetação, de fauna,
de relevo. A diversidade cultural também se destaca. Como
resultado da miscigenação étnica e cultural e de processos
7 diferenciados de ocupação e uso do território, o povo brasileiro
desenvolveu padrões culturais bastante variados, que são
percebidos na música, na religião, nas festas folclóricas, na
10 culinária, nos hábitos cotidianos.

Essa diversidade decorre de um padrão de
diferenciação socioespacial típico de países continentais como
13 o Brasil, e pode ser considerada uma importante vantagem
econômica ainda pouco explorada. Todavia, diferenciação
socioespacial e questão regional não são sinônimas. O que se
16 considera como a questão regional brasileira não se relaciona
a priori com a diferenciação socioespacial interna, mas sim
com a maneira pela qual as relações políticas e econômicas
19 foram adquirindo contornos ao longo do tempo, dado o próprio
ambiente de diversidade.

Nesse contexto multivariado, é importante assinalar
22 que a questão regional não é reflexo de um problema
econômico ou de um problema político, apenas. Isoladamente,
nem os aspectos econômicos nem os políticos são suficientes
25 para explicá-la ou mitigá-la, sendo essa, ao mesmo tempo, uma
questão econômica e política. Isso pode ser visto na maneira
pela qual os processos de integração físico-territorial e de
28 integração econômica foram conduzidos no país ao longo de
sua história recente.

É interessante notar que, em 1750, com a assinatura do
31 Tratado de Madri, o Brasil já tinha uma configuração territorial
bastante semelhante à de hoje. Isso revela que a unidade
territorial brasileira foi assegurada por mais de dois séculos
34 sem que até hoje o país tenha realizado uma integração
físico-territorial adensada, concreta. De certa forma, essa
estabilidade pode também ser interpretada como estagnação no
37 processo evolutivo da organização do Estado.

A PNDR em dois tempos: A experiência aprendida e o olhar
pela 2010. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional (MI)
Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2010.
Internet: <www.integracao.gov.br> (com adaptações)

4. (18621) PORTUGUÊS | CESPE | MI | 2013

ASSUNTOS: CRASE

Imediatamente antes do trecho “de hoje” (R.32), está implícita a ideia de “configuração territorial” (R.31), pelo que se justifica o emprego do sinal indicativo de crase na linha 32.

() Certo () Errado

5. (7632) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | TRANSPETRO | 2011

ASSUNTOS: CRASE

O sinal indicativo de crase é necessário em:

- A venda de computadores chegou a reduzir o preço do equipamento.
- Os atendentes devem vir a ter novo treinamento.
- É possível ir as aulas sem levar o notebook.
- Não desejo a ninguém uma vida infeliz.
- A instrutora chegou a tempo para a prova.

6. (7630) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | BNDES | 2011

ASSUNTOS: CRASE

O sinal indicativo da crase está empregado de acordo com a norma-padrão em:

- Depois de aportar no Brasil, Cabral retomou à viagem ao Oriente.
- O capitão e sua frota obedeceram às ordens do rei de Portugal.
- O ponto de partida da frota ficava no rio Tejo à alguns metros do mar.
- O capitão planejou sua rota à partir da medição de marinheiros experientes.
- Navegantes anteriores a Cabral haviam feito menção à terras a oeste do Atlântico.

7. (26307) PORTUGUÊS | FCC | TRE - SP | 2012

ASSUNTOS: CRASE

... os modernistas promoveram uma valorização diferente do léxico, paralela à renovação dos assuntos.

O sinal indicativo de crase presente na frase acima deve ser mantido em caso de substituição do segmento grifado por:

- muita inovação no repertório.
- uma grande reformulação dos temas.
- toda sorte de revigoração do repertório.
- profundas mudanças temáticas.
- inevitável transformação temática.

O Tribunal de Contas da União (TCU) fez uma série de recomendações à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para aperfeiçoamento dos processos relativos à arrecadação e à aplicação das receitas próprias da entidade.

O tribunal observou que o desempenho das atribuições inerentes ao poder de polícia da SUSEP sobre o mercado de corretagem de seguros precisava ser melhorado, pois não cabiam a essa superintendência, mas à Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros e de Resseguros (FENACOR), o controle das informações e a arrecadação de taxas referentes aos serviços decorrentes do exercício do referido poder.

Além disso, o TCU constatou que o “mercado marginal”, formado por pessoas físicas ou jurídicas que realizam operações de seguro, cosseguro e resseguro sem a devida autorização, continuava a crescer, apesar da aplicação de pesadas multas.

Internet: portal2.tcu.gov.br (com adaptações).

8. (5050) PORTUGUÊS | CESPE | TCU | 2012

ASSUNTOS: CRASE

Em relação aos sentidos e às estruturas linguísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

O emprego de sinal indicativo de crase em “à aplicação” (L.4) justifica-se porque a palavra “relativos” (L.3) exige complemento regido pela preposição a e a palavra “aplicação” está antecedida por artigo definido feminino.

() Certo () Errado

9. (7633) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | PETROBRÁS | 2011

ASSUNTOS: CRASE

Em qual dos pares de frases abaixo o a destacado deve apresentar acento grave indicativo da crase?

- a) Sempre que possível não trabalhava a noite. / Não se referia a pessoas que não participaram do seminário.
- b) Não conte a ninguém que receberei um aumento salarial. / Sua curiosidade aumentava a medida que lia o relatório.

- c) Após o julgamento, ficaram frente a frente com o acusado. / Seu comportamento descontrolado levou-o a uma situação irremediável.
- d) O auditório IV fica, no segundo andar, a esquerda. / O bom funcionário vive a espera de uma promoção.
- e) Aja com cautela porque nem todos são iguais a você. / Por recomendação do médico da empresa, caminhava da quadra dois a dez.

10. (5238) PORTUGUÊS | FCC | TRF - 2ª REGIÃO | 2012

ASSUNTOS: CRASE

Não deixa de ser paradoxal o fato de o crescimento da descrença, que parecia levar uma ampliação da liberdade, ter dado lugar escalada do fundamentalismo religioso, que se associam manifestações profundamente reacionárias.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- a) a - à - a
- b) à - a - a
- c) a - a - à
- d) à - à - a
- e) a - à - à

11. (5229) PORTUGUÊS | FCC | MPE - PE | 2012

ASSUNTOS: CRASE

... assim [ele] se via transportado de volta “à glória que foi a Grécia e à grandeza que foi Roma”.

Ambos os sinais indicativos de crase devem ser mantidos caso o segmento sublinhado seja substituído por:

- a) enaltecia.
- b) louvava.
- c) aludia.
- d) mencionava.
- e) evocava.

12. (5223) PORTUGUÊS | FCC | TST | 2012

ASSUNTOS: CRASE

Já existem pesquisas que se propõem estudar quais características as fotos de um perfil de rede social podem transmitir personalidade de seu usuário, e como esse conhecimento pode ser utilizado por ele para parecer, por exemplo, simpático, emocionalmente estável ou até mesmo aberto novas experiências.

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- a) a - à - a
- b) à - à - a
- c) a - a - à
- d) à - à - à
- e) à - a - à

13. (5231) PORTUGUÊS | FCC | TRE - SP | 2012

ASSUNTOS: CRASE

Assinale a alternativa que preenche corretamente, na ordem, as lacunas da frase apresentada.

A pesquisa, feita em terras destinadas agricultura, teve por objetivo estudar áreas que permitissem condições favoráveis de sobrevivência aves.

- a) à - às - as
- b) à - as - as
- c) à - as - às
- d) a - as - as
- e) a - às - às

É um erro buscar o crescimento pelo crescimento, sem levar em conta os seus efeitos mais amplos e as suas consequências. É necessário ponderar, entre outros fatores, o impacto ambiental. É fundamental também usar os frutos do crescimento, para aprimorar a qualidade de vida da população de maneira abrangente, e não apenas para favorecer certos grupos. Precisamos prestar atenção em como podemos tirar o melhor proveito do enriquecimento do país. Sou contra o crescimento pelo crescimento, e ofereço todas as minhas críticas àqueles que são a favor. Entretanto, àqueles que não buscam nenhum crescimento, como é o caso da Europa hoje em dia, minhas críticas são ainda mais severas. Adam Smith estava certo quando observou que o crescimento aumenta a renda da população e, assim, amplia a capacidade das pessoas de ter acesso a melhores condições de vida. Estava certo também quando disse que o crescimento gera os recursos necessários para que os governos possam exercer suas atividades essenciais.

Amartya Sen. Mercado, justiça e liberdade. In: Veja, 29/2012 (com adaptações)

14. (5065) PORTUGUÊS | CESPE | MP | 2012

ASSUNTOS: CRASE

Na linha 10, o emprego do sinal indicativo de crase em “àqueles” é exigido, na primeira ocorrência, pela presença da forma verbal “ofereço” (L.9) e, na segunda, pela presença do substantivo “críticas” (L.12).

() Certo () Errado

Eu sei, mas não devia

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia. A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplitude.

A gente se acostuma a acordar de manhã sobressaltado porque está na hora. A tomar o café correndo porque está atrasado. A ler o jornal no ônibus porque não pode perder o tempo da viagem. A comer sanduíche porque não dá para almoçar. A sair do trabalho porque já é noite. A cochilar no ônibus porque está cansado. A deitar cedo e dormir pesado sem ter vivido o dia.

A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração.

A gente se acostuma a esperar o dia inteiro e ouvir ao telefone: hoje não posso ir. A sorrir para as pessoas sem receber um sorriso de volta. A ser ignorado quando precisava tanto ser visto.

A gente se acostuma a pagar por tudo o que deseja e o de que necessita. E a lutar para ganhar o dinheiro com que pagar. E a ganhar menos do que precisa. E a fazer fila para pagar. E a pagar mais do que as coisas valem. [...] E a procurar mais trabalho, para ganhar mais dinheiro, para ter com que pagar nas filas em que se cobra. [...]

A gente se acostuma à poluição. As salas fechadas de ar-condicionado e cheiro de cigarro. A luz artificial de ligeiro tremor. Ao choque que os olhos levam na luz natural. As bactérias da água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios. Se acostuma a não ouvir passarinho, a não ter galo de madrugada, a temer a hidrofobia dos cães, a não colher fruta no pé, a não ter sequer uma planta.

A gente se acostuma a coisas de mais, para não sofrer. Em doses pequenas, tentando não perceber, vai afastando uma dor aqui, um ressentimento ali, uma revolta acolá. Se o cinema está cheio, a gente senta na primeira fila e torce um pouco o pescoço. Se a praia está contaminada, a gente molha só os pés e sua no resto do corpo. [...] E se no fim de semana não há muito o que fazer, a gente vai dormir cedo e ainda fica satisfeito porque tem sempre sono atrasado.

A gente se acostuma para não se ralar na aspreza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baloneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.

COLASANTI, Marina. *Eu sei, mas não devia*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996. p. 9. Adaptado.

16. (5222) PORTUGUÊS | FCC | TRF - 5ª REGIÃO | 2012

ASSUNTOS: CRASE

O detetive Gervase Fen, que apareceu em 1944, é um homem de face corada, muito afeito frases inteligentes e citações dos clássicos; sua esposa, Dolly, uma dama meiga e sossegada, fica sentada tricotando tranquilamente, impassível propensão de seu marido investigar assassinatos.

(Adaptado de P.D.James, op.cit.)

Preenchem corretamente as lacunas da frase acima, na ordem dada:

- a) à - à - a
- b) a - à - a
- c) à - a - à
- d) a - à - à
- e) à - a - a

15. (5403) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | LIQUIGÁS | 2012

ASSUNTOS: CRASE

As crases grafadas no início de cada uma das seguintes frases do texto se justificam pela exigência do verbo acostumar: “Às bactérias de água potável. À contaminação da água do mar. À lenta morte dos rios.” (L. 40-41)

Uma quarta frase que poderia estar nessa sequência, grafada de acordo com a norma-padrão, seria a seguinte:

- a) À ver injustiças
- b) À vida sem prazer.
- c) À alguma forma de tristeza.
- d) À todas as mazelas do mundo
- e) À essa correria em busca do sucesso.

Gabarito: 1. (7636) A 2. (22164) C 3. (5240) A 4. (18621) Certo 5. (7632) C 6. (7630) B 7. (26307) E
 8. (5050) Certo 9. (7633) D 10. (5238) A 11. (5229) C 12. (5223) A 13. (5231) C 14. (5065) Certo
 15. (5403) B 16. (5222) B



Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=33552>



Sintaxe do período

As conjunções podem ser classificadas em:

Coordenativas: ligam orações independentes, ou seja, que possuem sentido completo.

1. **Aditivas:** expressam ideia de adição, soma, acréscimo.

São elas: e, nem, não só... mas também, mas ainda, etc.

- “A alegria evita mil males e prolonga a vida.” (Shakespeare)
- “No banquete da vida a amizade é o pão, e o amor é o vinho”
- Não avisaram sobre o feriado, nem cancelaram as aulas.

2. **Adversativas:** expressam ideia de oposição, contraste.

São elas: mas, porém, todavia, contudo, no entanto, entretanto, não obstante, etc.

- “O que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons.” (Martin Luther King)
- “Todos caem; apenas os fracos, porém, continuam no chão.” (Bob Marley)

3. **Alternativas:** expressam ideia de alternância ou exclusão.

São elas; ou, ou... ou, ora... ora, quer... quer, etc.

- “Toda ação humana, quer se torne positiva, quer negativa, precisa depender de motivação.” (Dalai Lama)
- Ora estuda com disposição, ora dorme em cima das apostilas.

4. **Conclusivas:** expressam ideia de conclusão ou uma ideia consequente do que se disse antes. São elas: logo, portanto, por isso, por conseguinte, assim, de modo que, em vista disso então, pois (depois do verbo) etc.

- Apaixonou-se;deve, pois, sofrer em breve.
- “Só existem dois dias no ano que nada pode ser feito. Um se chama ontem e o outro se chama amanhã, portanto hoje é o dia certo para amar, acreditar, fazer e principalmente viver.” (Dalai Lama)

5. **Explicativas:** a segunda oração dá a explicação sobre a razão do que se afirmou na primeira oração. São elas: pois, porque, que.

- “Não faças da tua vida um rascunho, pois poderás não ter tempo de passá-la a limpo.” (Mario Quintana)
- “Prepara que agora é a hora do show das poderosas.” (Chico Buarque #sqn)
- Edgar devia estar nervoso, porque não parava de gritar na aula.

Subordinativas: ligam orações dependentes, de sentido incompleto, a uma oração principal que lhe completa o sentido. Podem ser adverbiais, substantivas e adjetivas; neste caso, estudaremos as conjunções que introduzem as orações subordinadas adverbiais.

1. **Causais:** expressam ideia de causa, motivo ou a razão do fato expresso na oração principal. São elas: porque, porquanto, posto que, visto que, já que, uma vez que, como, etc.

- “Choramos ao nascer porque chegamos a este imenso cenário de dementes.” (William Shakespeare)
- “Eu possa me dizer do amor (que tive): que não seja imortal, posto que é chama.
- Mas que seja infinito enquanto dure. “ (Vinicius de Moraes)

2. **Comparativas:** estabelecem uma comparação com o elemento da oração principal. São elas: como, que (precedido de “mais”, de “menos”, de “tão”), etc.

- “Como arroz e feijão, é feita de grão em grão nossa felicidade.” (Teatro Mágico)
- “Esses padres conhecem mais pecados do que a gente...” (Mario Quintana)

3. **Condicionais:** expressam ideia de condição ou hipótese para que o fato da oração principal aconteça. São elas: se, caso, exceto se, a menos que, salvo se, contanto que, desde que, etc.

“Se tu me amas, ama-me baixinho
 Não o grites de cima dos telhados
 Deixa em paz os passarinhos
 Deixa em paz a mim!
 Se me queres, enfim,
 tem de ser bem devagarinho, Amada,
 que a vida é breve, e o amor mais breve ainda...” (Mario Quintana)

- “A preguiça é a mãe do progresso. Se o homem não tivesse preguiça de caminhar, não teria inventado a roda..” (Mario Quintana)

4. **Consecutivas:** expressam ideia de consequência ou efeito do fato expresso na oração principal. São elas: que (precedido de termo que indica intensidade: tão, tal, tanto, etc.), de modo que, de sorte que, de maneira que, etc.

“O poeta é um fingidor.
 Finge tão completamente
 Que chega a fingir que é dor
 A dor que deveras sente.” (Fernando Pessoa)

- A gente é tão cúmplice um do outro que nem precisa se olhar!

5. **Conformativas:** expressam ideia de conformidade ou acordo em relação a um fato expresso na oração principal. São elas: conforme, segundo, consoante, como.

- “Os homens estimam-vos conforme a vossa utilidade, sem terem em conta o vosso valor” (Balzac)
- Como tínhamos imaginado, a Casa do Concurseiro sempre é a melhor opção.

6. **Concessivas:** expressam ideia de que algo que se esperava que acontecesse, contrariamente às expectativas, não acontece. São elas: embora, conquanto, ainda que, se bem que, mesmo que, apesar de que, etc.

- “A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida.” (Vinicius de Moraes)
- “É sempre amor, mesmo que mude. É sempre amor, mesmo que alguém esqueça o que passou.” (Bidê ou balde)

7. **Finais:** expressam ideia de finalidade. São elas: a fim de que, para que, que, etc.

“Para sêr grande, sê inteiro; nada teu exagera ou exclui;
Sê todo em cada coisa; põe quanto és
No mínimo que fazes;
Assim em cada lago, a lua toda
Brilha porque alta vive.” (Fernando Pessoa)

- As pessoas devem estudar para que seus sonhos se realizem.

8. **Proporcionais:** expressam ideia de proporção, simultaneidade. São elas: à medida que, à proporção que, ao passo que, etc.

- Ao passo que o tempo corre, mais nervoso vamos ficando.

9. **Integrantes:** introduzem uma oração que integra ou completa o sentido do que foi expresso na oração principal. São elas: que, se.

- “Mas o carcará foi dizer à rosa que a luz dos cristais vem da lua nova e do girassol.” (Natiruts)
- “Eu não quero que você esqueça que eu gosto muito de você” (Natiruts)

10. **Temporais:** expressam anterioridade, simultaneidade, posteridade relativas ao que vem expresso na oração principal. São elas: quando, enquanto, assim que, desde que, logo que, depois que, antes que, sempre que, etc.

- “Quando o inverno chegar, eu quero estar junto a ti .” (Tim Maia)
- “Só enquanto eu respirar, Vou me lembrar de você.” (Teatro Mágico)

Exercício

Classifique as orações subordinadas adverbiais:

- a) Ganharemos o jogo, se ele fizer muitos gols.
- b) O time não venceu, visto que o treinamento foi insuficiente.
- c) Ganhamos o jogo, conforme os comentaristas previam.
- d) Treina com vontade, à medida que seu desempenho melhora.
- e) Posto que me peça de joelhos, não emprestarei o carro.
- f) Tal era o seu talento, que logo foi promovida.
- g) Enquanto a mulher trabalha, o marido lava a roupa.
- h) Caso diga a verdade, serei absolvido.
- i) Como era eficiente, candidatou-se ao cargo.
- j) Apesar de ser gremista, torcia por qualquer time gaúcho!
- k) Cada vez que ela chega, meu coração dispara!
- l) Por mais que te esforces, não conseguirás esquecer o que passou!
- m) Uma vez que estudasse, passaria neste concurso.
- n) Uma vez que estudou, passou neste concurso.
- o) Meu colega, assim que me viu, começou a rir!
- p) Conforme era previsto, choveu o dia todo.
- q) Dançou tanto que ficou dolorida.
- r) O texto da prova, como se esperava, foi muito fácil.
- s) Seu elogio ficou em minha vida como um símbolo de vitória.
- t) Como nunca conseguiu enganar o namorado, desistiu do casamento.
- u) Como a discussão dela não tinha motivo, saí para beber com os amigos.
- v) Mesmo que com medo, coversou com ela.
- w) Assim que tiveres tempo, envia o e-mail.

Dê uma chance ao ser humano

A vizinha tocou a campainha e, quando abri a porta, surpresa com a visita inesperada, ela entrou, me abraçou forte e falou devagar, olhando fundo nos meus olhos: "Você tem sido um vizinho muito compreensivo, e eu ando muito relapsa na criação dos meus cachorros. Isso vai mudar!" Desde então, uma série de procedimentos na casa em frente à minha acabou com um pesadelo que me atormentou por mais de um ano. Sei que todo mundo tem um caso com o cachorro do vizinho para contar, mas, com final feliz assim, francamente, duvido. A história que agora passo a narrar do início explica em grande parte por que ainda acredito no ser humano — ó, raça!

Meus vizinhos, pelo menos assim os vejo da janela lá do café, não são pessoas comuns. Falo de gente especial, um casal de artistas, ele músico, ela bailarina, dupla de movimentos suaves e silenciosos, olhar maduro, fuso horário próprio e descompromisso amplo, geral e irrestrito com a pressa na execução das tarefas domésticas que assumem sem ajuda de ninguém. [...] A paz mora do outro lado da rua e, confesso, morro de inveja quando me mato de trabalhar noite adentro ali adiante. Queria ser como eles.

Quando o primeiro pastor alemão chegou ainda moleque para morar com meus adoráveis vizinhos, a casa de pedra onde eles moravam viveu dias de alegria contagiante. O bicho era uma gracinha, foi crescendo, começou a latir, mas nada que quebrasse a harmonia do lugar. [...] Quando, logo depois do primeiro acasalamento, o segundo pastor alemão fez crescer a família, cada paralelepípedo da minha rua presenciou o que estava para acontecer. Ou não! De qualquer forma, eu achava que, se porventura aquilo virasse o inferno que se anunciava, outro vizinho decerto perderia a paciência antes de mim, que, afinal, virei tiete do jeito de viver que espiava pela janela do escritório de casa. Eu, ir lá reclamar, nunca!

Não sei se os outros vizinhos decidiram em assembleia que esperariam a todo custo por uma reação minha, mas, para encurtar a história, o fato é que um ano e tanto depois da chegada do primeiro pastor alemão àquela casa, eu tive um ataque, enlouqueci, surtei. Imagine o mico: vinha chegando da rua com meus filhos — gêmeos de 10 anos —, chovia baldes, eu não conseguia achar as chaves e os bichos gritavam como se fôssemos assaltantes de banco. [...]

— Cala a boooooocaaa! — gritei para ser ouvido em todo o bairro. Os cachorros emudeceram por 10 segundos. Fez-se um silêncio profundo na Gávea. Os garotos me olhavam como se estivessem vendo alguém assim, inteiramente fora de si, pela primeira vez na vida. Eu mesmo não me reconhecia, mas, à primeira rosnada que se seguiu, resolvi ir em frente, impossível recuar: "Cala a boooooocaaa! Cala a boooooocaaa!" Silêncio total. Os meninos estavam agora admirados: acho que jamais tinham visto aqueles bichos de boca fechada.

[...] Entrei rápido com as crianças entre arrasado e aliviado. Achei na hora que devia conversar com meus filhos, que melhor ainda seria escrever com eles uma carta educada e sincera explicando a situação aos nossos vizinhos preferidos.

Comecei pedindo desculpas pela explosão daquela noite, mas pedia licença para contar o drama que se vivia do lado de cá da rua. Havia muito tempo não entrava nem saía de casa sem que os cães dessem alarme de minha presença na rua. Tinha vivido uma época de separações, morte de gente muito querida, além de momentos de intensa felicidade, sempre com aqueles bichos latindo sem parar. [...] — escrevi algo assim, mais resignado que irritado, o arquivo original sumiu do computador.

Mas chegou aonde devia ou a vizinha não teria me dado aquele abraço comovido na noite em que abri a porta, surpresa com ela se anunciando no interfone, depois de meu chilique diante de casa. [...]

Desde então — há coisa de um mês, portanto —, meus vizinhos têm feito o possível para controlar o ímpeto de seus bichos, que já não me vigiam dia e noite, arrumaram para eles coisa decerto mais interessante a fazer no quintal. [...] Às vezes não acredito que isso esteja realmente acontecendo neste mundo cão em que vivemos. Se não estou vendo coisas — o que também ocorre com certa frequência —, o ser humano talvez ainda tenha alguma chance de dar certo. Pense nisso!

VASQUES, Tutty. Dê uma chance ao ser humano. In: SANTOS, Joaquim Ferreira. *As Cans Melhores Crônicas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p. 311-313. Adaptado.

Na passagem "Você tem sido um vizinho muito compreensivo, e eu ando muito relapsa na criação dos meus cachorros. Isso vai mudar!" (L. 4-6) a conjunção que permite a junção da última oração acima com sua antecedente, sem alterar o sentido, é:

- a) logo
- b) porque
- c) mas
- d) pois
- e) embora

2. (4636) PORTUGUÊS | FCC | INSS | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Com o avançar da idade, eles precisam de mais cálcio e vitaminas...

Iniciando o período por Eles precisam de mais cálcio e vitaminas, o segmento grifado poderá passar corretamente a:

- a) à medida que a idade vai avançando.
- b) conquanto a idade avance.
- c) se a idade for avançando.
- d) ainda que a idade vá avançando.
- e) em comparação à idade que avança.

1. (5451) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | BNDES | 2011

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

1 Segundo uma abordagem educacional tradicional, a
educação objetiva a transmissão dos saberes formulados ao
4 longo da história, cabendo ao educando as funções de
memorizá-los e de reproduzi-los. Em uma visão
contemporânea, a educação tem como objetivo a formação
7 da cidadã, que abrange um conhecimento qualificado fomentador
da construção da moral e do comportamento individual e social
infantojuvenil.

10 Nos dias de hoje, independentemente da evolução e do
avanço das teorias e práticas pedagógicas e de suas novas
perspectivas quanto às reformulações educacionais e às
13 mudanças que dizem respeito ao educar, profissionais das
ciências humanas e sociais têm focado um grande problema:
as causas da evasão escolar.

16 Na mídia e em reuniões cotidianas, discutem-se os
motivos da baixa frequência escolar, problema que parece não
ter ainda uma solução definitiva. Não se trata apenas de
déficit de aprendizagem e de dificuldades econômicas e
19 motivacionais, sejam referentes aos métodos utilizados pelos
professores, sejam relativas ao próprio significado que a
educação tem para as pessoas. O problema da evasão escolar
22 possivelmente está centrado na deficiência de conscientização
da cidadania, por parte da família ou do próprio aluno, e
também na escola, onde as dificuldades educacionais são
25 formadas e onde, portanto, deveriam ser solucionadas. De toda
sorte, tratar a evasão escolar em âmbitos diversos que não o
pedagógico pode produzir resultados perversos, como a
28 exclusão do aluno e sua autoexpulsão do sistema educacional.
Entretanto, dar respostas contundentes ao problema passa
também pela compreensão e discussão de seus significados, já
31 que reconhecê-los permite ao indivíduo transformá-los.

Nilton S. Formiga et al. As causas da evasão
escolar: um estudo descrito em jovens brasileiros.
Internet: <www.psicologia.pt> (com adaptações).

3. (18608) PORTUGUÊS | CESPE | UNIPAMPA | 2013

**ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO
E DO PERÍODO (COORDENADAS E
SUBORDINADAS)/NEXOS**

Na linha 12, “ao educar” é oração com
sentido temporal.

() Certo () Errado

1 Bandos de homens armados perpetraram anualmente
450 roubos a bancos e carros-fortes no Brasil. Tais episódios
põem em risco a vida de clientes, agentes de segurança e
4 policiais, mas o prejuízo financeiro é relativamente pequeno
para as instituições. Para os bancos, a maior ameaça está
7 embutida nos serviços prestados pela Internet ou por outros
meios eletrônicos. As perdas resultantes de assaltos são de
7 50 milhões de reais anuais. Já os crimes cujas armas são os
computadores devem, em 2010, ser responsáveis por perdas
10 de 900 milhões de reais, dezoito vezes mais que nos assaltos
convencionais.

13 Os crimes eletrônicos proliferam porque oferecem
pouco risco aos bandidos, e as autoridades têm dificuldade de
13 puni-los. O Código Penal não prevê os crimes virtuais. Quando
são presos, os criminosos respondem geralmente por
16 estelionato, cuja pena máxima é de cinco anos de cadeia. Se
fossem condenados por assalto a banco, eles poderiam ser
punidos com até quinze anos de prisão. Por causa dessas
19 vantagens, há de 100 a 150 quadrilhas virtuais em atividade no
país. Para reverter esse quadro, a Federação Brasileira de
Bancos tenta convencer o Congresso Nacional a criar uma
22 legislação específica para punir os delitos eletrônicos,
semelhante àquela adotada há nove anos pela União Europeia.

André Vargas. Assalto.com.br. *Veja*, 24/11/2010 (com adaptações).

**4. (4479) PORTUGUÊS | CESPE | POLÍCIA
FEDERAL | 2011**

**ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO
E DO PERÍODO (COORDENADAS E
SUBORDINADAS)/NEXOS**

Com base nas ideias do texto, julgue os itens
a seguir.

A conjunção “mas” (L.4) poderia ser
substituída, no texto, sem afetar o sentido
ou a correção gramatical deste, por todavia
ou por entretanto.

() Certo () Errado

5. (4624) PORTUGUÊS | FCC | TRT - 6ª REGIÃO (PE) | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

No entanto, da Antiguidade aos tempos modernos a história é fértil em relatos protagonizados por guerreiras.

Mantendo-se a correção e a lógica, sem que qualquer outra alteração seja feita na frase, o segmento grifado acima pode ser substituído por:

- a) Todavia.
- b) Conquanto.
- c) Embora.
- d) Porquanto.
- e) Ainda que.

1 Eu não gosto de ninguém, ele quase respondeu, refreando-se a tempo; faz sentido, ele mesmo concluía — é o pior momento da minha vida, sem a mulher, sem o filho, sem 4 dinheiro, e desgraçadamente sem literatura. Uma letra de tango. Ou “um maneirista da própria sombra”, como escreveu Eusébio de Mattos no Suplemento de Arte, demolindo-o até a última 7 linha com o sadismo certo dos grandes críticos. Para um país sem crítica, aquele texto chegava a ser uma boa surpresa, ainda que deixasse entrever mais o prazer do ataque que o lamento 10 sincero de um estudioso honesto, o *tsc tsc tsc* diante de um escritor que nunca “chegou lá” na corrida de cavalos letrados do panorama nacional — e Donetti sentiu a respiração oprimida 13 pelo rancor. O célebre homem brasileiro cordial é cordial não porque seja polido, o que ele nunca foi, mas porque nada nunca passa pelo cérebro antes de chegar à vida — é só um coração 16 batendo forte no meio da rua, que é o seu lugar.

Cristovão Tezza. Um erro emocional. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 91 (com adaptações).

6. (4477) PORTUGUÊS | CESPE | PC - ES | 2011

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Em relação às ideias e a aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens a seguir.

No trecho “ainda que deixasse entrever” (L.8-9), a locução conjuntiva “ainda que” poderia ser substituída por embora, sem que fosse alterado o sentido da oração.

- () Certo () Errado

7. (4616) PORTUGUÊS | FCC | MPE - AP | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

E assim, num impulso, lança a primeira pincelada que, embora imprevista....

Mantendo-se a correção e a lógica, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o elemento grifado acima pode ser substituído por:

- a) contudo.
- b) entretanto.
- c) apesar de.
- d) porém.
- e) enquanto que.

8. (4635) PORTUGUÊS | FCC | INSS | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

... embora a maioria das pessoas consuma calorias suficientes ... (início do 2º parágrafo)

A conjunção grifada acima imprime ao contexto noção de:

- a) finalidade de uma ação.
- b) temporalidade relativa a um fato.
- c) concessão quanto à afirmativa que a segue.
- d) conjectura que não se realiza.
- e) incerteza quanto à comprovação de um fato.

1 O início das operações do primeiro Banco do Brasil,
em 1809, pode ser considerado um marco fundamental na
história monetária do Brasil e de Portugal, não só por ter sido
4 a primeira instituição bancária portuguesa, mas também por
representar uma mudança significativa no meio circulante do
Brasil, já que houve emissão de notas bancárias. Até então, as
7 funções de meio de troca e de pagamentos haviam sido
cumpridas exclusivamente por moedas mercadorias — a
exemplo do açúcar e do algodão — e por moedas metálicas
10 originárias de Portugal e de outras partes do mundo ou
cunhadas na Colônia.

A cunhagem de moedas na Colônia desenvolveu-se
13 por meio da instalação, em Salvador, na Bahia, da Casa da
Moeda, em fins do século XVII. No entanto, a prática de
cunhagem no interior da Colônia não eliminou, no Brasil, as
16 trocas realizadas por intermédio de moedas estrangeiras. No
extremo norte, por exemplo, continuavam sendo usadas no
comércio moedas mexicanas e peruanas, e no extremo sul, na
19 área onde atualmente se localiza o estado do Rio Grande do
Sul, circulavam indistintamente moedas brasileiras e dos países
vizinhos.

Internet: <www.revistatenalivre.com> (com adaptações).

9. (4481) PORTUGUÊS | CESPE | BRB | 2011

**ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO
E DO PERÍODO (COORDENADAS E
SUBORDINADAS)/NEXOS**

Com relação às estruturas linguísticas e aos sentidos do texto acima, julgue os itens seguintes.

Preservam-se a correção gramatical e o sentido do texto ao se substituir o termo “No entanto” (L.14) por qualquer um dos seguintes: Porém, Contudo, Conquanto, Todavia, Entretanto.

() Certo

() Errado

**10. (4620) PORTUGUÊS | FCC | TRF - 2ª REGIÃO
| 2012**

**ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO
E DO PERÍODO (COORDENADAS E
SUBORDINADAS)/NEXOS**

Os resultados preocupam. É indiscutível que a prática de esportes, associada a uma alimentação regrada, está diretamente ligada a uma vida mais saudável.

Transformando as duas afirmativas acima em um só período, com as alterações necessárias, a conjunção que deverá uni-las está grifada em:

- a) Os resultados preocupam, pois é indiscutível ...
- b) Os resultados preocupam, contanto que seja indiscutível ...
- c) Os resultados preocupam, caso seja indiscutível ...
- d) Os resultados preocupam, porém é indiscutível ...
- e) Os resultados preocupam, para que seja indiscutível ...

1 A discriminação, como um componente indissociável
do relacionamento entre os seres humanos, reveste-se
inegavelmente de uma roupagem competitiva. Afinal,
4 discriminar nada mais é do que tentar reduzir as perspectivas
de uns em benefício de outros. Quanto mais intensa a
discriminação e mais poderosos os mecanismos inerciais que
7 impedem o seu combate, mais ampla é a clivagem entre
discriminador e discriminado. Dessa lógica resulta,
inevitavelmente, que aos esforços de uns em prol da
10 concretização da igualdade se contraponham os interesses de
outros na manutenção do *status quo*. É crucial, pois, que as
ações afirmativas, mecanismo jurídico concebido com vistas a
13 quebrar essa dinâmica perversa, sofram o influxo dessas forças
contrapostas e atraiam considerável resistência, sobretudo da
parte dos que historicamente se beneficiaram da exclusão dos
16 grupos socialmente fragilizados.

Ao Estado cabe, assim, a opção entre duas posturas
distintas: manter-se firme na posição de neutralidade e permitir
19 a total subjugação dos grupos sociais desprovidos de voz, de
força política e de meios de fazer valerem os seus direitos; ou,
ao contrário, atuar ativamente para mitigar as desigualdades
22 sociais, cujo público-alvo é precisamente as minorias raciais,
étnicas, sexuais e nacionais.

Joaquim Barbosa B. Gomes. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: AJLF E (Org.) Seminário Internacional: as minorias e o direito. 1.ª ed. 2003, p. 91-2 (com adaptações).

1 O governo encaminhou ao Congresso um plano
nacional de educação para vigorar na década que está
começando. O plano ainda em vigor foi aprovado em 2001 e
4 cumpriu papel relevante. Embora os desafios que se tem pela
frente sejam enormes, o novo plano tem o mérito de pôr a
educação na agenda política e, principalmente, o de estabelecer
7 metas de qualidade para o setor.

O Brasil possui hoje um sistema de aferição da
qualidade da educação em diferentes níveis, estado por estado,
10 e até em microrregiões homogêneas. É possível aferir-se a
qualidade do ensino distintamente no sistema público e nas
escolas particulares. Com esses dados, os educadores contam
13 com preciosa base de informações para traçar planejamento de
médio e longo prazos, pôr em prática mudanças pedagógicas
e reivindicar dos políticos e das autoridades governamentais
16 ferramentas para que o país avance nesse campo.

O novo plano buscará uma meta ousada: no início da
terceira década do século XXI, os índices de qualidade da
19 educação deverão alcançar patamar já ostentado por nações
desenvolvidas.

Sem que os professores sejam motivados, as metas
22 propostas jamais serão alcançadas. É claro que os educadores
poderão recorrer cada vez mais à tecnologia para cumprir suas
tarefas. Computadores em laboratórios nas escolas ou nas salas
25 de aula possibilitam o acesso a redes de educação que aceleram
o aprendizado. Além disso, a educação infantil (creches e
pré-escola) favorece esse aprendizado. Estatísticas recentes em
28 alguns estados que adotaram essas estratégias mostram redução
considerável do analfabetismo funcional — que antes
alcançava índices alarmantes de 60% na quarta série do ensino
31 fundamental.

O plano nacional de educação serve de mapa para que
a população brasileira possa acompanhar os objetivos que estão
34 sendo perseguidos. Nele, não estão definidas as fontes de
financiamento do setor, mas talvez isso não seja o mais
essencial. Consideramos que o importante é que se dê destaque
37 à educação na agenda política da nação.

O Globo, 22/12/2010 (com adaptações).

11. (4458) PORTUGUÊS | CESPE | CNJ | 2013

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

Na linha 11, o vocábulo “pois” está empregado com valor conclusivo, equivalendo a portanto.

() Certo () Errado

12. (4485) PORTUGUÊS | CESPE | SAEB - BA | 2011

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Pelos sentidos do texto, estaria correto inserir antes de “Estatísticas recentes” (L.27), com a devida alteração de maiúscula e minúscula, o segmento

- a) Embora.
- b) A fim de que.
- c) Porquanto.
- d) Tanto é assim que.

13. (4628) PORTUGUÊS | FCC | TRE - SP | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

Vencido o estágio mais básico da sobrevivência, esse grupo passa a se preocupar com o futuro ... (último parágrafo)

Iniciando-se o período acima por Esse grupo passa a se preocupar com o futuro, o elemento grifado pode ser corretamente alterado para:

- a) para vencer
- b) enquanto vencia
- c) à medida que vencia
- d) conquanto vencesse
- e) depois de vencer

14. (5448) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | EPE | 2012

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

No texto, a expressão *No entanto* (L. 37) pode ser substituída, sem alteração do sentido, por:

- a) Desde que
- b) Entretanto
- c) Porque
- d) Quando
- e) Uma vez que

15. (16002) PORTUGUÊS | A CASA DAS QUESTÕES | A CASA DAS QUESTÕES | 2013

ASSUNTOS: SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO (COORDENADAS E SUBORDINADAS)/NEXOS

O nexos “porém” (l.3) poderia ser trocado, com correção gramatical, sem prejuízo de sentido na oração em que ocorre por contudo, todavia, conquanto ou entretanto.

- () Certo () Errado

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=33610>



Pontuação

Emprego da Vírgula

Na ordem direta da oração (**sujeito + verbo + complemento(s) + adjunto adverbial**), NÃO use vírgula entre os termos. Isso só ocorrerá ao deslocarem-se o predicativo ou o adjunto adverbial.

- Os professores da Casa do Concurseiro entregaram as dicas aos alunos nesta semana.
- Os professores da Casa do Concurseiro entregaram aos alunos as dicas nesta semana.

Dica zambeliana = Não se separam por vírgula:

- predicado de sujeito = Ocorrem, bons concursos nesta época!
- objeto de verbo = Entregamos, ao grupo, algumas questões.
- adjunto adnominal de nome = A questão, de Português, está comentada no site!

Entre os termos da oração

1. Para separar itens de uma série. (Enumeração)

- Alegrias, tristezas, fracassos e êxitos fazem parte da vida.
- Precisa-se de pedreiros, de serventes, de mestre-de-obras.

2. Para assinalar supressão de um verbo.

- “Os tristes acham que o vento geme; os alegres, que ele canta.” (Veríssimo)

3. Para separar o adjunto adverbial deslocado.

- " Na plenitude da felicidade, cada dia é uma vida inteira." (Goethe)
- “Sua tarefa é descobrir o seu trabalho e, com todo o coração, dedicar-se a ele.” (Buda)
- As pessoas, muitas vezes, são falsas.

Obs.: Se o adjunto adverbial for pequeno, a utilização da vírgula não é necessária, a não ser que se queira enfatizar a informação nele contida.

- Ontem comemoramos o seu aniversário.



4. Para separar o apostro.
 - Sempre segui duas dicas: sorria sempre e tenha amigos!
 - “Há duas épocas na vida, infância e velhice, em que a felicidade está numa caixa de bombons.” (Drummond)
5. Para separar o vocativo.
 - Senhores passageiros, desliguem os celulares.
6. Para separar expressões explicativas, retificativas, continuativas, conclusivas ou enfáticas (aliás, além disso, com efeito, enfim, isto é, em suma, ou seja, ou melhor, por exemplo, etc).
 - O problema, me parece, é quando um quer revelar e o outro não.
 - Preciso estudar, ou seja, adeus final de semana.
 - Falar ao celular na aula é, em suma, manifestação de falta de respeito.

Entre as orações

1. Para separar orações coordenadas assindéticas.
 - “Não me falta cadeira, não me falta sofá, só falta você sentada na sala, só falta você estar.” (Arnaldo Antunes)
2. As orações coordenadas devem sempre ser separadas por vírgula. Oorações coordenadas são as que indicam adição (e, nem, mas também), alternância (ou, ou ... ou, ora ... ora), adversidade (mas, porém, contudo...), conclusão (logo, portanto...) e explicação (porque, pois).
 - Ela queria muito aquele concurso, entretanto não estudava muito.
 - Sempre fui assim, portanto não vou mudar.
3. Para separar orações coordenadas sindéticas ligadas por “e”, desde que os sujeitos sejam diferentes.
 - As pessoas assistiam ao protestos pacificamente, e a polícia respeitava a todos.
 - Os sentimentos podem mudar com o tempo e as pessoas não entendem isso!

4. Para separar orações adverbiais, especialmente quando forem longas.
 - Em determinado momento, Edgar chorou de raiva, porque não compreendia os verbos!
5. Para separar orações adverbiais antepostas à principal ou intercaladas, tanto desenvolvidas quanto reduzidas.
 - Como queria deixar de ser solteira, estudava com afinco.
 - Nossos sonhos, conforme os olhos relatam, são possíveis.

6. Orações Subordinadas Adjetivas

Podem ser:

- a) **Restritivas** – delimitam o sentido do substantivo antecedente (sem vírgula). Encerram uma qualidade que não é inerente ao substantivo.
 - Os Estados que devem ao governo terão o crédito cortado pelo Banco Central.
 - Os alunos que se matricularam neste curso ganharão um presente!
 - As rosas que são vermelhas embelezam o planeta.
- b) **Explicativas** – explicações ou afirmações adicionais ao antecedente já definido plenamente (com vírgula). Encerram uma qualidade inerente ao substantivo.
 - A telefonia móvel, que facilitou a vida do homem moderno, provocou também situações constrangedoras.
 - As crianças, que gostam de dançar, se divertiram muito.
 - As violetas, que são pequenas flores, alegam minha vida.

Emprego do Ponto-e-Vírgula

1. Para separar orações que contenham várias enumerações já separadas por vírgula ou que encerrem comparações e contrastes.
 - Durante a aula do Edgar, estudou-se largamente as taxas de juros; na aula do Zambeli, os alunos aprenderam que essas taxas eram com “x”.
 - Muitos se esforçam; poucos conseguem.

2. Para separar orações em que as conjunções adversativas ou conclusivas estejam deslocadas.
 - O colega sempre conversava durante as aulas; as pessoas da turma, todavia, não suportavam aquela atitude.
 - Vamos terminar este namoro; considere-se, portanto, livre deste compromisso.
3. Para alongar a pausa de conjunções adversativas (mas, porém, contudo, todavia, entretanto, etc.) , substituindo, assim, a vírgula.
 - Gostaria de estudar hoje; todavia, só chegarei perto dos livros amanhã.

Emprego dos Dois-Pontos

1. Para anunciar uma citação.
 - Lembrando um poema de Vinícius de Moraes: "Tristeza não tem fim, Felicidade sim."
2. Para anunciar uma enumeração, um aposto, uma explicação, uma consequência ou um esclarecimento.
 - Sempre tive três grandes amigos: Edgar, Pedro e Sérgio.
 - Não há motivo para preocupações: tudo já está resolvido.

Exercícios

- a) O noivo apresentou várias pessoas aos amigos com objetividade.
- b) Com objetividade o noivo apresentou várias pessoas aos amigos.
- c) O noivo com objetividade apresentou várias pessoas aos amigos.
- d) O gerente apresentou com determinação várias sugestões aos acionistas.
- e) Os namorados após meticulosa discussão decidiram acabar o relacionamento.
- f) Os namorados realizaram com extrema eficácia a catalogação dos bens.
- g) Alegria tristeza expectativa nervosismo decepção são comuns na vida dos indivíduos.
- h) Naquela altura do julgamento o advogado de acusação homem comedido e responsável deixou entrever com extraordinária categoria sua invejável formação jurídica.
- i) Quando lhe disserem para desistir persista quando conseguir a vitória divida com seus amigos a sua alegria.
- j) De MPB eu gosto mas de música sertaneja
- k) O presidente pode se tiver interesse colocar na cadeia os corruptos ou seja aqueles que só fazem mal ao país.

2. Classifique as orações abaixo, colocando vírgulas quando necessário.

1 – explicativa / 2 – restritiva.

- () O cão que é o melhor amigo do homem merece a nossa estima.
- () Cão que late não morde.
- () O leão que é o rei dos animais tem porte majestoso.
- () Os leões que vivem em circos acostumam-se com pessoas.
- () As crianças que estavam descalças morriam de frio.
- () O marido que estava viajando ignorava suas travessuras.
- () Os vulcões que se encontram em atividade são preciosos como objeto de estudo.
- () Os vulcões que são nosso meio de contato com o interior da terra trazem informações valiosas.
- () O homem que trabalha vence na vida.
- () Os golfinhos que são mamíferos precisam emergir para respirar.
- () O Brasil que é o país do carnaval está entre exportando alegria.
- () As mulheres preferem os rapazes que são tímidos.

A maneira de lidar com dinheiro revela muito sobre você

1 várias formas de lidar com o dinheiro. Uma mesma
2 pessoa pode apresentar duas ou três delas simultaneamente ou ainda
3 mudar ao longo da vida, de acordo com as necessidades e as situações que
4 se apresentam. "Dependendo da época da vida, a pessoa pode mudar a
5 maneira como lida com o dinheiro", garante a consultora de Finanças e
6 diretora da Sinergia Consultores, Glória Pereira.

7 Dos vários perfis, o mais comum entre os brasileiros é o
8 consumista, contabilizando mais de 60% das pessoas. O consumista age
9 por impulso; não é lógico. "Não é à toa que há propagandas que dizem:
10 compre agora e comece a pagar daqui a 60 dias. As empresas que
11 realizam diversos estudos de marketing e pesquisam o comportamento
12 dos consumidores utilizam-se desses recursos", afirma a consultora. O
13 sistema nervoso do indivíduo com perfil consumista é o que o leva a
14 consumir. Outro povo em que essa forma de lidar com o dinheiro
15 predomina é o americano. "Apesar de a renda deles ser superior.....dos
16 brasileiros, o fato é que a população média americana não sabe lidar com o
17 dinheiro. Daí a origem da crise *subprime*". Já o adulto japonês e
18 europeu é menos consumista. Os jovens, por sua vez, apresentam um
19 comportamento parecido em todo o mundo: querem estar na moda e são
20 seduzidos pelas novidades", explica Glória.

21 Um perfil mais raro, com menos de 20%, é o do entesourador, que
22 tende.....guardar tudo para o futuro e não viver o presente. Enquanto o
23 consumista reclama que não sobra dinheiro para investir, o entesourador
24 pode trocar de carro, comprar muita coisa, mas prefere garantir seu
25 futuro. "Não existe uma idade para o entesourador. É um comportamento
26 que aparece de forma inconsciente.....crianças de dez anos que
27 guardam toda a mesada", revela a consultora.

28 Já o desligado não faz questão de fazer compras. Não raro, ele
29 deixa alguém tomar conta do seu dinheiro: a mãe ou a esposa, por
30 exemplo. Esse tipo de pessoa não se envolve muito com a questão
31 financeira. Pouco mais de 10% da população tem o perfil desligado, que é
32 mais comum entre os homens do que entre as mulheres. "Quando o
33 desligado é jovem, simplesmente deixa o dinheiro no banco. E então o
34 gerente pode acabar vendendo-lhe uma infinidade de produtos, que nem
35 sempre são muito vantajosos. O principal problema do desligado é que,
36 ao não cuidar do seu dinheiro, ele deixa brecha para que outras pessoas
37 se aproveitem dele", admite Glória. Ela lembra que algumas profissões
38 estão mais relacionadas ao tipo desligado, tais como as de jornalista,
39 professor e artista. "O que essas profissões ____ em comum? Nelas, os
40 profissionais adoram o que fazem e acabam não se preocupando muito
41 com o dinheiro. As vezes, por ganharem pouco, preferem não se ____
42 no dinheiro, para não se sentirem infelizes", explica.

43 O escravo é um tipo que aparece combinado com outros e é muito
44 comum, acometendo entre 30% e 40% dos brasileiros. A principal
45 característica é que ele trabalha para terceiros, nunca ganha o suficiente
46 e não utiliza o dinheiro para si. "O escravo gostaria de ter o suficiente
47 para pagar tudo a quem ama. O foco de sua vida não está nele, mas nos
48 outros, em sua família, em sua religião ou em seu partido; é um problema
49 comum entre engenheiros, executivos e empresários, cujas famílias
50 passam a consumir cada vez mais e sem fazer nada. É cômodo ter um
51 "escravo em casa", afirma Glória. Esse tipo de pessoa deve ensinar o
52 demais membros da família a lidar com o dinheiro e, acima de tudo, deve
53 aprender a aproveitar a vida e fazer o que gosta.

54 Finalmente, há os confusos entre o amor e o dinheiro: são pessoas
55 alegres e generosas que lidam muito bem com o dinheiro e, geralmente,
56 não têm dívidas. No entanto, elas olham para a família e para os amigos
57 que, sem dinheiro, passam por alguma necessidade e acabam ajudando-
58 os. Na verdade, tudo que elas queriam, ao ajudar, é que as pessoas que
59 amam quitassem suas dívidas e passassem a viver melhor. Mas isso
60 raramente acontece e, aí, elas entram em um verdadeiro curto-circuito:
61 se dão o dinheiro, sentem-se culpadas, mas, se não dão, sentem-se
62 culpadas também. A verdade é que elas acabam acostumando, com essa
63 atitude, aqueles que dependem delas.

64 É por meio da educação financeira que podemos transpor as
65 barreiras que enfrentamos, ainda que elas tenham sido impostas por nós
66 mesmos de forma inconsciente. O primeiro passo é admitir, com
67 sinceridade, qual é o estilo de cada um ao lidar com o dinheiro.
68 Analisando seu próprio comportamento no dia a dia e entendendo como
69 ele funciona, o desligado pode se ligar; o escravo pode se libertar; o
70 consumista, planejar, e o confuso, aprender a lidar com o afeto e o
71 dinheiro, sem se culpar. "Esse processo de educação dura toda uma vida:
72 enquanto vivemos, seguimos aprendendo!", completa Glória.

Texto adaptado de *InfoMoney* <http://www.overall.com.br> - Acesso em 20-10-2009.

* Nota explicativa: Foi chamada de "Crise do *subprime*" a crise financeira desencadeada em 2006, a partir da quebra de instituições de crédito dos Estados Unidos, as quais concediam empréstimos hipotecários de alto risco (em inglês: *subprime loan* ou *subprime mortgage*), arrastando vários bancos para uma situação de insolvência, o que repercutiu fortemente sobre as bolsas de valores de todo o mundo.

1. (24031) PORTUGUÊS | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

Sobre casos de pontuação em frases do texto, considere as seguintes afirmações.

I. As vírgulas da linha 04 e da linha 16, nos dois casos, separam uma oração adverbial deslocada da principal.

II. A vírgula da linha 08 precede uma oração explicativa reduzida de gerúndio.

III. O ponto-e-vírgula da linha 09 separa duas orações coordenadas.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a I e a II.
- c) Apenas a I e a III.
- d) Apenas a II e a III.
- e) AI, a II e a III.

A arte de procrastinar

Procrastinar, segundo o "Houaiss", é "transferir para outro dia ou deixar para depois; adiar, delongar, postergar, prostrar". Mas o que sabem os dicionários? Bichos afoitos, na ânsia de engolir o mundo, mal têm tempo de mastigar cada palavra, de extrair delas todo o sabor e os nutrientes, de modo que a definição acima diz tanto sobre a complexa arte da embromação quanto "forma de interação psicológica ou psicobiológica entre pessoas, seja por afinidade imanente, seja por formalidade social" explica o "amor".

Percebo, porém, que divago. Em vez de encarar o dever proposto no título e falar sobre a procrastinação, a pratico: passeio por enfadonhos arrabaldes, perco-me nas borradas fronteiras da linguagem e do coração. Tudo bem, não há razão para me afligir, pois as crônicas são redondas como a Terra, e às vezes é indo para trás que chegamos ali na frente. Se o parágrafo anterior fugiu à teoria, serve ao menos como demonstração prática do que entendo por procrastinar: adiar alguma obrigação chata arrumando outra atividade igualmente tediosa para pôr em seu lugar.

Veja, caro leitor: ir ao cinema em vez de trabalhar não é procrastinação. É vagabundagem, no melhor sentido do termo. Já abrir o site do banco e ficar digitando a infinita sequência numérica do código de barras de uma conta de luz que só vence no fim de junho, quando se está cheio de trabalho para amanhã, eis o mais nítido retrato da procrastinação. Pois essa praga dispersiva é filha de Deus com o Diabo, é um pecado que já vem com penitência. O procrastinador só se permite gozar o adiamento do trabalho maltratando-se no interlúdio. Troca-se de aborrecimento, mais do que dele se desvia; eis como o saci da procrastinação oculta sua presença e surrupia nosso tempo, nossa vida.

A procrastinação é um mal, meus caros, não por arrancar-nos do trabalho, mas por nos grilar o ócio. Não é aferrando-me à labuta, portanto, que pretendo combater este vício, mas buscando forças para me entregar totalmente à lassidão.

(Antonio Prata, Folha de S. Paulo, 30/05/2012)

2. (5284) PORTUGUÊS | FCC | TCE - AM | 2012

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:

- a) O cronista, já no início do texto, deixa claro que o sentido das palavras, tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances, que somente o uso vivo dos vocábulos é capaz de contemplar.
- b) O cronista já no início do texto, deixa claro que, o sentido das palavras, tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances que somente o uso vivo, dos vocábulos, é capaz de contemplar.

- c) O cronista, já no início do texto deixa claro, que o sentido das palavras, tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances que, somente, o uso vivo dos vocábulos é capaz de contemplar.
- d) O cronista já no início do texto deixa claro, que o sentido das palavras tal como o estabelecem, os dicionários, não vem explorado em suas múltiplas nuances que, somente o uso vivo dos vocábulos, é capaz de contemplar.
- e) O cronista já no início, do texto, deixa claro, que o sentido das palavras tal como o estabelecem os dicionários, não vem explorado, em suas múltiplas nuances, que somente o uso vivo dos vocábulos é capaz de contemplar.

1 Na literatura, verdade e beleza não se excluem, mas integram-se e completam-se, em uma relação de afinidade. Isso não impede a existência de problemas, como, por exemplo, 4 das mudanças dos cânones estéticos: cada cultura, cada povo, época e lugar, cada classe social tem uma compreensão diferente da estética ou, ao menos, um protótipo diferente de 7 beleza. Evidentemente, isso não nega certa universalização da estética, mas o problema hermenêutico permanece.

8 Se a literatura põe a lógica a serviço da beleza, no 10 sentido de que o autor pode mudar a ordem do mundo ou mesmo da linguagem para fazê-la "mais bela", ela põe também a estética a serviço da verdade: ela declara a verdade pelo belo 13 e através dele. A alternativa beleza/verdade é falsa, pois a obra pode ser bela e verdadeira ao mesmo tempo.

Antonio Manzato, Teologia e literatura: reflexões teológicas a partir da antropologia cotidiana nos romances de Jorge Amado São Paulo: Edições Loyola, 1994, p. 27 (com adaptações).

3. (5112) PORTUGUÊS | CESPE | CÂMARA DOS DEPUTADOS | 2012

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

Na linha 4, o sinal de dois-pontos poderia ser substituído por pois, precedido de vírgula, sem que houvesse prejuízo à coerência do texto.

- () Certo () Errado

1 A beleza, ao longo de sua história, esteve atrelada ao
logos filosófico, à racionalidade como medida e regra. O feio,
 seu oposto e seu negativo, é aquilo que escapa a essa medida
 4 racionalmente forjada. Quando elevado ao nível de questão
 teórica, o feio sempre disse respeito ao que deveria ser
 devolvido às forças luminosas da beleza, à sua promessa de
 7 reconciliação com a vida, a sociedade, a verdade ou o divino.

O que ainda merece enfrentamento diz respeito à
 construção desse lugar como negativo: o ideal de beleza foi
 10 construído ao lado dos padrões da verdade e do bem, eles
 mesmos alcançados por meio de uma luminosidade da razão
 (nos períodos em que a filosofia esboça-se sob vozes
 13 iluministas — mesmo na Grécia antiga) e como tentativa de
 recondução das formas desarmonicas a um padrão.

Theodor Adorno defendeu no século XX a ideia de
 16 que a beleza toma forma na recusa do antigo objeto de temor
 e de que o feio vem a ser assim considerado apenas a partir do
 seu fim, daquilo para o que deveria destinar-se. Segundo a tese
 19 de Adorno, o feio é um retorno da violência arcaica, e a beleza
 é o que aparece como violência enquanto tentativa de
 dominação de um horror como que ancestral, o horror advindo
 22 daquilo que é o pré-cultural, o pré-linguístico, o anterior à
 racionalidade, e a ela não subsumível.

Marcia Tiburi. Toda beleza é difícil. Exposto de críticas sobre as relações entre
 metafísica, estética e mulheres na filosofia. In: Marcia Tiburi et al. As mulheres
 e a filosofia. São Leopoldo: Unisinos, 2002, p. 44-5 (com adaptações).

1 A malha rodoviária brasileira soma cerca de
 1,7 milhão de quilômetros entre estradas federais, estaduais e
 municipais. Essa modalidade de transporte é responsável por
 4 96,2% da locomoção de passageiros e por 61,8% da
 movimentação de cargas no país, segundo a Confederação
 Nacional do Transporte.

7 Foi a partir da década de 30 do século XX, com a
 expansão do desenvolvimento econômico também para o
 interior do país, que foram feitos os primeiros grandes
 10 investimentos em estradas nacionais. Entre as décadas de 50 e
 60 daquele século, a implantação da indústria automobilística
 foi determinante para que essa modalidade de transporte se
 13 estabelecesse como a mais comum no Brasil até os tempos
 atuais.

Em agosto de 2012, o governo federal lançou o
 16 Programa de Investimentos em Logística: um pacote de
 concessões de rodovias e ferrovias que irá injetar R\$ 133
 bilhões em infraestrutura nos próximos vinte e cinco anos.
 19 Serão concedidos à iniciativa privada 7,5 mil quilômetros de
 rodovias federais.

Durante o primeiro período de investimentos, as
 22 concessionárias deverão realizar obras de duplicação, vias
 laterais, contornos e travessias. A empresa vencedora de cada
 contrato será aquela que propuser a menor tarifa de pedágio
 25 (que só poderá ser cobrado após a conclusão de 10% das obras
 previstas no contrato). No trecho urbano, o pedágio não será
 cobrado.

Internet: <www.brazil.gov.br> (com adaptações).

4. (5111) PORTUGUÊS | CESPE | CÂMARA DOS DEPUTADOS | 2012

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

Com referência ao texto acima, julgue os seguintes itens.

O emprego de vírgula logo após “Adorno” (L.19) é facultativo e justificado, no texto, pela intenção da autora de enfatizar a menção desse filósofo.

() Certo () Errado

5. (5115) PORTUGUÊS | CESPE | PRF | 2012

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

O emprego de vírgula logo após “federais” (L.2) justifica-se por isolar elementos explicativos em relação à oração anterior.

() Certo () Errado

1 O filme **Branca de Neve e o Caçador** deveria
chamar-se “Ravenna, a rainha má”. Interpretada pela atriz
4 Charlize Theron, a mãe-madrasta-bruxa da princesa é o mais
interessante do filme, assim como as questões tão atuais que
ela nos traz. E a bela Charlize faz uma rainha inesquecível.
7 Para não envelhecer, essa vilã dos contos de fadas ultrapassa
todos os limites e quebra todos os interditos. Uma mulher da
era a.C.P (antes da cirurgia plástica), Ravenna suga a alma, a
juventude e a beleza das adolescentes e devora corações
10 puros, que arranca com suas unhas, enquanto chafurdá na
amargura. O filme, para quem não sabe e não viu, busca
resgatar o conteúdo terrorífico das origens dos contos de
12 fadas. Tudo o que hoje se conhece com esse nome foi um dia
histórias para adultos, nas quais canibalismo e incesto eram
ingredientes garantidos. Mantidas vivas pela tradição oral dos
16 camponeses medievais, as histórias eram contadas para
entreter, mas não só. Os contos nasceram e permaneceram
como uma forma de lidar com os riscos da vida real, em um
19 tempo em que os lobos uivavam do lado de fora e também do
lado de dentro, menos contidos pela cultura do que hoje.
Depois, a partir do final do século XVII, com Charles
22 Perrault, culminando no século XIX, com os Irmãos Grimm,
os contos foram compilados, escritos e depurados como
histórias para crianças. Nós, que nascemos no século XX,
25 fomos alimentados por versões muito mais suaves e palatáveis
a uma época sensível, em que os pequenos são vistos como o
receptáculo tanto da inocência quanto do futuro, que, portanto,
28 precisam ser protegidos dos males do mundo e de seus
semelhantes, assim como convencidos de que sua “natureza”
é boa e pura. Ainda que conheçamos, por experiência própria,
31 que o pior também nos habita desde muito, muito cedo. E seria
melhor para todos — e também para a vida em sociedade —
poder olhar para ele de frente.

Blaire Baum. Internet: <<http://revisazepoca.globo.com>> (com adaptações).

6. (5128) PORTUGUÊS | CESPE | PC - AL | 2012

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

Com referência ao texto antecedente, julgue os itens a seguir.

A retirada das vírgulas que isolam a oração “que nascemos no século XX” (L.24) prejudicaria a correção gramatical do texto.

() Certo () Errado

7. (5322) PORTUGUÊS | FCC | TRE - CE | 2002

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

... que o mercado "quer" isto ou aquilo...
... que essas regras "queiram" tal ou qual coisa... ... não "querem" a sua implementação.

O uso das aspas nas frases acima, retiradas do texto,

a) mostra que estão sendo usadas formas de gíria que identificam o mercado financeiro.

- b)** indica a ausência do termo adequado ao sentido geral do texto.
- c)** busca chamar a atenção do leitor, para um sentido especial no emprego dos verbos.
- d)** assinala uma interrupção consciente na seqüência lógica das idéias.
- e)** introduz uma hesitação quanto ao emprego correto do sentido das formas verbais.

8. (5305) PORTUGUÊS | FCC | PREFEITURA DE SÃO PAULO/SP | 2012

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma, mas ruiu exatamente conforme as previsões de Kant.

Outra pontuação para a frase acima, que mantém o sentido e a correção originais, é:

- a)** O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais, não foi um mero fantasma (mas: ruiu exatamente conforme as previsões de Kant).
- b)** O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi: um mero fantasma; mas ruiu, exatamente, conforme as previsões de Kant.
- c)** O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma. Mas ruiu exatamente, conforme as previsões de Kant.
- d)** O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados, nacionais, não foi um mero fantasma - mas ruiu; exatamente conforme as previsões de Kant.
- e)** O equilíbrio alcançado pelo sistema de Estados nacionais não foi um mero fantasma; mas ruiu, exatamente conforme as previsões de Kant.

9. (5116) PORTUGUÊS | CESPE | PRF | 2012

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

Com base no texto acima, julgue os itens a seguir.

O emprego de vírgula logo depois de “investimentos” (L.21) tem a função de isolar adjunto adverbial anteposto à oração principal.

() Certo () Errado

10. (5301) PORTUGUÊS | FCC | MPE - AP | 2012

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

Atente para as afirmações abaixo.

I. Não ignoro que muitos tiveram e têm a convicção de que as coisas do mundo sejam governadas pela fortuna e por Deus...

Uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois do termo convicção, sem prejuízo para a correção e o sentido.

II. Comparo-a a um desses rios devastadores que, quando se enfurecem, alagam as planícies, derrubam árvores e construções, arrastam grandes torrões de terra de um lado para outro: todos fogem diante dele, todos cedem a seu ímpeto sem poder contê-lo minimamente.

Os dois-pontos poderiam ser substituídos por um travessão, sem prejuízo para a correção e a lógica.

III. Algo semelhante ocorre com a fortuna, que demonstra toda sua potência ali onde a virtude não lhe pôs anteparos...

A retirada da vírgula implicaria alteração do sentido da frase.

Está correto APENAS o que se afirma em

- a) I e II.
- b) II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I e III.

[...] Após a Segunda Guerra mundial, os movimentos nacionalistas e independentes que vinham se firmando desde o período entre-guerras ganharam força tanto África quanto na Ásia. [...]

11. (5129) PORTUGUÊS | CESPE | PC - AL | 2012

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

Com relação ao sentido e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens subsequentes.

A vírgula empregada logo depois do trecho “Após a Segunda Guerra Mundial” (L.18) poderia ser suprimida, sem prejuízo da correção gramatical do texto.

() Certo () Errado

1 A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de
 2 Aviação Civil (ANAC) aprovou, em setembro último,
 3 alterações no seu regimento interno com o objetivo de fazer
 4 frente aos novos desafios do setor de aviação civil, em razão de
 5 sua expansão e do considerável aumento do número de
 6 usuários do transporte aéreo no país nos últimos anos.

7 Para cuidar do gerenciamento dos novos contratos de
 8 concessão de aeroportos (São Gonçalo do Amarante,
 9 Guarulhos, Viracopos e Brasília), foram criadas novas
 10 estruturas nas Superintendências de Regulação Econômica e
 11 Acompanhamento de Mercado e de Infraestrutura
 12 Aeroportuária.

13 Com o objetivo de intensificar as ações de fiscalização
 14 da agência, será criada também uma nova unidade, a
 15 Gerência-Geral de Ação Fiscal (GGAF), que, vinculada à
 16 Diretoria Colegiada, atuará com outros órgãos da
 17 administração pública, tais como a Receita Federal e a Polícia
 18 Federal, para coibir operações ilícitas relacionadas à aviação
 19 civil. A GGAF também será responsável pela fiscalização da
 20 prestação de serviços ao passageiro e pela coordenação de
 21 operações especiais, como as que ocorrem durante o período
 22 de férias.

23 A nova estrutura, idealizada com base na melhor
 24 definição de atribuições dos cargos da agência, não gerará ônus
 25 adicional para a União.

Internet: <www.anac.gov.br> (com adaptações)

12. (4586) PORTUGUÊS | CESPE | ANAC | 2012

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

Considerando as ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

O segmento “em setembro último” (L.2) está empregado entre vírgulas por constituir expressão adverbial intercalada entre termos da oração de que faz parte.

() Certo () Errado

13. (5416) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | EPE | 2012

ASSUNTOS: PONTUAÇÃO

No trecho “Conversamos com sociólogos, arquitetos, economistas, urbanistas e representantes de organizações internacionais sobre o assunto.” (L. 1-3), as

vírgulas são empregadas para separar itens de uma enumeração, assim como em:

- a) “Virou hábito na mídia e, provavelmente, em conversas cotidianas o uso do adjetivo ‘sustentável.’” (L. 6-7)
- b) “Para alguns urbanistas, um elemento fundamental para ser levado em conta, quando se fala de sustentabilidade urbana, é o futuro.” (L. 12-15)
- c) “Uma metrópole sustentável é aquela que, na próxima geração, tenha condições iguais ou melhores que as que temos hoje” (L. 15-17)
- d) “Nesse cenário, para que infraestrutura, segurança, saúde, educação e outros serviços públicos sejam acessíveis em toda a metrópole” (L. 31-33)
- e) “A rede de transportes, por exemplo, é um dos aspectos a serem observados na constituição das cidades.” (L. 40-42)

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=39024>



Gabário: 1. (24031) E 2. (5284) A 3. (5112) Certo 4. (5111) Errado 5. (5115) Errado 6. (5128) Errado 7. (5322) C 8. (5305) E 9. (5116) Certo 10. (5301) C 11. (5129) Errado 12. (4586) Certo 13. (5416) D

ACENTUAÇÃO

Toda palavra tem uma sílaba que é pronunciada com mais intensidade que as outras. Essa sílaba é chamada de sílaba tônica. Pode ocupar diferentes posições e, de acordo com essa colocação, ser classificada como: oxítona, paroxítona, proparoxítona e monossílaba tônica.

Regras de acentuação

1. Proparoxítonas – todas são acentuadas.

Fenômeno, lâmpada, crítico, médico

2. Paroxítonas

Quando terminadas em

- a) L, N, R, X, PS, I, US : louvável, pólen, bíceps, caráter, tórax, biquíni, bônus
- b) UM, UNS, Ã, ÃS, ÃO, ÃOS, EI: ímã, sótão, nêutrons
- c) Ditongo crescente (SV +V) : salário, série, farmácia

3. Oxítonas

Quando terminadas em EM, ENS, A(S), E(S), O(S):

- a) A, AS: está, atrás, comprá-la.
- b) E, ES: café, você, fazê-los.
- c) O, OS: avó, compôs, paletós.
- d) EM: também, amém, armazém, alguém.
- e) ENS: deténs, parabéns, armazéns.

4. Monossílabos tônicos

A, AS, E, ES, O, OS - vá, pás, fé, mês, pó, pôs

Anotações



5. Ditongo Aberto

Antes da reforma	Depois da reforma
ÉU, ÉI, ÓI	Os ditongos 'éi', 'ói' e 'éu' só continuam a ser acentuados no final da palavra (oxítonas)
Estréia, jibóia, chapéu, céu, constrói	céu, dói, chapéu, anéis, lençóis
	desapareceram para palavras paroxítonas
	ideia, colmeia, celuloide, boia.

6. Hiato I e U

Antes	Depois
Í e Ú levam acento se estiverem sozinhos na sílaba ou com S (hiato)	Nas paroxítonas, I e U não serão mais acentuados se vierem depois de um ditongo:
saída, saúde, miúdo, aí, Araújo, Luís, Piauí	baiuca, bocaiuva, cauila, feiura, maoista, saiinha

7. ÊE, ÔO

Antes	Depois
Hiato em OO(s) e as formas verbais terminadas em EE (M) recebem acento circunflexo:	Sem acento:
vôo, vôos, enjôos, abençôo, perdôo;	voo, voos, enjoo, enjoos, abençoo, perdoos; creem, deem, leem, veem, releem, preveem.
crêem, dêem, lêem, vêem, prevêem	

8. Verbos ter e vir

Ele tem e vem

Eles têm e vêm

- a) Ele contém, detém, provém, intervém (singular do presente do indicativo dos verbos derivados de TER e VIR: conter, deter, manter, obter, prover, intervir, convir);
- b) Eles contêm, detêm, provêm, intervêm (plural do presente do indicativo dos verbos derivados de TER e VIR).

9. Acentos diferenciados

Antes	Depois
Ele pára	Só existem ainda
Eu pélo	
O pêlo, os pêlos	Podê (pretérito)
A pêra (= fruta)	Pôr (verbo)
Pôde (pretérito)	
Pôr (verbo)	

10. Trema

Antes	Depois
gue, gui, que, qui quando pronunciados	O trema não é mais utilizado. Exceto para palavras estrangeiras ou nomes próprios: Müller e mülleriano...
agüentar	
aqüífero	
eloqüente	
ensangüentado	
eqüestre	
eqüino	
lingüiça	

Exercícios

1. Marque as opções em que as palavras são acentuadas seguindo a mesma regra. (regras antigas)
- a) () magnífico - básica
 - b) () português - saí
 - c) () gaúcho – renúncia
 - d) () eliminatória – platéia
 - e) () rápido – assédio
 - f) () cipó – após
 - g) () distribuído – saísse
 - h) () realizará – invés
 - i) () européia – sóis
 - j) () alguém – túnel
 - l) () abençoô – pôr
 - m) () ânsia - aluguéis
 - n) () prevêem - soubésseis
 - o) () imbatível – efêmera

1. (5137) PORTUGUÊS | CESPE | TJ - AC | 2012
ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

Julgue o item abaixo:

As palavras “negligência”, “reservatórios”, “espécie” e “equilíbrio” apresentam acentuação gráfica em decorrência da mesma regra gramatical.

() Certo () Errado

1 Nossa espécie passou os últimos 150 mil anos melhorando o cérebro. Mas uma pesquisa recém-publicada por uma equipe da Universidade de Cambridge reforçou uma tese recorrente na neurociência: a de que nossa inteligência chegou a seu limite. Os estudos ainda devem prosseguir para confirmá-la, mas esse trabalho, somado aos que vinham sendo realizados nos últimos anos, não deixa margem para muitas dúvidas.

2 Se evoluísse ainda mais, nosso sistema nervoso passaria a consumir energia e oxigênio a tal ponto que atrapalharia o funcionamento do resto do organismo — e isso nunca vai acontecer porque nos inviabilizaria como espécie. Depois de uma longa evolução, nos últimos duzentos anos chegamos ao limite da inteligência.

3 Existe no nosso corpo uma espécie de balança comercial de energia. O custo mínimo não nos deixa muito inteligentes, enquanto o investimento máximo custa caro demais para o organismo. Em nossa história evolutiva, caminhamos para melhorar nossas conexões cerebrais, mas há um momento em que o custo para manter o sistema nervoso causaria uma pane nos outros órgãos, ou seja: chegamos a um ponto em que ser ainda mais esperto significa ter um organismo que vai funcionar mal.

Ed Bullmore: Nosso cérebro chegou ao limite. In: Galileu Internet: <<http://revista.galileu.globo.com>> (com adaptações).

2. (5143) PORTUGUÊS | CESPE | MPE - PI | 2012
ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

Acerca dos aspectos linguísticos e dos sentidos do texto acima, julgue os itens a seguir.

De acordo com a ortografia oficial vigente, o vocábulo “órgãos” (L.20) segue a mesma regra de acentuação que o vocábulo “últimos” (L.12).

() Certo () Errado

3. (5426) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | CMB | 2012

ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

Algumas palavras são acentuadas com o objetivo exclusivo de distingui-las de outras.

Uma palavra acentuada com esse objetivo é a seguinte:

- a) pôr
b) ilhéu
c) sábio
d) também
e) lâmpada

Poluição

No meio da mata
o monstro soltando
seus uivos de raiva
veneno e poeira.

Em volta, os arbustos
cobertos de cinza,
virando farrapos
sem eira nem beira.

Mais longe, as moradas
com pele do pó,
cadeias do homem,
fazendo-o mais só.

No céu, cabisbaixo,
o sol a dizer:
“as leis do progresso,
quem pode entender?!”

Maria Dinorah. In: Verde de ver. São Paulo: FTD, 1992, p. 10

4. (5141) PORTUGUÊS | CESPE | IBAMA | 2012
ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

Em relação aos sentidos e aspectos gramaticais do poema acima, julgue os próximos itens.

As palavras “pó”, “só” e “céu” são acentuadas de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

() Certo () Errado

5. (5130) PORTUGUÊS | CESPE | CNJ | 2013

ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

Julgue o item abaixo:

A mesma regra de acentuação gráfica, justifica o emprego de acento gráfico nas palavras “construída” e “possíveis”.

() Certo () Errado

As grandes atividades arquetípicas da sociedade humana são, desde o início, inteiramente marcadas pelo jogo. Como, por exemplo, no caso da linguagem, esse primeiro e supremo instrumento que o homem forjou a fim de poder comunicar, ensinar e comandar. É a linguagem que lhe permite distinguir as coisas, defini-las e constatar-las, em resumo, designá-las e com essa designação elevá-las ao domínio do espírito. Na criação da fala e da linguagem, brincando com essa maravilhosa faculdade de designar, é como se o espírito estivesse constantemente saltando entre a matéria e as coisas pensadas. Por detrás de toda expressão abstrata se oculta uma metáfora, e toda metáfora é jogo de palavras. Assim, ao dar expressão à vida, o homem cria outro mundo, um mundo poético, ao lado do da natureza. O puro e simples jogo constitui, nesse contexto, uma das principais bases da civilização.

Johan Huizinga. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 7-8 (com adaptações).

6. (5144) PORTUGUÊS | CESPE | MPE - PI | 2012

ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

Com referência às ideias do texto acima e às estruturas nele empregadas, julgue os itens a seguir.

Os verbos “comunicar”, “ensinar” e “comandar”, quando complementados pelo pronome a, acentuam-se da mesma forma que “constatá-las”, “designá-las” e “elevá-las”.

() Certo () Errado

7. (16004) PORTUGUÊS | A CASA DAS QUESTÕES | A CASA DAS QUESTÕES | 2013

ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

As palavras polícia e rodoviária (l.18) são acentuadas em decorrência da mesma regra gramatical, da mesma forma que judiciário (l.19) e vexatório (l.24).

() Certo () Errado

8. (5431) PORTUGUÊS | FGV | CAERN | 2010

ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

Assinale a palavra que NÃO tenha sido acentuada pela mesma regra que as demais.

- a) até (L.73)
- b) está (L.44)
- c) País (L.35)
- d) biogás (L.55)
- e) contará (L.60)

9. (5147) PORTUGUÊS | CESPE | TJ - RR | 2012

ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

Os vocábulos “jurídicas” (L.4), “econômicas” (L.4) e “físico” (L.5) recebem acento gráfico com base em regras gramaticais diferentes.

() Certo () Errado

1 Os países com economias pujantes e estáveis e uma
 4 distribuição de renda relativamente equitativa entre seus
 habitantes tendem a ser menos vulneráveis — social e
 7 politicamente — que os países pobres, economicamente
 instáveis e com distribuição interna de riquezas fortemente
 desigual. O aumento significativo da desigualdade econômica
 10 e social dentro dos países ou entre eles reduzirá as
 possibilidades de paz. Evitar ou controlar a violência armada
 interna depende ainda mais, contudo, dos poderes e da
 13 efetividade do desempenho dos governos nacionais e da sua
 legitimidade perante a maioria dos habitantes dos respectivos
 países. Nenhum governo pode, hoje, dar por garantida a
 16 existência de uma população civil desarmada ou o grau de
 ordem pública há tanto tempo vigente em grande parte da
 Europa. Nenhum governo está, hoje, em condições de ignorar
 19 ou eliminar minorias internas armadas. No entanto, o mundo
 está cada vez mais dividido em países capazes de administrar
 seus territórios e seus cidadãos — mesmo quando afetados,
 22 como estava o Reino Unido, durante décadas, por ações
 armadas efetuadas por um inimigo interno — e um número
 crescente de territórios cujo entorno é demarcado por fronteiras
 25 oficialmente reconhecidas, com governos nacionais que
 flutuam entre a debilidade, a corrupção e a não existência.
 Essas áreas produzem lutas internas sangrentas e conflitos
 28 internacionais, como o que temos visto na África central. Não
 há, apesar de tudo, perspectivas imediatas de melhoras
 duradouras nessas regiões, e a continuação do enfraquecimento
 dos governos centrais nos países instáveis assim como o
 31 prosseguimento da balcanização do mapa do mundo sem
 dúvida provocarão um aumento do perigo de conflitos
 armados.

Um prognóstico possível: no século XXI, as guerras
 provavelmente não serão tão mortíferas quanto o foram no
 34 século XX. Mas a violência armada, gerando sofrimentos e
 perdas desproporcionais, persistirá, onipresente e endêmica —
 37 ocasionalmente epidêmica —, em grande parte do mundo.
 A perspectiva de um século de paz é remota.

Eric Hobsbawm. Globalização, democracia e terrorismo.
 São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 34-5 (com adaptações).

1 Há gente no Brasil interessada em importar dos
 Estados Unidos da América (EUA) o *Teach for America*, o
 4 mais bem-sucedido programa feito para atrair os melhores
 estudantes de ensino médio para a carreira de professor. No
 Brasil, os professores têm saído da parte menos qualificada da
 7 pirâmide — justamente aquela habitada por 20% dos alunos
 com o mais baixo rendimento escolar do país. Qualquer
 iniciativa para mudar isso será mais do que bem-vinda.

O *Teach for America* consegue atrair os mais
 10 talentosos alunos para a docência oferecendo-lhes algo bem
 concreto. Depois de dois anos no papel de professor de escola
 pública — tempo mínimo de estada no programa —, esses
 13 jovens ingressam quase que automaticamente em algumas das
 maiores empresas americanas, com as quais o *Teach for
 America* estabeleceu uma produtiva parceria. Para as empresas,
 16 recrutar gente que passou por lá significa encurtar o
 complicado processo de busca por bons profissionais. Pela
 estreita peneira do programa só passam os realmente capazes.
 19 Para se ter uma ideia, apenas os alunos de ótimo boletim têm
 direito à inscrição e, ainda assim, 85% deles ficam de fora.
 É essa rigorosa seleção que atrai os próprios estudantes.
 22 Sobreviver a ela é um sinal claro de excelência, algo que faz
 todo mundo querer ostentar um carimbo do *Teach for America*
 no currículo.

25 No final, uma parcela deles acaba optando pela
 carreira de professor, coisa que jamais haviam pensado antes.
 A maioria, no entanto, acaba deixando o programa depois dos
 28 dois anos previstos, mas não sem antes causar um impacto
 gigantesco no nível do ensino. Os estudantes certamente irão
 beneficiar-se desse empurrão ao longo de toda a vida escolar.
 31 Mais do que isso: muitos dos que já passaram pelo *Teach for
 America* continuam envolvidos com educação, em diferentes
 graus e áreas de atuação. Por tudo isso, não faria mal ao Brasil
 34 trilhar caminho parecido.

Mônica Weinberg. Tomara que dê certo. Internet: <veja.abril.com.br> (com adaptações).

10. (5157) PORTUGUÊS | CESPE | TJ - ES | 2011

ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

No que se refere à organização das ideias e a aspectos linguísticos e gramaticais do texto acima, julgue os itens subsequentes.

Os vocábulos “países” e “áreas” são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

() Certo () Errado

11. (5156) PORTUGUÊS | CESPE | FUB | 2011

ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

No que se refere à estrutura textual e a aspectos gramaticais do texto, julgue os itens a seguir.

Em razão do contexto, o acento gráfico empregado na forma verbal “têm” (L.19) é obrigatório.

() Certo () Errado



1 Uma das constantes aspirações dos homens é a de
viver em uma sociedade de iguais. Mas é claro que as
desigualdades naturais são muito mais difíceis de vencer que as
4 desigualdades sociais. Por essa razão, aqueles que resistem às
reivindicações de maior igualdade são levados a considerar que
as desigualdades são, em sua maior parte, naturais e, como tais,
7 invencíveis ou mais dificilmente superáveis. Ao contrário,
aqueles que lutam por maior igualdade estão convencidos de
que as desigualdades são, em sua maior parte, sociais ou
10 históricas. Pense-se no príncipe dos escritores igualitários:
Rousseau. No Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre
os Homens, ele sustenta que a natureza fez os homens iguais e
13 a civilização os tornou desiguais ou, em outras palavras, que as
desigualdades entre os homens têm uma origem social e, por
isso, o homem, voltando à natureza, pode retornar à igualdade.
16 Experimente-se agora considerar o príncipe dos escritores não
igualitários: Nietzsche. Para o autor de Além do Bem e do Mal,
os homens são, por natureza, desiguais e apenas a sociedade,
19 com sua moral de rebanho, com sua religião baseada na
compaixão, é que fez que eles se tornassem iguais. Onde
Rousseau vê desigualdades artificiais e, portanto, condenáveis
e superáveis, Nietzsche vê desigualdades naturais e, portanto,
22 não condenáveis nem superáveis. Ao passo que em nome da
igualdade natural o igualitário condena as desigualdades
sociais, em nome da desigualdade natural o não igualitário
25 condena a igualdade social.

A diferença entre desigualdade natural e desigualdade
28 social é relevante para o problema do preconceito pela seguinte
razão: com frequência, o preconceito nasce da superposição à
desigualdade natural de uma desigualdade social que não é
31 reconhecida como tal, sem, portanto, que se reconheça que a
desigualdade natural foi agravada pela superposição de uma
desigualdade criada pela sociedade e que, ao não ser
34 reconhecida como tal, é considerada ineliminável.

Norberto Bobbio. Elogio da serenidade e outros escritos
morais. São Paulo: Ed. UNESP, 2002, p. 112-3 (com adaptações).

12. (5149) PORTUGUÊS | CESPE | PC - ES | 2011

ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

Julgue os itens subsequentes, relativos às ideias e à estrutura linguística do texto acima.

Os vocábulos “espécies”, “difíceis” e “históricas” são acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação gráfica.

() Certo () Errado

13. (5424) PORTUGUÊS | CESGRANRIO | EPE | 2012

ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

No trecho “É imperativo democratizar o acesso aos serviços básicos de uma metrópole e diminuir as desigualdades.” (L. 35-37), as palavras destacadas são acentuadas graficamente.

O grupo em que as palavras devem ser acentuadas em virtude da mesma regra é

- a) água, sustentável
- b) automobilística, também
- c) automóvel, saúde
- d) expansão, precário
- e) índice, perímetro

14. (5159) PORTUGUÊS | CESPE | PC - ES | 2011

ASSUNTOS: ACENTUAÇÃO GRÁFICA

Com relação à estrutura linguística do texto, julgue os itens seguintes.

Os vocábulos “público” (L.9) e “caótico” (L.12), que foram empregados no texto como adjetivos, obedecem à mesma regra de acentuação gráfica.

() Certo () Errado

Gabarito: 1. (S137) Certo 2. (S143) Errado 3. (S426) A 4. (S141) Errado 5. (S130) Errado 6. (S144) Certo 7. (16004) Certo 8. (S431) C 9. (S147) Errado 10. (S157) Errado 11. (S156) Certo 12. (S149) Errado 13. (5424) E 14. (S159) Certo

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=39145>



Ortografia oficial

Os porquês

<p>1. Por que</p> <p>Por qual motivo</p> <p>Por qual razão</p> <p>O motivo pelo qual</p> <p>Pela qual</p> <p>Por que não me disse a verdade?</p> <p>Gostaria de saber por que não me disse a verdade.</p> <p>As causas por que discuti com ele são sérias demais.</p>	<p>2. por quê = por que</p> <p>Mas sempre bate em algum sinal de pontuação!</p> <p>Você não veio por quê?</p> <p>Não sei por quê.</p>
<p>3. porque = pois</p> <p>Ele foi embora porque foi demitido daqui.</p> <p>Não vá porque você é útil aqui.</p> <div data-bbox="252 1442 831 1827" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"><p>Anotações</p></div>	<p>4. porquê = substantivo</p> <p>Usado com artigos, pronomes adjetivos ou numerais.</p> <p>Ele sabe o porquê de tudo isso.</p> <p>Este porquê é um substantivo.</p> <p>Quantos porquês existem na Língua Portuguesa?</p> <p>Existem quatro porquês.</p>

1. Complete com os porquês.

- a) Esta é o pior momento _____ passei.
- b) Não fiz o tema, _____ tive um compromisso.
- c) Filosofar é procurar os _____ de tudo.
- d) Ficou nervoso e ninguém entendeu _____.
- e) Não saíste comigo _____ estás zangado ?
- f) Todos nos empenhamos _____ queríamos a vitória.
- g) Qual o _____ de tanta dedicação ?
- h) As cidades _____ passamos eram muito lindas.
- i) Ficaremos aqui _____ Zambeli precisa da nossa presença.
- j) Um _____ pode ser escrito de quatro modos.
- l) Não há _____ pensarmos nisso agora.
- m) São grandes as transformações _____ está passando a sociedade brasileira.
- n) _____ caminhos estávamos andando, ninguém sabe.
- o) Pense bem, _____ é fácil enganar-se.
- p) O ministro explicou _____ concordava com a medida.
- q) Eis a razão _____ o progresso é pequeno.
- r) Não há _____ pensarmos nessa polêmica.
- s) A aula foi interrompida _____ ?
- t) Não importa saber – _____ brigaram as duas famílias.
- u) Indaga-se, em vão, o _____ de tantas experiências.
- v) Estranhamos todos; _____ não vieste?
- x) Vá cedo à aula, _____ há poucos lugares.
- z) Estranhei a maneira _____ ele reagiu.

- **Homônimos:** vocábulos que se pronunciam da mesma forma, e que diferem no sentido.

- **Homônimos perfeitos:** vocábulos com pronúncia e grafia idênticas (homófonos e homógrafos).

São: 3ª p. p. do verbo ser. - Eles são inteligentes.

São: sadio. - O menino, felizmente, está são.

São: forma reduzida de santo. - São José é meu santo protetor.

- **Homônimos imperfeitos:** vocábulos com pronúncia igual (homófonos), mas com grafia diferente (heterógrafos).

Cessão: ato de ceder, cedência

Seção ou secção: corte, subdivisão, parte de um todo

Sessão: espaço de tempo em que se realiza uma reunião

- **Parônimos:** vocábulos ou expressões que apresentam semelhança de grafia e pronúncia, mas que diferem no sentido.

Cavaleiro: homem a cavalo

Cavalheiro: homem gentil

Lista de Homônimos e Parônimos

Acender - pôr fogo a

Ascender - elevar-se, subir

Acento - inflexão de voz, tom de voz, acento

Assento - base, lugar de sentar-se

Acessório - pertences de qualquer instrumento ou máquina; que não é principal

Assessório - diz respeito a assistente, adjunto ou assessor

Caçado - apanhado na caça

Cassado - anulado

Censo - recenseamento

Senso - juízo

Cerra - do verbo cerrar (fechar)

Serra - instrumento cortante; montanha; do v. serrar (cortar)

Cessão - ato de ceder

Sessão - tempo que dura uma assembleia

Secção ou seção - corte, divisão

Concerto - sessão musical; harmonia

Conserto - remendo, reparação

Descrição - ato de descrever

Discrição - qualidade de discreto

Descriminar - inocentar

Discriminar - distinguir, diferenciar

Emergir - sair de onde estava mergulhado

Imergir - mergulhar

Emigração - ato de emigrar

Imigração - ato de imigrar

Eminente - excelente

Iminente - sobranceiro; que está por acontecer

Empossar - dar posse

Empoçar - formar poça

Espectador - o que observa um ato

Expectador - o que tem expectativa

Flagrante - evidente

Fragrante - perfumado

Incipiente - que está em começo, iniciante

Insipiente - ignorante

Mandado - ordem judicial

Mandato - período de permanência em cargo

Ratificar - confirmar

Retificar - corrigir

Tacha - tipo de prego; defeito; mancha moral

Taxa - imposto

Tráfego - trânsito

Tráfico - negócio ilícito

Acerca de: sobre, a respeito de. Fala acerca de alguma coisa.

A cerca de: a uma distância aproximada de. Mora a cerca de dez quadras do centro da cidade.

Há cerca de: faz aproximadamente. Trabalha há cerca de cinco anos.

Ao encontro de: a favor, para junto de. Ir ao encontro dos anseios do povo.

De encontro a: contra. As medidas vêm de encontro aos interesses do povo.

Interpretação de Texto

Professora: Maria Tereza Faria



Interpretação de Texto

Edital: Compreensão e interpretação de texto; organização textual dos vários modos de organização discursiva.

PROCEDIMENTOS

1. Observação da fonte bibliográfica, do autor e do título;
2. Identificação do tipo de texto (artigo, editorial, notícia, crônica, textos literários, científicos, etc.);
Crônica (linguagem predominantemente coloquial): fotografia do cotidiano, realizada por olhos particulares. Geralmente, o cronista apropria-se de um fato atual do dia a dia, para, posteriormente, tecer críticas ao *status quo*, baseadas quase exclusivamente em seu ponto de vista.
3. Leitura do enunciado.

EXEMPLIFICANDO

Poesia: a melhor autoajuda.

Calma, esperançoso leitor, iludida leitora, não fiquem bravos comigo, mas ler autoajuda geralmente só é bom para os escritores de autoajuda. Pois não existe receita para ser feliz ou dar certo na vida. Sabe por quê? Porque, na maior parte das vezes, apenas você sabe o que é bom e serve para você. O que funciona para um nem sempre funciona para outro.

Os únicos livros de autoajuda que merecem respeito, e são úteis mesmo, são aqueles que ensinam novas receitas de bolo, como consertar objetos quebrados em casa ou como operar um computador. Ou seja, lidar com as coisas concretas, reais, exige um conhecimento também real, tintim por tintim, item por item. [...]

Não adianta fugir de seus medos, suas dores, suas fragilidades, suas tristezas. Elas sempre correm juntinho, coladas em você. Tentar ser perfeito, fazer o máximo, transformar-se em outro dói mais ainda. Colar um sorriso no rosto, enquanto chora por dentro, é para palhaço de circo.

Portanto, entregue-se, seja apenas um ser humano cheio de dúvidas e certezas, alegrias e aflições. Aproveite e use algo que, isso sim, com certeza é igual em todos nós: a capacidade de imaginar, de voar, se entregar. Se nem Freud explica, tente a poesia. [...] A poesia vai resolver seus problemas existenciais? Provavelmente, não. [...] Poesia está mais para lição de vida que lição de casa.

TAVARES, Ulisses. *Discutindo Literatura*. Escala Educacional. São Paulo, ano 2, n. 8. p. 20-21.
Adaptado.



1. Observação da fonte e do autor: O conhecimento prévio de quem escreveu o texto constitui-se numa estratégia de compreensão, visto que facilita a identificação da intenção textual. Ao reconhecermos o autor do texto – Ulisses Tavares, conhecido poeta e cronista –, bem como o veículo de publicação – revista periódica sobre Literatura – podemos afirmar que ele é uma crônica.

Observação do título: O título pode constituir o menor resumo possível de um texto. Por meio dele, certas vezes, identificamos a ideia central do texto, sendo possível, pois, descartar afirmações feitas em determinadas alternativas. No texto em questão, o título – Poesia: A melhor autoajuda –, somado a expressões que remetem ao ato de ler (*leitor, leitora, livros, ser feliz ou dar certo na vida...*), permite-nos inferir que o texto remete ao fato de que a leitura de poesia auxilia seus leitores.

1. (CESGRANRIO – PROMINP – MÉDIO – 2012)

Para o autor, o verdadeiro livro de autoajuda

- a) auxilia em tarefas do cotidiano.
- b) explica como fazer para ser feliz.
- c) funciona como um manual para a vida.
- d) está disponível em programas de computador.
- e) se atém a generalidades, sem entrar em detalhes.

2. (CESGRANRIO – PROMINP – MÉDIO – 2012)

O autor diz que o leitor e a leitora podem ficar bravos porque ele

- a) costuma ler livros de autoajuda.
- b) desdenha dos livros de autoajuda.
- c) tem esperança ou ilusão de melhorar a vida.
- d) tem a calma como uma de suas qualidades.
- e) se inclui entre os autores de autoajuda.

Anotações



4. Identificação do “tópico frasal”: Intenção textual percebida, geralmente, no 1º e 2º períodos do texto;
5. Identificação de termos cujo aparecimento frequente denuncia determinado enfoque do assunto (campo semântico / lexical).

EXEMPLIFICANDO

Games: bons para a terceira idade

Jogar **games** de computador pode **fazer bem** à **saúde dos idosos**. Foi o que concluiu uma pesquisa do laboratório, na Universidade da Carolina do Norte, nos EUA.

Os cientistas do laboratório reuniram um grupo de 39 pessoas entre 60 e 77 anos e testaram funções cognitivas de todos os integrantes, como percepção espacial, memória e capacidade de concentração. Uma parte dos idosos, então, levou para casa o RPG on-line “World of Warcraft”, um dos títulos mais populares do gênero no mundo e com 10,3 milhões de usuários na internet. Eles jogaram o game por aproximadamente 14 horas ao longo de duas semanas (em média, uma hora por dia).

Outros idosos, escolhidos pelos pesquisadores para integrar o grupo de controle do estudo, foram para casa, mas não jogaram nenhum *videogame*. Na volta, os resultados foram surpreendentes. Os idosos que mergulharam no mundo das criaturas de “Warcraft” voltaram mais bem dispostos e apresentaram nítida melhora nas funções cognitivas, enquanto o grupo de controle não progrediu, apresentando as mesmas condições. [...]

1. (CESGRANRIO – CEF – TÉCNICO BANCÁRIO – MÉDIO – 2012)

O primeiro parágrafo do texto apresenta características de argumentação porque

- a) focaliza de modo estático um objeto, no caso, um *game*.
- b) traz personagens que atuam no desenvolvimento da história.
- c) mostra objetos em minúcias e situações atemporalmente.
- d) apresenta uma ideia central, que será evidenciada, e uma conclusão.
- e) desenvolve uma situação no tempo, mostrando seus desdobramentos.

4. (CESGRANRIO – CEF – TÉCNICO BANCÁRIO – MÉDIO – 2012)

A leitura do texto permite concluir, relativamente ao tempo gasto no *game* com os idosos da pesquisa, que eles

- a) jogaram o *game* durante 14 horas seguidas.
- b) jogaram a mesma quantidade de horas todos os dias durante 14 dias.
- c) passaram duas semanas jogando 14 horas por dia.
- d) gastaram o mesmo tempo que os outros 10,3 milhões de usuários.
- e) despenderam cerca de 14 horas de atividade no jogo ao longo de 14 dias.

ERROS COMUNS

1. EXTRAPOLAÇÃO

Ocorre quando o leitor sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, normalmente porque já conhecia o assunto devido à sua bagagem cultural.

2. REDUÇÃO

É o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um ou outro aspecto, esquecendo-se de que o texto é um conjunto de ideias.

EXEMPLIFICANDO

Bichos para a Saúde

Está nas livrarias a obra *O poder curativo dos bichos*. Os autores, Marty Becker e Daniel Morton, descrevem casos bem-sucedidos de pessoas que derrotaram doenças ou aprenderam a viver melhor graças à ajuda de algum animalzinho. Cães, gatos e cavalos estão entre os bichos citados. (ISTOÉ)

5. De acordo com o texto,

- a) pessoas que têm animais de estimação são menos afeitas a contrair doenças.
- b) a convivência entre seres humanos e animais pode contribuir para a cura de males físicos daqueles.
- c) indivíduos que têm cães e gatos levam uma existência mais prazerosa.
- d) apenas cães, gatos e cavalos são capazes de auxiliar o ser humano durante uma enfermidade.
- e) pessoas bem-sucedidas costumam ter animais de estimação.

Comentário:

- a) EXTRAPOLAÇÃO: Contrair doenças \neq derrotar doenças.
- c) REDUÇÃO: Cães e gatos < animalzinho.
- d) REDUÇÃO: Cães, gatos e cavalos < animalzinho.
- e) EXTRAPOLAÇÃO: Pessoas bem-sucedidas > casos bem-sucedidos de pessoas que derrotaram doenças.

Anotações



ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS

1. PALAVRAS DESCONHECIDAS = PARÁFRASES e CAMPO SEMÂNTICO/LEXICAL.

Paráfrase = **versão de um texto, geralmente mais extensa e explicativa, cujo objetivo é torná-lo mais fácil ao entendimento.**

Campo Semântico/Lexical = **conjunto de palavras que pertencem a uma mesma área de conhecimento.**

Exemplo:

– Medicina: Estetoscópio, cirurgia, esterilização, medicação, etc.

EXEMPLIFICANDO

A fila representa uma forma de convívio. Normalmente as pessoas deveriam estar todas voltadas numa mesma direção, o cara de trás olhando a nuca do cara da frente. Mas não é assim. Na fila formam-se, por assim dizer, **nódulos** de convivência; pessoas, especialmente os jovens, que, sem se afastar de seus lugares, ou afastando-se muito pouco, conseguem conversar, e conversar animadamente.

6. (CESGRANRIO – CHESF – MÉDIO – 2012)

A palavra destacada significa

- a) problemas.
- b) núcleos.
- c) desajustes.
- d) dispersões.
- e) adequações.

2. PALAVRAS DE CUNHO CATEGÓRICO NAS ALTERNATIVAS:

- Advérbios;
- Artigos;
- Tempos verbais;
- Expressões restritivas;
- Expressões totalizantes;
- Expressões enfáticas.

EXEMPLIFICANDO

Advérbios

O monstro – porque é um circo-monstro, que viaja em três vastos trens – chegou de manhã e partiu à noite. Ao som das últimas palmas dos espectadores juntou-se o ruído metálico do desmonte da tenda capaz de abrigar milhares de pessoas, acomodadas em cadeiras em forma de x, que, como por mágica, foram se fechando e formando grupos exatos. E com as cadeiras, foram sendo transportadas para outros vagões jaulas com tigres; e também girafas e elefantes que ainda há pouco pareciam enraizados ao solo como se estivessem num jardim zoológico. A verdade é que quem demorasse uns minutos mais a sair veria esta mágica também de circo: a do próprio circo gigante desaparecer sob seus olhos.

7. (CESGRANRIO – PETROBRAS DISTRIBUIDORA – Administração – Júnior – 2012)

Analise as afirmações abaixo.

I – O circo era mágico, pois desaparecia literalmente num piscar de olhos.

II – O desmonte do circo era tão organizado que parecia um truque de mágica.

III – Apenas alguns minutos eram necessários para desmontar todo o circo.

É correto **APENAS o que se afirma em**

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) II e III

Artigos

Mas, como toda novidade, a nanociência está assustando. Afinal, um material com características incríveis poderia também causar danos incalculáveis ao homem ou ao meio ambiente. No mês passado, um grupo de ativistas americanos tirou a roupa para protestar contra calças nanotecnológicas que seriam superpoluentes.

8. (CESGRANRIO – Ass. Legislativa/TO – Consultor Legislativo – Publicidade – 2005 / adaptada)

Assinale a opção correta.

- a) Coisas novas costumam provocar medo nas pessoas.
- b) Produtos criados pela nanotecnologia só apresentam pontos positivos.
- c) Os danos ao meio ambiente são provocados pela nanotecnologia.
- d) Os ativistas mostraram que as calças nanotecnológicas provocam poluição.

Tempos verbais

Os pais de hoje costumam dizer que importante é que os filhos sejam felizes. É uma tendência que se impôs ao influxo das teses libertárias dos anos 1960. É irrelevante que entrem na faculdade, que ganhem muito ou pouco dinheiro, que sejam bem-sucedidos na profissão. O que espero, eis a resposta correta, é que sejam felizes. Ora, felicidade é coisa grandiosa. É esperar, no mínimo, que o filho sinta prazer nas pequenas coisas da vida. Se não for suficiente, que consiga cumprir todos os desejos e ambições que venha a abrigar. Se ainda for pouco, que atinja o enlevo místico dos santos. Não dá para preencher caderno de encargos mais cruel para a pobre criança.

9. (CESGRANRIO – PETROBRÁS – ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO – 2010)

É irrelevante que **entrem** na faculdade, que **ganhem** muito ou pouco dinheiro, que **sejam** bem-sucedidos na profissão.

O emprego das formas verbais grifadas acima denota

- a) hipótese passível de realização.
- b) fato real e definido no tempo.
- c) condição de realização de um fato.
- d) finalidade das ações apontadas no segmento.
- e) temporalidade que situa as ações no passado.

Expressões restritivas

A CARTA AUTOMÁTICA

Mais de cem anos depois do surgimento do telefone, o começo dos anos 90 nos oferece um meio de comunicação que, para muitos, resgata um pouco do romantismo da carta. A Internet não usa papel colorido e perfumado, e sequer precisa de selos, mas, para muitos, fez voltar à moda o charme da comunicação por escrito. E, se o provedor não estiver com problemas, faz isso com o imediatismo do telefone. A rede também foi uma invenção que levou algum tempo para cair no gosto do público. Criada em 1993 para uso doméstico, há muito ela já era usada por cientistas universitários que queriam trocar informações. Mas, só após a difusão do computador doméstico, realizada efetivamente há uns quatro ou cinco anos, que o público pôde descobrir sua utilidade.

Em *The Victorian Internet*, Tom Standage analisa o impacto da criação do telégrafo (surgido em 1837).

Uma nova tecnologia de comunicação permitia às pessoas se comunicarem quase que instantaneamente, estando à longa distância [...] Isto revolucionou o mundo dos negócios. [...] Romances floresceram sob impacto do telégrafo. Códigos secretos foram inventados por alguns usuários e desvendados por outros. [...] O governo e as leis tentaram controlar o novo meio e falharam. [...] Enquanto isto, pelos cabos, uma subcultura tecnológica com seus usos e vocabulário próprio se estabelecia.

Igual impacto teve a Internet. Antes do telégrafo, batizado de “a autoestrada do pensamento”, o ritmo de vida era superlento. As pessoas saíam para viajar de navio e não se ouviam notícias

delas durante anos. Os países que quisessem saber se haviam ou não ganho determinada batalha esperavam meses pelos mensageiros, enviados no lombo dos cavalos. Neste mundo em que reinava a Rainha Vitória (1819-1901), o telégrafo provocou a maior revolução das comunicações desde o aparecimento da imprensa. A Internet não chegou a tanto. Mas nada encurta tanto distâncias como entrar num chat com alguém que esteja na Noruega, por exemplo. Se o telégrafo era “a autoestrada do pensamento”, talvez a rede possa ser a “superautoestrada”. Dos pensamentos e das abobrinhas. As tecnologias de conversação realmente mudam as conversas. Apesar de ser de fundamental utilidade para o trabalho e a pesquisa, o correio feito pela rede permite um tipo de conversa diferente daquela que ocorre por telefone. Talvez um dia, no futuro, pesquisadores analisem as razões pelas quais a rede, rápida e imediata e sem o vivo colorido identificador da voz, se presta a bate-papos (via e-mails, chats, comunicadores instantâneos) até mais informais do que os que fazemos por telefone.

CAMARGO, Maria Sílvia. *24 dias por hora*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 135-137. Adaptado.

10. (CESGRANRIO – Técnico Ambiental – Petrobras – 2011 – Médio)

De acordo com o exposto no texto, a comunicação via Internet

- a) foi concebida para atender ao uso doméstico de modo restrito.
- b) perdeu o romantismo da troca de cartas escritas a mão.
- c) teve sua utilidade aceita de imediato pelo público.
- d) tornou-se imediatista, exceto quando há problema no provedor.
- e) representou uma revolução similar à do telégrafo em sua época.

Expressões totalizantes

Dê uma chance ao ser humano A vizinha tocou a campainha e, quando abri a porta, surpreso com a visita inesperada, ela entrou, me abraçou forte e falou devagar, olhando fundo nos meus olhos: “Você tem sido um vizinho muito compreensivo, e eu ando muito relapsa na criação dos meus cachorros. Isso vai mudar!” Desde então, uma série de procedimentos na casa em frente à minha acabou com um pesadelo que me atormentou por mais de um ano. Sei que todo mundo tem um caso com o cachorro do vizinho para contar, mas, com final feliz assim, francamente, duvido. A história que agora passo a narrar do início explica em grande parte por que ainda acredito no ser humano – **ô, raça!** [...]

11. (CESGRANRIO – BNDES – TÉCNICO DE ARQUIVO – MÉDIO – 2011)

A utilização da expressão “ô, raça exprime que o autor

- a) pode ser surpreendido pelo ser humano, que é complexo.
- b) julga negativamente o ser humano, que não muda.
- c) iguala a raça humana a qualquer outra raça animal.
- d) admira incondicionalmente a raça humana.
- e) não se considera parte da mesma raça como os outros seres.

Expressões enfáticas

A palavra

Freud costumava dizer que os escritores precederam os psicanalistas na descoberta do inconsciente. Tudo porque literatura e psicanálise têm um profundo elo em comum: a palavra.

Já me perguntei algumas vezes como é que uma pessoa que tem dificuldade com a palavra consegue externar **suas** fantasias e carências durante uma terapia. Consultas são um **refinado** exercício de comunicação. **Se** relacionamentos amorosos fracassam por falhas na comunicação, creio que a relação terapêutica também poderá naufragar diante da impossibilidade de o paciente se fazer **entender**.

[...]

Martha Medeiros. *Revista O Globo*. 2011.

12. (CEF – Engenheiro-Área 1 – 2012) No segundo parágrafo, ao se referir à comunicação, a cronista valoriza a terapia, expressando seu ponto de vista em relação a esta. O recurso linguístico que evidencia isso é o uso do(a)
- a) advérbio já.
 - b) pronome possessivo suas.
 - c) adjetivo refinado.
 - d) conjunção se.
 - e) verbo entender.

Anotações



INFERÊNCIA

Observe a seguinte frase:

Fiz faculdade, mas aprendi algumas coisas.

Nela, o falante transmite duas informações de maneira explícita:

- a) que ele frequentou um curso superior;
- b) que ele aprendeu algumas coisas.

Ao ligar as duas informações por meio de “mas”, comunica também, de **modo implícito**, sua crítica ao ensino superior, pois a frase transmite a ideia de que nas faculdades não se aprende muita coisa.

INFERÊNCIA = ideias implícitas, sugeridas, que podem ser depreendidas a partir da leitura do texto, de certas palavras ou expressões contidas na frase.

Enunciados = “Infere-se”, “Deduz-se”, “Depreende-se”, etc.

EXEMPLIFICANDO

“É a felicidade necessária?” é a chamada de capa da última revista *New Yorker* para um artigo que analisa livros recentes sobre o tema. No caso, a ênfase está nas pesquisas sobre felicidade e no impacto que exercem, ou deveriam exercer, nas políticas públicas. Um dos livros analisados constata que nos últimos 35 anos o PIB *per capita* dos americanos aumentou de 17.000 dólares para 27.000, o tamanho médio das casas cresceu 50% e as famílias que possuem computador saltaram de zero para 70% do total. No entanto, a porcentagem dos que se consideram felizes não se moveu. Conclusão do autor: se crescimento econômico não contribui para aumentar a felicidade, “por que trabalhar tanto, arriscando desastres ambientais, para continuar dobrando e redobrando o PIB”?

Outro livro informa que os nigerianos, com seus 1.400 dólares de PIB *per capita*, atribuem-se grau de felicidade equivalente ao dos japoneses, com PIB *per capita* 25 vezes maior, e que os habitantes de Bangladesh se consideram duas vezes mais felizes que os da Rússia, quatro vezes mais ricos. Surpresa das surpresas, os afegãos atribuem-se bom nível de felicidade, e a felicidade é maior nas áreas dominadas pelo Talibã.

13. (CESGRANRIO – PETROBRÁS – ASSISTENTE SOCIAL JÚNIOR – 2010)

As conclusões das pesquisas mencionadas pelo autor parecem mostrar que

- a) os habitantes de países pobres são mais felizes.
- b) pessoas que trabalham muito não são mais felizes.
- c) bom desenvolvimento econômico não traz felicidade.
- d) o PIB *per capita* é o principal índice de grau de felicidade.
- e) há uma relação intrínseca entre economia e sensação de felicidade.

Anotações**TIPOLOGIA TEXTUAL**

Narração: Modalidade na qual se contam um ou mais fatos – fictício ou não – que ocorreram em determinado tempo e lugar, envolvendo certos personagens. Há uma relação de anterioridade e posterioridade. O tempo verbal predominante é o passado.

EXEMPLIFICANDO

O trecho “Há 15 dias, uma educadora no Recife, Niedja Santos, indagou a um grupo de estudantes quais os meios de comunicação que eles conheciam. Nenhum citou cartões postais.” classifica-se como do tipo textual narrativo

PORQUE**14. (CESGRANRIO – FINEP – ANALISTA RECURSOS HUMANOS – 2011)**

A narração se caracteriza pela apresentação de um evento marcado temporalmente, com a participação dos personagens envolvidos.

Analisando-se as afirmações acima, conclui-se que

- a) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- b) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- c) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) a primeira afirmação é falsa e a segunda é verdadeira.
- e) as duas afirmações são falsas.

Descrição: É a modalidade na qual se apontam as características que compõem determinado objeto, pessoa, ambiente ou paisagem. Usam-se adjetivos para tal.

EXEMPLIFICANDO

Amar é...

Noite de chuva

Debaixo das cobertas

As descobertas

Ricardo Silvestrin

15. (CESGRANRIO – PROMINP – MÉDIO – 2012)

De acordo com a tipologia textual, o texto é

- a) descritivo.
- b) expositivo.
- c) argumentativo.
- d) injuntivo.
- e) narrativo.

Argumentação: Modalidade na qual se expõem ideias e opiniões gerais, seguidas da apresentação de argumentos que as defendam e comprovem.

EXEMPLIFICANDO

UM EM CADA 4 BRASILEIROS CONSEGUE COMPREENDER O TEXTO QUE LÊ

Apenas 26% da população brasileira com mais de 15 anos têm domínio pleno das habilidades de leitura e escrita. Isso significa que somente um em cada quatro jovens e adultos consegue compreender totalmente as informações contidas em um texto e relacioná-las com outros dados.

O restante são os chamados analfabetos funcionais, que “mal conseguem identificar enunciados simples, sendo incapazes de interpretar texto mais longo ou com alguma complexidade”, aponta estudo Inaf (Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional), feito pelo Instituto Paulo Montenegro, que é ligado ao Ibope. Segundo o trabalho, o Brasil possui 16 milhões de analfabetos com mais de 15 anos (9% da população).

Em contraponto, a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” diz que 67% dos brasileiros têm interesse pela leitura. O Plano Nacional do Livro, Leitura e Biblioteca – Fome de Livro, do governo federal, considera que as pessoas têm vontade de ler e, para estimular o hábito, agirá em várias frentes. Uma delas é zerar o número de cidades brasileiras sem uma biblioteca. A outra é criar uma política federal centralizada para aumentar a leitura. A democratização do acesso ao livro se dará por meio das bibliotecas públicas, da revitalização das 5.000 bibliotecas existentes, construção de acervos básicos infanto-juvenis, proliferação de centros de inclusão digital, livrarias e realização de campanhas de distribuição de livros.

[...]

Segundo pesquisa encomendada pela Câmara Brasileira do Livro e pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros em 2001, 61% dos brasileiros adultos alfabetizados têm muito pouco ou nenhum contato com os livros, não existem livrarias em 89% dos municípios brasileiros e 6,5 milhões de pessoas não têm condições financeiras de comprar um livro. De acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil, produzido pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), 35% dos analfabetos brasileiros já frequentaram a escola.

O título do projeto é uma homenagem a um de seus idealizadores, o poeta Waly Salomão, que costumava dizer: o povo tem fome de comida e de livros. “O governo criou o Fome Zero para combater a fome e a miséria que têm, como eixos estruturantes, a educação e a cultura”. [...]

UOL – EDUCAÇÃO, 30 set. 2004. (Adaptado)

16. (CESGRANRIO – SEPLAG – COORDENADOR PEDAGÓGICO – 2010)

No texto, a matéria é construída empregando uma estratégia discursiva que aponta para uma reflexão sobre o problema do analfabetismo funcional no Brasil.

Com base na leitura da matéria, NÃO apresenta uma ação do texto que se caracteriza como um recurso dessa estratégia

- a) empregar dados estatísticos como comprovação de tese.
- b) descrever experiências positivas como fatos incontestáveis.
- c) expor a palavra de instituições como argumento de autoridade.
- d) apresentar propostas, em várias áreas, que possam solucionar o problema.
- e) adotar uma postura de inclusão como um dos pilares da resolução da questão.

Exposição: Apresenta informações sobre assuntos, expõe ideias, explica e avalia e reflete Não faz defesa de uma ideia, pois tal procedimento é característico do texto dissertativo. O texto expositivo apenas revela ideias sobre um determinado assunto. Por meio da mescla entre texto expositivo e narrativo, obtém-se o que conhecemos por relato.

Injunção: Indica como realizar uma ação. Também é utilizado para prever acontecimentos e comportamentos. Utiliza linguagem objetiva e simples. Os verbos são, na sua maioria, empregados no modo imperativo.

Anotações



EXEMPLIFICANDO

A sua vez



Você já é grandinho o suficiente para saber que brincadeira é para a vida toda.

Boa parte das brincadeiras infantis são um ensaio para a vida adulta. Criança brinca de ser mãe, pai, cozinheiro, motorista, polícia, ladrão (e isso, você sabe, não implica nenhum tipo de propensão ao crime). E, ah, quando não há ninguém por perto, brinca de médico também. É uma forma de viver todas as vidas possíveis antes de fazer uma escolha ou descoberta. Talvez seja por isso que a gente pare de brincar aos poucos – como se tudo isso perdesse o sentido quando viramos adultos de verdade. E tudo agora é para valer. Mas será que parar de brincar é, de fato, uma decisão madura?

Atividades de recreação e lazer estimulam o imaginário e a criatividade, facilitam a socialização e nos ajudam a combater o estresse. Mas, se tudo isso for o objetivo, perde a graça, deixa de ser brincadeira. Vira mais uma atividade produtiva a cumprir na agenda. Você só brinca de verdade (ainda que de mentirinha) pelo prazer de brincar. E só. Como escreveu Rubem Alves, quem brinca não quer chegar a lugar nenhum – já chegou.

QUINTANILHA, Leandro. Disponível em: http://www.vidasimples.abril.com.br/edicoes/073/pe_no_chao/conteudo_399675.shtml

17. (CESGRANRIO – SECAD-TO – TERAPEUTA OCUPACIONAL – 2009)

Quanto à tipologia, o Texto classifica-se como

- a) injuntivo.
- b) narrativo.
- c) descritivo.
- d) expositivo.
- e) argumentativo.

GÊNEROS TEXTUAIS

EDITORIAL: Texto opinativo/argumentativo, não assinado, no qual o autor (ou autores) não expressa a sua opinião, mas revela o ponto de vista da instituição. Geralmente, aborda assuntos bastante atuais. Busca traduzir a opinião pública acerca de determinado tema, dirigindo-se (explícita ou implicitamente) às autoridades, a fim de cobrar-lhes soluções.

EXEMPLIFICANDO

MUNDO TEM MAIS OBESOS DO QUE DESNUTRIDOS

Segundo a OMS, 300 milhões são muito gordos e 170 milhões estão abaixo do peso

GENEبرا. Aproximadamente 170 milhões de crianças em todo o mundo têm peso abaixo do normal, enquanto cerca de 300 milhões de adultos são obesos, informou ontem a Organização Mundial da Saúde (OMS), na abertura da 33ª sessão anual do Comitê Permanente de Nutrição, em Genebra.

Reunido até sexta-feira, o organismo formado por representantes de várias agências da Organização das Nações Unidas (ONU) pretende elaborar um plano de ação que ajude as autoridades nacionais a enfrentar os problemas.

– Para alcançar as Metas do Milênio estabelecidas pela ONU e controlar a epidemia crescente das doenças crônicas, é necessário lutar com urgência contra a má nutrição no mundo, tanto causada pelo excesso quanto pela falta – afirmou a presidente do comitê, Catherine Bertini.

Das 170 milhões de crianças desnutridas, cerca de três milhões morrem a cada ano, de acordo com os dados fornecidos pela OMS. No extremo oposto, calcula-se que há no mundo cerca de 1 bilhão de pessoas com excesso de peso, das quais 300 milhões são obesas. Todos eles estão mais expostos que os demais a sofrer cardiopatias, acidentes cardiovasculares, cânceres e diabetes, entre outras doenças ligadas ao excesso de peso.

A OMS adverte que esse problema duplo não é simplesmente de países ricos ou pobres, mas está ligado ao grau de desenvolvimento de cada nação.

O Globo, 14 mar. 2006.

18. (CESGRANRIO – FUNASA – AGENTE ADMINISTRATIVO – 2009)

A ideia central do texto baseia-se na visão de que é preciso combater a má nutrição no mundo. Qual dos trechos da matéria transcritos a seguir apresenta o argumento de consistência compatível com essa tese?

- a) “Aproximadamente 170 milhões de crianças em todo o mundo têm peso abaixo do normal, enquanto cerca de 300 milhões de adultos são obesos, [...]”
- b) “[...] é necessário lutar com urgência contra a má nutrição no mundo, tanto causada pelo excesso quanto pela falta – [...]”
- c) “calcula-se que há no mundo cerca de 1 bilhão de pessoas com excesso de peso, das quais 300 milhões são obesas.”
- d) “Todos eles estão mais expostos que os demais a sofrer cardiopatias, acidentes cardiovasculares, cânceres e diabetes, entre outras doenças ligadas ao excesso de peso.”
- e) “A OMS adverte que esse problema duplo não é simplesmente de países ricos ou pobres, mas está ligado ao grau de desenvolvimento de cada nação.”

ARTIGOS: São os mais comuns. São textos autorais – assinados –, cuja opinião é da inteira responsabilidade de quem o escreveu. Seu objetivo é o de persuadir o leitor.

EXEMPLIFICANDO

COMO NÃO PENSEI NISSO ANTES?

Para ser um inventor, basta enxergar os problemas como matéria-prima para a criatividade e apostar nas próprias ideias.

“No meio do caminho tinha uma pedra/ tinha uma pedra no meio do caminho.” O poeta Carlos Drummond de Andrade criou um dos textos mais famosos da literatura brasileira ao buscar inspiração num obstáculo. De forma parecida, muita gente, famosa ou anônima, no decorrer da história, tem convertido suas dificuldades em criações.

Não é difícil perceber que, na origem de todos os objetos criados pelo homem, havia um problema. Foi de tanto machucar os pés ao caminhar descalço que algum remoto ancestral inventou o calçado, por exemplo. Cansado de beber água usando as próprias mãos, alguém concebeu o copo. E por aí vai.

Diante de uma pedra no caminho, pode-se lamentá-la ou tentar removê-la. A primeira opção é a mais fácil, mas não leva a nada. A segunda nos permite não só dar um fim ao empecilho, mas também deixar uma contribuição para a humanidade. Foi esse rumo que o motorista de caminhão aposentado José Roberto Rodrigues, de 55 anos, escolheu.

Há 15 anos, em um acampamento, José viu um botijão de gás ir pelos ares. Impressionado com o acidente, pôs na cabeça que poderia fazer algo para evitá-lo. Anos depois, teve a ideia: se acondicionasse o botijão dentro de uma estrutura fechada e a conectasse com a área externa da casa, o problema estaria resolvido. Afinal, a explosão só acontece se há acúmulo de gás dentro da cozinha. Estava concebida a cápsula antiexplosão.

Para construir a engenhoca, ele pegou um balde grande de plástico, desses usados como lixeira, e fez dois furos: um para a mangueira do botijão e outro para permitir a conexão com o exterior da casa. Se o gás vazar, sai para o ambiente externo. “Fiz tudo sozinho”, orgulha-se José.

Tempos depois, inspirado pelas filhas, que volta e meia deixavam a comida queimar, aperfeiçoou o invento. Adicionou-lhe um dispositivo capaz de controlar o tempo pelo qual o fogão permanece aceso. Para isso, comprou um timer, aparelho encontrado em lojas de material elétrico, e o acoplou à válvula do botijão. Funciona como um relógio de corda: em quinze minutos, quando completa a volta, o equipamento trava a saída de gás. Se o cozimento for demorado, é só reprogramar o dispositivo. [...]

A história de José mostra que não é preciso pós-doutorado para transformar problemas do dia a dia em solução. O necessário é ter autoconfiança, persistência, motivação e capacidade de pensar por si próprio, como enumera a psicóloga Eunice Alencar, da Universidade Católica de Brasília. “Todos temos essas características. O que precisamos é saber cultivá-las para despertar nossa capacidade de criação”, diz Eunice. [...]

A satisfação de ver a própria invenção ser usada por várias pessoas é algo que Beatriz Zorovich, de 78 anos, conhece há muitas décadas. Um belo dia, quando estava na cozinha, ela percebeu que, se a bacia que usava para lavar o arroz tivesse furinhos, ficaria fácil escorrer os grãos. Com a ajuda do marido, o engenheiro Sólon Zorovich,

construiu um protótipo em uma espécie de papel alumínio grosso.(...) Deu certo: lançado na Feira de Utilidades Domésticas de 1962, o escorredor de arroz ganhou as cozinhas de todo o País. Beatriz não sabe calcular exatamente quanto ganhou com o produto. Mas lembra que os lucros equivaliam ao seu salário de dentista. A patente expirou em 1978. [...]

COSTA, Rachel. *Sorria*.

19. (CESGRANRIO – PROMINP – MÉDIO – 2010)

O texto “Como não pensei nisso antes?” tem como tema as(os)

- a) invenções movidas pelo desespero do cotidiano.
- b) origens dos objetos de inventores famosos.
- c) problemas da vida de pessoas ilustres.
- d) inventores que saíram do anonimato.
- e) obstáculos do dia a dia transformados em invenções.

NOTÍCIAS: São autorais, apesar de nem sempre serem assinadas. Seu objetivo é tão somente o de informar, não o de convencer.

EXEMPLIFICANDO

RETRATOS DE UMA ÉPOCA

Mostra exhibe cartões-postais de um tempo que não volta mais Em tempos de redes sociais e da presença cada vez maior da internet no cotidiano, pouca gente se lembra de que nem sempre tudo foi assim tão rápido, instantâneo e impessoal. Se os adultos esquecem logo, crianças e adolescentes nem sabem como os avós de seus avós se comunicavam.

Há 15 dias, uma educadora no Recife, Niedja Santos, indagou a um grupo de estudantes quais os meios de comunicação que eles conheciam. Nenhum citou cartões-postais. Pois eles já foram tão importantes que eram usados para troca de mensagens de amor, de amizade, de votos de felicidades e de versos enamorados que hoje podem parecer cafonas, mas que, entre os séculos XIX e XX, sugeriam apenas o sentimento movido a sonho e romantismo. Para se ter uma ideia de sua importância, basta lembrar um pouco da história: nasceram na Áustria, na segunda metade do século XIX, como um novo meio de correspondência. E a invenção de um professor de Economia chamado Emannuel Hermann fez tanto sucesso que, em apenas um ano, foram vendidos mais de dez milhões de unidades só no Império Austro-Húngaro. Depois, espalharam-se pelo mundo e eram aguardados com ansiedade.

– A moda dos cartões-postais, trazida da Europa, sobretudo da França, no início do século passado para o Recife de antigamente, tornou-se uma mania que invadiu toda a cidade – lembra o colecionador Liedo Maranhão, que passou meio século colecionando-os e reuniu mais de 600, 253 dos quais estão na exposição “Postaes: A correspondência afetiva na Coleção Liedo Maranhão”, no Centro Cultural dos Correios, na capital pernambucana.

O pesquisador, residente em Pernambuco, começou a se interessar pelo assunto vendo, ainda jovem, os postais que eram trocados na sua própria família. Depois, passou a comprá-los no Mercado São José, reduto da cultura popular do Recife, onde eram encontrados em caixas de sapato ou pendurados em cordões para chamar a atenção dos visitantes. Boa parte da coleção vem daí. [...]

– Acho que seu impacto é justamente o de trazer para o mundo contemporâneo o *glamour* e o romantismo de um meio de comunicação tão usual no passado – afirma o curador Gustavo Maia.

– O que mais chama a atenção é o sentimento romântico como conceito, que pode ser percebido na delicadeza perdida de uma forma de comunicação que hoje está em desuso – reforça Bartira Ferraz, outra curadora da mostra. [...]

LINS, Letícia. Retratos de uma época. *Revista O Globo*, Rio de Janeiro, n. 353, p. 26-28, 1º maio 2011. Adaptado.

20. (CESGRANRIO – FINEP – ANALISTA – 2011)

A ideia contida nos dois primeiros parágrafos é a de que

- a) a necessidade de comunicação interpessoal desenvolveu-se só com a internet.
- b) os cartões-postais eram, à sua época, considerados cafonas.
- c) a atividade interpessoal realizada hoje pela internet era realizada, antes, similarmente por meio dos cartões-postais.
- d) a importância dos cartões-postais se deveu ao fato de terem sido criados na Europa e, então, trazidos para o Brasil.
- e) os cartões-postais eram o principal meio de correspondência entre os professores na Áustria.

21. (CESGRANRIO – FINEP – ANALISTA – 2011)

Pela leitura do texto, infere-se que a época do surgimento dos cartões-postais se caracterizava por

- a) lentidão e fugacidade.
- b) vagareza e permanência.
- c) indiferença e celeridade.
- d) rapidez e solidariedade.
- e) pessoalidade e velocidade.

22. (CESGRANRIO – FINEP – ANALISTA – 2011)

As afirmações abaixo relacionam-se ao professor Emmanuel Hermann.

I – Deixou de ser professor de Economia, após vender mais de dez milhões de postais.

II – Inventou os cartões-postais.

III – Nasceu na segunda metade do século XIX.

Está contido no texto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

23. (CESGRANRIO – FINEP – ANALISTA – 2011)

Em um cartão-postal, lê-se o seguinte:

“Teu celestial sorriso / Me alegra, encanta e fascina, / Prometendo um paraíso, / Onde serás luz divina:”

A relação entre o trecho destacado e a explicação ao seu lado está correta em

- a) “Teu celestial sorriso” – o sorriso de quem remete o cartão.
- b) “[...] encanta e fascina” – o destinatário é encantado, fascinado pelo sorriso.
- c) “Prometendo um paraíso” – o remetente infere no sorriso uma promessa.
- d) “Onde serás luz [...]” – a palavra onde remete ao sorriso.
- e) “[...] serás luz divina” – a luz é proveniente do céu e inerente ao paraíso.

CRÔNICA: Fotografia do cotidiano, realizada por olhos particulares. Geralmente, o cronista apropria-se de um fato atual do cotidiano, para, posteriormente, tecer críticas ao *status quo*, baseadas quase exclusivamente em seu ponto de vista. A linguagem desse tipo de texto é predominantemente coloquial.

EXEMPLIFICANDO**A vida sem celular**

O inevitável aconteceu: perdi meu celular. Estava no bolso da calça. Voltei do Rio de Janeiro, peguei um táxi no aeroporto. Deve ter caído no banco e não percebi. Tentei ligar para o meu próprio número. Deu caixa postal. Provavelmente eu o desliguei no embarque e esqueci de ativá-lo novamente. Meu quarto parece uma trincheira de guerra de tanto procurá-lo.

Agora me rendo: sou um homem sem celular. O primeiro sentimento é de pânico. Como vou falar com meus amigos? Como vão me encontrar? Estou desconectado do mundo. Nunca botei minha agenda em um programa de computador, para simplesmente recarregá-la em um novo aparelho. Será árduo garimpar os números da família, amigos, contatos profissionais. E se alguém me ligar com um assunto importante? A insegurança é total. Reflito. Podem me achar pelo telefone fixo. Meus amigos me encontrarão, pois são meus amigos. Eu os buscarei, é óbvio. Então por que tanto terror?

Há alguns anos – nem tantos assim – ninguém tinha celular. A implantação demorou por aqui, em relação a outros países. E a vida seguia. Se alguém precisasse falar comigo, deixava recado. Depois eu chamava de volta. Se estivesse aguardando um trabalho, por exemplo, eu ficava esperto. Ligava perguntando se havia novidades. Muitas coisas demoravam para acontecer. Mas as pessoas contavam com essa demora. Não era realmente ruim. Saía tranquilo, sem o risco de que me encontrassem a qualquer momento, por qualquer bobagem.

A maior parte das pessoas vê urgência onde absolutamente não há. Ligam afobadas para fazer uma pergunta qualquer. Se não chamo de volta, até se ofendem.

— Eu estava no cinema, depois fui jantar, bater papo.

— É... Mas podia ter ligado!

Como dizer que podia, mas não queria?

Vejo motoristas de táxi tentando se desvencilhar de um telefonema.

— Agora não posso falar, estou dirigindo.

— Só mais uma coisinha...



Fico apavorado no banco enquanto ele faz curvas e curvas, uma única mão no volante. Muita gente não consegue desligar mesmo quando se explica ser impossível falar. Dá um nervoso!

A maioria dos chefes sente-se no direito de ligar para o subordinado a qualquer hora. Noites, fins de semana, tudo submergiu numa contínua atividade profissional. No relacionamento pessoal ocorre o mesmo.

— Onde você está? Estou ouvindo uma farra aí atrás.

— Vendo televisão! É um comercial de cerveja!

Um amigo se recusa a ter celular.

— Fico mais livre.

Às vezes um colega de trabalho reclama:

— Precisava falar com você, mas não te achei.

— Não era para achar mesmo.

Há quem desfrute o melhor. Conheço uma representante de vendas que trabalha na praia durante o verão. Enquanto torra ao sol, compra, vende, negocia. Mas, às vezes, quando está para fechar o negócio mais importante do mês, o aparelho fica fora de área. Ela quase enlouquece!

Pois é. O celular costuma ficar fora de área nos momentos mais terríveis. Parece de propósito! Como em um recente acidente automobilístico que me aconteceu. Eu estava bem, mas precisava falar com a seguradora. O carro em uma rua movimentada. E o celular mudo! Quase pirei! E quando descarrega no melhor de um papo, ou, pior, no meio da briga, dando a impressão de que desliguei na cara?

Na minha infância, não tinha nem telefone em casa. Agora não suporto a ideia de passar um dia desconectado. É incrível como o mundo moderno cria necessidades. Viver conectado virou vício. Talvez o dia a dia fosse mais calmo sem celular. Mas vou correndo comprar um novo!

CARRASCO, Walcyr. A vida sem celular. *Veja São Paulo*, São Paulo, n. 2107, 08 abr. 2009. Disponível em: <<http://vejasp.abril.com.br/revista/edicao-2107/avida-sem-celular>> Acesso em: 26 dez. 2011. Adaptado.

24. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – MÉDIO – 2012)

O texto apresenta vários aspectos negativos em relação ao uso do celular.

O fragmento que exemplifica um desses aspectos é

- a) “Deve ter caído no banco e não percebi”.
- b) “Podem me achar pelo telefone fixo”.
- c) “A implantação demorou por aqui em relação a outros países”.
- d) “Se não chamo de volta até se ofendem”.
- e) “Na minha infância, não tinha nem telefone em casa”.

25. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – MÉDIO – 2012)

Os exemplos de uso dos celulares, tanto pelos chefes quanto no relacionamento pessoal, indicam que, para o autor, tais aparelhos favorecem relações de

- a) controle.
- b) desconfiança.
- c) exploração.
- d) hipocrisia.
- e) proximidade.

26. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – MÉDIO – 2012)

De acordo com o texto, um exemplo de pessoa/setor da sociedade que consegue claramente tirar proveito do celular é o(a)

- a) motorista de táxi.
- b) próprio narrador.
- c) trabalhador subordinado.
- d) representante de vendas.
- e) família tradicional.

27. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – MÉDIO – 2012)

Ao longo do texto, o cronista reflete sobre aspectos diversos relativos à inserção do celular no cotidiano. Pela leitura global do texto, sintetiza-se o conjunto da reflexão do cronista da seguinte maneira:

- a) Apesar dos aspectos negativos, hoje o celular é uma necessidade.
- b) Sem a existência do celular, as pessoas eram tolerantes.
- c) Para as pessoas de hoje, o celular traz novas oportunidades.
- d) Com o advento dessa tecnologia, a comunicação ficou acelerada.
- e) Em certas situações cotidianas, essa tecnologia é dispensável.

28. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – MÉDIO – 2012)

“E quando descarrega no melhor de um papo, ou, pior, no meio da briga, dando a impressão de que desliguei **na cara**?”

O vocábulo que poderia substituir o termo destacado e expressar o mesmo sentido básico é

- a) disfarçadamente.
- b) abruptamente.
- c) secretamente.
- d) paulatinamente.
- e) demoradamente.

BREVE ENSAIO: É autoral; trata-se de texto opinativo/argumentativo, assinado, no qual o autor expressa a sua opinião. Geralmente, aborda assuntos universais.

EXEMPLIFICANDO

O romance policial, descendente do extinto romance gótico, conserva características significativas do gênero precursor: a popularidade imensa e os meios para obtê-la. “Romances policiais”, reza um anúncio do editor de Edgar Wallace, “são lidos por homens e mulheres de todas as classes; porque não há nada que seja tão interessante como a explicação de um crime misterioso. Não há nada que contribua com eficiência maior para divertir os espíritos preocupados”.

Os criminosos e detetives dos romances policiais servem-se dos instrumentos requintados da tecnologia moderna para cometer e revelar horrores: sociedades anônimas do crime, laboratórios científicos transformados em câmaras de tortura. Os leitores contemporâneos acreditam firmemente na onipotência das ciências naturais e da tecnologia para resolver

todos os problemas e criar um mundo melhor; ao mesmo tempo, devoram romances nos quais os mesmíssimos instrumentos físicos e químicos servem para cometer os crimes mais abomináveis.

Leitores de romances policiais não são exigentes. Apenas exigem imperiosamente um final feliz: depois da descoberta do assassino, as núpcias entre a datilógrafa do escritório dos criminosos e o diretor do banco visado por eles, ou então a união matrimonial entre o detetive competente e a bela pecadora arrependida.

Não adianta condenar os romances policiais porque lhes falta o valor literário. Eles são expressões legítimas da alma coletiva, embora não literárias, e sim apenas livrescas de desejos coletivos de evasão.

(Adaptado de Otto Maria Carpeaux. *Ensaios reunidos 1942-1978*. Rio de Janeiro: UniverCidade e TopBooks, v. 1, 1999. p. 488-90)

29. (CESGRANRIO – BB – ESCRITURÁRIO – MÉDIO – 2012)

O leitor de romances policiais, tal como caracterizado no texto,

- a) pertence a determinada classe social e despreza a técnica literária.
- b) é difícil de satisfazer e descrente da moral contemporânea.
- c) confia na soberania da ciência e é condescendente com enredos inverossímeis.
- d) é leigo em tecnologia e demonstra alto grau de erudição.
- e) usa a leitura como fonte de entretenimento e prescinde de finais felizes.

PEÇA PUBLICITÁRIA: A propaganda é um modo específico de apresentar informação sobre produto, marca, empresa, ideia ou política, visando a influenciar a atitude de uma audiência em relação a uma causa, posição ou atuação. A propaganda comercial é chamada, também, de publicidade. Ao contrário da busca de imparcialidade na comunicação, a propaganda apresenta informações com o objetivo principal de influenciar uma audiência. Para tal, frequentemente, apresenta os fatos seletivamente (possibilitando a mentira por omissão) para encorajar determinadas conclusões, ou usa mensagens exageradas para produzir uma resposta emocional e não racional à informação apresentada. Costuma ser estruturado por meio de frases curtas e em ordem direta, utilizando elementos não verbais para reforçar a mensagem.

EXEMPLIFICANDO

O anúncio publicitário a seguir é uma campanha de um adoçante, que tem como seu *slogan* a frase “Mude sua embalagem”.



30. (CESGRANRIO – FUNASA – AGENTE ADMINISTRATIVO – 2009)

A palavra “embalagem”, presente no *slogan* da campanha, é altamente expressiva e substitui a palavra

- a) vida.
- b) corpo.
- c) jeito.
- d) história.
- e) postura.

CHARGE: É um estilo de ilustração que tem por finalidade satirizar algum acontecimento atual com uma ou mais personagens envolvidas. A palavra é de origem francesa e significa *carga*, ou seja, exagera traços do caráter de alguém ou de algo para torná-lo *burlesco*. Apesar de ser confundida com cartum, é considerada totalmente diferente: ao contrário da charge, que tece uma crítica contundente, o cartum retrata situações mais corriqueiras da sociedade. Mais do que um simples desenho, a charge é uma crítica político-social mediante o artista expressa graficamente sua visão sobre determinadas situações cotidianas por meio do humor e da sátira.

EXEMPLIFICANDO

A charge a seguir trata da situação crítica a que está submetido o País em relação à dengue.



31. (CESGRANRIO – FUNASA – AGENTE ADMINISTRATIVO – 2009)

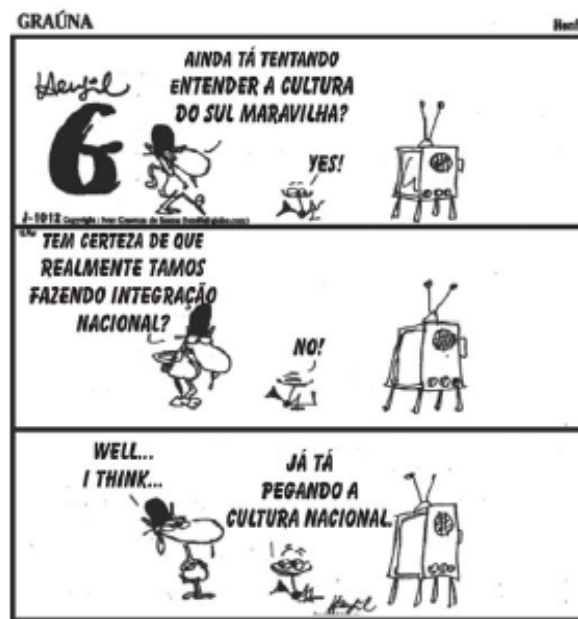
Essa charge

- a) compara a luta contra a dengue a uma situação de guerra.
- b) coloca em situação de oposição o homem e a sociedade.
- c) suaviza a gravidade da questão a partir do humor.
- d) dá características humanas ao mosquito.
- e) propõe que forças bélicas sejam usadas na prevenção da doença.

32. (CESGRANRIO – FUNASA – AGENTE ADMINISTRATIVO – 2009) Uma charge tem como objetivo, por meio de seu tom caricatural, provocar, no leitor, dada reação acerca de um fato específico. De acordo com a situação em que foi produzida, a charge de Ique, aqui apresentada, visa a provocar, no leitor, uma reação de
- a) consternação.
 - b) revolta.
 - c) alerta.
 - d) complacência.
 - e) belicosidade.

QUADRINHOS: **Hipergênero**, que agrega diferentes outros gêneros, cada um com suas peculiaridades.

EXEMPLIFICANDO



33. (CESGRANRIO – IBGE – JORNALISMO – 2010)

Na tira acima, observa-se um desvio no emprego da norma culta da Língua Portuguesa. Com base no entendimento da mensagem e considerando o último quadrinho, o uso de tal variação pode ser explicado pelo fato de

- a) criticar o emprego excessivo de línguas estrangeiras no Brasil.
- b) abolir uma marca da oralidade na escrita.
- c) ironizar a forma como os brasileiros utilizam a Língua Portuguesa.
- d) exemplificar como a língua falada se diferencia da língua escrita.
- e) valorizar o idioma nacional por meio do *status* da Língua Estrangeira.

EXERCITANDO

O fenômeno urbano: passado, presente e futuro

As cidades surgiram como parte integrante das sociedades agrícolas. Cerca de dois mil anos antes da era cristã, as cidades egípcias de Mênfis e Tebas já se constituíam em núcleos urbanos que abrigavam milhares de habitantes. Outras surgiram nos vales fluviais da Mesopotâmia, da Índia e da China. Elas se caracterizavam por concentrar atividades não agrícolas, sendo locais de culto e de administração. No entanto, comportavam-se apenas como complemento do mundo rural, pois não tinham funções ligadas à produção. Isso foi válido também para as cidades gregas e romanas e mesmo para as cidades da Idade Média. Com o tempo e o surgimento do comércio de longa distância, os núcleos urbanos passaram a ter a função de entrepostos comerciais.

A Revolução Industrial representou uma transformação radical das cidades. Com a indústria, o núcleo produtivo das sociedades concentrou-se geograficamente e transferiu-se para o meio urbano. À nova função de produção de mercadorias juntaram-se as funções urbanas anteriores, de administração e comércio. Essas “novas” cidades difundiram-se inicialmente pela Europa e pela América do Norte, e depois por todos os continentes. Elas passaram a abrigar uma parte crescente da força de trabalho, originária principalmente das áreas rurais.

No século XX, as cidades transformaram-se ainda mais, como consequência do crescimento das atividades industriais e da expansão do setor de serviços. Mais do que nunca, no raiar do século XXI, a cidade se tornou um polo irradiador de comércio, serviços e informações. Com essas funções, ela se consolidou como centro de organização do espaço geográfico.

O mundo atual vive um acelerado processo de urbanização. Atualmente, mais da metade dos quase 7 bilhões de habitantes do planeta já reside em centros urbanos. Por volta de 1950, apenas 30% das pessoas do mundo moravam nas cidades. No início do século XIX, as cidades não abrigavam sequer 2% da população mundial. Segundo a ONU, em 2025 pouco mais de 60% do contingente demográfico total do mundo morará em cidades. [...]

OLIC, Nelson B. *O fenômeno urbano: passado, presente e futuro*. Disponível em: <http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=393&ed=4>. Acesso em: 6 maio 2012.
Adaptado.

34. (CESGRANRIO – TRANSPETRO – Técnico de Enfermagem do Trabalho Júnior – 2012)

Com base nas informações contidas no texto, conclui-se que

- a) a transformação das cidades, no século passado, gerou graves problemas, entre os quais, o aumento da criminalidade.
- b) a Revolução Industrial foi um dos fatores de crescimento dos centros urbanos e da migração de pessoas do campo para a cidade.
- c) as novas cidades industrializadas se organizaram exclusivamente a partir da produção de bens para o consumo.
- d) as cidades da antiguidade se desenvolveram a partir de suas vocações econômicas, fato que já ocorria cerca de dois mil anos antes de Cristo.
- e) o processo de concentração de habitantes em centros urbanos tende a se estabilizar em 60% por volta de 2025.

De quem são os meninos de rua?

Eu, na rua, com pressa, e o menino segurou no meu braço, falou qualquer coisa que não entendi. Fui logo dizendo que não tinha, certa de que ele estava pedindo dinheiro. Não estava. Queria saber a hora.

Talvez não fosse um Menino De Família, mas também não era um Menino De Rua. É assim que a gente divide. Menino De Família é aquele bem-vestido com tênis da moda e camiseta de marca, que usa relógio e a mãe dá outro se o dele for roubado por um Menino De Rua. Menino De Rua é aquele que quando a gente passa perto segura a bolsa com força porque pensa que ele é pivete, trombadinha, ladrão.

Ouvindo essas expressões tem-se a impressão de que as coisas se passam muito naturalmente, uns nascendo De Família, outros nascendo De Rua. Como se a rua, e não uma família, não um pai e uma mãe, ou mesmo apenas uma mãe os tivesse gerado, sendo eles filhos diretos dos paralelepípedos e das calçadas, diferentes, portanto, das outras crianças, e excluídos das preocupações que temos com elas.

É por isso, talvez, que, se vemos uma criança bem-vestida chorando sozinha num *shopping center* ou num supermercado, logo nos acercamos protetores, perguntando se está perdida, ou precisando de alguma coisa. Mas, se vemos uma criança maltrapilha chorando num sinal com uma caixa de chicletes na mão, engrenamos a primeira no carro e nos afastamos pensando vagamente no seu abandono.

Na verdade, não existem meninos DE rua. Existem meninos NA rua. E toda vez que um menino está NA rua é porque alguém o botou lá. Os meninos não vão sozinhos aos lugares. Assim como são postos no mundo, durante muitos anos também são postos onde quer que estejam. Resta ver quem os põe na rua. E por quê.

[...]

Quem leva nossas crianças ao abandono? Quando dizemos “crianças abandonadas”, subentendemos que foram abandonadas pela família, pelos pais. E, embora penalizados, circunscrevemos o problema ao âmbito familiar, de uma família gigantesca e generalizada, à qual não pertencemos e com a qual não queremos nos meter. Apaziguamos assim nossa consciência, enquanto tratamos, isso sim, de cuidar amorosamente de nossos próprios filhos, aqueles que “nos pertencem”.

Mas, embora uma criança possa ser abandonada pelos pais, ou duas ou dez crianças possam ser abandonadas pela família, 7 milhões de crianças só podem ser abandonadas pela coletividade. Até recentemente, tínhamos o direito de atribuir esse abandono ao governo, e responsabilizá-lo. Mas, em tempos de Nova República*, quando queremos que os cidadãos sejam o governo, já não podemos apenas passar adiante a responsabilidade.

COLASANTI, Marina. *A casa das palavras*. São Paulo: Ática, 2002. Adaptado.

* **Nova República**: termo usado à época em que a crônica foi escrita (1986) para designar o Brasil no período após o fim do regime militar.

35. (CESGRANRIO – CASA DA MOEDA DO BRASIL – ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – 2012)

Com base na leitura do texto, conclui-se que o principal objetivo da autora é

- a) resolver o problema das crianças abandonadas.
- b) comparar meninos de rua com meninos de família.
- c) narrar a história do menino que a interpelou na rua.
- d) convencer o leitor de que não existem meninos na rua.
- e) discutir a responsabilidade pela existência de crianças nas ruas.

36. O fragmento abaixo apresenta um ponto de vista que é justificado por um argumento apresentado no texto. “Talvez não fosse um Menino De Família, mas também não era um Menino De Rua.”

A passagem do texto que justifica esse ponto de vista é

- a) “certa de que ele estava pedindo dinheiro.”
- b) “Menino De Rua é aquele que quando a gente passa perto segura a bolsa com força porque pensa que ele é pivete, trombadinha, ladrão.”
- c) “Na verdade, não existem meninos DE rua. Existem meninos NA rua.”
- d) “Os meninos não vão sozinhos aos lugares.”
- e) “7 milhões de crianças só podem ser abandonadas pela coletividade.”

Leia o texto a seguir:

A cultura da fila

É uma cena comum em aeroporto; já antes da chamada para o embarque, às vezes muito antes, passageiros começam a formar uma fila. O que não deixa de ser estranho; afinal, os lugares já estão previamente marcados, não há necessidade de pressa. Nem mesmo a disputa pelo lugar no compartimento de bagagens serve como explicação, pois muitos dos que estão na fila não têm qualquer bagagem de mão. Uma razão para esse comportamento poderia ser a natural ansiedade desencadeada pela viagem em si. Mas, ao menos no caso do Brasil, há um outro, e curioso motivo. É que gostamos de fazer fila. Algo surpreendente, num país sempre caracterizado pelo pouco apreço à ordem e à disciplina; a regra parece ser chegar primeiro a qualquer custo, combinando esperteza e o poder dos cotovelos.

Contudo, a fila não é só uma maneira de organizar uma determinada demanda, seja por ingressos, seja pelo acesso a um determinado lugar. A fila é um estilo de vida, e isso fica muito visível nos fins de semana, nas casas de diversão. Passem pela Goethe num sábado à noite e vocês constatarão isso. A fila representa uma forma de convívio. Normalmente as pessoas deveriam estar todas voltadas numa mesma direção, o cara de trás olhando a nuca do cara da frente. Mas não é assim.

Na fila formam-se, por assim dizer, nódulos de convivência; pessoas, especialmente os jovens, que, sem se afastar de seus lugares, ou afastando-se muito pouco, conseguem conversar, e conversar animadamente. E certamente não fazem isso para matar o tempo, enquanto aguardam a hora de entrar; não, a conversa na fila é um objetivo em si, e podemos apostar que para alguns, pelo menos, um objetivo mais interessante que entrar no lugar diante do qual está formada a fila. [...]

Para psicólogos, sociólogos e até cientistas políticos, as filas representariam um interessante campo de estudo, quem sabe até uma especialidade, gerando teses de mestrado e de doutorado. Enquanto isso não acontece, as filas continuam se formando. Quando chegar o Juízo Final e vocês virem uma fila às portas do Céu, não duvidem: ali estarão os brasileiros.

SCLIAR, Moacyr. A cultura da fila. *Zero Hora*, Rio Grande do Sul, 12 dez. 2011.

37. (CESGRANRIO – CHESF – TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES – 2012)

O fragmento que confirma a ideia expressa no título do texto é

- a) “[...] a natural ansiedade desencadeada pela viagem em si.”
- b) “[...] num país sempre caracterizado pelo pouco apreço à ordem e à disciplina.”
- c) “[...] combinando esperteza e o poder dos cotovelos.”
- d) “A fila é um estilo de vida, e isso fica muito visível nos fins de semana.”
- e) “Normalmente as pessoas deveriam estar todas voltadas numa mesma direção.”

38. (CESGRANRIO – CHESF – TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES – 2012) O trecho: “É que gostamos de fazer fila. Algo surpreendente, num país sempre caracterizado pelo pouco apreço à ordem e à disciplina” revela, em relação ao povo brasileiro, uma

- a) contradição.
- b) esperteza.
- c) virtude.
- d) versatilidade.
- e) sutileza.

Leia o texto a seguir:

Eu tinha dois anos de idade quando meus pais compraram um pequeno sítio: cinco alqueires de terra coberta de mato a oito quilômetros da nossa cidade, Santo Anastácio, no oeste paulista. Sob a orientação do meu avô paterno, que tinha sido fazendeiro, profissionais reformaram a cerca de aroeira, ergueram um curral, um galpão para as ferramentas e uma casa de tábuas, furaram um poço e formaram três pastos – um de **pangola** para os cavalos, o Cassino e a Rebeca, e dois de **braquiária** para uma dúzia de cabeças de gado tucura.

Com a ajuda da minha mãe e das minhas avós, meu pai cultivou um pomar – em que metade das árvores eram pés de limão-taiti, sua fruta predileta – e uma horta. Atrás da casa, fez uma roça de milho e plantou melancias. Mais tarde, mandou construir uma casa de tijolos – sem forro, mas com lareira e um fogão a lenha.

Duas mangueiras enormes, que, segundo meu avô, deviam ter mais de 60 anos, sombreavam o pátio dos fundos. Não muito longe, a cachoeira. Passando o rio, o ermitão. Em dias de chuva forte, a Ponte Alta ameaçava desabar. Íamos para lá nos finais de semana e nas férias. Às quartas ou quintas, meu avô levava sal para o gado, e eu ia com ele.

Meu sonho era me tornar adulto, casar, ter filhos e morar ali até morrer. Minha mãe, que assim como meu pai era dentista, me aconselhava a parar de pensar besteira e continuar estudando, mas eu ouvia as histórias de peão que meu avô contava e achava inferior a vida na cidade. Na adolescência, decidi que era poeta, e todas as coisas do mundo, ao mesmo tempo em que ganhavam cores mais intensas e reveladoras, foram rebaixadas a um segundo plano.

No ano em que vim morar em São Paulo, meus pais estavam precisando de dinheiro e venderam o sítio. Minha mãe perguntou se aquilo me incomodava. Eu disse que não – o que mais eu poderia dizer? Meu avô morreu dois anos depois, e, ruminando sua morte, escrevi meus primeiros poemas com alguma marca própria. De lá para cá, publiquei nove livros, [...].

Em geral, durmo antes das dez e levanto às seis. Gosto dessa rotina, me ajuda a escrever melhor; e, se é assim, não tenho o direito de me queixar. Mas, a verdade é que, às vezes, me canso de tudo. Da cidade, das pessoas e de mim. Nesses momentos, me lembro do sítio – reconstruo na cabeça cada um dos seus detalhes, me comovo e, no fim, prometo a mim mesmo não esquecer o que vivi e o que sonhei naquele lugar. Venho cumprindo essa promessa.

CORSALETTI, Fábio. *Globo Rural*. São Paulo: Globo, n. 296, jun. 2010, p. 122. Adaptado.

39. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – TÉCNICO ELETRÔNICO – 2011)

De acordo com o texto, a importância que o sítio tinha para o menino revela-se no trecho

- a) “Eu tinha dois anos de idade quando meus pais compraram um pequeno sítio: cinco alqueires de terra coberta de mato a oito quilômetros da nossa cidade, Santo Anastácio, no oeste paulista.”
- b) “Sob a orientação do meu avô paterno, que tinha sido fazendeiro, profissionais reformaram a cerca de aroeira, ergueram um curral, um galpão para as ferramentas e uma casa de tábuas, [...]”
- c) “Com a ajuda da minha mãe e das minhas avós, meu pai cultivou um pomar – em que metade das árvores eram pés de limão-taiti, sua fruta predileta – e uma horta.”
- d) “Duas mangueiras enormes, que, segundo meu avô, deviam ter mais de 60 anos, sombreavam o pátio dos fundos.”
- e) “Íamos para lá nos finais de semana e nas férias. Às quartas ou quintas, meu avô levava sal para o gado, e eu ia com ele. Meu sonho era me tornar adulto, casar, ter filhos e morar ali até morrer.”

40. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – TÉCNICO ELETRÔNICO – 2011)

“Pangola” e “braquiária” são

- a) árvores frondosas.
- b) plantas com folhas grossas.
- c) tipos de capim.
- d) espécies de orquídeas.
- e) flores do campo.

41. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – TÉCNICO ELETRÔNICO – 2011)

De acordo com o texto, a pergunta do autor no trecho “Eu disse que não – o que mais eu poderia dizer?” significa que ele

- a) tinha dúvidas sobre o que responder.
- b) entendera que, diante da venda já realizada, o melhor a fazer era nada dizer.
- c) esperava que a mãe lhe respondesse.
- d) gostaria de, primeiro, ter ouvido a opinião do avô.
- e) apresenta sentimentos de indiferença.

42. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – TÉCNICO ELETRÔNICO – 2011)

Em “Meu avô morreu dois anos depois, e, **ruminando sua morte**, escrevi meus primeiros poemas com alguma marca própria.”, a expressão em negrito pode ser substituída adequadamente por

- a) sofrendo e elaborando a sua morte.
- b) procurando evitar o sofrimento da sua morte.
- c) sonhando com a sua morte.
- d) ignorando a sua morte.
- e) esquecendo a sua morte.

43. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – TÉCNICO ELETRÔNICO – 2011)

“Venho cumprindo essa promessa.” A promessa a que se refere o texto é

- a) não esquecer as experiências no sítio.
- b) viver na cidade.
- c) tornar-se adulto, casar e ter filhos.
- d) ter como profissão escritor.
- e) seguir o conselho materno de estudar.

44. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – TÉCNICO ELETRÔNICO – 2011)

No texto, o autor se utiliza, em alguns momentos, do processo de descrição para o que deseja apresentar. Um exemplo de descrição no texto é

- a) “Eu tinha dois anos de idade quando meus pais compraram um pequeno sítio:[...]”
- b) “Mais tarde, mandou construir uma casa de tijolos – sem forro, mas com lareira e um fogão a lenha.”
- c) “Duas mangueiras enormes, que, segundo meu avô, deviam ter mais de 60 anos, sombreavam o pátio dos fundos.”
- d) “Íamos para lá nos finais de semana e nas férias.”
- e) “Na adolescência, decidi que era poeta, e todas as coisas do mundo, ao mesmo tempo em que ganhavam cores mais intensas e reveladoras, foram rebaixadas a um segundo plano.”



Disponível em:<TTP://www.tecnologianaeducacaopdg.blogspot.com/2011/09/formacao-do-professor-para-o-uso.html>.

Acesso em: 05 mar. 2012.

45. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – AJUDANTE DE MOTORISTA – MÉDIO – 2012)

A relação entre o conjunto da charge e a frase “Brasil tem 25 milhões de telefones celulares” fica clara porque a imagem e a fala do personagem sugerem o(a)

- a) sentimento de vigilância permanente.
- b) aperfeiçoamento dos aparelhos celulares.
- c) inadequação do uso do telefone.
- d) popularização do acesso à telefonia móvel.
- e) facilidade de comunicação entre as pessoas.

46. (CESGRANRIO – LIQUIGÁS – AJUDANTE DE MOTORISTA – MÉDIO – 2012)

No texto, a frase do personagem produz o humor porque dá um sentido surpreendente para a palavra **trânsito**. O emprego da palavra **trânsito** é surpreendente nesse contexto porque a charge

- a) não mostra vias públicas.
- b) não revela outros condutores.
- c) não sugere fluxo de automóveis.
- d) não envolve veículos particulares.
- e) não apresenta proprietários de carros.

Leia a tira a seguir:



47. (CESGRANRIO – TERMOBAHIA – TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE JR. – 2012)

No Texto, a mãe identifica no discurso do menino

- a) contradição.
- b) crueldade.
- c) tristeza.
- d) generosidade.
- e) acerto.

48. (CESGRANRIO – TERMOBAHIA – TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE JR. – 2012)

O fragmento do Texto II que **NÃO** apresenta linguagem informal é

- a) “Mãe, o que é esse tal de efeito estufa?”
- b) “Dizem que os poluentes que lançamos no ar irão reter o calor do sol”
- c) “Claro que você já vai ter batido as botas”
- d) “Que belo planeta vocês estão deixando para mim, hein?”
- e) “Ei, não me falaram nada sobre as calotas polares, tá?”

Leia o texto a seguir:

Sem medo de voar

Atenção, passageiro: voe tranquilo. Se antes da decolagem seu medo vai às alturas, embarque com a gente para aprender a enfrentar as turbulências emocionais e viajar bem.

Os brasileiros estão entre os passageiros que mais temem voar em todo o planeta. E já era assim antes de sofrerem o impacto dos dois últimos grandes acidentes no nosso espaço aéreo em um intervalo de apenas dez meses. Em 2003 uma pesquisa do Ibope revelava que 42% dos viajantes entravam em pânico logo no embarque. Para se ter uma ideia, nos Estados Unidos e na Alemanha só 23% das pessoas assumem o medo de avião. [...] pouco adianta citar dados e mais dados mostrando que o avião é muito mais seguro do que o carro ou que a probabilidade de um raio atingir alguém caminhando sossegado na rua é maior do que a de uma aeronave despencar dos céus. Os especialistas, porém, são unânimes: dá, sim, para apagar as fantasias de uma queda, de um defeito mecânico ou de uma falha humana. Mas a tarefa nem sempre é fácil. [...]

Disponível em: <<http://saude.abril.com.br/edicoes/0289/>>. Acesso em: 01 ago. 2012.

Adaptado.

49. (CESGRANRIO – DECEA – CONTROLADOR DE TRÁFEGO ÁEREO – MÉDIO – 2012)

No trecho do Texto “embarque com a gente para aprender a enfrentar as turbulências emocionais”, ocorre um emprego de palavras típicas do vocabulário da aviação em contexto distinto.

No caso da palavra **embarque**, o sentido, no contexto, é definido como

- a) conotativo.
- b) denotativo.
- c) literal.
- d) próprio.
- e) descritivo.

50. (CESGRANRIO – DECEA – CONTROLADOR DE TRÁFEGO ÁEREO – MÉDIO – 2012)

No segundo parágrafo do Texto, os dados estatísticos são empregados principalmente para

- a) comprovar afirmativa anterior.
- b) exemplificar opinião subjetiva.
- c) detalhar casos em exposição.
- d) contrariar expectativa do leitor.
- e) desconstruir tese central.

Gabário: : 1. A / 2. B / 3. D / 4. E / 5. B / 6. B / 7. B / 8. A / 9. A / 10. E / 11. A / 12. C / 13. C / 14. A / 15. A / 16. B / 17. E / 18. D / 19. E / 20. C / 21. B / 22. B / 23. C / 24. D / 25. A / 26. D / 27. A / 28. B / 29. C / 30. B / 31. A / 32. C / 33. A / 34. B / 35. E / 36. C / 37. D / 38. A / 39. E / 40. C / 41. B / 42. A / 43. A / 44. C / 45. D / 46. C / 47. A / 48. B / 49. A / 50. A

Redação Oficial

Professora: Maria Tereza



Último Edital: Redação Oficial (Manual da Presidência da República).

Redação Oficial

Correspondência Oficial: maneira pela qual o Poder Público (artigo 37 da Constituição: “*administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*”) redige atos normativos e comunicações.

Redação Oficial

Características (atributos decorrentes da Constituição)

- **Impessoalidade:** ausência de impressões individuais de quem comunica; tratamento homogêneo e impessoal do destinatário.
- **Uso do padrão culto de linguagem:** observação das regras da gramática formal e emprego de vocabulário comum ao conjunto dos usuários do idioma (ausência de diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiosincrasias linguísticas). O jargão burocrático, como todo jargão, deve ser evitado, pois terá sempre sua compreensão limitada.
- **Clareza:** ausência de duplicidade de interpretações; ausência de vocábulos de circulação restrita, como a gíria e o jargão.
- **Concisão:** transmissão de um máximo de informações com um mínimo de palavras.
- **Formalidade:** obediência a certas regras de *forma*; certa formalidade de tratamento; polidez, civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação.
- **Uniformidade:** atenção a todas as características da redação oficial e cuidado com a apresentação dos textos (clareza da digitação, uso de papéis uniformes para o texto definitivo e correta diagramação do texto).
- **Emissor:** um único comunicador – o Serviço Público.
- **Receptor:** o próprio Serviço Público (no caso de expedientes dirigidos por um órgão a outro) – ou o conjunto dos cidadãos ou instituições tratados de forma homogênea (o público).

1. (30178) CESGRANRIO – FINEP – Suporte Técnico – 2011

O trecho abaixo foi extraído de um convite oficial.

“Gostaria de convidar você e sua família para a inauguração do Auditório João da Silva, anexo ao Prédio da Câmara Municipal. A inauguração se dará no dia 5 do mês em curso, às 17 horas.”

O trecho se distancia da redação oficial, pois

- a) contém erros ortográficos.
- b) tem traços de intimidade.
- c) apresenta pouca clareza.
- d) é repetitivo e prolixo.
- e) omite o endereço

2. (30179) CESGRANRIO – FINEP – Suporte Técnico – 2011

Uma das características de um documento oficial bem redigido é o(a)

- a) discurso acadêmico
- b) jargão burocrático
- c) padrão culto da língua
- d) linguagem figurada
- e) linguagem rebuscada

3. (30180) CESGRANRIO – TRANSPETRO – Técnico de Administração e Controle Júnior – 2011

A clareza, a concisão e a correção são requisitos das comunicações oficiais. Dessa forma, uma comunicação oficial concisa é aquela em que se

- a) utiliza da prolixidade.
- b) evita o uso de palavras ambíguas.
- c) menciona o estritamente indispensável.
- d) evitam os vícios de linguagem.
- e) observam as regras gramaticais.

4. (30181) CESGRANRIO – DNPM – TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – 2006

Indique a opção que NÃO apresenta uma característica necessária à redação de documento oficial.

- a) A linguagem empregada deve ser simples e seguir o padrão culto da língua.
- b) Os textos devem ser concisos, precisos e adequados à situação de comunicação.
- c) Os parágrafos de texto devem ser numerados, exceto quando se organizam em itens.
- d) Devem-se usar termos técnicos e também regionalismos para manter a objetividade.
- e) Devem-se evitar inversões sintáticas e quebra de paralelismo gramatical.

Pronomes de Tratamento

1. Concordância dos pronomes de tratamento

- concordância verbal, nominal e pronominal: embora se refiram à segunda pessoa gramatical (à pessoa com quem se fala ou a quem se dirige a comunicação), levam a concordância para a *terceira pessoa*.

Ex.: “Vossa Excelência conhece o assunto”. / “Vossa Senhoria nomeará seu substituto.”

- adjetivos referidos a esses pronomes: gênero gramatical coincide com o sexo da pessoa a que se refere.

Ex.: “Vossa Excelência está atarefado.” / “Vossa Excelência está atarefada.”



Pronomes de Tratamento

com quem se fala (vossa/s) verbo e pronome na 3ª pessoa: Vossa (Sua) Excelência pronunciará seu discurso.

de quem se fala (sua/s) adjetivo – sexo da pessoa a que se refere: Vossa (Sua) Excelência está satisfeito (a).

Pronomes de Tratamento

Vossa Excelência autoridades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.

vocativo:
1 – Excelentíssimo Senhor (chefes do Poder);
2 – Senhor + cargo (demais)

Vossa Senhoria demais autoridades e particularidades. vocativo: senhor.

3. Emprego dos Pronomes de Tratamento (uso consagrado):

- **Vossa Excelência**
 - a) autoridades do Poder Executivo (Presidente da República; Vice-Presidente da República; Ministros de Estado, Governadores e Vice-Governadores de Estado e do Distrito Federal; Oficiais-Generais das Forças Armadas; Embaixadores; Secretários-Executivos de Ministérios e demais ocupantes de cargos de natureza especial; Secretários de Estado dos Governos Estaduais; Prefeitos Municipais).
 - b) autoridades do Poder Legislativo (Deputados Federais e Senadores; Ministro do Tribunal de Contas da União; Deputados Estaduais e Distritais; Conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais; Presidentes das Câmaras Legislativas Municipais).
 - c) autoridades do Poder Judiciário (Ministros dos Tribunais Superiores; Membros de Tribunais; Juízes; Auditores da Justiça Militar).

Vocativo Correspondente

- Chefes de Poder – *Excelentíssimo Senhor*, seguido do cargo respectivo.
Ex.: “*Excelentíssimo Senhor Presidente da República*” / “*Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional*” / “*Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal*”
- Demais autoridades – *Senhor*, seguido do cargo respectivo.
Ex.: *Senhor Senador* / *Senhor Juiz* / *Senhor Ministro* / *Senhor Governador*.

ENVELOPE (endereçamento)

Autoridades tratadas por *Vossa Excelência*:

A Sua Excelência o Senhor
Senador Fulano de Tal
Senado Federal
70.165-900 – Brasília. DF

A Sua Excelência o Senhor
Fulano de Tal
Ministro de Estado da Justiça
70.064-900 – Brasília. DF

A Sua Excelência o Senhor
Fulano de Tal
Juiz de Direito da 10ª Vara Cível
Rua ABC, nº 123
01.010-000 – São Paulo. SP

Observação 1

Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento *digníssimo* (DD) para as autoridades da lista anterior. A dignidade é pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação.

- **Vossa Senhoria**
 - a) empregado para as demais autoridades e para particulares.

Vocativo Correspondente

Senhor

Envelope

Ao Senhor
Fulano de Tal
Rua ABC, nº 123
70.123 – Curitiba. PR

Observação 2

Fica dispensado o emprego do superlativo *ilustríssimo* para as autoridades que recebem o tratamento de *Vossa Senhoria* e para particulares. É suficiente o uso do pronome de tratamento *Senhor*.

Observação 3

Doutor não é forma de tratamento, e sim título acadêmico. Evite usá-lo indiscriminadamente; empregue-o apenas em comunicações dirigidas a pessoas que tenham tal grau por terem concluído curso universitário de doutorado. É costume designar por *doutor* os bacharéis, especialmente os bacharéis em Direito e em Medicina. Nos demais casos, o tratamento Senhor confere a desejada formalidade às comunicações.

- **Vossa Magnificência**
 - a) empregado, por força da tradição, em comunicações dirigidas a reitores de universidade.

Vocativo Correspondente*Magnífico Reitor*

- **Pronomes de tratamento para religiosos** (de acordo com a hierarquia eclesiástica)
 - *Vossa Santidade*: Papa; **vocativo** *Santíssimo Padre*.
 - *Vossa Eminência* ou *Vossa Eminência Reverendíssima*: Cardeais; **vocativo** *Eminentíssimo Senhor Cardeal* ou *Eminentíssimo e Reverendíssimo Senhor Cardeal*.
 - *Vossa Excelência Reverendíssima*: Arcebispos e Bispos.
 - *Vossa Reverendíssima* ou *Vossa Senhoria Reverendíssima*: Monsenhores, Cônegos e superiores religiosos.
 - *Vossa Reverência* é empregado para sacerdotes, clérigos e demais religiosos.

Tabela de Abreviaturas

Pronome de tratamento	Abreviatura singular	Abreviatura plural	Usado para se dirigir a
Vossa Alteza	V. A.	VV. AA.	Príncipes, duques
Vossa Eminência	V. Em. ^a	V. Em. ^{as}	Cardeais
Vossa Excelência	V. Ex. ^a	V. Ex. ^{as}	Altas autoridades
Vossa Magnificência	V. Mag. ^a	V. Mag. ^{as}	Reitores de universidades
Vossa Majestade	V. M.	VV. MM.	Reis, imperadores
Vossa Santidade	V. S.	VV. SS.	Papa
Vossa Senhoria	V. S. ^a	V. S. ^{as}	Tratamento cerimonioso

5. (30182) CESGRANRIO – SEPLAG – Sanitarista – médio – 2011

A correspondência oficial é uma espécie formal de comunicação, estabelecida entre os órgãos do poder público para elaborar atos normativos e comunicações. É pautada por uma padronização de linguagem e de estrutura, que se caracteriza por padrão culto da linguagem, impessoalidade, formalidade, clareza, concisão, uniformidade, uso adequado dos pronomes de tratamento. Para que as comunicações sejam compreendidas por todo e qualquer cidadão, há que evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos, como a gíria, os regionalismos vocabulares ou o jargão técnico. Ofícios, memorandos, atas são exemplos de correspondência oficial.

Com relação ao emprego dos pronomes de tratamento, é INCORRETO afirmar que

- esses pronomes exigem forma verbal conjugada na terceira pessoa gramatical.
- o pronome Vossa Excelência é utilizado em correspondência dirigida às altas autoridades do governo.
- o gênero gramatical do adjetivo relacionado a um pronome de tratamento deve coincidir com o sexo da pessoa a que se refere.
- o pronome Vossa Eminência deve ser empregado em correspondência dirigida a reitores de universidades.
- os pronomes possessivos referidos aos pronomes de tratamento são flexionados na terceira pessoa.

6. (30183) CESGRANRIO – BB – Escriturário – médio – 2010/1

Em redações oficiais, é certo

- identificar o autor da correspondência com seu nome e cargo abaixo da assinatura.
- escolher a forma de tratamento “Vossa Senhoria”, se o destinatário for mulher.
- fechar o texto com “respeitosamente”, para pessoas do mesmo nível hierárquico.
- usar a expressão “Digníssimo Senhor” para o destinatário em posição hierárquica superior.
- usar o pronome “vosso”, no caso de ter sido escolhida a forma de tratamento “Vossa Excelência”.

7. (30184) CESGRANRIO – EPE – Advogado Jr. – 2007

Assinale a opção em que o pronome pessoal de tratamento referente ao cargo NÃO deve ser abreviado.

- Presidente da República e Papa.
- Cônsul e Deputado.
- Ministro de Estado e Reitor de Universidade.
- Chefe de empresa e Prefeito.
- Representante militar e Embaixador.

8. (30185) CESGRANRIO – EPE – Assistente Administrativo Jr. – Médio – 2007

Assinale a correlação INCORRETA entre o cargo/título e o referido pronome de tratamento.

- Papa: Vossa Santidade.
- Reitor: Vossa Magnificência.
- Senador: Vossa Excelência.
- Príncipe: Vossa Majestade.
- Diretor de escola: Vossa Senhoria.

Fechos para Comunicações

1. para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República:

Respeitosamente.

2. para autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior:

Atenciosamente.

Cuidado!

NÃO use Cordialmente,
Graciosamente.

É **ERRADO** ABREVIAR
QUALQUER UM DESSES
FECHOS: Att., Atcs.

Identificação do Signatário

Excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local de sua assinatura. A forma da identificação deve ser a seguinte:

Ex.: (espaço para assinatura)

Nome

Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

Observação 3

Para evitar equívocos, recomenda-se não deixar a assinatura em página isolada do expediente. Transfira para essa página ao menos a última frase anterior ao fecho.

Observação 4

- Não empregue PRECIOSISMOS: palavras raras, muitas vezes arcaicas, antigas, em desuso.
- Não empregue NEOLOGISMOS: criação de palavra (barrichelização do Felipe Massa).
- Não use BREGUICES:
 - “Prezados”, “caros”, no vocativo;
 - “Em resposta...”
 - “Outrossim”, “Destarte”, ...
 - “Sem mais, subscrevemo-nos.”;
 - Traço para a assinatura.
 - “Vimos por meio desta...”
 - “Temos a satisfação de comunicar...”
 - “Nada mais havendo para o momento, ficamos à disposição para maiores informações necessárias.”
 - “Subscrevemos, mui atenciosamente.”
 - “Aproveitamos o ensejo, para protestos da mais elevada estima e consideração.”

Padrão Ofício

Ofício

Aviso

Memorando



FORMA SEMELHANTE / FINALIDADE DIFERENTE

Semelhanças

1. Partes:

- tipo e número do expediente, seguido da sigla do órgão que o expede.
Exs.: Mem. 123/2002-MF Aviso 123/2002-SG Of. 123/2002-MME
- local e data em que foi assinado, por extenso, com alinhamento à direita.
Ex.: Brasília, 15 de março de 2012.
- destinatário (o nome e o cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação; no ofício, deve ser incluído também o endereço).



- assunto (resumo do teor do documento).
Ex.: Assunto: Produtividade do órgão em 2012.
- texto (**padrão ofício**)
 - *introdução* – apresentação do assunto que motiva a comunicação; evite o uso das formas "Tenho a honra de", "Tenho o prazer de", "Cumpre-me informar que";
 - *desenvolvimento* – detalhamento do assunto; se houver mais de uma ideia, deve haver parágrafos distintos;
 - *conclusão* – reafirmação ou reapresentação do assunto.

Observação

Os parágrafos devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

- texto (mero **encaminhamento de documentos**)
os parágrafos devem ser numerados, exceto nos casos em que estes estejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

Ex: *“Em resposta ao Aviso nº 12, de 1º de fevereiro de 2012, encaminho, anexa, cópia do Ofício nº 34, de 3 de abril de 2011, do Departamento Geral de Administração, que trata da requisição do servidor Fulano de Tal.”*

ou

“Encaminho, para exame e pronunciamento, a anexa cópia do telegrama nº 12, de 1º de fevereiro de 2012, do Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a respeito de projeto de modernização de técnicas agrícolas na região Nordeste.”

- Desenvolvimento – normalmente, não há parágrafos de desenvolvimento em aviso ou ofício de mero encaminhamento.
- fecho.
- assinatura do autor da comunicação.
- identificação do signatário.

Forma de diagramação

- *Times New Roman* de corpo 12 no texto em geral, 11 nas citações, e 10 nas notas de rodapé.
- símbolos não existentes na fonte *Times New Roman* – fontes *Symbol* e *Wingdings*.
- número da página – obrigatório a partir da segunda.
- impressão – possível em ambas as faces do papel; Nesse caso, as margens esquerda e direita terão as distâncias invertidas nas páginas pares (“*margem espelho*”); cor preta em papel branco.
- início de cada parágrafo – 2,5 cm de distância da margem esquerda.
- margem lateral esquerda – mínimo de 3,0 cm de largura.
- margem lateral direita – 1,5 cm.
- espaçamento simples entre as linhas e de 6 pontos após cada parágrafo (uma linha em branco).
- sobriedade do documento.
- papel de tamanho A-4.

Diferenças

Finalidade

Aviso e Ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas.

1. **Aviso:** expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia; tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si.

Uso de vocativo seguido de vírgula.

2. **Ofício:** expedido para e pelas demais autoridades; tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e também com particulares.

Uso de vocativo seguido de vírgula.

No cabeçalho ou no rodapé: nome do órgão ou setor; endereço postal; telefone e endereço de correio eletrônico.



Aviso	
Emissor	Ministros de Estado
Receptor	Autoridades de igual hierarquia
Assunto	Oficial

Exemplo de Aviso

Aviso nº xxx/SG-PR

Brasília, xx de maio de xxxx.

A Sua Excelência o Senhor
[nome e cargo]

Assunto: Blá-blá-blá

Senhor Ministro,

CORPO DO TEXTO: blá-blá-blá.

Atenciosamente,

[nome]

[cargo]



Ofício	
Emissor	demais autoridades
Receptor	demais autoridades
Assunto	oficial e particular

Exemplo de Ofício

[Ministério]
 [Secretaria / Departamento / Setor / Entidade]
 [Endereço para correspondência]
 [Telefone e endereço de correio eletrônico]

Ofício nº xxxxxxxx/SG-PR

Brasília, xx de maio de xxxx.

A Sua Excelência o Senhor
 Deputado Fulano
 Câmara dos Deputados
 CEP – município – estado

Assunto: Blá-blá-blá

Senhor Deputado,

CORPO DO TEXTO: blá-blá-blá.

Atenciosamente,

[nome]

[cargo]



3. **Memorando:** comunicação entre unidades administrativas de um mesmo órgão, que podem estar hierarquicamente em mesmo nível ou em nível diferente. Trata-se, portanto, de uma forma de comunicação eminentemente interna; caráter meramente administrativo ou de exposição de projetos, ideias, diretrizes, etc. a serem adotados por determinado setor do serviço público.

Característica principal: agilidade. Os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.

Forma: modelo do *padrão ofício*; o destinatário deve ser mencionado pelo cargo que ocupa.

Ex.: Ao Sr. Chefe do Departamento de Administração Ao Sr. Subchefe para Assuntos Jurídicos.



Memorando		
Emissor	unidade administrativa	mesmo órgão
Receptor	unidade administrativa	
Assunto	caráter administrativo; interno	

Exemplo de Memorando

(5cm)

Mem nº xxx/DJ

Brasília, xx de maio de xxxx.

Ao Senhor Chefe do Departamento de yyyy

Assunto: Blá-blá-blá

CORPO DO TEXTO: blá-blá-blá.

Atenciosamente,

[nome]

[cargo]

9. (30186) CESGRANRIO – SEPLAG – Sanitarista – Médio – 2011

O ofício é a forma de correspondência oficial em que se estabelece a comunicação entre órgãos oficiais, ou de um órgão oficial para uma pessoa. Deve ser redigido no padrão culto da língua, segue um esquema preestabelecido e não deve apresentar rasura. O texto que segue é um exemplo de ofício.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO X

Ofício nº 10/2011

Cidade Y, 30 de junho de 2011.

Exmo. Senhor

J. Cardoso

Governador do Estado X

Senhor Governador,

Será realizada, no próximo dia 15 de julho, às 14 horas, em sessão pública, uma homenagem ao escritor N. Fernandes. Será para nós uma grande honra se V. Exª puder prestigiar esse evento com sua presença.

Atenciosas saudações,

A. Miranda
Secretário de Cultura do Estado X

A respeito desse tipo de correspondência, considere as afirmações abaixo.

I – Um ofício deve conter identificação do destinatário, agradecimento, recibo e mensagem.

II – Um ofício deve conter fundamentação legal, saudação final, experiência profissional.

III – Um ofício deve conter local e data, mensagem, saudação final, assinatura e cargo do remetente.

IV – Um ofício deve conter número do documento, saudação final, identificação do destinatário.

Estão corretas APENAS as afirmações

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) II e IV
- e) III e IV

10. (30187) CESGRANRIO – FINEP – Suporte Técnico – médio – 2011

O formato de um memorando deve ter a seguinte característica de acordo com as normas oficiais vigentes:

- a) o afastamento do texto deve ser de 2,5 cm.
- b) o campo assunto é obrigatório.
- c) o texto deve ser posicionado a 7 cm da margem superior da página.
- d) a data, opcional, deve ser colocada do lado esquerdo da página.
- e) a entrada do parágrafo deve ser de 4 cm.

11. (30188) CESGRANRIO – FINEP – Suporte Técnico – médio – 2011

Estão corretas as seguintes normas de diagramação dos documentos do padrão ofício, EXCETO:

- a) Deve ser utilizada fonte do tipo Times New Roman de corpo 12 no texto em geral.
- b) As citações e notas de rodapé deverão vir igualmente em fonte Times New Roman de corpo 12.
- c) Para símbolos não existentes na fonte Times New Roman, poder-se-ão utilizar as fontes Symbol e Wingdings.
- d) É obrigatório constar, a partir da segunda página, o número da página.
- e) Os ofícios, memorandos e anexos destes poderão ser impressos em ambas as faces do papel.

12. (30189) CESGRANRIO – DNPM – TÉCNICO – ADMINISTRATIVO – 2006

Assinale a opção em que está ERRADA a norma para a forma de apresentação de documentos padrão ofício.

- a) Deve ser utilizada fonte do tipo Times New Roman de corpo 12 no texto.
- b) É obrigatório constar, a partir da segunda página, o número da página.
- c) Para símbolos não existentes na fonte Times New Roman, poder-se-á utilizar a fonte Symbol.
- d) Os ofícios e memorandos poderão ser impressos em ambas as faces do papel.
- e) O início de cada parágrafo do texto deve ter 3,0 cm de distância da margem esquerda

Outras Correspondências

4. **Exposição de Motivos:** expediente dirigido ao Presidente da República ou ao Vice-Presidente (geralmente, por um Ministro de Estado) para informá-lo de determinado assunto; propor alguma medida; ou submeter a sua consideração projeto de ato normativo. Caso envolva mais de um Ministério, é assinada por todos os Ministros e chamada de Exposição Interministerial.

Forma: modelo do *padrão ofício*, se o caráter for tão somente informativo – pode conter comentários se a exposição submeter à consideração do Presidente da República a sugestão de alguma medida a ser adotada.

5. **Mensagem:** instrumento de comunicação oficial entre os Chefes dos Poderes Públicos, notadamente as mensagens enviadas pelo Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo para informar sobre fato da Administração Pública.

Forma

- indicação do tipo de expediente e de seu número, horizontalmente, no início da margem esquerda.
- vocativo, de acordo com o pronome de tratamento e o cargo do destinatário, *horizontalmente*, no início da margem esquerda.
- texto, iniciando a 2 cm do vocativo.

6. Correio Eletrônico

Forma: um dos atrativos de comunicação por correio eletrônico é sua flexibilidade. Assim, não interessa definir forma rígida para sua estrutura. Entretanto, deve-se evitar o uso de linguagem incompatível com uma comunicação oficial. Nos termos da legislação em vigor, para que a mensagem de correio eletrônico tenha *valor documental*, isto é, para que possa ser aceito como documento original, é necessário existir *certificação digital* que ateste a identidade do remetente, na forma estabelecida em lei.

7. **Ofício Circular:** segue os mesmos padrões de forma e estrutura do ofício. Entretanto, é utilizado para tratar de um mesmo assunto com destinatários de diferentes setores/unidades; multidirecional.

8. **Ata:** relatório escrito do que se fez ou disse em sessão de assembleia, sociedade, júri, corporação. É o registro claro e resumido das ocorrências de uma reunião de pessoas, com fim determinado.

Forma

- localizadores temporais: dia, mês, ano e hora da reunião (sempre por extenso);
- espaço da reunião: local (sede da instituição, rua, número, cidade);
- nome e sobrenome das pessoas presentes, com respectivas qualificações;
- declarações do presidente e secretário;
- assuntos tratados (ordem do dia);
- fecho;
- assinaturas, por extenso, do presidente, secretário e participantes da reunião.

9. **Declaração:** utilizada para afirmar a existência de um fato; a existência ou não de um direito.

Forma

Pode-se iniciar uma declaração assim: “Declaro para fins de prova junto ao órgão tal...”, “Declaro, para os devidos fins, que...”, ...

10. **Atestado:** documento firmado por uma pessoa a favor de outra, asseverando a verdade acerca de determinado fato. Difere da CERTIDÃO – que atesta fatos permanentes – visto que afirma convicção sobre os transitórios.

11. **Despacho:** encaminhamento com decisão proferida por autoridade administrativa em matéria que lhe é submetida à apreciação. É muito empregado na tramitação de processos. Pode conter apenas: aprovo, defiro, em termos, de acordo ou ser redigido de forma mais complexa.

Forma

Segue o padrão ofício, incluindo-se o nome do interessado e o número do processo e suprimindo-se o vocativo e o fecho.

12. **Edital:** ato pelo qual se publica pela imprensa, ou em lugares públicos, certa notícia, fato ou ordenança que deve ser divulgada para conhecimento das pessoas nele mencionadas e de outras tantas que possam ter interesse pelo assunto.

Forma

- timbre do órgão que o expede;
- título: denominação do ato: Edital nº ... de ... de 20XX;
- ementa: facultativa;
- texto: desenvolvimento do assunto tratado. Havendo muitos parágrafos, recomenda-se numerá-los com algarismos arábicos, exceto o primeiro que não se numera;
- local e data: se a data não for colocada junto ao título, deve aparecer após o texto;
- assinatura: nome da autoridade competente, com indicação do cargo que ocupa.

13. **Ordem de Serviço:** uma instrução (ato interno) dada a servidor ou órgão administrativo. Encerra orientações a serem tomadas pela chefia para execução de serviços ou desempenho de encargos. É o documento, o ato pelo qual se determinam providências a serem cumpridas por órgãos subordinados.

Forma

- título: Ordem de Serviço nº, de de de 20XX (Em caixa-alta e centralizado);
- texto;
- nome e cargo do chefe.

- 14. Parecer:** opinião escrita ou verbal, emitida e fundamentada por autoridade competente, acerca de determinado assunto.

Forma

Segue o padrão ofício, suprimindo-se o destinatário, o vocativo e o fecho e incluindo-se o nome do interessado e o número do processo.

- 15. Portaria:** empregada para formalizar nomeações, demissões, suspensões e reintegrações de funcionários.

Forma

- numeração: número e data de expedição: Portaria nº ..., de ... de ... de 20XX.
- título: denominação da autoridade que expede o ato, em geral já impresso no modelo próprio.
- fundamentação: citação da legislação básica, seguida da palavra RESOLVE.
- texto.
- assinatura: nome da autoridade competente, com indicação do cargo que ocupa.

- 16. Resolução:** ato emanado de autarquias ou de grupos representativos, por meio do qual a autoridade determina, delibera, decide, ordena ou baixa uma medida. As resoluções, em geral, dizem respeito a assuntos de ordem administrativa e estabelecem normas regulamentares. Podem expedi-las os conselhos administrativos ou deliberativos, os institutos de previdência e assistência social, as assembleias legislativas.

Forma

- título: Resolução nº ..., de ... de 20XX (centralizada, em caixa alta/maiúsculas e negrito);
- ementa (em negrito, alinhada a esquerda no documento);
- texto (alinhado à esquerda);
- assinatura e cargo de quem expede a resolução.

- 17. Apostila:** averbação feita abaixo dos textos ou no verso de decretos e portarias pessoais (nomeação, promoção, etc.), para que seja corrigida flagrante inexatidão material do texto original (erro na grafia de nomes próprios, lapso na especificação de datas, etc.), desde que essa correção não venha a alterar a substância do ato já publicado.

Forma

- título, em maiúsculas e centralizado sobre o texto: APOSTILA;
- texto, do qual deve constar a correção que está sendo feita, a ser iniciada com a remissão ao decreto que autoriza esse procedimento;
- data por extenso;
- identificação do signatário, abaixo da assinatura, em maiúsculas.

- 18. Relatório:** tem por finalidade expor ou relatar atos e fatos sobre determinado assunto para descrição de atividades concernentes a serviços específicos ou inerentes ao exercício do cargo. A linguagem de um relatório deve ser clara, objetiva e concisa. Deve, ainda, apresentar a descrição das medidas adotadas.

19. Requerimento: documento utilizado para obter um bem, um direito ou uma declaração de uma autoridade pública. É uma petição dirigida a uma entidade oficial, organismo ou instituição por meio da qual se solicita a satisfação de uma necessidade ou interesse. Em sua elaboração, usa-se linguagem objetiva; incluem-se elementos como identificação, endereço...; emprega-se a 3ª pessoa do singular e do plural; utiliza-se o *Padrão Ofício*, contido no Manual de Redação da Presidência da República, para linguagem, identificação, tipo de letra, dentre outras características.

Estrutura do requerimento:

- Designação do órgão administrativo a que se dirige;
- Identificação do requerente pela indicação do nome, estado civil, profissão, morada e número de contribuinte;
- Exposição dos fatos em que se baseia o pedido e, quando tal seja possível ao requerente os respectivos fundamentos de direito;
- Indicação do pedido em termos claros e precisos;
- Data e assinatura do requerente ou de outrem a seu rogo, se o mesmo não souber ou não puder assinalar.

13. (30190) CESGRANRIO – EPE – Assistente Administrativo – Médio – 2010 Relacione o tipo de documento oficial com sua utilização.

- I. Ata
- II. Atestado
- III. Circular
- IV. Memorando
- V. Relatório

P – Documento onde se afirma ou comprova a veracidade de um fato

Q – Documento onde se expõem certos fatos juntamente com seus aspectos relevantes

R – Documento em que se registram as ocorrências de uma reunião

S – Documento que serve para comunicações internas ou rotineiras

A correspondência correta é

- a) I – Q, II – R, III – S, IV – P
- b) I – R, II – P, IV – S, V – Q
- c) I – S, II – R, III – Q, V – P
- d) I – P, III – Q, IV – R, V – S
- e) II – Q, III – P, IV – R, V – S

14. (30191) CESGRANRIO – EPE – Assistente Administrativo Jr. – Medio – 2007

Considere as afirmativas abaixo.

- I. Ofício é modalidade de comunicação oficial que tem como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si.
- II. Relatório é uma exposição oral ou escrita, podendo conter narração de fatos, descrição de objetos em geral, e análises e juízos desses mesmos elementos.
- III. Atestado é um documento em que se declara algo e, na correspondência oficial, seu emprego é frequente nos serviços policiais.

É(São) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III

15. (30192) CESGRANRIO – TCE-RO – Técnico em Redação – Superior – 2007

Analise as afirmações abaixo, sobre comunicações oficiais.

- I. Memorandos e avisos têm finalidades diferentes; por conseguinte, seguem padrões de formatação bastante diferenciados.
- II. No parágrafo de abertura, deve-se usar uma introdução formulaica, como “Cumpre-me informar que”.
- III. Além do nome e do cargo da pessoa a quem se destina a comunicação, nos ofícios deve constar também o endereço.
- IV. Se não se tratar de encaminhamento, os parágrafos do texto devem ser enumerados, salvo nos casos em que eles sejam organizados em itens ou títulos e subtítulos.

Estão corretas, somente, as afirmações

- a) I e II
- b) II e IV
- c) III e IV
- d) I, II e III
- e) II, III e IV

16. (30193) CESGRANRIO – FINEP – Suporte Técnico – médio – 2011

Ao ser feito o encaminhamento de um documento oficial, é opcional a(o)

- a) introdução feita por quem está encaminhando.
- b) referência ao número do documento que está sendo encaminhado.
- c) data do documento original.
- d) identificação do remetente do documento original.
- e) acréscimo de comentários finais da pessoa que encaminha o documento

17. (30194) CESGRANRIO – DNPM – TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – 2006

Ao Sr. Chefe do Departamento de Administração

Assunto: Administração. Instalação de condicionadores de ar

1. Nos termos do Plano Geral de modernização, solicito a Vossa Senhoria verificar a necessidade de instalação de novos aparelhos de ar condicionado e especificar a capacidade dos aparelhos desejados.
2. Sem descer a maiores detalhes técnicos, acrescento, apenas, que o ideal seria que a instalação dos aparelhos não exigisse a quebração das paredes.
3. Por fim, lembro ainda que tais informações devem chegar ao Departamento de Compras até 1 de junho do presente ano.

Atenciosamente,

[nome do signatário]

[cargo do signatário]

Em relação ao texto do memorando acima, analise os itens a seguir.

I – O texto do memorando apresenta linguagem com grau de formalidade adequado.

II – O tratamento dado ao destinatário está correto porque especifica o cargo da pessoa.

III – O fecho do memorando e o pronome de tratamento (Vossa Senhoria) são adequados à correspondência entre pessoas do mesmo nível hierárquico.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmação(ões)

- a) I, somente.
- b) III, somente.
- c) I e II, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

18. (30195) CESGRANRIO – EPE – Tecnologia Da Informação – Superior – 2006

Em relação à redação de correspondências oficiais, considere as afirmações abaixo.

- I. As comunicações oficiais, incluindo as assinadas pelo Presidente da República, devem trazer o nome e o cargo da autoridade que as expede, abaixo do local da assinatura.
- II. No ofício, além do nome e do cargo da pessoa a quem é dirigida a comunicação, deve-se incluir também o endereço.
- III. No memorando, o destinatário deve ser mencionado pelo cargo que ocupa.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmação(ões)

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II e III, apenas.

19. (30196) CESGRANRIO – PETROBRAS – Técnico(a) de Administração e Controle Júnior – Médio – 2012

Uma das características de um memorando é

- a) poder tratar de assuntos administrativos ou expor projetos, ideias ou diretrizes.
- b) poder ser usado tanto para comunicação externa quanto interna.
- c) ser utilizado apenas como comunicação entre unidades administrativas do mesmo nível hierárquico.
- d) designar, do destinatário, apenas o nome e o sobrenome.
- e) ter seus despachos feitos em outra folha de papel, própria para essa finalidade.

20. (30197) CESGRANRIO – PETROBRAS – Técnico(a) de Administração e Controle Júnior – Médio – 2012

As características de um ofício são as relacionadas a seguir, EXCETO

- a) especificar o assunto.
- b) indicar o local e a data à direita.
- c) trazer o número do documento à esquerda.
- d) dirigir-se ao destinatário por vocativo, seguido de vírgula.
- e) apresentar afastamento de 4,0 cm para início do parágrafo.

21. (30198) CESGRANRIO – PETROBRAS – Técnico(a) de Administração e Controle Júnior – Médio – 2012

Um ato de correspondência interna oficial, utilizado entre unidades administrativas de um mesmo órgão, no qual se expõem informações breves sobre um assunto é um(a)

- a) parecer
- b) requerimento
- c) memorando
- d) petição
- e) ata

Numeração das partes de uma Correspondência Oficial

Artigo: até o artigo nono (art. 9^o), adota-se a numeração ordinal. A partir do de número 10, emprega-se o algarismo arábico correspondente, seguido de ponto-final (art. 10). Os artigos serão designados pela abreviatura “Art.” sem traço antes do início do texto. Cada artigo deve tratar de um único assunto.

Parágrafos (§§): desdobramentos dos artigos; numeração ordinal até o nono (§ 9^o) e cardinal a partir do parágrafo dez (§ 10). No caso de haver apenas um parágrafo, adota-se a grafia *Parágrafo único* (e não “§ único”).

Incisos: elementos discriminativos de artigo se o assunto nele tratado não puder ser condensado no próprio artigo ou não se mostrar adequado a constituir parágrafo. Os incisos são indicados por algarismos romanos.

Alíneas: desdobramentos dos incisos e dos parágrafos; são representadas por letras. A alínea ou letra será grafada em minúsculo e seguida de parêntese: a); b); c); etc. O desdobramento das alíneas faz-se com números cardinais, seguidos do ponto: 1.; 2.; etc.

22. (30199) CESGRANRIO – TCE-RO – Técnico em Redação – Superior – 2007

Assinale a única definição INCORRETA das partes de uma lei.

(A)	Artigo	Unidade básica para agrupamento de assuntos, representada pela abreviação “art.”
(B)	Parágrafo único	Disposição solitária de um artigo, representada pelo símbolo “§ único”.
(C)	Parágrafo	Divisão de um artigo, que explica ou modifica a disposição principal.
(D)	Incisos	Elementos discriminativos de um artigo, representados por algarismos romanos.
(E)	Alíneas	Desdobramentos dos incisos e parágrafos, representados por letras.

Exercitando

23. (30200) CESGRANRIO – TCE-RO – Técnico em Redação – Superior – 2007

A finalidade básica da redação oficial é

- a) comunicar com impessoalidade e máxima clareza.
- b) atender às regras do padrão culto da língua.
- c) ser estritamente pessoal e uniforme.
- d) transmitir uma forma específica de linguagem administrativa.
- e) manter procedimentos tradicionais confirmados pela

24. (30201) CESGRANRIO – TCE-RO – Técnico em Redação – Superior – 2007

Os pronomes de tratamento usados em comunicações dirigidas ao Governador do Estado e a um deputado são

- a) Digníssimo Senhor e Vossa Excelência, respectivamente.
- b) Excelentíssimo Senhor e Ilustríssimo Senhor, respectivamente.
- c) Vossa Excelência e Vossa Senhoria, respectivamente.
- d) Vossa Excelência nos dois casos.
- e) Ilustríssimo Senhor nos dois casos.

25. (30202) CESGRANRIO – ANP – Analista Administrativo – Superior – 2005

Os documentos redigidos em Padrão Ofício devem conter as partes apresentadas a seguir, EXCETO

- a) assunto.
- b) objetivo.
- c) local e data.
- d) identificação do signatário.
- e) tipo e número do expediente.

26. (30203) CESGRANRIO – ANP – Analista Administrativo – Superior – 2005

A modalidade de comunicação adequada entre unidades administrativas do mesmo órgão, caracterizada por ser uma forma de comunicação interna, é

- a) fax.
- b) bilhete.
- c) memorando.
- d) correio eletrônico.
- e) exposição de motivos

27. (30204) CESGRANRIO – ANP – Técnico Administrativo – Médio – 2005

Abaixo, acham-se relacionados cargos de autoridades associados à forma de tratamento e ao vocativo que devem ser usados em correspondência que lhes for dirigida. Indique a única opção em que esta relação está feita de modo correto.

- a) Senador – Vossa Eminência – Exmo. Senador.
- b) Juiz – Vossa Excelência – Sr. Dr. Juiz.
- c) Prefeito – Vossa Senhoria – Ilmo. Sr. Prefeito.
- d) Ministro – Vossa Magnificência – Sr. Ministro.
- e) Vereador – Vossa Senhoria – Sr. Vereador

28. (30205) CESGRANRIO – ANP – Técnico Administrativo – Médio – 2005

Assinale a opção que apresenta o fecho adequado para comunicações oficiais, dirigidas a autoridades superiores, inclusive o Presidente da República.

- a) Atenciosamente.
- b) Respeitosamente.
- c) Sinceramente.
- d) Sem mais para o momento.
- e) Colocando-me a seu dispor, despeço-me.

29. (30206) CESGRANRIO – DNPM – Técnico Administrativo – Médio – 2006

A opção em que é feita corretamente a relação entre o pronome de tratamento e o destinatário da correspondência é

- a) Digníssimo Senhor – Ministro de Estado
- b) Doutor – Chefe de Departamento
- c) Vossa Senhoria – Autoridades em geral
- d) Ilustríssimo Senhor – Portador de diploma universitário
- e) Vossa Magnificência – Autoridade religiosa

30. (30207) CESGRANRIO – TRANSPETRO – Técnico de Administração e Controle Jr. – Médio – 2011

A ata caracteriza-se por ser um(a)

- a) documento de fé pública, de fim probatório.
- b) documento expedido por servidor público, atestando fato de que ele tem conhecimento em razão de cargo que ocupa.
- c) registro de fatos, ocorrências, resoluções e decisões de uma assembleia, sessão ou reunião.
- d) registro de acordo firmado entre a administração pública e particulares.
- e) autorização para o exercício de determinada atividade.

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no *link* a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=45900>



Matemática Financeira

Professor: Edgar Abreu



ÚLTIMO EDITAL

- 1 Juros simples e compostos: capitalização e descontos.
- 2 Taxas de juros: nominal, efetiva, equivalentes, proporcionais, real e aparente.
- 3 Planos ou Sistemas de Amortização de Empréstimos e Financiamentos.
- 4 Cálculo financeiro: custo real efetivo de operações de financiamento, empréstimo e investimento.
- 5 Avaliação de Alternativas de Investimento.
- 6 Taxas de Retorno.

QUANTIDADE DE QUESTÕES ÚLTIMA PROVA: 5 de 60

INTRODUÇÃO A MATEMÁTICA FINANCEIRA

0.1 MULTIPLICAÇÃO DE FORMA TRADICIONAL

IMPORTÂNCIA DA ORDEM

Ao resolver uma conta de multiplicação cuide a ordem como deve ser escrito o resultado. Vamos ver um exemplo:

Exemplo 0.1: Calcular 125×21

PASSO1: Armando a conta	PASSO 2: Multiplicando todos 125 por 1	PASSO 3: Multiplicando todos 125 por 2.
$\begin{array}{r} 125 \\ \times 21 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 125 \\ \times 21 \\ \hline 125 \end{array}$	$\begin{array}{r} 125 \\ \times 21 \\ \hline 125 \\ 250 \\ \hline 2.625 \end{array}$ ← 1

1

Como o número 2 representa o algarismo das dezenas, seu resultado deve ser apresentado na segunda coluna.

Este raciocínio deve ser seguindo analogicamente para todos os algarismos. Ou seja, quando multiplicarmos pela unidade, devemos colocar a resposta na primeira linha, dezena a partir da segunda linha, centena a partir da terceira linha e assim sucessivamente.

Vamos ver um exemplo de uma multiplicação utilizando 3 casas decimais

Exemplo 0.2: Calcular 125×142

PASSO 1: Armando a conta	PASSO 2: Multiplicando todos 125 por 2	PASSO 3: Multiplicando todos 125 por 4.	PASSO 4: Multiplicando todos 125 por 1.
$\begin{array}{r} 125 \\ \times 142 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 125 \\ \times 142 \\ \hline 250 \end{array}$	$\begin{array}{r} 125 \\ \times 142 \\ \hline 250 \\ 500 \end{array}$	2 } $\begin{array}{r} 125 \\ \times 142 \\ \hline 250 \\ 500 \\ + 125 \downarrow \\ \hline 17750 \end{array}$

- 2 Observe que ao multiplicarmos um número com 3 casas decimais teremos como resultado uma soma com 3 linhas. Caso a multiplicação fosse por um número com 4 algarismo, 1.258 por exemplo, teríamos 4 linhas para somarmos.

0.2 MULTIPLICAÇÃO COM VÍRGULA

Para resolver uma multiplicação entre números com vírgula, faça os mesmo passos acima ignorando a vírgula, porém no final da resposta é necessário colocar a virgula no resultado.

Exemplo 0.3: Calcular $12,5 \times 2,1$

PASSO 1: Armando a conta	PASSO 2: Multiplicando todos 12,5 por 1	PASSO 3: Multiplicando todos 12,5 por 2.
$\begin{array}{r} 12,5 \\ \times 2,1 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 12,5 \\ \times 2,1 \\ \hline 125 \end{array}$	$\begin{array}{r} 12,5 \\ \times 2,1 \\ \hline 125 \\ 250 \\ \hline 2.625 \end{array}$ <p> $2625, \leftarrow$ 4 $26,25 \leftarrow$ 5 (3) </p>

Após resolver multiplicação vamos colocar a vírgula no resultado.

- 3 Conte quantas casas depois da vírgula encontramos em cada um dos fatores que multiplicamos e somamos a quantidade de casas. Neste exemplo temos 2 casas depois da vírgula, uma casa no número 2,1 e outra no número 12,5.
- 4 Localize a vírgula no final do número que encontramos como resultado da multiplicação, neste caso após o número 5.
- 5 Ande com a vírgula duas casas para a esquerda e encontre o resultado. Neste caso 26,25.

TESTE OS SEUS CONHECIMENTOS

Resolva as multiplicações abaixo:

1.4 120×25

1.5 $3,5 \times 1,8$

1.6 65×98

1.7 13×1.290

1.8 $4,1 \times 87$

1.9 101×41

RESPOSTAS

<p>1. 4 $125 \times 20 = 3.000$</p> $\begin{array}{r} 120 \\ \times 25 \\ \hline 600 \\ + 240 \\ \hline 3000 \end{array}$	<p>1. 5 $3,5 \times 1,8 = 6,30$</p> $\begin{array}{r} 3,5 \\ \times 1,8 \\ \hline 280 \\ + 35 \\ \hline 6,30 \end{array}$	<p>1.6 $65 \times 98 = 6.370$</p> $\begin{array}{r} 65 \\ \times 98 \\ \hline 520 \\ + 585 \\ \hline 6370 \end{array}$
<p>1.7 $13 \times 1.290 = 16.770$</p> $\begin{array}{r} 1290 \\ \times 13 \\ \hline 3870 \\ + 1290 \\ \hline 16770 \end{array}$	<p>1.8 $4,1 \times 87 = 356,7$</p> $\begin{array}{r} 4,1 \\ \times 87 \\ \hline 287 \\ + 328 \\ \hline 356,7 \end{array}$	<p>1.9 $101 \times 41 = 4.141$</p> $\begin{array}{r} 101 \\ \times 41 \\ \hline 101 \\ + 404 \\ \hline 4141 \end{array}$

0.3 MULTIPLICAÇÃO SIMPLIFICADA

Neste item iremos aprender como podemos facilitar o cálculo de uma multiplicação. Basicamente o que vamos fazer é aplicar as propriedades multiplicativas de distribuição e comutatividade.

Vamos ver como isso funciona:

Exemplo 0.10: Calcular 40×23

Ao invés de “armar” a conta e resolver esta multiplicação, podemos dividi-la em duas etapas alterando a nossa conta e facilitando a resolução. Como sabemos, $23 = 20 + 3$, assim vamos multiplicar o número 40 por 20 e depois por 3 e somar os resultados. A vantagem desta operação é que as duas contas conseguiram resolver sem precisar de uma calculadora.

Tradicional: 40×23

Sugestão: $(40 \times 20) + (40 \times 3)$

Resolução:

$$40 \times 20 = 800$$

$$40 \times 3 = 120$$

Resposta: $800 + 120 = 920$

Exemplo 0.11: Calcular 6×33

Sugestão: $(6 \times 30) + (6 \times 3)$

Resolução:

$$6 \times 30 = 180$$

$$6 \times 3 = 18$$

Resposta: $180 + 18 = 198$

Exemplo 0.12: Calcular 15×21

Sugestão: $(15 \times 20) + (15 \times 1)$

Resolução:

$$15 \times 20 = 300$$

$$15 \times 1 = 15$$

Resposta: $300 + 15 = 315$

Agora vamos usar a mesma linha de raciocínio, mas ao invés de somarmos vamos subtrair. Esta metodologia é melhor utilizada quando o número que estamos multiplicando tem o seu último algarismo mais próximo de 10 do que de 0.

Exemplo 0.13: Calcular 5×39

Ao invés de “armar” a conta e resolver esta multiplicação, podemos dividi-la em duas etapas alterando a nossa conta e facilitando a resolução. Como sabemos, $39 = 40 - 1$, assim vamos multiplicar o número 5 por 40 e depois por 1 e subtrair os resultados. A vantagem desta operação é que as duas contas conseguiram resolver sem precisar de uma calculadora.

Tradicional: 5×39

Sugestão: $(5 \times 40) - (5 \times 1)$

Resolução:

$$5 \times 40 = 200$$

$$5 \times 1 = 5$$

$$\text{Resposta: } 200 - 5 = \mathbf{195}$$

Exemplo 0.14: Calcular 50×68

Sugestão: $(50 \times 70) - (50 \times 2)$

Resolução:

$$50 \times 70 = 3500$$

$$50 \times 2 = 100$$

$$\text{Resposta: } 3500 - 100 = \mathbf{3.400}$$

Outra resolução desta multiplicação: Caso o leitor perceba que 50 é a metade de 100 e que multiplicar por 100 é bem simples. Pode optar em multiplicar 68 por 100 e calcular a sua metade.

Sugestão 2: $(100 \times 68) \div 2$

Resolução:

$$100 \times 68 = 6.800$$

$$6.800 \div 2 = \mathbf{3.400}$$

NÚMERO COM VÍRGULA

Exemplo 1.14: Calcular 50×68

Sugestão: $(50 \times 70) - (50 \times 2)$

Resolução:

$$50 \times 70 = 3500$$

$$50 \times 2 = 100$$

$$\text{Resposta: } 3500 - 100 = \mathbf{3.400}$$

Outra resolução desta multiplicação: Caso o leitor perceba que 50 é a metade de 100 e que multiplicar por 100 é bem simples

DESAFIO: DUAS CONTAS AO MESMO TEMPO, SERÁ QUE VOCÊ CONSEGUE?

Vamos tentar desmembrar uma multiplicação em duas partes. Ao tentar calcular 23×68 podemos resolver do seguinte modo

Exemplo 1.15: Calcular 22×68

Sugestão: $(22 \times 70) - (22 \times 2)$

Resolução:

$$22 \times 70 \rightarrow (20+2) \times 70 = (20 \times 70) + (2 \times 70) = 1400 + 140 = 1.540$$

$$22 \times 2 = 44$$

$$\text{Resposta: } 1.440 - 44 = \mathbf{1.496}$$

Exemplo 1.16: Calcular 13×42

Sugestão: $(13 \times 40) + (13 \times 2)$

Resolução:

$$13 \times 40 \rightarrow (10+3) \times 40 = (10 \times 40) + (3 \times 40) = 400 + 120 = 520$$

$$13 \times 2 = 26$$

$$\text{Resposta: } 520 + 26 = \mathbf{546}$$

TESTE OS SEUS CONHECIMENTOS

Resolva as multiplicações abaixo:

1.17 120×25

1.18 $3,5 \times 1,8$

1.19 65×98

1.20 13×1.290

1.21 $4,1 \times 87$

1.22 101×41

RESPOSTAS

<p>1. 4 $125 \times 20 = 3.000$</p> $\begin{array}{r} 120 \\ \times 25 \\ \hline 600 \\ + 240 \\ \hline 3000 \end{array}$	<p>1. 5 $3,5 \times 1,8 = 6,30$</p> $\begin{array}{r} 3,5 \\ \times 1,8 \\ \hline 280 \\ + 35 \\ \hline 6,30 \end{array}$	<p>1.6 $65 \times 98 = 6.370$</p> $\begin{array}{r} 65 \\ \times 98 \\ \hline 520 \\ + 585 \\ \hline 6370 \end{array}$
<p>1.7 $13 \times 1.290 = 16.770$</p> $\begin{array}{r} 1290 \\ \times 13 \\ \hline 3870 \\ + 1290 \\ \hline 16770 \end{array}$	<p>1.8 $4,1 \times 87 = 356,7$</p> $\begin{array}{r} 4,1 \\ \times 87 \\ \hline 287 \\ + 328 \\ \hline 356,7 \end{array}$	<p>1.9 $101 \times 41 = 4.141$</p> $\begin{array}{r} 101 \\ \times 41 \\ \hline 101 \\ + 404 \\ \hline 4141 \end{array}$

CONCEITOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA

1.1 TERMOLOGIA E CONCEITOS INICIAIS

Alguns termos e definições utilizadas no estudo da Matemática Financeira.

- Capital: Qualquer quantidade de dinheiro, que esteja disponível em certa data, para ser aplicado numa operação financeira.
- Juros: Custo do capital durante determinado período de tempo.
- Taxa de Juros: Unidade de medida do juro que corresponde à remuneração paga pelo uso do capital, durante um determinado período de tempo. Indica a periodicidade dos juros.

Observação: Em nosso curso usaremos a taxa unitária para que o cálculo fique simplificado, quando estivermos utilizando fórmulas para realizar os cálculos.

- Montante: Capital empregado mais o valor acumulado dos juros.

Observação: **MONTANTE = CAPITAL + JUROS** (independe se estamos falando em capitalização simples ou capitalização composta).

- Capitalização: Operação de adição dos juros ao capital.
- Regime de Capitalização Simples: Os juros são calculados periodicamente sobre o capital inicial e, o montante será a soma do capital inicial com as várias parcelas de juros, o que equivale a uma única capitalização.
- Regime de Capitalização Composta: Incorpora ao capital não somente os juros referentes a cada período, mas também os juros sobre os juros acumulados até o momento anterior.
- Desconto: Desconto é o abatimento que se faz sobre um valor ou um título de crédito quando este é resgatado antes de seu vencimento. Todo título tem um **valor nominal** ou **valor de face** que é aquele correspondente à data de seu vencimento. A operação de desconto permite que se obtenha o **valor atual** ou **valor presente** do título em questão.

Observação: **VALOR ATUAL (VALOR PRESENTE) = VALOR NOMINAL (VALOR DE FACE) – DESCONTO** (independe se estamos falando em capitalização simples ou capitalização composta).

1.2 TAXA UNITÁRIA

DEFINIÇÃO: Quando pegamos uma taxa de juros e **dividimos** o seu valor por **100**, encontramos a **taxa unitária**

A taxa unitária é importante para nos auxiliar a desenvolver todos os cálculos em matemática financeira.

Pense na expressão 20% (vinte **por cento**), ou seja, esta taxa pode ser representada por uma fração, cujo o numerador é igual a 20 e o denominador é igual a 100.

COMO FAZER

$$10\% = \frac{10}{100} = 0,10$$

$$20\% = \frac{20}{100} = 0,20$$

$$5\% = \frac{5}{100} = 0,05$$

$$38\% = \frac{38}{100} = 0,38$$

$$1,5\% = \frac{1,5}{100} = 0,015$$

$$230\% = \frac{230}{100} = 2,3$$

1.2.1 AGORA É A SUA VEZ:

15%	
20%	
4,5%	
254%	
0%	
22,3%	
60%	
6%	

1.3 FATOR DE CAPITALIZAÇÃO

Vamos imaginar que certo produto sofreu um aumento de 20% sobre o seu valor inicial. Qual novo valor deste produto?

Claro que se não sabemos o valor inicial deste produto fica complicado para calcularmos, mas podemos fazer a afirmação abaixo:

O produto valia 100% sofreu um aumento de 20%, logo está valendo 120% do seu valor inicial.

Como vimos no tópico anterior (1.1 taxas unitárias), podemos calcular qual o fator que podemos utilizar para calcular o novo preço deste produto, após o acréscimo.

$$\text{Fator de Capitalização} = \frac{120}{100} = 1,2$$

O Fator de capitalização Trata-se de um número no qual devo multiplicar o meu produto para obter como resultado final o seu novo preço, acrescido do percentual de aumento que desejo utilizar.

Assim se o meu produto custava R\$ 50,00, por exemplo, basta multiplicar R\$ 50,00 pelo meu fator de capitalização por 1,2 para conhecer seu novo preço, neste exemplo será de R\$ 60,00.

CALCULANDO O FATOR DE CAPITALIZAÇÃO: Basta somar 1 com a taxa unitária, lembre-se que $1 = 100/100 = 100\%$

COMO CALCULAR:

- Acréscimo de 45% = $100\% + 45\% = 145\% = 145/100 = 1,45$
- Acréscimo de 20% = $100\% + 20\% = 120\% = 120/100 = 1,2$

ENTENDENDO O RESULTADO:

Aumentar o preço do meu produto em 20% deve multiplicar por 1,2

Exemplo 1.3.1: um produto que custa **R\$ 1.500,00** ao sofrer um **acréscimo de 20%** passará a custar $1.500 \times 1,2$ (fator de capitalização para 20%) = **R\$ 1.800,00**

COMO FAZER:

$$\text{Acréscimo de } 30\% = 100\% + 30\% = 130\% = \frac{130}{100} = 1,3$$

$$\text{Acréscimo de } 15\% = 100\% + 15\% = 115\% = \frac{115}{100} = 1,15$$

$$\text{Acréscimo de } 3\% = 100\% + 3\% = 103\% = \frac{103}{100} = 1,03$$

$$\text{Acréscimo de } 200\% = 100\% + 200\% = 300\% = \frac{300}{100} = 3$$



1.3.1 AGORA É A SUA VEZ:

Acréscimo	Calculo	Fator
15%		
20%		
4,5%		
254%		
0%		
22,3%		
60%		
6%		

1.4 FATOR DE DESCAPITALIZAÇÃO

Vamos imaginar que certo produto sofreu um desconto de 20% sobre o seu valor inicial. Qual novo valor deste produto?

Claro que se não sabemos o valor inicial deste produto fica complicado para calcularmos, mas podemos fazer a afirmação abaixo:

O produto valia 100% sofreu um desconto de 20%, logo está valendo 80% do seu valor inicial.

Como vimos no tópico anterior (1.1 taxas unitárias), podemos calcular qual o fator que podemos utilizar para calcular o novo preço deste produto, após o acréscimo.

$$\text{Fator de Descapitalização} = \frac{80}{100} = 0,8$$

O Fator de descapitalização trata-se de um número no qual devo multiplicar o meu produto para obter como resultado final o seu novo preço, considerando o percentual de desconto que desejo utilizar.

Assim se o meu produto custava R\$ 50,00, por exemplo, basta multiplicar R\$ 50,00 pelo meu fator de descapitalização por 0,8 para conhecer seu novo preço, neste exemplo será de R\$ 40,00.

CALCULANDO O FATOR DE DESCAPITALIZAÇÃO: Basta subtrair o valor do desconto expresso em taxa unitária de 1, lembre-se que $1 = 100/100 = 100\%$

COMO CALCULAR:

- Desconto de 45% = $100\% - 45\% = 65\% = 65/100 = 0,65$
- Desconto de 20% = $100\% - 20\% = 80\% = 80/100 = 0,8$

ENTENDENDO O RESULTADO:

Para calcularmos um desconto no preço do meu produto de 20% deve multiplicar o valor deste produto por 0,80

Exemplo 1.4.1: um produto que custa **R\$ 1.500,00** ao sofrer um **desconto de 20%** passará a custar $1.500 \times 0,80$ (fator de descapitalização para 20%) = **R\$ 1.200,00**

COMO FAZER:

$$\text{Desconto de } 30\% = 100\% - 30\% = 70\% = \frac{70}{100} = 0,7$$

$$\text{Desconto de } 15\% = 100\% - 15\% = 85\% = \frac{85}{100} = 0,85$$

$$\text{Desconto de } 3\% = 100\% - 3\% = 97\% = \frac{97}{100} = 0,97$$

$$\text{Desconto de } 50\% = 100\% - 50\% = 50\% = \frac{50}{100} = 0,5$$

1.4.1 AGORA É A SUA VEZ:

Desconto	Calculo	Fator
15%		
20%		
4,5%		
254%		
0%		
22,3%		
60%		
6%		

1.5 ACRÉSCIMO E DESCONTO SUCESSIVO

Um tema muito comum abordado nos concursos é os acréscimos e os descontos sucessivos. Isto acontece pela facilidade que os candidatos tem em se confundir ao resolver uma questão deste tipo.

O erro cometido neste tipo de questão é básico, o de somar ou subtrair os percentuais, sendo que na verdade o candidato deveria multiplicar os fatores de capitalização e descapitalização.

Vejamos abaixo um exemplo de como é fácil se confundir se não temos estes conceitos bem definidos:

Exemplo 1.5.1: Os bancos vem aumentando significativa as suas tarifas de manutenção de contas. Estudos mostraram um aumento médio de 30% nas tarifas bancárias no 1º semestre de 2009 e de 20% no 2º semestre de 2009. Assim podemos concluir que as tarifas bancárias tiveram em média suas tarifas aumentadas em:

- a) 50%
- b) 30%
- c) 150%
- d) 56%
- e) 20%

Ao ler esta questão, muitos candidatos de deslumbram com a facilidade e quase por impulso marcam como certa a alternativa “a” (a de “apressadinho”).

Ora, estamos falando de acréscimo sucessivo, vamos considerar que a tarifa média mensal de manutenção de conta no início de 2009 seja de R\$ 10,00, logo teremos:

Após receber um acréscimo de 30%

$$10,00 \times 1,3 \text{ (ver tópico 1.3)} = 13,00$$

Agora vamos acrescentar mais 20% referente ao aumento dado no 2º semestre de 2009

$$13,00 \times 1,2 \text{ (ver tópico 1.3)} = 15,60$$

Ou seja, as tarifas estão 5,60 mais caras que o início do ano.

Como o valor inicial das tarifas eram de R\$ 10,00, concluímos que as mesmas sofreram uma alta de **56%** e não de 50% como achávamos anteriormente.

COMO RESOLVER A QUESTÃO ACIMA DE UMA FORMA MAIS DIRETA:

Basta multiplicar os fatores de capitalização, como aprendemos no tópico 1.3

- Fator de Capitalização para acréscimo de 30% = 1,3
- Fator de Capitalização para acréscimo de 20% = 1,2

$$1,3 \times 1,2 = 1,56$$

Como o produto custava inicialmente 100% e sabemos que 100% é igual a 1 (ver módulo 1.2)

$$\text{Logo as tarifas sofreram uma alta média de: } 1,56 - 1 = 0,56 = \mathbf{56\%}$$

COMO FAZER

Exemplo 1.5.2: Um produto sofreu em janeiro de 2009 um acréscimo de 20% sobre o seu valor, em fevereiro outro acréscimo de 40% e em março um desconto de 50%. Neste caso podemos afirmar que o valor do produto após a 3ª alteração em relação ao preço inicial é:

- a) 10% maior
- b) 10 % menor
- c) Acréscimo superior a 5%
- d) Desconto de 84%
- e) Desconto de 16%

Resolução:

Aumento de 20% = 1,2

Aumento de 40% = 1,4

Desconto de 50% = 0,5

Assim: $1,2 \times 1,4 \times 0,5 = \mathbf{0,84}$ (valor final do produto)

Como o valor inicial do produto era de 100% e $100\% = 1$, temos:

$1 - 0,84 = \mathbf{0,16}$

Conclui-se então que este produto sofreu um desconto de **16%** sobre o seu valor inicial. (Alternativa E)

Exemplo 1.5.3: O professor Ed perdeu 20% do seu peso de tanto “trabalhar” na véspera da prova do concurso público da CEF, após este susto, começou a se alimentar melhor e acabou aumentando em 25% do seu peso no primeiro mês e mais 25% no segundo mês. Preocupado com o excesso de peso, começou a fazer um regime e praticar esporte e conseguiu perder 20% do seu peso. Assim o peso do professor Ed em relação ao peso que tinha no início é:

- a) 8% maior
- b) 10% maior
- c) 12% maior
- d) 10% menor
- e) Exatamente igual

Resolução:

Perda de 20% = 0,8

Aumento de 25% = 1,25

Aumento de 25% = 1,25

Perda de 20% = 0,8

Assim: $0,8 \times 1,25 \times 1,25 \times 0,8 = \mathbf{1}$

Conclui-se então que o professor possui **o mesmo** peso que tinha no início. (Alternativa E)

AGORA É SUA VEZ

QUESTÃO 1.5.1 (VUNESP) - O mercado total de um determinado produto, em número de unidades vendidas, é dividido por apenas duas empresas, D e G, sendo que em 2003 a empresa D teve 80% de participação nesse mercado. Em 2004, o número de unidades vendidas pela empresa D foi 20% maior que em 2003, enquanto na empresa G esse aumento foi de 40%. Assim, pode-se afirmar que em 2004 o mercado total desse produto cresceu, em relação a 2003,

- a) 24 %.
- b) 28 %.
- c) 30 %.
- d) 32 %.
- e) 60 %.

QUESTÃO 1.5.2 (VUNESP) Ana e Lúcia são vendedoras em uma grande loja. Em maio elas tiveram exatamente o mesmo volume de vendas. Em junho, Ana conseguiu aumentar em 20% suas vendas, em relação a maio, e Lúcia, por sua vez, teve um ótimo resultado, conseguindo superar em 25% as vendas de Ana, em junho. Portanto, de maio para junho o volume de vendas de Lúcia teve um crescimento de:

- a) 35%.
- b) 45%.
- c) 50%.
- d) 60%.
- e) 65%.

Taxas

2.1 Taxa Proporcional

É calculada em regime de **capitalização SIMPLES**. Resolve apenas multiplicando ou dividindo a taxa de juros:

Exemplo 2.1:

Qual a taxa de juros anual proporcionais a taxa de 2% ao mês?

Resposta: Se temos uma taxa ao mês e procuramos uma taxa ao ano, basta multiplicarmos essa taxa por 12, já que um ano possui 12 meses.

Logo, a taxa proporcional é de $2\% \times 12 = 24\%$ ao ano.

Exemplo 2.2:

Qual a taxa de juros bimestral proporcionais a 15% ao semestre?

Resposta: Nesse caso, temos uma taxa referente ao semestre e queremos transformá-la em taxa bimestral. Note que agora essa taxa vai diminuir e não aumentar, o que faz com que tenhamos que dividi-la em invés de multiplicá-la, ou seja, dividir por 3, já que um semestre possui 3 bimestres.

Assim, a taxa procurada é de  ao bimestre.

Como Fazer

Taxa	Taxa Proporcional
25% a.m. (ao mês)	300% a.a. (ao ano)
15% a.tri. (ao trimestre)	5% a.m.
60% a.sem. (ao semestre)	40% ao.quad. (quadrimestre)
25% a.bim. (ao bimestre)	150% (ao ano)

AGORA É A SUA VEZ

Questões	Taxa	Taxa Proporcional
2.1.1	50% a.bim.	_____ a.a.
2.1.2	6% a.mês	_____ a.quad.
2.1.3	12% a.a.	_____ a.trim.
2.1.4	20% a. quad.	_____ a.trim

2.2 Taxa Equivalente

É calculada em regime de **capitalização COMPOSTA**. Para efetuar o cálculo de taxas equivalentes, é necessário utilizar uma fórmula.

Para facilitar o estudo, aplicaremos a capitalização de taxas de juros de uma forma simplificada e mais direta.

Exemplo 2.2.1:

Qual a taxa de juros ao bimestre equivalente a taxa de 10% ao mês?

1º passo: Transformar a taxa de juros em unitária e somar **1** (100%). Assim:
 $1 + 0,10 = 1,10$.

2º passo: Elevar essa taxa ao período de capitalização. Nesse caso, **2**, pois **um bimestre** possui **dois meses**.
 $(1,10)^2 = 1,21$.

3º passo: Identificar a taxa correspondente.
 $1,21 = 21\%$.

Exemplo 2.2.2:

Qual a taxa de juros ao semestre equivalente a taxa de 20% ao bimestre?

1º passo: Transformar a taxa de juros em unitária e somar **1** (100%). Assim:
 $1 + 0,20 = 1,20$.

2º passo: Elevar essa taxa ao período de capitalização. Nesse caso, **3**, pois **um semestre** possui **três bimestres**.
 $(1,20)^3 = 1,728$.

3º passo: Identificar a taxa correspondente.
 $1,728 = 72,8\%$.

COMO FAZER

10% a.m equivale a:	
Ao Bimestre	$(1,1)^2 = 1,21 = \mathbf{21\%}$
Ao Trimestre	$(1,1)^3 = 1,331 = \mathbf{33,10\%}$

20% a.bim equivale a:	
Ao Quadrimestre	$(1,2)^2 = 1,44 = \mathbf{44\%}$
Ao Semestre	$(1,2)^3 = 1,728 = \mathbf{72,8\%}$

AGORA É A SUA VEZ

QUESTÃO 2.2.1
21% a.sem. equivale a:
Ao Ano
Ao Trimestre

QUESTÃO 2.2.2
30% a.mês. equivale a:
Ao Bimestre
Ao Trimestre

Gabário: 2. 2. 1. 46,41% ao ano e 10% ao trimestre 2. 2. 2. 69% ao bimestre e 119,7% ao trimestre



2.3 TAXA BRUTA X TAXA LIQUIDA

Essas taxas são muito especuladas em aplicações financeiras. A grande diferença entre as duas é que **na taxa bruta estão inclusos tributações e encargos**, e a **liquida está livre desses descontos**. Por este motivo muitas vezes necessitamos da taxa liquida para podermos comparar aplicações financeiras distintas

Exemplo 2.3.1:

Supondo que você aplicação em um fundo de investimento que lhe proporcionou um retorno de 0,90% em um mês qual foi o seu ganho liquido se considerarmos que lhe foi cobrado 20% sobre o ganho a título de imposto de renda?

Taxa Bruta: 0,90%

Imposto de renda: 20%

Taxa Liquida: Taxa Bruta - Imposto

OBS: Muito cuidado, descontar o imposto não é subtrair.

Calculando a taxa liquida:

$0,90 \times 0,80$ (fator de descapitalização, ver tópico 1.4) = **0,72%**

Logo a taxa liquida do investidor foi de **0,72%**

COMO FAZER

CALCULAR A TAXA LIQUIDA	
TAXA BRUTA	2%
IMPOSTO	30%
TAXA LIQUIDA	$2\% \times 0,70 = 1,4\%$

CALCULAR A TAXA LIQUIDA	
TAXA BRUTA	5%
IMPOSTO	20%
TAXA LIQUIDA	$5\% \times 0,80 = 4\%$

AGORA É A SUA VEZ

QUESTÃO 2.3.1	
TAXA BRUTA	10%
IMPOSTO	25%
TAXA LIQUIDA	

QUESTÃO 2.3.2	
TAXA BRUTA	15%
IMPOSTO	20%
TAXA LIQUIDA	

QUESTÃO 2.3.3	
TAXA BRUTA	20%
IMPOSTO	15%
TAXA LIQUIDA	

QUESTÃO 2.3.4	
TAXA BRUTA	8%
IMPOSTO	30%
TAXA LIQUIDA	

Gabário: 2.3.1. 7,5% 2.3.2. 12% 2.3.3. 17% 2.3.4. 5,6%



2.4 TAXA REAL X TAXA APARENTE

Quando temos um aumento em nosso salário, este aumento é apenas um aumento *aparente*. Do que adianta você ganhar 5% a mais de salário se os preços dos alimentos, vestuário, educação, transporte tudo aumentou. Será que na *realidade* você está recebendo 5% a mais.

O cálculo da taxa real tem como objetivo descontar a inflação deste ganho aparente

Em uma aplicação financeira, percebemos apenas o aumento *aparente*. Para calcular a verdadeira rentabilidade é necessário calcularmos a **taxa real**.

Exemplo 2.4.1: Uma Fundo de Investimento teve no ano de 2009 um rendimento aparente de 20%. Qual será o seu ganho real se considerarmos que neste mesmo período a Inflação acumulada foi de 10%?

O candidato apressadinho irá responder sem pensar muito, 10% de ganho real, porém para descobrirmos o ganho real, devemos descontar a inflação do ganho aparente e não subtrair. Para isso devemos utilizar o conceito da fórmula de *Fisher*.

Abaixo vamos ver uma maneira simplificada de resolver esta questão sem a utilização de fórmula. Apenas sabendo que devemos **dividir a taxa aparente pela inflação para encontrar a taxa real**.

1º Passo: Identificar os dados:

Taxa aparente (rentabilidade observada): 20%

Inflação: 10%

2º Passo: Calcular a taxa real, apenas dividindo a taxa aparente pela Inflação. Para efetuar esta divisão é necessário somar 1 (100%) em ambas as taxas, ao final iremos descontar este valor:

$$\frac{(1 + \text{taxa aparente})}{(1 + \text{inflação})} = \frac{(1+0,2)}{(1 + 0,10)} = \frac{1,2}{1,1} = 1,0909 =$$

$$1,0909 - 1 (\text{representa } 100\%) = 0,0909 = 9,09\%$$

COMO FAZER

Exemplo 2.4.2: Uma ação teve no ano de 2005 um rendimento aparente acumulado de 80%. Qual será o seu ganho real se considerarmos que neste mesmo período a Inflação acumulada foi de 20%?

1º Passo: Identificar os dados:

Taxa aparente (rentabilidade observada): 80%

Inflação: 20%

2º Passo: Calcular a taxa real, apenas dividindo a taxa aparente pela correção:

$$\frac{(1 + \text{taxa aparente})}{(1 + \text{inflação})} = \frac{(1+0,8)}{(1 + 0,20)} = \frac{1,8}{1,2} = 1,5 =$$

$$1,5 - 1 (\text{representa } 100\%) = 0,5 = 50\%$$

AGORA É A SUA VEZ:

QUESTÃO 2.4.1: Uma ação teve no ano de 2005 um rendimento aparente acumulado de 50%. Qual será o seu ganho real se considerarmos que neste mesmo período a Inflação acumulada foi de 20%?

QUESTÃO 2.4.2: Uma ação teve no ano de 2006 um rendimento aparente acumulado de 40%. Qual será o seu ganho real se considerarmos que em 2006 a inflação do período foi de 60%?

2.5 TAXA NOMINAL X TAXA EFETIVA

TAXA NOMINAL

Sempre que lhe for fornecido uma taxa cujo **prazo difere da capitalização**, estamos diante de uma taxa **nominal**. A taxa nominal é uma prática utilizada pelas instituições financeira, comércios, a fim de tornar os juros mais atraentes, mas fique atento, ela não representa a taxa realmente cobrada.

Exemplos de taxas nominais:

- 24% ao ano/mês (lê-se vinte e quatro por cento ao ano com capitalização mensal)
- 3% ao mês/bimestrais;
- 1,5% ao dia/semestral;

TAXA EFETIVA

Representa a verdadeira taxa cobrada. É quando o prazo é igual a capitalização.

Exemplos de taxas efetivas:

- 24% ao ano/ano (lê-se vinte e quatro por cento ao ano com capitalização anual)
- 3% ao mês/mensal;
- 1,5% ao dia/diária

Podemos abreviar as taxas efetivas, omitindo a sua capitalização, já que por definição uma taxa efetiva possui a capitalização igual ao prazo.

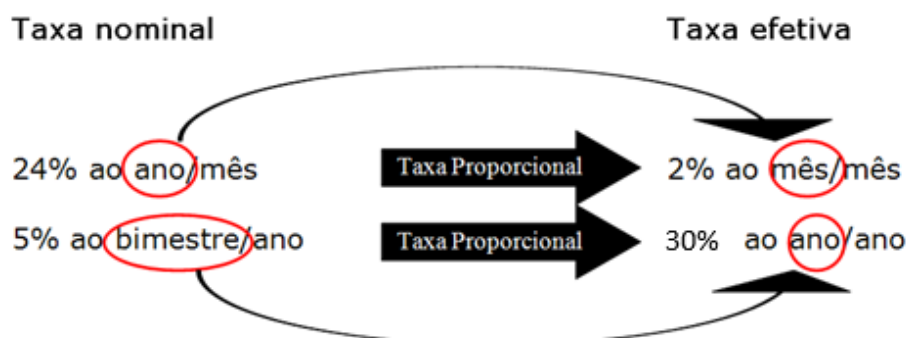
Exemplos de taxas efetivas:

- 24% ao ano (lê-se vinte e quatro por cento ao ano)
- 3% ao mês
- 1,5% ao dia

TAXA NOMINAL X TAXA EFETIVA

A única utilidade da taxa nominal é fornecer a taxa efetiva através de um cálculo de **taxa proporcional** (ver tópico 2.1).

Exemplo 2.5.1

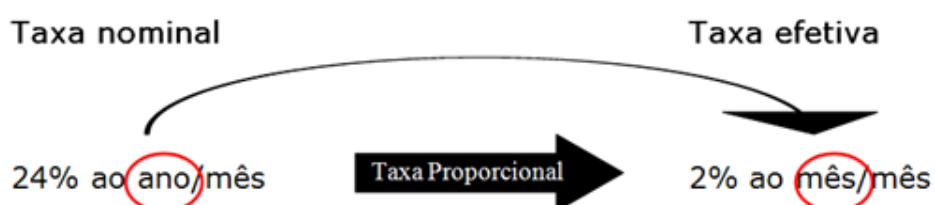


OBS: Taxas cuja a capitalização e o prazo são iguais são chamadas de taxas efetivas e podem ser abreviadas da seguinte maneira:

2% ao mês/mês = 2% ao mês

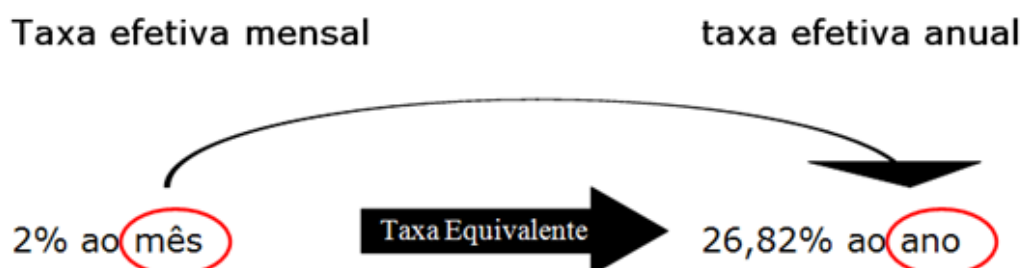
15% ao ano/ano = 15% ao ano

Retomando a situação mencionada anteriormente onde o vendedor afirma que cobra uma taxa de juros de 24% ao ano/mês, vamos tentar descobrir qual é a taxa **efetiva anual**.



Encontramos a taxa efetiva mensal que é de 2% ao mês.

Agora para transformar uma taxa **efetiva mensal** em uma taxa **efetiva anual** devemos fazer o cálculo de **taxas equivalente** (ver tópico 2.2), uma vez que a capitalização utilizada é composta.



Exemplo 2.5.2 : Qual a taxa efetiva ao quadrimestre correspondente a taxa nominal de 20% ao mês com capitalização bimestral?

1º passo: Identificar a taxa Nominal:

20% a.m / a.bim

2º passo: Transformar a taxa nominal em uma taxa efetiva, alterando APENAS o PRAZO, mantendo a mesma capitalização. Para esta transformação utilizar o conceito de **TAXA PROPORCIONAL**.

20% a.m / a.bim = 40% a.bim / a. bim

OBS: podemos chamar esta taxa de juros de apenas 40% a.bim.

3º Passo: Transformar a taxa efetiva obtida na taxa efetiva solicitada pelo exercício, neste caso ao quadrimestre, utilizando-se dos conceitos de **TAXA EQUIVALENTE**.

40 % a. bim = $(1,4)^2 = 1,96$

4º Passo: identificar a taxa de juros:

$1,96 = 1,96 - 1 = 0,96 = 96\% \text{ ao Quadrimestre}$

COMO FAZER

Exemplo 2.5.3: Qual a taxa efetiva ao ano correspondente a taxa nominal de 10% ao trimestre com capitalização semestral?

10% a.tri/a.sem = 20% a.sem/a.sem (Taxa Proporcional)

20% a.sem = $(1,2)^2 = 1,44 = 44\% \text{ a.a}$ (Taxa equivalente)

OBS: O expoente é igual a dois pelo fato de um ano possuir dois semestres.

Exemplo 2.5.4: Qual a taxa efetiva ao quadrimestre correspondente a taxa nominal de 180% ao semestre com capitalização bimestral?

180% a.sem/a.bim = 60% a.bim/a.bim (Taxa Proporcional)

30% a.bim = $(1,6)^2 = 2,56 = 156\% \text{ a.quad}$ (Taxa equivalente)

OBS: O expoente é igual a dois pelo fato de um quadrimestre possuir dois bimestres.

AGORA É A SUA VEZ:

QUESTÃO 2.5.1 Qual a taxa efetiva ao ano correspondente a taxa nominal de 5% ao mes com capitalização semestral?

QUESTÃO 2.5.2 Qual a taxa efetiva ao trimestre correspondente a taxa nominal de 240% ao trimestre com capitalização mensal?

QUESTÃO 2.5.3 Qual a taxa efetiva ao semestre correspondente a taxa nominal de 20% ao mês com capitalização bimestral?

Gabário: 2.5.1. 10,25% 2.5.2. 483,20% 2.5.3. 72,8%



CAPITALIZAÇÃO E DESCONTOS – SIMPLES E COMPOSTA

3.1 CAPITALIZAÇÃO SIMPLES X CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA

Como vimos no tópico 1.1 a definição de capitalização é uma operação de adição dos juros ao capital.

Bom, vamos adicionar estes juros ao capital de duas maneiras, uma maneira simples e outra composta e depois compararmos.

Vamos analisar o exemplo abaixo:

Exemplo 3.1.1: José realizou um empréstimo de antecipação de seu 13º salário no Banco do Brasil no valor de R\$ 100,00 reais, a uma taxa de juros de 10% ao mês. Qual o valor pago por José se ele quitou o empréstimo após 5 meses, quando recebeu seu 13º?

Valor dos juros que este empréstimo de José gerou em cada mês.

Em juros simples, os juros são cobrados sobre o valor do empréstimo (capital)

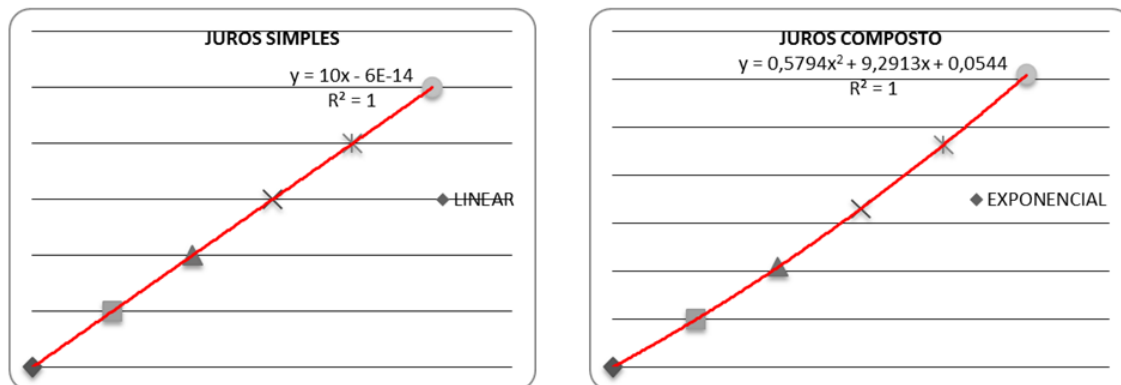
CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA		
MÊS	JUROS COBRADO	SALDO DEVEDOR
1º	10% de R\$ 100,00 = R\$ 10,00	R\$ 100,00 + R\$ 10,00 = R\$ 110,00
2º	10% de R\$ 100,00 = R\$ 10,00	R\$ 110,00 + R\$ 10,00 = R\$ 120,00
3º	10% de R\$ 100,00 = R\$ 10,00	R\$ 120,00 + R\$ 10,00 = R\$ 130,00
4º	10% de R\$ 100,10 = R\$ 10,00	R\$ 130,00 + R\$ 10,00 = R\$ 140,00
5º	10% de R\$ 100,00 = R\$ 10,00	R\$ 140,00 + R\$ 10,00 = R\$ 150,00

Em juros composto, os juros são cobrados sobre o saldo devedor (capital+ juros do período anterior)

CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA		
MÊS	JUROS COBRADO	SALDO DEVEDOR
1º	10% de R\$ 100,00 = R\$ 10,00	R\$ 100,00 + R\$ 10,00 = R\$ 110,00
2º	10% de R\$ 110,00 = R\$ 11,00	R\$ 110,00 + R\$ 11,00 = R\$ 121,00
3º	10% de R\$ 121,00 = R\$ 12,10	R\$ 121,00 + R\$ 12,10 = R\$ 133,10
4º	10% de R\$ 133,10 = R\$ 13,31	R\$ 133,10 + R\$ 13,31 = R\$ 146,41
5º	10% de R\$ 146,41 = R\$ 14,64	R\$ 146,41 + R\$ 14,64 = R\$ 161,05

Assim notamos que o Sr. José terá que pagar após 5 meses R\$ 150,00 se o banco cobrar juros simples ou R\$ 161,05 se o banco cobrar juros compostos.

GARÁFICO DO EXEMPLO 3.1.1



Note que o crescimento dos juros composto é mais rápido que os juros simples.

3.2 JUROS SIMPLES

FÓRMULAS:

CALCULO DOS JUROS	CALCULO DO MONTANTE
$J = C \times i \times t$	$M = C \times (1 + i \times t)$

OBSERVAÇÃO: Lembre-se que o Montante é igual ao Capital + Juros

Onde:

J = Juros

M = Montante

C = Capital (Valor Presente)

i = Taxa de juros;

t = Prazo.

A maioria das questões relacionadas a juros simples podem ser resolvidas sem a necessidade de utilizar fórmula matemática.

APLICANDO A FÓRMULA

Vamos ver um exemplo bem simples aplicando a fórmula para encontrarmos a solução

Exemplo 3.2.1 Considere um empréstimo, a juros simples, no valor de R\$ 100 mil, prazo de 3 meses e taxa de 2% ao mês. Qual o valor dos juros?

Dados do problema:

$$C = 100.000,00$$

$$t = 3 \text{ meses}$$

$$i = 2\% \text{ ao mês}$$

OBS: Cuide para ver se a taxa e o mês estão em menção período. Neste exemplo não tem problema para resolver, já que tanto a taxa quanto ao prazo foram expressos em meses.

$$J = C \times i \times t$$

$$J = 100.000 \times 0,02 \text{ (taxa unitária)} \times 3$$

$$J = 6.000,00$$

Resposta: Os juros cobrado será de R\$ 6.000,00

RESOLVENDO SEM A UTILIZAÇÃO DE FÓRMULAS:

Vamos resolver o mesmo exemplo 3.2.1, mas agora sem utilizar fórmula, apenas o conceito de taxa de juros proporcional.

Resolução:

Sabemos que 6% ao trimestre é proporcional a 2% ao mês ([ver tópico 2.1](#))

Logo os juros pagos será de 6% de 100.000,00 = 6.000,00

PROBLEMAS COM A RELAÇÃO PRAZO X TAXA

Agora veremos um exemplo onde a taxa e o prazo não são dados em uma mesma unidade, necessitando assim transformar um deles para dar continuidade a resolução da questão.

Sempre que houver uma divergência de unidade entre taxa e prazo é melhor alterar o prazo do que mudar a taxa de juros. Para uma questão de juros simples, esta escolha é indiferente, porém caso o candidato se acostume a alterar a taxa de juros, irá encontrar dificuldades para responder as questões de juros compostos, pois estas as alterações de taxa de juros não são simples, proporcional, e sim equivalentes.

Exemplo 3.2.2 Considere um empréstimo, a juros simples, no valor de R\$ 100 mil, prazo de 3 meses e taxa de 12% ao ano. Qual o valor dos juros?

Dados:

$$C = 100.000,00$$

$$t = 3 \text{ meses}$$

$$i = 12\% \text{ ao ano}$$

Vamos adaptar o prazo em relação a taxa. Como a taxa está expressa ao ano, vamos transformar o prazo em ano. Assim teremos:

$$C = 100.000,00$$

$$t = 3 \text{ meses} = \frac{3}{12}$$

$$i = 12\% \text{ ao ano}$$

Agora sim podemos aplicar a fórmula

$$J = C \times i \times t$$

$$J = 100.000 \times 0,12 \times \frac{3}{12}$$

$$J = 3.000,00$$

ENCONTRANDO A TAXA DE JUROS

Vamos ver como encontrar a taxa de juros de uma maneira mais prática. Primeiramente vamos resolver pelo método tradicional, depois faremos mais direto.

Exemplo 3.2.3 Considere um empréstimo, a juros simples, no valor de R\$ 100 mil, sabendo que o valor do montante acumulado em após 1 semestre foi de 118.000,00. Qual a taxa de juros mensal cobrada pelo banco.

Como o exemplo pede a taxa de juros ao mês, é necessário transformar o prazo em mês. Neste caso 1 semestre corresponde a 6 meses, assim:

Dados:

$$C = 100.000,00$$

$$t = 6 \text{ meses}$$

$$M = 118.000,00$$

$$J = 18.000,00 \text{ (Lembre-se que os juros é a diferença entre o Montante e o Capital)}$$

Aplicando a fórmula teremos:

$$18.000 = 100.000 \times 6 \times i$$

$$i = \frac{18.000}{100.000 \times 6} = \frac{18.000}{600.000} = 0,03$$

$$i = 3\% \text{ ao mês}$$

Agora vamos resolver esta questão sem a utilização de fórmula, de uma maneira bem simples.

Para saber o valor dos juros acumulados no período, basta dividirmos o montante pelo capital:

$$\text{Juros acumulado} = \frac{118.000}{100.000} = 1,18$$

Agora subtrairmos o valor do capital da taxa de juros (1 = 100%) e encontramos:

$$1,18 - 1 = 0,18 = 18\%$$

18% é os juros do período, um semestre, para encontrar os juros mensal, basta calcular a taxa proporcional e assim encontrar **3 % ao mês**.

ESTÁ FALTANDO DADOS?

Alguns exercícios parecem não informar dados suficientes para resolução do problema. Coisas do tipo: O capital dobrou, triplicou, o dobro do tempo a metade do tempo, o triplo da taxa e etc. Vamos ver como resolver este tipo de problemas, mas em geral é bem simples, basta atribuímos um valor para o dado que está faltando.

Exemplo 3.2.4 Um cliente aplicou uma certa quantia em um fundo de investimento em ações. Após 8 meses resgatou todo o valor investido e percebeu que a sua aplicação inicial dobrou. Qual a rentabilidade média ao mês que este fundo rendeu?

Para quem vai resolver com fórmula, a sugestão é dar um valor para o capital e assim teremos um montante que será o dobro deste valor. Para facilitar o calculo vamos utilizar um capital igual a R\$ 100,00, mas poderia utilizar qualquer outro valor.

Dados:

$$C = 100,00$$

$$t = 8 \text{ meses}$$

$$M = 200,00 \text{ (o dobro)}$$

$$J = 100,00 \text{ (Lembre-se que os juros é a diferença entre o Montante e o Capital)}$$

Substituindo na fórmula teremos



$$100 = 100 \times 8 \times i$$
$$i = \frac{100}{100 \times 8} = \frac{100}{800} = 0,125$$

$i = 12,5\%$ ao mês

COMO RESOLVER

Exemplo 3.2.5 A que taxa de juros simples, em porcento ao ano, deve-se emprestar R\$ 2 mil, para que no fim de cinco anos este duplique de valor?

Dados:

$$C = 2.000,00$$

$$t = 5 \text{ anos}$$

$$M = 4.000,00 \text{ (o dobro)}$$

$$J = 2.000,00 \text{ (Lembre-se que os juros é a diferença entre o Montante e o Capital)}$$

$$i = ?? \text{ a.a}$$

Substituindo na fórmula teremos

$$2.000 = 2.000 \times 5 \times i$$
$$i = \frac{2.000}{2.000 \times 5} = \frac{2.000}{10.000} = 0,2$$

$i = 20\%$ ao ano

Exemplo 3.2.5 Considere o empréstimo de R\$ 5 mil, no regime de juros simples, taxa de 2% ao mês e prazo de 1 ano e meio. Qual o total de juros pagos nesta operação?

Dados:

$$C = 5.000,00$$

$$i = 2\% \text{ ao mês}$$

$$t = 1,5 \text{ anos} = 18 \text{ meses}$$

$$J = ???$$

Substituindo na fórmula teremos

$$J = 5.000 \times 18 \times 0,02$$
$$J = 1.800,00$$

AGORA É A SUA VEZ:

QUESTÃO 3.2.1 Que juros a importância de R\$ 5.700,00 produzirá, aplicada durante nove meses, à taxa de juros simples de 24% ao semestre?

QUESTÃO 3.2.2 Determine a taxa mensal de juros simples que faz com que um capital aumente 40 % ao fim de três anos.

Gabário: 3.2.1. R\$ 2.052,00. 3.2.2. 1,11% ao mês



3.3 JUROS COMPOSTOS

FÓRMULAS:

CALCULO DOS JUROS	CALCULO DO MONTANTE
$J = M - C$	$M = C \times (1 + i)^t$

OBSERVAÇÃO: Lembre-se que o **Montante** é igual ao **Capital + Juros**

Onde:

J = Juros

M = Montante

C = Capital (Valor Presente)

i = Taxa de juros;

t = Prazo.

RESOLUÇÃO DE QUESTÕES DE JUROS COMPOSTOS

Como notamos na fórmula de juros composto, a grande diferença para juros simples é que o prazo (variável t) é uma potência da taxa de juros e não um fator multiplicativo.

Assim poderemos encontrar algumas dificuldades para resolver questões de juros compostos em provas de concurso público, onde não é permitido o uso de equipamentos eletrônicos que poderiam facilitar estes cálculos.

Por este motivo, juros compostos pode ser cobrado de 3 maneiras nas provas de concurso público.

1. Questões que necessitam da utilização de tabela.
2. Questões que são resolvidas com substituição de dados fornecida na própria questão.
3. Questões que possibilitam a resolução sem a necessidade de substituição de valores.

Vamos ver um exemplo de cada uma dos modelos.

JUROS COMPOSTOS COM A UTILIZAÇÃO DE TABELA

Este método de cobrança de questões de matemática financeira já foi muito utilizado em concurso público, porém hoje são raras as provas que fornecem tabela para cálculo de juros compostos. Vamos ver um exemplo.

Exemplo 3.3.1 Considere um empréstimo, a juros composto, no valor de R\$ 100 mil, prazo de 8 meses e taxa de 10% ao mês. Qual o valor do montante?

Dados do problema:

$$C = 100.000,00$$

$$t = 8 \text{ meses}$$

$$i = 10\% \text{ ao mês}$$

$$M = C \times (1 + i)^t$$

$$M = 100.000 \times (1 + 0,10)^8$$

$$M = 100.000 \times (1,10)^8$$

O problema está em calcular 1,10 elevado a 8. Sem a utilização de calculadora fica complicado. A solução é olhar em uma tabela fornecida na prova em anexo, algo semelhante a tabela abaixo.

Vamos localizar o fator de capitalização para uma taxa de 10% e um prazo igual a 8.

$(1+i)^t$	TAXA				
		5%	10%	15%	20%
PRAZO	1	1,050	1,100	1,150	1,200
	2	1,103	1,210	1,323	1,440
	3	1,158	1,331	1,521	1,728
	4	1,216	1,464	1,749	2,074
	5	1,276	1,611	2,011	2,488
	6	1,340	1,772	2,313	2,986
	7	1,407	1,949	2,660	3,583
	8	1,477	2,144	3,059	4,300
	9	1,551	2,358	3,518	5,160
	10	1,629	2,594	4,046	6,192

Consultando a tabela encontramos que $(1,10)^8 = 2,144$

Substituindo na nossa fórmula temos:

$$M = 100.000 \times (1,10)^8$$

$$M = 100.000 \times 2,144$$

$$M = 214.400,00$$

O valor do montante neste caso será de R\$ 214.400,00

JUROS COMPOSTOS COM A SUBSTITUIÇÃO DE VALORES

Mais simples que substituir tabela, algumas questões disponibilizam o resultado da potência no próprio texto da questão, conforme abaixo.

Exemplo 3.3.2 Considere um empréstimo, a juros composto, no valor de R\$ 100 mil, prazo de 8 meses e taxa de 10% ao mês. Qual o valor do montante? Considere $(1,10)^8 = 2,144$

Assim fica até mais fácil, pois basta substituir na fórmula e encontrar o resultado, conforme o exemplo anterior.

JUROS COMPOSTOS SEM SUBSTITUIÇÃO

A maioria das provas de matemática financeira para concurso público, buscam avaliar a habilidade do candidato em entender matemática financeira e não se ele sabe fazer contas de multiplicação.

Assim as questões de matemática financeiras poderão ser resolvidas sem a necessidade de efetuar contas muito complexas, conforme abaixo.

Exemplo 3.3.3 Considere um empréstimo, a juros composto, no valor de R\$ 100 mil, prazo de 2 meses e taxa de 10% ao mês. Qual o valor do montante?

Dados do problema:

$$C = 100.000,00$$

$$t = 2 \text{ meses}$$

$$i = 10\% \text{ ao mês}$$

$$M = C \times (1 + i)^t$$

$$M = 100.000 \times (1 + 0,10)^2$$

$$M = 100.000 \times (1,10)^2$$

$$M = 100.000 \times 1,21$$

$$M = 121.000,00$$

Resposta: O valor do montante será de R\$ 121.000,00

COMO RESOLVER

Exemplo 3.3.4 Qual o montante obtido de uma aplicação de R\$ 2.000,00 feita por 2 anos a uma taxa de juros compostos de 20 % ao ano?

Dados do problema:

$$C = 2.000,00$$

$$t = 2 \text{ anos}$$

$$i = 10\% \text{ ao ano}$$

$$M = ???$$

$$M = C \times (1 + i)^t$$

$$M = 2.000 \times (1 + 0,20)^2$$

$$M = 2.000 \times (1,20)^2$$

$$M = 2.000 \times 1,44$$

$$M = 2.880,00$$

Exemplo 3.3.5 Qual os juros obtido de uma aplicação de R\$ 5.000,00 feita por 1 anos a uma taxa de juros compostos de 10 % ao semestre?

Dados:

$$C = 5.000,00$$

$$t = 1 \text{ ano ou } 2 \text{ semestres}$$

$$i = 10\% \text{ ao ano}$$

$$M = C (1 + i)^t$$

$$M = 5.000 \times (1 + 0,10)^2$$

$$M = 5.000 \times (1,10)^2$$

$$M = 5.000 \times 1,21$$

$$M = 6.050,00$$

Como a questão quer saber qual os juros, temos:

$$J = M - C$$

$$J = 6.050 - 5.000$$

$$J = 1.050,00$$

Assim os juros será de R\$ 1.050,00

Exemplo 3.3.6 Uma aplicação de R\$ 10.000,00 em um Fundo de ações, foi resgatada após 2 meses em R\$ 11.025,00 (desconsiderando despesas com encargos e tributos), qual foi a taxa de juros mensal que este fundo remunerou o investidor?

Dados:

$$C = 10.000,00$$

$$t = 2 \text{ meses}$$

$$M = 11.025,00$$

$$i = ??? \text{ ao mês}$$

$$M = C \times (1 + i)^t$$

$$11.025 = 10.000 \times (1 + i)^2$$

$$(1 + i)^2 = \frac{11.025}{10.000}$$

$$\sqrt{(1 + i)^2} = \sqrt{\frac{11.025}{10.000}}$$

$$(1 + i) = \frac{105}{100}$$

$$i = 1,05 - 1 = 0,05$$

$$i = 5\% \text{ ao mês}$$

AGORA É A SUA VEZ

QUESTÃO 3.3.1 Qual o montante obtido de uma aplicação de R\$ 10.000,00 feita por 1 anos a uma taxa de juros compostos de 20 % ao ano com capitalização semestral?

QUESTÃO 3.3.2 Qual os juros obtido de uma aplicação de R\$ 20.000,00 feita por 2 meses a uma taxa de juros compostos de 20 % ao mês?

Exemplo 3.3.3 Uma aplicação de R\$ 100,00 em um Fundo de ações, foi resgatada após 2 meses em R\$ 144,00 (desconsiderando despesas com encargos e tributos), qual foi a taxa de juros mensal que este fundo remunerou o investidor?

3.4 DESCONTO SIMPLES

Se em Juros simples a ideia era incorporar juros, em desconto simples o objetivo é tirar juros, conceder desconto nada mais é do que trazer para valor presente um pagamento futuro.

Comparando juros simples com desconto simples teremos algumas alterações nas nomenclaturas das nossas variáveis.

O **capital** em juros simples (valor presente) é chamado de **valor atual** ou **valor líquido** em desconto simples.

O **montante** em juros simples (valor futuro) é chamado de **valor nominal** ou **valor de face** em desconto simples.

COMO RACIONAL X DESCONTO COMERCIAL

Existem dois tipos básicos de descontos simples nas operações financeiras: o **desconto comercial** e o **desconto racional**. Considerando-se que no regime de capitalização simples, na prática, usa-se sempre o desconto comercial, mas algumas provas de concurso público costumam exigir os dois tipos de descontos.

DESCONTO COMERCIAL SIMPLES

- Mais comum e mais utilizado
- Também conhecido como **desconto bancário**
- Outra terminologia adotada é a de “**desconto por fora**”
- O desconto é calculado sobre o **valor nominal** do título (valor de face ou valor futuro)

FÓRMULAS:

CALCULO DO VALOR DO DESCONTO	CALCULO DO VALOR ATUAL
$D_c = N \times i_d \times t$	$A = N \times (1 - i_d \times t)$

OBSERVAÇÃO: Lembre-se que o **Desconto** é igual ao **Valor Nominal – Valor Atual**

Onde:

D_c = Desconto Comercial

A = Valor Atual ou Valor Líquido

N = Valor Nominal ou Valor de Face

i_d = Taxa de desconto;

t = Prazo.

Exemplo 3.4.1 Considere um título cujo valor nominal seja \$10.000,00. Calcule o desconto comercial simples a ser concedido e o valor atual de um título resgatado 3 meses antes da data de vencimento, a uma taxa de desconto de 5% a.m

Dados:

$$N = 10.000,00$$

$$t = 3 \text{ meses}$$

$$i_d = 5\% \text{ ao mês}$$

$$D_c = N \times i_d \times t$$

$$D_c = 10.000 \times 0,05 \times 3$$

$$J = 1.500,00$$

Agora vamos calcular o Valor Atual, que é o Valor Nominal subtraído dos descontos.

$$A = 10.000 - 1.500$$

$$A = 8.500,00$$

DESCONTO RACIONAL SIMPLES

- Pouco utilizado no dia a dia, porém é cobrado em provas de concurso público
- Também conhecido como **desconto verdadeiro**
- Outra terminologia adotada é a de “**desconto por dentro**”
- O desconto é calculado sobre o **valor atual** do título (valor de líquido ou valor presente)
- Como o desconto racional é cobrado sobre o valor atual, este valor será sempre menor que o valor do desconto comercial, que é cobrado sobre o valor nominal do título.

FÓRMULAS:

CALCULO DO VALOR DO DESCONTO	CALCULO DO VALOR ATUAL
$D_r = A \times i_d \times t$	$A = \frac{N}{(1 + i_d \times t)}$

OBSERVAÇÃO: Lembre-se que o Desconto é igual ao Valor Nominal – Valor Atual

Onde:

D_r = Desconto Racional

A = Valor Atual ou Valor Líquido

N = Valor Nominal ou Valor de Face

i_d = Taxa de desconto;

t = Prazo.

Exemplo 3.4.2 Considere um título cujo valor nominal seja \$10.000,00. Calcule o racional comercial simples a ser concedido e o valor atual de um título resgatado 3 meses antes da data de vencimento, a uma taxa de desconto de 5% a.m

Dados:

$$N = 10.000,00$$

$$t = 3 \text{ meses}$$

$$i_d = 5\% \text{ ao mês}$$

Como o valor do desconto depende do valor Atual que não foi fornecido pelo exercício, temos que calcular primeiramente o valor atual para depois calcular o valor do desconto.

$$A = \frac{N}{(1 + i_d \times t)}$$

$$A = \frac{10.000}{(1 + 0,05 \times 3)}$$

$$A = \frac{10.000}{(1 + 0,05 \times 3)}$$

$$A = 8.695,65$$

Agora vamos calcular o desconto, que é o Valor Nominal subtraído do valor Atual.

$$D_r = 10.000 - 8.695,65$$

$$D_r = 1.304,35$$

3.5 DESCONTO COMPOSTO

Similar ao desconto simples, porém iremos trocar a multiplicação da taxa pelo prazo pela potenciação.

Também temos dois tipos de desconto composto, o comercial e o racional. A diferença entre estas duas maneiras de cobrança de desconto é a mesma dos descontos simples comercial e racional.

DESCONTO COMERCIAL COMPOSTO

- Pouco utilizado no Brasil
- Seu cálculo é semelhante ao cálculo de juros compostos
- Outra terminologia adotada é a de “**desconto por fora**”
- O desconto é calculado sobre o **valor nominal** do título (valor de face ou valor futuro)

FÓRMULAS:

CALCULO DO VALOR DO DESCONTO	CALCULO DO VALOR ATUAL
$D_c = N - A$	$A = N \times (1 - i_d)^t$

OBSERVAÇÃO: Lembre-se que o **Desconto** é igual ao **Valor Nominal – Valor Atual**

Onde:

D_c = Desconto Comercial

A = Valor Atual ou Valor Liquido

N = Valor Nominal ou Valor de Face

i_d = Taxa de desconto;

t = Prazo.

Exemplo 3.5.1 Considere um título cujo valor nominal seja \$10.000,00. Calcule o desconto comercial composto a ser concedido e o valor atual de um título resgatado 2 meses antes da data de vencimento, a uma taxa de desconto de 10% a.m

Dados:

$N = 10.000,00$

$t = 2$ meses

$i_d = 10\%$ ao mês

Existe uma fórmula que permite encontrar o valor do Desconto Comercial Composto a partir do valor Nominal do título. Mas o objetivo é minimizar ao máximo possível o numero de fórmulas para o aluno decorar.

$$A = N (1 - i_d)^t$$

$$A = 10.000 \times (1 - 0,10)^2$$

$$A = 10.000 \times 0,81$$

$$A = \mathbf{8.100,00}$$

Agora vamos calcular o desconto, que é o Valor Nominal subtraído do Valor Atual.

$$D_c = 10.000 - 8.100$$

$$D_c = \mathbf{1.900,00}$$

DESCONTO RACIONAL SIMPLES

- É o desconto composto mais utilizado no Brasil
- Também conhecido como **desconto verdadeiro**
- Outra terminologia adotada é a de “**desconto por dentro**”
- O desconto é calculado sobre o **valor atual** do título (valor de líquido ou valor presente)
- Como o desconto racional é cobrado sobre o valor atual, este valor será sempre menor que o valor do desconto comercial, que é cobrado sobre o valor nominal do título.

FÓRMULAS:

CALCULO DO VALOR DO DESCONTO	CALCULO DO VALOR ATUAL
$D_r = A \times i_d \times t$	$A = \frac{N}{(1 + i_d)^t}$

OBSERVAÇÃO: Lembre-se que o **Desconto** é igual ao **Valor Nominal – Valor Atual**

Onde:

D_r = Desconto Racional

A = Valor Atual ou Valor Líquido

N = Valor Nominal ou Valor de Face

i_d = Taxa de desconto;

t = Prazo.

Exemplo 3.5.2 Considere um título cujo valor nominal seja \$10.000,00. Calcule o desconto racional composto a ser concedido e o valor atual de um título resgatado 2 meses antes da data de vencimento, a uma taxa de desconto de 10% a.m

Dados:

$N = 10.000,00$

$t = 2$ meses

$i_d = 10\%$ ao mês

Calculando o valor atual teremos:

$$A = \frac{N}{(1+i_d)^t}$$

$$A = \frac{10.000}{(1+0,10)^2}$$

$$A = \frac{10.000}{1,21}$$

$$A = 8.264,46$$

Agora vamos calcular o desconto, que é o Valor Nominal subtraído do valor Atual.

$$D_r = 10.000 - 8.264,46$$

$$D_r = 1.735,53$$

RENDAS UNIFORMES

4.1 SÉRIES UNIFORMES – ANTECIPADAS E PÓSTECIPADAS

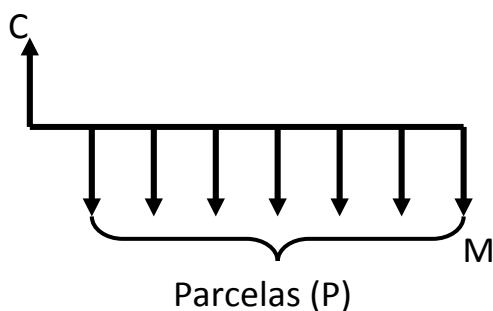
SÉRIES DE PAGAMENTO

Este conteúdo pode ser visto como uma extensão de Juros composto. Enquanto em Juros composto um empréstimo, ou uma compra, era feitos para ser quitado em um único pagamento, em série de pagamento, como o próprio nome já diz, esse pagamento será feito por mais de uma parcela. O mesmo pode enxergar as aplicações, que em Juros composto analisávamos apenas uma aplicação de um valor único, em série de pagamento vai nos permitir estudar casos onde o cliente faz depósitos durante vários meses e chegamos a um montante.

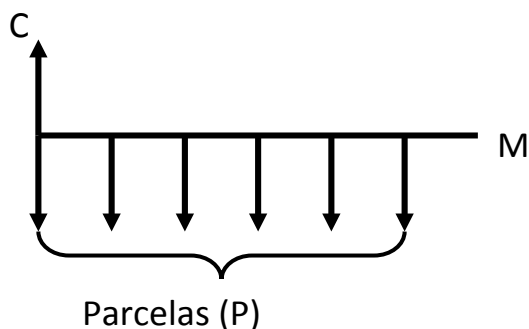
TIPOS DE SÉRIE DE PAGAMENTO

As séries de pagamento se dividem basicamente em dois tipos de séries: **Série Antecipada** e **Série Postecipada**. Aprenderemos agora como diferenciá-las:

Séries de pagamento Postecipada: é aquela que não existe um depósito inicial, não existe uma entrada, no caso de empréstimos e financiamentos, possui um comportamento descrito pelo fluxo abaixo



Séries de pagamento Antecipada: é aquela que exige um depósito inicial, uma entrada, é mais utilizada em investimentos. Cuidado, nem todas operações que possuem entrada são séries antecipada. É necessário que o valor da entrada seja o mesmo que o mesmo valor das demais prestações. Vamos olhar como é o comportamento descrita pelo fluxo abaixo



4.2 SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO FRANCÊS – SAF (TABELA PRICE)

CARACTERÍSTICAS DE UM SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO FRANCÊS

- As parcelas são constantes
- Juros decrescentes
- Amortizações crescentes
- Saldo devedor decrescente

FÓRMULAS:

SÉRIES PÓSTECIPADAS

CALCULO DA PRESTAÇÃO (UTILIZANDO O CAPITAL)	CALCULO DA PRESTAÇÃO (UTILIZANDO O MONTANTE)
$P = C \times \left\{ \frac{(1+i)^t \times i}{(1+i)^t - 1} \right\}$	$P = M \times \left\{ \frac{i}{(1+i)^t - 1} \right\}$

SÉRIES ANTECIPADA

CALCULO DA PRESTAÇÃO (UTILIZANDO O CAPITAL)	CALCULO DA PRESTAÇÃO (UTILIZANDO O MONTANTE)
$P = C \times \left\{ \frac{(1+i)^t \times i}{(1+i)^t - 1} \right\} \times \frac{1}{(1+i)}$	$P = M \times \left\{ \frac{i}{(1+i)^t - 1} \right\} \times \frac{1}{(1+i)}$

Onde:

P = Valor da prestação

C = Valor do Capital (Entrada, aplicação inicial)

M = Valor do Montante

i = Taxa de juros;

t = Prazo.

A prestação de uma série de pagamento é composta de duas partes, Juros e Amortização, ou seja, **Prestação = Juros + Amortização**

CONSIDERAÇÕES:

A maioria das questões de série de pagamento cobradas em concurso exige a utilização de tabela para a sua resolução.

Mas é possível cobrar este conteúdo sem fornecer uma tabela para resolução.

TABELA DE AMORTIZAÇÃO DE UM SISTEMA FRANCÊS

Vamos ver um exemplo de como construir uma tabela de amortização de um sistema francês (*tabela price*).

Exemplo 4.2.1 Um cliente solicitou um empréstimo no valor de R\$ 10.000,00 para pagar em 5 prestações mensais iguais e consecutivas, sendo que a primeira parcela tem seu vencimento 30 dias após a data da contratação. Sabendo que a taxa de juros cobrada pela financeira é de 10% ao mês, calcule o valor da prestação e os juros e cota de amortização de cada mês.

Como a primeira prestação vence 1 mês após a data da contratação do empréstimo, estamos diante de uma série postecipada

Dados:

C = 10.000,00

t = 5 meses

$i = 10\%$ ao mês

$P = ???$

Aplicando a formula temos:

$$P = C \times \left\{ \frac{(1+i)^t \times i}{(1+i)^t - 1} \right\} \rightarrow P = 10.000 \times \left\{ \frac{(1+0,10)^5 \times 0,10}{(1+0,10)^5 - 1} \right\}$$

$$P = 10.000 \times \left\{ \frac{(1,10)^5 \times 0,10}{(1,10)^5 - 1} \right\} \rightarrow P = 10.000 \times \left\{ \frac{1,61 \times 0,10}{1,61 - 1} \right\}$$

$$P = 10.000 \times \left\{ \frac{0,16105}{0,61} \right\} \rightarrow P = 10.000 \times 0,26402$$

$$P = 2.640,18$$

OBS: O calculo de $(1,10)^5$ exige tabela ou terá seu valor dado no exercício.

Agora vamos preencher a tabela de amortização com os dados que já conhecemos.

N	Prestação	Juros	Amortização	Saldo devedor após pagamento da parcela
0	-----	-----	-----	-10.000,00
1	2.640,18			
2	2.640,18			
3	2.640,18			
4	2.640,18			
5	2.640,18			

Toda informação que temos até agora é que o empréstimo será liquidado em 5 parcelas consecutivas de R\$ 2.640,18 (valor encontrado acima).

Para completar a tabela temos que ter os seguintes conceitos definidos:

- Os juros da parcela n é cobrado sobre o saldo devedor após o pagamento da parcela $(n - 1)$, ou seja, o juros da 2ª parcela é cobrado sobre o saldo devedor após o pagamento da primeira parcela e assim sucessivamente.

- O valor da prestação é os juros somado com a amortização, podemos também concluir que a amortização é igual a prestação menos os juros.
- Somente a amortização reduz o saldo devedor, os juros não impactam no saldo devedor do empréstimo.

Agora vamos calcular os juros da 1ª parcela: (considerando uma taxa de juros de 10% = 0,10)

$$J_1 = i \times SD_0 \rightarrow J_1 = 0,10 \times 10.000$$

$$J_1 = 1.000,00$$

Podemos calcular a amortização da primeira parcela como a diferença entre a prestação e os juros

$$A_1 = P - J_1 \rightarrow A_1 = 2.640,80 - 1.000$$

$$A_1 = 1.640,80$$

O novo saldo devedor será dado por:

$$SD_1 = SD_0 - A_1 \rightarrow SD_1 = 10.000,00 - 1.640,80$$

$$SD_1 = 8.359,20$$

Completando a tabela teremos:

N	Prestação	Juros	Amortização	Saldo devedor após pagamento da parcela
0	-----	-----	-----	-10.000,00
1	2.640,18	1.000,00	1.640,80	8.359,20
2	2.640,18			
3	2.640,18			
4	2.640,18			
5	2.640,18			

Vamos repetir todos os processos anteriores para completar a linha 2

Agora vamos calcular os juros da 2ª parcela:

$$J_2 = i \times SD_1 \rightarrow J_2 = 0,10 \times 8.359,20$$

$$J_2 = 835,92$$

Podemos calcular a amortização da segunda parcela como a diferença entre a prestação e os juros

$$A_2 = P - J_2 \rightarrow A_2 = 2.640,80 - 835,92$$

$$A_2 = 1.804,88$$

O novo saldo devedor será dado por:

$$SD_2 = SD_1 - A_2 \rightarrow SD_2 = 8.359,20 - 1.804,88$$

$$SD_2 = 6.554,32$$

Completando a tabela teremos:

N	Prestação	Juros	Amortização	Saldo devedor após pagamento da parcela
0	-----	-----	-----	-10.000,00
1	2.640,18	1.000,00	1.640,80	8.359,20
2	2.640,18	835,92	1.804,88	6.554,32
3	2.640,18			
4	2.640,18			
5	2.640,18			

Agora é só repetir o processo para as próximas 3 linhas e encontrar os seguintes valores.

N	Prestação	Juros	Amortização	Saldo devedor após pagamento da parcela
0	-----	-----	-----	-10.000,00
1	2.640,18	1.000,00	1.640,80	8.359,20
2	2.640,18	835,92	1.804,88	6.554,32
3	2.640,18	655,43	1.984,75	4.569,57
4	2.640,18	456,95	2.183,23	2.386,34
5	2.640,18	238,63	2.401,55	15,21

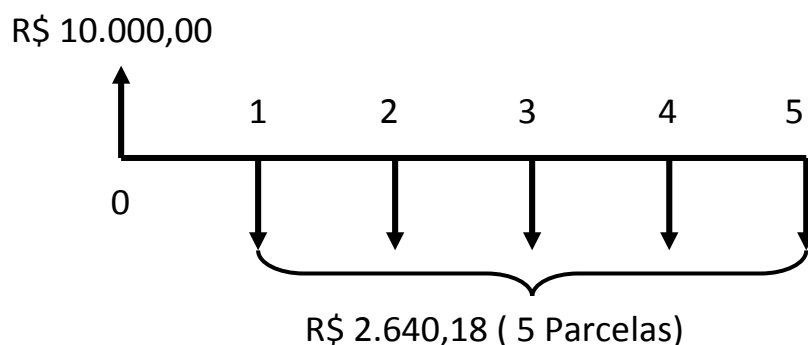
OBSERVAÇÃO: O saldo devedor após pagamento da última parcela deve ser sempre igual a zero. Neste exemplo encontramos R\$ 15,21 pelo fato de termos feito alguns arrendamentos quando calculamos o valor das parcelas.

O mais importante desta tabela é entender os conceitos abaixo:

1. A prestação é sempre constante
2. Juros são decrescentes
3. A amortização é crescente
4. Prestação é igual a juros mais amortização.
5. Os juros é calculado multiplicando a taxa de juros pelo saldo devedor do último período.
6. Apenas a amortização reduz o saldo devedor.

FLUXO DE CAIXA

Vamos entender o exemplo anterior em um Fluxo de Caixa:



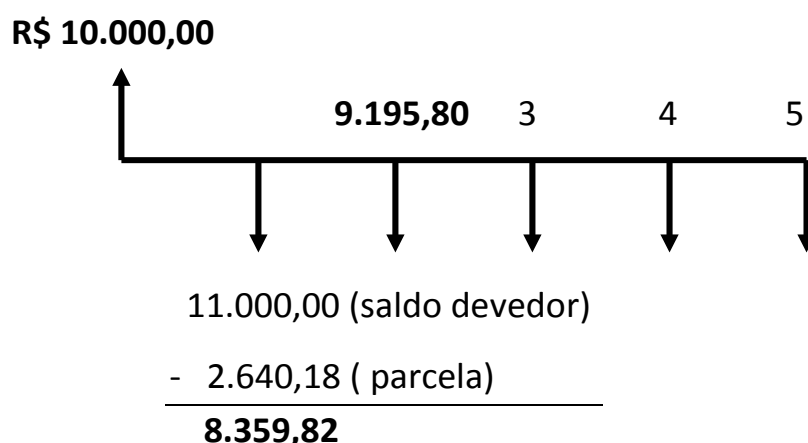
Passo 1: Vamos capitalizar o saldo devedor considerando uma taxa de juros de 10% ao mês, assim o saldo devedor do tomador de empréstimo será de:

$$R\$ 10.000,00 \times 1,10 = R\$ 11.000,00$$

Ou seja, na data de pagamento da primeira parcela, o saldo devedor do clientes será de R\$ 11.000,00

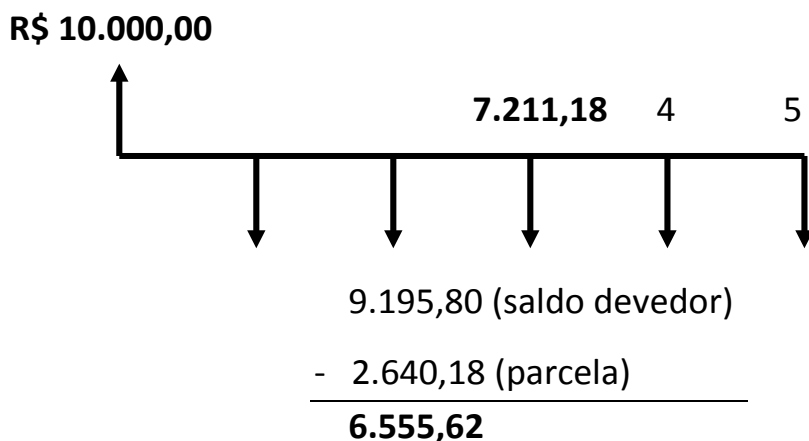
Passo 2: Agora vamos descontar o pagamento da primeira parcela do cliente, atualizar o seu saldo devedor e capitalizar mais uma vez pela taxa de 10%, para que possamos descobrir qual o seu saldo devedor no momento do pagamento da 2ª parcela.

- Saldo devedor após pagamento da 1ª parcela: $R\$ 11.000,00 - 2.640,18 = R\$ 8.359,82$
- Saldo devedor no pagamento da 2ª parcela: $R\$ 8.359,82 \times 1,10 = R\$ 9.195,80$



Passo 3: Repetindo o processo do passo 2 teremos

- Saldo devedor após pagamento da 2ª parcela: $R\$ 9.195,80 - 2.640,18 = R\$ 6.555,62$
- Saldo devedor no pagamento da 3ª parcela: $R\$ 6.555,62 \times 1,10 = R\$ 7.211,18$

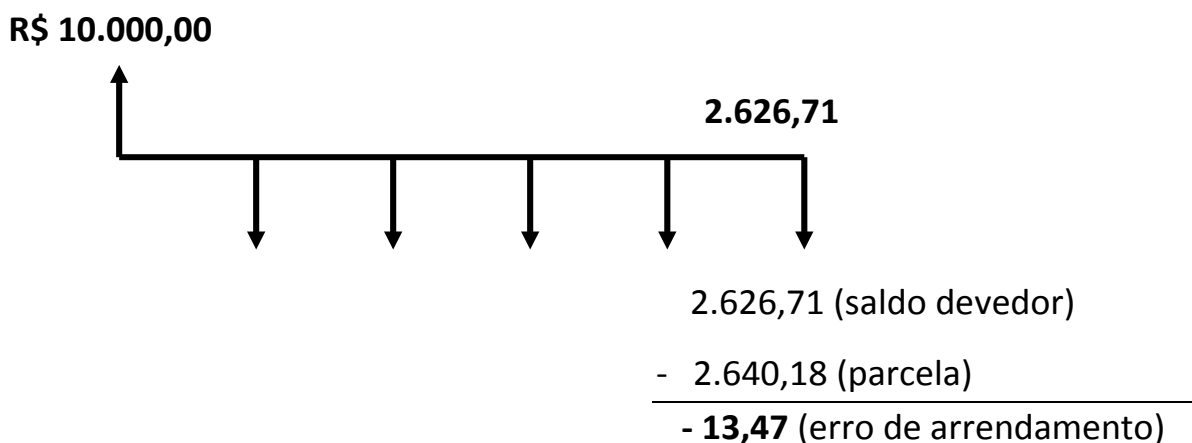


Passo 4: Repetindo as operações acima, até a última parcela teremos:

- Saldo devedor após pagamento da 3ª parcela: R\$ 7.211,18 – 2.640,18 = R\$ 4.571,00
- Saldo devedor no pagamento da 4ª parcela: R\$ 4.571,00 x 1,10 = R\$ 5.028,10

Continuando

- Saldo devedor após pagamento da 4ª parcela: R\$ 5.028,10 – 2.640,18 = R\$ 2.387,92
- Saldo devedor no pagamento da 5ª parcela: R\$ 2.387,92 x 1,10 = R\$ 2.626,71
- Saldo devedor após pagamento da 4ª parcela: R\$ 2.626,71 – 2.640,18 = R\$ 13,47



Exemplo 4.2.2 Qual o valor das prestações mensais que deverão ser pagas a um empréstimo no valor de R\$ 2.500,00 contratados a uma taxa de 10% ao mês em 3 vezes?

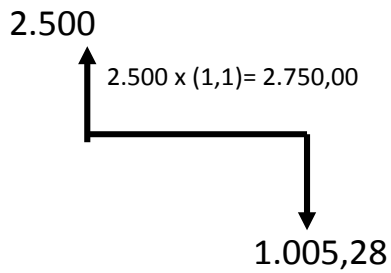
$$P = 2500 \times \left\{ \frac{(1 + 0,10)^3 \times 0,10}{(1 + 0,10)^3 - 1} \right\}$$

Resolvendo a expressão acima encontraremos

$$\text{Prestação (P)} = 1.005,28$$

Analisando o fluxo teremos:

PRESTAÇÃO 1:



Assim:

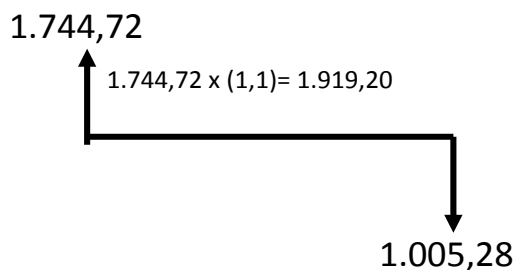
$$\text{Prestação: } 1.005,28$$

$$\text{Juros} = 2.500 \times 0,10 = 250,00$$

$$\text{Amortização: } 1.005,28 - 250,00 = 755,28$$

$$\text{Novo Saldo Devedor: } 2.750,00 - 1.005,28 = 1.744,72$$

PRESTAÇÃO 2:



Assim:

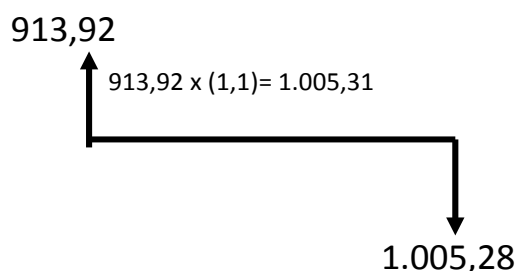
$$\text{Prestação: } 1.005,28$$

$$\text{Juros} = 1.744,72 \times 0,10 = \mathbf{174,47}$$

$$\text{Amortização: } 1.005,28 - 174,47 = \mathbf{830,81}$$

$$\text{Novo Saldo Devedor: } 1.919,20 - 1.005,28 = 913,92$$

PRESTAÇÃO 3:



Assim:

Prestação: 1.005,28

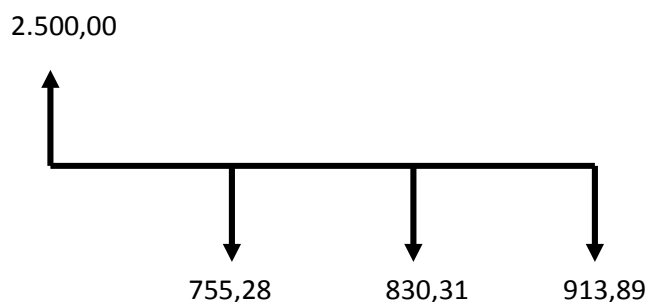
Juros = $913,92 \times 0,10 = 91,39$

Amortização: $1.005,28 - 91,39 = 913,89$

Novo Saldo Devedor: $1.005,31 - 1.005,28 = 0,03$

OBS: a diferença em centavos deve-se ao fato de trabalharmos com arredondamento.

Assim podemos concluir que o cliente está na verdade pagando de sua dívida da seguinte maneira:



COMO RESOLVER

Exemplo 4.2.3 Qual o valor aproximado das parcelas pagas por um empréstimo no valor de R\$ 10.000,00 contratado para ser liquidado em 3 prestações mensais, a uma taxa de juros de 10% a.m, sendo que a primeira parcela vencerá após 30 dias a data da compra?

Dados:

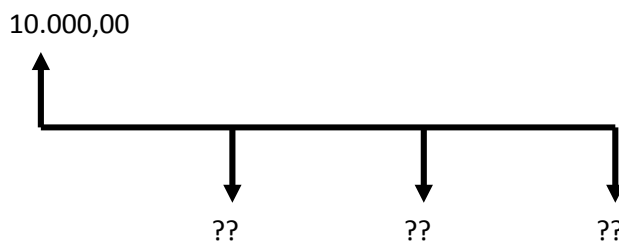
C = 10.000,00

t = 3 parcelas mensais

i = 10% ao mês

Sistema: Postecipado (sem entrada)

Fluxo:



Resolução:

$$P = C \times \left\{ \frac{(1+i)^t \cdot i}{(1+i)^t - 1} \right\}$$

$$P = 10000 \times \left\{ \frac{(1+0,10)^3 \times 0,10}{(1+0,10)^3 - 1} \right\} \quad P = 10000 \times \left\{ \frac{(1,1)^3 \times 0,10}{(1,1)^3 - 1} \right\}$$

$$P = 10000 \times \left\{ \frac{0,1331}{0,331} \right\}$$

$$P = 10000 \times 0,40211$$

$$P = 4.021,10$$

Assim calculamos que o valor de cada parcela será de R\$ 4.021,10

Exemplo 4.2.4 Um cliente financiou uma motocicleta no valor de R\$ 10.000,00 com uma entrada e mais 2 parcelas, sendo a primeira a vencer 30 dias após a compra. Sabendo que o banco responsável pelo financiamento cobra uma taxa de juros de 10% ao mês, qual o valor da prestação?

Dados:

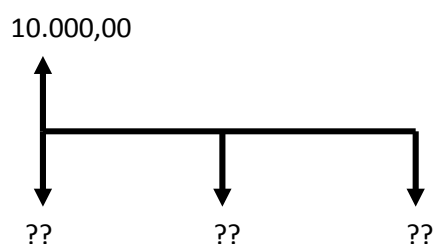
$$C = 10.000,00$$

$$t = 3 \text{ parcelas mensais}$$

$$i = 10\% \text{ ao mês}$$

Sistema: Antecipado (com entrada)

Fluxo:



Observação: Note que este exemplo é muito semelhante ao anterior (exemplo 4.2.3), a única diferença é que agora o financiamento terá uma entrada, ou seja, passamos a trabalhar com uma série de pagamento antecipada e não mais postecipada, como o exercício anterior

Assim podemos encontrar a parcela deste financiamento apenas descapitalizando a parcela do exercício anterior em um período.

$$P = 4.021,10 \times \left\{ \frac{1}{(1+0,10)} \right\}$$

$$P = 3.655,54$$

Ou podemos substituir os dados fornecido na fórmula de calculo de prestação antecipada e calcular o valor da parcela.

$$P = C \times \left\{ \frac{(1+i)^t \times i}{(1+i)^t - 1} \right\} \times \frac{1}{(1+i)}$$

$$P = 10.000 \times \left\{ \frac{(1,10)^3 \times 0,10}{(1,10)^3 - 1} \right\} \times \frac{1}{(1,10)}$$

$$P = 10.000 \times \left\{ \frac{0,1331}{0,331} \right\} \times \frac{1}{(1,10)} \rightarrow P = 10.000 \times 0,366558$$

$$P = 3.655,58$$

SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE – SAC

5.1 INTRODUÇÃO

A principal diferença do SAF em relação ao SAC é o fato do SAC as prestações não serem constante, no SAC as prestações são decrescentes.

Na maioria dos financiamentos bancários utilizamos o Sistema de Amortização Frances (tabela *Price*)

Porém os bancos adotam o sistema de amortização conhecido como SAC é nos financiamentos Habitacionais. Este sistema substituiu o SAF pelo fato da tabela *Price* cometer anatocismo (cobrança de juros sobre juros).

5.2 SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE

CARACTERÍSTICAS DE UM SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE

- Amortizações é constante
- As parcelas são decrescentes
- Juros decrescentes
- Saldo devedor decrescente

FÓRMULAS:

CALCULO DA AMORTIZAÇÃO	CALCULO DA PRESTAÇÃO
$A = \frac{C}{T}$	$P = A + J$
CALCULO DOS JUROS	
$J_1 = SD_0 \times i$	

Onde:

P= Valor da prestação

C = Valor do Capital (Entrada, aplicação inicial)

J = Juros

t = Prazo

i = Taxa de Juros

SD₀ = Saldo Devedor do período ANTERIOR

Vamos usar o mesmo exemplo citado no capítulo anterior, trocando o Sistema de Amortização Francês pelo SAC.

Exemplo 5.2.1 Um cliente solicitou um empréstimo no valor de R\$ 10.000,00 para pagar em 5 prestações mensais iguais e consecutivas, sendo que a primeira parcela tem seu vencimento 30 dias após a data da contratação. Sabendo que a taxa de juros cobrada pela financeira é de 10% ao mês, calcule o valor da prestação e os juros e cota de amortização de cada mês considerando que o banco utiliza o Sistema de Amortização Constante.

Passo 1: Como o valor emprestado é de 10.000,00 para ser liquidado em 5 prestações, podemos calcular o valor da cota de amortização mensal.

$$A = \frac{C}{t} \rightarrow A = \frac{10.000}{5}$$

$$A = 2.000,00$$

Assim vamos construir a tabela de amortização.

N	Prestação	Juros	Amortização	Saldo devedor após pagamento da parcela
0	-----	-----	-----	-10.000,00
1			2.000,00	
2			2.000,00	
3			2.000,00	
4			2.000,00	
5			2.000,00	

Como sabemos que o Saldo Devedor é descontado apenas da amortização, podemos calcular o saldo devedor após o pagamento de cada parcela:

- 1ª parcela: 10.000,00 – 2.000,00 = 8.000,00
- 2ª parcela: 8.000,00 – 2.000,00 = 6.000,00
- 3ª parcela: 6.000,00 – 2.000,00 = 4.000,00
- 4ª parcela: 4.000,00 – 2.000,00 = 2.000,00
- 5ª parcela: 2.000,00 – 2.000,00 = 0,00

Podemos também calcular o valor dos juros cobrados na primeira parcela:

$$J_1 = SD_0 \times i$$

$$J_1 = 10.000 \times 0,10$$

$$J_1 = \mathbf{1.000,00}$$

Agora vamos calcular o valor da primeira parcela.

$$P_1 = A + J$$

$$P_1 = 2.000 + 1.000$$

$$P_1 = \mathbf{3.000,00}$$

Substituindo na tabela teremos:

N	Prestação	Juros	Amortização	Saldo devedor após pagamento da parcela
0	-----	-----	-----	-10.000,00
1	3.000,00	1.000,00	2.000,00	8.000,00
2			2.000,00	6.000,00
3			2.000,00	4.000,00
4			2.000,00	2.000,00
5			2.000,00	0

Continuando o mesmo raciocínio acima, vamos calcular os juros e a parcela de cada mês

$$J_2 = 8.000 \times 0,10 \rightarrow J_2 = \mathbf{800,00}$$

$$J_3 = 6.000 \times 0,10 \rightarrow J_3 = \mathbf{600,00}$$

$$J_4 = 4.000 \times 0,10 \rightarrow J_4 = \mathbf{400,00}$$

$$J_5 = 2.000 \times 0,10 \rightarrow J_5 = \mathbf{200,00}$$

Calculando o valor da parcela de cada período teremos:

$$P_2 = 2.000 + 800,00 \rightarrow P_2 = \mathbf{2.800,00}$$

$$P_3 = 2.000 + 600,00 \rightarrow P_3 = \mathbf{2.600,00}$$

$$P_4 = 2.000 + 400,00 \rightarrow P_4 = \mathbf{2.400,00}$$

$$P_5 = 2.000 + 200,00 \rightarrow P_5 = \mathbf{2.200,00}$$

Substituindo os valores em nossa tabela, teremos:

N	Prestação	Juros	Amortização	Saldo devedor após pagamento da parcela
0	-----	-----	-----	-10.000,00
1	3.000,00	1.000,00	2.000,00	8.000,00
2	2.800,00	800,00	2.000,00	6.000,00
3	2.600,00	600,00	2.000,00	4.000,00
4	2.400,00	400,00	2.000,00	2.000,00
5	2.200,00	200,00	2.000,00	0

Observando a tabela acima, notamos que:

- Amortizações é constante
- As prestações são decrescentes
- Juros decrescentes
- Saldo devedor decrescente

Exercício 5.2.2 Compare a tabela acima com a tabela encontrada no modelo SAF na página 42. E responda os seguintes itens.

- Em qual dos sistema de amortização o cliente irá pagar mais juros?
- Qual dos sistemas de amortização o valor da primeira prestação é maior?

COMO RESOLVER

Exemplo 5.2.3 Uma família financiou 100% de um imóvel no valor de R\$ 60.000,00 para pagamento em 20 anos com prestações mensais contratadas a ser amortizado pelo sistema de amortização constante - SAC. Sabendo que a taxa de juros cobrada pelo banco é de 1% ao mês calcule:

- O valor da a ser amortizado mensalmente:

$$A = \frac{C}{n} \rightarrow \frac{60.000}{240} = 250,00$$

- O valor da primeira prestação

$$J_1 = SD_0 \times i \rightarrow J_1 = 60.000 \times 0,01 \rightarrow J_1 = 600,00$$

$$P_1 = A + J_1 \rightarrow P_1 = 250,00 + 600,00 \rightarrow P_1 = 850,00$$

c) O valor da parcela número 51ª

Para o cálculo dos juros da parcela 51ª é necessário saber o valor do saldo devedor após o pagamento de uma parcela anterior, neste caso a parcela 50ª

$$SD_{50} = 60.000 - (50 \times 250,00) \rightarrow SD_{50} = 60.000 - 12.500 \rightarrow SD_{50} = 47.500,00$$

Agora sim conseguimos calcular o valor da parcela

$$J_{51} = SD_{50} \times i \rightarrow J_{51} = 47.500 \times 0,01 \rightarrow J_{51} = 475,00$$

$$P_{51} = A + J_{51} \rightarrow P_{51} = 250,00 + 475,00 \rightarrow P_{51} = 725,00$$

ANÁLISE DE INVESTIMENTO

6.1 INTRODUÇÃO

Fazer um estudo de análise de investimento é como trabalhar com um sistema de amortização Francês, a grande diferença é que neste caso, as prestações não são constantes.

Conceitos novos que iremos utilizar neste capítulo:

Taxa Interna de Retorno (TIR): Define-se como a taxa de desconto em que o Valor Presente do fluxo de caixa futuro de um investimento se iguala ao custo do investimento.

É calculada mediante um processo de tentativa e erro.

Quando os valores presentes líquidos do custo e dos retornos se igualam a zero, a taxa de desconto utilizada é a TIR.

Se essa taxa excede o retorno exigido - chamada taxa de atratividade - o investimento é aceitável. Pode haver mais de uma TIR para determinado conjunto de fluxos de caixa.

A Taxa Mínima de Atratividade (TMA): é uma taxa de juros que representa o mínimo que um investidor se propõe a ganhar quando faz um investimento, ou o máximo que um tomador de dinheiro se propõe a pagar quando faz um financiamento.

O valor presente líquido (VPL): Também conhecido como **valor atual líquido (VAL)** ou método do valor atual, é a fórmula matemático-financeira de se determinar o valor presente de pagamentos futuros descontados a uma taxa de juros apropriada, menos o custo do investimento inicial. Basicamente, é o cálculo de quanto os futuros pagamentos somados a um custo inicial estaria valendo atualmente. Temos que considerar o conceito de valor do dinheiro no tempo, pois, exemplificando, R\$ 1 milhão hoje, não valeria R\$ 1 milhão daqui a uma ano, devido ao custo de oportunidade de se colocar, por exemplo, tal montante de dinheiro na poupança para render juros

6.2 FLUXOS DE CAIXA E VPL

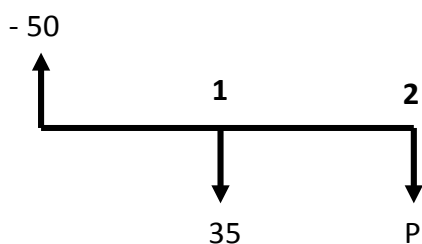
Neste tópico iremos entender como funciona um fluxo de caixa e como podemos encontrar um valor de uma VPL (Valor Presente Líquido) de um fluxo de pagamentos.

A idéia central é saber que para capitalizar uma prestação devemos multiplicar pelo fator de capitalização $(1+i)^n$ e para descapitalizar basta dividir pelo mesmo fator.

Exemplo 6.2.1 Considerando que uma máquina foi adquirida por 50 mil reais e que oferece um retorno de 20% ao ano. Sabendo que o seu retorno foi é dado conforme a tabela abaixo, calcule o valor de P.

Valor (Milhares de reais)	- 50	35	P
Período (anos)	0	1	2

Vamos representar esta tabela em um fluxo de pagamento, teremos:



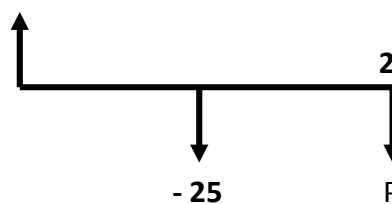
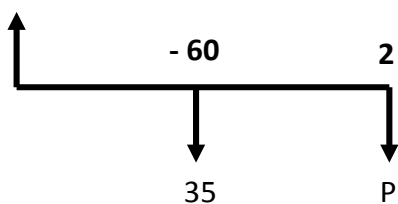
Agora vamos capitalizar o valor do investimento da máquina um período e descontar o seu retorno.

$$- 50 \times (1 + 0,20)^1 = -50 \times 1,2 = - 60$$

Subtraindo do seu retorno teremos

$$- 60 + 35 = -25$$

Novo Fluxo



Capitalizando o novo saldo da máquina na mesma taxa de retorno de 20% teremos

$$- 25 \times (1 + 0,20)^1 = -25 \times 1,2 = -30$$

Como a taxa de retorno é de 20% ao ano o valor de P deve equilibrar o fluxo de pagamento, logo:

$$- 30 + P = 0 \rightarrow P = 30$$

Assim o valor do ultimo retorno será de 30 mil.

6.3 TAXA INTERNA DE RETORNO – TIR

Calcular a taxa interna de retorno não é tarefa fácil. Um calculadora HP-12C por exemplo, demora alguns segundos processando até encontrar a resposta correta.

A maneira que vamos utilizar para calcular a TIR em provas de concurso público é a mesma usada pela calculadora HP – 12C.

Enquanto a calculador encontra a TIR por “interpolação”, nós iremos encontrar a taxa de retorno por testes.

Exemplo 6.3.1 A tabela abaixo apresenta o fluxo de caixa de certo projeto.

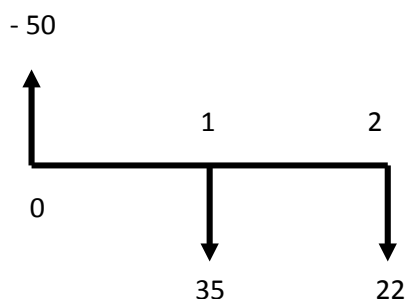
Valor (Milhares de reais)	- 50	35	22
Período (anos)	0	1	2

A taxa interna de retorno anual é igual a

- a) 10%
- b) 12%
- c) 15%
- d) 18%
- e) 20%

RESOLUÇÃO:

Montando o Fluxo teremos:



TESTANDO alternativa E = 20%

$$- 50 \times (1 + 0,20)^1 = - 50 \times 1,2 = -60$$

$$- 60 + 35 = -25$$



Capitalizando mais um período, temos:

$$- 25 \times (1 + 0,20)^1 = - 25 \times 1,2 = -30$$

$$- 30 + 22 = 8$$

Como o valor Final é **MAIOR (o sinal é negativo)** do que o valor da ultima prestação concluímos que a **taxa escolhida é MAIOR do que a taxa do fluxo**, assim deveremos escolher uma **taxa de valor menor**.

OBS: Caso o resultado final fosse um valor **MENOR (o sinal é positivo)** do que o valor da ultima prestação, é sinal que a **taxa que escolhemos para testar é menor do que a taxa que soluciona o problema**.

TESTANDO alternativa **A = 10%**

$$- 50 \times (1 + 0,10)^1 = -50 \times 1,1 = - 55$$

$$- 55 + 35 = - 20$$

Capitalizando mais um período, temos:

$$- 20 \times (1 + 0,10)^1 = -20 \times 1,1 = -22$$

$$- 22 + 22 = 0$$

OK. Como o valor fechou exato, a taxa está correta. Assim a Taxa Interna de Retorno deste Investimento é de 10%.

6.4 TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE – TMA

A decisão de fazer ou não um investimento está condicionada a diversos fatores. Um deles é a taxa mínima de atratividade. Como o próprio nome diz o investidor espera ter um retorno mínimo para decidir o seu investimento.

Quando um poupador investe parte do seu recurso no mercado de ações, por exemplo, ele espera ter um rendimento no mínimo superior a caderneta de poupança, neste caso o retorno da poupança representa a taxa mínima de atratividade para este investidor, ou seja, ele não vai colocar o seu dinheiro em uma aplicação financeira que ofereça um maior risco, se o retorno não for superior a esta taxa.

Vamos utilizar o exemplo anterior com uma pequena alteração para dar exemplo de uma questão sobre TMA.

Exemplo 6.4.1 A tabela abaixo apresenta o fluxo de caixa de certo projeto.

Valor (Milhares de reais)	- 50	35	22
Período (anos)	0	1	2

Sabendo que a Taxa de Atratividade Mínima do investidor é de 20% ao ano, podemos concluir que a decisão mais correta é de:

- a) Rejeitar o projeto, uma vez que a TMA é maior que a TIR
- b) Rejeitar o projeto, uma vez que a TMA é inferior a TIR
- c) Aceitar o projeto, uma vez que a TMA é maior que a TIR 15%
- d) Aceitar o projeto, uma vez que a TMA é maior que a TIR 18%
- e) O investidor é indiferente a decisão, uma vez que a TIR é igual a TMA.

RESOLUÇÃO

Para saber se a TMA é maior, menor ou igual a TIR do projeto vamos testar a TMA de 20% (fornecida do problema) no projeto e encontrar o resultado.

Como resolvemos no exercício 6.4.1 na página 56, ao testarmos uma taxa de 20% no fluxo, notamos que os retornos não são suficiente para equilibrar o fluxo.

Como o valor do retorno do investimento é INFERIOR ao retorno necessário para ter um retorno de 20%, concluimos que a TIR deste projeto é inferior a 20%, ou seja, inferior a TMA.

A decisão correta é de rejeitar o projeto, uma vez que o retorno dele é inferior a taxa mínima de atratividade exigida por este investidor.

Alternativa correta: A

1. (18424) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESPE | CEF | 2010

ASSUNTOS: ANÁLISE DE INVESTIMENTO | VALOR PRESENTE LIQUIDO - VPL

Uma instituição financeira capta investimentos oferecendo a taxa interna de retorno de 5% ao mês. Se, ao investir determinada quantia, um investidor fez duas retiradas, uma no valor de R\$ 10.500,00 um mês após a data do depósito, e outra, no valor restante de R\$ 11.025,00, dois meses após o depósito, então o valor investido foi igual a:

- a) R\$ 18.000,00.
- b) R\$ 18.500,00.
- c) R\$ 19.000,00.
- d) R\$ 19.500,00.
- e) R\$ 20.000,00.

2. (18399) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: JUROS COMPOSTOS

O capital de RS 1.000,00 esteve aplicado, pelo regime de juros compostos, à taxa de 10% ao bimestre, pelo prazo de dois anos. O montante produzido nessa operação financeira foi de:

n	10%	20%	30%	40%	50%
1	1,100	1,200	1,300	1,400	1,500
2	1,210	1,440	1,690	1,960	2,250
3	1,331	1,728	2,197	2,744	3,375
4	1,464	2,074	2,856	3,842	5,063
5	1,611	2,488	3,713	5,378	7,594
6	1,772	2,986	4,827	7,530	11,391
7	1,949	3,583	6,275	10,541	17,086
8	2,144	4,300	8,157	14,758	25,629
9	2,358	5,160	10,604	20,661	38,443
10	2,594	6,192	13,786	28,925	57,665
11	2,853	7,430	17,922	40,496	86,498
12	3,138	8,916	23,298	56,694	129,746

- a) R\$ 1.210,00.
- b) R\$ 1.440,00.
- c) R\$ 3.138,00.
- d) R\$ 6.192,00.
- e) R\$ 8.916,00.

3. (18420) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESPE | CEF | 2010

ASSUNTOS: SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO FRANCÊS (TABELA PRICE - SAF)

Um computador é vendido em 8 prestações mensais, consecutivas e iguais a R\$ 350,00. Os juros cobrados no financiamento desse computador correspondem a juros compostos mensais de 7% sobre o preço à vista. Nesse caso, considerando-se 0,582 como valor aproximado para se a primeira prestação for paga um mês após a compra, o preço à vista do computador será igual a:

- a) R\$ 2.050,00.
- b) R\$ 2.060,00.
- c) R\$ 2.070,00.
- d) R\$ 2.080,00.
- e) R\$ 2.090,00.

4. (18395) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: TAXA DE JUROS | TAXA EQUIVALENTE

Qual é a taxa quadrimestral equivalente, em juros compostos, à taxa de 72,8% ao ano?

n	10%	20%	30%	40%	50%
1	1,100	1,200	1,300	1,400	1,500
2	1,210	1,440	1,690	1,960	2,250
3	1,331	1,728	2,197	2,744	3,375
4	1,464	2,074	2,856	3,842	5,063
5	1,611	2,488	3,713	5,378	7,594
6	1,772	2,986	4,827	7,530	11,391
7	1,949	3,583	6,275	10,541	17,086
8	2,144	4,300	8,157	14,758	25,629
9	2,358	5,160	10,604	20,661	38,443
10	2,594	6,192	13,786	28,925	57,665
11	2,853	7,430	17,922	40,496	86,498
12	3,138	8,916	23,298	56,694	129,746

- a) 10,0%.
- b) 18,2%.
- c) 20,0%.
- d) 30,0%.
- e) 36,4%.

5. (18392) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: JUROS COMPOSTOS

A importância de R\$ 2.000,00 foi aplicada pelo regime de juros compostos, à taxa de 20% ao ano.

n	10%	20%	30%	40%	50%
1	1.100	1.200	1.300	1.400	1.500
2	1.210	1.440	1.690	1.960	2.250
3	1.331	1.728	2.197	2.744	3.375
4	1.464	2.074	2.856	3.842	5.063
5	1.611	2.488	3.713	5.378	7.594
6	1.772	2.986	4.827	7.530	11.391
7	1.949	3.583	6.275	10.541	17.086
8	2.144	4.300	8.157	14.758	25.629
9	2.358	5.160	10.604	20.661	38.443
10	2.594	6.192	13.786	28.925	57.665
11	2.853	7.430	17.922	40.496	86.498
12	3.138	8.916	23.298	56.694	129.746

Qual é o prazo necessário para que essa aplicação renda R\$ 6.600,00 de juros?

- a) Oito anos.
- b) Sete anos.
- c) Seis anos.
- d) Cinco anos.
- e) Quatro anos.

6. (18415) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESGRANRIO | CEF | 2012

ASSUNTOS: SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE (TABELA SAC)

O máximo da remuneração mensal que um indivíduo pode comprometer para pagamento das prestações de empréstimos é de R\$ 2.000,00 e, em função da idade, tabelas atuariais limitam o prazo do empréstimo em 100 meses.

Considerando taxa de juros de 1% ao mês, qual é o valor da amortização para o maior empréstimo que ele pode tomar pelo Sistema de Amortização Constante (SAC)?

- a) R\$ 1.000,00
- b) R\$ 1.300,00
- c) R\$ 1.500,00
- d) R\$ 1.700,00
- e) R\$ 2.000,00

7. (18451) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESGRANRIO | BANCO DO BRASIL | 2010

ASSUNTOS: ACRÉSCIMO SUCESSIVO | DESCONTO

Uma empresa oferece aos seus clientes desconto de 10% para pagamento no ato da compra ou desconto de 5% para pagamento um mês após a compra. Para que as opções sejam indiferentes, a taxa de juros mensal praticada deve ser, aproximadamente,

- a) 5,6%.
- b) 5,0%.
- c) 4,6%.
- d) 3,8%.
- e) 0,5%.

8. (18444) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2011

ASSUNTOS: DESCONTO COMERCIAL SIMPLES

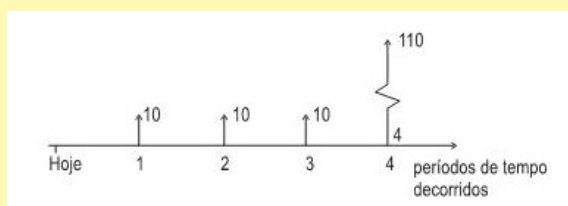
Uma duplicata foi descontada em R\$ 700,00, pelos 120 dias de antecipação. Se foi usada uma operação de desconto comercial simples, com a utilização de uma taxa anual de desconto de 20%, o valor atual do título era de:

- a) R\$ 7 600,00.
- b) R\$ 8 200,00.
- c) R\$ 9 800,00.
- d) R\$ 10 200,00.
- e) R\$ 10 500,00.

9. (18432) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESGRANRIO | BNDES | 2011

ASSUNTOS: ANÁLISE DE INVESTIMENTO | VALOR PRESENTE LIQUIDO - VPL

O diagrama abaixo mostra um fluxo financeiro composto de três recebimentos sucessivos, iguais a R\$ 10,00, seguidos de um último recebimento de R\$ 110,00, após quatro períodos.



Se a taxa de juros compostos usada for de 10% por período, o valor presente líquido desse fluxo de recebimentos, em reais, será de:

- a) 90,00
- b) 100,00
- c) 110,00
- d) 130,00
- e) 140,00

10. (18421) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESPE | CEF | 2010

ASSUNTOS: TAXA DE JUROS | TAXA DE JUROS REAL

Se a quantia de R\$ 5.000,00, investida pelo período de 6 meses, produzir o montante de R\$ 5.382,00, sem se descontar a inflação verificada no período, e se a taxa de inflação no período for de 3,5%, então a taxa real de juros desse investimento no período será de:

- a) 4,5%.
- b) 4%.
- c) 3,5%.
- d) 3%.
- e) 2,5%.

11. (18388) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: JUROS SIMPLES

n	10%	20%	30%	40%	50%
1	1,100	1,200	1,300	1,400	1,500
2	1,210	1,440	1,690	1,960	2,250
3	1,331	1,728	2,197	2,744	3,375
4	1,464	2,074	2,856	3,842	5,063
5	1,611	2,488	3,713	5,378	7,594
6	1,772	2,986	4,827	7,530	11,391
7	1,949	3,583	6,275	10,541	17,086
8	2,144	4,300	8,157	14,758	25,629
9	2,358	5,160	10,604	20,661	38,443
10	2,594	6,192	13,786	28,925	57,665
11	2,853	7,430	17,922	40,496	86,498
12	3,138	8,916	23,298	56,694	129,746

Que capital será necessário aplicar, pelo regime de juros simples, à taxa de juros de 12% ao ano, durante seis meses, para que o montante atinja R\$ 10.600,00?

- a) R\$ 1.000,00.
- b) R\$ 3.081,40.
- c) R\$ 6.172,79.
- d) R\$ 7.361,11.
- e) R\$ 10.000,00.

12. (18404) MATEMÁTICA FINANCEIRA | ESPP | BANCO DO ESTADO DO PARÁ (BANPARÁ) | 2012

ASSUNTOS: JUROS COMPOSTOS | JUROS SIMPLES

Carlos investiu R\$ 5.522,00 no regime de juros simples durante 5 meses com uma taxa de 30% a.a. João investiu o mesmo valor que Carlos, no regime de juros compostos, no mesmo tempo, com a mesma taxa de juros anual. Podemos dizer então que:

- a) João resgatou um valor maior de juros do que Carlos.
- b) Carlos resgatou a mesma quantia em juros que João.
- c) Carlos resgatou uma quantia maior em juros do que João.
- d) Não há como saber qual dos dois resgatou mais juros, pois faltam dados na questão.
- e) Carlos resgataria um valor maior em juros se o valor que investiu fosse maior que R\$ 6.000,00.

- 13.** (3578) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FCC | TRT - 4ª REGIÃO (RS) | 2011

ASSUNTOS: JUROS SIMPLES

Na compra de um par de sapatos, Lucimara pode optar por duas formas de pagamento:

- à vista, por R\$ 225,00;
- R\$ 125,00 no ato da compra mais uma parcela de R\$ 125,00, um mês após a compra.

Se Lucimara optar por fazer o pagamento parcelado, a taxa mensal de juros simples cobrada nesse financiamento é de

- a) 10%.
- b) 20%.
- c) 25%.
- d) 27%.
- e) 30%.

- 14.** (18443) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2011

ASSUNTOS: DESCONTO COMERCIAL SIMPLES

Uma duplicata no valor de R\$ 6 900,00 foi resgatada 3 meses antes de seu vencimento. Considerando que a taxa anual de desconto comercial simples foi de 48%, então, se o valor atual dessa duplicata era X reais, é correto afirmar que:

- a) $X \leq 5\,700$.
- b) $5\,700 < X < 5\,800$.
- c) $5\,800 < X < 5\,900$.
- d) $5\,900 < X < 6\,000$.
- e) $X > 6\,000$.

- 15.** (18385) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: JUROS COMPOSTOS

Durante quanto tempo permaneceu aplicado o capital de R\$ 2.000,00, no regime de juros compostos, para gerar um montante de R\$ 15.060,00, à taxa de 40% ao ano?

n	10%	20%	30%	40%	50%
1	1,100	1,200	1,300	1,400	1,500
2	1,210	1,440	1,690	1,960	2,250
3	1,331	1,728	2,197	2,744	3,375
4	1,464	2,074	2,856	3,842	5,063
5	1,611	2,488	3,713	5,378	7,594
6	1,772	2,986	4,827	7,530	11,391
7	1,949	3,583	6,275	10,541	17,086
8	2,144	4,300	8,157	14,758	25,629
9	2,358	5,160	10,604	20,661	38,443
10	2,594	6,192	13,786	28,925	57,665
11	2,853	7,430	17,922	40,496	86,498
12	3,138	8,916	23,298	56,694	129,746

- a) Três anos.
- b) Quatro anos.
- c) Cinco anos.
- d) Seis anos.
- e) Sete anos.

- 16.** (18449) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESGRANRIO | BANCO DO BRASIL | 2010

ASSUNTOS: TAXA DE JUROS | TAXA DE JUROS REAL

Um investimento obteve variação nominal de 15,5% ao ano. Nesse mesmo período, a taxa de inflação foi 5%. A taxa de juros real anual para esse investimento foi:

- a) 0,5%.
- b) 5,0%.
- c) 5,5%.
- d) 10,0%.
- e) 10,5%.

17. (18439) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESGRANRIO | BNDES | 2011

ASSUNTOS: SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE (TABELA SAC)

Certa empresa contraiu uma dívida no valor de R\$ 200.000,00 a ser amortizada em 20 prestações mensais à taxa de 12% a.a., com capitalização mensal.

Utilize a Tabela de Amortização (parcial), a seguir, como memória de cálculo.

Período	Saldo Devedor	Juros	Amortização	Prestação
0	200.000,00			
1				
2				
3				
4				
5				

Considerando o Sistema de Amortização Constante (SAC), qual o valor aproximado da prestação paga ao final do 3º mês?

- a) R\$ 10.000,00
- b) R\$ 11.300,00
- c) R\$ 11.500,00
- d) R\$ 11.800,00
- e) R\$ 12.000,00

18. (18390) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: PORCENTAGEM

Qual é o valor do custo de uma mercadoria que foi vendida por R\$ 550,00, com margem de lucro de 10% sobre o preço de custo?

- a) R\$ 250,00.
- b) R\$ 350,00.
- c) R\$ 450,00.
- d) R\$ 500,00.
- e) R\$ 600,00.

19. (18447) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2010

ASSUNTOS: JUROS COMPOSTOS | JUROS SIMPLES

Um capital é aplicado, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 15% ao ano, apresentando um montante igual a R\$ 13.200,00 no final do prazo. Se este mesmo capital tivesse sido aplicado, durante 2 anos, a uma taxa de juros compostos de 15% ao ano, então o montante no final deste prazo seria igual a:

- a) R\$ 15.606,50.
- b) R\$ 15.870,00.
- c) R\$ 16.531,25.
- d) R\$ 17.192,50.
- e) R\$ 17.853,75.

20. (18396) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: TAXA DE JUROS | TAXA EQUIVALENTE

Qual é a taxa mensal equivalente à taxa de 213,8% ao ano, pelo regime de juros compostos?

n	10%	20%	30%	40%	50%
1	1,100	1,200	1,300	1,400	1,500
2	1,210	1,440	1,690	1,960	2,250
3	1,331	1,728	2,197	2,744	3,375
4	1,464	2,074	2,856	3,842	5,063
5	1,611	2,488	3,713	5,378	7,594
6	1,772	2,986	4,827	7,530	11,391
7	1,949	3,583	6,275	10,541	17,086
8	2,144	4,300	8,157	14,758	25,629
9	2,358	5,160	10,604	20,661	38,443
10	2,594	6,192	13,786	28,925	57,665
11	2,853	7,430	17,922	40,496	86,498
12	3,138	8,916	23,298	56,694	129,746

- a) 10.000%.
- b) 17.816%.
- c) 26.725%.
- d) 40.000%.
- e) 53.450%.

21. (18427) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESPE | CEF | 2010

ASSUNTOS: JUROS COMPOSTOS | TAXA DE JUROS | TAXA EFETIVA | TAXA NOMINAL

Um cliente tomou R\$ 20.000,00 emprestados de um banco que pratica juros compostos mensais, e, após 12 meses, pagou R\$ 27.220,00. Nesse caso, considerando 1,026 como valor aproximado para é correto afirmar que a taxa de juros nominal, anual, praticada pelo banco foi igual a:

- a) 30,2%.
- b) 31,2%.
- c) 32,2%.
- d) 33,3%.
- e) 34,2%.

22. (18398) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: PORCENTAGEM

Certo comerciante verifica que um dos produtos comercializados em sua loja vem apresentando um volume de vendas muito baixo e decide fazer uma promoção, oferecendo um desconto de 20% sobre o preço original de venda. As vendas, entretanto, continuam baixas, e o comerciante decide oferecer novo desconto de 20%, aplicado sobre o valor praticado desde o começo da promoção.

n	10%	20%	30%	40%	50%
1	1,100	1,200	1,300	1,400	1,500
2	1,210	1,440	1,690	1,960	2,250
3	1,331	1,728	2,197	2,744	3,375
4	1,464	2,074	2,856	3,842	5,063
5	1,611	2,488	3,713	5,378	7,594
6	1,772	2,986	4,827	7,530	11,391
7	1,949	3,583	6,275	10,541	17,086
8	2,144	4,300	8,157	14,758	25,629
9	2,358	5,160	10,604	20,661	38,443
10	2,594	6,192	13,786	28,925	57,665
11	2,853	7,430	17,922	40,496	86,498
12	3,138	8,916	23,298	56,694	129,746

Nessas condições, o percentual total dos dois descontos, aplicados em cascata sobre o preço original do produto, foi de:

- a) 20%.
- b) 25%.
- c) 36%.
- d) 40%.
- e) 44%.

23. (3586) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2011

ASSUNTOS: JUROS SIMPLES

Faustino dispõe de R\$ 22.500,00 e pretende aplicar esta quantia a juros simples, do seguinte modo: 3/5 do total à taxa mensal de 2,5% e, na mesma ocasião, o restante à taxa de 1,8% ao mês. Supondo que durante 8 meses sucessivos Faustino não faça qualquer retirada, ao término desse período o montante que ele obterá das duas aplicações será igual, em R\$, a:

- a) 25 548,00.
- b) 26 496,00.
- c) 26 864,00.
- d) 27 586,00.
- e) 26 648,00.

24. (18433) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESGRANRIO | BNDES | 2011

ASSUNTOS: ANÁLISE DE INVESTIMENTO | SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO FRANCÊS (TABELA PRICE - SAF)

Um fluxo financeiro envolve um gasto inicial de R\$ 1.000,00 seguido de doze recebimentos mensais iguais e consecutivos de R\$ 100,00, começando um mês após o gasto inicial.

A taxa interna de retorno (taxa de juros compostos) de tal fluxo é:

- a) de 20% ao ano.
- b) maior que 20% ao ano.
- c) nula, se o juro de mercado for de 20% ao ano.
- d) negativa, se o juro de mercado for maior que 20% ao ano.
- e) maior que o valor presente líquido do fluxo financeiro.

25. (18454) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESPE | IBAMA | 2013

ASSUNTOS: JUROS COMPOSTOS | TAXAS DE JUROS EQUIVALENTE

Julgue os próximos itens a respeito de matemática financeira, considerando 1,08 como valor aproximado para .

No regime de juros compostos, a taxa anual de juros equivalente à taxa de 2% ao mês é superior a 30%.

() Certo () Errado

26. (18413) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESGRANRIO | CEF | 2012

ASSUNTOS: ANÁLISE DE INVESTIMENTO

O setor financeiro de uma empresa, que tem taxa mínima de atratividade de 10% ao ano, avalia duas alternativas: montar um laboratório fotográfico ou terceirizar o serviço de fotografias. Para a opção de montar o laboratório fotográfico, o investimento inicial, os custos pagos ao final de cada ano, o tempo de utilização do laboratório e a informação adicional do valor presente líquido, (VPL), do fluxo de caixa, estão apresentados no quadro a seguir.

Investimento inicial	R\$ 100.301,65
Custo operacional anual	R\$ 7.000,00
Custo de manutenção anual	R\$ 3.000,00
Valor residual	zero
Tempo de utilização	4 anos
VPL	R\$ 132.000,30

No caso de terceirizar o serviço, o custo de manutenção fica por conta da empresa contratada.

É mais atraente terceirizar se, e somente se, o custo operacional anual dessa opção, em reais, for, no máximo, de:

Dado: $(1,10)^{-4} = 0,68$

- a) 42.240,10
- b) 41.250,10
- c) 33.000,08
- d) 22.060,40
- e) 11.760,00

27. (18394) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: DESCONTO COMERCIAL SIMPLES

Um título de crédito, cujo valor d e face é R\$ 1.000,00, foi emitido em 23-4-2000, com vencimento ajustado para o dia 21-8-2000. Seu detentor, entretanto, precisou descontá-lo no dia 07-7-2000. ou seja, 45 dias antes do seu vencimento, à taxa de desconto bancário simples de 5% ao mês.

Qual foi o valor do desconto aplicado pelo banco nessa operação?

- a) R\$ 200,00.
- b) R\$ 150,00.
- c) R\$ 125,00.
- d) R\$ 100,00.
- e) R\$ 75,00.

28. (18453) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESPE | IBAMA | 2013

ASSUNTOS: JUROS COMPOSTOS

Julgue os próximos itens a respeito de matemática financeira, considerando 1,08 como valor aproximado para .

Considere que um empréstimo, contratado à taxa de juros compostos de 2% ao mês, deva ser quitado com o pagamento único de R\$ 20.000,00, 13 meses após a contratação. Nessa situação, com menos de R\$ 18.000,00 o tomador do empréstimo poderá quitá-lo 4 meses antes do vencimento.

() Certo () Errado

29. (18422) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESPE | CEF | 2010

ASSUNTOS: SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO FRANCÊS (TABELA PRICE - SAF)

Uma dívida no valor de R\$ 10.000,00, contraída pelo sistema francês de amortização (tabela Price), com juros de 1,29% ao mês, será paga em 4 prestações mensais. Nesse caso, considerando-se 0,95 como valor aproximado de $1,0129^{-4}$, cada prestação será igual a:

- a) R\$ 2.620,00.
- b) R\$ 2.610,00.
- c) R\$ 2.600,00.
- d) R\$ 2.590,00.
- e) R\$ 2.580,00.

30. (18417) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESPE | CEF | 2010

ASSUNTOS: SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE (TABELA SAC)

Se uma dívida no valor de R\$ 10.000,00 for paga, com juros de 5% ao mês, em 4 prestações mensais e consecutivas, pelo sistema de amortização constante (SAC), a soma das prestações pagas será igual a:

- a) R\$ 11.150,00.
- b) R\$ 11.250,00.
- c) R\$ 11.350,00.
- d) R\$ 11.450,00.
- e) R\$ 11.550,00.

31. (18431) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESGRANRIO | BNDES | 2013

ASSUNTOS: TAXA CONJUNTA | TAXA DE JUROS

Um investidor resolveu fazer uma aposta: tomou um empréstimo de R\$ 1 milhão, por um ano, ao custo de 10% ao ano. No mesmo dia, ele aplicou esse mesmo R\$ 1 milhão, pelo mesmo prazo, em um título cambial que rende a variação do euro mais 4% ao ano.

Qual é a variação do euro no período que empata a aposta, ou seja, que faz com que o investidor não ganhe nem perca ao final dessa operação?

- a) 5,03%

- b) 5,31%
- c) 5,77%
- d) 6,12%
- e) 6,54%

32. (18446) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2010

ASSUNTOS: DESCONTO COMERCIAL SIMPLES

Um título descontado 2 meses antes de seu vencimento, segundo uma operação de desconto racional simples e com a utilização de uma taxa de desconto de 18% ao ano, apresenta um valor atual igual a R\$ 21.000,00. Um outro título de valor nominal igual ao dobro do valor nominal do primeiro título é descontado 5 meses antes de seu vencimento, segundo uma operação de desconto comercial simples e com a utilização de uma taxa de desconto de 2% ao mês. O valor atual deste segundo título é de:

- a) R\$ 42.160,80.
- b) R\$ 41.529,60.
- c) R\$ 40.664,40.
- d) R\$ 39.799,20.
- e) R\$ 38.934,00.

33. (18426) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESPE | CEF | 2010

ASSUNTOS: SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE (TABELA SAC)

Considerando que uma dívida no valor de R\$ 12.000,00, contraída pelo sistema de amortização constante (SAC), tenha sido paga em 6 prestações mensais e que o valor dos juros pagos na 5ª prestação tenha sido igual a R\$ 80,00, assinale a opção correta.

- a) A taxa de juros cobrada nessa transação foi de 2% ao mês.
- b) Todas as prestações foram de mesmo valor.
- c) Após a 5ª amortização, o valor da dívida era de R\$ 4.000,00.
- d) O valor dos juros pagos na 3ª prestação foi de R\$ 200,00.
- e) A soma das 3ª e 6ª prestações foi igual a R\$ 4.000,00.

- 34.** (18410) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESGRANRIO | CEF | 2012

ASSUNTOS: TAXA DE JUROS | TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR

Um projeto de investimento, cujo aporte de capital inicial é de R\$ 20.000,00, irá gerar, após um período, retorno de R\$ 35.000,00.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) desse investimento é:

- a) 34%
- b) 43%
- c) 75%
- d) 175%
- e) 275%

- 35.** (18423) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESPE | CEF | 2010

ASSUNTOS: DESCONTO COMERCIAL SIMPLES

Se, ao descontar uma promissória com valor de face de R\$ 5.000,00, seu detentor receber o valor de R\$ 4.200,00, e se o prazo dessa operação for de 2 meses, então a taxa mensal de desconto simples por fora será igual a:

- a) 5%.
- b) 6%.
- c) 7%.
- d) 8%.
- e) 9%.

- 36.** (18450) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESGRANRIO | BANCO DO BRASIL | 2010

ASSUNTOS: SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE (TABELA SAC)

Considere um financiamento de R\$ 100.000,00, sem entrada, a ser pago em 100 prestações mensais, pelo Sistema de Amortização Constante (SAC). Sabendo-se que a taxa de juros, no regime de juros compostos, é de 1% ao mês, a prestação inicial, se o prazo de pagamento for duplicado, será reduzida em:

- a) 100%
- b) 50%

- c) 25%
- d) 10%
- e) 5%

- 37.** (3604) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESGRANRIO | CMB | 2012

ASSUNTOS: JUROS SIMPLES

Uma quantia de R\$ 20.000,00 aplicada a uma taxa de 2% ao mês no regime de juros compostos, ao final de três meses, gera um montante, em reais, de:

- a) 20.120,24
- b) 21.200,00
- c) 21.224,16
- d) 26.000,00
- e) 34.560,00

- 38.** (18403) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: JUROS COMPOSTOS

Uma aplicação financeira, realizada pelo regime de juros compostos à taxa de 20% ao ano, gerou, em cinco anos, um montante de R\$ 2.488,00. Qual foi o capital aplicado nessa operação?

n	10%	20%	30%	40%	50%
1	1,100	1,200	1,300	1,400	1,500
2	1,210	1,440	1,690	1,960	2,250
3	1,331	1,728	2,197	2,744	3,375
4	1,464	2,074	2,856	3,842	5,063
5	1,611	2,488	3,713	5,378	7,594
6	1,772	2,986	4,827	7,530	11,391
7	1,949	3,583	6,275	10,541	17,086
8	2,144	4,300	8,157	14,758	25,629
9	2,358	5,160	10,604	20,661	38,443
10	2,594	6,192	13,786	28,925	57,665
11	2,853	7,430	17,922	40,496	86,498
12	3,138	8,916	23,298	56,694	129,746

- a) R\$ 1.000,00.
- b) R\$ 1.244,00.
- c) R\$ 1.488,00.
- d) R\$ 1.500,00.
- e) R\$ 2.000,00.

39. (18425) MATEMÁTICA FINANCEIRA | CESPE | CEF | 2010

ASSUNTOS: ANÁLISE DE INVESTIMENTO | SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO FRANCÊS (TABELA PRICE - SAF) | VALOR PRESENTE LIQUIDO - VPL

Antônio fez os dois investimentos seguintes, em que ambos pagam juros compostos de 3% ao mês.

I - Três depósitos mensais, consecutivos e iguais a R\$ 2.000,00; o primeiro foi feito no dia 1.º/3/2009.

II - Dois depósitos mensais, consecutivos e iguais a R\$ 3.000,00; o primeiro foi feito no dia 1.º/3/2009.

Considerando sejam, respectivamente, os montantes das aplicações I e II na data do terceiro depósito correspondente ao investimento I, assinale a opção correta.

- a) $M_2 - M_1 = R\$ 90,90$.
- b) $M_2 - M_1 = R\$ 45,45$.
- c) $M_2 - M_1$.
- d) $M_1 - M_2 = R\$ 90,90$.
- e) $M_1 - M_2 = R\$ 45,45$.

40. (18448) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2010

ASSUNTOS: ANÁLISE DE INVESTIMENTO | VALOR PRESENTE LIQUIDO - VPL

Uma máquina com vida útil de 3 anos é adquirida hoje (data 0) produzindo os respectivos retornos: R\$ 0,00 no final do primeiro ano, R\$ 51.480,00 no final do segundo ano e R\$ 62.208,00 no final do terceiro ano. O correspondente valor para a taxa interna de retorno encontrado foi de 20% ao ano. Então, o preço de aquisição da máquina na data 0 é de:

- a) R\$ 71.250,00.
- b) R\$ 71.500,00.
- c) R\$ 71.750,00.
- d) R\$ 78.950,00.
- e) R\$ 86.100,00.

41. (18391) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: PORCENTAGEM

Uma empresa do ramo financeiro investiu 8% do seu faturamento bruto anual em publicidade, o que corresponde a R\$ 256.000.000,00. O faturamento bruto dessa empresa, portanto, atingiu, nesse ano, a cifra de:

- a) R\$ 1.280.000.000,00.
- b) R\$ 2.560.000.000,00.
- c) R\$ 3.200.000.000,00.
- d) R\$ 5.120.000.000,00.
- e) R\$ 6.100.000.000,00.

42. (18386) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: PORCENTAGEM

Um trabalhador recebeu dois aumentos sucessivos, de 20% e de 30%, sobre o seu salário. Desse modo, o percentual de aumento total sobre o salário inicial desse trabalhador foi de:

n	10%	20%	30%	40%	50%
1	1,100	1,200	1,300	1,400	1,500
2	1,210	1,440	1,690	1,960	2,250
3	1,331	1,728	2,197	2,744	3,375
4	1,464	2,074	2,856	3,842	5,063
5	1,611	2,488	3,713	5,378	7,594
6	1,772	2,986	4,827	7,530	11,391
7	1,949	3,583	6,275	10,541	17,086
8	2,144	4,300	8,157	14,758	25,629
9	2,358	5,160	10,604	20,661	38,443
10	2,594	6,192	13,786	28,925	57,665
11	2,853	7,430	17,922	40,496	86,498
12	3,138	8,916	23,298	56,694	129,746

- a) 30%.
- b) 36%.
- c) 50%.
- d) 56%.
- e) 66%.

43. (18389) MATEMÁTICA FINANCEIRA | FDRH | BANRISUL | 2010

ASSUNTOS: DESCONTO COMERCIAL
SIMPLES

Um título, cujo valor de face é R\$ 7.000,00, foi descontado 60 dias antes do seu vencimento, por meio de uma operação de desconto bancário simples, à taxa de desconto de 10% ao mês.

O valor atual do título, ou seja, o valor de face do título menos o desconto, é de:

- a) R\$ 1.000,00.
- b) R\$ 5.600,00.
- c) R\$ 6.000,00.
- d) R\$ 6.300,00.
- e) R\$ 8.750,00.

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no link a seguir.

<http://www.acasadasquestoes.com.br/prova-historico.php?prova=22501>

Gabário: 1. (18424) E 2. (18399) C 3. (18420) E 4. (18395) C 5. (18392) A 6. (18415) A 7. (18451) A 8. (18444) C 9. (18432) B 10. (18421) B 11. (18388) E 12. (18404) C 13. (3578) C 14. (18443) E 15. (18385) D 16. (18449) D 17. (18439) D 18. (18390) D 19. (18447) B 20. (18396) A 21. (18427) B 22. (18398) C 23. (3586) B 24. (18433) B 25. (18454) Errado 26. (18413) B 27. (18394) E 28. (18453) Errado 29. (18422) E 30. (18417) B 31. (18431) C 32. (18446) E 33. (18426) A 34. (18410) C 35. (18423) D 36. (18450) C 37. (3604) C 38. (18403) A 39. (18425) A 40. (18448) C 41. (18391) C 42. (18386) D 43. (18389) B



casa do
concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Matemática

Professor: Dudan



Razão e Proporção

Razão

A palavra razão vem do latim *ratio* e significa a divisão ou o quociente entre dois números A e B, denotada por $\frac{A}{B}$.

Exemplo: A razão entre 12 e 3 é 4, pois $\frac{12}{3} = 4$.

Proporção

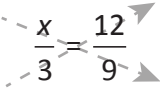
Já a palavra proporção vem do latim *proportione* e significa uma relação entre as partes de uma grandeza, ou seja, é uma igualdade entre duas razões.

Exemplo: $\frac{6}{3} = \frac{10}{5}$, a proporção $\frac{6}{3}$ é proporcional a $\frac{10}{5}$.

Se numa proporção temos $\frac{A}{B} = \frac{C}{D}$, então os números A e D são denominados extremos enquanto os números B e C são os meios e vale a propriedade: o produto dos meios é igual ao produto dos extremos, isto é:

$$A \times D = C \times B$$

Exemplo: Dada a proporção $\frac{x}{3} = \frac{12}{9}$, qual o valor de x?

 logo $9 \cdot x = 3 \cdot 12 \rightarrow 9x = 36$ e portanto $x = 4$

Exemplo: Se A, B e C são proporcionais a 2, 3 e 5,

logo: $\frac{A}{2} = \frac{B}{3} = \frac{C}{5}$

Dica

DICA: Observe a ordem com que os valores são enunciados para interpretar corretamente a questão.

- Exemplos: A razão entre a e b é a/b e não b/a!!!

A sua idade e a do seu colega são proporcionais a 3 e 4,

logo $\frac{\text{sua idade}}{\text{idade do colega}} = \frac{3}{4}$.

Faça você

1. A razão entre o preço de custo e o preço de venda de um produto é $\frac{2}{3}$. Se for vendida a R\$ 42,00 qual o preço de custo?
2. A razão entre dois números P e Q é 0,16. Determine P+Q, sabendo que eles são primos entre si?
3. (FCC - 2004 - TRE-PE) No almoxarifado de um Órgão Público há um lote de pastas, x das quais são na cor azul e as y restantes na cor verde. Se $\frac{x}{y} = \frac{9}{11}$, a porcentagem de pastas azuis no lote é de
 - a) 81%.
 - b) 55%.
 - c) 52%.
 - d) 45%.
 - e) 41%.
4. A razão entre os números (x + 3) e 7 é igual à razão entre os números (x - 3) e 5. Nessas condições o valor de x é?

Grandezas diretamente proporcionais

A definição de grandeza está associada a tudo aquilo que pode ser medido ou contado. Como exemplo, citamos: comprimento, tempo, temperatura, massa, preço, idade e etc.

As grandezas diretamente proporcionais estão ligadas de modo que à medida que uma grandeza aumenta ou diminui, a outra altera de forma proporcional.

Grandezas diretamente proporcionais, explicando de uma forma mais informal, são grandezas que crescem juntas e diminuem juntas. Podemos dizer também que nas grandezas diretamente proporcionais uma delas varia na mesma razão da outra. Isto é, duas grandezas são diretamente proporcionais quando, dobrando uma delas, a outra também dobra; triplicando uma delas, a outra também triplica... E assim por diante.

Exemplo:

Um automóvel percorre 300 km com 25 litros de combustível. Caso o proprietário desse automóvel queira percorrer 120 km, quantos litros de combustível serão gastos?

300 km → 25 litros
120 km → x litros

$$\frac{300}{120} = \frac{25}{x} \quad 300 \cdot x = 25 \cdot 120 \quad \rightarrow \quad x = \frac{3000}{300} \quad \rightarrow \quad x = 10$$

Dica

Quando a regra de três é direta multiplicamos em X, regra do "CRUZ CREDO".

Exemplo:

Em uma gráfica, certa impressora imprime 100 folhas em 5 minutos. Quantos minutos ela gastará para imprimir 1300 folhas?

100 folhas → 5 minutos
1300 folhas → x minutos

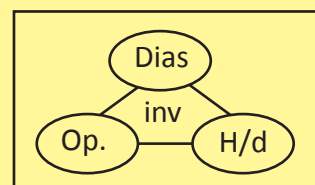
$$\frac{100}{1300} = \frac{5}{x} \quad 100 \cdot x = 5 \cdot 1300 \quad \rightarrow \quad x = \frac{5 \times 1300}{100} = 65 \text{ minutos}$$

Grandeza inversamente proporcional

Entendemos por grandezas inversamente proporcionais as situações onde ocorrem operações inversas, isto é, se dobramos uma grandeza, a outra é reduzida à metade.

São grandezas que quando uma aumenta a outra diminui e vice-versa. Percebemos que variando uma delas, a outra varia na razão inversa da primeira. Isto é, duas grandezas são inversamente proporcionais quando, dobrando uma delas, a outra se reduz pela metade; triplicando uma delas, a outra se reduz para a terça parte... E assim por diante.

Dica!!



Exemplo:

12 operários constroem uma casa em 6 semanas. 8 operários, nas mesmas condições, construiriam a mesma casa em quanto tempo?

12 op. → 6 semanas

8 op. → x semanas

Antes de começar a fazer, devemos pensar: se diminuiu o número de funcionários, será que a velocidade da obra vai aumentar? É claro que não, e se um lado diminui enquanto o outro aumentou, é inversamente proporcional e, portanto, devemos multiplicar lado por lado (em paralelo).

$$8 \cdot x = 12 \cdot 6$$

$$8x = 72$$

$$x = \frac{72}{8} \rightarrow x = 9$$

Dica

Quando a regra de três é inversa, multiplicamos lado por lado, regra da LALA.

Exemplo: A velocidade constante de um carro e o tempo que esse carro gasta para dar uma volta completa em uma pista estão indicados na tabela a seguir:

Velocidade (km/h)	120	60	40
Tempo (min)	1	2	3

Observando a tabela, percebemos que se trata de uma grandeza inversamente proporcional, pois, à medida que uma grandeza aumenta a outra diminui.

Faça você

5. Diga se é diretamente ou inversamente proporcional:
- Número de pessoas em um churrasco e a quantidade (gramas) que terá que ser comprada.
 - A área de um retângulo e o seu comprimento, sendo a largura constante.
 - Número de erros em uma prova e a nota obtida.
 - Número de operários e o tempo necessário para eles construírem uma casa.
 - Quantidade de alimento e o número de dias que poderá sobreviver um náufrago.
6. Se um avião, voando a 500 Km/h, faz o percurso entre duas cidades em 3h, quanto tempo levará se viajar a 750 Km/h?
- 1,5h.
 - 2h.
 - 2,25h.
 - 2,5h.
 - 2,75h.
7. Em um navio com uma tripulação de 800 marinheiros há víveres para 45 dias. Quanto tempo poderíamos alimentar os marinheiros com o triplo de víveres?
- 130.
 - 135.
 - 140.
 - 145.
 - 150.
8. Uma viagem foi feita em 12 dias percorrendo-se 150km por dia. Quantos dias seriam empregados para fazer a mesma viagem, percorrendo-se 200km por dia?
- 5.
 - 6.
 - 8.
 - 9.
 - 10.

Regra de três composta

A regra de três composta é utilizada em problemas com mais de duas grandezas, direta ou inversamente proporcionais. Para não vacilar, temos que montar um esquema com base na análise das colunas completas em relação à coluna do “x”.

Vejamos os exemplos abaixo.

Exemplo:

Em 8 horas, 20 caminhões descarregam 160m³ de areia. Em 5 horas, quantos caminhões serão necessários para descarregar 125m³?

A regra é colocar em cada coluna as grandezas de mesma espécie e deixar o X na segunda linha.

+	-
Horas	Caminhões
8	20
5	x
	Volume
	160
	125

Identificando as relações em relação à coluna que contém o X:

Se em 8 horas, 20 caminhões carregam a areia, em 5 horas, para carregar o mesmo volume, serão **MAIS** caminhões. Então se coloca o sinal de + sobre a coluna Horas.

Se 160 m³ são transportados por 20 caminhões, 125 m³ serão transportados por **MENOS** caminhões. Sinal de - para essa coluna.

Assim, basta montar a equação com a seguinte orientação: ficam no numerador, acompanhando o valor da coluna do x, o **MAIOR** valor da coluna com sinal de +, e da coluna com sinal de -, o **MENOR** valor.

Assim:

$$\frac{20 \times 125 \times 8}{160 \times 5} = 25 \quad \text{Logo, serão necessários } \mathbf{25} \text{ caminhões.}$$

Exemplo:

Numa fábrica de brinquedos, 8 homens montam 20 carrinhos em 5 dias. Quantos carrinhos serão montados por 4 homens em 16 dias?

Solução: montando a tabela:

-	+	
Homens	Carrinhos	Dias
8	20	5
4	x	16

Observe que se **8** homens montam 20 carrinhos, então 4 homens montam **MENOS** carrinhos. Sinal de - nessa coluna.

Se em 5 dias se montam 20 carrinhos, então em 16 dias se montam **MAIS** carrinhos. Sinal de +.

Montando a equação: $x = \frac{20 \times 4 \times 16}{8 \times 5} = 32$

Logo, serão montados 32 carrinhos.

Faça você

9. (FCC - 2012) Franco e Jade foram incumbidos de digitar os laudos de um texto. Sabe-se que ambos digitaram suas partes com velocidades constantes e que a velocidade de Franco era 80% de Jade. Nessas condições, se Jade gastou 10 min para digitar 3 laudos, o tempo gasto por Franco para digitar 24 laudos foi?
- a) 1h e 15 min.
 - b) 1h e 20 min.
 - c) 1h e 30 min.
 - d) 1h e 40 min.
 - e) 2h.
10. Num acampamento, 10 escoteiros consumiram 4 litros de água em 6 dias. Se fossem 7 escoteiros, em quantos dias consumiriam 3 litros de água?
- a) 6,50.
 - b) 6,45.
 - c) 6,42.
 - d) 6,52.
 - e) 6,5.
11. (FCC - 2011) Em uma campanha publicitária, foram encomendados, em uma gráfica, quarenta e oito mil folhetos. O serviço foi realizado em seis dias, utilizando duas máquinas de mesmo rendimento, oito horas por dia. Dado o sucesso da campanha, uma nova encomenda foi feita, sendo desta vez de setenta e dois mil folhetos. Com uma das máquinas quebradas, a gráfica prontificou-se a trabalhar doze horas por dia, entregando a encomenda em
- a) 7 dias.
 - b) 8 dias.
 - c) 10 dias.
 - d) 12 dias.
 - e) 15 dias.

Propriedade das proporções

Imaginem uma receita de bolo.

1 receita:

A

B

4 xícaras de farinha - 6 ovos - 240 ml de leite - 180 g de açúcar

½ receita:

C

D

2 xícaras de farinha - 3 ovos - 120 ml de leite - 90 g de açúcar

2 receitas:

E

F

8 xícaras de farinha - 12 ovos - 480 ml de leite - 360 g de açúcar

Então se houver,

G

H

14 xícaras de farinha - x ovos - y ml de leite - z g de açúcar

Teremos que calcular x, y e z por regra de três (Proporções).

$$1. \frac{A}{C} = \frac{B}{D} \text{ ou } \frac{A}{B} = \frac{C}{D}$$

$$2. \frac{A+B}{A} = \frac{C+D}{C} \text{ ou } \frac{A+B}{A} = \frac{B+D}{B}$$

Numa proporção, a soma dos dois primeiros termos está para o 2º (ou 1º) termo, assim como a soma dos dois últimos está para o 4º (ou 3º).



Constante de proporcionalidade

Considere as informações na tabela:

A	B
5	10
6	12
7	14
9	18
13	26
15	30

As colunas A e B não são iguais, mas são PROPORCIONAIS.

Então, podemos escrever:

$$5 \propto 10$$

$$6 \propto 12$$

$$9 \propto 18$$

Assim podemos afirmar que:

$$5k = 10$$

$$6k = 12$$

∴

∴

$$9k = 18$$

Onde a constante de proporcionalidade k é igual a dois.

Exemplo:

A idade de meu pai está para a idade do filho assim como 9 está para 4. Determine essas idades sabendo que a diferença entre eles é de 35 anos.

$$\begin{cases} P = 9 \\ F = 4 \\ P - F = 35 \end{cases}$$

Como já vimos as proporções ocorrem tanto “verticalmente” como “horizontalmente”. Então podemos dizer que:

P está para 9 assim como F está para 4. Simbolicamente, $P \propto 9$, $F \propto 4$.

Usando a propriedade de que “toda proporção se transforma em uma igualdade quando multiplicada por uma constante”, temos:

$$P = 9k \text{ e } F = 4k$$

Logo a expressão fica:

$$P - F = 35$$

$$9k - 4k = 35$$

$$5k = 35$$

$$K = 7$$

$$\text{Assim, } P = 9 \times 7 = 63 \text{ e } F = 4 \times 7 = 28$$

Divisão proporcional

Podemos definir uma DIVISÃO PROPORCIONAL, como uma forma de divisão no qual se determinam valores que, divididos por quocientes previamente determinados, mantêm-se uma razão constante (que não tem variação).

Exemplo:

Vamos imaginar que temos 120 bombons para distribuir em partes diretamente proporcionais a 3, 4 e 5, entre 3 pessoas A, B e C, respectivamente:

Num total de 120 bombons, k representa a quantidade de bombons que cada um receberá.

Pessoa A - $\underline{k} \ \underline{k} \ \underline{k} = 3k$

Pessoa B - $\underline{k} \ \underline{k} \ \underline{k} \ \underline{k} = 4k$

Pessoa C - $\underline{k} \ \underline{k} \ \underline{k} \ \underline{k} \ \underline{k} = 5k$

Se $A + B + C = 120$ então $3k + 4k + 5k = 120$

$3k + 4k + 5k = 120$ logo $12k = 120$ e assim $k = 10$

Pessoa A receberá $3 \cdot 10 = 30$

Pessoa B receberá $4 \cdot 10 = 40$

Pessoa C receberá $5 \cdot 10 = 50$

Exemplo:

Dividir o número 810 em partes diretamente proporcionais a $\frac{2}{3}$, $\frac{3}{4}$ e $\frac{5}{6}$.

Primeiramente tiramos o mínimo múltiplo comum entre os denominadores 3, 4 e 6.

$$\frac{2}{3} \ \frac{3}{4} \ \frac{5}{6} = \frac{\textcircled{8}}{12} \ \frac{\textcircled{9}}{12} \ \frac{\textcircled{10}}{12}$$

Depois de feito o denominador e encontrado frações equivalentes a $\frac{2}{3}$, $\frac{3}{4}$ e $\frac{5}{6}$ com denominador 12 trabalharemos apenas com os numeradores ignorando o denominador, pois como ele é comum nas três frações não precisamos trabalhar com ele mais.

Podemos então dizer que:

$$8K + 9K + 10K = 810$$

$$27K = 810$$

$$K = 30.$$

Por fim multiplicamos,

$$8 \cdot 30 = 240$$

$$9 \cdot 30 = 270$$

$$10 \cdot 30 = 300$$

240, 270 e 300.



Exemplo:

Dividir o número 305 em partes **inversamente proporcionais** a $3/8$, 5 e $5/6$.

O que muda quando diz inversamente proporcional? Simplesmente invertemos as frações pelas suas inversas.

$$\frac{3}{8} \rightarrow \frac{8}{3}$$

$$5 \rightarrow \frac{1}{5}$$

Depois disto usamos o mesmo método de cálculo.

$$\frac{5}{6} \rightarrow \frac{6}{5}$$

$$\frac{8}{3} \frac{1}{5} \frac{6}{5} = \frac{40}{15} \frac{3}{15} \frac{18}{15}$$

Ignoramos o denominador e trabalhamos apenas com os numeradores.

$$40K + 3K + 18K = 305 \text{ logo } 61K = 305 \text{ e assim } K = 5$$

Por fim,

$$40 \cdot 5 = 200$$

$$3 \cdot 5 = 15$$

$$18 \cdot 5 = 90$$

$$200, 15 \text{ e } 90$$

Exemplo:

Dividir o número 118 em partes simultaneamente proporcionais a 2, 5, 9 e 6, 4 e 3.

Como a razão é direta, basta multiplicarmos suas proporcionalidades na ordem em que foram apresentadas em ambas.

$$2 \times 6 = 12$$

$$5 \times 4 = 20$$

$$9 \times 3 = 27$$

$$\text{logo, } 12K + 20K + 27K =$$

$$118 \text{ à } 59K = 118 \text{ daí}$$

$$K = 2$$

Tendo então,

$$12 \cdot 2 = 24$$

$$20 \cdot 2 = 40$$

$$27 \cdot 2 = 54$$

24, 40 e 54.

Casos particulares

João, sozinho, faz um serviço em 10 dias. Paulo, sozinho, faz o mesmo serviço em 15 dias. Em quanto tempo fariam juntos esse serviço?

Primeiramente, temos que padronizar o trabalho de cada um, neste caso já está padronizado, pois ele fala no trabalho completo, o que poderia ser dito a metade do trabalho feito em um certo tempo.

Se Paulo faz o trabalho em 10 dias, isso significa que ele faz $1/10$ do trabalho por dia.

Na mesma lógica, João faz $1/15$ do trabalho por dia.

Juntos o rendimento diário é de $\frac{1}{10} + \frac{1}{15} = \frac{3}{30} + \frac{2}{30} = \frac{5}{30} = \frac{1}{6}$

Se em um dia eles fazem $1/6$ do trabalho em 6 dias os dois juntos completam o trabalho.

Sempre que as capacidades forem diferentes, mas o serviço a ser feito for o mesmo,

seguimos a seguinte regra: $\frac{1}{t_1} + \frac{1}{t_2} = \frac{1}{t_r(\text{tempo total})}$

Faça você

12. Se $\frac{x}{9} = \frac{y}{13}$ e $x + y = 154$ determine x e y :

13. Se $x + y = \frac{21}{10}$ e $\frac{x}{y} = \frac{5}{16}$ Determine x e y .

14. A idade do pai está para a idade do filho assim como 7 está para 3. Se a diferença entre essas idades é 32 anos, determine a idade de cada um.

15. Sabendo-se que $x - y = 18$, determine x e y na proporção $\frac{x}{y} = \frac{5}{2}$.

16. Os salários de dois funcionários do Tribunal são proporcionais às suas idades que são 40 e 25 anos. Se os salários somados totalizam R\$9100,00 qual a diferença de salário destes funcionários?

17. A diferença entre dois números é igual a 52. O maior deles está para 23, assim como o menor está para 19. Que números são esses?

18. Dividir o número 180 em partes diretamente proporcionais a 2,3 e 4.
19. Dividir o número 540 em partes diretamente proporcionais a $\frac{2}{3}$, $\frac{3}{4}$ e $\frac{5}{6}$.
20. Dividir o número 48 em partes inversamente proporcionais a $\frac{1}{3}$, $\frac{1}{5}$ e $\frac{1}{8}$.
21. Divida o número 250 em partes diretamente proporcionais a 15, 9 e 6.
Dica: trabalhar com a fração, nunca com dizima periódica.
22. Dividir o número 148 em partes diretamente proporcional a 2, 6 e 8 e inversamente proporcionais a $\frac{1}{4}$, $\frac{2}{3}$ e 0,4.
23. Dividir o número 670 em partes inversamente proporcionais simultaneamente a $\frac{2}{5}$, 4, 0,3 e 6, $\frac{3}{2}$ e $\frac{2}{3}$.

24. Divida o número 579 em partes diretamente proporcionais a 7, 4 e 8 e inversamente proporcionais a 2, 3 e 5, respectivamente.

25. Uma herança foi dividida entre 3 pessoas em partes diretamente proporcionais às suas idades que são 32, 38 e 45.

Se o mais novo recebeu R\$ 9 600, quanto recebeu o mais velho?

26. Uma empresa dividiu os lucros entre seus sócios, proporcionais a 7 e 11. Se o 2º sócio recebeu R\$ 20 000 a mais que o 1º sócio, quanto recebeu cada um?

27. Os três jogadores mais disciplinados de um campeonato de futebol amador irão receber um prêmio de R\$ 3.340,00 rateados em partes inversamente proporcionais ao número de faltas cometidas em todo o campeonato. Os jogadores cometeram 5, 7 e 11 faltas. Qual a premiação referente a cada um deles respectivamente?

28. Quatro amigos resolveram comprar um bolão da loteria. Cada um dos amigos deu a seguinte quantia: Carlos: R\$ 5,00 Roberto: R\$ 4,00 Pedro: R\$ 8,00 João: R\$ 3,00

Se ganharem o prêmio de R\$ 500.000,00, quanto receberá cada amigo, considerando que a divisão será proporcional à quantia que cada um investiu?

- 29.** Certo mês o dono de uma empresa concedeu a dois de seus funcionários uma gratificação no valor de R\$ 500. Essa gratificação foi dividida entre eles em partes que eram diretamente proporcionais aos respectivos números de horas de plantões que cumpriram no mês e, ao mesmo tempo, inversamente proporcional à suas respectivas idades. Se um dos funcionários tem 36 anos e cumpriu 24h de plantões e, outro, de 45 anos cumpriu 18h, coube ao mais jovem receber:
- a) R\$ 302,50.
 - b) R\$ 310,00.
 - c) R\$ 312,50.
 - d) R\$ 325,00.
 - e) R\$ 342,50.
- 30.** Três sócios formam uma empresa. O sócio A entrou com R\$ 2 000 e trabalha 8h/dia. O sócio B entrou com R\$ 3 000 e trabalha 6h/dia. O sócio C entrou com R\$ 5 000 e trabalha 4h/dia. Se, na divisão dos lucros o sócio B recebe R\$ 90 000, quanto recebem os demais sócios?
- 31.** Uma torneira enche um tanque em 3 h, sozinho. Outra torneira enche o mesmo tanque em 4 h, sozinho. Um ralo esvazia todo o tanque sozinho em 2 h. Estando o tanque vazio, as 2 torneiras abertas e o ralo aberto, em quanto tempo o tanque encherá?
- 32.** Através de um contrato de trabalho, ficou acertado que 35 operários construiriam uma casa em 32 dias, trabalhando 8 horas diárias. Decorridos 8 dias, apesar de a obra estar transcorrendo no ritmo previsto, novo contrato foi confirmado: trabalhando 10 horas por dia, 48 operários terminariam a obra. O número de dias gasto, ao todo, nesta construção foi:
- a) 14.
 - b) 19.
 - c) 22.
 - d) 27.
 - e) 50.

- 33.** Uma fazenda tem 30 cavalos e ração estocada para alimentá-los durante 2 meses. Se forem vendidos 10 cavalos e a ração for reduzida à metade. Os cavalos restantes poderão ser alimentados durante:
- a) 3 meses.
 - b) 4 meses.
 - c) 45 dias.
 - d) 2 meses.
 - e) 30 dias.
- 34.** Uma ponte foi construída em 48 dias por 25 homens, trabalhando-se 6 horas por dia. Se o número de homens fosse aumentado em 20% e a carga horária de trabalho em 2 horas por dia, esta ponte seria construída em:
- a) 24 dias.
 - b) 30 dias.
 - c) 36 dias.
 - d) 40 dias.
 - e) 45 dias
- 35.** Usando um ferro elétrico 20 minutos por dia, durante 10 dias, o consumo de energia será de 5 kWh. O consumo do mesmo ferro elétrico se ele for usado 70 minutos por dia, durante 15 dias sera de.
- a) 25 kWh.
 - b) 25,5 kWh.
 - c) 26 kWh.
 - d) 26,25 kWh.
 - e) 26,5 kWh.
- 36.** Trabalhando oito horas por dia, durante 16 dias, Pedro recebeu R\$ 2 000,00. Se trabalhar 6 horas por dia, durante quantos dias ele deverá trabalhar para receber R\$ 3000,00?
- a) 30 dias.
 - b) 31 dias.
 - c) 32 dias.
 - d) 33 dias.
 - e) 34 dias.

- 37.** Cinco trabalhadores de produtividade padrão e trabalhando individualmente, beneficiam todo, 40 kg de castanha por dia de trabalho referente a 8 horas. Considerando que existe uma encomenda de 1,5 toneladas de castanha para ser entregue em 15 dias úteis, quantos trabalhadores de produtividade padrão devem ser utilizados para que se atinja a meta pretendida, trabalhando dez horas por dia?
- a) 10.
b) 11.
c) 12.
d) 13.
e) 14.
- 38.** Uma montadora de automóveis demora 20 dias trabalhando 8 horas por dia, para produzir 400 veículos. Quantos dias serão necessários para produzir 50 veículos, trabalhando 10 horas ao dia?
- a) 10.
b) 2.
c) 30.
d) 40.
e) 50.
- 39.** Certa herança foi dividida de forma proporcional às idades dos herdeiros, que tinham 35, 32 e 23 anos. Se o mais velho recebeu R\$ 525,00 quanto coube o mais novo?
- a) R\$ 230,00.
b) R\$ 245,00.
c) R\$ 325,00.
d) R\$ 345,00.
e) R\$ 350,00.

Gabarito:

1. R\$28,00 2. 29 3. D 4. 18 5. * 6. B 7. B 8. D 9. D 10. C 11. D 12. $x = 63 / y = 91$ 13. $x = 0,5 / y = 1,6$
14. 56 e 24 15. 30 e 12 16. R\$ 2100 17. 299 e 247 18. 40,60 e 80 19. 160, 180 e 200 20. 9,15 e 24 21. 125,75 e 50
22. 32,36 e 80 23. 50,20 e 600 24. 315, 120 e 144 25. R\$ 13500 26. R\$35000 e R\$ 55000 27. R\$ 1540, R\$ 1100 e R\$ 700
28. R\$ 125000, R\$10000, R\$200000 e R\$75000 29. C 30. R\$80000, R\$ 90000 e R\$100000 31. 12 h 32. C 33. C 34. B 35. D
36. C 37. A 38. B 39. D



1. **(16031)** MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | A CASA DAS QUESTÕES | 2013 ASSUNTOS: PROPORÇÃO

Após uma semana de trabalho intenso e muitas ocorrências atendidas, 2 policiais decidiram dividir a digitação dos Boletins referentes a cada atendimento para agilizar o trabalho. Essa divisão seria feita de maneira inversamente proporcional ao tempo de serviço e à idade de cada um deles que eram de 6 e 9 anos e 27 e 33 anos respectivamente.

Feita a divisão constatou-se que o policial mais novo havia ficado com 165 Boletins a mais que o policial com mais tempo de serviço logo pode-se afirmar que a quantidade total de boletins digitados por eles será superior a 450.

Certo Errado

2. **(16200)** MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | TCE | 2013 ASSUNTOS: DIVISÃO PROPORCIONAL

Paulo e Bruno são funcionários de um tribunal. Certo dia eles resolveram dividir os processos a serem analisados de maneira proporcional às suas idades, 30 e 36 anos, e também inversamente proporcional ao tempo de serviço de cada um deles, 4 e 6 anos, respectivamente. Sabe-se que há 351 processos a serem analisados pela dupla.

Sendo assim Paulo analisou mais de 200 processos.

Certo Errado

3. (16034) MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | A CASA DAS QUESTÕES | 2013 ASSUNTOS: PROPORÇÃO

Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) revelaram que, no biênio 2004/2005, nas rodovias federais, os atropelamentos com morte ocuparam o segundo lugar no ranking de mortalidade por acidente. A cada 34 atropelamentos, ocorreram 10 mortes. Cerca de 4 mil atropelamentos/ano, um a cada duas horas, aproximadamente.

Sabendo que dois peritos foram incumbidos de revisar todos os laudos referentes aos acidentes de um determinado mês, que um deles consegue revisa-los em 8 h trabalhando de maneira ininterrupta e constante e o outro perito faz o mesmo serviço em 5 h , podemos afirmar que juntos eles conseguiriam revisar todos os laudos em menos de 3 horas.

() Certo () Errado

4. (7215) MATEMÁTICA | CESPE | CORREIOS | 2011 ASSUNTOS: REGRA DE TRÊS COMPOSTA | REGRA DE TRÊS SIMPLES


Estima-se que, em uma agência dos Correios, um grupo de 6 funcionários igualmente eficientes atenda 100 clientes em 45 minutos. Nessa situação, se outros 4 funcionários, com a mesma eficiência dos primeiros, forem adicionados ao grupo, então essas 100 pessoas serão atendidas em

- a) 27 minutos.
- b) 30 minutos.
- c) 35 minutos.
- d) 40 minutos.
- e) 18 minutos.

5. (7220) MATEMÁTICA | CESPE | CORREIOS | 2011 ASSUNTOS: PROPORÇÃO | REGRA DE TRÊS SIMPLES

Considere que, independentemente de outros fatores, os valores de tarifa cobrada sobre o valor declarado e o valor declarado sejam números diretamente proporcionais. Nesse caso, se um cidadão paga R\$ 180,35 ao postar uma correspondência com valor declarado de R\$ 1.500,00, em uma caixa de encomenda idêntica à citada no texto, com o mesmo valor do aviso de recebimento, com a mesma origem e o mesmo destino, o valor do frete é

Cálculo de preços e prazos de entrega

Está sem tempo?  Endereçador

SEDEX
MAGALHÃES

	Origem	Destino
CEP:	XXXXX-XXX	YYYYYY-YYY
Endereço	A	Rua B
Bairro	C	D
Cidade/UF	E	G
Prazo de entrega	dia da postagem + 2 dias úteis	
Valor do frete	R\$ 136,90	
Serviços opcionais	aviso de recebimento: R\$ 2,80 valor declarado: R\$ 1.200,00 – Tarifa: R\$ 11,00 caixa de encomenda (54 cm x 36 cm x 27 cm): R\$ 14,45	
Valor total	R\$ 165,15	

Figura adaptada, com informações hipotéticas, em um simulador de preços e prazos de entrega, no site www.correios.com.br.

- a) superior a R\$ 150,00 e inferior a R\$ 155,00.
- b) superior a R\$ 155,00 e inferior a R\$ 160,00.
- c) superior a R\$ 160,00 e inferior a R\$ 165,00.
- d) superior a R\$ 165,00.
- e) inferior a R\$ 150,00.

6. (3914) MATEMÁTICA | CESGRANRIO | PETROBRÁS | 2011 ASSUNTOS: PROBABILIDADE

Um menino guardou seis notas em uma caixa, sendo uma de R\$ 10,00, duas de R\$ 5,00 e as restantes de R\$ 2,00. Se ele retirar, ao acaso, duas notas dessa caixa, a probabilidade de que o valor retirado seja superior a R\$ 10,00 será de:

- a) $1/6$
- b) $1/3$
- c) $2/5$
- d) $4/15$
- e) $7/30$

7. (16037) MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | A CASA DAS QUESTÕES | 2013 ASSUNTOS: REGRA DE TRÊS COMPOSTA

Durante um dia de fiscalização num posto policial foram levantados os seguintes dados acerca da quantidade de passageiros transportados nos veículos de passeio averiguados:

Número de Veículos	Número de Passageiros
12	1
26	2
28	3
17	4
10	5
7	6

Se 5 policiais trabalhando 8 horas por dia durante 9 dias conseguem fiscalizar 900 carros , podemos afirmar que 8 policiais trabalhando 6 horas por dia durante 10 dias fiscalizariam mais de 1100 carros.

() Certo () Errado

8. (3942) MATEMÁTICA | CESPE | BRB | 2011 ASSUNTOS: REGRA DE TRÊS COMPOSTA

O gerente de um banco formou uma equipe de escriturários para efetivar a abertura das contas-correntes dos 1.920 empregados de uma empresa. Sabe-se que, nessa equipe, cada escriturário efetiva a abertura da conta de um empregado da empresa em 5 minutos, que todos os escriturários trabalham no mesmo ritmo, e que esse trabalho será concluído em 2 dias, trabalhando-se 8 horas em cada dia.

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem. Em 9 horas e 10 minutos de trabalho, 6 escriturários efetivarão a abertura das contas-correntes de 660 empregados da empresa.

() Certo () Errado

9. (3943) MATEMÁTICA | CESPE | BRB | 2011 ASSUNTOS: REGRA DE TRÊS COMPOSTA

O gerente de um banco formou uma equipe de escriturários para efetivar a abertura das contas-correntes dos 1.920 empregados de uma empresa. Sabe-se que, nessa equipe, cada escriturário efetiva a abertura da conta de um empregado da empresa em 5 minutos, que todos os escriturários trabalham no mesmo ritmo, e que esse trabalho será concluído em 2 dias, trabalhando-se 8 horas em cada dia.

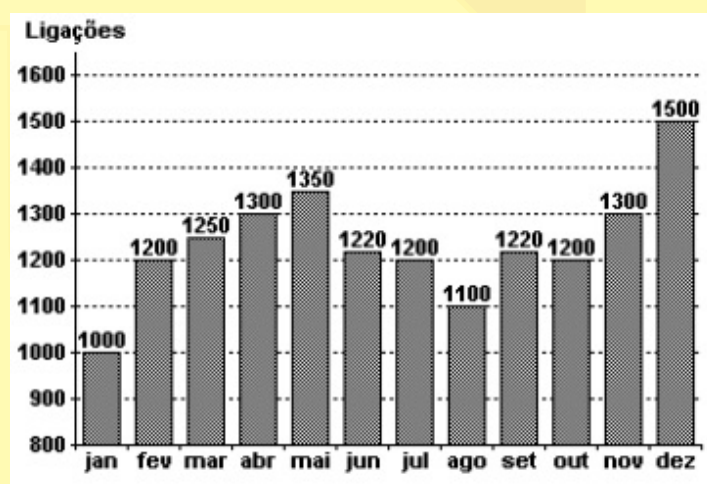
Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

Para abrir as contas-correntes de 312 empregados da empresa, 8 escriturários precisarão trabalhar durante mais de 3 horas e 25 minutos.

() Certo () Errado

10. (16208) MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | A CASA DAS QUESTÕES | 2013 ASSUNTOS: REGRA DE TRÊS COMPOSTA

O Gráfico abaixo representa o número de ligações feitas por um departamento do Tribunal no ano de 2012.



Analisando a conta de telefone do mês de janeiro, um funcionário observou que o valor dela era R\$ 600 e que foram totalizados 270 minutos de ligação, todas realizadas na tarifa integral. Sabe-se que o custo de cada ligação é proporcional ao tempo de duração de cada uma delas.

Caso o funcionário fosse conferir a conta do mês de novembro quando a tarifa era “reduzida”, ou seja, metade da tarifa integral, e visse que seu valor totalizou R\$ 900, logo ele poderia afirmar que o tempo total de ligações feitas nesse mês superaria 13 horas e 20 minutos.

() Certo () Errado

11. (22017) MATEMÁTICA | CESPE | PRF | 2013 ASSUNTOS: PROPORÇÃO | REGRA DE TRÊS COMPOSTA | REGRA DE TRÊS SIMPLES

Considerando que uma equipe de 30 operários, igualmente produtivos, construa uma estrada de 10 km de extensão em 30 dias, julgue os próximos itens.

Se, ao iniciar a obra, a equipe designada para a empreitada receber reforço de uma segunda equipe, com 90 operários igualmente produtivos e desempenho igual ao dos operários da equipe inicial, então a estrada será concluída em menos de $1/5$ do tempo inicialmente previsto.

() Certo () Errado

12. (22016) MATEMÁTICA | CESPE | PRF | 2013 ASSUNTOS: PROPORÇÃO | REGRA DE TRÊS COMPOSTA | REGRA DE TRÊS SIMPLES

Considerando que uma equipe de 30 operários, igualmente produtivos, construa uma estrada de 10 km de extensão em 30 dias, julgue os próximos itens.

Se a tarefa estiver sendo realizada pela equipe inicial de 30 operários e, no início do quinto dia, 2 operários abandonarem a equipe, e não forem substituídos, então essa perda ocasionará atraso de 10 dias no prazo de conclusão da obra.

Para ver a explicação do professor sobre as questões, acesse o link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=160623>



Gabarito: **1.** (3593) B **2.** (3929) A **3.** (3595) A **4.** (3680) E **5.** (3610) C **6.** (11622) E **7.** (3607) D **8.** (18866) D
9. (11602) A **10.** (3602) E **11.** (3682) C



Porcentagem

DEFINIÇÃO: A porcentagem ou porcentage (do latim *per centum*, significando “por cento”, “a cada centena”) é uma medida de razão com base 100 (cem). É um modo de expressar uma proporção ou uma relação entre 2 (dois) valores (um é a parte e o outro é o inteiro) a partir de uma fração cujo denominador é 100 (cem), ou seja, é dividir um número por 100 (cem).

Taxa Unitária

Quando pegamos uma taxa de juros e **dividimos** o seu valor por **100**, encontramos a **taxa unitária**.

A taxa unitária é importante para nos auxiliar a desenvolver todos os cálculos em matemática financeira.

Pense na expressão 20% (vinte **por cento**), ou seja, essa taxa pode ser representada por uma fração cujo numerador é igual a 20 e o denominador é igual a 100.

Como Fazer

$$10\% = \frac{10}{100} = 0,10$$

$$20\% = \frac{20}{100} = 0,20$$

$$5\% = \frac{5}{100} = 0,05$$

$$38\% = \frac{38}{100} = 0,38$$

$$1,5\% = \frac{1,5}{100} = 0,015$$

$$230\% = \frac{230}{100} = 2,3$$

Agora é sua vez

15%	
20%	
4,5%	
254%	
0%	
63%	
24,5%	
6%	

Dica:

A porcentagem vem sempre associada a um elemento, portanto, sempre multiplicado a ele.

Exemplos:

I. Calcule:

a) 20% de 450

b) 30% de 300

c) 40% de 400

d) 75% de 130

e) 215% de 120

f) 30% de 20% de 50

g) 20% de 30% de 50

II. Um jogador de futebol, ao longo de um campeonato, cobrou 75 faltas, transformando em gols 8% dessas faltas. Quantos gols de falta esse jogador fez?

$$8\% \text{ de } 75 = \frac{8}{100} \cdot 75 = \frac{600}{100} = 6$$

Portanto o jogador fez 6 gols de falta.

Fator de Capitalização

Vamos imaginar que certo produto sofreu um aumento de 20% sobre o seu valor inicial. Qual o novo valor deste produto?

Claro que, se não sabemos o valor inicial deste produto, fica complicado para calcularmos, mas podemos fazer a afirmação abaixo:

O produto valia 100% e sofreu um aumento de 20%. Logo, está valendo 120% do seu valor inicial.

Como vimos no tópico anterior (taxas unitárias), podemos calcular qual o fator que podemos utilizar para calcular o novo preço deste produto após o acréscimo.

$$\text{Fator de Capitalização} = \frac{120}{100} = 1,2$$

O Fator de capitalização é um número pelo qual devo multiplicar o preço do meu produto para obter como resultado final o seu novo preço, acrescido do percentual de aumento que desejo utilizar.

Assim, se o meu produto custava R\$ 50,00, por exemplo, basta multiplicar R\$ 50,00 pelo meu fator de capitalização (por 1,2) para conhecer seu novo preço. Nesse exemplo, será de R\$ 60,00.

CALCULANDO O FATOR DE CAPITALIZAÇÃO: Basta somar 1 com a taxa unitária. Lembre-se que $1 = 100/100 = 100\%$

COMO CALCULAR:

- **Acréscimo de 45%** = $100\% + 45\% = 145\% = 145/100 = 1,45$
- **Acréscimo de 20%** = $100\% + 20\% = 120\% = 120/100 = 1,2$

ENTENDENDO O RESULTADO:

Para aumentar o preço do meu produto em 20%, deve-se multiplicar o preço por 1,2.

Exemplo: um produto que custa **R\$ 1.500,00** ao sofrer um **acréscimo de 20%** passará a custar $1.500 \times 1,2$ (fator de capitalização para 20%) = **R\$ 1.800,00**

COMO FAZER:

$$\text{Acréscimo de 30\%} = 100\% + 30\% = 130\% = \frac{130}{100} = 1,3$$

$$\text{Acréscimo de 15\%} = 100\% + 15\% = 115\% = \frac{115}{100} = 1,15$$

$$\text{Acréscimo de 3\%} = 100\% + 3\% = 103\% = \frac{103}{100} = 1,03$$

$$\text{Acréscimo de 200\%} = 100\% + 200\% = 300\% = \frac{300}{100} = 3$$



Agora é a sua vez:

Acréscimo	Cálculo	Fator
15%		
20%		
4,5%		
254%		
0%		
63%		
24,5%		
6%		

Fator de Descapitalização

Vamos imaginar que certo produto sofreu um desconto de 20% sobre o seu valor inicial. Qual novo valor deste produto?

Claro que, se não sabemos o valor inicial deste produto, fica complicado para calcularmos, mas podemos fazer a afirmação abaixo:

O produto valia 100% e sofreu um desconto de 20%. Logo, está valendo 80% do seu valor inicial.

Conforme dito anteriormente, podemos calcular o fator que podemos utilizar para calcular o novo preço deste produto após o acréscimo.

$$\text{Fator de Capitalização} = \frac{80}{100} = 0,8$$

O Fator de descapitalização é o número pelo qual devo multiplicar o preço do meu produto para obter como resultado final o seu novo preço, considerando o percentual de desconto que desejo utilizar.

Assim, se o meu produto custava R\$ 50,00, por exemplo, basta multiplicar R\$ 50,00 pelo meu fator de descapitalização por 0,8 para conhecer seu novo preço, neste exemplo será de R\$ 40,00.

CALCULANDO O FATOR DE DESCAPITALIZAÇÃO: Basta subtrair o valor do desconto expresso em taxa unitária de 1, lembre-se que $1 = 100/100 = 100\%$

COMO CALCULAR:

- **Desconto de 45%** = $100\% - 45\% = 55\% = 55/100 = 0,55$
- **Desconto de 20%** = $100\% - 20\% = 80\% = 80/100 = 0,8$

ENTENDENDO O RESULTADO:

Para calcularmos um desconto no preço do meu produto de 20%, devemos multiplicar o valor desse produto por 0,80.

Exemplo:

Um produto que custa **R\$ 1.500,00** ao sofrer um **desconto de 20%** passará a custar $1.500 \times 0,80$ (fator de descapitalização para 20%) = **R\$ 1.200,00**

COMO FAZER:

$$\text{Desconto de 30\%} = 100\% - 30\% = 70\% = \frac{70}{100} = 0,7$$

$$\text{Desconto de 15\%} = 100\% - 15\% = 85\% = \frac{85}{100} = 0,85$$

$$\text{Desconto de 3\%} = 100\% - 3\% = 97\% = \frac{97}{100} = 0,97$$

$$\text{Desconto de 50\%} = 100\% - 50\% = 50\% = \frac{50}{100} = 0,5$$

-

AGORA É A SUA VEZ:

Desconto	Calculo	Fator
15%		
20%		
4,5%		
254%		
0%		
63%		
24,5%		
6%		

Acréscimo e Desconto Sucessivos

Um tema muito comum abordado nos concursos é os acréscimos e os descontos sucessivos. Isso acontece pela facilidade que os candidatos tem em se confundir ao resolver uma questão desse tipo. O erro cometido nesse tipo de questão é básico: o de somar ou subtrair os percentuais, sendo que na verdade o candidato deveria multiplicar os fatores de capitalização e descapitalização.

Exemplo:

Os bancos vêm aumentando significativamente as suas tarifas de manutenção de contas. Estudos mostraram um aumento médio de 30% nas tarifas bancárias no 1º semestre de 2009 e de 20% no 2º semestre de 2009. Assim, podemos concluir que as tarifas bancárias tiveram em média suas tarifas aumentadas em:

- a) 50%
- b) 30%
- c) 150%
- d) 56%
- e) 20%

Ao ler esta questão, muitos candidatos se deslumbram com a facilidade e quase por impulso marcam como certa a alternativa “a” (a de “apressadinho”).

Ora, estamos falando de acréscimos sucessivos. Vamos considerar que a tarifa média mensal de manutenção de conta no início de 2009 seja de R\$ 100,00, logo após um acréscimo teremos:

$$100,00 \times 1,3 = 130,00$$

Agora, vamos acrescentar mais 20% referente ao aumento dado no 2º semestre de 2009:

$$130,00 \times 1,2 = 156,00$$

Ou seja, as tarifas estão 56,00 mais caras que o início do ano.

Como o valor inicial das tarifas era de R\$ 100,00, concluímos que elas sofreram uma alta de **56%**, e não de 50% como parecia inicialmente.

Como resolver a questão acima de uma forma mais direta:

Basta multiplicar os fatores de capitalização, como aprendemos no tópico 1.3:

- Fator de Capitalização para acréscimo de 30% = 1,3
- Fator de Capitalização para acréscimo de 20% = 1,2

$$1,3 \times 1,2 = 1,56$$

logo, as tarifas sofreram uma alta média de: $1,56 - 1 = 0,56 = 56\%$

DICA: Dois aumentos sucessivos de 10% não implicam num aumento final de 20%.

COMO FAZER**Exemplo Resolvido 1:**

Um produto sofreu em janeiro de 2009 um acréscimo de 20% sobre o seu valor, em fevereiro outro acréscimo de 40% e em março um desconto de 50%. Neste caso podemos afirmar que o valor do produto após a 3ª alteração em relação ao preço inicial é:

- a) 10% maior
- b) 10 % menor
- c) Acréscimo superior a 5%
- d) Desconto de 84%
- e) Desconto de 16%

Resolução:

Fator para um aumento de 20% = $100\% + 20\% = 100/100 + 20/100 = 1 + 0,2 = 1,2$

Aumento de 40% = $100\% + 40\% = 100/100 + 40/100 = 1 + 0,4 = 1,4$

Desconto de 50% = $100\% - 50\% = 100/100 - 50/100 = 1 - 0,5 = 0,5$

Assim: $1,2 \times 1,4 \times 0,5 = \mathbf{0,84}$ (valor final do produto)

Como o valor inicial do produto era de 100% e $100\% = 1$, temos:

$$1 - 0,84 = \mathbf{0,16}$$

Conclui-se então que este produto sofreu um desconto de **16%** sobre o seu valor inicial.

Alternativa E**Exemplo Resolvido 2:**

O professor Ed perdeu 20% do seu peso de tanto “trabalhar” na véspera da prova do concurso público da CEF. Após este susto, começou a se alimentar melhor e acabou aumentando em 25% do seu peso no primeiro mês e mais 25% no segundo mês. Preocupado com o excesso de peso, começou a fazer um regime e praticar esporte conseguindo perder 20% do seu peso. Assim o peso do professor Ed em relação ao peso que tinha no início é:

- a) 8% maior
- b) 10% maior
- c) 12% maior
- d) 10% menor
- e) Exatamente igual

Resolução:

Perda de 20% = $100\% - 20\% = 100/100 - 20/100 = 1 - 0,2 = 0,8$

Aumento de 25% = $100\% + 25\% = 100/100 + 25/100 = 1 + 0,25 = 1,25$

Aumento de 25% = $100\% + 25\% = 100/100 + 25/100 = 1 + 0,25 = 1,25$

Perda de 20% = $100\% - 20\% = 100/100 - 20/100 = 1 - 0,2 = 0,8$

Assim: $0,8 \times 1,25 \times 1,25 \times 0,8 = \mathbf{1}$

Conclui-se então que o professor possui o mesmo peso que tinha no início.

Alternativa E

Exemplo Resolvido 3:

O mercado total de um determinado produto, em número de unidades vendidas, é dividido por apenas duas empresas, D e G, sendo que em 2003 a empresa D teve 80% de participação nesse mercado. Em 2004, o número de unidades vendidas pela empresa D foi 20% maior que em 2003, enquanto na empresa G esse aumento foi de 40%. Assim, pode-se afirmar que em 2004 o mercado total desse produto cresceu, em relação a 2003,

- a) 24 %.
- b) 28 %.
- c) 30 %.
- d) 32 %.
- e) 60 %.

Resolução:

Considerando o tamanho total do mercado em 2003 sendo 100%, e sabendo que ele é totalmente dividido entre o produto D (80%) e o produto G (20%):

	2003	2004
Produto D	0,8	Aumento de 20% = $0,8 * 1,2 = 0,96$
Produto G	0,2	Aumento de 40% = $0,2 * 1,4 = 0,28$
TOTAL:	1	$0,96 + 0,28 = 1,24$

Se o tamanho total do mercado era de 1 em 2003 e passou a ser de 1,24 em 2004, houve um aumento de 24% de um ano para o outro.

Alternativa A

Exemplo Resolvido 4:

Ana e Lúcia são vendedoras em uma grande loja. Em maio elas tiveram exatamente o mesmo volume de vendas. Em junho, Ana conseguiu aumentar em 20% suas vendas, em relação a maio, e Lúcia, por sua vez, teve um ótimo resultado, conseguindo superar em 25% as vendas de Ana, em junho. Portanto, de maio para junho o volume de vendas de Lúcia teve um crescimento de:

- a) 35%.
- b) 45%.
- c) 50%.
- d) 60%.
- e) 65%.

Resolução:

Como não sabemos as vendas em maio, vamos considerar as vendas individuais em 100% para cada vendedora. A diferença para o problema anterior é que, no anterior, estávamos tratando o mercado como um todo. Nesse caso, estamos calculando as vendas individuais de cada vendedora.

	Maio	Junho
Ana	1	Aumento de 20% = $1 * 1,2 = 1,2$
Lúcia	1	Aumento de 25% sobre as vendas de Ana em junho = $1,2 * 1,25 = 1,5$

Como as vendas de Lúcia passaram de 100% em maio para 150% em Junho (de 1 para 1,5), houve um aumento de 50%.

Alternativa C

Faça você

1. Uma mercadoria que custava US\$ 2.400 sofreu um aumento, passando a custar US\$ 2.880. A taxa de aumento foi de:
 - a) 30%.
 - b) 50%.
 - c) 10%.
 - d) 20%.
 - e) 15%.
2. Em um exame vestibular, 30% dos candidatos eram da área de Humanas. Dentre esses candidatos, 20% optaram pelo curso de Direito. Do total dos candidatos, qual a porcentagem dos que optaram por Direito?
 - a) 50%.
 - b) 20%.
 - c) 10%.
 - d) 6%.
 - e) 5%.
3. Uma certa mercadoria que custava R\$ 10,50 teve um aumento, passando a custar R\$ 11,34. O percentual de aumento da mercadoria foi de:
 - a) 1,0%.
 - b) 10,0%.
 - c) 10,8%.
 - d) 8,0%.
 - e) 0,84%.
4. A expressão $(10\%)^2$ é igual a
 - a) 100%.
 - b) 1%.
 - c) 0,1%.
 - d) 10%.
 - e) 0,01%.
5. Dentre os inscritos em um concurso público, 60% são homens e 40% são mulheres. Já têm emprego 80% dos homens e 30% das mulheres. Qual a porcentagem dos candidatos que já tem emprego?
 - a) 60%.
 - b) 40%.
 - c) 30%.
 - d) 24%.
 - e) 12%.

6. Um trabalhador recebeu dois aumentos sucessivos, de 20% e de 30%, sobre o seu salário. Desse modo, o percentual de aumento total sobre o salário inicial desse trabalhador foi de
- 30%.
 - 36%.
 - 50%.
 - 56%..
 - 66%
7. Descontos sucessivos de 20% e 30% são equivalentes a um único desconto de:
- 25%.
 - 26%.
 - 44%.
 - 45%.
 - 50%.
8. Considerando uma taxa mensal constante de 10% de inflação, o aumento de preços em 2 meses será de
- 2%.
 - 4%.
 - 20%.
 - 21%.
 - 121%.
9. Numa melancia de 10 kg, 95% dela é constituída de água. Após desidratar a fruta, de modo que se eliminem 90% da água, pode-se afirmar que a massa restante da melancia será, em kg, igual a
- 1,45.
 - 1,80.
 - 5.
 - 9.
 - 9,5.
10. Um comerciante elevou o preço de suas mercadorias em 50% e divulgou, no dia seguinte uma remarcação com desconto de 50% em todos os preços. O desconto realmente concedido em relação aos preços originais foi de:
- 40%.
 - 36%.
 - 32%.
 - 28%.
 - 25%.

- 11.** Se em uma prova de matemática de 40 questões objetivas, um candidato ao vestibular errar 12 questões, o percentual de acertos será:
- a) 4,8%.
 - b) 12%.
 - c) 26%.
 - d) 52%.
 - e) 70%.
- 12.** Em uma sala onde estão 100 pessoas, sabe-se que 99% são homens. Quantos homens devem sair para que a porcentagem de homens na sala passe a ser 98%?
- a) 1.
 - b) 2.
 - c) 10.
 - d) 50.
 - e) 60.
- 13.** O preço de um bem de consumo é R\$ 100,00. Um comerciante tem um lucro de 25% sobre o preço de custo desse bem. O valor do preço de custo, em reais, é
- a) 25,00.
 - b) 70,50.
 - c) 75,00.
 - d) 80,00.
 - e) 125,00.
- 14.** Um revendedor aumenta o preço inicial de um produto em 35% e, em seguida, resolve fazer uma promoção, dando um desconto de 35% sobre o novo preço. O preço final do produto é
- a) impossível de ser relacionado com o preço inicial.
 - b) superior ao preço inicial.
 - c) superior ao preço inicial, apenas se este for maior do que R\$ 3.500,00.
 - d) igual ao preço inicial.
 - e) inferior ao preço inicial.
- 15.** Calcule
- a) $\sqrt{16\%}$.
 - b) $(10\%)^2$.
 - c) $(20\%)^2$.
 - d) $(1\%)^3$.

Gabarito: 1. D 2. D 3. D 4. B 5. A 6. D 7. C 8. D 9. A 10. E 11. E 12. D 13. D 14. E 15. *

1. Uma pessoa devia R\$ 310,00 e pagou $\frac{3}{5}$ da dívida. Quanto ainda deve?
2. Os $\frac{2}{3}$ de $\frac{5}{3}$ do preço de uma moto equivalem a $\frac{3}{2}$ de $\frac{2}{5}$ do preço de um automóvel avaliado em R\$ 9.600,00. O preço da moto é:
 - a) R\$ 16.000,00.
 - b) R\$ 5.184,00.
 - c) R\$ 5.760,00.
 - d) R\$ 8.640,00.
 - e) R\$ 6.400,00.
3. Quando saí de casa já havia transcorrido $\frac{3}{8}$ do dia. Quando retornei, havia passado $\frac{5}{6}$ do dia. Quanto tempo estive fora?
4. Que horas são quando o tempo já transcorrido do dia é igual a $\frac{5}{11}$ do que resta do dia?
5. Que horas são quando o tempo que já transcorreu do dia corresponde a $\frac{1}{3}$ do que resta do dia?
 - a) 8h.
 - b) 6h.
 - c) 4h.
 - d) 3h.
 - e) 2h.

6. Um agricultor podou $\frac{1}{5}$ das suas árvores no primeiro dia. No segundo dia, podou $\frac{3}{4}$ das árvores que restavam sem podar. E no terceiro dia podou a metade das que sobravam. Se o número total de árvores é 80, quantas árvores ficaram sem podar?

HISTÓRICO	PODADAS	FALTA PODAR
1º DIA		
2º DIA		
3º DIA		

7. Um certo número de árvores frutíferas deveria ser colhida. No primeiro dia, $\frac{5}{12}$ das árvores foram colhidas. No segundo dia, $\frac{4}{7}$ das restantes foram colhidas. No terceiro dia foram colhidas $\frac{2}{5}$ das que ainda não haviam sido tocadas. Se sobraram 90 árvores sem colher, qual o total inicial de árvores que precisavam ser colhidas?

HISTÓRICO	COLHIDAS	FALTA COLHER
1º DIA		
2º DIA		
3º DIA		

8. João gasta $\frac{2}{5}$ do salário no aluguel. Do que sobra, gasta $\frac{3}{7}$ no mercado. Se sobraram, no final, R\$ 120,00, qual é o salário de João?

9. Um negociante recebeu 108 ovos que colocou em 2 cestas. A um freguês vendeu $\frac{1}{3}$ dos ovos da 1ª cesta e a outro $\frac{1}{6}$ dos ovos da 2ª cesta. As duas cestas agora tem o mesmo número de ovos. Quantos ovos havia inicialmente em cada cesta?

10. Determine dois números ímpares consecutivos cuja soma é 56.,

Gabarito: 1. R\$ 124 2. B 3. 11 h 4. 7h 30 min 5. B 6. 8 7. 600 8. R\$ 350,00 9. 1ª Cesta = 60 ovos 2ª Cesta = 48 ovos
10. 27 e 29



1. **(3621)** MATEMÁTICA | CESPE | BANCO DA AMAZÔNIA | 2012 ASSUNTOS: EQUAÇÃO DE 1º GRAU | PORCENTAGEM

A partir dessas informações, julgue os itens que se seguem.

O filho do industrial recebeu 40% da fortuna do pai.

Em seu testamento, um industrial doou $\frac{3}{16}$ de sua fortuna para uma instituição que se dedica à alfabetização de jovens e adultos; $\frac{1}{10}$, para uma entidade que pesquisa medicamentos para combater a doença de Chagas; $\frac{5}{16}$, para sua companheira; e o restante para seu único filho.

Certo Errado

2. **(16201)** MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | TCE | 2013 ASSUNTOS: PORCENTAGEM | REGRA DE TRÊS SIMPLES

Paulo e Bruno são funcionários de um tribunal. Certo dia eles resolveram dividir os processos a serem analisados de maneira proporcional às suas idades, 30 e 36 anos, e também inversamente proporcional ao tempo de serviço de cada um deles, 4 e 6 anos, respectivamente. Sabe-se que há 351 processos a serem analisados pela dupla.

A diferença de processos a serem analisados pelos dois funcionários corresponde a menos de 10% do total de processos.

Certo Errado

3. (7209) MATEMÁTICA | CESPE | CORREIOS | 2011 ASSUNTOS: PORCENTAGEM

Em 2010, entre 2% e 6% da população de uma cidade com 30.000 habitantes enviaram, por ocasião das festividades natalinas, cartões de felicitações a parentes e amigos. Sabe-se que cada habitante enviou, no máximo, um cartão.

Considerando-se que 25% dos referidos cartões tenham sido enviados a moradores de cidades do estado de São Paulo, é correto afirmar que o número que expressa a quantidade de cartões enviada a esse estado está entre

- a) 900 e 1.300.
- b) 1.300 e 1.700.
- c) 1.700 e 2.100.
- d) 100 e 500.
- e) 500 e 900.

4. (7210) MATEMÁTICA | CESPE | CORREIOS | 2011 ASSUNTOS: PORCENTAGEM

Em 2010, entre 2% e 6% da população de uma cidade com 30.000 habitantes enviaram, por ocasião das festividades natalinas, cartões de felicitações a parentes e amigos. Sabe-se que cada habitante enviou, no máximo, um cartão.

Considerando-se que 45 dos cartões enviados pela população da referida cidade tenham sido devolvidos ao remetente, por erro no endereçamento, e que esse número corresponda a 5% dos cartões enviados, é correto afirmar que a porcentagem de habitantes que enviaram cartões de felicitações é igual a

- a) 6%.
- b) 2%.
- c) 3%.
- d) 4%.
- e) 5%.

5. (7222) MATEMÁTICA | CESPE | CORREIOS | 2011 ASSUNTOS: PORCENTAGEM

Na compra de 2 frascos de tira-manchas, cada um deles ao custo de R\$ 9,00; 6 frascos de limpador multiuso, cada um deles ao custo de R\$ 2,00; 4 litros de desinfetante, cada um deles ao custo de R\$ 1,50; e de 6 unidades de esponja dupla face, cada uma delas ao custo de R\$ 2,00; um cliente pagou com 3 notas de R\$ 20,00, tendo recebido R\$ 19,20 de troco.

Nesse caso, o cliente recebeu desconto de

- a) 13%.
- b) 14%.
- c) 15%.
- d) 16%.
- e) 12%.

6. (7217) MATEMÁTICA | CESPE | CORREIOS | 2011 ASSUNTOS: JUROS SIMPLES | PORCENTAGEM

Em convênio firmado com o Banco Postal, uma rede de lojas autorizou esse estabelecimento a receber pagamentos de boletos de clientes da rede. Nos termos do referido convênio, o banco deve cobrar juros simples de 1% a cada dia útil de atraso no pagamento e usar essa mesma taxa para desconto sobre o valor no boleto, denominado valor de face, para cada dia útil de pagamento antecipado.

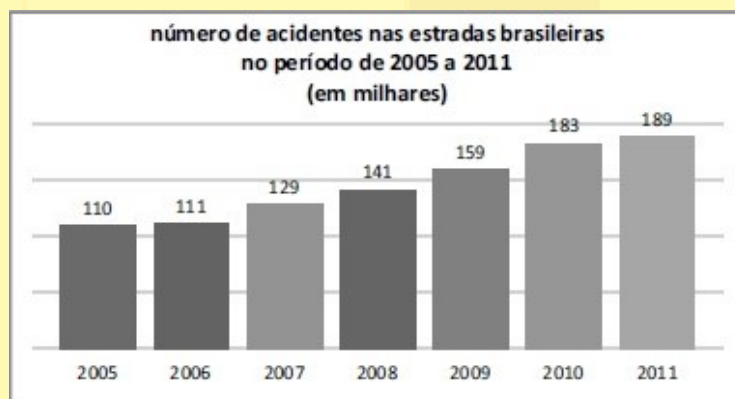
Com base na situação descrita no texto, é correto afirmar que, se um boleto da referida rede de lojas, com valor de face de R\$ 650,00, for pago com 10 dias úteis de atraso, o valor a ser pago será igual a

- a) R\$ 660,00.
- b) R\$ 715,00.
- c) R\$ 718,00.
- d) R\$ 651,00.
- e) R\$ 656,50.

7. (22019) MATEMÁTICA | CESPE | PRF | 2012 ASSUNTOS: PORCENTAGEM

Considerando os dados apresentados no gráfico, julgue os itens seguintes.

O número de acidentes ocorridos em 2008 foi, pelo menos, 26% maior que o número de acidentes ocorridos em 2005.



- () Certo () Errado

8. (16211) MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | TCE | 2013 ASSUNTOS: PORCENTAGEM

Foi feito o levantamento do quadro de pessoal de um departamento do Tribunal, obteve os seguintes dados:

- 28% dos funcionários são mulheres;
- $\frac{1}{6}$ dos homens são menores de 25 anos;
- 85% dos funcionários são maiores de 25 anos.

A porcentagem dos menores de 25 anos que são mulheres é inferior a 21%.

() Certo () Errado

9. (16036) MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | A CASA DAS QUESTÕES | 2013 ASSUNTOS: PORCENTAGEM

Durante um dia de fiscalização num posto policial foram levantados os seguintes dados acerca da quantidade de passageiros transportados nos veículos de passeio averiguados:

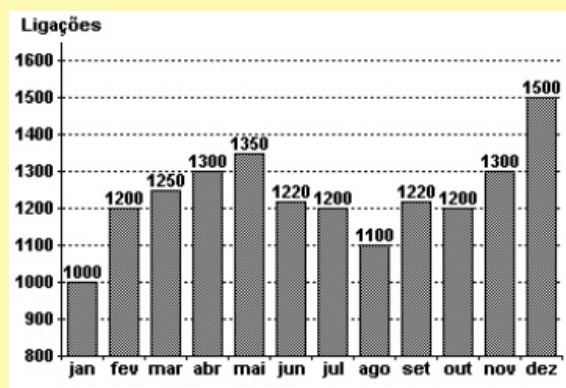
Número de Veículos	Número de Passageiros
12	1
26	2
28	3
17	4
10	5
7	6

Sabendo que a legislação não permite que veículos de passeio transportem mais do que 5 passageiros, é correto afirmar que dos carros averiguados durante este dia menos de 10% estavam desobedecendo tal lei.

() Certo () Errado

10. (16206) MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | TCE | 2013 ASSUNTOS: PORCENTAGEM | SISTEMAS

O Gráfico a seguir representa o número de ligações feitas por um departamento do Tribunal no ano de 2012.



No mês de agosto o total de ligações foi feito por duas operadoras de telefonia diferentes. Pela operadora A foram feitas 250 ligações a menos que pela operadora B, logo o número de ligações feitas pela operadora B corresponde a mais de 60% do total de ligações feitas no mesmo mês.

() Certo () Errado

11. (16142) MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | TRT - 18ª REGIÃO (GO) | 2013 ASSUNTOS: ÁLGEBRA | PROBLEMAS

Durante o seu expediente Carlos digitalizou $\frac{1}{3}$ dos processos que lhe cabiam pela parte da manhã; no início da tarde ele digitalizou metade do restante e no fim da tarde $\frac{1}{4}$ do que havia sobrado após os 2 períodos iniciais.

Se no fim do expediente ele decidiu contar todos os processos que não haviam sido digitalizados e encontrou 30 processos, o número total de processos que ele devia ter digitalizado nesse dia era de.

- a) 80
- b) 90
- c) 100
- d) 110
- e) 120

Para ver a explicação do professor sobre as questões, acesse o link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=161883>



Gabarito: **1.** (3621) Certo **2.** (16201) Errado **3.** (7209) D **4.** (7210) C **5.** (7222) C **6.** (7217) B **7.** (22019) Certo
8. (16211) Certo **9.** (16036) Certo **10.** (16206) Certo **11.** (16142) E

Probabilidade

Definição

$$\text{Probabilidade} = \frac{\text{Eventos favoráveis}}{\text{Total de eventos}}$$

$$0 \leq P \leq 1$$

Faça você

1. Se a probabilidade de chover num dia de um determinado período é 0,6, então:

a) Qual a probabilidade de não chover num desses dias?

b) Qual a probabilidade de chover dois dias seguidos?

2. Um sorteio consiste em escolher, aleatoriamente, uma letra da palavra CONCURSO. Qual a probabilidade de retirar uma vogal nessa escolha?



3. Escolhido ao acaso um elemento do conjunto dos divisores positivos de 60, a probabilidade de que ele seja primo é
- a) $1/2$.
 - b) $1/3$.
 - c) $1/4$.
 - d) $1/5$.
 - e) $1/6$.

Probabilidade Condicional

Nesse caso o primeiro evento ocorre de maneira “livre” e condiciona os demais. Assim todos ficam condicionados ao primeiro evento ocorrido.

Faça você

4. Em uma gaveta, cinco pares diferentes de meias estão misturados. Retirando-se ao acaso duas meias, a probabilidade de que sejam do mesmo par é de
- a) $1/10$.
 - b) $1/9$.
 - c) $1/5$.
 - d) $2/5$.
 - e) $1/2$.
5. Numa maternidade, aguarda-se o nascimento de três bebês. Se a probabilidade de que cada bebê seja menino é igual à probabilidade de que cada bebê seja menina, a probabilidade de que os três bebês sejam do mesmo sexo é
- a) $1/2$.
 - b) $1/3$.
 - c) $1/4$.
 - d) $1/6$.
 - e) $1/8$.

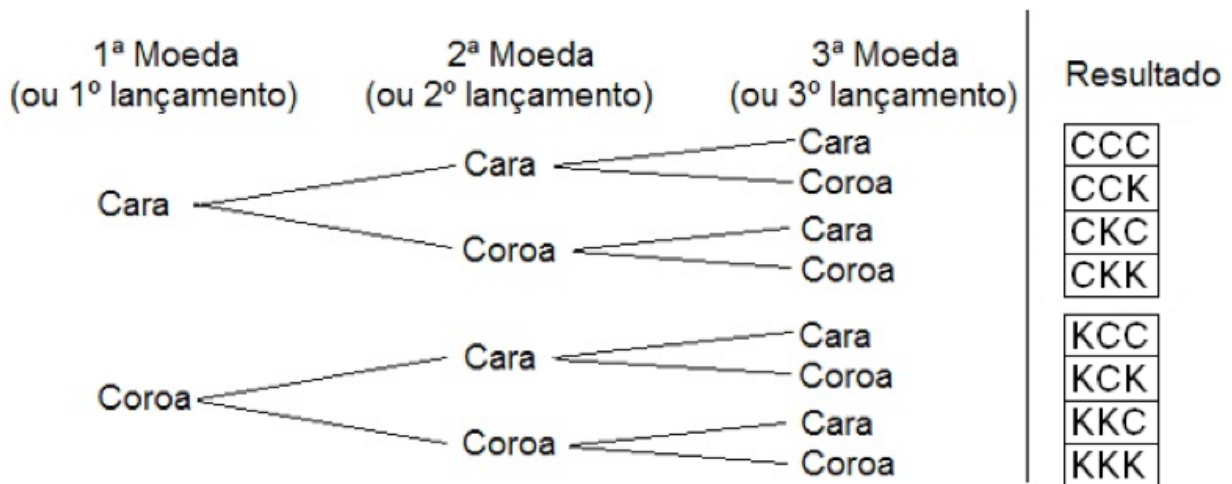


Probabilidade de “PELO MENOS UM” evento ocorrer

$$\text{Probabilidade} = 1 - P(\text{Nenhuma vez})$$

Ramificação

No lançamento sucessivo de uma moeda 3 vezes ou de 3 moedas, quais as possíveis disposições?



Faça você

6. Um dado é lançado 3 vezes. A probabilidade de que a face 4 apareça ao menos uma vez é:

- a) $\frac{81}{216}$
- b) $\frac{91}{216}$
- c) $\frac{101}{216}$
- d) $\frac{111}{216}$
- e) $\frac{121}{216}$



7. Em uma reserva florestal existem 263 espécies de peixes, 122 espécies de mamíferos, 93 espécies de répteis, 1132 espécies de borboletas e 656 espécies de aves.

Disponível em: <http://www.wwf.org.br>. acesso em: 23 abr. 2010 (adaptado).

Se uma espécie animal for capturada ao acaso, qual a probabilidade de ser uma borboleta?

- a) 63,31%
b) 60,18%
c) 56,52%
d) 49,96%
e) 43,27%
8. Uma parteira prevê, com 50% de chance de acerto, o sexo de cada criança que vai nascer. Num conjunto de três crianças, a probabilidade de ela acertar pelo menos duas previsões é de
- a) 12,5%.
b) 25%.
c) 37,5%.
d) 50%.
e) 66,6%.
9. Em relação aos alunos de uma sala, sabe-se que 60% são do sexo feminino, 30% usam óculos e 37,5% dos homens não usam óculos. Escolhendo-se, ao acaso, um aluno dessa sala, a probabilidade de que seja uma mulher de óculos é
- a) 10%.
b) 15%.
c) 5%.
d) 8%.
e) 12%.
10. Em um recipiente existem 12 aranhas, das quais 8 são fêmeas. A probabilidade de se retirar uma aranha macho para um experimento é
- a) 4
b) $\frac{1}{4}$
c) $\frac{1}{3}$
d) $\frac{1}{2}$
e) $\frac{2}{3}$

11. Numa família com 9 filhas, a probabilidade de o décimo filho ser homem é:

- a) 50%
- b) 70%
- c) 80%
- d) 90%
- e) 25%

12. Um dado é lançado três vezes consecutivas. A probabilidade de que os três números obtidos sejam diferentes é:

- a) $\frac{5}{6}$
- b) $\frac{5}{8}$
- c) $\frac{8}{9}$
- d) $\frac{3}{8}$
- e) $\frac{5}{9}$

13. Um grupo de 20 pessoas apresenta a seguinte composição:

15 brasileiras e 5 estrangeiras
10 homens e 10 mulheres
18 adultos e 2 crianças

A probabilidade de que, nesse grupo, exista um menino estrangeiro é de:

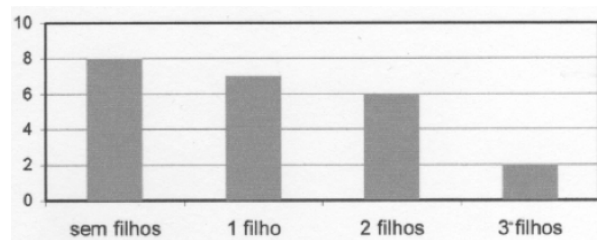
- a) 1,25%
- b) 2,5%
- c) 0,75%
- d) 2%
- e) 2,25%

14. As probabilidades de três jogadores marcarem um gol cobrando pênalti são, respectivamente, $\frac{1}{2}$, $\frac{2}{5}$ e $\frac{5}{6}$. Se cada um bater um único pênalti, a probabilidade de todos errarem é igual a:
- a) 3%
 - b) 5%
 - c) 17%
 - d) 20%
 - e) 25%
15. Dois dados perfeitos numerados de 1 até 6 são jogados simultaneamente. Multiplicam-se os números sorteados. A probabilidade de que o produto seja par é
- a) 25%.
 - b) 33%.
 - c) 50%.
 - d) 66%.
 - e) 75%.
16. Numa roleta, há números de 0 a 36. Supondo que a roleta não seja viciada, então a probabilidade de o número sorteado ser maior do que 25 é
- a) $\frac{11}{36}$
 - b) $\frac{11}{37}$
 - c) $\frac{25}{36}$
 - d) $\frac{25}{37}$
 - e) $\frac{12}{37}$

17. As 23 ex-alunas de uma turma que completou o Ensino Médio há 10 anos se encontraram em uma reunião comemorativa. Várias delas haviam se casado e tido filhos. A distribuição das mulheres, de acordo com a quantidade de filhos, é mostrada no gráfico abaixo.

Um prêmio foi sorteado entre todos os filhos dessas ex-alunas. A probabilidade de que a criança premiada tenha sido um(a) filho(a) único(a) é

- a) $\frac{1}{3}$
 b) $\frac{1}{4}$
 c) $\frac{7}{15}$
 d) $\frac{7}{23}$
 e) $\frac{7}{25}$



18. Uma pessoa tem em sua carteira oito notas de R\$1, cinco notas de R\$2 e uma nota de R\$5. Se ela retirar ao acaso três notas da carteira, a probabilidade de que as três notas retiradas sejam de R\$1 está entre
- a) 15% e 16%
 b) 16% e 17%
 c) 17% e 18%
 d) 18% e 19%
 e) 19% e 20%
19. Uma caixa contém bolas azuis, brancas e amarelas, indistinguíveis a não ser pela cor. Na caixa existem 20 bolas brancas e 18 bolas azuis. Retirando-se ao acaso uma bola da caixa, a probabilidade de ela ser amarela é $\frac{1}{3}$. Então, o número de bolas amarelas nessa caixa é de
- a) 18.
 b) 19.
 c) 20.
 d) 21.
 e) 22.

1. **(11587)** MATEMÁTICA | CESGRANRIO | TRANSPETRO | 2012 ASSUNTOS: PROBABILIDADE

Dentro de um estojo, há somente 6 canetas, cada uma com uma cor diferente (rosa, roxo, verde, azul, vermelha e preta).

Retirando-se, ao acaso, duas canetas de dentro desse estojo, qual é a probabilidade de que nenhuma delas seja verde?

- a) $1/3$
- b) $2/3$
- c) $17/36$
- d) $25/36$
- e) $5/6$

2. **(16293)** MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | A CASA DAS QUESTÕES | 2013 ASSUNTOS: PROBABILIDADE

Um dos funcionários fez um relatório no qual descrevia o tipo de atendimento que havia feito num determinado dia da semana. Neste relatório ele dividiu seus atendimentos em:

Tipo de Atendimento	Quantidade
Aposentadoria	3
Seguro de vida	7
FGTS	4
Reclamações	5
Pagamentos atrasados	1

Sendo assim a probabilidade desse funcionário escolher aleatoriamente um dos atendimentos que não tratavam de reclamação e ele ser um atendimento sobre aposentadoria é.

- a) 15%
- b) 20%
- c) 30%
- d) 50%
- e) 60%

3. (16033) MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | A CASA DAS QUESTÕES | 2013 ASSUNTOS: PROBABILIDADE

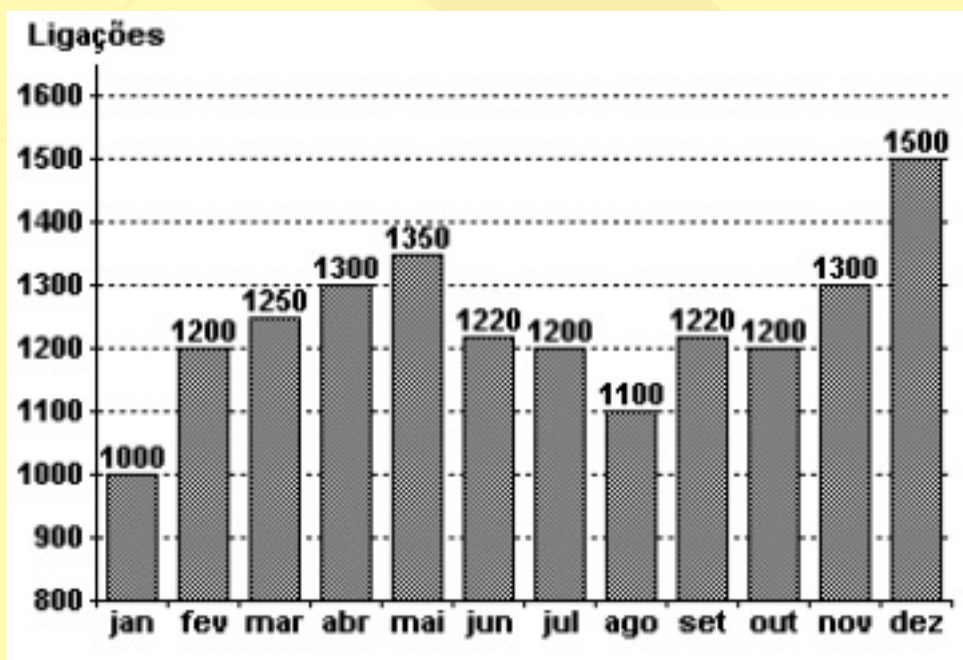
Dados do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) revelaram que, no biênio 2004/2005, nas rodovias federais, os atropelamentos com morte ocuparam o segundo lugar no ranking de mortalidade por acidente. A cada 34 atropelamentos, ocorreram 10 mortes. Cerca de 4 mil atropelamentos/ano, um a cada duas horas, aproximadamente.

De acordo com os dados, se for escolhido ao acaso, para investigação mais detalhada, um dos atropelamentos ocorridos no biênio 2004/2005, a probabilidade de ter disso um atropelamento sem morte é superior a 70%

() Certo () Errado

4. (16204) MATEMÁTICA | A CASA DAS QUESTÕES | TCE | 2013 ASSUNTOS: PROBABILIDADE

O Gráfico abaixo representa o número de ligações feitas por um departamento do Tribunal no ano de 2012.



Escolhido ao acaso um mês para análise do número de ligações, a probabilidade de que ele apresentasse um número de ligações superior ao do mês de junho é maior que 40%.

() Certo () Errado

Para ver a explicação do professor sobre as questões, acesse o link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=161894>



Gabarito: 1. (11587) B 2. (16293) B 3. (16033) Certo 4. (16204) Certo



Raciocínio Lógico

Professor: Edgar Abreu



EDITAL DA PROVA

Princípios do raciocínio lógico: conectivos lógicos; diagramas lógicos; lógica de argumentação; interpretação de informações de natureza matemática;

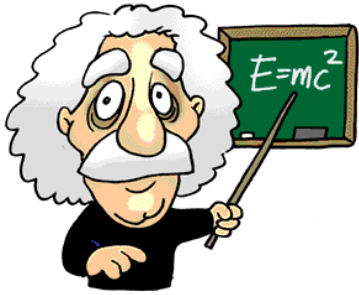
Banca Organizadora: CESPE

Previsão de questões: 5 a 8 questões

Peso na prova em percentual: 2% a 4% da nota final do candidato.

O assunto probabilidade será ministrado pelo professor Dudan Daniel, por esse motivo, não constam nesse material.

O que é lógica Matemática?



Não existe uma definição exata para lógica, mas alguns matemáticos a definem como “o estudo dos processos válidos que atingem a verdade”, ou simplesmente “a ciência das leis do pensamento”.

A Lógica tem, por objeto de estudo, as leis gerais do pensamento, e as formas de aplicar essas leis corretamente na investigação da verdade.

A partir dos conhecimentos tidos como verdadeiros, caberia à Lógica a formulação de leis gerais de encadeamentos lógicos que levariam à descoberta de novas verdades. Essa forma de encadeamento é chamada, em Lógica, de **argumento**.

PROPOSIÇÃO E SENTENÇA

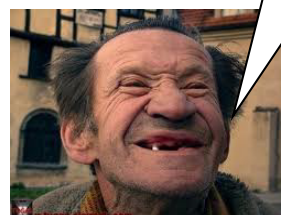
Um argumento é uma sequência de **proposições** na qual uma delas é a conclusão e as demais são premissas. As premissas justificam a conclusão.

Proposição

Toda frase que você consiga atribuir um valor lógico é proposição, ou seja, frases que podem ser verdadeiras ou falsas.

Exemplos:

1. Ed é feliz.
2. João estuda.
3. Seu Marcos é desdentado.



Será ?????



Proposições são frases onde você não consegue julgar, se é verdadeira ou falsa, por exemplo:

- 1) Vai estudar?
- 2) Mas que legal!

Sentença

Nem sempre permite julgar se é verdadeiro ou falso. Pode não ter valor lógico.

Frases interrogativas e exclamativas não são proposições.

Sentenças Abertas: São sentenças nas quais não podemos determinar o sujeito. Uma forma simples de identificá-las é o fato de que não podem ser nem Verdadeiras ou Falsas.

Aquele cantor é famoso.

$A + B + C = 60$.

Ela viajou.

Sentenças Fechadas: Neste tipo de sentença, conseguimos determinar o sujeito e valorá-la com Verdadeiro ou Falso.

QUESTÃO COMENTADA

(CESPE: Banco do Brasil – 2007) Na lista de frases apresentadas a seguir, há exatamente três proposições.

I – “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”

II – A expressão $X + Y$ é positiva.

III – O valor de $\sqrt{4+3} = 7$.

IV – Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.

V – O que é isto?

Solução:

Item I: Não é possível atribuir um único valor lógico para esta sentença, já que se considerar que é verdadeiro, teremos uma resposta falsa (mentira) e vice-versa. Logo não é proposição.

Item II: Como se trata de uma sentença aberta, onde não estão definidos os valores de X e Y, logo também não é proposição.

Item III: Como a expressão matemática não contém variável, logo é uma proposição, conseguimos atribuir um valor lógico, que neste caso seria falso.

Item IV: Uma simples proposição, já que conseguimos atribuir um único valor lógico.

Item V: Como trata-se de uma interrogativa, logo não é possível atribuir valor lógico, assim não é proposição.

Conclusão

Errado, pois existem apenas 2 proposições, Item III e IV.



NEGAÇÃO SIMPLES

1. Zambeli é Feio.

Como negamos essa frase?



Para quem, também disse: “Zambeli é bonito”, **errou**. Negar uma proposição não significa dizer o oposto, mas sim escrever todos os casos possíveis diferentes do que está sugerido.

“Zambeli **NÃO** é feio.”

A negação de uma proposição é uma nova proposição que é verdadeira se a primeira for falsa e é falsa se a primeira for verdadeira.

#FICADICA

Para negar uma sentença acrescentamos o não, sem mudar a estrutura da frase.

2. Amanda Lima não é louca.

Negação: “Amanda Lima é louca.”

Para negar uma negação excluimos o não

Simbologia: Assim como na matemática representamos valores desconhecidos por x, y, z, \dots Na lógica também simbolizamos frases por letras. Exemplo:

Zambeli é Feio.

Z

Proposição: Z

Para simbolizar a negação usaremos \sim ou \neg .

Negação: Zambeli não é feio.

Simbologia: $\sim Z$.

Amanda Lima não é louca.

Z

Proposição: $\sim A$

Negação: Aline é louca.

Simbologia: $\sim (\sim A) = A$



p = Thiago Machado gosta de matemática.

$\sim p$ = Thiago Machado não gosta de matemática.

Caso eu queira negar que Thiago Machado não gosta de matemática a frase voltaria para a proposição “ p ”, Thiago Machado gosta de matemática”.

$\sim p$ = Thiago Machado não gosta de matemática.

$\sim(\sim p)$ = Não é verdade que Thiago Machado não gosta de matemática.

ou

$\sim(\sim p)$ = Thiago Machado gosta de matemática.

Proposições Compostas

Proposição composta é a união de proposições simples por meio de um conector lógico. Este conector irá ser decisivo para o valor lógico da expressão.

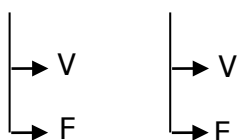
Proposições podem ser ligadas entre si por meio de conectivos lógicos. Conectores que criam novas sentenças mudando ou não seu valor lógico (Verdadeiro ou Falso).

Uma proposição simples possui apenas dois valores lógicos, verdadeiro ou falso.

Já proposições compostas terão mais do que 2 possibilidades distintas de combinações dos seus valores lógicos, conforme demonstrado no exemplo abaixo:

Consideramos as duas proposições abaixo, “chove” e “faz frio”

Chove e faz frio.

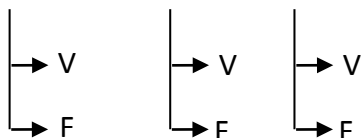


Cada proposição existe duas possibilidades distintas, falsa ou verdadeira, numa sentença composta teremos mais de duas possibilidades.

Chove V	faz frio F	} Um total de 4 possibilidades distintas em uma sentença composta com duas proposições.
Chove V	faz frio V	
Chove F	faz frio F	
Chove F	faz frio V	

E se caso essa sentença ganhasse outra proposição, totalizando agora 3 proposições em uma única sentença:

Chove e faz frio e estudo.



A sentença composta terá outras possibilidades,

VVV	} Um total de 8 possibilidades distintas em uma sentença com três proposições.
VFV	
VFF	
FVV	
FVF	
FFF	
FVF	
FFV	

#FICADICA

É possível identificar quantas possibilidades distintas teremos de acordo com o número de proposição em que a sentença apresentar. Para isso devemos apenas elevar o numero 2 a quantidade de proposição, conforme o raciocínio abaixo:

Proposições	Possibilidades
1	2
2	4
3	8
n	2^n

QUESTÃO COMENTADA

(CESPE: Banco do Brasil – 2007) A proposição simbólica $P \wedge Q \vee R$ possui, no máximo, 4 avaliações

Solução:

Como a sentença possui 3 proposições distintas (P, Q e R), logo a quantidade de avaliações será dada por:

$$2^{\text{proposições}} = 2^3 = 8$$

Resposta: Errado, pois teremos um total de 8 avaliações.



Conectivos lógicos

Um conectivo lógico (também chamado de operador lógico) é um símbolo ou palavra usado para conectar duas ou mais sentenças (tanto na linguagem formal quanto na linguagem natural) de uma maneira gramaticalmente válida, de modo que o sentido da sentença composta produzida dependa apenas das sentenças originais.

Muitas das proposições que encontramos na prática podem ser consideradas como construídas a partir de uma, ou mais, proposições mais simples por utilização de uns instrumentos lógicos, a que se costuma dar o nome de conectivos, de tal modo que o valor de verdade da proposição inicial fica determinado pelos valores de verdade da, ou das, proposições mais simples que contribuíram para a sua formação.

Os principais conectivos lógicos são:

- I – “e” (conjunção)
- II – “ou” (disjunção)
- III – “se...então” (implicação)
- IV – “se e somente se” (equivalência)

CONJUNÇÃO – “E”

Proposições compostas ligadas entre si pelo conectivo “e”.

Simbolicamente, esse conectivo pode ser representado por “ \wedge ”.

Exemplo:

Chove **e** faz frio

Tabela verdade: Tabela verdade é uma forma de analisarmos a frase de acordo com suas possibilidades, o que aconteceria se cada caso acontecesse.

Exemplo:

Fui aprovado no concurso do BB **e** Serei aprovado no concurso da CEF.

Proposição 1: Fui aprovado no concurso da BB.

Proposição 2: Serei aprovado no concurso da CEF.

Conetivo: e

Vamos chamar a primeira proposição de “**p**” a segunda de “**q**” e o conetivo de “ \wedge ”.

Assim podemos representar a “frase” acima da seguinte forma: $p\wedge q$.

Vamos preencher a tabela abaixo com as seguintes hipóteses:

H1:

p: **Não** fui aprovado no concurso do BB.

q: Serei aprovado no concurso da CEF.

H2:

p: Fui aprovado no concurso do BB.

q: **Não** serei aprovado no concurso da CEF.

H3:

p: **Não** fui aprovado no concurso da BB.

q: **Não** serei aprovado no concurso da CEF.

H4:

p: Fui aprovado no concurso do BB.

q: Serei aprovado no concurso da CEF.

Tabela Verdade: Aqui vamos analisar o resultado da sentença como um todo, considerando cada uma das hipóteses acima.

	p	q	$P \wedge Q$
H1	F	V	F
H2	V	F	F
H3	F	F	F
H4	V	V	V

Conclusão:

Uma conjunção só é verdadeira quando ambas as proposições forem verdadeira.



DISJUNÇÃO – “ou”

Recebe o nome de **disjunção** toda a proposição composta em que as partes estejam unidas pelo conectivo ou. Simbolicamente, representaremos esse conectivo por “v”.

Exemplo:

Estudo para o concurso **ou** assisto o Big Brother.

Proposição 1: Estudo para o concurso.

Proposição 2: assisto o Big Brother.

Conetivo: ou

Vamos chamar a primeira proposição de “p”, a segunda de “q” e o conetivo de “v”.

Assim podemos representar a sentença acima da seguinte forma: $p \vee q$.

Vamos preencher a tabela abaixo com as seguintes hipóteses:

H1:

p: Estudo para o concurso.

q: assisto o Big Brother Brasil.

H2:

p: **Não** Estudo para o concurso.

q: assisto o Big Brother Brasil.

H3:

p: Estudo para o concurso.

q: **Não** assisto o Big Brother Brasil.

H4:

p: **Não** Estudo para o concurso.

q: **Não** assisto o Big Brother Brasil.

Tabela Verdade:

	p	q	P ∨ Q
H1	V	V	V
H2	F	V	V
H3	V	F	V
H4	F	F	F

Muita atenção, a disjunção somente será falsa quando as duas proposições forem falsas.



CONDICIONAL – “se.....então.....”

Recebe o nome de **condicional** toda proposição composta em que as partes estejam unidas pelo conectivo Se... então, simbolicamente representaremos esse conectivo por “ \rightarrow ”.

Em alguns casos o condicional é apresentado com uma vírgula substituindo a palavra “então”, ficando a sentença com a seguinte característica: **Se proposição 1 , proposição 2**

Exemplo: “**Se** estudo, **então** sou aprovado.”

Proposição 1: estudo (**Condição Suficiente**).

Proposição 2: sou aprovado (**Condição Necessária**).

Conetivo: se.. então

Vamos chamar a primeira proposição de “**p**”, a segunda de “**q**” e o conetivo de “ \rightarrow ”.

Assim podemos representar a “frase” acima da seguinte forma: $p \rightarrow q$.

Agora vamos preencher a tabela abaixo com as seguintes hipóteses:

H1:

p: estudo.

q: sou aprovado.

H2:

p: **Não** estudo.

q: sou aprovado.

H3:

p: **Não** estudo.

q: **Não** sou aprovado.

H4:

p: estudo.

q: **Não** sou aprovado.

	p	q	$P \rightarrow Q$
H1	V	V	V
H2	F	V	V
H3	F	F	V
H4	V	F	F

A tabela verdade do condicional é a mais cobrada em provas de concurso público.

A primeira proposição, que compõe uma condicional, chamamos de condição **suficiente** da sentença e a segunda é a condição **necessária**.

No exemplo anterior temos:

Condição necessária: Estudo

Condição suficiente: sou aprovado



Para detonar uma prova de Raciocínio Lógico em um concurso público, você precisa saber que, uma condicional só será falsa se a primeira proposição for verdadeira e a segunda falsa.

BICONDICIONAL – “.....se somente se.....”

Recebe o nome de bicondicional toda proposição composta em que as partes estejam unidas pelo conectivo ... **se somente se**... Simbolicamente, representaremos esse conectivo por “ \leftrightarrow ”. Portanto, se temos a sentença:

Exemplo: “Maria compra o sapato **se e somente se** o sapato combina com a bolsa.”

Proposição 1: Maria compra o sapato

Proposição 2: O sapato combina com a bolsa

Conetivo: se e somente se

Vamos chamar a primeira proposição de “**p**”, a segunda de “**q**” e o conetivo de “ \leftrightarrow ”.

Assim podemos representar a “frase” acima da seguinte forma: $p \leftrightarrow q$.

Vamos preencher a tabela abaixo com as seguintes hipóteses:

H1:

p: Maria compra o sapato.

q: O sapato **não** combina com a bolsa.

H2:

p: Maria **não** compra o sapato.

q: O sapato combina com a bolsa.

H3:

p: Maria compra o sapato.

q: O sapato combina com a bolsa.

H4:

p: Maria **não** compra o sapato.

q: O sapato **não** combina com a bolsa.



	p	q	$P \leftrightarrow Q$
H1	V	F	F
H2	F	V	F
H3	V	V	V
H4	F	F	V

O bicondicional só será verdadeiro quando ambas as proposições possuírem o mesmo valor lógico, ou quando as duas forem verdadeiras ou as duas proposições forem falsas.



Uma proposição bicondicional pode ser escrita como duas condicionais, é como se tivéssemos duas implicações, uma seta da esquerda para direita e outra seta da direita para esquerda, conforme exemplo abaixo:

$$p \leftrightarrow q \Leftrightarrow (p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow p)$$

Neste caso, transformamos um bicondicional em duas condicionais conectadas por uma conjunção. Estas sentenças são equivalentes, ou seja, possuem o mesmo valor lógico.

#FICADICA

SENTENÇA LÓGICA	VERDADEIRO SE...	FALSO SE...
$p \wedge q$	p e q são, ambos , verdade	um dos dois for falso
$p \vee q$	um dos dois for verdade	ambos , são falsos
$p \rightarrow q$	nos demais casos que não for falso	p = V e q = F
$p \leftrightarrow q$	p e q tiverem valores lógicos iguais	p e q tiverem valores lógicos diferentes

QUESTÃO COMENTADA

(FCC: BACEN - 2006) Um argumento é composto pelas seguintes premissas:

I – Se as metas de inflação não são reais, então a crise econômica não demorará a ser superada.

II – Se as metas de inflação são reais, então os superávits primários não serão fantasiosos.

III – Os superávits serão fantasiosos.

Para que o argumento seja válido, a conclusão deve ser:

- a) A crise econômica não demorará a ser superada.
- b) As metas de inflação são irreais ou os superávits serão fantasiosos.
- c) As metas de inflação são irreais e os superávits são fantasiosos.
- d) Os superávits econômicos serão fantasiosos.
- e) As metas de inflação não são irreais e a crise econômica não demorará a ser superada.

Solução:

Devemos considerar as premissas como verdadeiras e tentar descobrir o valor lógico de cada uma das proposições.

Passo 1: Do português para os símbolos lógicos

I. Se as metas de inflação não são reais, então a crise econômica não demorará a ser superada.

$$\sim P \rightarrow \sim Q$$

II. Se as metas de inflação são reais, então os superávits primários não serão fantasiosos.

$$P \rightarrow \sim R$$

III. Os superávits serão fantasiosos.

Passo 2: Considere as premissas como verdade

PREMISSA 1	PREMISSA 2	PREMISSA 3
VERDADE	VERDADE	VERDADE
$\sim P \rightarrow \sim Q$	$P \rightarrow \sim R$	R
Não é possível determinar o valor lógico de P e Q, já que existem 3 possibilidades distintas que torna o condicional verdadeiro	Não é possível determinar o valor lógico de P e Q, já que existem 3 possibilidades distintas que torna o condicional verdadeiro	CONCLUSÃO: R=V

Passo 3: Substituí a premissa 3 em 2 e analise.

- Como na premissa 3 vimos que R é V logo $\sim R = F$.
- Como P é uma proposição, o mesmo pode ser F ou V . Vamos testar

P	\rightarrow	$\sim R$
F		F
V		F

P	\rightarrow	$\sim R$
F	V	F
V	F	F

Como a premissa 2 é verdade e caso a proposição P tenha valor V teremos uma premissa falsa, logo chegamos a conclusão que $P = F$.

Passo 3: Substituí a premissa 2 em 1 e analise.

- Como na premissa 2 vimos que P é F logo $\sim P = V$.
- Como Q é uma proposição, o mesmo pode ser F ou V .
- Analisando o condicional temos:

$\sim P$	\rightarrow	$\sim Q$
V	V	V
V	F	F

Logo $\sim Q = V$, assim $Q = F$

Passo 4: Traduzir as conclusões para o português.

Premissa 1: $P = F$

- as metas de inflação **não** são reais

Premissa 2: $Q = F$

- crise econômica **não** demorará a ser superada

Conclusão: Alternativa A

NEGAÇÃO DE UMA PROPOSIÇÃO COMPOSTA

Agora vamos aprender a negar proposições compostas, para isto devemos considerar que:

Para negarmos uma proposição conjunta devemos utilizar a propriedade distributiva, similar aquela utilizada em álgebra na matemática.

NEGAÇÃO DE UMA DISJUNÇÃO

Negar uma sentença composta é apenas escrever quando esta sentença assume o valor lógico de falso, lembrando as nossas tabelas verdade construídas anteriormente.

Para uma disjunção ser falsa (negação) a primeira **e** a segunda proposição tem que ser falsas, conforme a tabela verdade abaixo, hipótese 4:

	p	q	P v Q
H1	V	V	V
H2	F	V	V
H3	V	F	V
H4	F	F	F

Assim concluímos que para negar uma sentença do tipo $P \vee Q$, basta negar a primeira (falso) **E** negar a segunda (falso), logo a negação da disjunção (ou) é uma conjunção (e).

Exemplo 1:

1. Estudo ou trabalho.

$p = \text{estudo.}$
 $q = \text{trabalho.}$

} $p \vee q$

Conectivo = \vee

Vamos agora negar essa proposição composta por uma disjunção.

$$\sim (p \vee q) = \sim p \wedge \sim q$$

Não estudo **e não** trabalho.

Para negar uma proposição composta por uma disjunção, nós negamos a primeira proposição, negamos a segunda e trocamos “ou” por “e”.

Exemplo 2:

Não estudo ou sou aprovado.

$$\begin{array}{l}
 p = \text{estudo} \\
 q = \text{sou aprovado} \\
 \sim p = \text{não estudo}
 \end{array}
 \left. \vphantom{\begin{array}{l} p \\ q \\ \sim p \end{array}} \right\} \sim p \vee q$$

Conectivo: “v”

Vamos agora negar essa proposição composta por uma disjunção.

$$\sim (\sim p \vee q) = p \wedge \sim q$$

Lembrando que negar uma negação é uma afirmação e que trocamos “ou” por “e” e negamos a afirmativa.

Estudo e não sou aprovado.

NEGAÇÃO DE UMA CONJUNÇÃO.

Vimos no capítulo de negação simples que a negação de uma negação é uma afirmação, ou seja, quando eu nego duas vezes uma mesma sentença, encontro uma equivalência.

Vimos que a negação da disjunção é uma conjunção, logo a negação da conjunção será uma disjunção.

Para negar uma proposição composta por uma conjunção, nós devemos negamos a primeira proposição e depois negarmos a segunda e trocamos “e” por “ou”.

Exemplo 1:

Vou a praia e não sou apanhado.

$$\begin{array}{l}
 p = \text{vou a praia.} \\
 q = \text{não sou apanhado}
 \end{array}
 \left. \vphantom{\begin{array}{l} p \\ q \end{array}} \right\} p \wedge \sim q$$

Conectivo = \wedge

Vamos agora negar essa proposição composta por uma conjunção.

$$\sim (p \wedge \sim q) = \sim p \vee q$$

Não vou à praia **ou** sou apanhado.

#FICADICA

Vejamos abaixo mais exemplo de negações de conjunção e disjunção:

$$\sim(\mathbf{p \vee q}) = \sim(p) \quad \sim(\vee) \quad \sim(q) = \quad (\sim\mathbf{p \wedge \sim q})$$

$$\sim(\sim\mathbf{p \vee q}) = \sim(\sim p) \quad \sim(\vee) \quad \sim(q) = \quad (\mathbf{p \wedge \sim q})$$

$$\sim(\mathbf{p \wedge \sim q}) = \sim(p) \quad \sim(\wedge) \quad \sim(\sim q) = \quad (\sim\mathbf{p \vee q})$$

$$\sim(\sim\mathbf{p \wedge \sim q}) = \sim(\sim p) \quad \sim(\wedge) \quad \sim(\sim q) = \quad (\mathbf{p \vee q})$$

NEGAÇÃO DE UMA CONDICIONAL

Conforme citamos anteriormente, negar uma proposição composta é escrever a(s) linha(s) em que a tabela verdade tem como resultado “falso”.

Sabemos que uma condicional só será falso, quando a **primeira** proposição for **verdadeira “e”** a **segunda** for **falsa**.

Assim para negarmos uma sentença composta com condicional, basta repetir a primeira proposição (primeira verdadeira), substituir o conetivo “se...então” por “e” e negar a segunda proposição (segunda falsa).

Vejamos um exemplo:

1. Se bebo então sou feliz.

$$\left. \begin{array}{l} p = \text{bebo.} \\ q = \text{sou feliz.} \end{array} \right\} p \rightarrow q$$

Conectivo = \rightarrow

Negação de uma condicional.

$$\sim(p \rightarrow q) = p \wedge \sim q$$

Resposta: Bebo e não sou feliz.

Exemplo 2: Se **não** estudo então **não** sou aprovado.

$$\left. \begin{array}{l} p = \text{estudo.} \\ \sim p = \text{não estudo.} \\ q = \text{sou aprovado.} \\ \sim q = \text{não sou aprovado} \end{array} \right\} \sim p \rightarrow \sim q$$

Conectivo = \rightarrow

Negando: $\sim(\sim p \rightarrow \sim q) = \sim p \wedge q$

Resposta: Não estudo e sou aprovado.

Exemplo 3: Se estudo então sou aprovado ou o curso não é ruim.

$$\left. \begin{array}{l} p = \text{estudo.} \\ q = \text{sou aprovado.} \\ r = \text{curso é ruim.} \\ \sim r = \text{curso não é ruim.} \end{array} \right\} p \rightarrow q \vee \sim r$$

Negando, $\sim(p \rightarrow q \vee \sim r)$

Negamos a condicional, mantém a primeira **e** negamos a segunda proposição, como a segunda proposição é uma disjunção, negamos a disjunção, usando suas regras (negar as duas proposições trocando “ou” por “e”).

$$\sim(p \rightarrow q \vee \sim r) = p \wedge \sim(q \vee \sim r) = p \wedge \sim q \wedge r$$

Estudo e não sou aprovado e o curso é ruim.

Negação de uma bicondicional

Negar uma bicondicional é negar duas condicionais, ida **e** volta, temos então que negar uma conjunção composta por duas condicionais. Negamos a primeira condicional **ou** negamos a segunda, usando a regra da condicional em cada uma delas.

Exemplo 1:

Estudo se e somente se não vou à praia.

$$\left. \begin{array}{l} p = \text{estudo.} \\ q = \text{vou à praia.} \\ \sim q = \text{não vou à praia.} \end{array} \right\} p \leftrightarrow \sim q = [p \rightarrow \sim q] \wedge [\sim q \rightarrow p]$$

Conectivo = \leftrightarrow

Uma bicondicional são duas condicionais, ida e volta.

Negando,

$$\sim (p \leftrightarrow \sim q) = \sim [[p \rightarrow \sim q] \wedge [\sim q \rightarrow p]] =$$

$$\sim (p \leftrightarrow \sim q) = \sim [[p \rightarrow \sim q] \wedge [\sim q \rightarrow p]] =$$

$$\sim [p \rightarrow \sim q] \vee \sim [\sim q \rightarrow p] =$$

$$p \wedge q \vee \sim q \wedge \sim p.$$

Estudo e vou à praia ou não vou à praia e não estudo.

#FICADICA

$$\sim[\vee] = \wedge$$

$$\sim[\wedge] = \vee$$

$$\sim[p \rightarrow q] = p \wedge \sim q$$

$$\sim[p \leftrightarrow q] = \sim [p \rightarrow q] \wedge \sim [q \rightarrow p]$$

QUESTÃO COMENTADA

(ESAF: Fiscal Trabalho/98) A negação da afirmação condicional “se estiver chovendo, eu levo o guarda-chuva” é:

- a) se não estiver chovendo, eu levo o guarda-chuva
- b) não está chovendo e eu levo o guarda-chuva
- c) não está chovendo e eu não levo o guarda-chuva
- d) se estiver chovendo, eu não levo o guarda-chuva
- e) está chovendo e eu não levo o guarda-chuva

Passo 1: Traduzir do texto para símbolos lógicos.

- P = Estar chovendo
- Q = Levar Guarda Chuva
- Conetivo: Se... Então (\rightarrow)

$$p \rightarrow q$$

Passo 2: Aplicar as propriedades de negação. Neste caso repetir a primeira proposição **E** Negar a segunda.

$$\sim (p \rightarrow q) = p \wedge \sim q$$

Passo 3: Traduzir o resultado encontrado para texto novamente.

Está Chovendo **e não** levo o guarda chuva.

Solução: Alternativa E

EQUIVALÊNCIA DE PROPOSIÇÕES

Dizemos que duas proposições são logicamente equivalentes (ou simplesmente que são equivalentes) quando são compostas pelas mesmas proposições simples e **os resultados de suas tabelas-verdade são idênticos**.

Equivalência de uma conjunção e uma disjunção.

Exemplo.

1. Não vou à praia e vou estudar.

$$\left. \begin{array}{l} p = \text{Vou à praia} \\ \sim p = \text{Não vou à praia} \\ q = \text{vou estudar} \end{array} \right\} \sim p \wedge q$$

Vamos negar essa proposição.

$$\sim[\sim p \wedge q] = p \vee \sim q$$

Negaremos agora a negação da proposição.

$$\sim[p \vee \sim q] = \sim p \wedge q$$

Voltamos para a proposição inicial, ou seja, numa conjunção, negar uma negação resulta numa equivalência.

Essa equivalência também vale para a disjunção,

$$\sim[p \vee q] = \sim p \wedge \sim q$$

$$\sim[\sim p \wedge \sim q] = p \vee q$$



Equivalência de uma condicional.

Vamos descobrir qual a sentença equivalente a uma condicional utilizando o mesmo método anterior, negando duas vezes a mesma sentença.

Exemplo 1: Se estudo sozinho então sou autodidata.

Simbolizando temos:

$$\left. \begin{array}{l} p = \text{estudo sozinho} \\ q = \text{sou autodidata} \end{array} \right\} p \rightarrow q$$

conectivo = \rightarrow

Simbolicamente: $p \rightarrow q$

Vamos negar, $\sim[p \rightarrow q] = p \wedge \sim q$

Agora vamos negar a negação para encontrarmos uma equivalência

Negamos a negação da condicional $\sim[p \wedge \sim q] = \sim p \vee q$

Solução: Não estudo sozinho ou sou autodidata.

Mas será mesmo que estas proposições, $p \rightarrow q$ e $\sim p \vee q$ são mesmo equivalentes? Veremos através da tabela verdade.

p	Q	$\sim p$	$p \rightarrow q$	$\sim p \vee q$
V	V	F	V	V
V	F	F	F	F
F	V	V	V	V
F	F	V	V	V

Perceba na tabela verdade que $p \rightarrow q$ e $\sim p \vee q$ tem o mesmo valor lógico, assim essas duas proposições são equivalentes.

Exemplo 2: Vamos encontrar uma proposição equivalente a sentença “Se sou gremista então não sou feliz.”

p = Sou gremista.

$$\left. \begin{array}{l} q = \text{Sou feliz.} \\ \sim q = \text{Não sou feliz.} \end{array} \right\} p \rightarrow \sim q$$

Negação: $\sim [p \rightarrow \sim q] = p \wedge q$

Sou gremista e sou feliz.

Equivalência: negação da negação.

$\sim [p \rightarrow \sim q] = p \wedge q$

$\sim [p \wedge q] = \sim p \vee \sim q$

Logo, Não sou gremista ou não sou feliz é uma sentença equivalente.

Exemplo 3: Agora procuramos uma sentença equivalente a “Canto ou não estudo.”

c = Canto.
 e = Estudo.
 $\sim e$ = Não estudo.

} $c \vee \sim e$

Negação: $\sim [c \vee \sim e] = \sim c \wedge e$

Equivalência: Negar a negação: $\sim [\sim c \wedge e] = c \vee \sim e$

Voltamos para a mesma proposição, tem algo errado, teremos que buscar alternativa. Vamos lá:

Vamos para a regra de equivalência de uma condicional.

$p \rightarrow q = \sim p \vee q$, podemos mudar a ordem da igualdade.

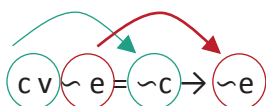
$\sim p \vee q = p \rightarrow q$

Veja que o valor lógico de p mudou e q continuou com o mesmo valor lógico.

Usando a regra acima vamos transformar a proposição inicial composta de uma disjunção em numa condicional.

$c \vee \sim e = p \rightarrow q$

Para chegar à condicional, mudo o valor lógico de p,



Troco “ou” por “se...então” e mantenho o valor lógico de q, ficando

Se não canto então não estudo.

Exemplo 4: Estudo ou não sou aprovado. Qual a sentença equivalente?

$e = \text{Estudo.}$
 $a = \text{Sou aprovado.}$
 $\sim a = \text{Não sou aprovado.}$

} $e \vee \sim a$

Dica: quando for “ou” a equivalência sempre será “se...então”.

Assim, temos que transformar “ou” em “se...então”. Mas como?

$p \rightarrow q = \sim p \vee q$ (equivalentes), vamos inverter.

$\sim p \vee q = p \rightarrow q$

Inverte o primeiro e mantém o segundo, trocando “ou” por “se...então”, transferimos isso para nossa proposição.

$e \vee \sim a = \sim e \rightarrow \sim a$

Trocamos “e” por “~e”, mantemos “~a” e trocamos “v” por “→”.

Logo, Se não estudo então não sou aprovado.

Não podemos esquecer que “ou” é comutativo, assim a opção de resposta pode estar trocada, então atente nisto, ao invés de $e \vee \sim a$ pode ser $\sim a \vee e$, assim a resposta ficaria:

Se sou aprovado então estudo.

Quaisquer das respostas estarão certas, então muita atenção!

Contrapositiva:

Utilizamos como exemplo a sentença abaixo:

Se estudo lógica então sou aprovado

$p = \text{estudo lógica.}$
 $q = \text{sou aprovado.}$

} $p \rightarrow q$

Vamos primeiro negar esta sentença:

$\sim(p \rightarrow q) = p \wedge \sim q$

Lembrando da tabela verdade da conjunção “e”, notamos que a mesma é comutativa, ou seja, se alterarmos a ordem das premissas o valor lógico da sentença não será alterado. Assim vamos reescrever a sentença encontrada na negação, alterando o valor lógico das proposições.

$p \wedge \sim q = \sim q \wedge p$

Agora vamos negar mais uma vez para encontrar uma equivalência da primeira proposição.

$$\sim(\sim q \wedge p) \Leftrightarrow q \vee \sim p$$

Agora vamos utilizar a regra de equivalência que aprendemos anteriormente.

Regra:

$$p \rightarrow q \Leftrightarrow \sim p \vee q$$

Em nosso exemplo temos:

$$q \vee \sim p \Leftrightarrow \sim q \rightarrow \sim p$$

Logo encontramos uma outra equivalência para a nossa sentença inicial.

Esta outra equivalência chamamos de **contrapositiva** e é muito fácil de encontrar, basta comutar as proposições (trocar a ordem) e negar ambas.

$$p \rightarrow q = \sim q \rightarrow \sim p$$

Exemplo 2: Encontrar a contrapositiva (equivalente) da proposição “Se estudo muito então minha cabeça dói”

$$\left. \begin{array}{l} p = \text{estudo muito.} \\ q = \text{minha cabeça dói.} \end{array} \right\} p \rightarrow q$$

Encontramos a contrapositiva, invertendo e negando ambas proposições.

$$p \rightarrow q = \sim q \rightarrow \sim p$$

Logo temos que: **Se** minha cabeça **não** dói **então não** estudo muito.

#FICADICA

EQUIVALÊNCIA 1: $p \rightarrow q = \sim p \vee q$

EQUIVALÊNCIA 2: $p \rightarrow q = \sim q \rightarrow \sim p$ (contrapositiva)

Como saber qual das duas regras devemos utilizar na hora da prova? Note que a equivalência 1 transforma uma condicional “se então” em uma disjunção “ou” enquanto a equivalência dois transforma uma condicional e outra condicional. Assim apenas olhando as resposta, na maioria das questões, será possível identificar qual das duas regras devemos utilizar.



QUESTÃO COMENTADA

(ESAF: Fiscal Trabalho - 98) Dizer que “Pedro não é pedreiro ou Paulo é paulista” é, do ponto de vista lógico, o mesmo que dizer que:

- a) se Pedro é pedreiro, então Paulo é paulista
- b) se Paulo é paulista, então Pedro é pedreiro
- c) se Pedro não é pedreiro, então Paulo é paulista
- d) se Pedro é pedreiro, então Paulo não é paulista
- e) se Pedro não é pedreiro, então Paulo não é paulista

Solução:

Observe que temos uma disjunção, logo a regra que devemos utilizar é aquela que transforma uma disjunção em uma condicional.

$$p \rightarrow q = \sim p \vee q$$

Simbolizando a sentença dada na questão, temos:

$$\begin{array}{l} \sim p = \text{Pedro não é pedreiro.} \\ q = \text{Paulo é paulista.} \end{array} \quad \left. \vphantom{\begin{array}{l} \sim p = \text{Pedro não é pedreiro.} \\ q = \text{Paulo é paulista.} \end{array}} \right\} \sim p \vee q$$

Conetivo: \vee

Utilizando a nossa regra de equivalência temos:

$$\sim p \vee q \Leftrightarrow p \rightarrow q$$

Logo concluímos que:

Se Pedro é pedreiro então Paulo é paulista. Alternativa A.

TAUTOLOGIA

Uma proposição composta formada por duas ou mais proposições **p, q, r, ...** será dita uma **Tautologia** se ela for **sempre verdadeira**, independentemente dos valores lógicos das proposições **p, q, r, ...** que a compõem.

Exemplo:

Grêmio cai para segunda divisão **ou** o Grêmio **não** cai para segunda divisão.

Vamos chamar a primeira proposição de “**p**” a segunda de “**~p**” e o conetivo de “**v**”

Assim podemos representar a sentença acima da seguinte forma: **p v ~p**

Agora vamos construir as hipóteses:

H1:

p: Grêmio cai para segunda divisão

~p: Grêmio **não** cai para segunda divisão

H2:

p: Grêmio **não** cai para segunda divisão

~p: Grêmio cai para segunda divisão

	p	~p	p v ~p
H1	V	F	V
H2	F	V	V

Como os valores lógicos encontrados foram todos verdadeiros, logo temos uma TAUTOLOGIA!

Exemplo 2, verificamos se a sentença abaixo é uma tautologia:

Se João é alto, então João é alto ou Guilherme é gordo.

p = João é alto.
 q = Guilherme é gordo. } $p \rightarrow p \vee q$

Agora vamos construir a tabela verdade da sentença anterior:

	p	q	$p \vee q$	$p \rightarrow p \vee q$
H1	V	F	V	V
H2	F	V	V	V
H3	F	V	V	V
H4	F	F	F	V

Como para todas as combinações possíveis, sempre o valor lógico da sentença será verdadeiro, logo temos uma tautologia.

CONTRADIÇÃO

Uma proposição composta formada por duas ou mais proposições **p, q, r, ...** será dita uma **contradição** se ela for **sempre falsa**, independentemente dos valores lógicos das proposições **p, q, r, ...** que a compõem.

Exemplo: Lula é o presidente do Brasil **e** Lula **não** é o presidente do Brasil

Vamos chamar a primeira proposição de "**p**" a segunda de "**~p**" e o conetivo de "**^**"

Assim podemos representar a "frase" acima da seguinte forma: **$p \wedge \sim p$**

	p	$\sim p$	$p \wedge \sim p$
H1	V	F	F
H2	F	V	F

Logo temos uma CONTRADIÇÃO!

#FICADICA

Sempre verdadeiro = Tautologia.

Sempre Falso = Contradição.

DIAGRAMA LÓGICO

Chama-se argumento a afirmação de que um grupo de proposições iniciais redundam em uma outra proposição final, que será consequência das primeiras. Estudaremos aqui apenas os argumentos que podemos resolver por diagrama, contendo as expressões: **Todo, algum, nenhum ou outras similares.**

Um argumento válido tem obrigatoriamente a conclusão como consequência das premissas. Assim, quando um argumento é válido, a conjunção das premissas verdadeiras implica logicamente a conclusão.

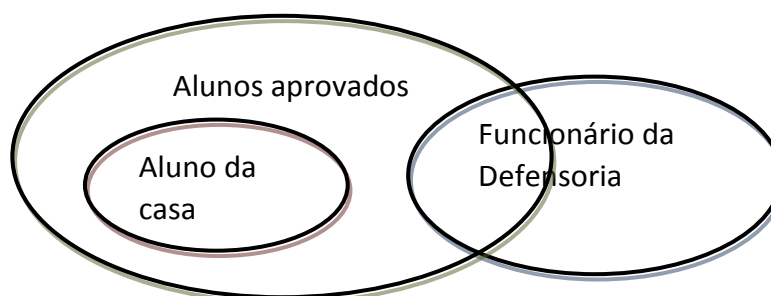
Exemplo: Considere o silogismo abaixo:

1. Todo aluno da Casa do Concurseiro é aprovado.
2. Algum aprovado é funcionário da defensoria.

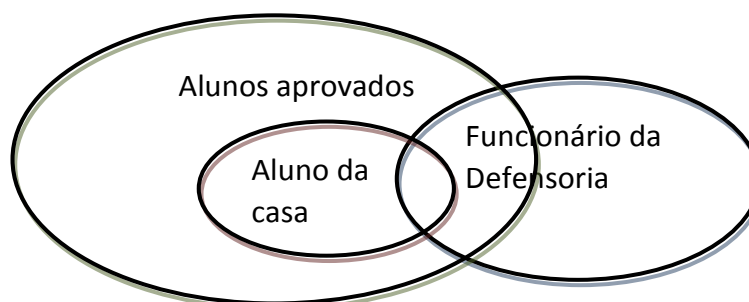
Conclusão:

Existem alunos da casa que são funcionários da defensoria.

Para concluir se um silogismo é verdadeiro ou não, devemos construir conjuntos com as premissas dadas. Para isso devemos considerar **todos** os casos possíveis, limitando a escrever apenas o que a proposição afirma.



Pelo exemplo acima vimos que nem sempre a conclusão acima é verdadeira, veja que quando ele afirma que “existem alunos da casa que são funcionários da defensoria”, ele está dizendo que sempre isso vai acontecer, mas vimos por esse diagrama que nem sempre acontece.



Nesse diagrama isso acontece, mas pelo dito na conclusão, sempre vai existir, e vimos que não, logo a conclusão é falsa.

No mesmo exemplo, se a conclusão fosse:

“Existem funcionários da defensoria que não são alunos da casa”

Qualquer diagrama que fizermos (de acordo com as premissas) essa conclusão será verdadeira, tanto no diagrama 1 quanto no diagrama 2, sempre vai ter alguém de fora do desenho.

Logo, teríamos um silogismo!

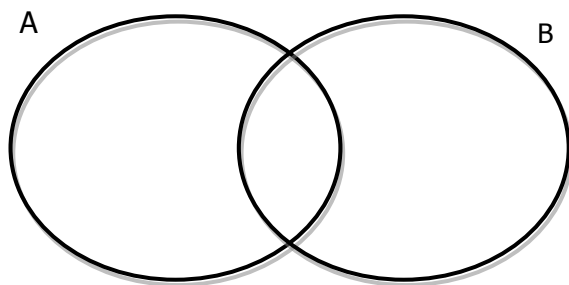
Silogismo é uma palavra cujo significado é o de cálculo. Etimologicamente, silogismo significa “reunir com o pensamento” e foi empregado pela primeira vez por Platão (429-348 a.C.). Aqui o sentido adotado é o de um raciocínio no qual, a partir de proposições iniciais, conclui-se uma proposição final. Aristóteles (384-346 a.C.) utilizou tal palavra para designar um argumento composto por duas premissas e uma conclusão.

Algum

Vamos representar graficamente as premissas que contenham a expressão “algum”.

São considerados sinônimos de algum as expressões: existe(m), há pelo menos um ou qualquer outra similar.

Analise o desenho abaixo, que representa o conjunto dos A e B. O que podemos inferir a partir do desenho?



Conclusões:

Existem elementos em A que são B.

Existem elementos em B que são A.

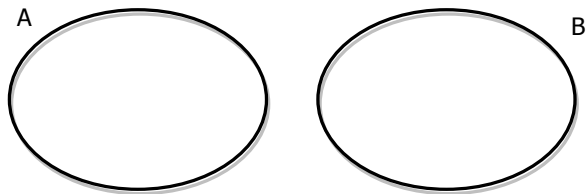
Existem elementos A que não são B.

Existem elementos B que não estão em A.

Nenhum

Vejam agora as premissas que contém a expressão nenhum ou outro termo equivalente.

Analise o desenho abaixo, que representa o conjunto dos A e B. O que podemos inferir a partir do desenho?



Conclusões:

Nenhum A é B.

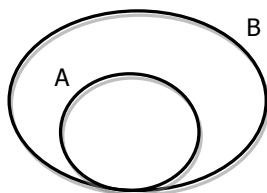
Nenhum B é A.

Todo

Vamos representar graficamente as premissas que contenham a expressão “todo”.

Pode ser utilizado como sinônimo de todo a expressão “qualquer um” ou outra similar.

Analise o desenho abaixo, que representa o conjunto dos A e B. O que podemos inferir a partir do desenho?



Conclusão:

Todo A é B.

Alguns elementos de B é A ou existem B que são A.

#FICADICA

Como vou reconhecer um problema onde tenho que usar conjuntos?

Quando na questão existir expressões como: **todo**, **algum**, **nenhum** ou outras similares usaremos o método dos conjuntos para solucionar a questão.

QUESTÃO COMENTADA

(FCC: TCE-SP – 2010) Considere as seguintes afirmações:

I – Todo escrivão deve ter noções de Matemática.

II – Alguns funcionários do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo são escrivãos.

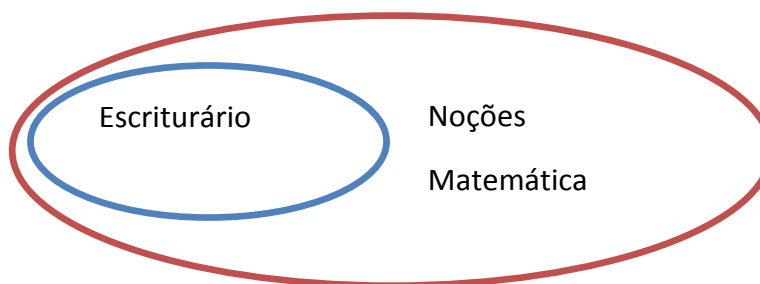
Se as duas afirmações são verdadeiras, então é correto afirmar que:

- a) Todo funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo deve ter noções de Matemática.
- b) Se Joaquim tem noções de Matemática, então ele é escrivão.
- c) Se Joaquim é funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, então ele é escrivão.
- d) Se Joaquim é escrivão, então ele é funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- e) Alguns funcionários do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo podem não ter noções de Matemática.

Resolução:

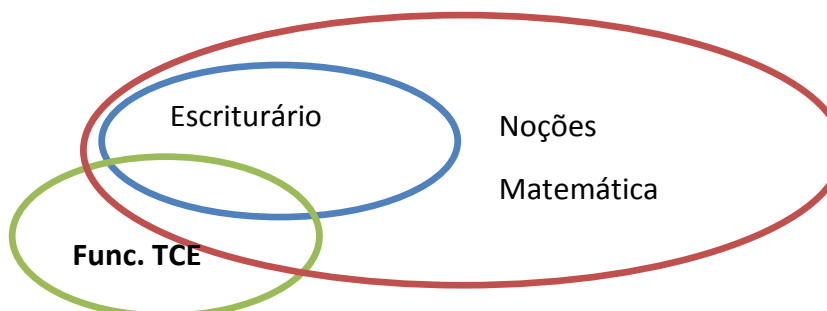
Primeiramente vamos representar a primeira premissa.

I – Todo escrivão deve ter noções de Matemática.

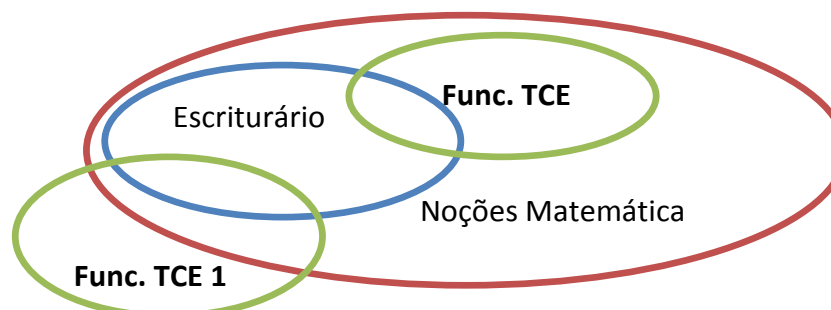


II – Alguns funcionários do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo são escrivãos.

Vejamos uma hipótese para a segunda premissa.



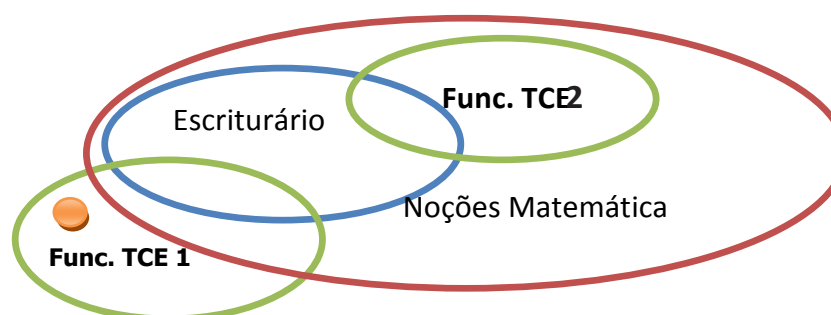
Vamos considerar agora a possibilidade de todos os funcionários terem noções de Matemática, ficamos agora com duas possibilidades distintas.



Analisamos agora as alternativas

Alternativa A: Todo funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo deve ter noções de Matemática

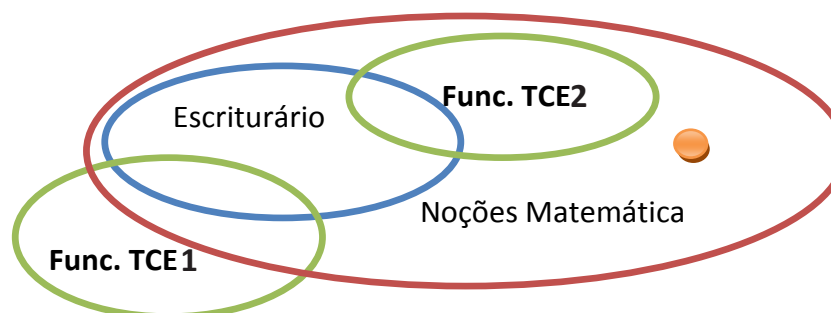
Solução:



Observe que o nosso símbolo representa um funcionário do TCE que **não** possui noção de matemática. Logo a conclusão é precipitada.

Alternativa B: Se Joaquim tem noções de Matemática, então ele é escriturário

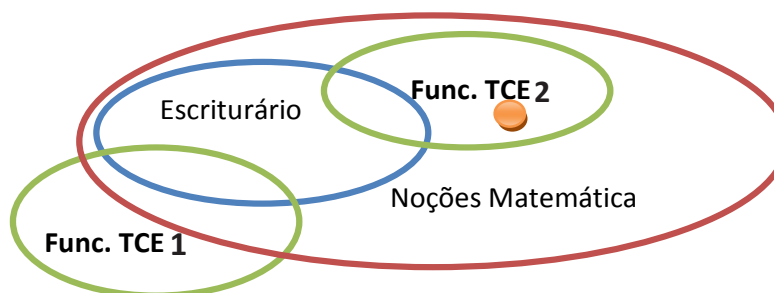
Solução:



O ponto em destaque representa alguém que possui noção de matemática, porém não é escriturário, logo a conclusão é precipitada e está errada.

Alternativa C: Se Joaquim é funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, então ele é escriturário.

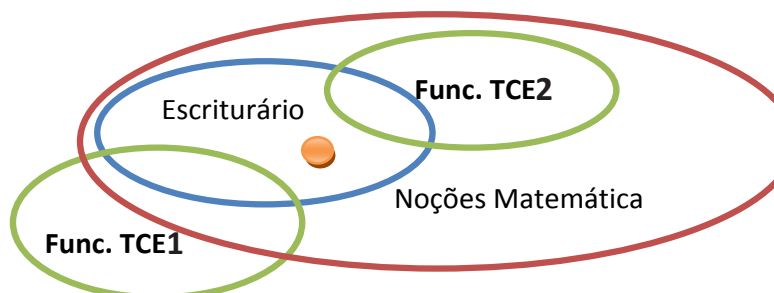
Solução:



O ponto em destaque representa alguém que possui é funcionário do TCE, porém não é escriturário, logo a conclusão é precipitada e está errada.

Alternativa D: Se Joaquim é escriturário, então ele é funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

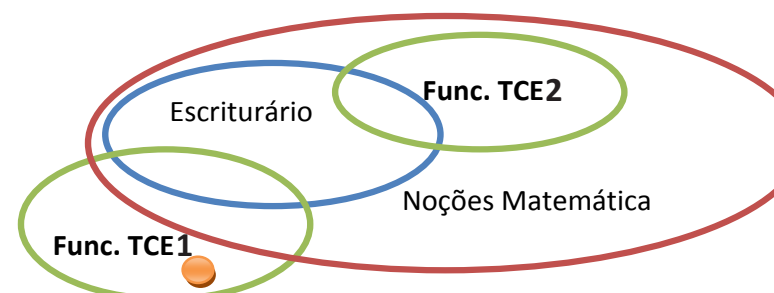
Solução:



O ponto em destaque representa alguém que é escriturário, porém não é funcionário do TCE, logo a conclusão é precipitada e está alternativa está errada.

Alternativa E: Alguns funcionários do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo podem não ter noções de Matemática

Solução:



O ponto em destaque representa um funcionário do TCE que não tem noção de matemática, como a questão afirma que “podem”, logo está correta.

NEGAÇÃO DE TODO, ALGUM E NENHUM.

As Proposições da forma **Algum A é B** estabelecem que o conjunto A tem *pele menos* um elemento em comum com o conjunto B.

As Proposições da forma **Todo A é B** estabelecem que o conjunto A é um subconjunto de B. Note que não podemos concluir que $A = B$, pois não sabemos se **todo** B é A.

Como negamos estas Proposições:

Exemplos:

1. **Toda** mulher é friorenta.

Negação: **Alguma** mulher **não** é friorenta.

2. **Algum** aluno da casa será aprovado.

Negação: **Nenhum** aluno da casa vai ser aprovado.

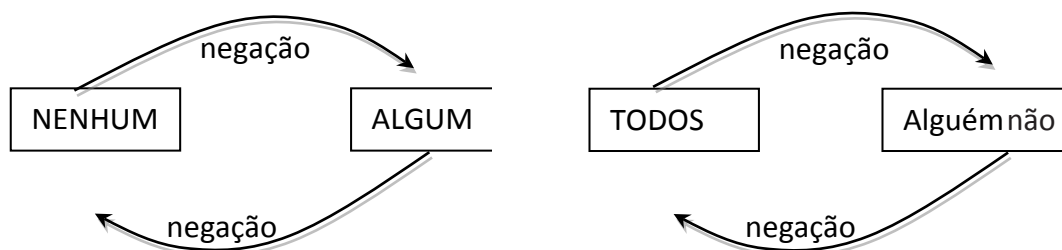
3. **Nenhum** gremista é campeão.

Negação: **Pelo menos** um gremista é campeão.

4. **Todos** os estudantes não trabalham

Negação: **Algum** estudante trabalha.

#FICADICA



Cuide os sinônimos como por exemplo, existem, algum e etc.

1. (3323) RACIOCÍNIO LÓGICO | FCC | TRT - 1ª REGIÃO (RJ) | 2013. ASSUNTOS: LÓGICA PROPOSICIONAL

Um vereador afirmou que, no último ano, compareceu a todas as sessões da Câmara Municipal e não empregou parentes em seu gabinete. Para que essa afirmação seja falsa, é necessário que, no último ano, esse vereador

- a) tenha faltado em todas as sessões da Câmara Municipal ou tenha empregado todos os seus parentes em seu gabinete.
- b) tenha faltado em pelo menos uma sessão da Câmara Municipal e tenha empregado todos os seus parentes em seu gabinete.
- c) tenha faltado em pelo menos uma sessão da Câmara Municipal ou tenha empregado um parente em seu gabinete.
- d) tenha faltado em todas as sessões da Câmara Municipal e tenha empregado um parente em seu gabinete.
- e) tenha faltado em mais da metade das sessões da Câmara Municipal ou tenha empregado pelo menos um parente em seu gabinete.

2. (3447) RACIOCÍNIO LÓGICO | FCC | TCE - SP | 2012. ASSUNTOS: RACIOCÍNIO LÓGICO

Em uma empresa, todo diretor tem direito a plano de saúde executivo e metade dos funcionários do setor de vendas também tem esse direito. Além disso, todos os funcionários do setor de vendas usam carro da frota da empresa para trabalhar. Sabendo que nenhum funcionário dessa empresa pode se tornar diretor se não falar inglês, conclui-se que, necessariamente,

- a) algum funcionário da empresa que usa carro da frota tem direito a plano de saúde executivo.

- b) todo funcionário dessa empresa que fala inglês tem direito a plano de saúde executivo.
- c) no setor de vendas dessa empresa existe pelo menos um funcionário que é diretor.
- d) existem diretores nessa empresa que usam carro da frota para trabalhar.
- e) pelo menos 50% dos funcionários do setor de vendas dessa empresa não falam inglês.

3. (3365) RACIOCÍNIO LÓGICO | FCC | TST | 2012. ASSUNTOS: LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO | LÓGICA PROPOSICIONAL

A declaração abaixo foi feita pelo gerente de recursos humanos da empresa X durante uma feira de recrutamento em uma faculdade:

“Todo funcionário de nossa empresa possui plano de saúde e ganha mais de R\$ 3.000,00 por mês.”

Mais tarde, consultando seus arquivos, o diretor percebeu que havia se enganado em sua declaração. Dessa forma, conclui-se que, necessariamente,

- a) dentre todos os funcionários da empresa X, há um grupo que não possui plano de saúde.
- b) o funcionário com o maior salário da empresa X ganha, no máximo, R\$ 3.000,00 por mês.
- c) um funcionário da empresa X não tem plano de saúde ou ganha até R\$ 3.000,00 por mês.
- d) nenhum funcionário da empresa X tem plano de saúde ou todos ganham até R\$ 3.000,00 por mês.
- e) alguns funcionários da empresa X não têm plano de saúde e ganham, no máximo, R\$ 3.000,00 por mês.

**4. (3488) RACIOCÍNIO LÓGICO | FCC | TRT -
11ª REGIÃO (AM) | 2012**

ASSUNTOS: LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

Um analista esportivo afirmou:

“Sempre que o time X joga em seu estádio marca pelo menos dois gols.”

De acordo com essa afirmação, conclui-se que, necessariamente,

- a) o time X marca mais gols em seu estádio do que fora dele.
- b) o time X marca menos de dois gols quando joga fora de seu estádio.
- c) se o time X marcar um único gol em um jogo, este terá ocorrido fora de seu estádio.
- d) se o time X marcar três gols em um jogo, este terá ocorrido em seu estádio.
- e) o time X nunca é derrotado quando joga em seu estádio.

**5. (3459) RACIOCÍNIO LÓGICO | CESPE | TCE -
AP | 2012**

ASSUNTOS: LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

O responsável por um ambulatório médico afirmou:

“Todo paciente é atendido com certeza, a menos que tenha chegado atrasado.”

De acordo com essa afirmação, conclui-se que, necessariamente,

- a) nenhum paciente terá chegado atrasado se todos tiverem sido atendidos.
- b) nenhum paciente será atendido se todos tiverem chegado atrasados.
- c) se um paciente não for atendido, então ele terá chegado atrasado.
- d) se um paciente chegar atrasado, então ele não será atendido.
- e) se um paciente for atendido, então ele não terá chegado atrasado.

Para ver a explicação do professor sobre as questões, acesse o link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=72887>



Questões Complementares

1. Considere as proposições A, B e C a seguir.
- A Se Jane é policial federal ou procuradora de justiça, então Jane foi aprovada em concurso público.
 - B. Jane foi aprovada em concurso público.
 - C. Jane é policial federal ou procuradora de justiça.

Nesse caso, se A e B forem V, então C também será V.

2. As proposições “Se o delegado não prender o chefe da quadrilha, então a operação agarra não será bem-sucedida” e “Se o delegado prender o chefe da quadrilha, então a operação agarra será bem-sucedida” são equivalentes.
3. Considere que um delegado, quando foi interrogar Carlos e José, já sabia que, na quadrilha à qual estes pertenciam, os comparsas ou falavam sempre a verdade ou sempre mentiam. Considere, ainda, que, no interrogatório, Carlos disse: José só fala a verdade, e José disse: Carlos e eu somos de tipos opostos. Nesse caso, com base nessas declarações e na regra da contradição, seria correto o delegado concluir que Carlos e José mentiram.
4. Se A for a proposição “Todos os policiais são honestos”, então a proposição $\neg A$ estará enunciada corretamente por “Nenhum policial é honesto”.

5. A sequência de proposições a seguir constitui uma dedução correta.
- Se Carlos não estudou, então ele fracassou na prova de Física.
 - Se Carlos jogou futebol, então ele não estudou.
 - Carlos não fracassou na prova de Física.
- Carlos não jogou futebol.

BANCO DO BRASIL 2007 – CESPE

6. É correto o raciocínio lógico dado pela sequência de proposições seguintes:
- Se Antônio for bonito ou Maria for alta, então José será aprovado no concurso.
- Maria é alta.
- Portanto José será aprovado no concurso.
7. É correto o raciocínio lógico dado pela sequência de proposições seguintes:
- Se Célia tiver um bom currículo, então ela conseguirá um emprego.
- Ela conseguiu um emprego.
- Portanto, Célia tem um bom currículo.

- 8.** Na lista de frases apresentadas a seguir, há exatamente três proposições.
- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
 - A expressão $X + Y$ é positiva.
 - O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$
 - Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
 - O que é isto?
- 9.** A proposição funcional “Para qualquer x , tem-se que $x^2 > x$ é verdadeira para todos os valores de x que estão no conjunto $\left\{5, \frac{5}{2}, 3, \frac{3}{2}, 2, \frac{1}{2}\right\}$.”
- 10.** A proposição funcional “Existem números que são divisíveis por 2 e por 3” é verdadeira para elementos do conjunto $\{2, 3, 9, 10, 15, 16\}$.
- 11.** Duas pessoas carregam fichas nas cores branca e preta. Quando a primeira pessoa carrega a ficha branca, ela fala somente a verdade, mas, quando carrega a ficha preta, ela fala somente mentiras. Por outro lado, quando a segunda pessoa carrega a ficha branca, ela fala somente mentira, mas, quando carrega a ficha preta, fala somente verdades.
- Com base no texto acima, julgue o item a seguir.
- Se a primeira pessoa diz “Nossas fichas não são da mesma cor” e a segunda pessoa diz “Nossas fichas são da mesma cor”, então, pode-se concluir que a segunda pessoa está dizendo a verdade.
- 12.** Considere as seguintes proposições:
- P: “Mara trabalha” e Q: “Mara ganha dinheiro”
- Nessa situação, é válido o argumento em que as premissas são “Mara não trabalha ou Mara ganha dinheiro” e “Mara não trabalha”, e a conclusão é “Mara não ganha dinheiro”
- 13.** Há duas proposições no seguinte conjunto de sentenças:
- (I) O BB foi criado em 1980.
 - (II) Faça seu trabalho corretamente.
 - (III) Manuela tem mais de 40 anos de idade
- 14.** A proposição simbólica $(P \wedge Q) \vee R$ possui, no máximo, 4 avaliações
- 15.** Uma expressão da forma $\neg (A \wedge \neg B)$ é uma proposição que tem exatamente as mesmas valorações V ou F da proposição $A \rightarrow B$.
- 16.** Considere que as afirmativas “Se Mara acertou na loteria então ela ficou rica” e “Mara não acertou na loteria” sejam a m b a s proposições verdadeiras. Simbolizando adequadamente essas proposições pode-se garantir que a proposição “Ela não ficou rica” é também verdadeira.
- 17.** A proposição simbolizada por $(A \rightarrow B) \rightarrow (B \rightarrow A)$ possui uma única valoração F.

18. Considere que a proposição “Sílvia ama Joaquim ou Sílvia ama Tadeu” seja verdadeira. Então pode-se garantir que a proposição “Sílvia ama Tadeu” é verdadeira.
24. Toda proposição simbolizada na forma $A \rightarrow B$ tem os mesmos valores lógicos que a proposição $B \rightarrow A$.

BANCO DO BRASIL 2008 – CESPE

19. A negação da proposição $A \rightarrow B$ possui os mesmos valores lógicos que a proposição $A \wedge (\neg B)$.
20. Considere que A seja a proposição “As palavras têm vida” e B seja a proposição “Vestem-se de significados”, e que sejam consideradas verdadeiras. Nesse caso, a proposição $A \wedge (\neg B)$ é F.
21. A negação da proposição “As palavras mascaram-se” pode ser corretamente expressa pela proposição “Nenhuma palavra se mascara”.
22. A proposição “Se as reservas internacionais em moeda forte aumentam, então o país fica protegido de ataques especulativos” pode também ser corretamente expressa por “O país ficar protegido de ataques especulativos é condição necessária para que as reservas internacionais aumentem”.
23. A proposição “Se o Brasil não tem reservas de 190 milhões de dólares, então o Brasil tem reservas menores que as da Índia” tem valor lógico F.
25. A proposição “Existem países cujas reservas ultrapassam meio bilhão de dólares” é F quando se considera que o conjunto dos países em questão é {Brasil, Índia, Coréia do Sul, Rússia}.
26. Considerando como V as proposições “Os países de economias emergentes têm grandes reservas internacionais” e “O Brasil tem grandes reservas internacionais”, é correto concluir que a proposição “O Brasil é um país de economia emergente” é V.
27. A frase “Quanto subiu o percentual de mulheres assalariadas nos últimos 10 anos?” não pode ser considerada uma proposição.
28. Suponha um argumento no qual as premissas sejam as proposições I e II abaixo.
- I – Se uma mulher está desempregada, então, ela é infeliz.
- II – Se uma mulher é infeliz, então, ela vive pouco.
- Nesse caso, se a conclusão for a proposição “Mulheres desempregadas vivem pouco”, tem-se um argumento correto.

- 29.** Considere que A seja a proposição “O número de mulheres no mercado de trabalho mundial atingiu 1,2 bilhão, em 2007” e B seja a proposição “O percentual de mulheres que trabalhavam no campo era maior que o percentual de mulheres que trabalhavam em serviços, em 2007”. Atribuindo valores lógicos, V ou F, à proposição A e à proposição B, de acordo com o referido texto, pode-se garantir que a proposição $(\neg A) \vee B$ é V.
- 30.** Atribuindo-se todos os possíveis valores lógicos V ou F às proposições A e B, a proposição $[\neg(A) \rightarrow B] \wedge A$ terá três valores lógicos F.
- 31.** Considerando-se como V a proposição “Sem linguagem, não há acesso à realidade”, conclui-se que a proposição “Se não há linguagem, então não há acesso à realidade” é também V.
- 32.** Se o valor lógico da proposição “Se as operações de crédito no país aumentam, então os bancos ganham muito dinheiro” é V, então é correto concluir que o valor lógico da proposição “Se os bancos não ganham muito dinheiro, então as operações de crédito no país não aumentam” é também V.
- 33.** A negação da proposição “Existe banco brasileiro que fica com mais de 32 dólares de cada 100 dólares investidos” pode ser assim redigida: “Nenhum banco brasileiro fica com mais de 32 dólares de cada 100 dólares investidos.”
- 34.** Se a proposição “Algum banco lucra mais no Brasil que nos EUA” tiver valor lógico V, a proposição “Se todos os bancos lucram mais nos EUA que no Brasil, então os correntistas têm melhores serviços lá do que aqui” será F.

Gabarito: 1. E 2. E 3. C 4. E 5. C 6. C 7. E 8. E 9. E 10. E 11. C 12. E 13. C 14. E 15. C 16. E
17. C 18. E 19. C 20. C 21. E 22. C 23. E 24. E 25. E 26. E 27. C 28. C 29. E 30. E 31. C 32. C
33. C 34. E

1. (35088) Prova: CESPE – 2013 - SEGER-ES – Superior

Um provérbio chinês diz que:

P1: Se o seu problema não tem solução, então não é preciso se preocupar com ele, pois nada que você fizer o resolverá.

P2: Se o seu problema tem solução, então não é preciso se preocupar com ele, pois ele logo se resolverá.

O número de linhas da tabela verdade correspondente à proposição P2 do texto apresentado é igual a

- a) 4.
- b) 8.
- c) 12.
- d) 16.
- e) 24.

2. (35089) Prova: CESPE – 2013 - SEGER-ES – Superior

Um provérbio chinês diz que:

P1: Se o seu problema não tem solução, então não é preciso se preocupar com ele, pois nada que você fizer o resolverá.

P2: Se o seu problema tem solução, então não é preciso se preocupar com ele, pois ele logo se resolverá.

Indicadas por P, Q e R, respectivamente, as proposições “Seu problema tem solução”, “Nada que você fizer resolverá seu problema” e “Não é preciso se preocupar com seu problema”, e indicados por “~” e “6”, respectivamente, os conectivos “não” e “se ..., então”, a proposição P1 pode ser corretamente representada, na linguagem lógico-simbólica, por

- a) $(\sim P) \rightarrow (R \rightarrow Q)$.
- b) $((Q \rightarrow (\sim P)) \rightarrow R)$.

c) $((\sim P) \rightarrow Q) \rightarrow R$.

d) $(\sim P) \rightarrow (Q \rightarrow R)$.

e) $((\sim P) \rightarrow R) \rightarrow Q$.

3. (35090) Prova: CESPE – 2013 - SEGER-ES – Superior

Um provérbio chinês diz que:

P1: Se o seu problema não tem solução, então não é preciso se preocupar com ele, pois nada que você fizer o resolverá.

P2: Se o seu problema tem solução, então não é preciso se preocupar com ele, pois ele logo se resolverá.

Assinale a opção que apresenta uma tautologia.

a) $(P \rightarrow R) \vee (Q \rightarrow R)$

b) $P \rightarrow Q \leftrightarrow P \wedge \sim Q$

c) $P \rightarrow Q \leftrightarrow \sim P \vee Q$

d) $(P \rightarrow Q) \wedge (\sim P \rightarrow Q)$

e) $(P \rightarrow R) \wedge (Q \rightarrow R)$

4. (35091) Prova: CESPE – 2013 - MPU – Médio

Ao comentar a respeito da instabilidade cambial de determinado país, um jornalista fez a seguinte colocação: “Ou cai o ministro da Fazenda, ou cai o dólar”. Acerca desse comentário, que constitui uma disjunção exclusiva, julgue o item seguinte.

A negação da colocação do jornalista é equivalente a “Cai o ministro da Fazenda se, e somente se, cai o dólar”.

() Certo () Errado

5. (35092) Prova: CESPE – 2013 - MPU – Médio

Ao comentar a respeito da instabilidade cambial de determinado país, um jornalista fez a seguinte colocação: “Ou cai o ministro da Fazenda, ou cai o dólar”. Acerca desse

comentário, que constitui uma disjunção exclusiva, julgue o item seguinte.

A proposição do jornalista é equivalente a “Se não cai o ministro da Fazenda, então cai o dólar”.

() Certo () Errado

6. (35093) Prova: CESPE – 2013 - MPU – Médio

Ao comentar a respeito da instabilidade cambial de determinado país, um jornalista fez a seguinte colocação: “Ou cai o ministro da Fazenda, ou cai o dólar”. Acerca desse comentário, que constitui uma disjunção exclusiva, julgue o item seguinte.

Caso o ministro da Fazenda permaneça no cargo e a cotação do dólar mantenha sua trajetória de alta, a proposição do jornalista será verdadeira.

() Certo () Errado

7. (35094) Prova: CESPE – 2013 - MPU – Médio

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 técnicos do MPU a respeito da atividade I — planejamento estratégico institucional — e da atividade II — realizar estudos, pesquisas e levantamento de dados — revelou que 29 gostam da atividade I e 28 gostam da atividade II. Com base nessas informações, julgue o item seguinte.

A quantidade máxima de técnicos desse grupo que não gosta de nenhuma das duas atividades é inferior a 7.

() Certo () Errado

8. (35095) Prova: CESPE – 2013 - MPU – Médio

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 técnicos do MPU a respeito da atividade I — planejamento estratégico institucional — e da atividade II — realizar estudos, pesquisas e levantamento de dados — revelou que 29 gostam da atividade I e 28 gostam da atividade II. Com base nessas informações, julgue o item seguinte.

Se 4 técnicos desse grupo não gostam de nenhuma das atividades citadas, então mais de 25 técnicos gostam das duas atividades.

() Certo () Errado

9. (35096) Prova: CESPE – 2013 - MPU – Médio

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 técnicos do MPU a respeito da atividade I — planejamento estratégico institucional — e da atividade II — realizar estudos, pesquisas e levantamento de dados — revelou que 29 gostam da atividade I e 28 gostam da atividade II. Com base nessas informações, julgue o item seguinte.

Infere-se dos dados que a quantidade mínima de técnicos desse grupo que gostam das duas atividades é superior a 20.

() Certo () Errado

10. (35097) Prova: CESPE – 2013 - CPRM – Superior

Márcia, ao interrogar os filhos, Ana, Bernardo, Carla, Deise e Eugênio, sobre qual deles havia quebrado um espelho, obteve as seguintes declarações:

— O culpado é Eugênio ou Deise, disse Bernardo;

— O culpado é uma menina, disse Eugênio;

— Se Bernardo é culpado, então Carla é inocente, disse Deise.

Com base nessa situação e admitindo que somente um seja culpado, julgue o item seguinte.

A afirmação de Deise é equivalente a “Se Carla é culpada, então Bernardo é inocente”.

() Certo () Errado

11. (35098) Prova: CESPE – 2013 - CPRM – Superior

Márcia, ao interrogar os filhos, Ana, Bernardo, Carla, Deise e Eugênio, sobre qual

deles havia quebrado um espelho, obteve as seguintes declarações:

— O culpado é Eugênio ou Deise, disse Bernardo;

— O culpado é uma menina, disse Eugênio;

— Se Bernardo é culpado, então Carla é inocente, disse Deise.

Com base nessa situação e admitindo que somente um seja culpado, julgue o item seguinte.

A afirmação de Deise é equivalente a “Bernardo ou Carla é inocente”.

() Certo () Errado

12. (35099) Prova: CESPE – 2013 - CPRM – Superior

Márcia, ao interrogar os filhos, Ana, Bernardo, Carla, Deise e Eugênio, sobre qual deles havia quebrado um espelho, obteve as seguintes declarações:

— O culpado é Eugênio ou Deise, disse Bernardo;

— O culpado é uma menina, disse Eugênio;

— Se Bernardo é culpado, então Carla é inocente, disse Deise.

Com base nessa situação e admitindo que somente um seja culpado, julgue o item seguinte.

Se Deise disse a verdade, então Bernardo é o culpado.

() Certo () Errado

13. (35100) Prova: CESPE – 2013 - CPRM – Superior

Márcia, ao interrogar os filhos, Ana, Bernardo, Carla, Deise e Eugênio, sobre qual deles havia quebrado um espelho, obteve as seguintes declarações:

— O culpado é Eugênio ou Deise, disse Bernardo;

— O culpado é uma menina, disse Eugênio;

— Se Bernardo é culpado, então Carla é inocente, disse Deise.

Com base nessa situação e admitindo que somente um seja culpado, julgue o item seguinte.

Admitindo-se que, nessa situação, caso tenha dito algo, o culpado tenha mentido e os inocentes tenham dito a verdade, é correto inferir que foi Bernardo quem quebrou o espelho.

() Certo () Errado

14. (35101) Prova: CESPE – 2013 - CPRM – Superior

Márcia, ao interrogar os filhos, Ana, Bernardo, Carla, Deise e Eugênio, sobre qual deles havia quebrado um espelho, obteve as seguintes declarações:

— O culpado é Eugênio ou Deise, disse Bernardo;

— O culpado é uma menina, disse Eugênio;

— Se Bernardo é culpado, então Carla é inocente, disse Deise.

Com base nessa situação e admitindo que somente um seja culpado, julgue o item seguinte.

A negação da afirmação de Bernardo é corretamente expressa por “Nem Eugênio nem Deise são culpados”.

() Certo () Errado

15. (35102) Prova: CESPE – 2013 - CPRM – Superior

Márcia, ao interrogar os filhos, Ana, Bernardo, Carla, Deise e Eugênio, sobre qual deles havia quebrado um espelho, obteve as seguintes declarações:

— O culpado é Eugênio ou Deise, disse Bernardo;

— O culpado é uma menina, disse Eugênio;

— Se Bernardo é culpado, então Carla é inocente, disse Deise.

Com base nessa situação e admitindo que somente um seja culpado, julgue o item seguinte.

A afirmação de Eugênio é equivalente a “Existe um menino que é inocente”.

() Certo () Errado

16. (35103) Prova: CESPE – 2013 - MI – Superior

Ao comentar a respeito da qualidade dos serviços prestados por uma empresa, um cliente fez as seguintes afirmações:

P1: Se for bom e rápido, não será barato.

P2: Se for bom e barato, não será rápido.

P3: Se for rápido e barato, não será bom.

Com base nessas informações, julgue o item seguinte.

Um argumento que tenha P1 e P2 como premissas e P3 como conclusão será um argumento válido.

() Certo () Errado

17. (35104) Prova: CESPE – 2013 - MI – Superior

Ao comentar a respeito da qualidade dos serviços prestados por uma empresa, um cliente fez as seguintes afirmações:

P1: Se for bom e rápido, não será barato.

P2: Se for bom e barato, não será rápido.

P3: Se for rápido e barato, não será bom.

Com base nessas informações, julgue o item seguinte.

A proposição P1 é logicamente equivalente a “Se o serviço for barato, não será bom nem será rápido”.

() Certo () Errado

18. (35105) Prova: CESPE – 2013 - MI – Superior

Ao comentar a respeito da qualidade dos serviços prestados por uma empresa, um cliente fez as seguintes afirmações:

P1: Se for bom e rápido, não será barato.

P2: Se for bom e barato, não será rápido.

P3: Se for rápido e barato, não será bom.

Com base nessas informações, julgue o item seguinte.

A proposição P2 é logicamente equivalente a “Ou o serviço é bom e barato, ou é rápido”.

() Certo () Errado

19. (35106) Prova: CESPE – 2013 - MI – Superior

Ao comentar a respeito da qualidade dos serviços prestados por uma empresa, um cliente fez as seguintes afirmações:

P1: Se for bom e rápido, não será barato.

P2: Se for bom e barato, não será rápido.

P3: Se for rápido e barato, não será bom.

Com base nessas informações, julgue o item seguinte.

Se P3 for falsa, então o serviço prestado é bom, é rápido e é barato.

() Certo () Errado

20. (35107) Prova: CESPE – 2013 - MI – Superior

O casal Cássio e Cássia tem as seguintes peculiaridades: tudo o que Cássio diz às quartas, quintas e sextas-feiras é mentira, sendo verdade o que é dito por ele nos outros dias da semana; tudo o que Cássia diz aos domingos, segundas e terças-feiras é mentira, sendo verdade o que é dito por ela nos outros dias da semana.

A respeito das peculiaridades desse casal, julgue o item seguinte.

Se, em certo dia, ambos disserem “Amanhã é meu dia de mentir”, então essa afirmação terá sido feita em uma terça-feira.

() Certo () Errado

21. (35108) Prova: CESPE – 2013 - MI – Superior

O casal Cássio e Cássia tem as seguintes peculiaridades: tudo o que Cássio diz às quartas, quintas e sextas-feiras é mentira, sendo verdade o que é dito por ele nos outros dias da semana; tudo o que Cássia diz aos domingos, segundas e terças-feiras é mentira, sendo verdade o que é dito por ela nos outros dias da semana.

A respeito das peculiaridades desse casal, julgue o item seguinte.

Na terça-feira, Cássia disse que iria ao supermercado no sábado e na quarta-feira, que compraria arroz no sábado. Nesse caso, a proposição “Se Cássia for ao supermercado no sábado, então comprará arroz” é verdadeira.

() Certo () Errado

22. (35109) Prova: CESPE – 2013 - MI – Superior

O casal Cássio e Cássia tem as seguintes peculiaridades: tudo o que Cássio diz às quartas, quintas e sextas-feiras é mentira, sendo verdade o que é dito por ele nos outros dias da semana; tudo o que Cássia diz aos domingos, segundas e terças-feiras é mentira, sendo verdade o que é dito por ela nos outros dias da semana.

A respeito das peculiaridades desse casal, julgue o item seguinte.

Se, em uma sexta-feira, Cássio disser a Cássia: “Se eu te amasse, eu não iria embora”, será correto concluir que Cássio não ama Cássia.

() Certo () Errado

23. (35110) Prova: CESPE – 2013 - MME – Superior

A proposição “As fontes de energia fósseis estão, pouco a pouco, sendo substituídas por fontes de energia menos poluentes,

como a energia elétrica, a eólica e a solar — as fontes de energia limpa” pode ser representada simbolicamente por

- a) $P \vee Q$.
- b) $(P \vee Q) \rightarrow R$.
- c) $(P \wedge Q) \rightarrow R$.
- d) P .
- e) $P \wedge Q$.

24. (35111) Prova: CESPE – 2013 - MME – Superior

A representação simbólica correta da proposição “O homem é semelhante à mulher assim como o rato é semelhante ao elefante” é

- a) $P \leftrightarrow Q$.
- b) P .
- c) $P \wedge Q$.
- d) $P \vee Q$.
- e) $P \rightarrow Q$.

25. (35112) Prova: CESPE – 2013 - MME – Superior

Com base na tabela, assinale a opção que apresenta a sequência correta dos elementos constituintes da coluna da tabela-verdade correspondente à proposição lógica $S: R \leftrightarrow (P \wedge Q)$.

- a) V / F / V / F / F / V / V / V
- b) V / F / V / F / F / V / F / V
- c) V / F / V / F / F / F / V / V
- d) V / F / F / F / F / V / V / V
- e) V / V / F / F / F / V / V / V

26. (35113) Prova: CESPE – 2013 - MME – Superior

Ainda com base na tabela, assinale a opção que apresenta a sequência correta dos elementos constituintes da coluna da tabela verdade correspondente à proposição lógica $S: (P \rightarrow Q) \vee (P \rightarrow R)$.

- a) V / V / V / V / V / V / F / V
- b) V / F / F / F / V / V / V / V
- c) V / V / V / V / V / V / V / F
- d) F / V / V / F / V / V / F / V



e) $V/V/V/F/F/V/V/V$

27. (35114) Prova: CESPE – 2013 - MME – Médio

Assinale a opção que apresenta uma proposição logicamente equivalente à negação da proposição “Todo ser humano é responsável pelo bem que não faz”.

- a) Todo ser humano não é responsável pelo bem que não faz.
- b) Algum ser humano não é responsável pelo bem que não faz.
- c) Todo ser humano é responsável pelo bem que faz.
- d) Todo ser humano é responsável pelo mal que não faz.
- e) Algum ser humano não é responsável pelo bem que faz.

28. (35115) Prova: CESPE – 2013 - MME – Médio

Quando o governo e as leis vigentes são incapazes de administrar os conflitos existentes entre as classes dominantes e as chamadas forças populares, ou de impedir o aumento do espaço político dessas forças, as classes dominantes apelam para golpes de Estado.

Considere as seguintes proposições:

P: O governo é incapaz de administrar os conflitos existentes entre as classes dominantes e as forças populares.

Q: As leis vigentes são incapazes de administrar os conflitos existentes entre as classes dominantes e as chamadas forças populares.

R: O governo é incapaz de impedir o aumento do espaço político das forças populares.

S: As leis vigentes são incapazes de impedir o aumento do espaço político das forças populares.

T: As classes dominantes apelam para golpes de Estado.

Considerando-se que, a partir das proposições dadas P, Q, R, S e T, seja possível construir novas proposições mediante o uso dos símbolos lógicos \wedge , \vee e \rightarrow , que significam “e”, “ou” e “se..., então”, é correto concluir que a proposição apresentada no texto acima pode ser representada simbolicamente por

- a) $(P \wedge Q) \vee (R \wedge S) \rightarrow T$.
- b) $P \wedge Q \wedge R \wedge S \rightarrow T$.
- c) $P \vee Q \vee R \vee S \rightarrow T$.
- d) $(P \vee Q) \vee (R \wedge S) \rightarrow T$.
- e) $(P \vee Q) \wedge (R \vee S) \rightarrow T$.

29. (35116) Prova: CESPE – 2013 - MME – Médio

Quando o governo e as leis vigentes são incapazes de administrar os conflitos existentes entre as classes dominantes e as chamadas forças populares, ou de impedir o aumento do espaço político dessas forças, as classes dominantes apelam para golpes de Estado.

Assinale a opção correta acerca da negação da proposição “O governo e as leis vigentes são incapazes de administrar os conflitos existentes entre as classes dominantes e as chamadas forças populares, ou de impedir o aumento do espaço político dessas forças.”

- a) O governo e as leis vigentes não são capazes de administrar os conflitos existentes entre as classes dominantes e as chamadas forças populares nem de impedir o aumento do espaço político dessas forças.
- b) O governo e as leis vigentes não são capazes de administrar os conflitos existentes entre as classes dominantes e as chamadas forças populares, ou de impedir o aumento do espaço político dessas forças.
- c) O governo ou as leis vigentes não são incapazes de administrar os conflitos existentes entre as classes dominantes e as chamadas forças populares, nem

de impedir o aumento do espaço político dessas forças.

- d) O governo e as leis vigentes não são incapazes de administrar os conflitos existentes entre as classes dominantes e as chamadas forças populares, ou de impedir o aumento do espaço político dessas forças.
- e) O governo e as leis vigentes são capazes de administrar os conflitos existentes entre as classes dominantes e as chamadas forças populares, e de impedir o aumento do espaço político dessas forças.

30. (35117) Prova: CESPE – 2013 - MME – Médio

Quando o governo e as leis vigentes são incapazes de administrar os conflitos existentes entre as classes dominantes e as chamadas forças populares, ou de impedir o aumento do espaço político dessas forças, as classes dominantes apelam para golpes de Estado.

O número de linhas da tabela-verdade correspondente à proposição do texto inicial é igual a

- a) 16.
b) 32.
c) 64.
d) 128.
e) 8.

31. (35118) Prova: CESPE – 2013 – TCE-RO – Superior

Considere que um argumento seja formado pelas seguintes proposições:

- P1 A sociedade é um coletivo de pessoas cujo discernimento entre o bem e o mal depende de suas crenças, convicções e tradições.
- P2 As pessoas têm o direito ao livre pensar e à liberdade de expressão.
- P3 A sociedade tem paz quando a tolerância é a regra precípua do

convívio entre os diversos grupos que a compõem.

- P4 Novas leis, com penas mais rígidas, devem ser incluídas no Código Penal, e deve ser estimulada uma atuação repressora e preventiva dos sistemas judicial e policial contra todo ato de intolerância.

Com base nessas proposições, julgue o item seguinte.

O argumento em que as proposições de P1 a P3 são as premissas e P4 é a conclusão é um argumento lógico válido.

() Certo () Errado

32. (35119) Prova: CESPE – 2013 – TCE-RO – Superior

Considere que um argumento seja formado pelas seguintes proposições:

- P1 A sociedade é um coletivo de pessoas cujo discernimento entre o bem e o mal depende de suas crenças, convicções e tradições.
- P2 As pessoas têm o direito ao livre pensar e à liberdade de expressão.
- P3 A sociedade tem paz quando a tolerância é a regra precípua do convívio entre os diversos grupos que a compõem.
- P4 Novas leis, com penas mais rígidas, devem ser incluídas no Código Penal, e deve ser estimulada uma atuação repressora e preventiva dos sistemas judicial e policial contra todo ato de intolerância.

Com base nessas proposições, julgue o item seguinte.

A proposição “Deve ser estimulada uma atuação repressora e preventiva dos sistemas judicial e policial contra todo ato de intolerância” é uma proposição composta.

() Certo () Errado

- 33. (35120)** Prova: CESPE – 2013 – TCE-RO – Superior

P	Q	R	S
V	V	V	
V	V	F	
V	F	V	
V	F	F	
F	V	V	
F	V	F	
F	F	V	
F	F	F	

Com base na tabela apresentada acima, referente ao início da construção da tabela-verdade da proposição S, composta de P, Q e R, que são proposições lógicas simples, julgue o item a seguir.

Se $S = Q \leftrightarrow (P \vee R)$, a coluna correspondente à proposição S, depois de preenchida a tabela-verdade, mostrará, de cima para baixo e nesta mesma ordem, os seguintes elementos: V, F, F, F, V, V, F, V.

() Certo () Errado

- 34. (35121)** Prova: CESPE – 2013 – TCE-RO – Superior

P	Q	R	S
V	V	V	
V	V	F	
V	F	V	
V	F	F	
F	V	V	
F	V	F	
F	F	V	
F	F	F	

Com base na tabela apresentada acima, referente ao início da construção da tabela-verdade da proposição S, composta de P, Q

e R, que são proposições lógicas simples, julgue o item a seguir.

Se $S = (P \rightarrow Q) \wedge (P \rightarrow R)$, a coluna correspondente à proposição S, na tabela acima, conterá, de cima para baixo e na ordem em que aparecem, os seguintes elementos: V, F, F, F, V, V, V, V.

() Certo () Errado

- 35. (35122)** Prova: CESPE – 2013 – SEFAZ-ES – Superior

A negação da proposição “Cada uma das contas apresentadas por Fernando contém, no mínimo, dois erros contábeis.” corresponde a

- Todas as contas apresentadas por Fernando contém, pelo menos, um erro contábil.
- Nenhuma das contas apresentadas por Fernando contém, no mínimo, dois erros contábeis.
- Cada uma das contas apresentadas por Fernando contém, no máximo, um erro contábil.
- Pelo menos uma das contas apresentadas por Fernando contém, no máximo, um erro contábil.
- Pelo menos uma das contas apresentadas por Fernando contém, no mínimo, dois erros contábeis.

- 36. (35123)** Prova: CESPE – 2013 – SEFAZ-ES – Superior

Em uma reunião, os amigos Arnaldo, Beatriz, Carlos, Danilo e Elaine fizeram as seguintes afirmações:

Arnaldo: —Meu nome é Danilo ou Arnaldo.

Beatriz: —Arnaldo acaba de mentir.

Carlos: —Beatriz acaba de mentir.

Danilo: —Carlos acaba de mentir.

Elaine: —Danilo acaba de mentir.

A quantidade de pessoas que mentiu nessa situação foi igual a

- a) 5.
- b) 1.
- c) 2.
- d) 3.
- e) 4.

37. (35124) Prova: CESPE – 2013 – SEFAZ-ES – Superior

Considerando todas as possíveis valorações V ou F das proposições simples P e Q, a quantidade de valorações V na tabela-verdade da proposição $(P \wedge Q) \vee (\sim Q) \rightarrow [P \vee (\sim Q)]$ é igual a

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 0.

38. (35125) Prova: CESPE – 2013 – UNIPAMPA – Superior

Julgue o item a seguir, a respeito de estruturas lógicas.

A expressão “Uma revisão dos pisos salariais dos professores assegurará a revolução na educação básica a que a sociedade aspira, pois qualquer reforma para melhorar a qualidade do ensino deverá passar pela valorização do educador” pode ser representada pela sentença lógica $P \rightarrow Q$, em que P e Q sejam proposições convenientemente escolhidas.

() Certo () Errado

39. (35126) Prova: CESPE – 2013 – UNIPAMPA – Superior

Julgue o item a seguir, a respeito de estruturas lógicas.

A frase “O gaúcho, o mato-grossense e o mineiro têm em comum o amor pelo seu estado natal” pode ser representada logicamente na forma $P \wedge Q \wedge R$, em que P, Q e R sejam proposições simples convenientemente escolhidas.

() Certo () Errado

40. (35127) Prova: CESPE – 2013 – UNIPAMPA – Superior

Julgue o item a seguir, a respeito de estruturas lógicas.

A proposição “A estabilidade econômica é dever do Estado e consequência do controle rígido da inflação” pode ser representada pela sentença lógica $P \rightarrow Q$, em que P e Q sejam proposições simples convenientemente escolhidas.

() Certo () Errado

41. (35128) Prova: CESPE – 2010 – SAD-PE – Superior

Um argumento válido é uma sequência finita de proposições em que algumas são chamadas premissas e assumidas como verdadeiras, e as demais são conclusões que se garantem verdadeiras em consequência da veracidade das premissas e de conclusões previamente estabelecidas.

Suponha que a proposição “Se Josué foi aprovado no concurso e mudou de cidade, então Josué mudou de emprego” seja uma premissa de um argumento. Se a proposição “Josué não mudou de emprego” for outra premissa desse argumento, uma conclusão que garante sua validade é expressa pela proposição

- a) Josué foi aprovado no concurso e não mudou de cidade.
- b) Josué não foi aprovado no concurso e mudou de cidade.
- c) Josué não foi aprovado no concurso ou não mudou de cidade.
- d) Se Josué não mudou de emprego, então Josué não mudou de cidade.
- e) Se Josué não mudou de emprego, então Josué não foi aprovado no concurso.

42. (35129) Prova: CESPE – 2008 – IPEA – Superior

Considere as seguintes informações a respeito de lógica:

- proposição: sentença afirmativa que pode ser julgada como verdadeira (V) ou falsa (F), sendo representada por letra maiúscula do alfabeto — A, B, C etc.;
- proposição simples: proposição que não contém nenhuma outra proposição como parte;
- conectivos: “e”, representado por \wedge ; “ou”, representado por \vee ; “se ..., então ...”, representado por \rightarrow ;
- negação: “não”, representado por \neg ;
- tabelas-verdade para algumas proposições compostas são apresentadas a seguir:

A	B	$A \wedge B$	$A \vee B$	$\neg A$	$A \rightarrow B$
V	V	V	V	F	V
V	F	F	V		F
F	V	F	V	V	V
F	F	F	F		V

- leis de De Morgan: $\neg(A \vee B)$ significa $\neg A \wedge \neg B$; e $\neg(A \wedge B)$ significa $\neg A \vee \neg B$;
- sentenças abertas, ou proposições abertas: os exemplos “ $x + 4 = 9$ ” e “Ele foi um grande jogador de futebol” não são considerados proposições, pois não podem ser julgados como V nem F, já que “x” e “Ele” são variáveis. O conjunto dos possíveis valores da variável é o conjunto-universo da proposição aberta. Uma forma de se passar de uma sentença aberta a uma proposição é pela quantificação da variável;
- quantificadores: “qualquer que seja”, “ou para todo”, representado por \forall ; “existe”, representado por \exists . Por exemplo, a proposição “ $(\forall x)(x \in R)(x + 4 = 9)$ ” é valorada como F, enquanto a proposição “ $(\exists x)(x \in R)(x + 4 = 9)$ ” é valorada como V, pois $x = 5$ torna a proposição V. Se “Ele = Pelé”, então a proposição “Ele foi um grande

jogador de futebol” é valorada como V, enquanto se “Ele = Tiradentes”, a mesma proposição é valorada como F. O subconjunto do conjunto universo que torna a proposição verdadeira é o conjunto-verdade da proposição;

- - argumento: relação que associa um conjunto de proposições A_1, A_2, \dots, A_n — denominadas premissas — a uma proposição B — denominada conclusão;
- - argumento válido: um argumento no qual a conclusão é uma consequência necessária de suas premissas, isto é, a verdade de suas premissas garante a verdade da conclusão.

Considere a afirmação X seguinte, que pode ser V ou F: “Se Maria for casada, então ela virá de vestido branco”. Tendo como base o texto, essa afirmação e as possíveis valorações V ou F das proposições simples que a compõem, julgue o item seguinte.

Independentemente de X ser V ou F, a proposição “Se Maria não vier de vestido branco, então ela não é casada” será sempre V.

() Certo () Errado

43. (35130) Se as proposições “Maria é casada” e “Maria não virá de vestido branco” forem ambas V, então X será F.

() Certo () Errado

44. (35131) Prova: CESPE – 2008 – IPEA – Superior

Se a proposição “Maria é casada” for F, então, independentemente de X ser V ou F, a proposição “Se Maria não for casada, então ela não virá de vestido branco” será sempre F.

() Certo () Errado

- 45. (35132)** Prova: CESPE – 2008 – IPEA – Superior

As tabelas-verdade das proposições “Se Maria não vier de vestido branco, então ela não é casada” e “Se Maria é casada, então ela virá de vestido branco” são iguais.

Certo Errado

- 46. (35133)** Prova: CESPE – 2008 – IPEA – Superior

Considere que as proposições “Alguns flamenguistas são vascaínos” e “Nenhum botafoguense é vascaíno” sejam valoradas como V. Nesse caso, também será valorada como V a seguinte proposição: “Algum flamenguista não é botafoguense”.

Certo Errado

- 47. (35134)** Prova: CESPE – 2008 – IPEA – Superior

Considere o argumento formado pelas proposições A: “Todo número inteiro é par”; B: “Nenhum número par é primo”; C: “Nenhum número inteiro é primo”, em que A e B são as premissas e C é a conclusão. Nesse caso, é correto afirmar que o argumento é um argumento válido.

Certo Errado

Gabarito: **1.** (35088) B **2.** (35089) C **3.** (35090) C **4.** (35091) C **5.** (35092) E **6.** (35093) E **7.** (35094) C **8.** (35095) C **9.** (35096) C **10.** (35097) C **11.** (35098) C **12.** (35099) E **13.** (35100) E **14.** (35101) C **15.** (35102) E **16.** (35103) C **17.** (35104) E **18.** (35105) E **19.** (35106) C **20.** (35107) C **21.** (35108) C **22.** (35109) E **23.** (35110) D **24.** (35111) A **25.** (35112) D **26.** (35113) A **27.** (35114) B **28.** (35115) A **29.** (35116) C **30.** (35117) B **31.** (35118) E **32.** (35119) E **33.** (35120) E **34.** (35121) C **35.** (35122) D **36.** (35123) C **37.** (35124) D **38.** (35125) C **39.** (35126) E **40.** (35127) E **41.** (35128) C **42.** (35129) E **43.** (35130) C **44.** (35131) E **45.** (35132) C **46.** (35133) C **47.** (35134) C

Atualidades

Professor: Cássio Albernaz



Clipping de Notícias

Clipping é a seleção de notícias e artigos retirados de jornais, revistas, sites e demais veículos de imprensa, como forma de reunir um conjunto de notícias a respeito de determinados assuntos. A clipagem visa estabelecer uma lista de temas de interesse e seus respectivos conteúdos que estão sendo publicados na imprensa.

Portanto, o clipping presta um serviço de pesquisa e organização de notícias a serem utilizadas por assessores de imprensa, políticos, empresários, celebridades, estudantes, e a interesses diversos, como nesse caso específico para organizar tópicos de estudos para concursos públicos relativos ao conteúdo de Atualidades.

Relações Internacionais

Nelson Mandela de corpo inteiro

O mundo aclama, com razão, os frutos da sua revolução. Mas há quem tente esconder que ela não foi feita só com flores

Publicado em Carta Capital de 02/01/2014 – Antônio Luiz M. C. Costa

Rolihlahla mandela nasceu em plena Primeira Guerra Mundial, recebeu o apelido inglês de Nelson de sua primeira professora primária segundo o costume do tempo, mas ficou mais conhecido de seus companheiros de luta como Madiba (nome de seu clã da etnia Xhosa) e do povo sul-africano como Tata, “pai”. Pensou como marxista, combateu como revolucionário e governou como reformista. Pode ser reivindicado como exemplo tanto pela esquerda radical quanto pela pragmática, embora a lição a ser aprendida seja, mais razoavelmente, que qualquer grau de sucesso depende da disposição de adaptar os meios e fins imediatos ao momento histórico sem abandonar os princípios e os fins últimos.

Inaceitável é tentar expurgar da sua história os confrontos com a brutalidade do apartheid que a marcaram, como se ele tivesse caído do céu em 1990 para trazer a paz e a fraternidade e desde então seu país tivesse vivido feliz para sempre. Falsificações como a da revista Veja, uma editora com 30% de capital do grupo sul-africano Naspers, que defendeu o apartheid até o último suspiro, chamá-lo de “Guerreiro da Paz” na capa, enquanto seus blogueiros insistiam em classificá-lo de terrorista, são parte da tentativa de cooptar uma vida revolucionária para fins conservadores. Que atingiu o cúmulo do ridículo com argumentos em blogs, jornais ou na tevê que Mandela seria contra as cotas raciais “petistas”: “Aos negros seria conveniente mirar-se nos exemplos de igualdade e jamais lutar por cotas”, atreveu-se a escrever um néscio no Diário da Manhã, de Goiânia, num artigo de opinião intitulado “O Legado de Mandela”.

Nem só colunistas obscuros de gazetas provincianas demonstraram ignorância abissal. Mais impressionante, por partir de um jornal de grande circulação, foi o editorial do El País de 11 de novembro, que criticou a presença no funeral de Raúl Castro e Robert Mugabe, “ditadores com nada que ver com Mandela” (sic). Nada a ver teve Bush, que manteve Madiba e seu partido na lista de terroristas obrigados a obter uma autorização especial para entrar nos EUA até julho de 2008. Ou o presidente português Cavaco Silva, que em 1987, quando primeiro-ministro, fez Portugal votar na ONU contra uma resolução de apoio à luta contra o apartheid. Ou David Cameron: ainda em 1989 tentava fazer lobby para reverter as sanções contra a segregação sul-africana.

Madiba não foi um Cristo ao estilo masoquista e kitsch dos católicos tradicionalistas (sequer o Jesus real o foi, mas essa é outra história). Embora tenha conduzido com sucesso uma transição pacífica, ela só foi possível porque Mandela antes liderou e planejou a luta, inclusive armada, contra o apartheid, com apoio quase solitário da União Soviética, China e Cuba, e porque, enquanto estava na prisão, outros continuaram a lutar nas ruas em seu nome até obrigar o regime branco a aceitá-lo como interlocutor, negociar e, ao final do processo, ceder-lhe o poder. Quem quiser pode questionar suas escolhas éticas e políticas, mas sem elas Mandela não teria sido quem foi, nem merecido as homenagens do mundo.

Uma vez no governo, não ignorou a realidade de colonização e segregação. Não fingiu que o problema estava resolvido e brancos e negros haviam se tornado iguais por um passe de mágica. Iniciou a construção dessa igualdade na prática, inclusive com cotas raciais. Empresas grandes ou pequenas de todos os setores cumprem metas de participação de não brancos (mestiços, indianos e orientais incluídos) na força de trabalho, gerência e propriedade do capital. Universidades e faculdades também praticam a “discriminação positiva”.

Quando Mandela iniciou sua militância política, em 1943, defendia a independência do movimento negro em relação aos indianos, mestiços e comunistas (inclusive brancos), contrariando nisso a maioria do Congresso Nacional Africano, socialista e inclusivo desde 1912. Mudou de posição no início dos anos 1950, quando, convencido por amigos comunistas e pela cooperação dos soviéticos com os movimentos de independência africanos, aderiu ao marxismo e, por isso, a uma concepção de luta política capaz de ir além da raça e unir todos os oprimidos. Exatamente quando o apartheid se consolidava (a partir da eleição de 1948, da qual os negros foram excluídos), o comunismo era posto fora de lei (pelo Ato de Supressão de 1950) e se iniciava a segregação física e geográfica das raças.

Mandela foi preso pela primeira vez em 1952, em nome do Ato de Supressão, depois de incitar a desobedecer às leis do apartheid (principalmente a que obrigava os negros a portar passaportes fora das reservas a eles designadas, os bantustões) em um ato público da “Campanha do Desafio” pela desobediência civil, tática que para o Mahatma Gandhi e para parte do CNA era a “alternativa ética”, mas para Mandela era simplesmente a única opção realista do momento. Em 1955, depois de a resistência passiva e protestos não conseguirem evitar o despejo de todo o bairro negro de Sophiatown, onde morava, passou a defender a luta armada, enquanto continuava a organização de greves e protestos, passava por duas prisões e tinha, na prática, uma dupla militância, atuando também no Partido Comunista.

Em 1961, inspirado por Fidel Castro e Che Guevara, fundou e liderou a organização Umkhonto we Sizwe (“Lança da Nação”, mais conhecida como MK), formada na maior parte por comunistas brancos, cujo objetivo era promover sabotagem e ataques noturnos, sem vítimas, a usinas elétricas, escritórios do governo e ferrovias. Em 16 de dezembro, quando os brancos

comemoravam o aniversário de sua vitória sobre os zulus de 1838, lançou 57 ataques à bomba simultâneos. Até meados de 1963, cerca de 200 instalações foram bombardeadas e a única vítima fatal foi um militante morto pela própria bomba.

Mandela voltou a ser preso em agosto de 1962 com ajuda da CIA e inicialmente condenado a cinco anos por viajar ao exterior sem permissão e incitar greves. Em 1964 foi novamente julgado por seu envolvimento com o MK e seu “discurso do julgamento de Rivonia”, proferido às vésperas de ser condenado à prisão perpétua pelo Supremo Tribunal sul-africano, inspiraria a luta contra o apartheid por décadas, foi em parte inspirado no igualmente histórico discurso de Fidel Castro ao ser condenado pelo fracassado ataque ao quartel Moncada, “A História me Absolverá”. Ao lado de frases como “sentimos que o país estava à deriva em direção a uma guerra civil entre negros e brancos e vimos a situação com alarme” e “lutei contra a dominação branca e a dominação negra”, há também “a falta de dignidade humana vivida pelos africanos é o resultado direto da política de supremacia branca” e “sentimos que, sem violência, não haveria caminho aberto para o povo africano ter sucesso em sua luta contra a supremacia branca”.

Na prisão de Robben Island, mantido em condições terríveis que lhe causaram danos permanentes à visão e uma tuberculose cujas sequelas o debilitaram e acabaram por causar sua morte, Mandela liderou as reivindicações de seus companheiros e forjou laços com prisioneiros de outras organizações, entre eles o Movimento de Consciência Negra, responsável pelo levante de Soweto de 1976, que deixou cerca de 700 mortos. Seu líder, Steve Biko (criador do slogan “black is beautiful”), foi capturado e morreu por tortura em 1977.

Embora menos violento e menos focado na “identidade negra”, o CNA tampouco abandonou a luta, inclusive armada. O MK continuou com seus ataques armados ao regime e se aliou formalmente à guerrilha marxista pró-soviética de Zimbábue (então Rodésia) liderada por Joshua Nkomo, depois unida à organização rival, maoísta, do “nada que ver” Robert Mugabe. De 1976 a 1986, seus ataques causaram cerca de 130 mortes.

A partir dos anos 1970, as condições da prisão melhoraram e Mandela pôde se corresponder com líderes negros moderados, como Mangosuthu Buthelezi (líder do partido Inkatha, aceito pelos brancos como líder do bantustão zulu) e o bispo anglicano Desmond Tutu. O movimento internacional de boicote ao apartheid, proposto em 1959, começava a engatinhar, com a exclusão do país de competições olímpicas e eventos acadêmicos. Do ponto de vista econômico, mal arranhava, porém, os interesses da minoria branca.

Mandela era celebrado como líder pelos movimentos negros da África do Sul, pelas novas nações africanas e pelos países socialistas, mas para Ronald Reagan e Margaret Thatcher ele e sua organização eram meros terroristas comunistas e o apartheid era uma realidade irreversível. Israel colaborou com o regime racista nos campos comercial e militar e lhe forneceu tecnologia nuclear. Há indícios de que, em 1979, os dois países testaram conjuntamente uma bomba atômica na sul-africana ilha Prince Edward.

Quando estudantes britânicos de esquerda começaram a participar, em 1980, da campanha por sua libertação, colegas conservadores replicaram com uma campanha por seu enforcamento. Mas em 1985, ante a ameaça das ex-colônias africanas e asiáticas de abandonar a Comunidade Britânica, a própria Thatcher foi forçada a aderir ao boicote ao apartheid. No ano seguinte, o Congresso dos EUA, pressionado pelos eleitores negros, aprovou a lei de embargo que tramitava desde 1972 e derrubou o veto de Reagan. A perda de mercados e de acesso ao crédito internacional e o encorajamento da resistência negra pelo apoio internacional tornaram

o país ingovernável, forçaram a elite branca a negociar e Mandela, o “terrorista”, era o único interlocutor suficientemente respeitado pela maioria das facções do movimento negro para negociar uma transição pacífica em seu nome.

Um dos seus primeiros atos ao sair da prisão foi ir a Cuba agradecer o apoio do “nada que ver” Fidel Castro: “Quem treinou o nosso povo, quem nos forneceu recursos, que ajudaram tanto nossos soldados, nossos doutores?” Palavras que reiterou em sua cerimônia de posse em 1994, ao receber Castro: “O que Fidel tem feito por nós é difícil descrever com palavras. Primeiro, na luta contra o apartheid, ele não hesitou em nos dar todo tipo de ajuda. E agora que somos livres, temos muitos médicos cubanos trabalhando aqui”.

Mandela esteve à altura da oportunidade histórica. Desmantelou o apartheid e o arsenal atômico legado pelos israelenses, criou uma Comissão da Verdade que serviu de modelo a outras nações, inclusive o Brasil, evitou o revanchismo e consolidou a África do Sul como um país democrático e multirracial, o que dez anos antes parecia impossível. A extrema-esquerda o considerou um traidor por não derrubar o capitalismo ou promover uma reforma agrária radical (80% das terras continuam nas mãos de 50 mil fazendeiros brancos) e os resultados da ação afirmativa iniciada em seu governo são ambíguos. De um lado, integrou uma substancial classe média não branca em todos os níveis do Estado e da empresa privada. Por outro, não pôde tirar da pobreza a grande maioria dos negros, a renda continua muito concentrada e os brancos se queixam de seus jovens serem forçados a emigrar por falta de empregos “adequados”. Como nas ocasiões em que se decidiu pela resistência passiva, pela luta armada, ou pela articulação política a partir da prisão, Mandela optou pelo que era factível naquele momento – o auge da ideologia neoliberal em todo o mundo – para caminhar rumo a seu ideal igualitário e multirracial.

É cômodo perorar de fora que “os fins não justificam os meios”, mas não se pode aprovar o resultado e apagar a história que o tornou possível, com todos os seus atos de violência e alianças desagradáveis aos bem-pensantes. Sem isso, ainda se viveria a violência maior do apartheid. Não é razoável negar que a África do Sul de hoje é mais digna e justa que aquela dos anos anteriores à transição e que as homenagens prestadas pelo povo sul-africano e pelos líderes mundiais em 2013 foram muito merecidas. Barack Obama, é preciso reconhecer, fez um discurso inspirado (“Não poderia imaginar a minha vida sem o exemplo de Mandela... ele libertou prisioneiros e carcereiros”) em comparação com as falas mornas e burocráticas da brasileira Dilma Rousseff, do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e mesmo do cubano Raúl Castro, para não falar do vice chinês e dos presidentes da Namíbia e Índia.

Mas não escapou da hipocrisia: “Há muitos líderes que se apegam à solidariedade da luta de Madiba pela liberdade, mas não toleram a dissidência”, advertiu o responsável pela espionagem da NSA, pela perseguição a Edward Snowden e pela execução arbitrária de acusados de terrorismo. E o episódio do selfie (autorretrato) com David Cameron e a primeira-ministra dinamarquesa, Helle Thorning-Schmidt, embora não tenha o significado que a imaginação popular lhe atribuiu, não deixou de ser desrespeitoso. Não pela descontração – nesse momento, os próprios sul-africanos homenageavam Madiba com cantos e danças alegres –, mas pela obsessão egoísta dos líderes ocidentais com a própria imagem na ocasião em que se homenageava um homem muito maior que todos eles juntos.

Nelson Mandela – 1918 2013 – Peregrinação à África do Sul

O Estado de S. Paulo – 09/12/2013

No primeiro de sete dias de cerimônias oficiais de despedida a Nelson Mandela, a África do Sul lotou templos de todas as religiões. O país se prepara para receber 53 chefes de Estado e de governo que confirmaram presença em uma jornada de homenagens que começarão com uma multidão de 80 mil pessoas reunidas no estádio Soccer City, amanhã, em Joanesburgo.

Cerimônia tão concorrida na história recente só a do papa João Paulo II, que está em processo de canonização pela Igreja Católica. No funeral do Pontífice, em 2005, compareceram cinco reis, seis rainhas, 70 presidentes e primeiros-ministros e 2 milhões de fiéis.

Para o último adeus a Mandela, que morreu aos 95 anos na quinta-feira por complicações decorrentes de problemas pulmonares, a presidente Dilma Rousseff levará uma comitiva de peso. Pela primeira vez em um evento internacional, participarão todos os presidentes do Brasil vivos. Eles haviam se encontrado na posse dos integrantes da Comissão da Verdade, em maio de 2012, em Brasília. Embarcam juntos, hoje, ao meio-dia, no Rio. Antes, Dilma participa de um evento com o ex-presidente americano Bill Clinton, que também viaja para a África.

Enquanto os líderes se preparam para se deslocar ao país que viveu quase cinco décadas sob o regime oficial de segregação racial, o apartheid, e foi redemocratizado em 1994, quando o partido de Mandela, o Congresso Nacional Africano (CNA) foi eleito com 62% dos votos e desde então está no poder, a África do Sul reza. Ontem, por cerca de três horas, uma multidão orou e cantou em um dos locais mais simbólicos da resistência ao apartheid, a igreja Regina Mundi, em Soweto. Na Regina Mundi, Mandela é lembrado em um mural na entrada, ao lado de vidraças com buracos de bala com quase 40 anos de idade, ainda preservados. Para lá correram jovens perseguidos pela polícia na revolta do Soweto, em 1976.

Com apenas 7% da população, a Igreja Católica é uma das maiores e mais organizadas da África do Sul, dada sua fragmentação religiosa.

Orgulhosamente africana, a Regina Mundi faz suas missas em línguas tradicionais, como zulu e soto, faladas pela maioria da população negra de Joanesburgo. O inglês é secundário. Os vitrais têm imagens de negros ao lado de passagens bíblicas, e o quadro principal ao lado do altar mostra Maria e o menino Jesus de pele escura. A Bíblia exposta é em zulu. Em tom messiânico, o padre Sebastian Rossouw referiu-se a Mandela como “luz maior, a luz de Deus”.

Mandela, mesmo sem ser católico, tinha relação próxima com o local. Em 1997, já como presidente, deixou-se filmar lá dançando com os braços dobrados junto ao corpo, no que ficou popularizado como “Madiba dance”. Foi na Regina Mundi que ocorreram as audiências da Comissão de Verdade e Reconciliação após o apartheid, modelo para todas as outras (inclusive a brasileira).

Em todo o país, catedrais, igrejas de bairro, sinagogas, mesquitas e locais de culto religioso em geral prepararam algo diferente para a tradicional celebração de domingo, o primeiro desde a morte de Mandela. O atual presidente sul-africano, Jacob Zuma, compareceu a um serviço metodista – a Igreja à qual a família Mandela pertence – na periferia de Joanesburgo com Winnie, ex-mulher do também Prêmio Nobel da Paz de 1993.

– Quando nossa luta (contra o apartheid) terminou, ele pregou e praticou a reconciliação para que os que haviam se enfrentado se perdoassem e se convertessem em uma nação – lembrou Zuma diante de mil pessoas.

A confluência de líderes de Estado reunidos já gera polêmicas. Ontem, um jornal conservador iraniano, o Kayhan, que representa a ala mais dura do regime iraniano, advertiu neste domingo para a “armadilha” de uma eventual participação do presidente Hassan Rouhani no funeral, onde o líder do Irã poderia se encontrar com Barack Obama. Teerã ainda não anunciou quem será o representante do país. Mandela fez duas visitas ao Irã, em 1992 e 1999.

ONU está preocupada com Sudão do Sul

Da Agência Brasil*

As Nações Unidas (ONU) manifestaram hoje (29) preocupação com um possível “banho de sangue” no Sudão do Sul diante de relato do avanço de milhares de milicianos armados em direção à capital do país.

O porta-voz da missão da ONU no Sudão do Sul, Joseph Contreras, disse que é “extremamente preocupante” as notícias de que um grande número de jovens armados pode estar se preparando para avançar para a capital. “Eles deslocam-se há algum tempo, com a possível intenção de atacar outras comunidades”, disse.

Segundo Contreras, os jovens milicianos são aliados do ex-vice presidente Riek Machar, o líder ‘de fato’ de rebeldes que combatem o governo sul-sudanês. Até 25 mil jovens combatentes podem ter sido recrutados por Machar na tribo Nuer, do estado de Jonglei (Leste) e estão a cerca de 110 quilômetros da capital Bor.

O porta-voz dos rebeldes, Moses Ruai Lat, não negou a presença de forças hostis ao governo naquele estado, contudo, afirmou que não se trata de elementos da tribo Nuer, mas de soldados do exército que decidiram se rebelar contra o governo.

Sem informar números, o porta-voz da missão da ONU confirmou a presença de homens armados a cerca de 50 quilômetros a nordeste de Bor, com base em voos de reconhecimento da missão.

O porta-voz apelou às partes que têm influência sobre os grupos armados que os convençam a suspender imediatamente o seu avanço para evitar mais um “banho de sangue”. A ameaça de um ataque ocorre no momento em que países da África Oriental estabeleceram prazo até terça-feira para pararem todos os combates e iniciarem conversações de paz.

O presidente sul-sudanês, Salva Kiir, e o líder dos rebeldes deram o seu acordo de princípio ao diálogo, mas não marcaram data. Riek Machar exige que Salva Kiir abandone o poder e recusa qualquer cessar-fogo até que os seus aliados sejam libertados.

Segundo o porta-voz do governo, Michael Makuei, o Executivo só está disposto a libertar oito dos onze detidos apenas depois de Machar aceitar um cessar-fogo e iniciar negociações. A violência regressou ao Sudão do Sul em meados deste mês, em resultado da rivalidade entre Kiir e Machar, demitido em julho. Kiir acusa Machar de tentativa de golpe de estado. Machar nega e acusa Kiir de procurar eliminar os seus rivais.

EUA libera consumo de maconha

Da Agência Lusa

Vinte e cinco cidades do Colorado, nos Estados Unidos, permitem desde ontem (1º) a venda legal e limitada de maconha em cerca de 160 lojas, o primeiro lugar do mundo a fazê-lo livremente para maiores de 21 anos.

A medida resulta da emenda 64, aprovada por voto popular em novembro de 2012 e que legalizou a posse e uso de pequenas quantidades da erva (até 28 gramas) para uso médico entre indivíduos com mais de 21 anos, assim como a sua produção e venda de acordo com a nova lei.

Esta lei estabelece um imposto de 25% para a venda da maconha e permite que cada pessoa cultive até seis plantas, com um limite de 12 plantas por família, mas proíbe o seu consumo em lugares públicos.

Atualmente, o estado do Colorado conta com cerca de 500 farmácias de maconha para fins medicinais, das quais 160 podem converter-se em lojas de maconha recreativa.

Apesar de em Denver, capital do estado, já se poder comprar maconha recreativa, outras importantes cidades, como Aspen, Aurora e Boulder decidiram não aplicar a lei.

Denver conta com a primeira diretora executiva para a política da maconha, Ashley R. Kilroy, nomeada em 20 de dezembro passado e que exercia o cargo de diretora interina da Segurança Pública.

Dado que em nível federal a venda e consumo de maconha é uma atividade ilícita, a droga não pode ser comercializada no Aeroporto Internacional de Denver.

Entre 2014 e 2015, apenas os responsáveis pela maconha medicinal poderão vender a substância para fins recreativos e, a partir de 2016, serão concedidas licenças a qualquer centro ou comércio que cumpra os requisitos estabelecidos por lei.

A aprovação da lei no Colorado lançou um intenso debate nos Estados Unidos sobre as consequências da sua aplicação. Em todo o estado a venda da maconha recreativa pode gerar cerca de US\$ 70 milhões em impostos.

Ajuda humanitária é roubada

Da Agência Brasil*

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon condenou, hoje (15), “veementemente” o Exército e os rebeldes do Sudão do Sul pela “requisição de veículos humanitários e roubo de alimentos e outros materiais de ajuda humanitária”.

De acordo com Martin Nesirky, porta-voz de Ban Ki-moon, as forças do governo e os rebeldes que têm protagonizado “ataques contra civis, trabalhadores humanitários e funcionários da ONU serão investigados e as Nações Unidas continuarão a proteger ativamente os civis”.

Independente do Sudão desde julho de 2011, o país é palco há um mês de combates entre as forças governamentais e rebeldes. A declaração de Ban Ki-moon foi feita ontem, poucas horas

depois de dezenas de civis que se refugiaram em um acampamento da ONU ficarem feridos em combates entre as forças do presidente Salva Kiir e os rebeldes liderados por Riek Machar.

O porta-voz disse que o secretário-geral da ONU também “está preocupado” com o número de mortes no conflito, que aumentou depois do naufrágio de uma balsa quando, pelo menos, 200 pessoas morreram, incluindo crianças e mulheres que fugiam dos combates na cidade de Malakal, capital do estado do Alto Nilo, no Sudão do Sul.

O secretário-geral da ONU lançou um novo apelo para um cessar-fogo, cuja mediação está sendo conduzida pelos Estados Unidos e pela União Europeia, que enviaram representantes especiais para a região.

Azarov renuncia como primeiro-ministro da Ucrânia

Jornal de Brasília – 28/01/2014

Ele renunciou ao cargo hoje numa tentativa de conter a crise política

O primeiro-ministro da Ucrânia, Mykola Azarov, renunciou ao cargo hoje numa tentativa de conter a crise política que domina o país há dois meses, anunciou o governo ucraniano.

“Tomei a decisão pessoal de entregar ao presidente da Ucrânia minha renúncia do posto de primeiro-ministro com o objetivo de criar uma possibilidade a mais para um compromisso político que resolva esse conflito pacificamente”, disse Azarov em comunicado.

Futuro de Assad é obstáculo para acordo de paz na Síria

Jornal de Brasília – 23/01/2014

Reunidos em Montreux, na Suíça, líderes mundiais expressaram divergências em relação ao futuro do presidente Bashar Assad

O exército e a oposição entraram em conflito nesta quarta-feira em diferentes partes da Síria ao mesmo tempo em que as negociações de paz com o objetivo de traçar um caminho para encerrar a guerra civil no país começaram com problemas. Reunidos em Montreux, na Suíça, líderes mundiais expressaram divergências em relação ao futuro do presidente Bashar Assad que ameaçam aniquilar as probabilidades de acordo antes mesmo de as discussões começarem.

A agência estatal de Notícias, SANA, afirmou que as forças do governo combateram “terroristas” em toda a Síria, incluindo na província de Idlib onde combates da oposição vindos da Chechênia, Egito, Bósnia e Iraque foram mortos. A SANA sempre se refere aos combatentes da oposição como “terroristas”.

O secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, abriu a conferência de paz na Suíça dizendo que os desafios à frente são “colossais”.

A disputa sobre o destino de Assad lançou dúvidas sobre o propósito de formar um governo de transição na Síria que possa dar prosseguimento a eleições democráticas no país dominado por lutas que já deixaram mais de 130 mil pessoas mortas e milhares de refugiados.

Em Montreux, parece quase impossível que os líderes cheguem a um acordo. Para começar, delegados de Assad e da Coalizão Nacional Síria, apoiada por países do ocidente, reivindicam o direito de falar pelo povo sírio.

Os EUA e a oposição síria abriram a conferência dizendo que Assad perdeu a legitimidade quando atacou o protesto do movimento pacífico contra seu regime.

A resposta síria foi firme e áspera. “Não haverá transferência e o presidente Bashar Assad permanecerá no poder”, afirmou o ministro sírio da Informação Omran al-Zoubi, após os discursos do dia.

O ministro de Relações Exteriores da Síria, Walid al-Moallem, acusou os terroristas e seus aliados externos de destroçarem o país. O ministro excedeu seu tempo de discurso, foi alertado pelo secretário da ONU, mas se recusou a deixar o pódio apesar dos numerosos pedidos de Ban.

“O senhor vive em Nova York. Eu moro na Síria”, disparou furiosamente al-Moallem se dirigindo a Ban. “Tenho o direito de apresentar a versão síria aqui neste fórum. Após três anos de sofrimento, este direito é meu.”

A televisão estatal na Síria transmitiu todo o discurso de al-Moallem, mas interrompeu as transmissões para mostrar ataques da oposição no país durante o discurso do líder da Coalizão, Ahmad al-Jarba e do ministro de Relações Exteriores da Turquia, impedindo, assim, que a população síria ouvisse a versão da oposição.

Após discursos mordazes, os diplomatas passaram a tarde em reuniões bilaterais. O secretário de Estado dos EUA, John Kerry, se encontrou pela segunda vez em 24 horas com a sua contraparte russa, Sergey Lavrov. Os dois juntos orquestraram o acordo recente no qual Assad desistiu de seu programa de armas químicas.

“As negociações entre as partes sírias não serão fáceis e rápidas”, afirmou Lavrov em seu discurso. “A conferência não tem 100% de garantia, mas continua sendo uma chance real de garantir a paz.”

Revolta na Ucrânia

O Estado de S. Paulo – 04/12/2013

A tragédia ucraniana é estar tão perto da Rússia a ponto de os dois países serem historicamente entrelaçados. A Rússia começou a se formar no ano 882, naquela que se tornaria a capital da Ucrânia, Kiev. Os ucranianos do Leste, etnicamente russos, somam 8,3 milhões de pessoas numa população de 48,4 milhões. O atual presidente do país, Viktor Yanukovich, só falava russo antes de enveredar pela política. Se algo irmanou ucranianos e russos ao longo dos séculos foi a fervorosa religiosidade como fiéis da Igreja Ortodoxa Russa.

Mas a geração mais bem educada, laica e cosmopolita do Oeste ucraniano, que fez a Revolução Laranja em 2004 contra a escandalosa fraude que impediu a eleição da candidata

Yulia Tymoshenko, em favor de Yanukovich, não tem os olhos postos em Moscou. (Depois de nomear a rival primeira-ministra, no ano seguinte, e destituí-la, meses depois, conseguiu em 2011 que ela fosse condenada à prisão por abuso de poder.) A sua referência, como a de seus equivalentes poloneses, é o Ocidente. Eis por que, nas últimas duas semanas, se ergueu uma onda de protestos contra o governo -culminando com a mega manifestação de domingo em Kiev pela renúncia de Yanukovich. Atos públicos ocorreram também em outras cidades.

A revolta começou quando Yanukovich, sob intensa pressão do russo Vladimir Putin -na realidade a combinação de chicote e afago que ele maneja com maestria -, desistiu a enésima hora de assinar com a União Europeia (UE) um acordo de livre-comércio e associação, concluído na semana anterior em Vilnius, Lituânia. O documento abria caminho para a Ucrânia se tornar mais adiante o 29.º membro do bloco. Se isso é literalmente inconcebível para Putin, tampouco tem em Yanukovich um entusiasta. As reformas democráticas, a independência do Judiciário e o combate à corrupção que a inclusão exigiria ameaçariam o proveitoso contubérnio entre a elite política e os oligarcas locais, que rivalizam com os russos em matéria de fortunas ilícitas, ligações com as mafiyas e ostentação nababesca.

Putin exige que a Ucrânia imite a Armênia, que em setembro parou de negociar a criação de vínculos com a UE e anunciou que irá aderir ao bloco eurasiático – a união aduaneira, liderada pela Rússia, das ex-repúblicas soviéticas Belarus e Casaquistão. O autocrata russo, com a costumeira retórica desabrida, comparou os protestos a um pogrom – as violências contra minorias étnicas, que dizimavam notadamente as populações judaicas das aldeias russas e do Leste europeu em geral, não raro com a conivência dos governantes. Yanukovich, aparecendo com estudada desconcentração numa entrevista aos principais canais de TV do país, falou como se nada de anormal houvesse nas ruas, confirmou a viagem a Pequim marcada para hoje e anunciou mais investimentos em infraestrutura.

A reação na Europa à maior crise política da Ucrânia em quase 10 anos foi curiosa. Do Mediterrâneo ao Báltico não houve comentarista que não se apressasse a dizer, ironicamente, que a Ucrânia é o único país da região em que a UE é popular. Os chefes de governo do bloco, a exemplo da chanceler alemã Angela Merkel, limitaram-se a pedir a Yanukovich que evitasse novos derramamentos de sangue. No sábado, as forças de segurança haviam investido com ferocidade contra os ativistas desarmados. Para deixar claro o descontentamento de Washington com o afastamento da Ucrânia da UE, o secretário de Estado John Kerry cancelou a visita que faria esta semana ao país. Mas nem os europeus nem os americanos ignoram a “barreira estrutural” que separa Kiev de Bruxelas, a sede da União.

Economicamente, quanto mais não seja, a Ucrânia é um satélite da Rússia. Isso, não obstante o seu amplo território de 603,6 mil quilômetros quadrados (maior do que Minas Gerais, por exemplo) e a sua condição de grande produtor de grãos, açúcar e minerais não ferrosos, com ampla base industrial e população qualificada. Mas Yanukovich e o seu antecessor Leonid Kuchma travaram o país.

Confrontos no centro de Kiev continuam nesta 2ª feira

Jornal de Brasília – 20/01/2014

Manifestantes ergueram barricadas com carcaças queimadas de carros no centro de Kiev, enquanto o som de granadas de efeito moral era ouvido nesta segunda-feira, após uma noite

de tumultos iniciada pela aprovação de leis que têm como objetivo conter os protestos de rua na Ucrânia.

Dezenas de manifestantes continuavam acampados na praça central da capital ucraniana nesta segunda-feira, enquanto alguns veículos, incendiados por manifestantes durante a noite, continuavam a queimar.

Uma grande manifestação contra as leis que proíbem protestos acabou por se tornar violenta no domingo, quando centenas de manifestantes radicais invadiram uma passeata pacífica e marcharam em direção ao Parlamento. Eles começaram a atacar a polícia com paus, pedras e bombas incendiárias, além de atear fogo a veículos da polícia.

Os policiais responderam com gás lacrimogêneo e canhões de água. Dezenas de manifestantes e policiais ficaram feridos. O governo deve realizar negociações com os líderes da oposição nesta segunda-feira, já que no domingo o presidente Viktor Yanukovich ordenou seu conselheiro de segurança nacional que organizasse negociações com a oposição “para estudar a questão e resolver a crise política”.

Milhares de manifestantes foram para as ruas pedindo a renúncia de Yanukovich e muitos disseram não acreditar que negociações resultem em concessões significativas que levem à queda do governo e à aproximação da ex-república soviética com a União Europeia (UE).

Manifestantes estão acampados na principal praça de Kiev há quase dois meses para protestar contra a decisão de Yanukovich de desistir de um pacto de integração com a UE e, em vez disso, ter aceito uma resgate financeiro da Rússia.

Na Argentina, 75% consideram situação econômica preocupante

O Globo – 20/01/2014

Os argentinos estão vivendo um mês de janeiro atípico. Longe da relativa tranquilidade dos últimos verões, este ano o país está em estado de alerta por sinais cada vez mais preocupantes de sua economia. Na semana passada, o dólar paralelo, que o governo Cristina Kirchner insiste em ignorar, subiu 1,15 peso e fechou em 11,95, a cotação mais alta desde 1991. A nova equipe econômica, chefiada pelo jovem ministro Axel Kicillof minimiza um problema que economistas locais consideram grave e diretamente relacionado ao principal drama que assola o país: uma inflação que no ano passado, de acordo com as principais empresas de consultoria privadas, alcançou 28,3% e este ano poderia chegar a 40%. Pelo índice oficial, a alta foi de meros 10,9%.

Sem saber como conter a demanda de dólares, o Banco Central da República Argentina (BCRA) continua perdendo reservas – na sexta-feira passada, o montante caiu para US\$ 29,7 bilhões, o mais baixo desde 2006 -, e o clima de intranquilidade é cada vez maior. De acordo com pesquisa divulgada neste domingo pelo jornal “Clarín”, 75% dos argentinos acreditam que a economia vai mal.

– É preciso mudança. Este modelo não está funcionando e está empobrecendo a Argentina – disse o ex-ministro da Economia Roberto Lavagna, que comandou a pasta nos primeiros anos de gestão de Nestor Kirchner (2003-2007) e hoje é um importante membro do peronismo dissidente.

Cenário mudou em dois anos

A sensação de que o modelo kirchnerista esgotou-se é cada vez maior entre os argentinos. Segundo a mesma pesquisa do “Clarín”, hoje o aumento de preços e a insegurança são as principais preocupações da sociedade. Cerca de 55% dos argentinos acham que a situação pessoal vai piorar em 2014 e apenas 12% esperam melhora. Em 2011, quando Cristina foi reeleita com 54% dos votos, apenas 12% dos apontavam a inflação como um problema central da economia do país. Nesse período, o BCRA perdeu US\$ 21,5 bilhões.

Em pouco mais de dois anos, o cenário econômico e político do país modificou-se de forma expressiva. A Argentina passou de ter uma presidente onipresente, que falava por rede nacional de rádio e TV todas as semanas, a uma Cristina em silêncio, ainda às voltas com problemas de saúde. A chefe de Estado não fala ao país há mais de 40 dias e neste período foram divulgadas pouquíssimas imagens de Cristina, em meio a fortes rumores sobre sua saúde.

Apesar da onda de apagões que deixou vários bairros de Buenos Aires às escuras por até três semanas, a disparada do dólar paralelo, a pressão dos sindicatos por reajustes salariais de até 35%, a sangria de reservas do BCRA, a expectativa de uma inflação de 3,5% este mês e a crescente falta de alguns produtos nos supermercados, a presidente passa seus dias na residência oficial de Olivos, vai cada vez menos à Casa Rosada e permanece calada.

No domingo, Kicillof embarcou para Paris, onde espera-se que tente avançar nas negociações com o Clube de Paris para saldar uma dívida estimada em US\$ 10 bilhões. Não está claro, porém, qual será sua proposta, mas segundo informações extraoficiais a ordem de Cristina foi conseguir melhorar as relações do país com a comunidade internacional.

Tudo aumenta na Argentina, dos alimentos, ao pedágio, os planos de saúde privados e as tarifas de transporte. Em muitos casos, os reajustes são superiores a inflação calculada pelos economistas e chegam a 50% de um mês para o outro. Nos últimos dias, algumas redes de supermercados, como o Carrefour, ampliaram as limitações na venda de alimentos como biscoitos e macarrão. Uma legenda avisa: “Produto para consumo familiar: máximo duas unidades por pessoa”. Ainda não se fala em desabastecimento, mas na economia argentina tudo tem mudado e se deteriorado muito rápido, e o temor entre economistas e a população é grande.

Israel se despede de Sharon com funeral de Estado no Parlamento

O Globo – 13/01/2014

O funeral de Estado de Ariel Sharon começou na manhã desta segunda-feira no Knesset, Parlamento de Israel, com o presidente Shimon Peres exaltando a figura do ex-premier como um amigo, um líder e um general. Já o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que reconheceu suas diferenças com um homem que foi seu inimigo no partido governista Likud, elogiou o papel de Sharon na independência de Israel. Participam da cerimônia líderes de cerca de vinte países.

É o homem com que a segurança de Israel poderia descansar, que tomou as decisões e saiu vitorioso – afirmou Peres. O vice-presidente dos EUA, Joe Biden e o britânico Tony Blair estão presentes no evento, no qual o caixão de Sharon está envolto numa bandeira de Israel e

iluminado pela luz do sol do inverno. Não há confirmação do comparecimento de nenhum líder árabe, tampouco africano e da América Latina.

– A segurança de seu povo sempre foi a firme missão de Arik, um compromisso inquebrável com o futuro dos judeus, seja a 30 ou a 300 anos de agora – disse Biden, chamando Sharon pelo apelido.

Netanyahu, lembrando que nem sempre concordava com Sharon em questões políticas – especialmente sobre a retirada de Gaza – saudou o compromisso do ex-líder com a segurança de Israel.

– Arik entendia que em matéria da nossa existência e segurança, precisamos permanecer firmes. Estamos comprometidos com esses princípios – ressaltou o premier.

A rodovia principal entre Jerusalém e o aeroporto de Ben Gurión continuou fechada para a passagem das comitivas estrangeiras. O entorno de Knesset e as estradas por onde passará o caixão de Sharon até a sua Fazenda Sycamore, no Deserto de Neguev, onde ele finalmente será enterrado no início da tarde, estão sob a segurança de cerca de 200 agentes.

O ex-primeiro-ministro será sepultado ao lado de sua mulher, Lily, morta em 2000, na fazenda da família que é próxima à fronteira com a Faixa de Gaza. No passado, a área da fazenda chegou a ser atingida por foguetes vindos do território palestino – onde Sharon é odiado pela sua política expansionista de linha-dura nos territórios ocupados.

A morte do ex-premier reabriu um debate sobre seu legado. Adversários o acusam de conduta implacável em operações militares, enquanto aliados o exaltam como um gênio da estratégia que surpreendeu o mundo em 2005 ao retirar militares e colonos israelenses da Faixa de Gaza – um território palestino ao sul e Israel.

Ariel Sharon morreu no sábado, aos 85 anos, após passar oito anos em coma. Ele sofreu um grave derrame quando ainda era premier, em dia 4 de janeiro de 2006, e foi submetido a várias cirurgias, sendo a última em setembro, para corrigir um problema no sistema intravenoso de alimentação.

Brasil quer reforçar laços comerciais com países ricos

O Globo – 10/01/2014

O governo brasileiro quer reforçar as relações comerciais com os países desenvolvidos, aproveitando a recuperação de algumas economias, notadamente a americana. Segundo disse ao GLOBO o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, esta reaproximação não significa, porém, retomar a ideia de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca), projeto sepultado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tampouco abandonar a política de integração Sul-Sul, entre o Brasil e as demais nações em desenvolvimento.

Ele ressaltou que, por outro lado, a Europa ainda está bastante fragilizada e talvez por isso esteja reagindo timidamente à proposta do Mercosul de abrir uma ampla negociação comercial. As ofertas entre os dois blocos, para a criação de uma zona de livre comércio, estavam previstas para ocorrer em meados do mês passado. No entanto, de acordo com fontes do governo

brasileiro, isso só deverá acontecer no mês que vem, porque os negociadores europeus alegaram dificuldades para obter aval de todos os países membros da União Europeia.

– Nós queremos reforçar laços comerciais com os países desenvolvidos. Mas enfrentamos problemas gravíssimos, sobretudo o do protecionismo, que marca as grandes potências e que dificulta uma relação equilibrada. Que fique claro, no entanto, que o Brasil não está disposto a reanimar o cadáver da Alca, como alguns analistas vêm propondo em forma disfarçada quando fazem a apologia da Aliança do Pacífico e da TPP (Transpacific Partnership). Como essa TPP traz embutida uma política anti-China, ela começa a enfrentar resistências em países latino-americanos, como é o caso do Chile – afirmou Garcia que, junto com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, é um dos principais articuladores da política externa da presidente Dilma Rousseff.

Ao fazer essa declaração, o assessor presidencial se referia a dois grandes blocos comerciais: a Aliança do Pacífico, criada ano passado e composta por Chile, México, Peru e Colômbia, em contraposição ao Mercosul; e a TPP, parceria que está sendo negociada por EUA, Japão, Austrália, Peru, Malásia, Vietnã, Nova Zelândia, Chile, Cingapura, Canadá, México e Brunei.

EUA são 2º maior parceiro

Garcia disse que a política Sul-Sul, desenhada ainda no governo Lula, chegou a ser subestimada anteriormente, mas acabou representando uma “aguda e premonitória” percepção da evolução da situação mundial na primeira década deste século. Um novo grupo de países, entre os quais Brasil, China e Índia, emergia a passava a ter um papel decisivo, não apenas na economia mundial, como na própria configuração global.

Os Estados Unidos são os segundos principais compradores de produtos brasileiros. Em 2013, compraram US\$ 24,9 bilhões do Brasil. A China ficou em primeiro lugar como país de destino de nossas exportações, com US\$ 46 bilhões no ano passado.

Guerra interna entre rebeldes e milicianos da al-Qaeda se espalha para o Leste da Síria

O Globo – 06/01/2014

Ativistas sírios afirmaram nesta segunda-feira que os combates internos entre rebeldes e milícias ligadas à al-Qaeda se espalharam para uma cidade no Leste do país, após varrer áreas controladas pela oposição no Norte. Ambos os grupos lutam contra o regime do ditador Bashar al-Assad.

De acordo com informações do Observatório Sírio para os Direitos Humanos, os rebeldes entraram em confronto nesta segunda-feira contra milicianos do Estado Islâmico no Iraque e do Levante (Isis, na sigla em inglês), ligado à al-Qaeda, no município de Raqqa, um dos redutos do grupo terrorista.

A luta interna começou nas províncias do Norte de Aleppo e Idlib na sexta-feira e vem se espalhando desde então. O impulso para o Leste sugere que os rebeldes estão se preparando para invadir todas as áreas controladas pelo Isis.

Para conter o avanço do grupo extremista, rebeldes opositores a Assad formaram uma aliança, chamada Exército dos Combatentes para a Jihad.

Nas mais recentes demonstrações de expansão do extremismo islâmico liderado pela al-Qaeda, o Estado Islâmico do Iraque e do Levante assumiu o controle da cidade de Falluja, no Iraque, e cometeu um atentado que matou cinco pessoas – entre elas uma brasileira – em Beirute, no Líbano, na semana passada.

Snowden diz que pode ajudar País a investigar espionagem

Snowden divulga carta agradecendo a brasileiros

O Estado de S. Paulo – 18/12/2013

O ex-agente americano Edward Snowden divulgou uma “carta aberta ao povo do Brasil”, agradecendo pela pressão contra a NSA e se dispondo a ajudar nas investigações sobre o roubo de informações no País. A interpretação de que a mensagem representasse um pedido de asilo desencadeou intenso debate em Brasília. Mas o jornalista Glenn Greenwald disse que Snowden não solicitou nenhum asilo.

O ex-espião americano Edward Snowden divulgou ontem uma “carta aberta ao povo do Brasil”, na qual agradece ao País pela pressão internacional contra a Agência de Segurança Nacional (NSA) e se dispõe a ajudar nas investigações sobre o roubo de informações do governo e da Petrobras. A interpretação de que a mensagem tivesse um pedido de asilo provocou intenso debate em Brasília.

No entanto, segundo o jornalista Glenn Greenwald, o ex-agente americano não solicitou nenhum tipo de abrigo ao Brasil com a carta. “A informação (do pedido de asilo) é totalmente errada”, afirmou ao Estado o repórter que revelou os segredos da NSA, com base nos documentos de Snowden, e mantém estreitos contatos com sua fonte.

Em novembro, o ex-espião enviou uma carta semelhante à Alemanha, na qual também se dispunha a colaborar com investigações sobre as ações da NSA. A carta ao Brasil foi antecipada pelo jornal Folha de S. Paulo, indicando que Snowden pedia um abrigo ao governo.

Greenwald também negou que o fugitivo americano tenha proposto algum tipo de “troca” de informações sobre a NSA pelo asilo. Snowden chegou a enviar, em junho, uma carta a 21 países, incluindo o Brasil, na qual pedia proteção política. O País manteve-se em silêncio. O chanceler brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo, se reuniria ontem à noite com a presidente Dilma Rousseff para definir a posição brasileira.

“Expressei minha disposição de ajudar como puder (a investigação brasileira sobre a NSA), mas infelizmente o governo dos EUA tem trabalhado duro para que eu não possa fazer isso”, escreveu Snowden, dizendo que a situação não mudará até que “algum país” lhe garanta asilo político permanente.

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse que Snowden prestou um “grande serviço ao mundo”, mas evitou se pronunciar sobre a concessão de um asilo. A presidente da CPI que investiga a espionagem americana no Brasil, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que solicitará ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que conceda o abrigo a Snowden,

enquanto congressistas da oposição disseram temer que a decisão prejudique as relações do Brasil com os EUA.

Segundo Greenwald, o ex-espião americano quis dar uma resposta aos pedidos de autoridades brasileiras para que ele colabore com as investigações sobre a ação da NSA. Snowden também quis agradecer a pressão do governo Dilma Rousseff na ONU contra a espionagem.

“Nos últimos dois ou três meses, senadores e autoridades do Brasil tentaram falar com Snowden, pedindo ajuda na investigação sobre espionagem. Ele quis escrever uma carta explicando para os brasileiros que ele gostaria de ajudar e participar nessa investigação, mas, infelizmente, sua situação não permite”, disse Greenwald.

Pedido de asilo de Snowden deixaria Brasil desconfortável

O Globo – 18/12/2013

Para assessores de Dilma, seria difícil justificar rejeição a delator de espionagem

O Ministério das Relações Exteriores sustenta que, até agora, o ex-técnico da CIA Edward Snowden não pediu formalmente asilo ao governo brasileiro. Em julho, quando ele esteve numa espécie de limbo migratório por mais de um mês no aeroporto de Moscou, o Itamaraty afirma ter recebido apenas um pedido feito pela Anistia Internacional a 21 nações, entre elas o Brasil. Mas auxiliares da presidente Dilma Rousseff admitem que, se Snowden formalizar a solicitação, o governo terá dificuldade em justificar uma negativa. Isso porque a presidente tem se pronunciado fortemente, dentro e fora do país, contra a espionagem – o que poderia favorecer um eventual pedido do americano. E ninguém se arrisca a opinar qual seria a decisão de Dilma.

O episódio da vigilância em massa do governo americano voltou à tona ontem após a publicação de uma carta de Snowden, no jornal “Folha de S.Paiúo” na qual o ex-técnico da CIA afirma que só poderá colaborar com o Brasil ou qualquer outro país quando receber asilo político permanente. Ele vive na Rússia, onde obteve visto temporário.

Em Brasília, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, negou que haja interesse do governo brasileiro em oferecer asilo em troca de ajuda de Snowden, já que o Brasil já tem informações suficientes para considerar a espionagem “intolerável”. O ministro também fez uma defesa do americano:

– Acho que ele prestou um grande serviço para o mundo, ao revelar a espionagem.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, defendeu que o governo brasileiro conceda asilo político a Edward Snowden, caso ele peça oficialmente.

Autor de reportagens sobre a vigilância da Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA, na sigla em inglês), o jornalista Glenn Greenwald descartou que Snowden estaria disposto a colaborar nas investigações em troca de asilo no Brasil.

– Snowden é procurado semanalmente pelas autoridades brasileiras, que pedem a cooperação dele nas investigações sobre a espionagem no país, e ele quis apenas explicar por que não pode ajudar na situação em que está. Não está pedindo novo asilo – disse Greenwald ao GLOBO.

Na carta publicada pela “Folha de S. Paulo” Snowden diz já ter expressado sua “disposição de auxiliar quando isso for apropriado e legal” mas afirma que, infelizmente, “o governo dos EUA vem trabalhando arduamente” para limitar sua capacidade de fazer isso, chegando ao ponto de obrigar o avião presidencial de Evo Morales a pousar para impedi-lo de viajar à América Latina.

“Até que um país conceda asilo político permanente, o governo dos EUA vai continuar interferindo na minha capacidade de falar” escreveu Snowden no texto.

A carta foi divulgada um dia depois de um juiz americano determinar que a coleta de dados pelos EUA era ilegal. Greenwald, que diz ter conversado com Snowden na segunda-feira, afirmou que ele se mostrou “muito feliz” com a decisão. Ontem, executivos de empresas de tecnologia como Apple, Google, Yahoo! e Microsoft, pediram ao presidente americano, Barack Obama, mais ações para conter a espionagem eletrônica do governo dos EUA.

Impulso a petição na rede

O texto de Snowden ajudou a alavancar uma campanha no Brasil para que o governo conceda residência ao americano. Em novembro, o companheiro de Greenwald, o brasileiro David Miranda, publicou no site da ONG Avaaz uma petição para que o Brasil ofereça asilo a Snowden. Nesta semana, ela contava com 2.500 assinaturas. Ontem, saltou para mais de onze mil.

– Vamos apresentar essa petição à (presidente) Dilma. Snowden é um herói, ele nos ajudou a entender como o governo dos EUA espiona o mundo inteiro. Nada mais justo que dar asilo a ele – defendeu Miranda.

O acordo nuclear com o Irã

O Estado de S. Paulo – 16/12/2013

Existem poucos temas que recentemente tenham atraído tanta atenção quanto o acordo nuclear dos países da União Europeia, Estados Unidos e Rússia com o Irã, assinado em Genebra após anos de árduas negociações.

A importância desse acordo é clara:

- Por um lado, ele evita – ou pelo menos adia – uma intervenção militar dos Estados Unidos para impedir que o Irã desenvolva armas nucleares e abre caminho para a normalização das relações entre os dois países, que foi rompida há mais de 30 anos.
- Por outro, dá ao presidente Barack Obama a oportunidade de recuperar o seu prestígio interno, seriamente abalado pela oposição republicana que domina a Câmara dos Deputados, a qual tem bloqueado sistematicamente a ação do Poder Executivo nos Estados Unidos.

Mais do que isso, porém, o acordo com o Irã vai fixar os procedimentos que serão usados daqui para a frente pelas grandes potências a fim de evitar a proliferação nuclear no restante do

mundo, além dos países que já possuem armas desse tipo – Estados Unidos, Rússia, França, Inglaterra, China, Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel.

Os resultados imediatos do acordo são os seguintes: o Irã vai “congelar” por seis meses seu programa de enriquecimento de urânio, que o levaria bem próximo da capacidade de produzir armas nucleares, em troca de um abrandamento das sanções econômicas vigentes. Especificamente, será abandonado o “enriquecimento” de urânio ao nível de 20% – considerado “perigoso”, porque levaria facilmente a armas nucleares. Será mantido o enriquecimento ao nível de 5%, que produz urânio para uso em reatores nucleares, como as instalações brasileiras em Resende (RJ).

Com isso o Irã – que sempre defendeu seu direito “inalienável” de enriquecer urânio como símbolo de soberania e independência nacional – salvou a sua face, mantendo a sua capacidade de “enriquecer”. Em compensação, ficou demonstrado que sanções econômicas funcionam para impedir a proliferação nuclear.

O significado maior do acordo é que o programa nuclear do Irã passa a ser monitorado pelas grandes potências, por intermédio da Agência Internacional de Energia Atômica, o que não ocorreu até agora de maneira efetiva. As inspeções que a Agência Internacional de Energia Atômica fazia eram muito limitadas e os iranianos têm sido acusados de comportamento evasivo, tendo mesmo instalado um grande complexo de enriquecimento, além dos reconhecidos oficialmente.

Em outras palavras, o programa nuclear iraniano passou a ser muito parecido com o do Brasil, que também domina a tecnologia de enriquecimento de urânio, mas não é objeto de suspeitas internacionais nem de sanções econômicas.

A razão pela qual isso ocorreu é que em 1992 o presidente Fernando Collor de Mello e o presidente Carlos Menem, da Argentina, decidiram que não era de interesse comum dos dois países (Brasil e Argentina) alimentar uma corrida armamentista no Cone Sul da América Latina, estimulada por grupos militares e que incluía o desenvolvimento | de armas nucleares e foguetes de longo alcance para lançá-las.

A decisão foi tomada não só para economizar vultosos recursos, mas também em razão do reconhecimento, pelos dois presidentes-democraticamente eleitos após anos de governos ditatoriais – , de que a prioridade de seus governos era resolver os problemas de subdesenvolvimento dos seus países, e não o envolvimento em programas controversos como a produção de armas nucleares.

Essas ideias ressurgiram em 2002, mas o então recém-eleito presidente Lula da Silva, como anteriormente o presidente Collor, teve o bom senso de perceber que não seria a posse de armas nucleares que daria prestígio ao País, e sim a solução dos seus problemas sociais por meio de programas menos onerosos, como o Bolsa Família, que Ruth Cardoso havia iniciado – do governo de Fernando Henrique.

Por motivos que não são fáceis de entender, o governo iraniano, há mais de 20 anos, decidiu não seguir o mesmo caminho e se envolveu em programas que poderiam levar à posse de armas nucleares. O argumento usado pelo Irã era o de que o programa nuclear tinha a finalidade de produzir energia elétrica, o qual não tem muita credibilidade. Do ponto de vista energético, essa justificativa não fazia muito sentido porque o Irã tem amplos recursos de petróleo e gás natural, e energia nuclear para geração de eletricidade não era indispensável.

A decisão do Irã baseou-se provavelmente na percepção de que a posse de armas nucleares seria uma forma de assegurar sua soberania nacional, ameaçada pela posição hostil dos Estados Unidos. Há muitas outras formas de defender a soberania nacional, mas no Irã enriquecimento de urânio tornou-se uma obsessão.

Aparentemente, o governo iraniano acreditava que essa estratégia uniria o país em torno de um objetivo comum que lhe permitiria enfrentar melhor eventuais ameaças externas. Ideias desse tipo circularam também no Brasil em 1985, na fase final do governo militar. Certos grupos acreditavam que uma explosão nuclear uniria a população em torno do governo militar e garantiria sua sobrevivência. Foi esse tipo de ideia que levou a Argentina à desastrosa Guerra das Malvinas e, obviamente, não teve sucesso.

A aplicação de sanções econômicas internacionais demonstrou que o custo da estratégia adotada pelo Irã era alto demais não só em termos econômicos, mas também porque afetou o fornecimento de peças de reposição de inúmeros equipamentos, em particular para a aviação comercial.

O acordo nuclear firmado agora pelo Irã, se implementado, faz sentido e, ao que tudo indica, o bom senso imperou, como ocorreu com o Brasil e a Argentina no passado.

ONU ataca lei da maconha do Uruguai

O Globo – 12/12/2013

Órgãos internacionais criticam regulamentação; embaixadas do país recebem consultas sobre residência

Montevideu – Não bastasse o debate acalorado no Uruguai, a nova legislação que regulamenta o cultivo, a distribuição e o uso da maconha criou polêmica bem além das fronteiras do país. Um dia depois de aprovada pelo Senado, a lei reverberou em Viena. E lá, o órgão da ONU que vigia o cumprimento dos convênios internacionais sobre drogas advertiu que a iniciativa viola tratados internacionais. A Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife) lamentou a proposta uruguaia e alegou que o governo do presidente José Mujica não levou em conta o “impacto negativo” da legalização da cannabis sobre a saúde da sociedade.

A condenação é baseada na Convenção Única de Entorpecentes. O tratado de 1961 foi adotado por 186 países – incluindo o Uruguai – e contempla o uso da maconha apenas para fins médicos ou científicos devido ao potencial de causar dependência e prejuízos ao cérebro.

“Causa surpresa saber que um governo que é um parceiro ativo na cooperação internacional e na manutenção do Estado de direito internacional tenha decidido conscientemente romper as disposições legais universalmente estipuladas. O uso e abuso da cannabis, principalmente entre os jovens, pode afetar gravemente seu desenvolvimento”, criticou, em nota, o presidente da Jife, Raymond Yans.

As críticas ecoaram em outro órgão internacional preocupado com o impacto sobre o narcotráfico – o Escritório da ONU para Crimes e Drogas (Undoc).



– É infeliz que numa era em que o mundo está envolvido numa discussão permanente sobre o problema das drogas, o Uruguai tenha agido antes da Assembléia Geral da ONU planejada para 2016 – queixou-se o porta-voz do Undoc, David Dadge.

Mas a ousadia do projeto despertou interesse também em outros lugares. Após a aprovação da lei, embaixadas uruguaias estão recebendo uma enxurrada de consultas de interessados em obter residência por lá: apesar de permitir o plantio da erva para consumo pessoal e a compra de até 40 gramas por mês em farmácias autorizadas pelo Estado, a nova legislação se aplica somente a residentes.

– Os embaixadores receberam consultas sobre como obter residência no Uruguai, que direitos essa residência confere diante da nova lei, as condições para o turismo... – afirmou o chanceler Luis Almagro, ao jornal local “El País”.

A legislação deverá ser sancionada nos próximos dez dias pelo presidente José Mujica. Somente a partir daí, as novas regras poderão ser adotadas após um prazo de 120 dias, necessário para que o governo conclua as regras do mercado de maconha no país, da plantação ao cigarro, passando pelo preço e pelo registro de todos os envolvidos no processo – incluindo os consumidores. A Junta Nacional de Drogas do Uruguai prevê a comercialização de quatro ou cinco tipos de cannabis ao preço de US\$ 1 o grama.

A expectativa pela implementação da lei é grande. Principalmente do artigo que permite o acesso à maconha através de clubes de cultura – associações com entre 15 e 45 membros, e até 99 pés de maconha. Para a Associação dos Estudos de Cannabis do Uruguai (Aecu), uma ONG com 600 integrantes, as limitações desses clubes podem inviabilizá-los. Dois deles já existem, antes mesmo de aprovada a nova lei.

– As experiências que fizemos até agora têm muitos problemas financeiros. Vai ser muito difícil ter clubes de cultivo com apenas 45 sócios, porque há muitos custos com as plantas – disse o porta-voz da Aecu, Juan Andrés Vaz.

Paraguai aprova Venezuela no Mercosul

O Globo – 11/12/2013

Senado paraguaio reconhece adesão sete anos após decisão do bloco

Sete anos após o Mercosul ter anunciado a incorporação plena da Venezuela ao bloco – decisão que posteriormente foi ratificada pelos parlamentos de Brasil, Argentina e Uruguai –, o Senado do Paraguai finalmente aprovou ontem a iniciativa, por 29 votos a favor e 10 contra. Para que o protocolo de adesão se transforme em lei falta apenas sinal verde da Câmara, onde o governista Partido Colorado tem maioria e não deverá enfrentar dificuldades.

O debate no Senado paraguaio, que nos últimos anos rechaçou várias vezes a proposta, foi intenso. Congressistas da oposição acusaram o governo do presidente Horacio Cartes, empossado em agosto, de ter traído seus compromissos de campanha. De fato, até pouco tempo atrás, Cartes insistia em dizer que seu país, suspenso do bloco em junho de 2012, em consequência do impeachment contra o ex-presidente Fernando Lugo, só aceitaria a entrada da Venezuela após negociar seu retomo ao Mercosul.

Na última cúpula de presidentes do bloco, em meados deste ano, em Montevideu, os governos de Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela comunicaram o fim da suspensão aplicada ao Paraguai. No entanto, o país, que durante a reunião presidencial tentou impedir que o presidente venezuelano Nicolás.

Maduro assumisse a presidência pro tempore do bloco, ainda não voltou formalmente. Ontem, em Assunção, muitos jornalistas e políticos se perguntavam por que Cartes havia modificado sua postura, já que Maduro continua à frente do bloco.

Técnicos participam da elaboração de uma proposta do Mercosul à União Europeia para a negociação de um acordo de livre comércio. Mas o Paraguai ainda precisa discutir como será seu retorno e o que acontecerá com as 166 resoluções que o bloco adotou durante sua ausência.

Senador boliviano se adapta a Brasília

O Estado de S. Paulo – 09/12/2013

Após confinamento, Roger Pinto vive “de favor; definição sobre visto permanente sai em fevereiro

Cento e seis dias após protagonizar uma fuga espetacular para cruzar a fronteira que separa a Bolívia do Brasil, o senador boliviano Roger Pinto Molina transpôs na semana passada os limites que o mantinham abrigado no quarto de empregada do apartamento funcional do senador Sérgio Petecão (PSD-AG). “Pinto foi promovido”, disse o político brasileiro. Ele ganhou um quarto fora da área de serviço, um antigo escritório, com janela, cama de casal e ventilador. O espaço era ocupado por um sobrinho do senador que se mudou.

O político boliviano chegou ao Brasil no fim de agosto, após deixar a embaixada do Brasil em La Paz com a ajuda de diplomatas brasileiros. A fuga provocou uma crise na diplomacia brasileira, resultou na demissão de Antonio Patriota do comando do Ministério das Relações Exteriores e a abertura de processos administrativos que podem resultar na demissão dos dois diplomatas que ajudaram Pinto a sair do seu país.

A decisão pela fuga foi tomada 454 dias após o senador ter se refugiado na embaixada brasileira na Bolívia. Ele sofria ameaças depois de acusar o governo de Evo Morales de envolvimento com o narcotráfico. Sem poder sair do prédio da embaixada, com depressão e problemas de saúde, o senador comoveu os diplomatas brasileiros que decidiram agir por conta própria diante do silêncio do governo brasileiro sobre a situação. Essa é definida pelo senador como a primeira fase do martírio de um refugiado. Amais difícil, segundo ele, é a expectativa pela volta. “Como vai ser? Os amigos estarão lá? A vida terá seguido para eles”, desabafa aos mais próximos.

A mulher de Pinto também teve de deixar o país após o senador boliviano ser avisado pela polícia local de que havia um plano para sequestrá-la como tentativa para fazê-lo sair da embaixada brasileira. Ela se abrigou no Acre, onde o casal comprou uma casa. O senador, porém, não pode se mudar para o novo endereço. Recentemente, foi alertado por policiais que seria perigoso ficar na fronteira.

Os dias são preenchidos com visitas ao Senado, onde fez amigos. Entre eles, cita os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Petecão. Tem reuniões com o

advogado Fernando Ti-búrcio, que chegou a acolhê-lo em sua casa quando ingressou no Brasil, e conversas com outros bolivianos refugiados no Brasil – 350 viveriam no Brasil nessa condição.

O senador também estuda português. Ele diz que pretende aprimorar sua fluência no idioma para o caso de ganhar permissão definitiva para ficar no país. No dia 24 de fevereiro, ou em 77 dias, como costuma contar, termina sua autorização para viver no Brasil. Caberá ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) definir sua situação. São três as hipóteses: ganhar o refúgio, ter o prazo de permanência ampliado e ter negado o refúgio. No último caso, o senador teria que procurar um novo país. Ele não pensa em retornar para a Bolívia enquanto Evo estiver no poder. “Tem centenas de políticos presos porque fazem oposição, 750 exilados no mundo todo”, justifica.

A expectativa sobre a decisão do seu futuro não angustia mais o senador. Ele costuma repetir que “quando terminam as opções, se aclaram as ideias”. Os mais próximos apostam que o ano eleitoral de 2014 irá ajudar o senador. O governo dificilmente criará um fato negativo entregando-o aos narcotraficantes.

Guarda-chuva. No início da semana, o senador viveu seu primeiro dissabor no Brasil. O carro de sua mulher foi apreendido na fronteira do lado brasileiro pela Receita Federal. Ele mandou a mulher comprar um guarda-chuva para amenizar as caminhadas que passarão a ser feitas a pé a partir de agora. “É o que dá para fazer.” O senador renunciou ao salário de parlamentar, mas não ao mandato. Vive hoje de rendimentos de uma fazenda de gado. “Estamos comendo todas as vacas.”

No fim do ano, os dois devem se reencontrar para passar as festas e cumprir uma tradição da família de montar a árvore de Natal juntos. As viagens, contudo, ainda são discretas. O senador, que adotou o hábito de correr e caminhar os 10 quilômetros do Parque da Cidade após ganhar 10 quilos, costuma ser reconhecido nas ruas. Dia desses ouviu de um grupo: “Olha o ministro boliviano!”. E respondeu: “Não sou ministro, sou senador”.

Na Bolívia o senador também não foi esquecido. Há três semanas, o vice-presidente Garcia Li-nera o chamou em programa de TV de “gordo”, “burro”, “delinqüente” e “preguiçoso”. Esta e outras situações são tratadas com bom humor, até mesmo a estada inicial no quartinho sem ventilação. “Aqui eu tenho liberdade”, costuma dizer.

A maior angústia é sobre quando poderá voltar a sua terra. “Não estou preocupado com a decisão do Conare porque é algo que vai beneficiar apenas a mim.

O acordo com o Irã e a hegemonia dos EUA

O Estado de S. Paulo – 09/12/2013

As reuniões da madrugada de 25 de novembro em Genebra, entre o chamado P5+1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha) e o Irã, para a conclusão de um acordo sobre o programa nuclear iraniano ainda darão muito o que falar. O entendimento alcançado é frágil e ambíguo. Na verdade, limita-se ao congelamento por seis meses de atividades de enriquecimento de urânio, ante um alívio parcial nas sanções impostas ao Irã, num montante de cerca de US\$ 4,2 bilhões por mês.

A diferença entre o êxito e o fracasso dependerá, entre outras condições, da capacidade de operacionalizar cláusulas complexas de verificação pela Agência Internacional de Energia Atômica. O objetivo da moratória é criar as condições para a negociação de um acordo mais abrangente, capaz de impedir o acesso do Irã à arma nuclear. Não obstante as dificuldades à frente, que são muitas, o plano aprovado sinaliza um novo caminho. Se tiver êxito, mais do que um simples entendimento tópico com o Irã sobre a extensão do seu programa nuclear, poderá representar um passo significativo para a reestruturação da governança mundial, sob a égide de uma nova hegemonia norte-americana.

O acordo com o Irã é a reafirmação do multilateralismo e da ONU. É o fortalecimento do regime internacional de não proliferação nuclear, que já parecia fadado ao fracasso. É a fixação de critérios objetivos, quantificáveis e verificáveis para o exercício do direito ao enriquecimento de urânio para fins pacíficos e, ao mesmo tempo, o fechamento da porta – que a Índia foi a última a transpor – para o acesso consentido ao restrito clube dos detentores da arma nuclear. Uma vez estabelecidos, os novos parâmetros tenderão a estender-se a todos os países que buscam dominar o ciclo da tecnologia nuclear, o Brasil incluído.

O palco para a negociação foi a ONU. Foram as sanções adotadas pelo Conselho de Segurança que levaram o Irã à mesa da negociação. Mas se a moldura é a da ONU, não é necessariamente a de um Conselho de Segurança reformado, como temos legitimamente defendido, e sim a de um arranjo informal P5+1, concebido para incluir a Alemanha. A reformado Conselho de Segurança pode, assim, já estar em curso, de modo informal, tal como tem ocorrido com a constituição de diretórios ad hoc, em outros elos da nova governança mundial.

Ao unilateralismo de George W. Bush seguiu-se o multilateralismo de Barack Obama. Ade-cisão solitária pelo recurso à força cede lugar a uma paciente ourivesaria política, ao diálogo e à negociação, com aliados e adversários. O novo não está na defesa retórica do multilateralismo, mas no compromisso de respeitá-lo e na demonstração de que pode funcionar. Assim, o desenho de uma nova governança mundial é ao mesmo tempo a reconstrução da hegemonia norte-americana, abalada pela crise econômica e pela desastrosa política externa de Bush. Os contornos da nova hegemonia afirmam-se, com mais nitidez, no momento em que parece não haver candidato com condições ou com vontade para disputá-la.

A China segue o script da emergência pacífica, na economia antes, na política depois. Essa visão, que se tomou a doutrina oficial da diplomacia chinesa, ajudou a abafar os ruídos provocados pelos deslocamentos que a China continua a introduzir na economia mundial. Favoreceu o reconhecimento da necessidade de um novo tipo de relacionamento entre grandes potências, consagrado pelo encontro Xi Jinping-Obama, de junho passado. Beijing apoia o fortalecimento do regime de não proliferação nuclear, mas de maneira discreta. Joga ao mesmo tempo a carta do Conselho de Segurança e a dos Brics. Mas os seus interesses estratégicos estão mais na mesa da negociação P5+1 do que nas cúpulas dos Brics.

A Rússia teve a sua visibilidade restaurada, ainda que temporariamente, pela contribuição que deu ao compromisso da eliminação das armas químicas na Síria. Mas, tanto quanto a China, não tem interesse no descarrilamento do processo de não proliferação, que preserva o seu papel privilegiado de potência nuclear.

A Europa compartilha a preocupação com o eventual acesso do Irã ao armamento nuclear e não teve hesitação em conceder aos Estados Unidos a liderança no processo, até mesmo simbolicamente, pois foi Obama que anunciou os termos do novo acordo. A Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, apesar das dificuldades inerentes a um projeto

tão ambicioso, explicita a vontade de ambos os lados do Atlântico de partilhar uma mesma visão estratégica e construir uma poderosa aliança econômica neste cenário em profunda transformação.

O deslocamento do eixo estratégico do Oriente Médio para a Ásia, do Atlântico para o Pacífico, sinaliza a sintonia da diplomacia norte-americana com as novas realidades econômicas e geopolíticas do mundo global. E o reconhecimento de que alguns conflitos regionais terão uma duração mais longa que o esperado e, exceto no caso do Irã, não afetam, necessariamente, interesses estratégicos dos Estados Unidos. A prioridade para a Ásia já é uma realidade no plano militar e um projeto em construção no plano econômico, pela via de várias parcerias transpacíficas. A nova hegemonia está, por fim, lastreada pela retomada da economia, sob o impulso da revolução do gás de xisto, que não apenas reduz a dependência da energia importada, mas estimula a reindustrialização do país.

É bem verdade que a formação de um condomínio global ampliado, com o ingresso da China e, em certa medida, de outros países emergentes, implica objetivamente uma perda do poder relativo dos Estados Unidos. Mas também é verdade que o desenho multipolar em construção reserva à potência norte-americana a posição de um polo central e hegemônico da nova ordem.

Caminhos fechados no Mercosul

O Globo – 06/12/2013

Livre circulação de mercadorias entre os países-membros era o principal objetivo do Mercosul quando Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai assinaram o Tratado de Assunção, em 1991. No entanto, o cenário atual enfrentado pelos países do bloco é composto por entraves econômicos, políticos e cambiais. Tal situação diminui a atividade setorial, refletindo especificamente em logística e transporte internacional.

Pela ideia inicial, o livre comércio deveria simplificar o transporte, gerando oportunidades, ampliando o campo de trabalho e dando mais perspectivas desenvolvimento para as empresas. Mas os controles nos diferentes setores das economias dos membros com a finalidade de protegê-las do próprio bloco é uma situação que contradiz a origem desta criação.

Antes da vigência total haveria um período de ajuste buscando uma redução gradual de tarifas alfandegárias, permitindo uma adaptação competitiva. Esta etapa deveria ter-se encerrado em 1995, mas foi prorrogada, já que começou a surgir na Argentina pressão contra a entrada em massa de produtos brasileiros. E esse protecionismo perdura até hoje – de maneira mais agressiva, inclusive – causando impacto direto nos volumes comercializados e, claro, não é um bom negócio para o setor de logística.

Outro importante desafio a ser superado está nos controles alfandegários, hoje um dos maiores – se não o maior – empecilhos à produtividade das transportadoras atuantes na região. A demora nas autorizações de importação II (Licença de Importação) e Dajai (Declaração Jurada Antecipada de Importação) têm afetado diretamente o custo.

O tempo de operação do transporte, que era de sete dias, leva agora 14. Ou seja, a unidade que fazia duas viagens completas no mês agora faz uma. E nesse mercado a eficiência é um diferencial e o timing um fator de impacto imediato.

Outro obstáculo é enfrentado quando as cargas chegam aos portos, em situação precária devido à falta de investimento, em toda a região. É importante ressaltar que, para que um acordo de livre comércio funcione, além das questões econômicas, políticas e cambiais, é preciso haver infraestrutura.

A saída para que o Mercosul cumpra seu papel é superar as diferenças comerciais e também políticas, visto que os próprios governos geram travas gradativamente. Sua concepção original é servir de solução para potencializar a região, fortalecer o comércio entre os países-membros e defender nosso produto para ascender a outros mercados.

O Mercosul, em seu atual modelo, é útil para o país, mas não nos basta. É necessário estarmos atentos à reorganização das forças produtivas que está acontecendo pelo mundo. Sem novos acordos comerciais, o Brasil corre o risco de ficar de fora das cadeias internacionais. Agora, além de resolver os problemas que já existem, está mais que na hora de pensar na integração da indústria nacional às cadeias produtivas globais.

Economia

Brasil registra record de saída de dólares

Agência Brasil

O país enviou mais dólares para o exterior do que recebeu em 2013. O saldo negativo da entrada e saída de dólares do país ficou em US\$ 12,261 bilhões. Em 2012, o saldo ficou positivo em US\$ 16,753 bilhões.

Desde 2008 (US\$ 983 milhões), início da crise financeira internacional, o país não registrava saldo negativo. E o de 2013 é o maior desde 2002 (US\$ 12,989 bilhões), ano de tensão na economia por causa das eleições. Os dados foram divulgados hoje (8) pelo Banco Central (BC).

No ano passado, o fluxo financeiro (investimentos em títulos, remessas de lucros e dividendos ao exterior e investimentos estrangeiros diretos, entre outras operações) foi responsável pelo saldo negativo do fluxo cambial. O segmento registrou saldo negativo de US\$ 23,396 bilhões, contra o resultado positivo de US\$ 8,380 bilhões em 2012.

Já o fluxo comercial (operações de câmbio relacionadas a exportações e importações) apresentou saldo positivo de US\$ 11,136 bilhões contra o superávit de US\$ 8,373 bilhões em 2012.

Em dezembro, o fluxo cambial ficou negativo em US\$ 8,780 bilhões, o maior resultado negativo desde setembro de 1998 (US\$ 18,919 bilhões). Em dezembro de 2012, o saldo ficou negativo em US\$ 6,755 bilhões. No mês passado, o fluxo financeiro ficou negativo em US\$ 6,898 bilhões. O comercial também registrou déficit, de US\$ 1,881 bilhão.

Nos dois primeiros dias úteis deste ano, o fluxo cambial continuou negativo, registrando saldo de US\$ 480 milhões. O fluxo financeiro (US\$ 246 milhões) e o comercial (US\$ 234 milhões) ficaram negativos nos dias 2 e 3 deste mês.

O BC também informou que os bancos fecharam 2013 com posição de câmbio vendida, o que indica expectativa de queda do dólar, em US\$ 18,124 bilhões.

Desemprego recua e fecha 2013 em 5,4%, segundo IBGE

O Globo – 30/01/2014

O desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas do país terminou o ano passado em 5,4% abaixo dos 5,5% registrados em 2012, mostrou a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) divulgada nesta quinta-feira pelo IBGE. Em dezembro, o indicador recuou para 4,3%, a taxa mais baixa da série histórica da pesquisa iniciada em 2002. Antes, o menor nível de desemprego, de 4,6%, havia sido registrado em novembro de 2013 e em dezembro de 2012.

Em 2013, os desocupados somaram, em média, 1,3 milhão de pessoas, 0,1% a menos que em 2012, ou menos 20 mil pessoas. Em dezembro, o número ficou em 1,1 milhão, queda de 6,2% em relação a novembro, o equivalente a 70 mil pessoas em busca de trabalho sem conseguir.

Já a população ocupada avançou 0,7% em relação a 2012, para 23,1 milhões de pessoas. Em dezembro, o contingente ficou em 23,3 milhões, estável nas comparações com o mês anterior e com dezembro de 2012.

A taxa média de desemprego nacional só será conhecida quando sair o resultado da Pnad contínua, que pesquisa o mercado de trabalho em 3.500 municípios de todo o país.

O primeiro resultado desta pesquisa mostrou que o desemprego no segundo trimestre do ano ficou em 7,4%, índice superior aos 5,9% registrados nas seis regiões metropolitanas analisadas pela PME (Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador). De acordo com a Pnad, em 2012 a taxa média de desemprego do país foi de 6,2%.

Já a renda dos trabalhadores aumentou e encerrou o ano em R\$ 1.929,03, aumento de 1,8% em relação a 2012 (R\$ 1.894,03). Na passagem de novembro para dezembro houve queda de 0,7%, depois de um ganho de 2% no mês de novembro.

Mantega: ‘Combate à inflação é prioridade’

O Globo – 24/01/2014

Suíça – O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, que a inflação não preocupa, embora seu controle seja uma prioridade para o governo brasileiro. Ao comentar a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC) – que elevou na semana passada a taxa básica de juros (Selic) em meio ponto percentual, para 10,5% –, o ministro se mostrou confiante, ressaltando que “o Brasil tem controlado a inflação nos últimos dez anos” e a mantido dentro da meta.

– Não vi a ata do Copom. Mas o IPCA-15 (índice que apresenta uma prévia do IPCA, indicador oficial de inflação) está abaixo das expectativas do mercado – disse Mantega. – O combate à inflação continuará sendo uma prioridade do governo. Sempre.

Indagado se o governo pretende aumentar a meta do superávit primário para este ano, o ministro afirmou que em fevereiro o governo poderá dizer “com mais precisão” qual será a meta.

Aposta agora em investimentos

Em um debate no fórum, Mantega reclamou da falta de crédito para estimular a economia e responsabilizou a crise mundial pela desaceleração no Brasil e em outros emergentes. Ele rebateu a afirmação do presidente do fórum, o empresário Klaus Schwab, de que o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) está em declínio ou em “crise de meia-idade”:

– Não acredito que há uma crise da meia-idade do Brics. O que há é uma crise mundial que afetou o Brics.

Mantega reconheceu que é preciso que os países Brics revejam o modelo do crescimento. E assegurou que o Brasil está fazendo isso, ao estimular o investimento com um programa da ordem de US\$ 250 bilhões, excluindo o que será investido em petróleo e gás. Ele também destacou o avanço social no país:

– O Brasil fez uma grande inclusão social, expandiu a classe média. Temos o quarto maior mercado de carros. Mas para ativar este mercado está faltando crédito, que está escasso. É por isso que o governo está estimulando o investimento no Brasil.

Uma pesquisa com mil executivos feita pela Accenture e divulgada em Davos revelou que 60% das empresas pretendem realocar para outros mercados os investimentos realizados nos países do Brics. Mantega, no entanto, mostrou-se otimista, prevendo que o comércio mundial poderá crescer entre 4% e 5%, puxado pela recuperação econômica dos países ricos. Ele disse que uma eventual desvalorização do real não deverá afetar as empresas brasileiras que contraíram dívida no exterior:

– As empresas brasileiras aprenderam a lição em 2008 e todas elas estão hedgiadas (protegidas) para eventuais flutuações da taxa cambial.

Em meio à elite econômica e política, também era possível vislumbrar celebridades, como o cantor Bono, do U2. No encontro para divulgar sua ONG Red, que combate a Aids, ele participou de um jantar com empresários irlandeses e o premier Enda Kenny. No fórum, houve ainda protestos contra a petrolífera russa Gazprom e a têxtil Gap, que receberam o “prêmio vergonha 2014”.

Davos põe Brics ‘no divã’: grupo perdeu brilho

O Globo – 23/01/2014

O Brics – nomeação que abrange Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países que marcaram o sucesso do mundo emergente – perdeu o brilho no Fórum Econômico Mundial de Davos. Por causa da desaceleração destes países, alguns empresários já duvidam do futuro de seus integrantes. É o fim do Brics? Economistas e um ministro ouvidos pelo GLOBO relativizaram as críticas e avaliaram que cada nação terá de lidar com os próprios desafios. Jeffrey Sachs, da Universidade de Columbia, em Nova York, reagiu assim: – Com certeza não são mais o que eram, e o entusiasmo é menor. Mas tudo é exagerado aqui. Falam neste ano que o Brics acabou. Mas é claro que não! – afirma, classificando a ideia como “visão de curto prazo” e apostando que Brasil e os parceiros de Brics terão uma década de crescimento acelerado.

Ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), o americano John Lipsky diz que o declínio do Brics e a retração dos investidores são fatos consumados. Se estes países se levantam ou não no longo prazo, afirma, dependerá das políticas que adotarem:

– Os mercados do Brics já tiveram declínio. Mas, no longo prazo, a questão será o desempenho destes países, que enfrentam desafios diferentes – diz. – Ninguém chegou a uma conclusão sobre todos os países emergentes.

Para ele, os investidores deixaram de ver o Brics como um bloco de oportunidades e estão diferenciando os países.

– Isso não está acontecendo somente com o Brics, mas também com outros grandes mercados emergentes.

Por sua vez, P. Chidambaram, ministro das Finanças da Índia – que teve o menor crescimento em uma década (5%) e enfrenta problemas nas finanças públicas – , reagiu lembrando o avanço das iniciativas capitaneadas pelo bloco.

– Por que isso tem que levar à conclusão de que países do Brics atingiram o seu limite? Estamos avançando no trabalho para um criação de um banco do bloco. Acho que há bastante compromisso no Brics (para avançar).

Corrupção no Brasil preocupa

Chidambaram reconhece que seu país tem problemas estruturais, mas diz que muito da desaceleração veio de fatores externos. Num debate ontem, ele previu que a Índia vai crescer 6% em 2014 e 2015 até atingir, “passo-a-passo”, o seu potencial de 8% ao ano.

A expectativa está afinada com a de Jeffrey Sachs, para quem o crescimento de Brasil, Rússia, Índia e China vai ultrapassar a expansão dos países ricos “em vários pontos percentuais” nos próximos dez anos. Em relação ao Brasil, ele se diz otimista, mas chama a atenção para os problemas do país:

– O Brasil tem uma economia diversificada e cada vez mais sofisticada, que exporta aviões. Tem alta tecnologia, pessoas inteligentes e é uma economia muito grande com produtividade alimentar e recursos naturais – lembrou. – Mas crescimento de 2% é, sim, baixo. As pessoas estão insatisfeitas com a governança no Brasil. Foram às ruas (protestar), e o colapso de Eike Batista foi uma grande coisa. Houve muito entusiasmo em relação à economia brasileira, que não está se materializando.

Chocado com os escândalos de corrupção, ele afirmou esperar ouvir da presidente Dilma Rousseff, que neste ano irá ao Fórum de Davos pela primeira vez, “a mensagem de que o Brasil vai ser governado de forma correta e que em dez anos não haverá tantos ministros renunciando por conta de corrupção”.

Lipsky também destacou o potencial do país e os desafios que tem de enfrentar.

– O crescimento é uma questão nos anos que virão. Depende também da economia global – ponderou, frisando que o Brasil precisa elevar a qualidade da educação para melhorar a produtividade.

ONU reduz projeção de crescimento para o Brasil

Autor(es): Juliana Garçon

O Globo – 21/01/2014

O Brasil foi o país que teve o maior corte (1,4 ponto percentual) nas projeções para o crescimento econômico em 2014 no relatório “Situação da Economia Global e Perspectivas para 2014”, da Organização das Nações Unidas (ONU). Agora, a ONU prevê expansão de 3% neste ano.

A entidade estima que o país cresceu 2,5% em 2013, corte de 1,5 ponto percentual em relação à expectativa divulgada há um ano. Nesta comparação, contudo, há países, como o México, que sofreram revisão ainda maior – de 2,6 pontos percentuais – para 1,2%. A ONU destacou que algumas grandes economias em desenvolvimento, como o Brasil, viram a expansão do PIB desacelerar nos últimos dois anos, devido a fatores externos e internos, mas têm condições de retomar ritmo mais forte. Para 2015, a expectativa é de crescimento de 4%.

Déficit da balança de US\$ 2,05 bilhões

O déficit da balança comercial se aprofundou na terceira semana de janeiro. A diferença entre exportações e importações na semana passada resultou em saldo negativo de US\$ 2,049 bilhões acumulado no mês, conforme o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Até a semana anterior, a cifra era de US\$ 574 milhões. No mês, as exportações somam US\$ 8,841 bilhões e as importações, US\$ 10,890 bilhões. Só na semana passada, o saldo ficou negativo em US\$ 1,475 bilhão.

Segundo o MDIC, a média de exportações na semana passada foi 4,2% maior que nas duas primeiras semanas do mês, com aumento de 20% nas vendas de produtos básicos, como petróleo em bruto, minério de ferro, carnes e café em grão. Mas caíram em 20,2% as vendas de produtos semimanufaturados, especialmente açúcar em bruto, celulose, ferro fundido, e semimanufaturados de ferro e aço.

O saldo negativo foi acentuado pelo crescimento de 30,1% nas importações, devido principalmente a combustíveis e lubrificantes, equipamentos mecânicos, veículos e partes.

‘BC está sozinho contra a inflação’, diz economista

O Globo – 16/01/2014

Silvia Matos avalia que, ao elevar gastos, o governo pressiona os preços de serviços, num cenário de expansão do crédito, ainda que em ritmo menor. Para ela, o Banco Central terá de recorrer a novas altas de juros, um remédio amargo para a economia.

Qual é a situação da inflação hoje?

Houve aceleração da inflação nos últimos dois meses, principalmente de serviços. Sem considerar passagens aéreas, ela acelerou de 8,45% em 2012 para 8,75% em 2013. Isso preocupa. Quase 70% dos itens da cesta do IPCA subiram acima de 4,5%, que é o centro da meta, e mais de 50% subiram mais de 50%. Que loucura é essa? A inflação está muito alta, persistente e generalizada. Mesmo que se possa ter algum alívio de preços de alimentos, a

gente está muito fragilizado. Nosso cenário é de inflação pelo IPCA em 6% este ano, mas há risco de ficar mais perto do teto da meta.

Por que a inflação no país está resistente?

Quando ela começa a rodar em nível elevado, os agentes se preparam para isso, e as pessoas repassam preços. Apesar de a economia não estar grande coisa, a pressão de demanda existe. Temos uma combinação muito ruim, de inflação alta com atividade fraca. Infelizmente, os salários estão crescendo acima da capacidade da economia. É preciso dar uma esfriada nisso. Quando aumentam os gastos, o governo pressiona os preços de serviços. E o crédito continua crescendo. E o Banco Central fica sozinho (para combater a inflação).

O BC é o único no governo trabalhando para combater a inflação?

O BC faz o papel dele, mas, infelizmente, teria que subir mais os juros. O único remédio é amargo e é mais taxa de juros. A atividade cresceu pouco, mas a renda continuou em expansão. Só que a política fiscal é mais eficiente para combater a inflação. O governo está sinalizando o controle de gasto público, mas é muito pouco. E a política fiscal não tem muita margem de manobra. O governo só vai se mexer se a situação ficar dramática. A Fazenda teria que fazer mudanças radicais, mas é difícil em ano eleitoral.

Qual será o efeito do câmbio?

Teremos na inflação o componente do câmbio mais valorizado. E nem todo esse repasse do câmbio vem, como é o caso do combustível. Alguns preços estão desalinhados, como de combustíveis e de energia. Então, corremos o risco de um repique inflacionário mais à frente, o que exigiria uma dose cavalariada de juros.

O que impede o crescimento da economia brasileira?

O baixo investimento é um problema estrutural. Os desembolsos em infraestrutura são fundamentais. Há também menos gente entrando no mercado de trabalho e com baixa qualidade. Há uma terceira questão: a ineficiência da economia como um todo. A política econômica está confusa, há uma instabilidade de regras. O Brasil tem problemas estruturais de baixo crescimento que devem ser perenes.

Alta da Selic gera custo extra de ao menos R\$ 14 bilhões aos cofres públicos

O Globo – 16/01/2014

O combate à inflação por meio da elevação da taxa básica de juros, a Selic, vai custar pelo menos R\$ 14,2 bilhões a mais aos cofres públicos neste ano. É o que mostra cálculo do economista Felipe Salto, da Tendências Consultoria. Segundo ele, as despesas com juros devem crescer de R\$ 56,5 bilhões no ano passado para R\$ 70,7 bilhões neste ano, efeito do ciclo de aumento da Selic, que estava em 7,25% em abril de 2013 e chegou a 10,5% nesta quarta-feira.

Salto diz que sua estimativa é conservadora, pois considera apenas as operações compromissadas – instrumento do Banco Central (BC) para enxugar excesso de liquidez na economia pela venda de títulos públicos. Não está incluso o impacto dos juros sobre os títulos pós-fixados vendidos pelo Tesouro.

– Esses R\$ 70 bilhões já representam três orçamentos do Bolsa Família. E o governo não vai conseguir mudar isso por decreto. É preciso mudar a base desta política fiscal expansionista, o que abriria espaço para uma política monetária mais decente – diz.

Pelos cálculos de José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), o aumento de gastos com o ciclo da Selic é um pouco maior, de R\$ 15,3 bilhões. O número, também considerado conservador, tem como base a estimativa informada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da União. Segundo o texto, o aumento de um ponto percentual da Selic provoca despesa extra com pagamento de juros de 0,09% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de produtos e serviços produzidos no país).

– A taxa de juros é o instrumento predominante de política monetária também em outros países, mas parece que existe monopólio disso aqui no Brasil – disse Afonso, lembrando que o governo também tem adotado outros caminhos para conter preços. – O governo está intervindo diretamente nos preços dos combustíveis, da energia elétrica. Os chamados preços administrados estão sendo mais administrados do que nunca.

Segundo Margarida Gutierrez, professora da UFRJ, o crescimento do custo de pagamento de juros pode ser maior este ano por causa das incertezas em torno do corte da nota de classificação de risco do Brasil pela agência Standard & Poor's (S&P) e do ano eleitoral. Ela explica que, neste cenário, os investidores tendem a exigir maior rendimento nos títulos do país.

– Se o BC não elevasse a Selic, aumentaria ainda mais a incerteza e cresceria ainda mais a conta de juros.

Pós-crise global: BC dos EUA reduz os estímulos

EUA vão retirar estímulos

O Globo – 19/12/2013

O banco central americano anunciou que começará a retirar estímulos dados à economia na esteira da crise de 2008. As compras mensais de títulos serão reduzidas em US\$ 10 bi a partir de janeiro, o que deve elevar a cotação do dólar no Brasil.

Injeção de recursos será reduzida a US\$ 75 bilhões em janeiro. Dilma diz que país está preparado.

O Federal Reserve (Fed, banco central americano) anunciou ontem, com o voto dissidente de apenas um de seus dez diretores, que começará a reduzir seu inédito programa de estímulos à economia, herança da crise financeira de 2008. A terceira e maior fase do chamado Quantitative Easing (QE3), iniciada em setembro de 2012, estabelece a compra mensal de US\$ 85 bilhões em títulos, valor que será cortado para US\$ 75 bilhões a partir de janeiro de 2014. Para evitar danos à ainda frágil recuperação dos EUA, o Fed enfatizou que não se trata do início de uma era de aperto monetário. A instituição pretende manter os juros básicos inalterados entre zero e 0,25% ao ano “por longo período de tempo” sem perspectiva de elevação antes do fim de 2015 mesmo que a taxa de desemprego caia ao patamar de 6,5% (hoje, está a 7%).

A decisão animou os mercados, por representar um voto de confiança na economia americana sem alterar as boas condições de financiamento e investimento. Nos EUA, os índices Dow Jones



(1,84%) e S&P 500 (1,66%) da Bolsa de Nova York fecharam em recordes históricos de pontos. A Nasdaq subiu 1,15%. No Brasil, a Bovespa fechou em alta de 0,94%, aos 50.563 e o dólar subiu 0,9%, a R\$ 2,343. A moeda brasileira se desvalorizou mais do que a maioria das divisas de emergentes.

BERNANKE: “REDUÇÃO EM PEQUENOS PASSOS”

A presidente Dilma Rousseff disse que o país tem condições de enfrentar com tranquilidade a mudança nos EUA, em entrevista à Rádio Jornal do Commercio:

– O Brasil está preparado. Já saiu daquela fase em que se havia um espirro lá, tinham pneumonia aqui.

A equipe econômica recebeu com alívio a decisão do Fed. Na avaliação de técnicos, quanto mais cedo a retirada de estímulos, melhor. O governo sabe que a decisão pode trazer volatilidade aos mercados, mas considera que o mais importante era acabar com o suspense que abalava as expectativas dos agentes econômicos.

Pela manhã, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que um dos efeitos é a valorização do dólar:

– Estamos muito bem calçados. As volatilidades vão e voltam. Você pode ter um valorização momentânea do dólar, depois ele volta. O país está muito sólido, tem reservas e também o mecanismo de swap do Banco Central.

O Comitê de Mercado Aberto avaliou que há sinais consistentes de recuperação do mercado de trabalho e da economia dos EUA, com bons indicadores de gastos das famílias, investimentos de empresas e vendas do varejo, e perspectivas animadoras no campo fiscal. Ontem, em raro esforço bipartidário, o Senado concluiu a aprovação pelo Congresso de um Orçamento de dois anos, com nível de despesas superior ao anteriormente previsto, o que dá tração à expansão econômica.

Ainda que os ganhos não estejam consolidados, o Fed acredita, pela primeira vez desde o início da retomada, em 2009, que o balanço de riscos está mais equilibrado e pró-crescimento. Por isso decidiu pela redução de US\$ 10 bilhões no programa. A partir de janeiro, o volume de compra de títulos soberanos cairá de US\$ 45 bilhões para US\$ 40 bilhões e o de papéis lastreados em hipotecas, de US\$ 40 bilhões para US\$ 35 bilhões. Nova rodada de corte dependerá dos dados econômicos dos próximos meses, disse Ben Bernanke, presidente do Fed. Mas deverá obedecer a mesma ordem de grandeza.

O plano inicial de encerrar o programa no meio de 2014 foi revisto. Com o gradualismo, o presidente do Fed crê que o horizonte é o fim do próximo ano. Mas não descartou a interrupção ou a revisão, caso mudem as condições nos EUA.

– Não estamos fazendo menos, não é algo pensado para ser um aperto (...) Nossa modesta redução no programa reflete a crença de que a retomada será sustentada – disse Bernanke.
– Mas podemos interrompê-la (...) A redução dependerá dos dados e será feita em pequenos passos.

Foi a última entrevista coletiva de Bernanke à frente do Fed. Seu mandato termina em 31 de janeiro e ele será substituído pela atual vice, Janet Yellen. Considerada cautelosa em relação ao momento ideal de diminuição do programa de estímulo, Yellen acompanhou o voto da maioria.

O Fed deixou aberta uma janela para continuar o programa de estímulos além de 2014, bem como para manter juros zero depois de 2015. Tudo dependerá do comportamento da taxa de desemprego e da inflação. O BC dos EUA estima que o patamar ideal da taxa de desemprego para se considerar a crise ultrapassada, de 6,5%, será alcançado no último trimestre de 2014. Mas Bernanke disse que a diretoria olhará outros sinais como procura por vaga, ocupação, desemprego de longo prazo, subemprego e salários para se certificar de que a recuperação é para valer.

No caso da inflação, o Fed espera que ela volte a subir. O patamar mínimo previsto na meta é de 2% ao ano. O índice de preços ao consumidor fechou novembro em 0,7% no acumulado em 12 meses. Inflação excessivamente baixa dificulta recuperação de margens de lucro das empresas, aumentos de salário e pagamento de dívidas. Uma alta de juros não deverá ser considerada pelo Fed até que a variação chegue a 2,5% anuais.

BC dos EUA deixa o mundo aliviado

Alívio no mundo

Correio Braziliense – 19/12/2013

Governos e mercados, que esperavam aflitos pela notícia, comemoraram o anúncio do Federal Reserve de que a redução dos estímulos à economia americana começará em janeiro e será gradual.

Enfim, o Federal Reserve anuncia a redução dos estímulos à economia dos EUA. Mas, como o processo será gradual, governos e mercados comemoram. BC do Brasil venderá ao menos US\$ 24 bi nos primeiros seis meses de 2014 para conter a alta do dólar.

Com a recuperação – ainda que gradual – dos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed), o Banco Central norte-americano, anunciou ontem o que o mundo inteiro aguardava aflito: o início do corte de estímulos à maior economia do planeta. Em janeiro do próximo ano, os US\$ 85 bilhões mensais injetados na economia serão reduzidos para US\$ 75 bilhões e, até o fim de 2014, haverá diminuição gradual do incentivo. O presidente da instituição, Ben Bernanke, não se comprometeu em manter a diminuição do incentivo em US\$ 10 bilhões por vez nem assegurou que a medida será tomada a cada reunião do banco.

Tão logo o Fed detalhou as regras do jogo, o Banco Central brasileiro anunciou que, em reação ao corte de estímulos, despejará pelo menos US\$ 24 bilhões no mercado de câmbio entre janeiro e junho de 2014. O objetivo será conter uma arrancada mais forte do dólar e, por tabela, evitar a disparada da inflação. O BC informou que serão realizados leilões de swap cambial, de segunda a sexta-feira, no valor de US\$ 200 milhões por dia, volume inferior aos US\$ 500 milhões diários deste ano. A oferta de linhas de crédito em dólar, feita atualmente todas as sextas-feiras, só ocorrerá, nos primeiros seis meses do ano que vem se houver demanda. A instituição

ainda deixou aberta a possibilidade de vender reservas cambiais do país, que totalizam US\$ 376 bilhões, em momentos de maior turbulência e de escassez brutal de moeda estrangeira.

Por meio da assessoria de imprensa, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que viu com tranquilidade a decisão do Fed, sobretudo porque a diminuição dos estímulos será gradual, sem provocar solavancos no mercado, o que evitará movimentos bruscos nas cotações do dólar. Outra boa notícia foi o fato de o BC dos EUA ter mantido as taxas de juros variando entre zero e 0,25% ao ano. Ele determinou à equipe do ministério que monitore todos os dados dos mercados globais nos próximos dias, pois a reação ontem foi parcial, uma vez que as bolsas de valores da Ásia e da Europa estavam fechadas quando o Fed se pronunciou.

Para o mercado financeiro, a decisão do Fed põe fim às incertezas em torno da política monetária norte-americana. Mas isso não significa dizer que os países emergentes estão livres de uma batalha pesada para conter o derretimento de suas moedas. Brasil, Turquia, Indonésia, África do Sul e Índia são apontados como as nações mais vulneráveis às ações do BC dos EUA. O tamanho do enfrentamento dependerá do ritmo dos cortes promovidos pelo Fed, que condicionou suas ações à queda do desemprego para 0 menos de 6,5% – a taxa atual, de 7% é a menor em cinco anos – e ao comportamento da inflação, que está abaixo de 2%.

Ao detalhar o corte dos estímulos à economia norte-americana, Ben Bernanke reforçou que não há um valor predeterminado para ser anunciado periodicamente. Se a atividade, que avançou 3,6% no terceiro trimestre deste ano, acima do previsto, tropeçar, a estratégia será abrandada. O presidente do Fed anunciou ainda que reviu as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano, de expansão entre 2,9% e 3,1% para um avanço entre 2,8% a 3,2%.

O impacto da decisão do Fed foi imediato nos mercados. A Bolsa de Nova York registrou alta de 1,84% e a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), de 0,94%. Já o dólar subiu 0,87%, cotado a R\$ 2,343 na venda. “O Fed fez uma coisa muito importante: tirou o foco da taxa de desemprego e o transferiu para a inflação, que está muito baixa. Isso significa que manterá os juros próximo de zero e que fará um programa de retirada de estímulos mais lento”, explicou Tony Volpon, chefe de Pesquisas para Mercados Emergentes das Américas da Nomura Securities International, em Nova York. “O anúncio do Fed veio antes do que esperávamos, mas, pelo menos, será bastante gradual”, acrescentou Jankiel Santos, economista-chefe do Espirito Santo Investment Bank.

E EU COM ISSO

A redução dos estímulos à economia dos Estados Unidos terá impacto sobre o Brasil e isso poderá ser percebido, principalmente, no preço do dólar, que tende a subir. A previsão de parte dos especialistas é de que a moeda norte-americana chegará a R\$ 2,50 até o fim de 2014. Diante dessa elevação, o custo de vida das famílias pode aumentar, e o Banco Central se verá obrigado a elevar ainda mais a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10% ao ano. Se essa taxa aumenta, o PIB cresce menos e, em um quadro extremo, o desemprego avançará.

História de consumo – IPI e juro baixo como armas

O Globo – 16/12/2013

O estímulo à poupança é carta nova num modelo econômico que apostou as fichas no consumo.

Em 2009, a crise mundial chegou ao seu pior momento, e o governo anunciou os primeiros cortes de IPI para fogões, geladeiras e outros produtos da linha branca.

Em maio de 2012, foi a vez de os carros ficarem livres do IPI. As vendas começaram a bater recordes.

Na construção civil, houve desonerações de impostos, com crédito habitacional mais barato e fácil e prazos de pagamento mais longos. O programa Minha Casa, Minha Vida, que subsidia moradia para população de menor renda, é um capítulo à parte do aquecimento do setor.

Seu adendo mais recente, o Minha Casa Melhor empresta até R\$ 5 mil para compra de móveis, eletrodomésticos, computadores e tablets com prazo de 48 meses e juros de 5% ao ano. Nos financiamentos tradicionais, a taxa é 61%.

Outra forte ofensiva foi direcionada aos bancos. Depois de estimular os empréstimos consignados e baixar a taxa básica de juros, que chegou ao piso histórico de 7,25% ao ano no início de 2013, o governo iniciou uma pressão para que os bancos emprestassem mais e com taxas menores. Banco do Brasil e Caixa foram os primeiros a reduzir os juros para forçar os concorrentes privados a seguir o mesmo caminho. Mas a estratégia pareceu insuficiente, e a presidente Dilma interferiu pessoalmente, chamando os banqueiros para conversar.

Por essas e outras, o consumo das famílias vem sustentando o PIB do país e, apesar da perda de fôlego, registrou o 40º trimestre seguido de alta. Também não é sem razão que o nível de endividamento das famílias está batendo recordes.

Adeus, consumo: BC quer incentivar a poupança

BC prepara plano de incentivo à poupança

O Globo – 16/12/2013

Após anos de estímulo ao consumo, o governo planeja agora incentivos à poupança, com o intuito de elevar a taxa de investimento do país, hoje em níveis baixos. Com a mira na nova classe média, o Banco Central prepara uma estratégia de educação financeira, que inclui o uso de tablets em áreas pobres, para que 50 milhões de brasileiros comecem a economizar.

Após anos de foco no consumo, governo quer estimular classe C a economizar para elevar taxa de investimento.

Em vez de esconder dinheiro embaixo do colchão, o armador de ferragens Rubens Mariano deixa suas economias em uma conta corrente. É quase a mesma coisa, já que não recebe rendimento algum. Todo mês, ele separa R\$ 200 ou R\$ 300 para emergências. Não gosta de



deixar na poupança porque acredita – erradamente – que não poderá sacar quando precisar. Com a mira em pessoas como ele, o Banco Central prepara uma estratégia para incentivar a poupança e aumentar a taxa de investimento no país, principalmente, entre a nova classe média. A medida vem após anos de incentivos do governo ao consumo.

Para fazer com que 50 milhões de brasileiros comecem a economizar, o Banco Central investirá em educação financeira. Uma das iniciativas é fazer softwares de jogos e distribuir tablets em áreas pobres e favelas das grandes cidades para ensinar pessoas como Rubens. Se ele soubesse que pode usar os recursos da caderneta de poupança a qualquer momento, mas que só recebe os rendimentos a partir de 30 dias do depósito, ficaria mais tranquilo. E poderia entrar para as estatísticas de investidores brasileiros.

– No banco, eles falam que tem de deixar o dinheiro por três ou seis meses para render alguma coisa. Daí, deixo na conta mesmo, porque posso precisar – diz o trabalhador.

Formação de multiplicadores

Com isso, continua fora do grupo de poupadores do país, mas já faz parte da população bancarizada, que teve um incremento substancial com a ascensão da nova classe média. Em outubro, o Brasil ultrapassou a marca de 100 milhões de contas correntes: crescimento de 27% nos últimos cinco anos. Muitos brasileiros que utilizam o sistema financeiro nem abrem conta corrente. Crianças e adolescentes – principalmente das classes mais altas – têm instrumentos de poupança como a caderneta e até previdência privada. Por isso, 132,4 milhões de CPFs mantêm relacionamento ativo com o sistema. Para incentivar esse tipo de comportamento entre a população de menor renda, o BC encomendou uma pesquisa sobre os hábitos bancários da classe C. Essa parcela da população teve um papel importante na retomada do crescimento via consumo, após a crise global de 2009. Antes mesmo dos resultados do estudo, a autarquia já traça projetos para incentivar a poupança em 2014 – o último ano do programa de inclusão financeira da autarquia. O foco é sempre formar “multiplicadores” ou seja, pessoas da própria comunidade que possam repassar os conhecimentos. Aí, entram os joguinhos nos tablets.

Os dispositivos serão entregues às mulheres. Com ajuda de cooperativas de crédito e do Ministério de Desenvolvimento Social, o BC começa a identificar grupos que já se reúnem para alguma atividade como, por exemplo, costurar. O equipamento passará de mão em mão.

E elas poderão aprender a melhor forma de poupar num jogo j educativo e ensinar familiares.

– Esse é o maior desafio: como sensibilizar a população a fazer aplicações de mais longo prazo – afirmou o diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania do BC, Luiz Edson Feltrim.

A autoridade monetária, entretanto, quer mostrar que a caderneta de poupança não é a única forma de guardar dinheiro. O BC sabe que a modalidade é o mecanismo predileto das famílias com menor renda, mas quer ensinar que – de acordo com o objetivo das famílias – há instrumentos mais apropriados e eficazes.

– Nunca pensei em deixar em outro lugar que não fosse a poupança – afirma a estagiária em enfermagem Talita Lobato. – Acho que por falta de informação nunca pensei nisso.

Já a cozinheira Janaína Ribeiro não consegue guardar nem uma pequena parcela do que ganha por mês. Mesmo assim, tem uma caderneta de poupança, onde depositou todo o dinheiro da rescisão do último emprego. Aos 25 anos, a mãe solteira conta que colocar na aplicação foi uma decisão imediata ao trocar de trabalho.

– Quando a gente poupa é em caderneta de poupança, não? – pergunta Janaína.

Outros instrumentos – Além de estimular a nova classe média a guardar dinheiro, o BC pretende ainda incentivar os bancos a criarem novos produtos para atrair esses potenciais poupadores. É uma determinação do presidente Alexandre Tombini, que tem falado cada vez mais sobre o tema. O assunto é uma das vedetes da diretoria comandada por Feltrim.

Vamos construir essa agenda: aumentar a poupança, alongar os instrumentos de aplicação financeira, mas não temos a fórmula ainda – afirmou Feltrim. – Vamos lançar o desafio para o pessoal de baixíssima renda para ensinar esse pessoal a poupar. Independentemente do valor do seu ingresso, você pode poupar e não apenas com caderneta de poupança, mas com vários instrumentos.

Brasil é o pior do G20

Correio Braziliense – 13/12/2013

Retração do PIB no terceiro trimestre coloca o país na última posição entre as maiores economias do mundo.

A contração de 0,5% do Produto Interno Bruto no terceiro trimestre fez o Brasil apresentar o resultado mais fraco, no período, entre todos os países do G20. Segundo a Organização Internacional para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além do Brasil, apenas a França mostrou retração, de 0,1%. O G20 é formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia.

De acordo com a OCDE, o PIB do bloco avançou 0,9% de julho a setembro, ligeiramente acima da expansão de 0,8% registrada nos três meses anteriores. Não foram incluídos na comparação três países – Rússia, Argentina e Arábia Saudita – que ainda não apresentaram dados sobre o terceiro trimestre.

A entidade avaliou que o mau desempenho do Brasil pode ter sido, em parte, uma consequência natural do crescimento robusto de 1,8% verificado de abril a junho. A mesma explicação foi apresentada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os números no início deste mês. No entanto, outros países que vinham crescendo antes de forma acentuada mantiveram ou até ampliaram o nível de atividade no período seguinte.

É caso da China, que havia tido expansão de 1,9% no segundo trimestre e acelerou o ritmo para 2,2% no terceiro – a maior taxa entre todos os integrantes do G20. A Índia, que ocupou o segundo lugar entre os que mais cresceram, passou de 1% para 1,9%, e os Estados Unidos, de 0,6% para 0,9%.

A maior parte dos analistas espera que o Brasil volte a crescer no último trimestre do ano, mas em ritmo ainda lento, dada a pouca confiança dos empresários nas decisões do governo. Relatório divulgado ontem pelo Itaú Unibanco, estima que a economia avançou 0,3% em outubro, com alta mais disseminada que em meses anteriores. De acordo com os economistas do banco, o comércio e a indústria lideraram a expansão, mas a agropecuária voltou a cair.

Ritmo lento

Para novembro, os indicadores disponíveis apontam para recuo da produção industrial e ligeira queda das vendas no comércio. Mesmo assim, o PIB deverá crescer 0,3%. Segundo o Itaú Unibanco, a expansão do quarto trimestre pode chegar a 0,6%.

Mal na foto

Crescimento da produção no período julho-setembro:

China – 2,2

Índia – 1,9

Indonésia – 1,3

Coreia do Sul – 1,1

Turquia – 0,9

Estados Unidos – 0,9

México – 0,8

Reino Unido – 0,8

Canadá – 0,7

Austrália – 0,6

Alemanha – 0,3

Japão – 0,3

África do Sul – 0,2

União Europeia – 0,2

Itália – 0

França – 0,1

Brasil – 0,5

Total do G20 – 0,9

Fonte: OCDE

Fôlego curto na indústria

O Globo – 12/12/2013

Após cinco meses de queda, emprego cresce 0,1% no setor, mas não garante retomada

Após cinco meses de recuo, o emprego na indústria parou de cair. O total do pessoal ocupado nas fábricas avançou 0,1% em outubro, frente a setembro, segundo dados divulgados ontem pelo IBGE. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, no entanto, o indicador registrou a 25ª queda consecutiva, de 1,7%. No acumulado do ano, a queda é de 1%. Mesmo com a reação no último mês, a expectativa entre especialistas é de que o emprego industrial só voltará a crescer quando a recuperação na produção industrial se consolidar.

O recuo no emprego em outubro ocorre quando a atividade na indústria começou a reagir, num ano de oscilações. A produção subiu 0,6% em outubro, terceira alta seguida frente ao mês anterior, num sinal de recuperação, ainda que moderada, após um 2013 de gangorra. No ano, a produção industrial acumula alta de 1,5%.

A pesquisadora do Ipea Maria Andréia Lameiras explica o descompasso entre a produção industrial e o emprego:

– Quando a produção começou a cair, em 2011 e 2012, o emprego se manteve estável. O empresário reteve a mão de obra achando que o recuo seria temporário. Mas a recuperação da produção demorou muito e o emprego na indústria acabou caindo também, embora em menor intensidade. Agora, vemos uma inversão. A produção começou a reagir, mas o emprego ainda está sob impacto – afirma Andréia.

Queda em 13 de 18 ramos industriais

O professor de Estratégia da Fundação Dom Cabral Paulo Vicente dos Santos Alves lembra que há um período entre a retomada na produção e o início de contratação. Por isso, o que pode estar ocorrendo é um crescimento da produção a partir do uso da capacidade ociosa da indústria.

– Agora, a indústria começa a crescer, mas, por enquanto, pode não ser necessário contratar pessoal porque a mão de obra ficou com algum nível de ociosidade – diz, por sua vez, o pesquisador do Ipea Leonardo Carvalho.

Para o economista Rafael Bacciotti, da Tendências Consultoria, há uma expectativa de queda no emprego industrial em 2013 devido à retomada modesta da atividade econômica e à falta de confiança dos empresários:

– Apesar da desoneração da folha de pagamento e incentivos do governo, não vemos recuperação. A produção vem em um ritmo um pouco melhor que no ano passado graças ao câmbio mais valorizado e a ganhos de competitividade e de produtividade.

Em outubro, o total do pessoal ocupado recuou em 13 dos 18 ramos pesquisados na comparação com igual mês do ano passado, com destaque para produtos de metal (5,7%), máquinas e aparelhos eletrônicos (5,1%), máquinas e equipamentos (3,5%), calçados e couro (5,2%), outros produtos da indústria de transformação (3,8%) e produtos têxteis (3,6%).

O número de horas pagas na indústria, por sua vez, avançou 0,3% entre setembro e outubro, enquanto a folha de pagamento real recuou 0,8%. Frente a outubro de 2012, houve queda de 2% e avanço de 1,2%, respectivamente.

– (O avanço de 0,1%) é melhor do que uma nova queda, claro, mas o algo novo é apenas que parou de cair (o nível de emprego na indústria). É um resultado pontual. Ainda não dá para saber se há uma nova trajetória. O perfil dos recuos continua bem disseminado entre os setores – diz o gerente da coordenação de Indústria do IBGE, André Macedo,

REAÇÃO A VISTA

Estudo feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) aponta que, em dez dos 18 segmentos da indústria, o número de ocupados caiu em 2012 e esta queda se manteve nos dez primeiros meses de 2013. O setor têxtil registrou recuo de 5,9% do pessoal ocupado no ano passado e de 3,8% no período entre janeiro e outubro de 2013. No vestuário, essas quedas foram de 8,9% e 2,9%, respectivamente. As taxas foram negativas em 6,2% e 5,3% no setor de calçados e couros e em 8% e 5,2% no de madeira.

– O emprego acabou não resistindo ao comportamento errático da produção industrial – aponta o economista chefe do Iedi, Rogério César de Souza.

A expectativa dos especialistas é de alguma reação na geração de empregos da indústria, assim que a produção consolidar sua tendência de crescimento:

– Este 0,1% de alta em outubro já pode ser um indício de reação. A produção industrial está começando a retomar uma trajetória de recuperação e isso pode se refletir no emprego mais à frente – diz Andréia.

Para Souza, do Iedi, o emprego deve começar a reagir se a produção industrial mantiver um crescimento consistente por três a cinco meses. A projeção do Iedi é de um crescimento em torno de 2% da produção industrial em 2013 e de até 2,5% em 2014. Lá Fernanda Guardado, da Brasil Plural, não espera uma melhora no ano que vem. Ela acha que a recuperação da indústria ao longo de 2013 perde fôlego.

Azevedo busca acordo para salvar a OMC

O Estado de S. Paulo – 06/12/2013

Diretor-geral assumiu a responsabilidade de trabalhar por um acordo entre os governos da Índia e dos Estados Unidos na área agrícola

Diante do risco de um colapso que poderia deixar a Organização Mundial do Comércio (OMC) abandonada, o brasileiro Roberto Azevêdo, diretor-geral da entidade, assumiu a função na noite de ontem de socorrer o organismo e tomou para si a responsabilidade de encontrar um acordo.

O centro da discórdia é o desentendimento entre Índia e EUA em relação ao setor agrícola. Mas um discurso mais flexível da Índia em reuniões fechadas abriu esperanças de que um acordo poderia estar próximo.

Uma das opções colocadas sobre a mesa seria “aguar” o pacote que estava sendo planejado para Bali e acertar um compromisso entre governos de que tudo voltaria a ser negociado em Genebra nos próximos meses.

A conferência ministerial da OMC termina hoje em Bali e o processo entrava em suas últimas horas na madrugada de ontem. A Índia rejeitou um primeiro texto de compromisso oferecido por Azevêdo. Nova Délhi, nos bastidores, acusava o brasileiro de estar assumindo a posição dos EUA nas negociações e apresentando um texto que atendia apenas aos interesses da Casa Branca. Os indianos ainda demonstravam especial irritação diante do posicionamento do governo brasileiro que, depois de anos defendendo os países emergentes e se apresentando como a “voz” dos pobres, adotou uma atitude mais moderada.

Os indianos apresentaram uma contraproposta, mas dessa vez sobre a resistência dos países ricos por causa da liberdade que ainda dava para que Nova Délhi destinasse recursos a seus produtores agrícolas.

Diante do impasse, Azevêdo decidiu convocar indianos para uma reunião reservada e que durou quase duas horas. Embaixadores estrangeiros que conversaram por telefone com o Estado chegaram a relatar como rumores apontavam até mesmo que a delegação indiana estava ameaçando abandonar Bali. O ministro do Comércio da Índia, Anand Sharma, não apareceu para o jantar de gala, levantando suspeitas de que a ameaça poderia ser real.

Já era madrugada quando o brasileiro convocou tanto os americanos quanto os indianos para uma conversa. Em público, Sharma insistiu que não abriu mão de nada em relação a sua posição de defender a segurança alimentar de 600 milhões de pobres na Índia. Mas, nos bastidores, uma das opções era de que um acordo mínimo fosse atingido em Bali para salvar a OMC, enquanto governos se comprometeriam a voltar à mesa de negociações e redesenhar o pacote ao retomar nas próximas semanas a Genebra. A Índia estaria disposta a aceitar essa opção.

Agricultura. O impasse está ligado à insistência da Índia e de cerca de outros 20 países de recusar abrir mão da defesa de seus pequenos agricultores. Na prática, Nova Délhi quer garantias de que, em um eventual acordo, poderá continuar subsidiando seus pequenos produtores, algo considerado como fundamental para a segurança alimentar do país.

Os governos europeus e dos EUA rejeitam a posição da Índia e insistem que o país não pode manter sua proteção. A percepção é de que essa ajuda seria uma forma de fechar o mercado indiano para a importação de alimentos. Nos próximos anos, a perspectiva do crescimento da renda da classe média indiana representa uma oportunidade de aumentar as exportações agrícolas de americanos e europeus.

O impasse já dava espaço ontem a uma troca de acusações. A ministra de Comércio da França, Nicole Bricq, deixava claro que a Europa apontaria a Índia como a responsável pelo fracasso. “A Índia tem uma enorme responsabilidade e suas demandas não são razoáveis”, disse. Ela ainda insistiu em acusar os indianos por um eventual colapso da própria OMC. “O que está em jogo é o multilateralismo e a sobrevivência da OMC”, declarou.

“Trata-se de uma questão política. Não é uma política agrícola na Índia que está sendo negociada aqui, mas uma política social”, admitiu Vital Moreira, chefe de uma delegação de deputados europeus.

Sharma contra-atacou. “Não vamos mendigar nada”, disse. “A Índia fala em nome da maior parte das pessoas nos países em desenvolvimento. Não estamos sozinhos”, declarou. “Prefiro que não haja um acordo que termos um acordo ruim”, insistiu.

Ele ainda rejeitou os alertas de que a OMC desaparecia do mapa caso houvesse um fracasso. “Não vai haver um colapso. Encontros no passado ocorreram sem resultados e a OMC sobreviveu”, insistiu.

A conferência da OMC termina hoje e, no caso de um fracasso, delegações já sugerem que Azevedo decrete a Rodada Doha como encerrada e que isso permita que uma nova etapa de negociações seja lançada. Governos de países emergentes, porém, temem que essa posição acabe abandonando todo o debate sobre a agricultura, o que permitiria que os países ricos continuem a subsidiar e distorcer os mercados globais.

AÇÃO DA PETROBRAS SOFRE MAIOR QUEDA DESDE 2008

PETROBRAS desaba 10,37%

O Globo – 03/12/2013

Queda é a maior em 5 anos e empresa perde R\$ 24 bi. Para governo, houve ataque especulativo.

O reajuste de gasolina e diesel abaixo do esperado e as incertezas quanto à política de preços da Petrobras foram mal recebidos pelo mercado financeiro. As ações da estatal tiveram a maior queda diária desde 12 de novembro de 2008, auge da crise econômica internacional. Os papéis ordinários (com voto) desabaram 10,37%, a R\$ 16,42, a maior baixa do pregão. As ações preferenciais recuaram 9,20%, a R\$ 17,36, a segunda maior desvalorização. Em apenas um dia, a Petrobras perdeu R\$ 24 bilhões em valor de mercado, o que a fez cair duas posições no ranking de maiores petroleiras da Bloomberg, superada pela russa Gazprome pela China Petroleum. O desempenho da petrolífera levou a Bovespa ao menor patamar em três meses, com queda de 2,36%, aos 51.244 pontos.

Em Nova York, os recibos de ações de papéis ordinários da petrolífera (as ADRs) caíram 10,92%, a US\$ 14,20, na maior queda desde de dezembro de 2008. Na avaliação do governo, a Petrobras passou o dia de ontem sob ataque especulativo, com analistas traçando o pior cenário possível para a empresa. Fontes do governo reconhecem, no entanto, que o comunicado sobre a política de preços não foi claro. Nos bastidores, chegou-se a discutir até mesmo a divulgação de um novo fato relevante, mais enfático sobre a metodologia, mesmo sem a existência de gatilhos automáticos. A hipótese foi descartada.

Em vez disso, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, presidente do Conselho de Administração da Petrobras, saiu em defesa da metodologia, o que não conteve a queda das ações. De acordo com Mantega, de novembro de 2011 até agora, os preços de gasolina e diesel foram reajustados em cerca de 30%, enquanto a inflação acumulou alta de 15%. Em evento com empresários, em São Paulo, ele lembrou que o governo usou a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que incidia sobre os combustíveis, para que parte do aumento não chegasse às bombas. Dessa vez, o ministro calcula que o impacto para o consumidor seja de até 2,5% nos postos.

– O problema é que a inflação não pode ficar em segundo plano – disse Mantega, após ouvir críticas de dirigentes do setor sucroalcooleiro sobre o impacto negativo das intervenções para a competitividade do etanol, como o presidente da Cosan, Rubens Ometto Silveira Mello, que classificou os subsídios como “maléficos” para a economia e para a Petrobras.

Mantega acenou com a hipótese de retornar com a cobrança da Cide, mas somente quando a inflação permitir. Perguntado sobre a queda das ações da estatal, Mantega desconversou:

– Não vi o mercado hoje, as ações de empresas flutuam e não tenho nada a comentar sobre isso.

IMPACTO NO LUCRO E BALANÇO FRÁGIL

Na avaliação de fontes do governo, a concessão de um novo reajuste no preço dos combustíveis, no início de 2014, mostraria ao mercado que é real a meta de “alcançar, em prazo compatível, a convergência dos preços no Brasil com as referências internacionais” Segundo um interlocutor, há um reconhecimento que o aumento anunciado na sexta-feira não elimina, integralmente, a defasagem de preços. Além disso, no próximo ano, com o impacto na inflação partindo do zero haverá uma margem maior para novo reajuste, como ocorreu em janeiro deste ano.

Para analistas de mercado, no entanto, a queda de braço entre Mantega e a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, travada desde o fim de outubro – quando a estatal apresentou sua proposta de reajuste automático – trouxe mais incerteza para a companhia. Ontem, após um período de suposto afastamento, Graça e a presidente Dilma Rousseff se abraçaram durante assinatura do contrato para exploração da área de libra, no pré-sal.

– Foram duas pancadas na empresa: um reajuste menor que o previsto e a antecipação do modelo que, na verdade, não mudou nada do que já tínhamos. Ficou a impressão que a Petrobras tentou forçar um modelo que queria, ao divulgar o reajuste automático, e que o governo veio com um “espera lá, quem manda sou eu” – afirma Marcelo Varejão, analista da Socopa Corretora.

Em relatório, o Credit Suisse rebaixou a recomendação para os papéis da empresa para underperform (abaixo da média do mercado). “Aumentos tímidos nos preços e uma metodologia de precificação opaca deterioraram a percepção sobre a governança corporativa, enfraquecem a posição de uma equipe de gestão forte e técnica, têm um significativo impacto nos lucros e deixam o balanço financeiro extremamente frágil em meio a um 2014 cheio de incertezas” escreveram os analistas Vinicius Canheu e Andre Sobreira.

– Esse controle oficial de preços não faz sentido, subsidiar a gasolina não tem sentido. O governo precisa ter coragem de resolver e não é a conta-gotas – disse Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas e ex-presidente do Banco Central, em seminário no Rio.

Para Marcus Sequeira, analista do Deutsche Bank, com a rejeição do governo à proposta da Petrobras para a política de preços, “a produção doméstica de petróleo deve ser agora o principal fator para o comportamento das ações nos próximos meses”.

A queda das ações ordinárias se intensificou na fase final do pregão. Segundo a BM&FBovespa, os papéis não entraram em leilão (prática comum para estabilizar o preço quando uma

ação desaba). A ação atingiu a mínima do dia quando a Bolsa já estava no chamado “call de fechamento”.

EFEITO SOBRE A AVALIAÇÃO DA EMPRESA

A polêmica em torno da política de preços trouxe de volta discussões sobre o rating (nota de crédito) da Petrobras. A perspectiva da nota da estatal está negativa na avaliação da agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P), que a classifica como grau de investimento. A nota da estatal acompanha a avaliação dos títulos soberanos do Brasil, que estão em perspectiva negativa desde junho. Os títulos de longo prazo da Petrobras em moeda estrangeira na agência são classificados como “BBB” o mesmo do Brasil, degrau considerado grau de investimento.

A presidente da S&P, Regina Nunes, afirmou ontem que a empresa teria apresentado um desempenho melhor sem a interferência do governo nos preços dos combustíveis. Mas ponderou que a estatal também tem benefícios por ter o governo como controlador, como o apoio a seu programa de investimentos.

– Claramente a Petrobras teria uma maior margem se tivesse repassado os preços, mas por outro lado ela tem uma série de apoios do governo para fazer seus investimentos – resumiu.

No mercado de câmbio, o dólar comercial fechou em alta de 0,77%, a R\$ 2,355, a maior cotação em três meses.

PIB fraco eleva risco de o país ser rebaixado

Correio Braziliense – 03/12/2013

Valor da produção econômica do país no terceiro trimestre caiu até 0,3%. Dado oficial sai hoje e IBGE vai rever número do ano passado. Poucos acreditam em melhora significativa entre outubro e dezembro. Indústria está estagnada e dólar sobe

A economia brasileira pode ter encolhido até 0,3% no terceiro trimestre do ano, em relação ao período imediatamente anterior. Nove entre 10 analistas apostam que o valor das riquezas produzidas por empresas, famílias e pelo governo diminuiu, como resultado de políticas oficiais que fracassaram na missão de estimular o desenvolvimento do país. Alguns poucos acreditam em estabilidade, ou seja, em crescimento zero no período. “A única divergência em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), dentro ou fora do governo, é sobre o tamanho da queda”, resumiu o economista Mansueto Almeida, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O resultado, calculado pelo IBGE, será comunicado hoje, por volta das 7h, à presidente Dilma Rousseff. Duas horas mais tarde, os dados oficiais serão divulgados para o restante do país.

Apesar da expectativa ruim, o governo deverá comemorar a revisão dos dados relativos a 2012. Conforme Dilma antecipou há uma semana, em entrevista ao jornal espanhol El País, o IBGE deverá esclarecer que o crescimento foi de 1,5%, e não de 0,9%, conforme havia informado antes. Mesmo significativamente maior, o novo número ainda traz desconforto à equipe econômica. No ano passado, quando um banco suíço previu que esse seria o desempenho da economia brasileira, a estimativa foi tachada como “piada” pelo ministro da Fazenda.

O mercado vê a revisão dos dados com ceticismo. A presidente no Brasil da agência de classificação de risco Standard & Poor's, Regina Nunes, disse que a confiança do investidor não vai melhorar, porque a imagem do país está desgastada por problemas fiscais, inflação elevada e falta de transparência. “Quando você começa a discutir o passado para tentar cumprir as metas de hoje, isso é um problema”, disse. A S&P mantém a nota do Brasil em BBB (grau de investimento), mas com perspectiva negativa.

Ao olhar para a frente, a situação é ainda mais preocupante. Em outubro, o faturamento do setor industrial recuou 1,2%, conforme informou a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em novembro, não foi somente esse indicador que veio fraco, mas toda a atividade fabril. Também divulgado ontem, o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) apontou recuo na passagem de outubro para novembro, de 50,2 para 49,7. “Os dados destacaram mais uma contração nos pedidos (de encomendas) na indústria brasileira”, assinalou o responsável pela pesquisa, o economista-chefe para o Brasil do banco inglês HSBC, André Lóes.

Parte desse mau resultado se deve ao desempenho frustrante de um dos setores que mais receberam a ajuda do governo, o de automóveis. Movido a desonerações do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o mercado de carros começa a apresentar desaceleração. Dados preliminares mostram que as vendas de veículos novos recuaram 8,25% em novembro frente ao mês anterior. O resultado fez os analistas revisarem as projeções para 2013. Agora, eles preveem queda nos emplacamentos, algo que não acontece há mais de 10 anos.

Moeda dos EUA

Em meio a esse turbilhão de más notícias, o dólar volta a preocupar. Mesmo com o Banco Central (BC) despejando todos os dias milhões de dólares no mercado, numa tentativa de estimular a queda nas cotações, a moeda norte-americana fechou ontem a R\$ 2,355 para a venda, o maior patamar já registrado em quase três meses. A divisa mais cara indica que as importações – inclusive de máquinas e equipamentos, essenciais para turbinar o investimento – ficarão mais onerosas, jogando mais lenha na inflação, já pressionada pelo aumento da gasolina e do diesel.

Balança: pior saldo em 13 anos

A balança comercial registrou deficit de US\$ 89 milhões de janeiro a novembro deste ano, o pior resultado para este período desde 2000, quando a diferença entre importações e exportações ficou negativa em US\$ 519 milhões. O desempenho deste ano foi bem diferente do verificado no mesmo período de 2012, quando o país teve saldo positivo de US\$ 17,1 bilhões. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), a média das exportações caiu 1,2%, enquanto as importações cresceram 7,1%. O resultado teria sido ainda pior se não fosse a “exportação” de seis plataformas de petróleo, no valor de US\$ 6,6 bilhões, que nunca saíram do Brasil. Elas foram compradas por subsidiárias estrangeiras, mas ficaram no país. Em novembro, houve duas operações desse tipo, no valor de US\$ 1,8 bilhão, o que permitiu à balança mostrar superavit de US\$ 1,74 bilhão, o melhor desempenho, para o mês, desde 2007.



BRASILEIRO NUNCA DEVEU TANTO AOS BANCOS: R\$ 1,2 TRILHÃO

DÍVIDA DE BRASILEIRO NOS BANCOS É DE R\$ 1,2 TRI

Correio Braziliense – 02/12/2013

Mesmo se fosse usado integralmente para pagar as dívidas, o 13º salário não seria suficiente. Os brasileiros chegam ao fim de 2013 devendo – somente aos bancos – um total de pouco mais de R\$ 1,2 trilhão, o maior saldo da história, segundo dados do Banco Central (BC). O montante equivale a oito vezes a quantia que será injetada na economia brasileira neste ano com o benefício natalino, cuja primeira parcela caiu na conta dos trabalhadores na última sexta-feira. Ceia, presentes e viagens poderão até ser mantidos, mas o aperto nunca foi tão grande.

A situação das finanças domésticas se complica porque, com base nos números do BC sobre as operações de crédito, os consumidores têm mergulhado nas dívidas mais caras do mercado. O saldo devedor do cheque especial, por exemplo, é o maior já registrado, com alta acumulada de 20,9% no ano. Os débitos com o cartão de crédito na modalidade rotativa – quando se quita apenas o valor mínimo da fatura – cresceram 6,2% nos 10 primeiros meses, mais do que os pagamentos à vista com cartão, nos quais não incidem juros, com alta de 5,1%.

O ano não foi fácil para os brasileiros. A inflação se manteve persistente e bem acima do centro da meta do governo, de 4,5%. A cada ida ao supermercado, um novo espanto diante dos reajustes, sempre minimizados pela equipe econômica. Não bastasse, a expectativa para o início de 2014 é de mais alta dos preços, além dos gastos extras do período, como pagamento de impostos e matrícula escolar. A escalada da taxa básica de juros – que na última semana chegou a 10% ao ano, voltando à casa dos dois dígitos – encarecerá o crédito e poderá acelerar o inchaço das dívidas.

A soma do que os brasileiros devem às instituições financeiras representa, hoje, mais de um quarto (25,8%) do Produto Interno Bruto (PIB), também a maior proporção já identificada pelo BC. “Para diminuir o peso das dívidas, o consumidor foi obrigado a ficar mais seletivo e cuidadoso. Quem conseguiu limpar o nome não vai querer virar o ano no vermelho de novo”, acredita o economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC) Fabio Bentes.

Nos últimos anos, com a ausência de projetos estruturantes no país, o consumo das famílias foi o que garantiu o crescimento econômico. O aumento da renda e do nível de emprego da população fizeram o governo estimular a fatura do crédito e, conseqüentemente, uma corrida às compras. A euforia deu resultado. Mas, no entender de analistas, esse modelo de desenvolvimento – que acabou abafando a falta de projetos sólidos – se esgotou.

Superação

Com o poder de compra estrangulado pela inflação e pelas dívidas, muitos brasileiros que iniciaram o ano na lista de maus pagadores deram a volta por cima e dizem ter aprendido a lição. Decidiram neste fim de 2013 não só diminuir o consumo, mas também estão mais dispostos a poupar. “Parece que há, de fato, uma maior conscientização. Mas não basta. As famílias precisam de uma “faxina financeira” e mudar hábitos”, pondera o educador financeiro Reinaldo Domingos.

O auxiliar de cozinha Sidney Araújo da Silva, 34 anos, passou vários Natais “comendo e se divertindo na casa dos outros”, como relembra ele. As dívidas com cartão de crédito e celular

torravam o dinheiro da ceia. Desta vez, metade do 13º está reservado para garantir a festa da família, mesmo sem muita pompa. “Quem quiser esbanjar que esbanje. Vou cuidar das minhas contas para entrar em 2014 tranquilo”, afirma.

A outra metade do salário extra, acrescenta Silva, será usada para ajudar a pagar as parcelas de uma televisão de plasma comprada recentemente – dividida em 12 vezes – e do novo aparelho de celular, que deve ser quitado em abril do ano que vem. Sem revelar para ninguém o quanto tem guardado, o morador de Planaltina defende a importância de poupar. “Se depender só do salário, o cara fica enrolado. Se o patrão atrasar o pagamento é problema. E se os bancos entrarem em greve?”, provoca.

O medo de afundar em dívidas levou muitos brasileiros a abrirem mão de extravagâncias. É por isso, acreditam analistas, que, apesar do endividamento recorde das famílias – 63,2%, de acordo com levantamento mais recente da CNC –, a inadimplência tem recuado. “As pessoas gastam o que não têm. Estou cansado de pegar passageiro com salário de R\$ 20 mil por mês, mas que quer viajar todo fim de semana, comprar tudo, e aí depois reclama”, opina o taxista João Rodrigues, 64.

A casa própria segue como sonho e prioridade para a maioria dos brasileiros. A aposentada Ana Carvalho, 72, não se incomodou em comprometer um terço da renda com um financiamento imobiliário iniciado neste ano. Para compensar o arrocho programado, ela optará por presentes mais baratos para os filhos e netos no Natal. “Vou gastar menos, para juntar mais dinheiro e antecipar parcelas. Quero usar até o 13º para ajudar a diminuir o montante.”

Esgotamento

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará amanhã o resultado do PIB do terceiro trimestre. Os números voltarão a mostrar que o consumo deixou de ser a principal mola propulsora da economia brasileira. O mercado aposta em recessão do indicador em 0,3%. “O consumo estagnou mesmo, chegou ao seu esgotamento. É algo que preocupa. Agora, ele terá de dar lugar à poupança”, comenta o ex-diretor do BC e presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, Carlos Eduardo de Freitas.

Redes Sociais

Usuário poderá chamar Samu pelo Facebook

Jornal de Brasília – 31/01/2014

O Ministério da Saúde anunciou nesta quinta-feira, 30, a criação de um aplicativo que vai permitir que as ambulâncias do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) sejam chamadas por meio do Facebook. A novidade foi apresentada durante visita do ministro Alexandre Padilha à Campus Party, feira de tecnologia realizada em São Paulo.

O aplicativo permitirá ainda que o usuário acompanhe no celular ou tablet o trajeto do veículo até o local do chamado. Para que isso seja possível, a tecnologia integrará os aplicativos

Facebook e Waze. Segundo o Ministério da Saúde, o serviço deverá diminuir o tempo de espera por atendimento.

Ao solicitar a ambulância, o usuário deverá preencher informações de saúde como doenças existentes e se tem convênio médico. Também será possível avisar, por meio do Facebook, parentes e amigos sobre o chamado.

A tecnologia será usada em fase de testes no Carnaval de Salvador e durante os eventos da Copa do Mundo. O ministério não informou quando a tecnologia estará disponível para todo o País.

Em nove dias, Delúbio arrecada R\$ 1 milhão para pagar multa do mensalão

O Globo – 31/01/2014

Em nove dias, a campanha para arrecadar recursos para pagar a multa aplicada a Delúbio Soares no julgamento do mensalão conseguiu arrecadar mais que o dobro do que tem de ser pago. Nesta quinta-feira, o site da campanha divulgou que foram doados R\$ 1,013 milhão, para pagar a multa de R\$ 466.888,90 que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o ex-tesoureiro do PT pague até amanhã. De acordo com o site, o valor restante – cerca de R\$ 546 mil – será repassado para arcar com a multa do deputado João Paulo Cunha e do ex-ministro José Dirceu.

Mais da metade do total de doações entrou na conta entre ontem e hoje. Na noite de quarta-feira, o site apontava que havia arrecadado R\$ 415.390,86. Em texto publicado hoje na página, os autores da campanha agradecem as doações.

“Ao expressarmos imensa gratidão aos milhares de doadores, muitos inclusive sem filiação partidária e movidos apenas pela indignação e o sentimento de solidariedade, convocamos para as novas jornadas em favor de José Dirceu e João Paulo Cunha. E o valor excedente de nossa campanha, descontados os tributos, será doado a esses companheiros, visando o pagamento de suas injustas e exorbitantes multas”, afirmam.

Eles destacam que o trabalho de mobilização feito nas redes sociais, entre os militantes petistas e de partidos de esquerda, movimentos sindicais e entre amigos resultou no sucesso da campanha.

Dirceu foi condenado a pagar uma multa de R\$ 676 mil (em valores da época) pelo crime de corrupção ativa. Já João Paulo Cunha foi multado em R\$ 370 mil (também em valores da época) por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e peculato. Ele ainda tem um recurso a ser analisado e que pode levar à absolvição pelo crime de lavagem. Nesse caso, a multa seria reduzida para R\$ 250 mil. Os valores ainda precisam ser corrigidos, tarefa que cabe ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

A família do ex-deputado José Genoíno afirmou ontem que doaria R\$ 30 mil para a campanha do ex-tesoureiro do PT. A família de Genoíno conseguiu, em dez dias, R\$ 761.962,60. São R\$ 94.448,68 a mais do que o valor necessário para arcar com a multa definida pelo STF.

Twitter afunda mais de 20% com preocupação sobre crescimento

Ação atingiu a mínima de 50 dólares no início das negociações desta quinta, após pico de 74,73 dólares em dezembro.

As ações do Twitter caíram mais de 20 por cento nesta quinta-feira, o que fazia a companhia de microblogs perder bilhões de dólares em valor de mercado. A companhia divulgou uma forte desaceleração no crescimento de usuários.

A ação, que estreou em bolsa em novembro a 26 dólares, atingiu a mínima de 50 dólares no início das negociações desta quinta-feira, após pico de 74,73 dólares em dezembro. Às 14h49 (horário de Brasília), o papel caía 20,6 por cento.

Analistas, diferentemente de investidores, se mostraram divididos sobre o cenário para a empresa após a divulgação dos resultados do quarto trimestre.

O Twitter, segundo avaliações de corretoras, é ou um detentor de um produto de nicho sobrevalorizado cujo potencial está caindo, ou um fenômeno subvalorizado que deve dar trabalho ao Facebook em sua renda no segmento de telefonia móvel.

“Permanecemos fortemente no segundo campo...”, disse o Deutsche Bank, um de pelo menos seis instituições que elevaram o preço-alvo ou recomendação para a ação do Twitter.

O Deutsche disse em uma nota com título “Ótimo trimestre, apesar da métrica mais importante” que está impressionado com a melhora na monetização do Twitter e espera que a desaceleração no crescimento seja revertida em 2014.

A corretora, que vê o Twitter no caminho para atingir 1 bilhão de usuários manteve a recomendação de compra para a ação e elevou o preço-alvo de 50 para 65 dólares. O Facebook tem 1,2 bilhão de usuários.

O UBS, por outro lado, emitiu uma recomendação de “venda” e cortou o preço-alvo de 45 para 42 dólares. A instituição foi uma das oito a cortar os preços-alvos ou recomendações para as ações do Twitter.

“A falta de adoção pelo grande público ou caso de uso mais simples era uma das nossas preocupações no IPO e parece que isso ocorreu mais rápido do que antecipávamos”, disse o analista Eric Sheridan em uma nota.

O Twitter divulgou receita melhor que o esperado, de 243 milhões de dólares, para o quarto trimestre, em seu primeiro resultado desde o IPO.

Investidores, porém, deram mais importância ao anêmico crescimento de usuários do serviço, assim como na forte queda na medida de engajamento dos usuários.

O Twitter registrou uma média de 241 milhões de usuários mensais no trimestre encerrado em dezembro, alta de 3,8 por cento sobre os três meses anteriores. Essa foi a menor taxa de crescimento na comparação trimestral desde que a empresa começou a divulgar os números.

Porém, a empresa informou que gerou 1,49 dólar por 1.000 visualizações de timeline, um salto de 76 por cento sobre o mesmo trimestre de 2012.

O presidente-executivo do Twitter, Dick Costolo, expressou confiança sobre melhoria no crescimento de usuários do serviço este ano.

Rede social ajuda empresa a fazer negócios, diz pesquisa

Pesquisa da Education First revela que, para 40% dos profissionais, a rede social contribui para um melhor relacionamento entre companhias, clientes e fornecedores.

O uso frequente das redes sociais tem mudado não só a forma das empresas de se comunicarem (seja com seus clientes, fornecedores ou funcionários), como também processos estratégicos de mercado e construção de marcas. É o que aponta uma pesquisa da Education First, realizada junto a 1.023 profissionais da área de negócios em dez países, incluindo o Brasil.

De acordo com o estudo, entre os respondentes, 44% mencionaram um aumento da consciência do público sobre os produtos e marcas da empresa onde trabalham devido às redes sociais. Outros 40% disseram que elas ajudam a estabelecer uma imagem de empresa moderna.

O relacionamento com os clientes e fornecedores também foi citado por 40% dos entrevistados como um ponto que é favorecido pelas redes. Trinta e três por cento disseram ainda que a ferramenta digital têm um papel fundamental na promoção da marca e dos produtos de suas organizações.

Outros 32% disseram que as redes ajudam a gerar prospecto de vendas e 27% afirmaram que elas reúnem opiniões de clientes e ajudam a entender o que eles querem. Já para 16% deles, as redes sociais podem ser um bom recurso de treinamento.

Em relação à importância das redes para a comunicação organizacional, 24% dos entrevistados disseram que ela é vital. Outros 35% a consideram bastante importante e 17% de alguma importância. Por outro lado, 24% acham que é pouco ou nada importante.

Para o futuro

No geral, 83% dos entrevistados consideram que as redes sociais terão muita ou alguma importância dentro dos próximos três anos. Como consequência, a comunicação nos negócios sofrerá mudanças significativas devido a elas.

O uso do e-mail, por exemplo, que ocorre em quantidade significativa em 77% das empresas atualmente, só deve ter a mesma relevância em 64% delas nos próximos anos. A quantidade de companhias que usam bastante o telefone também deve cair de 69% para 50% no mesmo período. A parcela de empresas que frequentemente realizam reuniões pessoais também deve diminuir de 65% para 47%.

Em contrapartida, a fatia de organizações que fazem videoconferências em quantidade significativa, que hoje é de 48%, crescerá para 66%. A mesma coisa acontecerá com o uso das redes sociais no geral, que subirá de 40% das empresas para 60%.

Falta conhecimento

Apesar de 82% dos funcionários usarem redes sociais no trabalho, só 37% deles têm conhecimentos de inglês suficiente para se comunicarem em uma escala global através delas. O número é preocupante se levado em conta que apenas 46% das empresas pesquisadas atualmente apoiam o desejo de aprender inglês em suas equipes.

Ao grupo de pessoas conectadas, que usam bem a mídia digital e têm domínio de língua estrangeira, os pesquisadores denominam “Linguarati”. Curiosamente, a maioria desses profissionais são encontrados em economias emergentes (52%). Outros 26% são da França e Espanha.

Twitter fecha 2013 com US\$ 645 milhões em perdas líquidas

Os números são mais benévolos com a rede social se for eliminado o impacto das verbas financeiras, amortizações, impostos e desvalorização

O Twitter fechou 2013 com US\$ 645 milhões em perdas líquidas, valor oito vezes maior do que o registrado em 2012 e que responde à compensação em ações garantidas aos empregados no ano da abertura da cotação na bolsa, informou nesta quarta-feira a companhia.

O Twitter faturou nos últimos 12 meses US\$ 664 milhões, 109,7% a mais que no mesmo período do ano anterior, e um terço disso, US\$ 242 milhões, foram entre outubro e dezembro.

Em termos anualizados, a receita trimestral do Twitter aumentou 116,1%, enquanto suas perdas líquidas, sem descontar o efeito da bolsa, passaram de pouco mais de US\$ 8 milhões no último trimestre de 2012 para US\$ 511 milhões no mesmo período de 2013.

O Twitter estreou em Wall Street em novembro com um preço por ação de US\$ 26.

Hoje seus títulos terminaram o pregão em US\$ 65,9, apesar de terem desabado 13% assim que foram conhecidos os resultados econômicos da companhia californiana.

Os números são mais benévolos com a rede social se for eliminado o impacto das verbas financeiras, amortizações, impostos e desvalorização.

Sem levar em conta essas despesas, o Twitter teria quase quadruplicado sua receita em 2013 e teria moderado suas perdas, que seriam de US\$ 34 milhões, 2,4% a menos que as registradas em 2012, e inclusive teria gerado lucro no último trimestre do ano, de US\$ 9 milhões.

Esses números superaram as expectativas dos analistas que, no entanto, mostraram sua inquietação pelo lento crescimento dos usuários do Twitter, de apenas nove milhões no último trimestre comparado com o trimestre anterior.

Foi especialmente esse dado, e não as esperadas perdas, o que afundou o valor na bolsa da rede social nas negociações realizadas fora de hora.

‘O Twitter terminou um grande ano com nosso trimestre mais sólido até o momento’, afirmou o CEO da empresa, Dick Costolo.

O Twitter fechou 2013 com 241 milhões de usuários mensais ativos, 30% a mais que em 2012, e 76% acessam a rede social por dispositivos móveis, smartphones ou tablets.

Entre outubro e dezembro, a receita publicitária do Twitter subiu 76% em termos anualizados.

No ano eleitoral, Dilma Bolada pode deixar a política

A personagem que caiu nas graças dos internautas pode se distanciar da política e tratar apenas de variedades ou sair do ar em 2014.

Dilma Bolada, a personagem que caiu nas graças dos internautas e até da presidente Dilma Rousseff, pode mudar de cara em 2014. O criador do perfil no Twitter e no Facebook, Jeferson Monteiro, está repensando o futuro da sátira da presidente nas redes sociais.

Em ano de eleição, Dilma Bolada pode se distanciar da política e tratar apenas de variedades. A última opção do estudante de publicidade é tirar a personagem do ar.

A preocupação de Jeferson não é com os entraves legais que pautam o período de campanha eleitoral. O que tem feito o estudante rever a continuidade dos posts, diz, é sua “responsabilidade como cidadão”.

“Muitos sabem do que se trata, no entanto os seguidores somam mais de um milhão de pessoas e é uma personagem ligada diretamente à Dilma. E nós entramos agora em ano eleitoral”, relata. Segundo ele, a personagem foi amadurecendo cada vez mais com relação a variedades, tomando maior distância da questão política”, disse.

Declaradamente um simpatizante da presidente, Jeferson sabe da influência que tem ao manter um perfil de Dilma em ano de eleição e sente o peso da responsabilidade. “Eu gosto da Dilma, isso é um ponto. Agora, tenho que avaliar de uma forma mais ampla e clara para saber se e como vale a pena continuar”, disse.

“Tem uma série de questões pessoais”, completou o estudante, que faz questão de informar que não é filiado ao PT, apenas nutre admiração pela presidente Dilma e pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O perfil Dilma Bolada surgiu no Twitter em 2010. A partir de 2011, passou a ser atualizado com mais frequência contando com humor a rotina da presidente Dilma Rousseff. Em 2012 e em 2013, o perfil ganhou prêmios de internet, como o Shorty Awards. No ano passado, Jeferson foi recebido no Palácio do Planalto por Dilma Rousseff, no momento em que a presidente reativou sua conta no Twitter.

Facebook completa 10 anos e encara o desafio de crescer

A página gerou para muitos uma forma diferente de compartilhar vivências que saciou as necessidades humanas de comunicação de 1,2 bilhão de usuários

O Facebook completa dez anos e se estabelece como o paradigma das redes sociais de internet, que apesar de ter passado por altos e baixos possui atualmente mais de 1,2 bilhão de usuários em todo o mundo e precisa continuar a crescer para que não entre em colapso.

A página criada por Mark Zuckerberg em 4 de fevereiro de 2004, em seu quarto na Universidade de Harvard, gerou para muitos uma forma diferente de compartilhar vivências que saciou, como nada havia feito antes, as necessidades humanas de comunicação e aceitação.

O impacto do Facebook foi tão forte que gerou até uma nova categoria para o termo “amigo”, o “amigo de Facebook”, que englobaria conhecidos ou contatos restritos à rede social.

Essa plataforma virtual se transformou em uma grande coletora de dados, de informação pessoal e de gostos dos usuários segmentados por sexo, idade, localização e idioma, entre outras características, que modificaram inclusive o mercado publicitário.

Em 2013, o Facebook gerou US\$ 7,87 bilhões, com US\$ 1,5 bilhão de lucro.

O caminho até chegar aqui foi complicado desde o início. Zuckerberg foi processado por ex-companheiros de Harvard que o acusaram de roubar a ideia e precisou pagar a eles US\$ 65 milhões. A história foi tema do filme “A Rede Social” em 2010, que ganhou três Oscar.

Facebook cria Look Back, um presente para o usuário

Ferramenta permite que quem usa o Facebook reveja seus melhores momentos desde que entrou na rede social

O Facebook completa hoje 10 anos de existência. Para comemorar a data, a rede social disponibilizou para cada usuário uma compilação com seus melhores momentos. Lançada hoje, a novidade foi batizada de Look Back.

Em forma de vídeo, o Look Back permite ao usuário rever parte de suas atividades no Facebook. Logo no início, o ano de cadastro do usuário aparece acompanhado de sua primeira foto de perfil.

Depois, o filme exhibe suas primeiras publicações no Facebook. Logo em seguida, aparecem aquelas que foram mais curtidas por outros usuários. Por fim, há um espaço reservado para as suas fotos que foram mais compartilhadas.

1,2 bilhão

Criado num quarto da Universidade de Harvard e inicialmente restrito a estudante, o Facebook é hoje uma potência da internet com mais de 1.2 bilhão de usuários ativos mensais.

O inchaço já foi alvo de previsões pessimistas – como o estudo da Universidade de Princeton que afirmou que a rede social pode morrer até 2017. Em resposta bem-humorada, o Facebook divulgou estudo mostrando que Princeton pode não ter mais alunos em 2021.

Entretanto, é inegável que a rede tem pela frente o desafio de continuar crescendo. Menos forte entre jovens, o Facebook pode estar perdendo espaço para novos ambientes eletrônicos – como o Snapchat.

Como o Facebook se reinventou em dez anos de existência

Fundado em um quarto da Universidade de Harvard, rede social conta com mais de um bilhão de usuários. Ainda assim, alguns profetizam que a rede irá morrer logo.

Hoje o Facebook completa dez anos de vida. No dia 4 de fevereiro de 2004, Mark Zuckerberg colocava no ar o thefacebook.com – nome original da rede.

A rede começou em um quarto da Universidade de Harvard e era restrita aos seus estudantes – Mark Zuckerberg era um deles. Ela era usada para que os rapazes pudessem julgar a aparência das estudantes.

Em dez anos, o Facebook mudou e se tornou a maior rede social do planeta. Hoje, seus usuários postam informações sobre suas vidas pessoais, fotos, vídeos e “curtem” publicações de amigos.

Desde seu lançamento, o número de usuários não parou de aumentar. A rede fechou 2004, o ano de seu nascimento, com um milhão de usuários. Anos depois, um dos principais objetivos da empresa foi ultrapassado em setembro de 2012: ter mais de um bilhão de usuários. Em oito anos, o Facebook havia conquistado o mundo.

Hoje, a rede conta com 1,23 bilhão de usuários. Ainda assim, alguns profetizam a morte da rede social. Pesquisadores da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, afirmaram que o Facebook estará morto em 2017 e contará com apenas 20% do número de usuários que existe hoje.

De acordo com as previsões dos cientistas, a quantidade de dados gerados por navegação no Facebook vem caindo desde 2012. O número de usuários, no entanto, não parou de aumentar desde o início da rede social.

Uma das explicações para o fenômeno pode estar no fato de que o volume de dados gerados pela navegação usando smartphones ou tablets é menor do que com computadores. O Facebook afirma que 80% dos usuários acessam a rede usando plataformas mobile.

Entre os mais jovens, no entanto, o gosto pela rede social não é unanimidade. Para se ter uma ideia, há dois anos, 42% dos adolescentes consideravam a ferramenta de Mark Zuckerberg a rede social mais importante, segundo pesquisa da Piper Jaffray. Em 2013, o número despencou para 23%.

A mudança se dá principalmente pelo aumento do uso de redes menores e pelo uso de serviços de mensagens instantâneas. Entre elas, está o Snapchat, que Mark Zuckerberg tentou comprar, sem sucesso, por 3 bilhões de dólares ano passado.

Pior: nos últimos três anos, segundo estudo realizado pela iStrategy Labs, mais de três milhões de jovens deletaram suas contas do Facebook.

Empresas da internet revelam dimensão dos pedidos da NSA

Setor de tecnologia vem pressionando por maior transparência nos pedidos de informação feitos pelo governo

Facebook, Microsoft, Yahoo e Google começaram nesta segunda-feira a publicar detalhes sobre o número de pedidos secretos de informações que eles receberam do governo, esperando assim mostrar que seu envolvimento nas ações de espionagem dos Estados Unidos foi restrito.

O setor de tecnologia vem pressionando por maior transparência nos pedidos de informação feitos pelo governo, procurando livrar-se de questionamentos sobre seu envolvimento em programas de vigilância amplos e clandestinos revelados no ano passado pelo ex-prestador de serviços do setor de espionagem Edward Snowden.

No mês passado o governo disse que iria flexibilizar as normas que restringem o que as empresas podem revelar sobre os pedidos de informações de usuários com base na Lei de Inteligência e Vigilância Estrangeira (Fisa), com ordens judiciais, que elas recebem. Várias empresas, incluindo o Google e a Microsoft, processaram o governo no ano passado em busca do direito de revelar mais sobre isso.

O conselheiro geral da Microsoft, Brad Smith, disse nesta segunda-feira que os dados mais recentes mostraram que a informação pedida pelo governo às empresas on-line não foi tão vasta como se temia.

“Nós não recebemos o tipo de solicitação de dados em massa que se costuma discutir em público, relacionado aos registros telefônicos”, disse Smith. “Esse é um ponto que temos frisado de modo geral desde o semestre passado, e é bom finalmente ter a capacidade de compartilhar dados concretos”.

De 15 mil a 15.999 contas de usuários da Microsoft foram alvo de ordens judiciais, atendendo ao setor de inteligência, de requisição de conteúdo durante os seis primeiros meses de 2013, disse a empresa.

Mas Smith citou reportagens da mídia, baseadas nos documentos vazados por Snowden, segundo as quais o governo pode ter interceptado informações dos usuários sem o conhecimento ou cooperação das empresas de tecnologia, por meio do grampos em cabos de comunicação que conectam centros de dados do Google e Yahoo.

“Apesar dos esforços de reforma do presidente (Barack Obama) e nossa capacidade de publicar mais informação, não houve ainda nenhum compromisso público dos Estados Unidos ou outros governos de renunciarem à tentativa de ter acesso a dados de empresas de Internet”, disse ele no blog da Microsoft.

“Acreditamos que a Constituição requer que nosso governo busque informações de empresas americanas dentro das normas legais”.

Várias empresas de Internet haviam revelado anteriormente um certo número de cartas de segurança nacional, as quais pediam fados de clientes sem aprovação legal. Agora, elas têm maior margem de manobra para divulgar detalhes relacionados às ordens recebidas com base na Fisa.

O Google disse que de 9 mil a 9.999 contas de seus usuários foram alvo de tais pedidos durante o período, enquanto o Facebook informou ter recebido requisições de conteúdo pelo Fisa para um número entre 5 mil e 5.999 usuários.

Já o Yahoo informou que de 30 mil a 30.999 contas receberam pedidos de conteúdo do Fisa, os quais poderiam incluir palavras em um e-mail ou mensagem de SMS, fotos no seu serviço do Flickr e endereços ou entradas de calendário.

Egito detém 11 islamitas por atividades no Facebook

A Irmandade Muçulmana é acusada de usar as páginas da rede social para “incitar a violência, atacar cidadãos, fabricar bombas e fazer mensagens ameaçadoras”.

O Ministério do Interior do Egito informou que deteve 11 membros da Irmandade Muçulmana acusados de coordenarem páginas no Facebook que incitam a violência contra a polícia.

O grupo é acusado de usar as páginas da rede social para “incitar a violência, atacar cidadãos, fabricar bombas e fazer mensagens ameaçadoras”.

A acusação diz que um dos homens convocou a formação de um exército islâmico e que outros dois divulgaram nomes e fotografias de oficiais da polícia.

As autoridades egípcias têm reprimido pesadamente a Irmandade desde a queda do presidente Mohamed Mursi, em 3 de julho.

Mas as prisões desta quinta-feira foram as primeiras a ter como alvo supostos membros da Irmandade por causa de suas atividades na internet.

A Irmandade tem realizado protestos contínuos desde a queda de Mursi. Um grupo mais radical, de militantes islâmicos baseados na península do Sinai, assumiu a autoria dos ataques contra a polícia. Fonte: Associated Press.

Em vídeo, Lula orienta sobre uso das redes sociais

O ex-presidente defendeu o espaço da internet para que não seja usado para fazer “o jogo rasteiro da calúnia” ou do “baixo nível”.

Em um vídeo publicado nas redes sociais nesta quinta-feira, 30, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu o espaço da internet para que não seja usado para fazer “o jogo rasteiro da calúnia” ou do “baixo nível”.

As declarações de Lula ocorrem em meio às discussões sobre como deverá ser a atuação do PT nas redes sociais durante a campanha eleitoral.

No vídeo, divulgado no perfil do Facebook do petista, o ex-presidente responde a três perguntas sobre internet e redes sociais. Logo no início, Lula fala sobre liberdade e responsabilidade dos usuários da web.

“A minha preocupação com a internet é que, quando você tem muita liberdade, você não sabe usar essa liberdade, você está jogando fora um espaço de conquista extraordinário. Eu, por exemplo, sou contra qualquer veto à utilização da internet. Agora, eu sou favorável a responsabilizar as pessoas que usam a internet”, diz.

“A internet é uma arma poderosíssima. Quanto mais responsável nós formos, melhor. Quanto mais a gente trabalhar no sentido de falar coisas positivas, mesmo quando você critica, criticar por fundamento e não ficar fazendo jogo rasteiro da calúnia ou de baixo nível porque quando você calunia você não politiza, não ensina, não produz um fruto”, acrescenta em outro trecho do vídeo.

Na parte final do vídeo, ao responder sobre qual mensagem passar aos seguidores nas redes sociais, Lula aproveita para criticar a cobertura da mídia.

Banco usa redes sociais para se aproximar de público jovem

Uso do Facebook para se comunicar com os clientes de contas universitárias tem sido a aposta do banco Santander

O uso do Facebook para se comunicar com os clientes de contas universitárias tem sido a aposta do banco Santander para se aproximar dos clientes mais jovens, informou nesta sexta-feira o diretor do Santander Universidades, Jamil Hannouche.

Na competição por bons correntistas em potencial, as contas universitárias são hoje a porta de entrada dos jovens no sistema bancário, o que exige estratégias cada vez mais ousadas dos bancos para se adaptar a velocidade das novas gerações.

“Entendemos que é preciso termos canais diretos e ágeis. Nossas soluções têm que acompanhar as mudanças de comportamento e exigência, cada vez mais dinâmicas, desse público”, afirma o diretor.

No atendimento telefônico, o banco se adaptou para um canal exclusivo e dedicado ao público universitário, principal aposta do grupo espanhol.

“Para nós, o apoio ao ensino superior vai além de serviços bancários. Estamos presentes em toda a cadeia acadêmica com parcerias consistentes e perenes. Esse é nosso maior compromisso de responsabilidade social”, conta Hannouche.

Somente no Brasil, o banco já concedeu mais de 57 mil bolsas de intercâmbio (nacionais, internacional e de educação à distância) desde 2001, além de 46 Espaços Digitais.

Orkut completa 10 anos com 6 milhões de brasileiros ativos

Inicialmente, Orkut era um projeto de faculdade que foi levado a frente quando Orkut Büyükkökten começou a trabalhar no Google

Em 2004, a internet brasileira já era povoada por uma onda de conteúdos de diversos blogueiros. Mas neste ano, muito antes das curtidas, compartilhamentos e memes, o Google resolveu apostar em um novo estilo de web, mais social. Por isso, em 24 de janeiro de 2004, dez anos atrás, o Orkut foi lançado. A rede afiliada do gigante das buscas foi criada em parceria com o engenheiro de software Orkut Büyükkökten, que dá nome ao site. Inicialmente, Orkut era um projeto de faculdade que foi levado a frente quando ele começou a trabalhar no Google.

O Brasil e a Índia foram os países mais populares do mundo no site de relacionamento. Há muito tempo o Facebook superou o Orkut, isso aconteceu em 2011, segundo dados do IBOPE (Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística). Mas o site ainda tem um público ativo que participa das discussões em grupos e deixa alguns scraps por aí.

Segundo a consultoria de mensuração de audiência comScore, 6 milhões de pessoas acessaram o Orkut no mês de dezembro de 2013. Esse número representa cerca da metade da população da cidade de São Paulo. O site de relacionamentos, em suas últimas reformas, ganhou um design similar ao do Facebook. Há até mesmo uma possibilidade de gostar de uma publicação do feed de atualizações sociais. Mas há um bocado de meses que o Google não oferece novidades para esses usuários.

Procurado por INFO, o gigante das buscas declarou que “ao longo da última década, a plataforma evoluiu para se tornar um exemplo de como as pessoas se relacionam na Internet. No Brasil, o Orkut foi a porta de entrada à internet para muitos usuários”. A empresa não respondeu se tem planos de encerrar a rede social.

Quem (ainda) acessa o Orkut?

Um dos grandes símbolos do Orkut foram as comunidades. Elas funcionavam, em parte, como as páginas de fãs do Facebook, mas muitas marcas e empresas nem sequer estavam por lá. O Orkut é um espaço dos internautas, quase que exclusivamente. Portanto, isso deu lugar para o surgimento de um dos maiores crowdsourcing do Brasil.

Cariocas criam fanpage que ironiza preços no Rio de Janeiro

A página ‘Rio Surreal’, ilustrada com uma foto do mestre do surrealismo Salvador Dalí, está hospedada no Facebook e já tem 55 mil seguidores

Os preços cada vez mais altos da cidade do Rio de Janeiro estão sendo denunciados com bom humor em uma página criada por cariocas cansados de números que, segundo eles, são ‘extorsivos’.

A página ‘Rio Surreal’, ilustrada com uma foto de Salvador Dalí, mestre do surrealismo, está hospedada no Facebook desde ontem, teve sucesso imediato e já neste sábado passava dos 55 mil seguidores.

‘Fui ao Rio na semana passada e paguei R\$ 5 na garrafinha de água em um quiosque da Praia do Pepê’, diz uma das publicações na página, que não exagera no preço.

O fórum enfoca principalmente o preço das bebidas e da alimentação nas praias de Ipanema e de Copacabana, que sempre foram consideradas as opções de lazer ‘mais democráticas’ da cidade, já que nelas convivem normalmente ricos e pobres.

A água de coco, tradicional nas praias cariocas, está custando R\$ 5 e a garrafinha de água, R\$ 4.

Em uma das primeiras publicações da página, aparece a fotografia do menu de uma barraca nas areias de Ipanema, onde o prato mais barato é um misto quente de R\$ 20.

O ‘menu’ também oferece salada verde a R\$ 43, porção de camarões a R\$ 90 e uma garrafa de champanhe, sem especificar a marca, a R\$ 160 reais.

A ‘Rio Surreal’ também denuncia o preço de uma simples colônia de férias infantil: ‘Olha esse lugar,(...) o preço por criança para participar da colônia de férias é de 1.200 surreais (sic)’.

Na mira dos cariocas que criaram a página também aparece o custo da habitação no Rio.

‘Uma das coisas que mais têm afetado os cariocas é o preço dos aluguéis. Surreal’ dizia a postagem, que pediu aos usuários sugestões para fugir da carestia.

A inflação no Rio costuma superar a do Brasil e desde 2010 acumula uma alta de 26,48%, segundo números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto o indicador somou 24,26% em todo o país.

A disparada dos preços da hotelaria e das passagens de avião preocupou o governo, que pressionou tanto o setor hoteleiro quanto as companhias aéreas para que moderem suas tarifas durante a Copa 2014.

Idosos são grupo que mais cresce no Facebook

Pesquisa revela que usuários da terceira idade foram o grupo que mais cresceu na maioria das redes sociais nos Estados Unidos, incluindo Facebook e Twitter

Quando Mark Zuckerberg criou o Facebook enquanto estudava em Harvard, provavelmente, não imaginava a terceira idade como o principal nicho de mercado de sua plataforma. Mas, quase uma década depois, o futuro dessa rede social depende cada vez mais de sua adoção entre os idosos.

Em 2013, os maiores de 65 anos foram o grupo que mais cresceu na maioria das redes sociais nos Estados Unidos, incluindo Facebook e Twitter, aumento que contrasta com uma leve diminuição no número de usuários mais jovens, segundo um levantamento recente do Centro de Pesquisas Pew. Agora, portanto, os jovens não só compartilham o espaço virtual com seus pais e tios, mas também com seus avós.

A pesquisa revela que, embora o Facebook continue reinando entre as redes, seu alcance é tão grande que começa a chegar ao limite. Além disso, um crescente número de usuários já divide seu tempo entre várias redes sociais.

Segundo o Pew, 71% dos internautas americanos têm um perfil no Facebook, representando 4% a mais em relação ao fim de 2012. Mas esse aumento se deve unicamente aos maiores de 30 anos e, sobretudo, à sua expansão entre os maiores de 65 anos.

A porcentagem de usuários maiores de 65 anos na rede criada por Zuckerberg nos EUA cresceu 10% no último ano, e o site já alcança 45% dos que usam a internet com essa idade.

Menos jovens

O aumento contrasta com a redução de 2% (86% em 2012 para 84% em 2013) dos usuários entre 18 e 29 anos. Outro estudo divulgado esta semana, da consultoria iStrategy, indicou queda entre usuários do ensino médio e do ensino superior nos Estados Unidos. Entre 2011 e 2014, a rede social perdeu cerca de 11 milhões de usuários jovens.

Política

Em nove dias, Delúbio arrecada R\$ 1 milhão para pagar multa do mensalão

O Globo – 31/01/2014



Em nove dias, a campanha para arrecadar recursos para pagar a multa aplicada a Delúbio Soares no julgamento do mensalão conseguiu arrecadar mais que o dobro do que tem de ser pago. Nesta quinta-feira, o site da campanha divulgou que foram doados R\$ 1,013 milhão, para pagar a multa de R\$ 466.888,90 que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o ex-tesoureiro do PT pague até amanhã. De acordo com o site, o valor restante – cerca de R\$ 546 mil – será repassado para arcar com a multa do deputado João Paulo Cunha e do ex-ministro José Dirceu.

Mais da metade do total de doações entrou na conta entre ontem e hoje. Na noite de quarta-feira, o site apontava que havia arrecadado R\$ 415.390,86. Em texto publicado hoje na página, os autores da campanha agradecem as doações.

“Ao expressarmos imensa gratidão aos milhares de doadores, muitos inclusive sem filiação partidária e movidos apenas pela indignação e o sentimento de solidariedade, convocamos para as novas jornadas em favor de José Dirceu e João Paulo Cunha. E o valor excedente de nossa campanha, descontados os tributos, será doado a esses companheiros, visando o pagamento de suas injustas e exorbitantes multas”, afirmam.

Eles destacam que o trabalho de mobilização feito nas redes sociais, entre os militantes petistas e de partidos de esquerda, movimentos sindicais e entre amigos resultou no sucesso da campanha.

Dirceu foi condenado a pagar uma multa de R\$ 676 mil (em valores da época) pelo crime de corrupção ativa. Já João Paulo Cunha foi multado em R\$ 370 mil (também em valores da época) por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e peculato. Ele ainda tem um recurso a ser analisado e que pode levar à absolvição pelo crime de lavagem. Nesse caso, a multa seria reduzida para R\$ 250 mil. Os valores ainda precisam ser corrigidos, tarefa que cabe ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

A família do ex-deputado José Genoíno afirmou ontem que doaria R\$ 30 mil para a campanha do ex-tesoureiro do PT. A família de Genoíno conseguiu, em dez dias, R\$ 761.962,60. São R\$ 94.448,68 a mais do que o valor necessário para arcar com a multa definida pelo STF.

PT agradece arrecadação de ‘vaquinha’ para mensaleiros presos

Autor(es): Sérgio Roxo e Flávia Pierry

O Globo – 28/01/2014

Após a primeira reunião da nova Executiva Nacional, o PT soltou nota oficial no fim da tarde desta segunda-feira para, entre outros assuntos, agradecer a ajuda de correlegionários para arrecadar recursos para pagamento das dívidas dos petistas envolvidos no escândalo do mensalão.

O ex-presidente do partido, José Genoíno, foi o primeiro a ser beneficiado pela rede de solidariedade. Conseguiu pouco mais de R\$ 700 mil, cerca de R\$ 60 mil do que havia sido estipulado como sua multa. A arrecadação também beneficiaria o ex-tesoureiro Delúbio Soares e o ex-ministro José Dirceu, ambos presos no Presídio da Papuda, em Brasília. Genoíno está em prisão domiciliar, na casa de uma filha.

Ainda na reunião, o PT informou que precisa abrir mais diálogo com a pautas das ruas (manifestações). A direção do partido anunciou também que vai aproveitar o aniversário de 34 anos do partido, no próximo dia 10, em São Paulo, para lançar oficialmente a candidatura à reeleição da presidente Dilma Rousseff.

Sobre a polêmica envolvendo a participação de petistas no governo de Sérgio Cabral, o presidente do partido, Rui Falcão, foi enfático:

– Não há crise, o PMDB é nosso aliado nacional. A disputa entre nossas candidaturas lá vai se dar em termos políticos – disse.

Delúbio já arrecadou R\$ 242 mil

Em seis dias, a campanha para arrecadar recursos para pagar a multa do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares já conseguiu mais da metade do valor que deve ser pago. Nesta segunda-feira, o site da campanha diz que já foram depositados R\$ 242.421,37. O petista condenado no mensalão foi punido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com multa de R\$ 466.888,90, após correção monetária dos valores.

A arrecadação de doações foi criada, segundo informa o site, por “companheiros e companheiras” de Delúbio na quarta-feira passada. Em menos de 24 horas, já tinham sido arrecadados R\$ 30,6 mil.

O texto de apresentação do site “Solidariedade a Delúbio” afirma que julgamento do mensalão foi “o mais violento processo judicial de exceção de toda nossa história”, promovido por “forças do atraso, derrotadas nas eleições do presidente Lula e da presidenta Dilma”.

Para doar, o site indica uma conta poupança na Caixa Econômica Federal, em nome de Delúbio. Em quatro passos – mesmo processo que apontava o site de Genoíno – o site indica que o doador deposite o valor na conta, em um depósito identificado, e envie o comprovante do depósito para o e-mail do site. A página destaca que o doador deve incluir a doação em seu imposto de renda e ainda reforça que verifique leis de tributação de doação, que variam em cada estado.

A página é um site pessoal sem ferramenta de pagamento online – mesmo modelo adotado pela família do ex-deputado José Genoíno para captar recursos. A família de Genoíno conseguiu, em dez dias, R\$ 761.962,60. São R\$ 94.448,68 a mais do que o valor necessário para arcar com a multa definida pelo STF.

Parte do valor doado a Genoíno poderá ajudar outros petistas a pagarem a multa definida no julgamento do mensalão. Após alcançar o valor, a família de Genoíno divulgou texto indicando que o valor restante poderia ser repassado a outros petistas condenados no processo.

“Assim, não temos ainda um cálculo preciso do valor que restará após toda esta tramitação, mas com certeza daremos continuidade a essa corrente de solidariedade aos companheiros condenados injustamente na ação penal 470”, afirma o texto publicado no site, assinado pela mulher de Genoíno e pelos filhos.

Dilma avisa a Temer que PMDB não ganhará outros ministérios

O Globo – 14/01/2014



Não vai ser dessa vez que o PMDB conseguirá aumentar seu espaço na Esplanada dos Ministérios. Em uma longa conversa na noite desta segunda-feira com o vice-presidente Michel Temer, a presidente Dilma Rousseff informou que não irá ampliar o número de ministérios comandados pelos peemedebistas na reforma ministerial que se inicia. O partido continuará no comando de cinco pastas.

O que a presidente não decidiu ainda é se os peemedebistas continuarão comandando exatamente os mesmos ministérios que têm hoje: Minas e Energia, Agricultura, Previdência, Turismo e Aviação Civil.

A decisão frustra as pretensões do principal partido aliado, que pleiteava um sexto ministério, de preferência Integração Nacional ou Cidades. A presidente afirmou que vem recebendo muita pressão para acomodar no governo três partidos da base aliada que já se comprometeram com sua eleição e hoje não se sentem contemplados com ministérios – PSD, PTB e o recém-criado PROS – e que, por isso, não poderia ampliar os espaços do seu principal aliado. Além disso, disse que a tendência é que o PP, que ainda não sacramentou o apoio à sua reeleição, continue comandando uma pasta.

Dilma pretende concluir a reforma ministerial em fevereiro, e deve voltar a conversar com Temer nas próximas semanas para sacramentar quais serão os espaços do partido nos próximos meses. O vice-presidente saiu do encontro direto para a residência oficial do Jaburu, onde comunicaria o resultado da reunião ao senador Vital do Rêgo, nome apontado pela legenda para a Integração, a outros líderes do partido.

Apesar do resultado do encontro, peemedebistas não se davam por vencidos na noite desta segunda-feira, e afirmavam que insistiriam na necessidade de se ampliar o número de ministérios.

– Nada ainda é definitivo. Aqui (em Brasília), um dia o sim vira não, no outro o não vira sim. Vamos insistir na necessidade de se ampliar os ministérios do partido – disse um cacique da legenda.

Antes mesmo do encontro, o presidente nacional da legenda, senador Valdir Raupp (RO) havia comentado com ironia a hipótese de não crescimento da legenda na Esplanada:

– A presidente deve saber o tamanho do PMDB, a capacidade do PMDB de administrar os ministérios que tem administrado até agora. Se vai ter mais espaço ou não, quem decide é a presidente da República – afirmou.

Após a conversa inicial com Temer, a presidente deve receber nos próximos dias os caciques dos demais partidos da base aliada para costurar os novos nomes que devem assumir as pastas até o fim de seu primeiro mandato. A tendência é que pelo menos oito ministros deixem os cargos para disputar as eleições, e Dilma ainda precisa escolher quem comandará as pastas da Integração Nacional e a Secretaria dos Portos, que era comandada até outubro pelo PSB.

A função do Bolsa Família

Autor(es): ANDRÉ VARGAS

O Globo – 13/01/2014

Em dez anos de existência, o Bolsa Família tornou-se o maior programa de distribuição de renda do mundo. Tem resultados reconhecidos mundialmente, ao atender quase 50 milhões de brasileiros. Os benefícios imediatos – transferência direta de renda a 13,8 milhões de famílias – permitiram ao país reduzir a extrema pobreza e garantir cidadania à população mais vulnerável, com ganhos inclusive na economia, por estimular o mercado interno.

O programa conseguiu, entre outras conquistas, varrer políticas clientelistas seculares. Curiosamente, quem criticava antes e agora tenta defender o programa, como integrantes do PSDB, impõe condições que significam a perda dos benefícios. O senador Aécio Neves (PSDB–MG), por exemplo, propõe integrar o programa à Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), enfraquecendo-o ao restringi-lo à área da assistência social.

O Bolsa Família é muito mais que assistência social. Estimula o exercício dos direitos também em educação e saúde. Ficam nítidas, assim, não só as diferenças entre PT e PSDB, mas entre neoliberais e progressistas, sobre o que é um programa de transferência de renda.

Não dá para voltar ao passado. O Bolsa Família já é um programa de Estado, que beneficia famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, e está integrado a um projeto maior, o Plano Brasil Sem Miséria. Esse programa tem foco numa faixa da população composta por cerca de 16 milhões de brasileiros com renda per capita inferior a R\$ 70 mensais. O Bolsa Família amplia, sobretudo, o acesso à educação, a melhor ferramenta para enfrentar a pobreza.

É um programa elogiado por órgãos como a ONU, Banco Mundial e FMI, e replicado em várias partes do mundo. Mesmo assim, há os “especialistas” em pessimismo que insistem em detonar a iniciativa revolucionária do governo do PT e aliados, tachando-a de bolsa esmola.

Nada mais distante da realidade. Dados oficiais mostram que 70% dos beneficiários adultos são trabalhadores, e os estudantes que participam do programa têm média de aprovação quase 5% maior que a média nacional, que é de 75%, além de ter um índice menor de abandono dos estudos: 7,2% entre os alunos do Bolsa Família, contra 10,8% da média nacional. E há portas de saída: 1,6 milhão de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família deixaram espontaneamente o programa. Uma das saídas é o Pronatec Brasil sem Miséria. Dos 8 milhões de matrículas, foram reservadas 1 milhão aos mais pobres, do Bolsa Família.

São várias as contrapartidas que os beneficiários apresentam. Essas condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação em que se encontram. O Bolsa Família é um programa vitorioso, que ninguém nos tira mais.

Realismo diante da Copa do Mundo

O Globo – 08/01/2014

Os estádios deverão estar prontos para receber os jogos, enquanto os problemas ocorrerão pela falta de investimentos em infraestrutura, como em aeroportos

O relacionamento entre autoridades brasileiras e a cúpula da Fifa nunca chegou a ser risonho em torno do projeto da Copa. Escolhido o país, há sete anos, para sediar pela segunda vez o

torneio – a primeira, em 1950 – , é certo que houve uma demora para o início dos trabalhos. Apenas em 2010 instalou-se o comitê de organização do evento.

Não seria um problema se o poder público, em todos os níveis, fosse um exemplar gerenciador de obras. É muito o contrário, sabe-se. Portanto, cartolas da Fifa – o suíço Joseph Blatter, o primeiro deles, e o francês Jerome Valcker – têm motivos para reclamar de atrasos, embora não contribua em nada para a boa convivência entre a entidade e países-anfitriões a conhecida arrogância com que a federação internacional de futebol conduz seus interesses pelo mundo afora.

Nos últimos dias, Blatter se chocou com a própria Dilma, ao afirmar que a Copa brasileira seria a mais atrasada, à esta altura do calendário, desde sua chegada à Fifa, em 1975. Logo recebeu uma resposta presidencial via twitter, com a garantia de que a deste ano será a “Copa das Copas”.

Exagero de ambos os lados. Desconte-se, ainda, que o relacionamento pessoal entre os dois seria acidentado, a ponto de Blatter ter reclamado da presidente ao técnico Luís Felipe Scolari, segundo o jornal “O Estado de S.Paulo”.

A seis meses do efetivo pontapé inicial, configura-se um quadro previsto já há muito tempo: estádios prontos, ou pelo menos em condições de receber jogos; o entorno de infraestrutura com precariedades e, num plano mais amplo, legados para as cidades-sede parques ou inexistentes, a depender do caso.

Dos 12 estádios, faltam concluir seis, que não cumpriram a data-limite da Fifa, 31 de dezembro: São Paulo, Manaus, Natal, Cuiabá, Curitiba e Porto Alegre. Mas a previsão é que eles sejam entregues, paulatinamente, até abril. Nada desastroso, portanto. Não há mais solução possível e definitiva é para as dificuldades que existirão, por exemplo, nos aeroportos, cujas obras são vítima dos atrasos nas licitações provocados pela resistência ideológica dentro da máquina pública à cessão de terminais ao setor privado. O resultado está no Portal da Transparência, do governo, em que o balanço dos investimentos em aeroportos é o seguinte: do total previsto de R\$ 6,7 bilhões a serem investidos, apenas R\$ 1,7 bilhão (25,3%) havia sido contratado e só R\$ 900 milhões (13,4%), gastos. O retrato não muda – até piora, em certas cidades – , ao se verificar o andamento de projetos de mobilidade relacionados ao torneio.

Então, não há por que temer um retumbante fracasso, mas, infelizmente, além de estádios, pouco ficará para a população, quando o circo da Fifa for desarmado – com a exceção do Rio, em que há projetos em curso para as Olimpíadas de 2016. É exigir demais da capacidade de o Estado executar projetos. Ele é bom em pagar salários, aposentadorias, etc. E na cobrança de impostos e similares.

A plenitude da Ficha Limpa

Correio Braziliense – 02/01/2014

A Lei da Ficha Limpa vai completar quatro anos em 2014, quando, pela primeira vez, terá plena efetividade em uma eleição geral. Cercada de polêmicas e controvérsias quando criada, a legislação representa, agora, a proibição da candidatura de políticos que tenham sido condenados por órgão colegiado em processos criminais ou por improbidade administrativa, e daqueles que renunciaram ao cargo eletivo para escapar da cassação. Juristas ouvidos pelo

Correio asseguram que não haverá brecha para os chamados fichas sujas nas eleições de outubro.

Fundador do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o juiz Márlon Reis alerta que os partidos e os candidatos que tentarem driblar a norma, diferentemente de 2010, sairão frustrados das próximas eleições. Há quatro anos, dezenas de postulantes a cargos legislativos concorreram em situação sub judice, quando o registro não é concedido pela Justiça Eleitoral, mas o candidato insiste em disputar, mesmo sabendo que os votos poderão não ser contabilizados para efeito de resultado.

Em 2010, os senadores Cássio Cunha Lima (PSDB–PB), Jader Barbalho (PMDB–PA) e João Capiberibe (PSB–AP) foram barrados com base na Lei da Ficha Limpa. Nas urnas, os três conquistaram votos suficientes para serem eleitos, mas não foram diplomados porque os registros das respectivas candidaturas haviam sido rejeitados. Eles tomaram posse no ano seguinte, graças a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a legislação não poderia ter sido aplicada naquele pleito, uma vez que a norma foi criada menos de um ano antes da eleição. O artigo 16 da Constituição estabelece que as leis que alteram o processo eleitoral só têm validade um ano depois de sua vigência.

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro do STF Marco Aurélio Mello observa que o Supremo nem sequer chegou a analisar se os políticos acima mencionados estavam ou não elegíveis. “O Jader Barbalho, por exemplo, foi salvo pelo gongo, pelo artigo 16. Mas o tribunal não proclamou a inaplicabilidade da Lei da Ficha Limpa. Proclamou apenas que ela não se aplica às eleições de 2010, mas, à rigor, ele está exercendo o mandato com a condição de inelegível, porque o Supremo concluiu que a lei se aplica a atos e a fatos pretéritos”, destacou o magistrado, lembrando que, em fevereiro de 2012, o STF declarou a constitucionalidade da lei.

Poucos aventureiros

Márlon Reis considera que, este ano, poucos vão se aventurar a desafiar a Justiça Eleitoral, pois, segundo ele, as chances de sucesso em um eventual recurso serão praticamente nulas. “Nas eleições de 2014, a Lei da Ficha Limpa vai atingir um grande número de pessoas. Os fichas sujas que se candidatarem serão apenas aqueles que desafiam o sistema, o que é um desserviço que os partidos prestam ao eleitor e a eles próprios. Mas esse número deve ser pequeno, pois a maior parte dos atingidos são aqueles que nem tentam (se candidatar)”, sintetizou o juiz, que atua na Comarca de Imperatriz, interior do Maranhão.

Ele observou que a Ficha Limpa foi “plenamente aplicada” às eleições municipais de 2012, mas, na ocasião, ainda havia muitas dúvidas. As brechas em relação à lei embaralharam o jogo eleitoral e prejudicaram inúmeros municípios do país, que até hoje enfrentam mudanças na chefia do Executivo por conta de pendências de candidatos na Justiça Eleitoral. “Há algumas semanas, foi tirado o mandato do prefeito de Barra do Garças (MT), ainda relacionado à Lei da Ficha Limpa. A culpa é dele próprio e do partido que indica o nome de um candidato inelegível”, afirmou. Reis se referiu a Roberto Ângelo Farias (PP), condenado pelo TSE por abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação quando candidato a deputado federal nas eleições de 2010.

O ministro Henrique Neves, do TSE, resume a situação da Lei da Ficha Limpa. “Em 2010, havia uma dúvida sobre a aplicabilidade da lei. No ano seguinte, o Supremo considerou que não seria aplicável pela regra da anualidade. A Ficha Limpa já valeu de fato em 2012, mas surgiram dúvidas

por ter sido a primeira vez em que foi aplicada. Já em 2014, ela se aplicará integralmente sem que parem dúvidas sobre as hipóteses de inelegibilidade”, disse.

Contas rejeitadas

Uma das controvérsias da lei que poderá perdurar durante a campanha de 2014 é a dúvida quanto à aplicação da Ficha Limpa no caso de gestores que tiveram as contas de suas gestões rejeitadas por tribunais de contas. O TSE já interpretou que políticos nessa situação ficam inelegíveis, como também já considerou que somente o Legislativo tem o poder de rejeitar contas. Segundo Henrique Neves, quando se trata de contas anuais do governo, o entendimento é de que a palavra final é do parlamento, enquanto em relação às contas de convênios, basta uma decisão do Tribunal de Contas.

No entanto, diante das constantes mudanças na composição do tribunal, há uma dúvida quanto à interpretação que os ministros do TSE darão ao trecho da lei que trata da inelegibilidade decorrente da rejeição de contas. “O que a gente observa é que a jurisprudência do TSE ainda é vacilante sobre alguns entendimentos que se alteraram durante a própria eleição municipal”, disse a advogada eleitoral Maria Cláudia Bucchianeri.

“Os fichas sujas que se candidatarem serão apenas aqueles que desafiam o sistema, um desserviço que os partidos prestam ao eleitor e a eles próprios”

Márlon Reis, juiz e coordenador do MCCE

Memória

Iniciativa popular

Fruto de um projeto de iniciativa popular que reuniu mais de 1,6 milhão de assinaturas, a Lei da Ficha Limpa foi aprovada na Câmara em 5 de maio de 2010, votada no Senado (foto) no dia 19 daquele mês e sancionada pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, em junho. Poucos dias depois, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu que a regra poderia ser aplicada nas eleições daquele ano. O autor do primeiro recurso contra a legislação foi ex-governador do Distrito Federal Joaquim Roriz (PSC). O julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) ficou empatado e acabou suspenso sem a proclamação de um resultado.

Roriz então desistiu de se candidatar ao Governo do DF, indicando a mulher, Weslian, para concorrer. Somente em março de 2011, após dezenas de candidaturas serem barradas, o Supremo estabeleceu que a legislação não poderia ter entrado em vigor no pleito de 2010. Já em 2012, o STF julgou uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que pedia que a regra fosse declarada válida. Os ministros definiram que a Lei da Ficha Limpa é constitucional e que atinge renúncias ou condenações anteriores à data em que a norma foi publicada. (DA)

Reforma ministerial – Troca de guarda na Casa Civil

O Globo – 20/12/2013

Mercadante assumirá pasta no lugar de Gleisi; Marta é um dos nomes para Educação

Brasília – Depois de confirmar a manutenção de Guido Mantega na Fazenda, a presidente Dilma Rousseff tem pelo menos outra definição para a reforma ministerial que fará no primeiro trimestre de 2014: o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, irá para a Casa Civil, em substituição a Gleisi Hofmann, que disputará o governo do Paraná. Gleisi e Mercadante já tiveram a primeira reunião de trabalho na última segunda-feira sob a coordenação da própria Dilma. Depois desse encontro, que foi a formalização da decisão da presidente, Gleisi convocou os assessores mais próximos e em tom de despedida, anunciou que Mercadante assumirá seu posto. A informação, no entanto, é tratada com sigilo no Palácio do Planalto. Gleisi também pediu às subsecretárias da Casa Civil relatórios de gestão para apresentar ao futuro ministro.

A ministra da Casa Civil fará plantão no Planalto nos recessos de Natal e Ano Novo. A partir de 6 de janeiro, ela sairá de férias por cerca de dez dias e depois retorna ao Planalto para auxiliar seu sucessor na transição. Dilma também vai tirar uns dias de férias no início de janeiro.

Em entrevista a jornalistas na última quarta-feira, Dilma confirmou que irá fazer a reforma ministerial entre meados de janeiro e o Carnaval, no início de março, para substituir os 10 auxiliares que deixarão o governo para concorrer às eleições em seus estados. A intenção inicial da presidente era fazer as mudanças no começo do ano, mas os ministros Fernando Pimentel (Desenvolvimento) e Alexandre Padilha (Saúde), pré-candidatos aos governos de Minas Gerais e São Paulo, respectivamente, articularam o adiamento das mudanças. Eles não têm mandato e precisam se manter sob os holofotes.

Superexposição deflagrou fogo amigo – Mercadante já vinha sendo apontado como o nome mais forte para assumir a Casa Civil. Desde as manifestações populares, que levaram mais de um milhão de pessoas às ruas, em junho, o petista tem assumido posição chave como conselheiro político de Dilma. Ele foi um dos idealizadores da proposta da reforma política por meio de uma assembleia constituinte e participou da elaboração dos cinco pactos nacionais que a presidente propôs, à época. Dilma o elegeu para fazer o papel de porta-voz do governo na crise que abalou sua popularidade.

No entanto, a superexposição de Mercadante, que tem um estilo considerado agressivo pelos colegas, desencadeou um processo de ataque de aliados enciumados com a escalada relâmpago do petista. Era o chamado fogo amigo em ação. Mercadante começou a sofrer críticas públicas de políticos, que argumentavam que, ao exercer o papel de braço-direito de Dilma na área política, estava relegando a segundo plano suas funções como ministro da Educação.

Por recomendação da própria Dilma, Mercadante passou a ter um relacionamento mais discreto com a chefe, deixando de ir a todas as viagens com ela, como fazia até então, para participar apenas das agendas de sua área. Como um mantra, Mercadante repete que quer ficar na Educação e, dentro do possível, ajudar na campanha da reeleição. Mas que, como bom funcionário, assumirá a missão que lhe for entregue. A ministra da Cultura, Marta Suplicy, é um dos nomes defendidos pelo PT para o lugar de Mercadante.

Com o argumento de que ainda não tem a reforma definida, a presidente Dilma adiantou apenas que Mantega, que tem sido criticado pela condução da economia, não será demitido:

– Eu não tenho a reforma aqui e não pretendo dá-la (...). No que se refere ao ministro Guido, pela vigésima ou trigésima vez, eu reitero que ele está perfeitamente (bem) no lugar onde está.

A substituição de Padilha na Saúde é um dos principais dilemas da presidente. Apesar dos problemas da área, a pasta tem um dos maiores orçamentos da Esplanada e é visada pelos

partidos aliados. O PT não quer abrir mão da pasta. Padilha trabalha por uma solução interna, mas a presidente sofre pressão de partidos governistas que cobçam o ministério, como o PROS, dos irmãos Cid e Ciro Gomes – candidato ao posto.

Esplanada tem três vagas com interinos

No Ministério da Saúde, a bolsa de apostas gira em torno de três nomes: Helvécio Magalhães, secretário de Atenção à Saúde; Jarbas Barbosa, secretário de Vigilância em Saúde; e Mozart Salles, secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Responsável pelo programa Mais Médicos, Mozart é o preferido de Padilha.

Além de Mercadante, a ministra Miriam Belchior (Planejamento) e o secretário-executivo da Previdência, Carlos Eduardo Gabas, também estavam cotados para substituir Gleisi na Casa Civil. O nome de Mercadante era aventado para o posto ou para a coordenação da campanha de Dilma à reeleição. Uma ala do PT defendia a escolha do ministro da Educação para a Casa Civil porque, trabalhando diariamente próximo a Dilma, poderia ajudá-la informalmente na campanha, sem deixar de exercer suas funções no governo.

A presidente tem mais três vagas na Esplanada para preencher: a Integração Nacional, a Secretaria de Portos e a Secretaria de Assuntos Estratégicos, que estão ocupadas por interinos.

Reforma ministerial: Dilma afirma que Mantega ficará

“Sangue, suor e lágrimas, vamos derrotar”

O Globo – 19/12/2013

A presidente Dilma disse que até o carnaval trocará dez ministros que disputarão as eleições, e que Guido Mantega ficará na Fazenda.

Presidente recusa pessimismo na economia e anuncia que vai autorizar terceiro aeroporto em São Paulo

Brasília – Na entrevista anual que concede a jornalistas que cobrem o Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff afirmou que não é permitido a um governo ser pessimista.

Mesmo no caso de Estados em guerra, ela se diz da linha do britânico Winston Churchill, que durante a Segunda Guerra Mundial, inspirou os britânicos com a promessa de “sangue, suor e lágrimas”. Diante de questionamentos sobre desconfianças do mercado e previsões sombrias sobre a economia do país, a presidente enfatizou seu otimismo com o cumprimento das principais metas.

Meta fiscal

“Eu acredito que o Brasil tem tido um excelente desempenho nessa questão do superávit. Se a gente olhar o G-20, que é o grupo das 20 economias mais desenvolvidas, nós vamos ver que apenas seis economias fazem o superávit primário. Estamos entre as melhores. Somos uma economia que tem uma preocupação fiscal forte, que se traduz no esforço do governo federal

e dos entes federados no sentido de garantir um superávit primário mostrando que as contas brasileiras são robustas”.

Inflação

“Os indicadores demonstram uma situação muito melhor do que muita gente esperava. Tinha gente dizendo que nós íamos fechar o ano com inflação de 7%, que as pessoas tinham de se prover de dólares, que haveria uma catástrofe. Não é isso que está se verificando. Tudo indica que ela vai fechar comportada, abaixo do ano passado. Como vocês sabem, previsão é algo que não se faz de um dia para o outro, porque você corre o risco de errar.”

Indexação da economia

“Eu sou contra indexação. Nós superamos problemas herdados do passado. Um deles era a inflação descontrolada. Tem uma que nós temos de sempre olhar e cuidar: a indexação. A indexação talvez seja a memória mais forte do processo inflacionário crônico que nós vivemos ao longo dos anos 80 e 90. Indexação é algo extremamente perigoso. Então, indexar a economia brasileira ao câmbio ou qualquer outra variável externa é uma temeridade”.

Crise Econômica

“A situação do Brasil em 2013 foi de mostrar bastante força diante do agravamento da crise. A recuperação da economia americana é ótima pra nós e para o mundo, porque começa a recuperação da economia global”.

Taxa de crescimento

“Se a gente for comparar taxa de crescimento das economias, nós tivemos um desempenho bem razoável considerando o que acontece no resto do mundo. Esperamos que o mundo tenha uma outra configuração e um outro perfil em 2014. Aquele grande teórico italiano (Antonio Gramsci) dizia: “pessimismo da razão e otimismo da vontade”!

PIB DE 2014

“Eu não faço previsões do PIB e acho que vocês não deviam fazer. Nós temos condições de afirmar que o PIB (2013) vai ficar ali em torno de 2%, 2 e pouco. Este ano, tivemos um desempenho melhor, acima do que tivemos em 2012. Sob todos os aspectos, nos saímos até bem. Eu não vou te dizer qual vai ser o PIB, nem o deste ano, tampouco do ano que vem, porque se eu errar 0,2 na casa deci-l mal, eu pago um pato louco”.

Pessimismo

“Eu acho absolutamente imperdoável um governo pessimista. A não ser algum que está diante da guerra, e, mesmo assim, eu prefiro a linha Chur-chill: “sangue, suor e lágrimas” vamos até o fim, vamos derrotar, porque é assim que se ganha as coisas. No que se refere ao primeiro ano de governo, nós vínhamos de 2010, ninguém estava esperando que a crise fosse se aprofundar.”

Concessões

“Estamos conseguindo fazer as concessões que prometemos. Nós tivemos seis concessões de aeroportos ao longo do meu governo. Fizemos as cinco rodovias viáveis, porque tem rodovia que não é viável... O TCU aprovou a primeira de ferrovias”.

Investimento externo

“No que se refere à desconfiança ou qualquer outro sentimento em relação ao Brasil por parte de investidores internacionais, eu vou dizer uma coisa: o Banco Central acabou de divulgar novos números sobre o investimento estrangeiro direto no Brasil. Até novembro foram US\$ 57,5 bilhões. Estaremos sempre entre os cinco, seis (primeiros). US\$ 57,5 bilhões é algo bastante significativo, e ninguém bota US\$ 57 bilhões onde acha que a situação é muito crítica.”

Leilão de libra

“Acho que há uma tendência de muita gente de olhar sempre o copo meio vazio. E (isso) é complicado, porque uma parte da economia é expectativa. Cada vez que você instila a desconfiança, instila um clima de expectativa muito ruim. Vou dar um exemplo bem concreto: leilão de Libra. Eu passei pelo menos os cinco dias anteriores ao leilão de libra pensando em que mundo estamos, eu e a imprensa. A imprensa dizia que seria uma catástrofe, que viriam os chineses se adonar dos nossos recursos, que não vinha nenhuma empresa internacional, enfim, que seria uma situação caótica. Ora, o leilão mostrou um dos consórcios mais fortes do mundo.”

GENOINO RENUNCIA A MANDATO PARA FUGIR DE CASSAÇÃO

A CARTA NA MANGA DE GENOINO

O Globo – 04/12/2013

Deputado renuncia para evitar cassação;

Câmara decidirá se aceita aposentadoria por invalidez

BRASÍLIA – Para escapar de um processo de cassação que seria aberto ontem pela Mesa Diretora da Câmara, o deputado condenado no julgamento do mensalão José Genoino (PT-SP) renunciou ao mandato. Condenado a 6 anos e 11 meses de prisão, em regime semiaberto, pelos crimes de corrupção ativa e formação de quadrilha, ele voltou a alegar inocência.

Com o PT isolado na defesa de Genoino na reunião da Mesa, a carta da renúncia foi entregue quando quatro dos sete integrantes do colegiado já tinham votado a favor da abertura do processo de cassação. Dos sete integrantes da Mesa, apenas um é da oposição. Mesmo com a renúncia, Genoino pleiteia a aposentadoria por invalidez, que pediu em setembro, antes da decisão final do STF no julgamento do mensalão.

A questão ainda será analisado pela Diretoria Geral da Câmara em processo administrativo. Se não lhe for concedida a aposentadoria por invalidez, que garante um benefício equivalente ao

subsídio integral do parlamentar (R\$ 26,7mil), Genoino terá garantida, de qualquer forma, sua aposentadoria pelos 26 anos de mandato pelos quais contribuiu, e que hoje é de R\$ 20 mil.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB–RN), sugeriu que Genoino poderá ser atendido, porque o processo administrativo não será interrompido com a renúncia: – Naquela época, em setembro, ele já queria sua aposentadoria por invalidez. A Câmara só vai decidir ao final dos 90 dias de licença que Genoino ainda tem.

Na carta de uma página e meia encaminhada à Mesa Diretora da Câmara, Genoino diz que é inocente, que não praticou nenhum crime e que sofre humilhação. “A razão de ser da minha vida é a luta por sonhos e causas ao longo dos últimos 45 anos”: disse, na carta, concluindo: “Entre a humilhação e a ilegalidade prefiro o risco da luta e renuncio ao mandato”.

CONSTRANGIMENTOS NA CÂMARA

Ele encaminhou o pedido por meio do irmão e líder do PT na Câmara, José Guimarães (CE), e a carta foi entregue, durante a reunião da Mesa por outro petista, o vice-presidente da Câmara, André Vargas (PR). A carta é assinada por Genoino e pelo advogado Alberto Moreira Rodrigues. Após a reunião da Mesa, o presidente da Câmara disse que foi um dia “difícil e constrangedor”.

À noite, o constrangimento aumentou. José Guimarães subiu à tribuna no plenário para fazer um discurso de desagravo. E relatou o que ouviu do irmão sobre um eventual processo de cassação: – Não suportaria mais esta tortura, me disse ele. Depois do discurso do petista, Henrique Alves ressaltou a atuação de Genoino como parlamentar, mas salientou que agiu com serenidade: – Cumpri rigorosamente o meu dever regimental e constitucional.

É um momento difícil e constrangedor que esta Casa está vivendo. Não é agradável para quem quer que seja. No discurso, o irmão de Genoino disse que ele foi grandioso ao renunciar: – Renunciou talvez até para proteger a bancada do PT. Não iremos permitir que destruam a história do PT. Talvez o gesto dele de renunciar ao mandato seja maior do que o da abertura do processo de cassação. Quem sabe algum dia a história será reescrita e esse Parlamento possa devolver a ele seu direito político.

O único pecado que cometeu foi ser presidente do PT. Esse plenário deve muito a alguns parlamentares, um deles é Genoino. o discurso de Guimarães gerou críticas de outros parlamentares. Enquanto ele finalizava, a deputada Liliam Sá (PROS–RJ) disse, aos gritos, que ninguém queria ouvir aquele discurso: – o Brasil não quer ouvir isso não, deputado.

A reunião da Mesa da Câmara começou tensa e com atraso. O PT queria que a direção da Casa suspendesse a análise do caso até fevereiro, quando terminava a licença médica de Genoino. Eleito pela primeira vez deputado em 1983 e no exercício do sétimo mandato na Câmara, Genoino passou por uma cirurgia em 24 de julho e, em setembro, teve a licença prorrogada por 120 dias. Antes de ir para a reunião, Henrique Alves disse a líderes partidários que a maioria da Mesa votaria pela abertura do processo de cassação.

Quando a votação do pedido já estava 4 a 2, André Vargas apresentou a carta. Tinham votado a favor da abertura do processo os deputados Fábio Faria (PSD–RN), Simão Sessim (PP–RJ), Márcio Bittar (PSDB–AC) e Henrique Alves. Os dois petistas da Mesa, Vargas e Antonio Carlos Biffi (PT–MS), ficaram contra.

O sétimo integrante da Mesa, Maurício Quintela (PR–AL), votaria pela abertura do processo de cassação, mas só o fez depois que a renúncia foi apresentada. A carta foi lida em plenário

logo depois da reunião e será publicada no Diário Oficial de hoje. Desde setembro, o deputado Renato Simões (PT–SP) está na vaga aberta com a licença médica de Genoino, mas não será efetivado como titular da vaga, que deverá ficar com a também petista Iara Bernades, outra suplente.

Simões contou que recebeu um telefonema de Genoino, que o agradeceu e disse que eles vão se ver, no momento oportuno. Ainda em sua carta, Genoino disse que renuncia “após mais de 25 anos dedicados à Câmara, e com uma história de mais de 45 anos de luta em prol da defesa intransigente do Brasil, da democracia e do povo brasileiro”.

Volta a falar em inocência e que nunca obteve vantagens financeiras: “Considerando que não pratiquei nenhum crime, não dei azo a quaisquer condutas, em toda minha vida pública ou privada que tivesse o condão de atentar contra a ética e o decoro parlamentar; considerando que sou inocente, que sempre lutei por ideais e jamais acumulei patrimônio ou riqueza, aí concluí pela renúncia”.

Genoino exerceu mandatos na Câmara entre 1983 e 2002, quando disputou o governo de São Paulo e perdeu. Conseguiu se eleger novamente em 2006, um ano depois do escândalo do mensalão. Em 2010, ficou como suplente, e só voltou no início de 2013, de novo como suplente.

Sociedade

As vítimas da repressão

Le Monde Diplomatique Brasil

Por Silvio Caccia Bava

O momento é propício para atender ao clamor que surgiu das manifestações de junho e que continua a se expressar de maneira pulverizada todos os dias nas principais cidades do país.

Foi o clamor contra a violência da polícia militar praticada contra as manifestações, criminalizando as manifestações, que trouxe para as ruas a solidariedade de milhões ao movimento do passe livre. Esse momento evidenciou que o policiamento da cidade não pode ser feito por militares. Eles têm uma formação para identificar o inimigo e destruí-lo. Cidadãos e cidadãs se manifestando em defesa de seus direitos, na sua cidade, não podem ser tratados assim.

Por toda parte aconteceu o mesmo comportamento da polícia militar. Não foi só em São Paulo ou no Rio de Janeiro. O Exército tem a nobre função de proteger o país, não de reprimir seus cidadãos. A unificação das polícias, sua desvinculação do Exército, a criação de uma carreira e a melhora da remuneração, da formação e das condições de trabalho de seus integrantes serão um avanço enorme para a democracia, o respeito aos direitos humanos, para a própria polícia, e para a segurança pública. Essas propostas estão na PEC 51, um projeto de emenda constitucional apresentado pelo senador Lindbergh Farias (PT – RJ) que tramita no Congresso. Sua aprovação será um importante sinal de que o Congresso está ouvindo o clamor das ruas. O estado de guerra, com execuções sumárias por parte da polícia militar de traficantes, bandidos,

suspeitos, jovens negros, pobres, tem de acabar. Os governos de estados, que têm a polícia sob sua responsabilidade, devem à população a garantia da paz, precisam desfazer-se das heranças da ditadura e de suas políticas de repressão.

A política do terror, amplamente potenciada pela mídia; a militarização da gestão pública; a ocupação de territórios e a imposição da lei marcial, toque de recolher, proibição de atividades civis como os bailes funk, o controle militar de entradas e saídas das favelas; a prisão arbitrária de dezenas de milhares de “suspeitos” que ficam anos nas cadeias sem acusações, sem processos, presos “para averiguação”; tudo isso faz parte de uma estratégia que visa submeter pelo medo a sociedade e impedir que ela se articule e se revolte contra a espoliação de que é vítima. Espoliação pela privação de políticas sociais, serviços e equipamentos públicos indispensáveis para a vida nas cidades.

O problema é que o medo se instalou na população. A violência se banalizou, tornou-se cotidiana. Cerca de 140 pessoas são assassinadas todo dia no Brasil. Em maio e junho de 2006 a polícia militar assassinou 993 pessoas na periferia de São Paulo como represália aos ataques do PCC. E grande parte dos cidadãos e cidadãs aceita ser privada de seus direitos em nome da luta contra o crime.

Essa aceitação é o mal maior. É ela que sustenta a liberdade de ação do Estado nessa dimensão criminosa. Ela é fruto da contínua campanha da mídia conservadora para produzir o medo na população. Ela produz a servidão voluntária, um estado de alienação de liberdade e de direitos que se naturaliza pela repetição cotidiana.

Os movimentos de junho foram uma escola. Ensina pacificamente que o protagonismo da cidadania supera esse estado de servidão voluntária e apatia, e pode reverter políticas de governo como os aumentos de tarifas de transporte, canceladas em muitas cidades brasileiras pela pressão das manifestações.

Para superar o estado de guerra em que nos encontramos – os assassinatos aqui são mais numerosos que as baixas da guerra do Iraque no seu momento mais agudo – é preciso enfrentar muitos problemas, dentre os quais a desigualdade social é o principal, um problema crônico e que se agudiza, a verdadeira razão da violência, e que precisa ganhar espaço na agenda dos debates públicos. Novamente os movimentos de junho e os que se seguiram apontam o caminho para combater a desigualdade com medidas concretas: a proposta da catraca livre, da tarifa zero, propõe que políticas e serviços públicos deixem de ser cobrados, tornem-se bens públicos comuns, pagos não pelo usuário, mas pelos impostos de todos.

Outras medidas, com efeito de curto prazo, poderão trazer resultados muito significativos. A unificação das polícias nos termos da PEC 51 é uma delas. Os recentes acontecimentos em São Paulo, onde um coronel da PM foi agredido pelos black blocs, geraram uma disposição de retaliação por parte da PM que trará graves consequências para a segurança pública e para a democracia. Os black blocs são um problema, mas precisamos encontrar outras formas de enfrentar a revolta social. Revidar violência com violência nos leva a um estado de guerra que não interessa à sociedade, só faz militarizar a questão social, e suas maiores vítimas são a democracia e a Constituição.

Decifrando os rolezinhos

Autor(es): Denis Lerrer Rosenfield



O Globo – 27/01/2014

A questão dos rolezinhos não deixa de suscitar indagações, com diferentes atores políticos adotando posições segundo as suas próprias conveniências, como se se tratasse de um enigma de difícil decifração. Assim ocorre porque, no Brasil, tudo aquilo que foge do controle governamental ou coloca uma pequena dissidência em relação ao PT ou à mentalidade de esquerda reinante termina se apresentando como um “enigma”.

Nas jornadas de junho, foi mais fácil distinguir três momentos: a) primeiro, o das manifestações em sua irrupção, caracterizadas pela autonomia e espontaneidade, configurando uma expressão legítima da sociedade dizendo não às péssimas condições de mobilidade urbana, de saúde e educação. Ressaltava-se uma reação da sociedade, dizendo basta à corrupção e à malversação de recursos públicos; b) segundo, a instrumentalização desses grupos pelos movimentos sociais organizados, a saber, pelo MST e organizações afins, pela CUT e pelo PT, procurando apropriar-se deste movimento; c) a irrupção da violência, mais conhecida como ação dos black blocs, caracterizada pela ação radical de grupos de extrema-esquerda, tentando se apresentar como os verdadeiros protagonistas.

A especificidade dos rolezinhos consiste em que os momentos “a” e “b” ocorreram quase simultaneamente, enquanto o momento “c” se encontra em gestação, podendo ou não surgir segundo o desenrolar dos acontecimentos. O momento “a” se caracterizaria pela participação, digamos, espontânea de jovens dos subúrbios, tentando “ocupar” os shopping centers, como se estes fossem lugares públicos equivalentes a ruas e praças. Ocorre que essas manifestações foram praticamente simultâneas às dos movimentos sociais organizados, como o dos sem teto, que é um braço urbano do MST, e por diferentes grupos de extrema-esquerda. Houve, por assim dizer, uma confluência entre esses dois processos, fazendo com que coincidissem.

Note-se que, nas jornadas de junho, os jovens se manifestaram nas ruas, que é o local mais adequado para esse tipo de mobilização. Não houve, em seu primeiro momento, nenhuma conotação anticapitalista, mas sim, pelo contrário, uma indignação apartidária em relação aos governos federal, estaduais e municipais, pela péssima qualidade dos serviços públicos. Ademais, havia uma clara insatisfação em relação aos partidos políticos e movimentos sociais organizados.

Agora, há uma diferença essencial. As manifestações estão sendo feitas em shopping centers, que são locais privados, empresariais. Isto é, os manifestantes, mesmo os genuínos rolezinhos, apesar de gostarem de roupas de grife, já se dirigem a estabelecimentos privados, apagando a distinção entre o público e o privado. De um lado, identificam-se com a economia de mercado e o consumo, procurando ter mais de seus produtos; são pró-capitalistas nesta perspectiva. De outro lado, não respeitam a propriedade privada.

Neste sentido, eles se tornam uma massa de manobra de alto potencial de manipulação, pois são mais facilmente dirigidos contra um “símbolo” do capitalismo e do consumo, como que é o caso dos shopping centers. Observe-se que os representantes da esquerda governamental logo fizeram declarações contra a “discriminação racial”, a favor dos “excluídos” que não seriam tolerados pelas “elites”, contra os “conservadores” e assim por diante. Eles procuraram imediatamente se colocar junto aos “rolezinhos” visando a cooptá-los e, na verdade, a arregimentá-los às suas hostes. Estaria em curso um processo de apropriação dos rolezinhos na perspectiva dos movimentos sociais organizados, estilo sem-teto/MST, CUT, UNE e outros congêneres.

O que está hoje em foco é toda uma campanha de formação da opinião pública de parte desses grupos mais à esquerda, visando a criar uma mentalidade contrária aos shopping centers, que sirva de base às ações de ocupação/invasão. É como se os shoppings se colocassem de forma contrária à liberdade constitucional de ir e vir. Vejamos os termos desta falácia:

– Corredores de shoppings não podem ser equiparados a ruas ou praças, os primeiros sendo locais que pertencem a empresas, enquanto os segundos são locais públicos. Não se pode confundir um local com acesso público com um local público.

– Se os corredores de shoppings são “ocupados” por correrias e grupos de centenas ou milhares de pessoas correndo de um lugar para outro, os frequentadores habituais desses estabelecimentos privados não possuem mais nenhuma liberdade de ir e vir.

– Corredores de shoppings não são pensados como locais para manifestações públicas, estando voltados para sua atividade fim, que é comercial. Não se pode a eles aplicar a lógica das ruas e praças que obedecem, isto sim, a outras finalidades.

– Mesmo no caso de ruas, por exemplo, o Poder Público não permite que elas sejam aleatoriamente “ocupadas” por centenas e milhares de manifestantes, precisamente por impedirem a liberdade de ir e vir de outros cidadãos. Se isto não vale nem para as ruas, por que valeria para os shoppings?

– Os tumultos ocasionados por essas manifestações em shoppings, além de desrespeitarem a liberdade de ir e vir dos frequentadores habituais de shoppings, podem suscitar medo em pessoas que lá passeiam com crianças. O mesmo ocorre com idosos, que podem se sentir ameaçados por jovens que correm de um lugar para outro.

Há uma questão da maior relevância, relativa à construção e arquitetura dos shoppings, planejados para serem visitados por um número médio determinado de pessoas, segundo um desenho específico. Não são pensados para abrigarem manifestações públicas. A sua arquitetura não permite uma invasão de milhares de pessoas para correrem em seus interiores, cantando e criando tumulto. Para este efeito, não importa que sejam jovens, idosos, brancos, negros, homens ou mulheres. Não há aqui nenhuma questão de discriminação, mas tão somente de quantidade e de forma de manifestação.

Cuidado com a ótica ideológica, ela pode obliterar a visão!

Especialistas rejeitam “cartilha antiprotesto”

Correio Braziliense – 24/01/2014

A portaria que o Ministério da Justiça (MJ) vai publicar para regulamentar o uso das tropas de choque durante manifestações populares é vista por especialistas em segurança pública como desnecessária e até mesmo prejudicial em algumas situações. Segundo estudiosos ouvidos pelo Correio, as normas contidas na proposta apenas repetem o que as forças policiais já sabem e são treinadas para fazer. “A cartilha serve apenas para o governo brasileiro dar uma satisfação à comunidade internacional, mostrando que está preocupado em enfrentar os distúrbios nas ruas (para a Copa do Mundo, por exemplo)”, avalia o cientista político com estudos na área de segurança pública Antônio Flávio Testa.

Na edição de ontem, o Correio mostrou os principais pontos do documento, elaborado pelo Conselho Nacional de Comandantes Gerais de Polícias Militares (CNCG) e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do MJ. A proposta de minuta detalha o uso de armas não letais, a organização de centros de controle e até mesmo equipamentos que devem ser disponibilizados aos policiais.

Depois da publicação da minuta, a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp) informou, em nota, que ainda estão sendo realizados estudos para a padronização do trabalho operacional das instituições policiais. “Tal iniciativa, ainda em elaboração, não tem como objetivo nem diretriz coibir legítimas manifestações e protestos de rua”, ressaltou.

“Falácia”

Para o ex-superintendente da Polícia Federal em Brasília Daniel Sampaio, as autoridades estão “assustadas” com os protestos que ocorreram durante a Copa das Confederações, mas erram ao preparar um documento com essas diretrizes. “Elas estão preocupadas com as normas de repressão a esses movimentos, mas esse documento é, na realidade, uma falácia. Não se pode engessar o comando, não se pode dizer como a pessoa (polícia) vai atuar. Cada situação se apresenta de maneira diferente, com soluções diferenciadas para cada caso”, defende.

Alvo de abusos em alguns protestos realizados no ano passado, os profissionais da imprensa também ganharam destaque no documento do Ministério da Justiça. A minuta estabelece que, “aos repórteres, fotógrafos e demais profissionais de comunicação, deve ser permitido o livre exercício de suas profissões, sendo vedado qualquer óbice às atuações, desde que as atividades não comprometam a integridade física própria ou de outrem”.

A minuta determina ainda que as tropas de choque só poderão ser utilizadas depois de “esgotadas as tentativas de negociação ou de contenção inicial realizadas pelo policiamento regular”. Armas não letais, já usadas pela polícia em manifestações, como teaser, jatos d’água, bombas de efeito moral, de gás lacrimogêneo e balas de borracha continuam liberadas para utilização da força policial.

Em protestos com grande número de participantes, as forças de segurança deverão estabelecer “Centros de Comando e Controle”, afastados das manifestações. Os locais servirão também para receber manifestantes detidos e oferecer atendimento médico aos feridos. Com a edição da portaria, as polícias poderão passar a fazer a segurança dentro dos estádios de futebol.

Governador do Acre é contra fechar fronteira para evitar os haitianos

O Globo – 17/01/2014

O governador do Acre, Tião Viana (PT), afirmou na tarde desta quinta-feira, ao GLOBO, que é contrário à sugestão de seu secretário de Direitos Humanos, Nilson Mourão, de que a fronteira com o Peru seja fechada temporariamente para evitar entrada de haitianos em Brasiléia (AC). A capacidade da cidade em receber os imigrantes já estourou. Mais de 1.200 haitianos estão na cidade, de 10 mil habitantes. Esses estrangeiros já representam 13% da população. Tião Viana, que está em Brasília, se reuniu com autoridades do governo federal e demonstrou preocupação com o risco de uma tragédia na cidade.

– Pessoalmente acho que o fechamento da fronteira não é saída. É uma medida que não devemos tomar, ainda que dependa do governo federal. Somos um povo francamente solidário e não temos competência (o estado) institucional de tratar desse assunto. Mas ao mesmo tempo queremos ser solidário. Vivemos agora o imponderável. A situação se agravou. Tem 150 crianças e mulheres. Não tem colchão para todos. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) nos dá apoio, mas a alimentação era suficiente para 600 pessoas. E agora aumentou – disse Tião Viana.

O governador afirmou que não há controle da chegada dos haitianos no Peru, por onde passam para chegar até Brasília.

– A situação é muito delicada. A ação dos coiotes – pessoas que intermedeiam a a viagem e cobram por isso – é um problema. E cada um (haitiano) paga três mil dólares. Como está surgindo esse dinheiro?!

Tião Viana demonstrou preocupação com presença de estrangeiros de outras nacionalidades em Brasília.

– Tem pessoas de Bangladesh, de Marrocos, da Nigéria e de outros países. E egressos de países que estão até em conflitos armados. Qual é o perfil desses imigrantes? Não sabemos. Do Haiti nós entendemos. Um país que vive uma crise humanitária, passou por um terremoto e tem 400 mil habitantes abaixo da linha da pobreza. Estamos apreensivos.

Tião Viana se reuniu também o ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general José Elito. Conversaram sobre o risco de situação de violência na cidade. Em Brasília já há homens da Força Nacional de Segurança e que continuarão no Acre.

Em nota, a assessoria do governo do Acre sinalizou que o fechamento de fronteira não é uma ideia defendida pelo governador, mas somente por seu secretário de Justiça e Direitos Humanos, Nilson Mourão. Mourão classificou a situação do abrigo dos haitianos como um “barril de pólvora”.

– Poderá ocorrer uma tragédia sabe Deus de que dimensões. O abrigo virou um barril de pólvora. É doloroso dizer isso mas essa é a realidade. Continuo defendendo o fechamento temporário da fronteira. O governador está ouvindo com atenção e está consciente da gravidade do caso. Cabe a ele a decisão de encaminhar o pedido ao governo federal – disse Mourão.

O secretário disse que as condições das instalações no abrigo é lastimável. Ele afirmou que as mulheres, crianças e idosos serão retirados do abrigo e levados para a capital Rio Branco (AC), distante 220 quilômetros de Brasília.

– Defendo o fechamento da fronteira por uma questão humanitária. São pessoas que já escaparam de uma tragédia e estão correndo sério risco de se envolver em outra. Infelizmente perdemos totalmente o controle.

Gilberto Carvalho critica repressão policial e postura de empresários aos

rolezinhos

O Globo – 17/01/2014

Em Pernambuco para o 3º Encontro da Juventude Camponesa, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, defendeu o movimento denominado “rolezinhos” e criticou a repressão policial aos atos e a postura inadequada dos proprietários de lojas e shopping centers. Para o ministro, a ação da polícia tem sido inadequada e coloca “gasolina no fogo”.

– A ação inadequada da polícia acaba colocando gasolina no fogo – disse Carvalho, que defendeu o acesso dos jovens de periferia ao lazer:

– Esses jovens de periferia também têm direito à diversão e lazer. Se trata de mais um desses passos que a sociedade vai dando – disse para logo em seguida criticar também a inadequada postura dos empresários de querer bloquear a entrada desses jovens de periferia nos shopping centers.

– Eu não tenho dúvida que isso está errado. Para mim é, no mínimo, inconstitucional. Qual o critério que você vai selecionar uma pessoa da outra? É a cor, é o tipo de roupa que veste? Tudo isso implica no preconceito, no pré-julgamento de uma pessoa e fere a Constituição e o Instituto da Criança e do Adolescente ao lazer – defendeu Carvalho.

Dilma está atenta aos jovens da periferia, diz ministro

O ministro também pediu cautela no tratamento dado ao movimento e afirmou que a presidente Dilma Rousseff (PT) está atenta ao assunto ligados aos jovens de periferias.

– Não dá para embarcar nessa história de repressão, temos que fazer uma aproximação progressiva e com humildade para tentar entendê-los [os jovens] e procurar manter um diálogo para que os jovens conquistem aquilo que desejam. Se é o lazer o que eles mais desejam, o encontro, vamos trabalhar para que eles tenham esses espaços. Se é direito à igualdade de ir e vir, eles têm esse direito – pontuou Carvalho, fazendo referência ao posicionamento da presidente sobre os rolezinhos.

A proliferação dos rolezinhos em São Paulo pôs em evidência jovens, entre 15 e 20 anos, moradores da periferia paulistana. Todos têm perfis no Facebook, mas quase nunca informam o que fazem, tampouco onde estudam. Costumam tratar esses detalhes com ironia. Dizem que trabalham na empresa VASP (Vagabundos Anônimos Sustentados pelos Pais), ou que são sócios do Neymar. São fãs de funk ostentação, com letras que enaltecem o consumo de luxo. Tênis de grife, bonés e correntes ganham espaço de honra nos álbuns de fotos nas redes sociais.

Além dos shopping centers, o movimento também está sendo realizado em parques. Os eventos são marcados para os finais de semana. Um dos rolezinhos marcados para um parque de São Paulo já tem mais de 1.800 pessoas confirmadas. Outro “rolê”, agendado para o aniversário da cidade, em 25 de janeiro, já contava, até esta segunda-feira, com 1.050 confirmações.

Na internet, o fato de os shopping centers entrarem na Justiça acabou fomentando as discussões nas redes sociais. No Facebook, há pelo menos 13 rolês marcados até o início de fevereiro em estabelecimentos e parques de São Paulo e da região metropolitana. Também foram agendados eventos que ironizam a situação, como os “rolês” da classe média às favelas.

Acre quer fechar fronteira para evitar excesso de haitianos no Brasil

O Globo – 16/01/2014

O governo do Acre alerta para o alto número de haitianos que estão entrando no país via Brasiléia (Acre). O secretário de Justiça e Direitos Humanos do estado, o ex-deputado federal Nilson Mourão (PT), afirmou que teme a ocorrência de uma tragédia no alojamento dos imigrantes. O espaço tem capacidade para 300 haitianos e hoje é ocupado por 1.200, ou seja, quadruplicou o número de ocupantes. Mourão defende o fechamento da fronteira entre Brasil e Peru no local onde se dá a passagem dos haitianos. O secretário pediu ao governador do Acre, Tião Viana (PT), que faça essa solicitação ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Em janeiro de 2012, o GLOBO revelou o drama dos cerca de 3 mil imigrantes que entraram ilegalmente pelas fronteiras dos estados brasileiros fugindo da pobreza e em busca de trabalho nas principais capitais do país

– A situação se tornou insustentável. Houve um aumento substantivo do número de imigrantes. Em média, chegam 70 deles por dia. O abrigo está sobrecarregado. Estou prevendo uma iminente tragédia, que pode acontecer a essas pessoas. Um incêndio naquele espaço num colchão pode levar a morte de muita gente e destruir o abrigo. As pessoas ficam muito próximas uma das outras. Com tanta gente pode acontecer um estresse e gerar uma briga. E, antes que isso ocorra, é preciso adotar uma atitude emergencial. E a única que tem no momento é o fechamento da fronteira – disse Nilson Mourão.

Ao responder um pedido do governo do Acre para se fechar a fronteira entre o Brasil e o Peru no trecho de passagem dos haitianos, o Ministério da Justiça informou que esta não é uma tradição no país. “O Brasil não possui tradição de no fechamento de fronteiras” – informou o ministério numa nota no final da tarde desta quarta-feira. O governo federal informou que a chegada dos haitianos é controlada pela Polícia Federal e que, em 2013, chegaram ao Brasil 13.669 cidadãos do Haiti.

O secretário afirmou que as empresas brasileiras não estão, nesse momento, contratando os haitianos. Até agora, cerca de 15 mil deles já estão no país e a maioria trabalhando em empresas de São Paulo, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e no Paraná.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, está acompanhando a situação e marcou uma reunião para a próxima segunda-feira – com a Casa Civil e o governo do Acre – para discutir o assunto. Há em curso um plano nacional de integração dos imigrantes, proposto pelo Ministério da Justiça, e que está sob avaliação da Casa Civil desde novembro do ano passado. O ministério confirmou a reunião na segunda-feira para tentar achar uma solução para conter o acesso dos haitianos.

Os haitianos, para chegar no Brasil, passam pelo Equador, Bolívia e chegam à cidade de Iñapari, no Peru, separada de Brasiléia por uma ponte. Mourão afirmou que o governo brasileiro deveria pedir a cooperação dos governos dos outros países para impedir momentaneamente o fluxo dos haitianos.

– Se fechar a fronteira nesse ponto, em Iñapari, eles ficam retidos lá. Ou se fechar entre o Peru o Equador, eles nem iniciam a viagem. O Brasil deveria fazer gestão junto a esses países. Eles passam livremente lá e o destino deles é aqui. A ideia é fechar momentaneamente a fronteira e, depois que a situação se regularizar, liberamos novamente.

O secretário afirmou também que já há problema de alimentação. São servidas diariamente 3.600 refeições e já faltam insumos, como carne e frango, para todos os estrangeiros. Brasília é uma cidade pequena, com apenas 10 mil habitantes.

Aumento dos ‘nem-nem’ chama atenção

O Estado de S. Paulo – 20/12/2013

O aumento no número de pessoas que não trabalhavam nem queriam trabalhar – passou de 16,725 milhões em outubro para 16,851 milhões em novembro, segundo os dados do IBGE – chama a atenção, mas não há uma explicação única para esse fato. “Há migração no contingente de desocupados para a inatividade.

O motivo dessa migração a gente só vai ter quando tivermos os dados de dezembro”, disse Cimar Azeredo, gerente da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE.

O número de pessoas consideradas em desalento – aquelas que desistiram de procurar emprego porque acham que não vão conseguir – dobrou na passagem de outubro para novembro. No entanto, o número ainda é bastante reduzido: em outubro, havia 3 mil pessoas em situação de desalento, enquanto em novembro esse número passou para 6 mil pessoas. “Esse número é tão pequeno, não é significativo”, ressaltou Azeredo. Em novembro de 2012, os desalentados somavam 10 mil indivíduos. “O número de desalentados é volátil demais”, alertou o pesquisador.

A questão indígena virou caso de polícia”

Correio Braziliense – 06/01/2014

Entrevista – Marcos Terena

O líder Marcos Terena falou ao Correio sobre a situação dos índios no país. Para ele, a Funai está acéfala, e o governo é despreparado ao lidar com os conflitos

O Planalto prepara mudanças nas regras para a demarcação de terras indígenas; no Congresso Nacional, os ruralistas querem retirar do Executivo essa prerrogativa. Enquanto isso, os conflitos se intensificam, o mais recente em Humaitá (AM), a 675km de Manaus, onde fica a reserva tenharim. Um índio foi morto, três moradores estão desaparecidos e a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) foi incendiada. Tudo por causa de um pedágio cobrado pelos índios na rodovia que corta a reserva.

Ao Correio, o líder indígena Marcos Terena faz duras críticas ao governo: “O governo não sabe o que está acontecendo, só toma conhecimento depois que explode o conflito”. Segundo ele, a Funai está acéfala, virou obsoleta e não há interlocutores preparados para lidar com conflitos. “Em Humaitá, quem é o negociador? O ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo) mandou a polícia. A questão indígena virou caso de polícia! É a política que o Chile adotou contra os índios mapuche. O governo brasileiro está usando a mesma metodologia.”

Terena concedeu a entrevista por telefone, da aldeia Terena de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul, onde nasceu há quase 60 anos. Entrou na Funai como piloto. Foi fundador da União

das Nações Indígenas. Na Eco-92, organizou a Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento. É o idealizador dos Jogos dos Povos Indígenas e do Festival das Tradições Indígenas.

O que está havendo com os índios?

A gente precisa analisar a questão por três ângulos: um é o do colonizador clássico, que é conservador e continua retrógrado em relação ao índio do novo milênio; outro, é a visão assistencialista e paternalista do governo brasileiro, que também é conservadora; o terceiro, é a dinâmica natural e progressiva dos povos indígenas, que é quase invisível. Diante das circunstâncias do ser humano, o índio tem transformado as invasões culturais e econômicas – como hidrovias, hidrelétricas, novas cidades e etc. –, que representariam uma catástrofe étnica, em nova perspectiva de luta e sobrevivência. Esse processo está sendo digerido pelos líderes tradicionais, que chamamos de autoridades, e que o sistema colonizador transformou na figura caricata de caciques. São pessoas que muitas vezes nem falam português, vivem na selva, preservam a cultura e estão muito atentas a esse processo.

O que significa a expressão “índio do novo milênio”?

Está nascendo a figura do chamado “índio-doutor”, a nova geração de líderes indígenas, homens e mulheres, que vão à universidade, fazem mestrado e até mesmo doutorado. Ela gerará em cinco anos a autonomia dos povos indígenas. Teremos os índios tribais juntando força com os índios-doutores. Isso começou em Brasília, nos anos 1980. Uma geração e meia depois, estamos próximos de fazer isso acontecer.

Você se considera um líder indígena tradicional ou um “índio-doutor”?

Eu era um dos líderes dos povos indígenas quando cheguei a Brasília nos anos 1980. A minha função é pensar e montar estratégias do movimento, a partir do conceito: ‘eu posso ser o que você é sem deixar de ser quem sou’.

Mas esse índio-doutor não pode ser cooptado pelo modo de vida do branco?

O grande cuidado das autoridades tradicionais é que esse “índio-doutor” não se transforme em um veículo da agressão aos direitos indígenas por meio da cooptação. É por isso que a gente promove eventos como os Jogos dos Povos Indígenas. É preciso que o jovem índio aprenda a cultura do seu povo. Ao contrário do sistema academicista, que cobra resultados, ele tem tempo para aprender com o seu próprio modo de vida. Nós estamos conseguindo fazer isso, embora tenhamos alguns casos de jovens que falam muito bem nos seminários, mas não conversam com os caciques para receber conselhos.

Qual a razão da intensificação dos conflitos com os produtores rurais?

Ele é resultado de um dos itens dos três pontos que citei: o assistencialismo e o paternalismo do governo, a falta de uma política indigenista. Não basta colocar a Funai em um prédio bonito. A Funai é o único órgão do governo responsável por 15% do território brasileiro. Nessa área, são faladas 220 línguas, em 330 sociedades distintas. Nenhum povo é igual a outro. O atual governo não vê isso, só enxerga a capacidade hidrelétrica dos rios, a quantidade de ouro que pode tirar. Não vê o ser humano. Mas, em cinco anos, teremos condições de debater essa situação de igual para igual, inclusive com a elite econômica.

Como você explica a situação em Humaitá?

É o resultado de um quebra galho econômico. Você faz uma estrada na terra dos índios, eles cobram uma taxa: um carro, R\$ 20; um caminhão, R\$ 50 – alguém falou isso para os caciques. Como as pessoas dependem da estrada, começaram a pagar. É uma situação que provoca revolta dos usuários desse benefício do governo, que é para todos. A mesma coisa acontece com a Estrada de Ferro Carajás, que corta o Maranhão e o Pará. É um acordo de contrapartida. A moeda indígena é outra.

Esse índio do novo milênio será um agente da nova economia verde ou um sobrevivente do extrativismo da velha economia?

Eu acredito que há uma evolução do mundo. Os indígenas brasileiros participam das negociações do Banco Mundial. A gente percebe uma preocupação com uma nova ordem. A Organização das Nações Unidas, na última Rio+20, propôs a chamada economia verde. E adotou um termo que ninguém sabe bem o que é, só os índios: sustentabilidade. O agronegócio, por exemplo, adota o termo, mas continua fazendo a monocultura de sempre.

Qual o papel da Funai nessa discussão?

Esse debate está chegando: 15% do território brasileiro são terras indígenas. Neles, estão concentrados grandes recursos econômicos do ponto de vista biológico e mineral. Nós sabemos disso, mas com quem vamos debater? Infelizmente, a Funai não se atualizou para esse debate, não se preparou. Por exemplo, lá em Humaitá, quem é o negociador? O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, mandou a polícia. A questão indígena virou caso de polícia!

Cadê os nossos indigenistas?

Não existem mais caras como os irmãos Villas-Boas, o Sydney Possuelo e o Apoena Meirelles. Nos últimos cinco anos, a Funai extinguiu os antigos postos indígenas. Se houvesse um lá em Humaitá, não teria ocorrido isso. Teríamos um funcionário da Funai morando na aldeia, falando a língua dos índios, treinado para lidar com aquelas pessoas. A Funai do PT acabou com isso. Há um vácuo que pega o governo toda hora de surpresa. O governo não sabe o que está acontecendo, só toma conhecimento depois que explode o conflito.

O que está acontecendo no Xingu?

Os índios de lá também estão vivendo uma nova fase. Nos Jogos Indígenas, velhos caciques estavam preocupados com o comportamento dos jovens no huka-huka, que é uma luta tradicional e faz parte do ritual do Quarup. É a única luta que não tem juiz, é um cerimonial. Os jovens estão a transformando em briga. Outra coisa ainda mais grave: estão aprendendo a tomar vitaminas para ficar mais fortes. Isso não acontecia antes porque a força física dos xinguanos era natural. Os jovens estão saindo da aldeia para trabalhar nas fazendas, querem dinheiro para comprar celulares e até mudaram o corte de cabelo.

Isso é uma forma de aculturação?

É o que a gente chama de relação intercultural. O velho Aritana, que é o grande símbolo do Xingu, me contou que as ONGs levaram a internet para lá, mas não têm compromisso com a cultura indígena. Esse novo indiozinho vai querer o celular, vai querer a internet. Em um primeiro momento, isso tem até impacto negativo, mas acredito que acabará sendo útil à preservação da cultura. Quando houve o debate na ONU sobre acesso ao novo conhecimento, dissemos que não deveríamos ser considerados um novo mercado, mas isso é inevitável. Darcy Ribeiro escreveu que os índios estavam sofrendo uma “fricção interétnica”, que os levaria ao

desaparecimento. Mas isso não aconteceu, o índio está usando essa fricção para encontrar novos mecanismos de resistência.

Os conflitos com produtores são uma forma de fricção violenta?

Já voei muito por Humaitá antes de a Funai destruir sua aviação para terceirizar os serviços e alugar taxi-aéreo. O conflito de lá é parecido com o dos guaranis-caiovas de Mato Grosso do Sul e o dos terena de Aquidauana. Aqui, havia uma fazenda dentro da aldeia, os fazendeiros foram expulsos e levaram suas coisas, pacificamente, mas a Funai não demarcou a terra por causa de pressões políticas. Quando é que vamos ter um índio na presidência da Funai? Quando vamos ter nossos representantes no Congresso? Quando chegaremos ao poder? Como índios, temos que guardar essas informações tribais para fazer um pedaço desse caminho.

Como assim?

Temos que provocar um debate político com os candidatos à Presidência. Vamos debater com todos. No meio indígena, não existe ideologia de branco, esquerda e direita, existe governo e índios. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos mostrou isso. Ele era o maior companheiro do índio, mas virou presidente e desestruturou a Funai. Quem é que o governo põe para resolver os conflitos? Põe a Força Nacional, que já tem até um departamento de questões indígenas. Quem é que está treinando esses policiais? É preciso abrir esse debate. É no campo das ideias, que queremos debater essas questões.

Expectativa de vida sobe e aposentadorias perdem valor

Com revisão de expectativa de vida, aposentadoria cai

O Estado de S. Paulo – 03/12/2013

Pesquisa do IBGE mostra que a expectativa de vida do brasileiro subiu de 74,08 anos em 2011 para 74,6 anos em 2012. Como o dado é utilizado no cálculo do fator previdenciário, uma das consequências do aumento da longevidade é a queda do valor das aposentadorias. As mulheres terão redução maior nos rendimentos calculados sob o novo fator previdenciário, em vigor desde ontem. A diferença no benefício deve superar R\$ 200.

Os brasileiros estão vivendo mais e, conseqüentemente, as aposentadorias estão minguando. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou ontem os resultados de 2012 das Tábuas Completas de Mortalidade, usadas pelo Ministério da Previdência Social como um dos parâmetros para determinar o fator previdenciário nas aposentadorias pelo INSS. Quando a expectativa de vida aumenta, também eleva o desconto do fator previdenciário. A esperança de vida ao nascer no Brasil subiu de 74,08 anos em 2011 para 74,6 anos em 2012.

As mulheres terão uma redução maior nas aposentadorias calculadas sob o novo fator previdenciário, em vigor a partir de ontem. A diferença no benefício delas deve superar R\$ 200,00, segundo cálculos do advogado Sérgio Henrique Salvador, especialista em Direito Previdenciário e professor do Instituto Brasileiro de Estudos Previdenciários (IBEP).

Uma mulher com 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, com salário teto do INSS de R\$ 4.159,00, que entrasse com pedido de aposentadoria até sexta-feira passada, dia 29 de novembro, receberia R\$ 2.495,40 pela tabela anterior, que levava em consideração a esperança

de vida calculada em 2011. Se essa mesma mulher entrasse com pedido de aposentadoria ontem, quando já valia a nova tabela, que considera os resultados das Tábuas de Mortalidade 2012, ela receberia R\$ 2.287,45, 208,00 a menos.

“Como não poderia deixar de ser, o fator previdenciário, fortemente influenciado pela expectativa de vida publicada pelo IBGE, continua sendo drasticamente prejudicial para a mulher”, afirmou Salvador.

No caso de um homem com j 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, com salário teto do INSS (R\$4.159,00), o benefício seria de R\$ 3.618,33 para pedi; dos de aposentadoria até a sexta-feira passada. A partir de ontem, resultaria num benefício mensal de R\$ 3.535,15, uma diferença de R\$ 83,18.

“No exemplo acima, há uma grande distorção se comparado com o homem”, disse o professor. “Para as mulheres, a incidência do fator previdenciário é muito agressiva, tendo em vista que a mulher possui uma expectativa de sobrevida maior que a do homem, logo, se pede a aposentadoria precocemente, a perda financeira é significativa”, acrescentou.

Longevidade» A esperança de vida ao nascer dos homens brasileiros aumentou de 70,6 anos em 2011 para 71,0 anos em 2012, o equivalente a 4 meses e 10 dias a mais. As mulheres tiveram aumento ainda maior, de 77,7 anos em 2011 para 78,3 anos em 2012, um acréscimo de 6 meses e 25 dias.

Segundo o IBGE, o aumento contínuo na longevidade do brasileiro é causado pelo avanço em uma série de indicadores. “A gente supõe que haja continuidade na melhoria das condições sanitárias, aumento na escolaridade, aumento da renda e ampliação do alcance de programas de acesso à saúde pública. Os próprios registros administrativos confirmam isso. Então a tendência é que essa mortalidade diminua em todas as idades”, disse Fernando Albuquerque, pesquisador da Coordenação de População e Indicadores Sociais do IBGE.

O advogado Salvador lembrou que os exemplos de pedidos de benefícios citados acima tomaram por base uma idade média que dê direito à aposentadoria por tempo de contribuição, onde a incidência do fator previdenciário é de ocorrência obrigatória, ao contrário da aposentadoria por idade, em que o fator só pode ser usado se beneficiar o trabalhador.

“Com o passar dos anos, fica mais nítido que uma aposentadoria precoce com relação à idade implica em grande perda financeira quando do recebimento do benefício”, avaliou o advogado especialista em Direito Previdenciário.

Segurança

DILMA LANÇA MANUAL DE REPRESSÃO PADRÃO FIFA

Autor(es): ANDRÉ SHALDERS

Correio Braziliense – 23/01/2014

Manual de conduta, elaborado pelo Ministério da Justiça, para a tropa de choque se orientar durante protestos nas ruas é visto com cautela por especialistas. Para ex-secretário, planejamento é mais importante que papel

O Ministério da Justiça divulgará uma portaria regulamentando o uso das tropas de choque durante protestos e manifestações de rua. O documento, elaborado pelo Conselho Nacional de Comandantes Gerais de Polícias Militares (CNCG) e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, detalha o uso de armas não letais, a organização de centros de controle e até mesmo equipamentos que devem ser disponibilizados aos policiais. Para o coronel reformado da PM paulista e ex-titular da Senasp José Vicente da Silva, a norma só surtirá efeito se for acompanhada de um planejamento e de um reforço na formação dos agentes.

“A norma é positiva, especialmente por ter sido elaborada por pessoas experientes. Mas ela, por si só, não trará os efeitos desejados, se não vier acompanhada de um planejamento mais minucioso e de uma formação mais aprimorada dos quadros da polícia”, destaca o especialista. Para o presidente do CNCG, o coronel da PM de Mato Grosso do Sul, Carlos Alberto David dos Santos, a edição da portaria é parte de um esforço de aprendizado. “Manifestações como as de junho são um fato novo. Quem disser que sabe exatamente como lidar com elas estará mentindo. Estamos todos aprendendo”, acredita.

Para o ex-superintendente da Polícia Federal em Brasília Daniel Sampaio, a norma pode limitar a eficácia das polícias ao quebrar o elemento-surpresa durante as operações. “A pessoa que chega a comandar uma operação deste tipo já recebeu um grande investimento do Estado em treinamento e tem discernimento para dar ordens. Parte da eficácia depende da autonomia de quem está à frente da situação. As normas não tem de engessar o comando”, avalia.

De acordo com o texto, os estados terão 60 dias para adequar-se às regras. A minuta atribui à Secretaria Nacional de Direitos Humanos a responsabilidade de acompanhar a implementação e diz que o cumprimento das regras será levado em conta pela Senasp na hora de repassar dinheiro às forças de segurança dos estados.

Negociação

A minuta estabelece que as tropas de choque só poderão ser utilizadas depois de “esgotadas as tentativas de negociação ou de contenção inicial realizadas pelo policiamento regular”. Em protestos com grande número de participantes, as forças de segurança deverão estabelecer “Centros de Comando e Controle”, afastados das manifestações, e que servirão, inclusive, para receber manifestantes detidos e oferecer atendimento médico aos feridos. Com a edição da portaria, as polícias poderão passar a fazer a segurança dentro dos estádios de futebol.

A atuação da imprensa também está detalhada na norma. Jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas deverão participar de reuniões prévias com os órgãos de segurança, que indicará quais zonas deverão ser evitadas. O documento regula ainda a identificação e os equipamentos de segurança dos policiais das tropas de choque, o tipo de veículo a ser usado nas operações e o uso de ações de inteligência, como agentes infiltrados entre os manifestantes (ver quadro). Fica liberado o uso de armas não letais, tais como bombas de gás lacrimogêneo, tasers e gás de pimenta. “O objetivo é delimitar claramente que tipo de instrumento pode ou não ser usado, até para evitar que as polícias tenham sua atuação contestada depois”, explica o coronel David dos Santos.

Regras para protestos

Confira os principais pontos da portaria interministerial preparada pelo Ministério da Justiça e pelo Conselho Nacional de Comandantes Gerais de Polícias Militares (CNCG).

Busca do diálogo

- As tropas de choque devem ser acionadas somente depois de esgotado o diálogo com os manifestantes.

Centros de Controle

- Em protestos de grande dimensão, a cartilha prevê a criação de “Centros de Comando e Controle”, afastados da concentração.

Violência em estádios

- A recomendação é de que as polícias militares passem a fazer a segurança dos jogos. Imprensa.

- As forças de segurança serão instruídas a realizar reuniões prévias com jornalistas que cobrirão os protestos.

Proteção para policiais

- A portaria estabelece uma série de equipamentos que deverão ser utilizados pelos policiais: capacetes com viseira e proteção para a nuca, escudo, caneleiras, cotoveleiras, colete à prova de balas e cassetete com 90 cm de comprimento.

Armamento não-letal

- Fica liberado o uso de tasers (referidos como “dispositivos eletroincapacitantes”), spray de pimenta, balas de borracha, bombas de efeito moral, jatos de água, entre outros.

Cães e cavalaria

- A portaria destaca que a principal finalidade de uso desses animais é a intimidação dos manifestantes. Para tal, cães e cavalos deverão ser treinados.

Infiltrados

- A proposta prevê a utilização de policiais infiltrados e outras atividades de inteligência.

BRASIL TEM 55% MAIS PRESOS DO QUE A MÉDIA GLOBAL

O Globo – 22/01/2014

A população carcerária no Brasil cresceu, nos últimos dez anos, em ritmo muito mais acelerado do que no resto do mundo: 71,2%, contra 8% da média dos demais países. Os dados foram calculados pelo GLOBO com base em duas listas, compiladas em 2003 e 2013 pelo International Centre for Prison Studies (ICPS), da Universidade de Essex, na Inglaterra. Como resultado da explosão do sistema carcerário, o Brasil hoje mantém na cadeia 55% a mais de presos do que a média internacional, sempre considerando a taxa média por 100 mil habitantes.

Se em 2003 a média mundial era de 164 presos, o Brasil estava abaixo dela: tinha 160. Em 2013, a situação se inverteu. Enquanto a média mundial é 177, a brasileira deu um salto: 274. Em 2003, o Brasil ocupava a 73ª posição no ranking per capita dos países que mais prendem. Subiu 26 posições no relatório de 2013, ocupando hoje o 47º lugar.

Em números absolutos, a população carcerária do Brasil passou de 285 mil para 548 mil nos últimos dez anos, num ritmo muito maior do que o crescimento da população. Isso levou o país da quinta para a quarta posição no ranking mundial, atrás de EUA, China e Rússia. A Índia, que antes ocupava a quarta posição – como manteve seu índice de presos mais ou menos estável ao longo da última década –, caiu para a quinta posição.

– Compilamos o relatório há 15 anos. Mas observamos o Brasil desde 1992. Desde então, a quantidade de presos per capita do país vem crescendo exponencialmente. O relatório de 2013 é com dados de 2012, os únicos disponíveis sobre o Brasil. Estamos ansiosos para ver os números do ano passado – diz Roy Walmsley, coordenador do estudo.

A instituição recolhe com países e organizações internacionais o número absoluto de presos, da forma mais atualizada possível e nos países onde ela é disponibilizada – o que muda ao longo dos anos, devido a guerras e instabilidade política –, e calcula a população carcerária per capita.

Melhor dosagem de prisões

A organização defende que o número de prisões em todo o mundo seja “melhor dosado” porque, salienta Walmsley, nem sempre “prender mais é sinal de mais justiça”. Segundo o coordenador do ICPS, mostrar essa discrepância entre os países tem como objetivo ajudar políticos e especialistas a considerar onde mudanças são necessárias, “dados os custos elevados e a eficácia duvidosa do emprisonamento”.

Marcos Fuchs, diretor-adjunto da Conectas (ONG de direitos humanos), e Eduardo Baker, advogado da Justiça Global, não se surpreendem com essa “explosão da população carcerária no Brasil”.

– O problema do sistema carcerário no Brasil precisa ser encarado com outros olhos. Se a Lei de Execução Penal, de 1984, fosse cumprida, o país já poderia dar um grande passo: pensando em penas mais brandas para certos crimes, em penas alternativas, em trabalho e reeducação de presos. Tragédias como esta do Maranhão são recorrentes na História do Brasil, e o sistema penitenciário está associado a ela – acredita Baker, para quem “não houve vontade política em nível federal e estadual para se resolver o problema”.

Política americana é revisada

Baker considera importante comparar a situação brasileira com a dos EUA. Apesar de ocuparem o primeiro lugar absoluto em todos os rankings de população presidiária, os americanos vêm, de 2008 para cá, promovendo uma série de medidas para reduzir o número de pessoas encarceradas.

– Os EUA viram que aquela política de prender todo mundo não necessariamente reduziu o problema do tráfico de drogas, ou mesmo da violência, da existência de gangues. O índice de mortes sob custódia nos EUA, por exemplo, é bem alto – destaca Fuchs, que reclama da qualidade dos dados sobre o sistema.

Ele afirma, por exemplo, que os EUA não contabilizam adequadamente as mortes na cadeia, sem fazer distinção entre morte violenta e morte natural. No caso do Brasil, Fuchs diz que falta um compilamento eficaz, em nível nacional.

Baker diz ainda que qualquer debate sobre as prisões passaria tanto pela questão das penas em si como pela discussão: “o que realmente constitui um crime?”.

– Os americanos estão numa ampla discussão, por exemplo, sobre a legalização da maconha, o que não acontece no Brasil. Ainda temos uma sociedade muito conservadora nesse sentido – avalia.

Os dois especialistas destacam os baixos índices de presos per capita nos países europeus, que se reduziram ou se mantiveram estável ao longo dos anos. A Alemanha, por exemplo, que tinha 98 presos por 100 mil habitantes em 2003, hoje tem 79.

Diretor-presidente da Reviver, empresa que administra nove presídios no país, Odair Conceição afirma que o maior agravante da crise no sistema é o alto índice de reincidência: 70% dos presos, após libertados, voltam para a cadeia. Conceição diz ter conseguido reduzir a reincidência para 10% em suas unidades, conciliando tratamento humanitário, estrutura adequada e medidas como educação, trabalho e reinserção:

– Cada estado brasileiro tem sua “Pedrinhas” (o presídio do Maranhão). O governante e o Judiciário precisam fazer a sua parte. Cerca de 40% da população carcerária ainda não foram julgados.

Justiça chancela crise no sistema

A conselheira e ex-presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) Marina Dias avalia que o Judiciário brasileiro acaba chancelando a situação de falência dos presídios do país ao não propor penas alternativas à de restritiva de liberdade, ao permitir que pessoas fiquem presas esperando julgamento e ao não acompanhar da maneira correta as condições das cadeias. A advogada afirma que a Lei de Execuções Penais prevê que promotores, defensores públicos e juízes visitem regularmente as penitenciárias.

– Será que isso está sendo cumprido? Será que, se estivesse, a situação estaria assim? – questiona.

Segundo Marina, levantamento do Ministério da Justiça em 2009 revelou que 80% da população presa não conseguem pagar advogado e dependem de Justiça pública.

– Mas o normal no país é que o defensor público só tenha contato com o preso no dia da primeira audiência – critica Marina.

Na opinião dela, para acabar com a tortura nas cadeias, é preciso aprovar projeto de lei que prevê a criação da audiência de custódia, que existe em outros países e pela qual os presos têm que ter o primeiro contato com o juiz até 48 horas depois de sua detenção. Com isso, pode denunciar torturas e ter acesso rápido à Justiça.

Para Marina, há um ciclo vicioso que faz o egresso da cadeia, que não consegue se reinserir na sociedade, retornar à prisão.

VERBA DA SEGURANÇA NÃO É APROVEITADA E UNIÃO RECEBE DE VOLTA

R\$ 135 MILHÕES

O Globo – 13/01/2014

Apesar dos altos índices de homicídios no país e de a violência ser apontada como um dos principais problemas pela população brasileira, estados, municípios e ONGs não conseguem gastar toda a verba federal que recebem para a área de Segurança Pública. Números da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça, mostram que, nos últimos três anos, o governo federal recebeu de volta R\$ 135,35 milhões que havia repassado a estados, municípios e ONGs por meio de convênios. Hoje, uma comissão de senadores visitará o presídio de Pedrinhas, no Maranhão, onde 59 presos foram decapitados só em 2013.

Segundo a Senasp, as devoluções têm três motivos. Dois indicam mau uso da verba: ou houve irregularidades no projeto ou ele simplesmente não foi executado. O terceiro, ao contrário, aponta bom aproveitamento do dinheiro: o projeto foi executado gastando menos do que o previsto.

De acordo com a secretaria, não é possível separar quanto estados, municípios e ONGs devolveram por terem enfrentado problemas na execução dos convênios e quanto por terem conseguido economizar. Mas foi em tom de reclamação que a titular, a secretária Regina Miki, disse que todos os estados vêm devolvendo parte da verba nos últimos anos. Em outubro, numa palestra, ela lembrou que o governo federal depende de ações de governos estaduais e municipais para conseguir efetivar as políticas na área de Segurança.

São Paulo foi onde governo, municípios e ONGs mais devolveram recursos nos últimos três anos: R\$ 23,3 milhões. Em seguida, vêm Rio Grande do Norte (R\$ 12,08 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 7,9 milhões), Pernambuco (R\$ 7,71 milhões), Rio (R\$ 7,71 milhões), Paraná (R\$ 7,68 milhões) e Amazonas (R\$ 7,52 milhões).

No Rio, foram devolvidos R\$ 3,1 milhões em 2011, R\$ 461,9 mil em 2012 e R\$ 4,14 milhões em 2013.

Segundo o Ministério da Justiça, os R\$ 135,35 milhões devolvidos se referem a todos os convênios na área de Segurança, o que abrange o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas), o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e outros. Isso inclui, ainda, parcerias firmadas em anos anteriores, mas cujos recursos foram devolvidos só em 2011, 2012 ou 2013. O levantamento também inclui municípios e ONGs pois, diz a Senasp, “não há como separar esta informação nos sistemas”. Mas, desde 2011, já não são feitas parcerias com ONGs.

De acordo com o ministério, são muitos os motivos alegados para a devolução. Um deles é o início tardio da execução do convênio por problemas na estrutura administrativa. Também há falhas nos processos licitatórios. Em outros casos, falta pessoal capacitado, ou o quadro de funcionários é incompatível com a demanda. Outro motivo possível é aquisição de bens ou serviços a custo menor que o previsto.

Os R\$ 135,35 milhões devolvidos seriam suficientes para cobrir os gastos com programas importantes em Segurança Pública. O dinheiro cobriria, por exemplo, a maior parte das despesas da Senasp com a aquisição de 38 scanners veiculares usados no combate a contrabando, tráfico de drogas, de armas e de pessoas, a serem doados a todos os estados. O custo da compra ficou em U\$ 66,5 milhões (R\$ 159,6 milhões). Os valores devolvidos também seriam suficientes para construir três presídios federais como o previsto para Brasília, estimado em R\$ 38 milhões.

O sociólogo da Universidade de Brasília (UnB) Flávio Testa, também professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que o mau uso das verbas não é culpa só de estados, municípios e ONGs. Segundo ele, o governo federal tem sua parcela de culpa.

– Há muita burocracia por parte do governo federal. Os controles, não que sejam muito rigorosos, mas são burocráticos demais. E há um jogo político. Quando você tem muitas exigências burocráticas, acaba perdendo prazo. E, evidentemente, há também, por parte dos estados, certa negligência no preparo de suas equipes para negociar a liberação de recursos. O governo federal deveria cobrar dos estados mais efetividade.

Além das dificuldades para gastar os recursos, em alguns casos também foram detectadas irregularidades. De janeiro de 2011 a setembro de 2013, a Controladoria Geral da União (CGU) fez 12 tomadas de contas especiais em repasses do Ministério da Justiça. Ao todo, segundo a CGU, estados e municípios terão de devolver à União R\$ 7,3 milhões. Outras 3 inspeções, estas em convênios com ONGs, apontaram irregularidades de R\$ 3,6 milhões.

Mas não só os estados têm problemas para aplicar os recursos. O governo federal também executa pouco do orçamento. Dados oficiais mostram um orçamento total de R\$ 32 bilhões para ações de Segurança entre 2011 e 2013. No mesmo período, incluindo valores liberados em anos anteriores, mas que ainda não tinham sido pagos, foram gastos R\$ 14,1 bilhões – ou seja, menos da metade.

– Do jeito que está, não funciona. Acho que a Senasp tem uma dificuldade imensa de entender o Brasil, de fazer um planejamento estratégico e negociar com os governadores um plano estratégico de Segurança Pública – diz Testa.

Maranhão imerso no caos

Correio Braziliense – 08/01/2014

Os 60 assassinatos de 2013 no Complexo Penitenciário de Pedrinhas – somados aos dois já consumados em 2014 – escancararam as condições subhumanas de sobrevivência no presídio superlotado. Com os episódios da última sexta-feira, quando atos de vandalismo vitimaram uma menina de 6 anos e deixaram outros quatro hospitalizados, a questão saiu de Pedrinhas e aterrorizou os maranhenses. Submetida às condições de vida de um estado que frequenta assiduamente as piores posições em rankings de desenvolvimento humano e social (veja quadros), a população também perdeu parcialmente o direito de ir e vir – muitos motoristas de ônibus e cobradores têm se recusado a trafegar durante à noite, com medo de ataques incendiários.

O deputado estadual César Pires (DEM) garante que a governadora Roseana Sarney tem escutado “sem vaidade” a todos que possam contribuir para resolver o caos em Pedrinhas. O líder do governo na Assembleia Estadual do Maranhão diz que não se fala em outra coisa no Executivo ou no Legislativo estaduais, deixando de lado até mesmo discussões sobre as eleições de outubro. Para o padre Elisvaldo Cardoso, coordenador da Pastoral Carcerária no Maranhão, no entanto, a situação só se resolverá com mudanças profundas e estruturais, que envolvem muito mais do que o sistema carcerário. “Dar um basta à violência dentro dos presídios não significa só ter mais cadeias, mas também mais salas de aula, professores valorizados, crianças e jovens estudando e se profissionalizando. Aí sim, vamos diminuir, com certeza, o número de presos.”

“O problema da segurança pública envolve várias nuances. Não tem como fugir disso”, admite Pires. O ex-reitor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) pondera, no entanto, que “esse upgrade social demora”. “A evolução das coisas está acontecendo. Poderia estar melhor, mas não posso dizer que há inação do governo”. De acordo com ele, o estado tem conseguido “colocar os alunos na sala de aula”, mas a dívida é grande. “Se formos conceituar a importância da educação, teríamos que remontar à construção da historiografia nacional. Pagamos o preço disso”, analisa. O parlamentar acredita que a ignorância também contribui para que as pessoas não melhorem de vida. “A sociedade, por não ter conhecimento, não sente a dor do analfabetismo. Para um pai, é mais fácil que o filho renda R\$ 180 por semana como ajudante de pedreiro, do que um filho estudando e, 15 anos depois, se formando.”

Para Zema Ribeiro, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), a privação de direitos básicos a que a população é submetida tem razões claras. “O que tem de riqueza aqui está vinculada aos megaprojetos – que são riquezas que passam. O minério vem de Carajás, passa por aqui e vai para a China. A soja, que cresce cada vez mais, é tirada daqui e exportada. O povo mesmo não fica com nada”, comenta. Além disso, o que poderia ficar para a população é “captado pela corrupção”. “A pessoa que passa quatro anos com os direitos essenciais sendo violados. Quando se aproxima a eleição, e vê um filho com fome, uma esposa doente, se submete a trocar o voto por um favor. Isso se reflete na espécie de acomodação da população maranhense”, critica.

O deputado federal Domingos Dutra (Solidariedade-MA) analisa que os marginalizados do lado de fora são os que acabam indo para os presídios. “Há um vínculo forte entre pobreza, a miséria aqui fora, com o que está lá dentro (do presídio). Lá só tem gente lascada, de “colarinho preto”, como digo: de baixa renda e originários de periferias”, lamenta. Para o parlamentar, que foi relator da CPI do Sistema Carcerário, “no Maranhão isso fica mais evidente, graças à concentração histórica de renda”.

“A pessoa que passa quatro anos com os direitos essenciais sendo violados. Quando se aproxima a eleição, e vê um filho com fome, uma esposa doente, se submete a trocar o voto por um favor.”

Zema Ribeiro, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos

83.500 vagas prometidas, nenhuma entregue

Correio Braziliense – 30/12/2013

A presença de visitantes ilustres, como o ex-ministro José Dirceu e o ex-deputado federal José Genoíno, descortinou o mundo caótico do sistema prisional no Brasil, conhecido bem só pelos profissionais que nele trabalham ou quem o estuda. Quando os primeiros mensaleiros foram presos no Complexo Penitenciário da Papuda, advogados se apressaram em bradar as ilegalidades. A primeira delas, alocar detentos de regime semiaberto em unidade fechada, evidencia uma das principais mazelas do setor: a falta de 240 mil vagas para abrigar 548 mil apenados. O problema da superlotação poderia ser menor caso o governo federal, chefiado nos últimos 11 anos pelo partido dos detentos mais célebres do caso, tivesse cumprido os dois planos lançados para a área carcerária, com a promessa de 83,5 mil vagas. Desse total, nenhuma foi entregue até agora.

O levantamento das promessas para o sistema prisional faz parte de um balanço que o Correio publica hoje e amanhã sobre o tema. A primeira investida no setor foi dada ainda pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No bojo do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci), ele incluiu a abertura de 41 mil vagas em unidades de jovens e adultos. A ideia era separar os presos por idade, crime cometido, periculosidade, reincidência. Nada foi criado e a tal separação, imprescindível para uma boa gestão do sistema, só é cumprida, hoje, por cerca de 30% dos estabelecimentos prisionais do país, de acordo com pesquisa feita pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Lula passou o bastão para a atual presidente, Dilma Rousseff, que reembalou a promessa em 2011, falando em 42,5 mil vagas para mulheres e presos provisórios. Por enquanto, nada saiu do papel.

As 32 mil vagas que surgiram no período das promessas presidenciais não cumpridas, de 2008 para cá, foram criadas pelos estados, que têm responsabilidade sobre a questão penitenciária. O fato de nada do que foi anunciado em 2011 pelo governo federal ter sido entregue, segundo o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), ligado ao Ministério da Justiça, tem a ver com a complexidade do processo de contratação das obras. Em nota, o órgão afirma que é “preciso o estado elaborar o projeto, o Depen e a Caixa (Econômica Federal), na condição de mandatária da União, precisam aprová-lo (obedecendo a legislação pertinente), o estado precisa dar início ao processo licitatório, e assim por diante”. O Depen acrescentou que há cinco obras iniciadas no Ceará, Sergipe e Goiás, totalizando 1.790 vagas. Outros quatro projetos já foram licitados e os demais estão em fase inicial de análise.

O ritmo lento de investimentos federais no setor prisional pode ser verificado na execução do orçamento para o setor. Só 37% dos R\$ 3,9 bilhões autorizados para o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), na última década, foram efetivamente pagos – quando se dá a entrega da obra, do equipamento adquirido ou do serviço prestado. Há R\$ 2,2 bilhões (ou 57% do total) empenhados, o que significa que o objeto do contrato ainda não foi completamente entregue. Coordenador do Núcleo de Execução Penal da Defensoria Pública do Distrito Federal, Leonardo Melo Moreira explica que, apesar da existência da verba federal para construção de vagas, os entes federativos costumam postergar tais obras. “Às vezes para não desagradar determinada parcela da população que reside naquelas cercanias ou mesmo em razão do custo de manutenção de agentes penitenciários por parte daquele estado”, diz.

40% dos presos não têm sentença

Correio Braziliense – 30/12/2013

Quatro a cada 10 presos no Brasil não têm sentença de condenação. Estão detidos provisoriamente, abarrotando delegacias e cadeias públicas. Para diminuir o elevado índice de encarcerados aguardando julgamento, o governo federal se empenhou em aprovar, no Congresso Nacional, em julho de 2011, a lei de medidas cautelares. A legislação trouxe novas formas de controle do acusado ou investigado, que não a prisão, tais como monitoração eletrônica, recolhimento domiciliar, proibição de frequentar determinados lugares, mas o número de presos provisórios não caiu.

Pelo contrário, a quantidade subiu desde que a lei foi aprovada, passando de 218 mil para os atuais 229 mil. “Há uma resistência de juízes e promotores em aplicar as medidas cautelares, motivados principalmente pela falta de estrutura para fiscalizar que os governos estaduais deveriam proporcionar. Na dúvida, preferem manter o acusado preso”, lamenta Rafael Custódio,

coordenador do programa de justiça da organização não-governamental Conectas. Para ele, a proporção absurda de presos provisórios é um dos piores problemas do sistema penal do Brasil. “Não ignoramos a falta de vagas, mas é preciso parar com a política de encarceramento, que vai do ladrão de carteira ao usuário de drogas detido como traficante. Como se a prisão fosse a única resposta para o problema da criminalidade.”

‘Prisões precisam ser do século em que vivemos’, diz integrante da ONU

O Globo – 13/01/2014

Representante para a América do Sul do escritório para Direitos Humanos da ONU, Amerigo Incalcaterra lembra a importância da imagem do Brasil na área de segurança

Representante para a América do Sul do escritório para Direitos Humanos da ONU, Amerigo Incalcaterra lembra a importância da imagem do Brasil na área de segurança, diz que país não implantou mecanismo contra tortura, e sugere que a União poderia assumir os sistemas carcerários estaduais.

Como vê o quadro do sistema prisional no Maranhão?

É lamentável e preocupante, tanto pela violência que já deixou número alarmante de mortos, como pelas condições das prisões, incluindo a superlotação, que alimenta a violência e constitui grave violação de direitos humanos. Também me preocupa que situações como a de Pedrinhas possam se replicar em outros presídios brasileiros. O país conta com uma população carcerária de mais de meio milhão de pessoas; isso o coloca entre um dos países com mais presos no mundo. Por isso o escritório para Direitos Humanos da ONU fez um pedido urgente (semana passada) para que se realize uma investigação rápida, imparcial e efetiva dos fatos, não só para identificar os responsáveis por esses crimes atroz (no MA), mas principalmente para que as autoridades e a sociedade façam uma reflexão profunda sobre o modelo carcerário no país. Ele tem de ser de acordo com o século em que vivemos.

Quando foram as visitas mais recentes de representantes da ONU a presídios do Maranhão ou de outro estado brasileiro?

Foram do Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias (GTDA, da ONU). Em março de 2013, o GTDA visitou prisões em Brasília, Campo Grande, Fortaleza, Rio e São Paulo, e viu falta de acesso à Justiça pelos detentos, uso excessivo de medidas privativas de liberdade em detrimento de punições alternativas, prisão preventiva prolongada, discriminação contra indígenas presos. Em 2012, o Comitê para Eliminação da Discriminação contra a Mulher da ONU manifestou preocupação com as condições precárias, a superlotação e a violência sexual nas prisões. E, em 2011, o Subcomitê para Prevenção da Tortura (SPT, também da ONU) visitou prisões no Rio, no Espírito Santo, em Goiás e em São Paulo, e constatou superlotação, impunidade por tortura, assistência deficiente de saúde, e corrupção. Uma das recomendações do SPT ao Brasil foi estabelecer um mecanismo nacional de prevenção da tortura, para fiscalizar as prisões.

Há algum tipo de sanção que a ONU poderia aplicar ao Brasil por causa da situação no Maranhão?

A primeira responsabilidade é do Estado brasileiro. Além de investigações, o Estado deve adotar uma política carcerária que inclua agentes penitenciários treinados e bem remunerados, revisão

da legislação penal e programa de reabilitação dos detentos. Ao ratificar a maioria dos tratados internacionais de direitos humanos, o Brasil assumiu o compromisso de cumpri-los de boa-fé. Os mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas auxiliam os Estados nesse cumprimento, com medidas como informes e visitas de monitoramento. Mas nenhuma mudança real poderá ocorrer sem uma clara e decidida vontade do Estado de tomar medidas legais, institucionais e de políticas públicas. O Brasil tem demonstrado claro compromisso internacional com os direitos humanos, ratificando tratados. É, inclusive, membro atual do Conselho de Direitos Humanos. E adotou uma lei que cria um mecanismo nacional de prevenção da tortura; no entanto, ele não está implementado. É urgente que ele comece a operar o quanto antes, com independência funcional e autonomia financeira. Além disso, numa Federação como o Brasil, os estados podem não dispor de recursos e formação necessários para cumprir com os padrões carcerários que o país assumiu em nível internacional. Por isso, é conveniente que se discuta a pertinência de o governo federal assumir a responsabilidade do sistema carcerário. A imagem do país em matéria de direitos humanos deve estar acima de qualquer outra consideração.

ONU aprova resolução com plano de Brasil e Alemanha contra espionagem

O Estado de S. Paulo – 19/12/2013

A Assembleia-Geral da ONU aprovou ontem a proposta de Brasil e Alemanha que estende à internet o direito à privacidade já previsto na Declaração Internacional dos Direitos. A nova resolução não prevê punição para quem descumpri-la, mas tem o peso político de um texto apoiado por quase 200 países, até mesmo seu principal alvo, os Estados Unidos. O texto conclama os Estados-membros da ONU a respeitar e determina que os cidadãos não podem “ser submetidos a ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada”. A assegurar o respeito à privacidade e proposta foi criada após a revelação de que os EUA espionavam governos, cidadãos e empresas de países, aliados ou não, entre eles o Brasil

Pressão. Texto não prevê punição para quem descumprir orientações que protegem privacidade, mas tem peso político de ter sido apoiado por quase 200 países, incluindo os EUA; declaração leva à internet garantias de pactos sobre direitos individuais

Lisandra Paraguassu / Brasília

A Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou ontem, por unanimidade a proposta de Brasil e Alemanha que estende a sites da internet o direito à privacidade já previsto na Declaração Internacional dos Direitos.

A resolução não prevê punição para quem descumpri-la, mas tem o peso político de um texto apoiado por quase 200 países, incluindo o seu principal alvo, os Estados Unidos.

O texto conclama os Estados-membros da ONU a respeitar e assegurar o respeito à privacidade e determina que os cidadãos não podem “ser submetidos a ingerências arbitrárias ou ilegais em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência”.

Reconhece que o exercício do direito à privacidade é importante para a realização plena do direito à liberdade de expressão, que está na base das sociedades democráticas, e ainda exige que os países revejam seus procedimentos e conceitos de segurança.

A proposta, idealizada pelo Brasil, começou a ser desenhada depois das revelações do ex-técnico de uma empresa que prestava serviços à NSA, Edward Snowden, de que os Estados Unidos espionavam governos, cidadãos e empresas de países, aliados ou não. E de tornar-se público que o Brasil era um dos alvos preferenciais da agência.

A proposta, feita pela presidente Dilma Rousseff na abertura da Assembleia-Geral, em setembro, foi recebida com indiferença – até que se descobriu que

Alemanha, México, França, Espanha e outros países europeus também estavam sendo vigiados. Quando descobriu que até mesmo o celular pessoal da chanceler Angela Merkel tinha sido vigiado, a Alemanha decidiu copatrocinar a resolução.

O texto final teve de ser negociado e terminou menos duro do que pretendia inicialmente o Brasil. Ainda assim, obteve a anuência de todos os membros das Nações Unidas. Até mesmo os Estados Unidos se comprometeram a não barrar sua aprovação, em troca de ter suavizadas as acusações contra suas ações ilegais de espionagem. A única citação é indireta, quando exige que os países tomem medidas para mudar práticas ilegais.

O texto traz para a internet o que já diz o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, um dos três instrumentos que compõem a Carta Internacional dos Direitos Humanos. Criado em 1966, o pacto afirma que ninguém será objeto de ingerências arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência; nem de ataques ilegais a sua honra e reputação” e acrescenta que quem sofrer esse tipo de ingerência terá de estar protegido pela lei.

A resolução ainda diz que as nações devem “revisar procedimentos, práticas e legislações sobre vigilância extraterritorial de comunicações privadas e interceptações de dados de cidadãos em jurisdições estrangeiras” e afirma que, apesar das preocupações com segurança nacional e atividades criminosas justificarem o levantamento e a proteção de informações mais sensíveis, “os Estados devem assegurar o pleno cumprimento de suas obrigações no âmbito do direito internacional dos direitos humanos”.

Reação. Em nota, o Itamaraty comemorou a aprovação do projeto por consenso. “A aprovação do documento pelo consenso dos 193 Estados-membros das Nações Unidas demonstra o reconhecimento, pela comunidade internacional, de princípios universais defendidos pelo Brasil, como a proteção do direito à privacidade e à liberdade de expressão, especialmente contra ações extraterritoriais de Estados em matéria de coleta de dados, monitoramento e interceptação de comunicações”, diz o texto.

TECNOLOGIA

INTERNET MÓVEL PODE FALHA NA COPA

Com consumo de dados recorde, internet móvel pode falhar durante a copa

O Globo – 21/01/2014



A internet móvel pode falhar durante a Copa do Mundo, o principal evento esportivo deste ano. Com o avanço de tablets e smartphones 3G e 4G entre os brasileiros, é esperada uma avalanche de tráfego de dados no país. A projeção é que sejam consumidos em 2014 inéditos 19,2 bilhões de gigabytes (GB), de acordo com previsões das operadoras com base em levantamento da Frost & Sullivan's e Cisco. Será um crescimento de 65,09% em relação ao ano passado. Se as teles correm para fazer seus investimentos na tentativa de dar conta da demanda, as próprias companhias, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e especialistas alertam: na hora do gol, a rede vai ficar lenta e deve apresentar falhas.

O primeiro passo foi a formação de um consórcio entre as cinco operadoras móveis – Oi, Vivo, TIM, Claro e Nextel – para montar a infraestrutura nos estádios que vão receber os jogos da Copa do Mundo. Juntos, os investimentos somam R\$ 200 milhões em antenas, cabos e roteadores nos estádios e só vão terminar em abril, quase às vésperas do torneio, que começa em junho. Assim, cada uma das 12 arenas, como o Maracanã, contarão com capacidade equivalente a uma cidade de 100 mil habitantes, de acordo com cálculos feitos pela Vivo, maior empresa do país, com 77,6 milhões de clientes.

– Todos vão querer tirar fotos e fazer vídeos e enviá-los ao mesmo tempo. Por isso, em momentos de pico, como o de um gol da seleção brasileira, a tendência é a rede ficar ocupada e, assim, lenta. Há uma limitação de espaço. Não há como fugir desse cenário – admite o diretor de uma das teles, que não quis se identificar.

Além dos investimentos dentro dos estádios, as teles também vão montar uma operação de guerra ao redor das arenas. Estima-se que cada uma das operadoras utilize, pelo menos, quatro caminhões com antenas móveis em ruas próximas de onde vão ocorrer os jogos. O objetivo nesse caso é aumentar a capacidade de conexão das empresas de telefonia móvel. A técnica já é muito utilizada em eventos com grande concentração de pessoas, como o Rock in Rio e o réveillon de Copacabana.

Anatel: pode haver dificuldades

O analista Virgílio Freire, ex-presidente da Lucent e da Vésper, diz que a demanda elevada na Copa vai criar um congestionamento natural na rede de dados, mesmo com os investimentos para reforçar a rede em dias de jogos.

– A rede vai ficar lenta. Em eventos onde há grande aglomeração, mesmo com os esforços das empresas, a conexão será falha. É preciso mais investimentos. Eles têm de ser constantes e não emergenciais, com o uso de caminhões. O problema é que o brasileiro tem uma demanda reprimida por dados. Então, tudo ele quer postar na internet e rever os lances pelo celular – diz Freire.

O próprio governo admite que a demanda pode não ser completamente atendida. A Anatel diz que “em todo o mundo, e não apenas no Brasil, é possível a ocorrência de picos de demanda, de modo que provavelmente não sejam atendidas 100% das tentativas de chamadas de voz e conexões de dados”. A Anatel lembra ainda que as teles têm realizado projetos conjuntos nos estádios, além de instalações móveis ao redor das arenas. Mas, lembrou, em nota, que “a ocorrência de concentração súbita de usuários da telefonia celular em um mesmo local pode ocasionar uma demanda anormal de uso dos recursos da rede das prestadoras e pode resultar em dificuldades momentâneas na fruição do serviço”.

Do outro lado, as empresas do setor continuam investindo em rede. A Oi já vem reforçando sua rede há três anos de olho no Mundial, com a criação de vias alternativas para o tráfego de dados. A tele, por ser patrocinadora da Copa do Mundo, é responsável pela infraestrutura exigida pela Fifa, organizadora do torneio. Somente no sorteio final dos jogos, em novembro do ano passado, o consumo de dados entre o Comitê Organizador e os jornalistas foi de três terabytes – o que equivale 822 mil fotos em alta resolução (HD, na sigla em inglês). Na Copa das Confederações, em meados do ano passado, o tráfego total, somente na sala de imprensa, somou 145 terabytes – volume que equivale a 39 milhões de fotos ou 2.900 filmes em formato HD.

– Se levar em conta que o tamanho da Copa será pelo menos o dobro do que foi a Copa das Confederações, é possível ter uma dimensão do que esperar – ressaltou o executivo de uma das empresas de telefonia.

Teles investem em equipamentos

Para dar conta da demanda, a Oi, segundo uma fonte, teve de importar equipamentos especiais, como roteadores de alta capacidade, que serão usados nos estádios. Quem também vem investindo em novas soluções é a TIM. Com investimentos de R\$ 20 milhões, a tele vai armazenar, em data centers próprios, os conteúdos mais acessados da internet para reduzir em até 70% o tempo de espera para assistir a vídeos e ver fotografias. Em 2014, a empresa vai destinar mais R\$ 10 milhões na compra de small cells (antenas portáteis instaladas em postes de luz) entre Rio e São Paulo.

– O ano de 2014 deve imprimir um novo marco no tráfego de dados em mobilidade. O aumento da venda de smartphones, que tiveram seus preços reduzidos drasticamente no último ano, favorecerão o uso da internet e redes sociais durante os jogos da Copa do Mundo e também a comunicação na campanha eleitoral. Estimamos aumento de 120% do tráfego de dados com o consumo, chegando a um crescimento de cerca de 11 petabytes por mês – afirma Carlo Filangieri, diretor de rede da TIM.

Leonardo Capdeville, diretor de redes da Vivo, lembra que a Copa será o maior evento do mundo no ano de 2014. Ele resalta que o aumento no consumo de dados será potencializado, já que mais pessoas estão usando a rede 3G em seus celulares.

– Haverá uma explosão de dados. Além da migração de 2G para 3G, ainda há a expansão da rede 4G, que cresce em ritmo mais elevado em relação ao início do 3G. Hoje, os smartphones já somam 35% de todos os celulares em uso no país e os números são de mais altas nos próximos anos. Por isso, temos ampliado os investimentos, levando a fibra até as antenas, para permitir maior velocidade – afirma Capdeville.

Na avaliação de Gabriela Derenne, diretora da Claro para o Rio e Espírito Santo, o nome do jogo para 2014 é dados. Segundo ela, cerca de 60% dos celulares vendidos já são smartphones. Agora, a companhia, está ampliando sua rede de fibra óptica. Gabriela destaca que hoje 75% da rede já trafegam em fibra. O projeto total prevê fibra em 120 mil quilômetros e um investimento de R\$ 800 milhões. A tele ainda destinou quase R\$ 1 bilhão para a construção de uma rede de cabos submarinos, que sai do Rio e passa por Salvador e Fortaleza até chegar nos EUA:

– Agora, estamos na terceira etapa, que é a rede 4G. Por isso, estamos reforçando essa rede de infraestrutura.

E demanda não vai faltar. O designer Guilherme Pecegueiro, que trabalha em uma empresa de e-commerce chamada Lab 77, sabe bem a importância de uma rede bem estruturada para uma conexão rápida:

– Em dias normais, já são muitos os desafios para uma internet veloz. Imagina com um grande evento, onde a demanda vai ser maior. É claro que todos vão querer fazer fotos e postar vídeos. É natural.

Satélite brasileiro cai na Terra após lançamento falhar

O Estado de S. Paulo – 10/12/2013

Uma falha no foguete de lançamento resultou ontem na perda do satélite CBERS-3, desenvolvido em parceria entre Brasil e China. O satélite chegou a entrar em órbita e funcionou durante 30 minutos, mas não atingiu a velocidade necessária para permanecer em órbita e acabou caindo de volta na Terra.

O lançamento ocorreu no horário previsto (11h26 em Pequim, 1h26 em Brasília), do Centro de Lançamento de Satélites de Taiyuan, na China, e foi inicialmente considerado um sucesso por ambos os lados. Cerca de uma hora depois, porém, os chineses perceberam que algo estava errado.

Segundo as análises preliminares, houve um problema no tempo de funcionamento do motor do último estágio do foguete – aquele que leva o satélite dentro de uma coifa, para colocá-lo efetivamente em órbita. O foguete parou de funcionar 11 segundos antes do previsto, de forma que o satélite foi liberado no espaço a uma altitude menor (720 km, em vez de 778 km) e com uma velocidade horizontal abaixo da mínima necessária (de 8 km/segundo) para permanecer em órbita.

Sem velocidade suficiente para se contrapor à atração gravitacional da Terra, o CBERS-3 começou a perder altitude rapidamente, até reentrar na atmosfera e ser pulverizado pelo calor gerado durante a queda. Acredita-se que ele tenha caído sobre a região da Antártida.

“Tudo correu bem até 11 segundos antes do fim do lançamento”, lamentou o vice-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Os-waldo Miranda. “Esses 11 segundos (de impulso) que faltaram foram fatais para o CBERS. É como num estilingue: se você não puxar bem o elástico, a pedra cai bem na sua frente.”

A diferença de altitude na órbita, segundo Miranda, poderia ter sido corrigida por meio do acionamento de propulsores internos do satélite. A perda de velocidade horizontal, porém, era incorrigível. Não se sabe qual foi a velocidade exata de liberação, “mas certamente ficou bem abaixo de 8 km/s”, segundo Miranda.

Ele ressaltou que, uma vez liberado pelo foguete, o CBERS – 3 entrou automaticamente em operação e funcionou perfeitamente durante 30 minutos, antes de desaparecer. “Não houve nenhuma falha do satélite. O problema foi no lançador”, afirmou.

O CBERS – 3 era o quarto de uma série de satélites de observação da Terra desenvolvidos por Brasil e China.

Experiência. O foguete usado no lançamento era um Longa Marcha 4B, um modelo bem conhecido e de alta confiabilidade. A falha de ontem foi a primeira registrada no programa espacial chinês com esse tipo de foguete, após 34 lançamentos consecutivos de sucesso.

Fronteiras da biotecnologia

O Estado de S. Paulo – 10/12/2013

Plantas transgênicas vieram para ficar. E prevalecer. Suas variedades passaram a dominar a safra de grãos no Brasil. Na corrida tecnológica, ninguém segura a engenharia genética. A ciência vence o medo obscurantista.

Lavouras geneticamente modificadas de soja, milho e algodão, nessa ordem, lideram, com dois terços, a semeadura da área nacional. Produtividade, facilidade no trato, economia de defensivos: aqui as razões principais que explicam seu notável desempenho. Problemas agrônômicos, como resistência de ervas invasoras a herbicidas ou ressurgência de pragas, existem, mas se assemelham aos das lavouras convencionais. Não se comprovou alguma tragédia ambiental, tampouco dano à saúde humana, decorrente do uso específico de transgênicos.

Há séculos o melhoramento genético tradicional tem modificado os organismos. As variedades atualmente plantadas ou criadas pouco se parecem com suas ancestrais: o frango deixou de ser caipira, o milho tomou-se ereto, as frutas perdem suas sementes. Nenhum alimento continua “natural”.

O patamar da evolução mudou, porém, quando os cientistas descobriram a possibilidade de modificar artificialmente o DNA das espécies. Sem cruzamento sexual.

Tudo começou em 1972. Pesquisadores perceberam que parasitas do gênero *Agrobacterium* transferiam partes de seu germoplasma para as plantas hospedeiras, estimulando nestas a produção de açúcar, do qual se alimentavam. Quer dizer, ocorria na natureza um mecanismo de transgenia. Dez anos depois, em Gent (Bélgica), cientistas conseguiram pioneiramente efetuar a transgênese em laboratório. Em seguida, certas bactérias foram geneticamente modificadas visando à produção de insulina humana. Os diabéticos comemoraram. A ciência havia dado um tremendo salto no conhecimento. Desde então as equipes de ponta, em oficinas públicas e privadas, passaram a investir na engenharia genética, turbinando mundialmente a biotecnologia. Esta se destacou, inicialmente, na manipulação de microrganismos. Depois, em 1996, chegou ao campo, com o lançamento de uma variedade de soja resistente à aplicação de herbicida. Começou a grande polêmica. Ativistas ambientais denunciaram a “comida Frankenstein”. Religiosos condenaram os cientistas por manipularem a vida. A opinião pública ficou confusa.

Tal temor, compreensível, resultou na proposta de uma “moratória” de cinco anos, precaução adotada pela União Europeia em 1999. Esse período se considerava suficiente para buscar o esclarecimento das dúvidas sobre a nova tecnologia. O tempo passou, a engenharia genética evoluiu, os preconceitos religiosos e ideológicos cederam lugar às evidências científicas. Novas transgenias surgiram, barreiras foram caindo. Hoje, na agricultura, as variedades modernas,

geneticamente alteradas, se fazem presentes em 50 países, plantadas por 17,3 milhões de agricultores, ocupando 10% da terra arável do mundo. Não é mais uma experiência.

Novidades biotecnológicas continuam surgindo. Entre animais, desenvolvem-se cabras transgênicas que produzem em seu leite uma proteína típica da teia de aranha, capaz de gerar polímeros altamente resistentes. Nos vegetais, entusiasma a possibilidade da geração de plantas que suportam “stress hídrico”. Na Embrapa, um gene de cafeeiros resistentes à seca foi introduzido em plantas de fumo, fazendo-as suportar a falta de água no solo. Em Israel, cientistas do Instituto de Tecnologia alteraram os genes de alface, impedindo que suas folhas murchem após a colheita. Sensacional.

Técnicas chamadas “DNA recombinante” invadem a medicina. Utilizando-as, o Instituto Butantã (São Paulo) desenvolveu recente vacina contra a hepatite B; também pela intervenção no genoma viral surgem vacinas contra influenza, dengue, coqueluche e tuberculose. Na Faculdade de Medicina da USP em Ribeirão “Preto estuda-se uma vacina transgênica para combater câncer. Porcos geneticamente modificados em Munique (Alemanha) provocaram fraca reação do sistema imunológico humano, abrindo caminho para os xenotransplantes.

Bactérias, leveduras e fungos geneticamente modificados têm sido utilizados na fabricação de alimentos há tempos. Esses microrganismos atuam diretamente nos processos de fermentação, gerando queijos, massas, cerveja; ajudam até na definição do aroma em bebidas e comidas. Etanol celulósico, a partir do bagaço da cana ou de capim, virá de leveduras geneticamente modificadas. Na indústria, o sabão em pó contém enzimas, oriundas de bactérias transgênicas, que facilitam a degradação de gordura nos tecidos. Na fronteira da biotecnologia desenvolve-se aqui, na Embrapa, uma incrível técnica -dos promotores constitutivos – capaz de restringir a manifestação de certas proteínas transgênicas em folhas e frutos das plantas modificadas. Ou seja, a planta será transgênica, mas seus frutos, ou grãos, escapam do DNA alterado. O avanço da engenharia genética, base da biotecnologia, é extraordinário em todos os ramos, dando a impressão de que o melhor ainda está por vir.

Por que, então, diante de tanto sucesso ainda há restrições contra os transgênicos, taxando-os de produtos do mal? Boa pergunta. A resposta encontra-se no preconceito criado lá atrás. A rigor, hoje em dia os produtos transgênicos, submetidos a legislação super rigorosa, são bastante seguros para o consumo. Já outros alimentos, embora “convencionais”, mais parecem uma bomba química: salgadinhos, latarias, maioneses, doces insossos, essas gororobas, sim, impunemente destroem nossa saúde.

Conclusão: transgênico ou convencional, pouco importa. Vale o alimento ser saudável.

A impressão é de que o melhor dos avanços da engenharia genética ainda está por vir.

Satélite brasileiro vira pó no espaço

Foguete chinês falha, e satélite se desintegra

Correio Braziliense – 10/12/2013

Equipamento de observação desenvolvido pela China e pelo Brasil ao custo de R\$ 300 milhões se desintegra antes de entrarem órbita. Falha no foguete chinês causou o fracasso do projeto

Segundo informações obtidas pelo Inpe, o equipamento de observação sino-brasileiro CBERS-3 não se posicionou corretamente na órbita terrestre porque motores do veículo lançador foram desligados 11 segundos antes do previsto. Apesar do fracasso, a parceria será mantida

Uma falha de funcionamento no foguete chinês Longa Marcha 4B é a causa apontada pelo fracasso do lançamento do Satélite Sino – Brasileiro de Recursos Terrestres 3 (CBERS – 3), que não conseguiu chegar à órbita da Terra como planejado. O equipamento foi enviado às 11h26 (1h26 em Brasília) do Centro de Lançamentos de Satélites de Taiyhuan. De acordo com informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o satélite se desintegrou durante a queda. O acidente atrasa os planos do Brasil de contar com imagens próprias geradas do espaço, mas o projeto terá continuidade, e um novo mecanismo será desenvolvido para substituir o que foi perdido.

De acordo com o Inpe, os dados obtidos pelos pesquisadores mostram que os subsistemas do CBERS-3 funcionaram como esperado. Técnicos brasileiros que acompanhavam o processo por meio de teleconferência, no Centro de Controle de Satélites, em São José dos Campos (SP), chegaram a comemorar quando o painel solar do satélite foi aberto, dando a impressão de que a missão havia sido bem-sucedida. No entanto, o equipamento não alcançou a órbita pretendida devido ao desligamento precoce do motor de propulsão do foguete lançador, que aconteceu 11 segundos antes do planejado. Essa seria a terceira e última etapa para que o observatório entrasse em órbita.

O CBERS-3 seria o quarto satélite do programa de cooperação a orbitar o planeta. Os três enviados anteriormente operaram normalmente, conseguindo alcançar seus objetivos. O custo do projeto para o Brasil foi de aproximadamente R\$ 150 milhões, 50% do total. A outra metade do investimento coube ao governo da China, que era também responsável por enviar a máquina ao espaço. O desastre, contudo, não deve interromper a parceria, e ambos os lados já manifestaram o interesse em iniciar imediatamente discussões técnicas que antecipem a montagem e o lançamento do CBERS-4.

Independência

A intenção da iniciativa é que os dois países contem com imagens da superfície de seus territórios, graças a câmeras de alta resolução. Isso não ocorre desde 2010, quando o CBERS-2 encerrou suas atividades. Com um satélite próprio, o Brasil deixa de depender totalmente de informações vindas de outras nações. O monitoramento auxilia, por exemplo, o zoneamento agrícola, a prevenção de desastres naturais e também o acompanhamento de alterações da cobertura vegetal, fundamental para conter o desmatamento na Amazônia e outras florestas nacionais.

Para Renato Las Casas, coordenador do Grupo de Astronomia e professor do Departamento de Física do Instituto de Ciências Exatas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o percalço do projeto CBERS deverá ser superado, e, futuramente, a parceria brasileira com os chineses terá mais sucesso. “Esse foi o primeiro problema enfrentado por essa empreitada, mas os satélites lançados anteriormente obtiveram bastante sucesso. Acredito que essa falha poderá atrasar, mas não irá inviabilizar todo o programa”, declara.

O professor também acredita que a continuidade da iniciativa é importante para o país. “As câmeras utilizadas nesse satélite podem auxiliar no monitoramento das florestas e, dessa forma, evitar desmatamento e invasões irregulares, além de ajudar no socorro a vítimas de tragédias como a de Petrópolis (RJ), onde as fortes chuvas e alagamentos deixaram pessoas em perigo. Esses recursos auxiliariam nos resgates de sobreviventes ilhados, por exemplo, pois o alcance visual é notável”, complementa. “Sou a favor de um maior investimento na área espacial, pois ela contribui para que a economia cresça. Todos os países desenvolvidos possuem sucesso nessa área, e precisamos seguir esse mesmo caminho.”

ENERGIA, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ECOLOGIA, RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Gigante, usina de Belo Monte enfrenta polêmica e guerra de liminares no Pará

O Globo – 24/12/2013

Maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com custo estimado em R\$ 29 bilhões e capacidade para gerar energia barata (R\$ 78 o megawatt) para 60 milhões de pessoas, a usina de Belo Monte, no Pará, está sendo construída em meio a uma guerra de ações e liminares na Justiça na tentativa de interromper as obras. Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo, depois de Três Gargantas (China) e a binacional Itaipu.

O presidente da Norte Energia, consórcio que comanda a usina, Duílio Diniz Figueiredo, garante que as condicionantes socioambientais estão sendo implementadas e, muitas delas, a exemplo da qualidade da água, são “perenes, tem que ser monitoradas a vida inteira”. O próximo relatório do Ibama sai no fim de janeiro.

– A licença de instalação está pautando nossas ações – diz.

O procurador Felício Pontes Júnior, do Ministério Público Federal no Pará aponta várias condicionantes da licença prévia (LP) ambiental emitida pelo Ibama que estão sendo descumpridas. Na lista, aparecem problemas envolvendo moradias e o atraso nas obras de saneamento e saúde, por exemplo. Segundo ele, o maior impacto ainda não aconteceu: trata-se do desvio da Volta Grande do Xingu (desvio do Rio Xingu, que reduzirá a vazão), que vai atingir povos indígenas e a população ribeirinha.

Sem embargo à obra

Já o procurador geral federal substituto da Advocacia Geral da União, Renato Vieira, destacou que atualmente não há qualquer decisão da Justiça contrária à construção de Belo Monte. Ele explicou que algumas condicionantes socioambientais só podem ser executadas depois que a usina estiver funcionando. Citou como exemplo o “hidrograma de consenso”, que depois de seis anos vai medir a quantidade de vazão da água e a navegabilidade do rio.

Vieira lembra que foram ajuizadas 27 ações contra Belo Monte: nove já foram julgadas no mérito a favor do governo.

– A Justiça sempre concordou com os argumentos do governo federal – disse Vieira.

Os atrasos nos projetos socioambientais não devem ser encarados como um problema, já que o mais importante é que essas obras estão previstas em contrato, que terão de ser cumpridos pelo consórcio. Esta é a opinião do professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel, do Instituto de Economia da UFRJ):

– Ter obras atrasadas não é um problema, porque implica previamente no comprometimento do consórcio em fazer tudo o que foi comprometido. Do ponto de vista legal, eles (a empresa) vão ter que fazer tudo o que foi acordado.

Para o coordenador do Gesel, quanto mais os movimentos sociais puserem empecilhos nas obras, com liminares, mais prejudicados ficarão os projetos socioambientais. Segundo Nivalde de Castro, é claro que uma obra do porte de Belo Monte tem impacto na cidade. Mas ele ressalta que, a partir de agora, o número de pessoas nos canteiros vai começar a diminuir. Para ele, o importante serão as obras de infraestrutura, saneamento e saúde que vão ficar para a cidade:

– É preciso ter uma visão mais pragmática e não ideológica. Há uma posição ideológica contra a usina. Então, tudo é motivo para suspender a obra. Saneamento, escolas e hospitais não desaparecem quando a obra termina.

Por outro lado, organizações ambientais como o Instituto Socioambiental (ISA) e o Movimento Xingu Vivo fazem duras críticas ao projeto. O secretário executivo do ISA, André Villas-Bôas, disse que o maior problema é que o projeto – no qual a Eletrobras é dona de 50% e conta com financiamento do BNDES – é fiscalizado pelo próprio governo:

– Nada foi feito em questões como das terras indígenas, de saúde e saneamento. As obras da usina estão a todo vapor com 60% executadas, enquanto as obras socioambientais estão aos trancos e barrancos, com apenas 20% de sua execução.

Ibama avalia condições

Antonia Melo, coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, lembra que as obras de saneamento básico deveriam ter começado em 2011, mas, diz, começaram há quatro meses.

– Já encaminhamos denúncia ao Ministério Público, pois as obras estão sendo feitas com material de baixa qualidade. Em janeiro, um técnico do Ministério Público fará uma fiscalização. A falta de saneamento será agravada, pois estamos entrando no período de chuvas. Altamira tem 140 mil pessoas.

Em nota, o Ibama disse que “avalia se o empreendedor está cumprindo as condicionantes exigidas através de um parecer técnico que avalia os relatórios semestrais consolidados”.

O presidente da Norte Energia classifica como “incompreensão, falta de conhecimento e até maldade” as críticas de que não são cumpridas exigências ambientais. Ele diz que a relação com os índios melhorou muito, sobretudo nos últimos sete a oito meses, porque a empresa mudou o local de trabalho.

Doha deve ser retomada, mas com metas mais modestas

O Estado de S. Paulo – 09/12/2013

Atual cenário econômico dificulta debate sobre derrubada de subsídios e abertura de mercados, dizem especialistas

A Rodada Doha será revista e as metas estabelecidas em 2001 deverão passar por uma séria mudança. No sábado, em Bali (Indonésia), a Organização Mundial do Comércio (OMC) fechou seu primeiro acordo, reduzindo a burocracia nas exportações e simplificando procedimentos aduaneiros, em consenso costurado pelo diretor-geral do órgão, o brasileiro Roberto Azevêdo. No entanto, a entidade adiou todas as decisões importantes.

Agora, diplomatas decidiram que voltarão para Genebra e começarão um debate direto: é politicamente realista manter os objetivos da Rodada Doha?

O processo foi lançado em 2001 e, naquele momento, o principal objetivo era conseguir que os países reformulassem suas regras para a agricultura, reduzindo as distorções nos mercados.

Negociadores que participaram daquela reunião relatam que o acordo apenas saiu porque governos queriam dar um sinal positivo para a economia mundial, ainda sob o choque do atentado de 11 de setembro.

Agora, os mesmos governos admitem que aquela ambição já não poderia ser atingida. “O que existe no papel é irrealista. Por isso nunca houve um acordo”, admitiu ao Estado um negociador americano. Um dos principais obstáculos é a resistência de governos europeus e dos Estados Unidos em abrir mão de ajuda ao setor privado, justamente num momento que mal conseguem dar uma resposta à crise econômica.

De outro lado, países emergentes passaram a ser cobrados por também contribuir com o sistema e americanos e europeus deixam claro que não farão qualquer tipo de concessão enquanto Brasil, Índia e China não abrirem seus mercados para os produtos industrializados do mundo rico, algo que não estava previsto explicitamente em 2001. O problema ainda é que os países emergentes insistem que precisam de espaço para implementar suas políticas industriais.

Avaliação. Azevêdo, diretor da OMC, conseguiu um compromisso dos governos de que, nos próximos 12 meses, um estudo será realizado com todos os 159 países da entidade para tentar identificar o que ainda pode ser feito com Doha. Ele e seus assistentes admitem que as metas estabelecidas há mais de uma década podem ter ficado fora de alcance dentro da nova realidade econômica mundial e reconhece que “não há prazo” para fechar Doha.

Ele também declarou agovernos que “grandes barganhas” podem não ser realistas. Ou seja, a ideia de que os países emergentes conseguirão um corte nos subsídios agrícolas americanos ao oferecer acesso a seus mercados para bens industriais pode não se concretizar.

Pequenos passos. Uma das opções que será colocada sobre a mesa será a possibilidade de se fechar acordos menores e, gradualmente, chegar a um entendimento completo sobre o comércio. Outra alternativa seria incluir novos temas, como um acordo sobre investimentos.

“Doha está desatualizada”, escreveu Robert Lighthizer, representante de Comércio dos EUA na administração de Ronald Reagan, nos anos 1980.

O chanceler brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo, indicou em Bali que o País está disposto a repensar a estratégia para a OMC. Mas rejeitou a ideia de novos acordos limitados e alertou que o Brasil não aceitaria temas novos sem que as distorções na agricultura sejam solucionadas. “Esse também é um tema do século 21”, disse. Para ele, Bali teria de ser “o último” acordo limitado da OMC. “Temos de recuperar a ambição”, defendeu.

Entre os americanos, a percepção é de que não existe mais espaço realista para abrir mão de subsídios agrícolas. Ontem, o presidente Barack Obama elogiou Azevêdo e a OMC pelo acordo. Mas não fez a mínima referência a concessões em agricultura.

“As pequenas empresas americanas estarão entre os grandes ganhadores, já que são as que mais encontram dificuldades para navegar no atual sistema”, disse Obama.

Na Europa, a avaliação é semelhante. “Fechamos um acordo e politicamente ele foi fundamental. Mas sabemos que deixamos tudo que era complicado sem uma solução”, admitiu um diplomata europeu.

COP-19: poucos resultados práticos

O Globo – 06/12/2013

Entre 11 e 23 de novembro, foi realizada em Varsóvia, na Polônia, a 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP-19. O maior evento mundial de discussões sobre as alterações no clima era notadamente, nesta edição, uma conferência intermediária, sem grandes expectativas quanto ao alcance de resultados práticos relevantes. Apesar do contexto pouco promissor, a COP-19 tinha a importante missão de construir as bases para um novo acordo global de clima, o qual deverá substituir o Protocolo de Kyoto, sendo assinado na COP-21, em dezembro de 2015, em Paris.

A importante missão não foi cumprida. A COP-19 terminou um dia após o previsto e longe de chegar ao resultado necessário. Em vez do estabelecimento de compromissos obrigatórios de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs), como era esperado, os países estão querendo apresentar apenas contribuições (que não são obrigatórias), atitude no mínimo temerária.

Apesar desse ponto de alerta, pode-se dizer que foi surpreendente o modo como foram tratadas as questões relativas à Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). Essa estratégia estava travada há anos nas edições anteriores das Conferências das Partes e neste ano teve grande avanço. A REDD+ é uma estratégia que visa a oferecer incentivos para que países em desenvolvimento reduzam emissões de GEEs provenientes de desmatamento, investindo em práticas de baixo carbono para o uso da terra.

Em Varsóvia, o mundo compreendeu a importância da REDD+, estabelecendo regras para sua aplicação e mecanismos de compensação pela conservação florestal, incluindo definições sobre a origem dos recursos que serão repassados aos detentores das áreas naturais. Ganham os países em desenvolvimento que ainda possuem grandes áreas naturais nativas, caso do Brasil.

Embora a estruturação do REDD+ seja um ponto positivo, o alerta de insucesso permanece. Com a falta de avanço oficial dos negociadores em relação às metas e estratégias para redução de emissões de GEEs, a opinião pública será de grande importância para que se aprove um

novo acordo com a magnitude de que o mundo precisa. Esse novo acordo deve contribuir para que a temperatura média do planeta não suba mais que 2°C até o fim do século, com base na temperatura média do período pré-industrial. É arriscado apenas estimular projetos de REDD+ para conservação de florestas, se a comunidade internacional não promover rapidamente a redução das emissões de GEEs.

O mecanismo de REDD+ é bom, precisa ser comemorado e bem utilizado para promover desenvolvimento e conservação para as regiões ainda bem conservadas, mas não é suficiente para garantir a conservação da biodiversidade dessas áreas, muito menos a mitigação das mudanças climáticas globais.

Como demonstrado pelo Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg), lançado pelo Observatório do Clima no início de novembro, o Brasil só reduziu emissões no setor de mudança de uso do solo (supressão ou conversão de áreas naturais em pastos e lavouras). Em todos os demais, o país aumentou mais de 40% suas emissões desde 1990, com destaque para o setor de energia, com 126% de aumento até 2012. Porém, com o anúncio, na COP-19, do aumento de 28% do desmatamento na Amazônia no último ano, nossa mais importante conquista no caminho de um desenvolvimento mais limpo está em risco.

O tempo está passando, a cada ano temos mais prejuízos socioeconômicos e ambientais causados pelas mudanças climáticas. Crescem os alertas dos cientistas e as certezas de que a influência humana sobre o clima causou mais da metade do aumento da temperatura observado desde 1950. Com vontade política é possível mudar para melhor e resolver um problema que causamos, na história recente do mundo, e que ainda temos tempo de solucionar.

ONU lança rascunho de objetivos de desenvolvimento sustentável

Proposta foi desenhada por especialistas de diversas áreas e ficará aberta para consulta pública até o dia 22

Quase um ano após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, começa a se desenrolar uma de suas principais promessas – o estabelecimento dos chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem substituir os Objetivos do Milênio da ONU a partir de 2015.

A Organização das Nações Unidas divulgou na terça-feira um rascunho com a sugestão de dez objetivos que o mundo poderia adotar. A proposta foi desenhada por um grupo internacional de especialistas de diversas áreas e ficará aberta para consulta pública até o dia 22 no site www.unsd.org/resources/draft-report-public-consultation. As sugestões poderão ser incorporadas em um texto que será analisado pela Assembleia Geral da ONU, em setembro deste ano.

A definição dessas metas era esperada como resultado da conferência do Rio no ano passado. Mas, sem acordo entre os países, o documento final não chegou nem sequer a listar os temas que deveriam ser contemplados nos ODSs.

Aflito com a vagarosidade do processo diplomático, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon lançou logo após a Rio+20 a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de reunir o conhecimento global científico e tecnológico em torno dos desafios do desenvolvimento sustentável. Como primeira missão, os especialistas teriam de propor uma base para as negociações diplomáticas que vão por fim estabelecer os ODSs.

O documento parte das diretrizes do texto da Rio+20 e, assim como ele, traz objetivos bem genéricos. Ainda não aparecem, por exemplo, metas concretas com prazos de cumprimento. E os temas são os mais diversos:

1. erradicar a pobreza extrema, inclusive a fome
2. alcançar o desenvolvimento dentro dos limites planetários
3. assegurar o aprendizado efetivo de todas crianças e jovens para a vida e a subsistência
4. alcançar a igualdade de gêneros, a inclusão social e os direitos humanos
5. alcançar a saúde e o bem-estar para todas as idades
6. melhorar os sistemas agrícolas e aumentar a prosperidade rural
7. tornar as cidades mais inclusivas, produtivas e resilientes
8. refrear as mudanças climáticas e garantir energia limpa para todos
9. proteger os serviços ecossistêmicos, a biodiversidade e a boa gestão dos recursos naturais
10. ter uma governança voltada para o desenvolvimento sustentável.

Coordenador do tema florestas da Rede, o brasileiro Virgílio Viana, superintendente da Fundação Amazonas Sustentável, afirma que esse tom mais genérico era de se esperar nessa etapa do processo. “Os países ainda precisam concordar com os temas. Com o amadurecimento desse processo, esperamos que sejam estabelecidas metas, prazos.”

Ele ressalta como vantagem a maior ênfase em questões ambientais – ao contrário dos objetivos do milênio, que eram quase exclusivamente sociais. “A não-valorização dos serviços ambientais é uma falha do mercado”, afirma se referindo à proposta, contida no objetivo 9, de pagamento por serviços ambientais. “Só vamos mudar radicalmente os padrões de uso da terra e de consumo tendo estímulos econômicos para manter a floresta em pé”, afirma.

A concordância sobre os temas, porém, pode ser uma das coisas mais difíceis de alcançar. Durante a Rio+20, um dos impasses foi justamente em torno dos ODSs e da chamada economia verde. “Alguns países mais militantes na causa do desenvolvimento não querem ver suas metas diluídas pela causa ambiental”, comenta o ex-embaixador Rubens Ricupero, que esteve à frente das negociações brasileiras na Rio 92, e acompanhou de perto o desenrolar da Rio+20. “Não é todo mundo que vê com clareza que o desenvolvimento só pode ser sustentável”, diz. Ele acredita que para entrar em vigor em 2015, os ODSs têm de ser impulsionados já na próxima Assembleia Geral.

EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Educação: Nem a elite se salva

Elite brasileira também fica entre as piores no PISA

O Globo – 09/12/2013

Estudantes brasileiros de 15 anos que estão entre os 25% mais ricos do país tiveram média inferior aos 25% mais pobres de nações com maior nível de desenvolvimento. O desempenho foi medido pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos, que compara o aprendizado em 65 países.

Média dos alunos mais ricos do país é pior que a dos jovens de menor renda em nações desenvolvidas.

Os maus resultados do Brasil na Educação não se devem apenas à má qualidade da escola pública ou ao baixo desempenho dos alunos mais pobres.

A elite brasileira, quando comparada com a de outros países, também se sai muito mal no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), exame divulgado na semana passada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que compara o aprendizado de jovens de 15 anos de idade em 65 países em testes de Matemática, leitura e Ciências. Este ano, o Pisa avaliou a capacidade matemática dos estudantes.

Considerando apenas os alunos que, pelos critérios da OCDE, estariam entre os 25% de maior nível socioeconômico em cada nação, a elite brasileira figuraria apenas na 57ª posição entre os 65 países. O resultado deixa a desejar mesmo quando esse grupo é comparado com os mais pobres da média da OCDE, grupo que congrega principalmente nações desenvolvidas. Enquanto os brasileiros no topo da pirâmide social registraram uma média de 437 pontos, os 25% mais pobres da OCDE tiveram média de 452 pontos.

Na prática, com essa pontuação, a OCDE entende que os brasileiros de condições econômicas mais favoráveis já dominam operações matemáticas como frações, porcentagens e números relativos, sendo capazes de resolver problemas simples – cerca de 65% dos alunos brasileiros não atingiram esse nível no Pisa. No entanto, eles não conseguem formular e comunicar explicações e argumentos com base em suas interpretações e ações.

Outra maneira de comparar seria considerar um número ainda menor de alunos de elite, considerando que o percentual de 25%, para um país ainda em desenvolvimento como o Brasil, pode não ser um retrato fiel do topo da pirâmide social. Mesmo assim, se considerada só a média dos 5% de alunos com melhor desempenho nos 65 países, a posição do Brasil no ranking seguiria praticamente inalterada: 58ª.

O diagnóstico é o mesmo também quando se consideram apenas alunos cujos pais têm nível superior. Nessa comparação, o Brasil ficaria na 56ª posição. No topo desse ranking, aparece novamente a província chinesa de Xangai, cuja média dos alunos é 219 pontos superior à dos brasileiros. Pela escala do Pisa, isso equivale a dizer que essa elite brasileira com pais de alta

escolaridade precisaria estudar mais cinco anos letivos para chegar ao nível de conhecimento dos chineses de Xangai em Matemática.

Os dados do Pisa foram divulgados uma semana depois de o resultado do Enem 2012 mostrar que as escolas com as melhores médias no exame do MEC são particulares. De acordo com um levantamento feito pelo GLOBO, nove dos dez colégios cariocas com as notas mais altas no Enem têm mensalidades acima de R\$ 2 mil.

Na opinião do coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, os dados mostram que as escolas particulares no Brasil cobram muito por um serviço que não é assim tão melhor do que o oferecido pela rede pública. Segundo ele, o ensino privado no Brasil é desregulamentado e conserva margens de lucro superiores aos seus pares no exterior:

– É um comportamento parecido com um mercado de luxo: não presta um serviço tão bom assim, mas consegue fazer com que a elite se diferencie em termos de consumo. Para um determinado estrato da sociedade, colocar os filhos em escolas muito caras, independentemente da qualidade do serviço, é um caráter de diferenciação. E você tem chances também de construir um capital social: o filho de um grande empresário pode conviver com filhos de outro grande empresário – explica Cara.

Para o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro (Sinepe), Vitor Notrica, o mau desempenho brasileiro dos 25% mais ricos no Pisa não se deve necessariamente às escolas, mas a questões culturais. Ele acha que esse rendimento abaixo da média pode estar ligado à relação entre alunos e professores no Brasil.

– A mensalidade da escola está ligada à sua proposta pedagógica. Tem escolas bilíngues, aplicadas em tecnologia, horário integral... Mas a qualidade do ensino depende, principalmente, do pulmão do professor. É fato que em países como a França e a Alemanha os alunos respeitam muito mais o professor, e por isso são cobrados com vigor. Isso pode também ser uma explicação para o resultado – afirma Notrica.

Membro do Conselho Nacional de Educação e professor da UFMG, Francisco Soares alerta que, mesmo no grupo de 25% mais ricos do Brasil, ainda há alta heterogeneidade:

– Separar em quatro grupos de mesmo tamanho não é razoável para um país tão desigual como o Brasil. Nós temos uma elite, sim, mas não é de 25%. Se formos lá na nata das nossas escolas, talvez elas não deixem a desejarem relação ao resto do mundo. Há escolas, sim, que estão cobrando caro, mas estão colocando os alunos na elite mundial.

O diretor executivo da Fundação Lemann, Denis Mizne, segue a mesma linha de análise de Francisco Soares, mas ressalta que apenas 1% dos estudantes brasileiros atingiu os níveis mais elevados na prova de Matemática do Pisa:

– Os 25% não são uma comparação ideal num país com renda tão concentrada como o Brasil. Nossa elite se aproxima dos 10% ou 5%, em média. Mas a grande questão é que ninguém está indo muito bem em Educação aqui. Mesmo nessa amostra, somente 1% dos nossos alunos conseguiu alcançar notas boas. Esse é o dado mais assustador. Temos pouquíssimos alunos que sabem bem.

Eliane Porto é gerente-geral no Rio da agência de intercâmbios CI, que envia jovens brasileiros para cursar parte do ensino médio no exterior. Segundo ela, os alunos voltam empolgados com o ensino lá fora:

– Eles elogiam muito a infinidade de matérias eletivas, que vão da prática de esportes a aulas de marcenaria. Tudo isso os deixa mais envolvidos e motivados com a escola.

DIFERENÇA NO RESPEITO AO PROFESSOR

Cursando o 2º ano do ensino médio num colégio particular do Rio, o aluno Decio Greenwood, de 16 anos, conhece pelo menos duas realidades distintas. Devido ao trabalho de seus pais, o adolescente já passou por escolas inglesas duas vezes: a primeira aos 12 anos; a segunda, no começo deste ano. Segundo ele, as diferenças já começam pelo tratamento dado à rede pública.

– Estudei lá fora em escolas públicas, que são tão boas ou melhores que as particulares daqui. Este ano, frequentei por um mês um colégio que fica perto de Oxford e notei como o ensino de lá é mais preocupado em proporcionar uma vivência ampla ao aluno. Os estudantes têm laboratórios de tecnologia, aulas de culinária e muitas opções esportivas. Enquanto no Brasil as escolas se preocupam em mostrar que um mais um são dois, os professores de lá estão mais interessados em mostrar por que um mais um são dois – compara.

A valorização dos professores nas escolas inglesas também chamou a atenção de Decio.

– Os professores na Inglaterra são muito respeitados. Independentemente da idade deles, os alunos os tratam com muito respeito. Esses profissionais são elevados a um nível muito acima do que esse que notamos aqui, onde nem mesmo o governo os respeita – diz.

Ruim até entre emergentes

O Globo – 05/12/2013

Brasil tem só quatro universidades entre as 100 melhores dos Brics e de países em desenvolvimento

Um dos países que formam os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e dono da 6ª maior economia do mundo, o Brasil não tem nenhuma universidade entre as dez melhores de 22 países emergentes, segundo um ranking internacional feito pela consultoria britânica de educação superior Times Higher Education (THE).

A inédita pesquisa “Brics & Economias Emergentes” gerou uma lista das cem instituições mais fortes das nações em desenvolvimento. Para o estudo, a THE levou em conta não só os cinco membros dos Brics, mas também 17 outras economias emergentes. Das cem instituições de ensino da lista, apenas quatro são brasileiras.

A melhor posicionada no ranking entre as nacionais é a USP, em 11º lugar, seguida pela Unicamp, em 24º. Bem mais abaixo na tabela estão as outras duas universidades brasileiras: UFRJ, em 60º, e Universidade Estadual Paulista (Unesp), em 87º. No topo da lista, nenhuma surpresa.

Além de ostentar as duas primeiras colocações, com a Universidade de Pequim e a Universidade de Tsinghua, respectivamente, a China é o país com maior número de instituições da lista, com 23. Sua vizinha Taiwan vem em seguida, acumulando 21 universidades dentre as cem.

Numa comparação entre as nações que compõem os Brics, depois dos chineses, os indianos aparecem com dez instituições, seguidos pela África do Sul, com cinco universidades, pelo Brasil, com quatro nomes, e pela Rússia, com duas instituições.

DESEMPENHO DECEPCIONANTE DO BRASIL

Para o editor da THE, Phil Baty, o desempenho do Brasil não condiz com o tamanho de sua economia. Mesmo elogiando o programa federal Ciência sem Fronteiras que dá bolsas de intercâmbios para brasileiros estudarem no exterior, e dizendo que o programa pode gerar indicadores positivos em longo prazo, Baty definiu o resultado nacional como “decepcionante”.

Segundo ele, os pontos fracos das universidades brasileiras estão na pesquisa e na publicação de artigos em inglês, fatos que estariam entrelaçados: – As pesquisas do Brasil não têm o mesmo impacto que alguns concorrentes dos Brics. Não são tão amplamente lidas e compartilhadas, o que sugere que sejam de qualidade inferior.

E parte do problema pode ser a falta do inglês: muitos países adotaram a publicação em língua inglesa para garantir que a investigação seja compartilhada e compreendida em todo o mundo, e que suas universidades recebam o devido reconhecimento pelo seu trabalho inovador – ressalta o editor da THE.

A pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa da UFRJ, Debora Foguel, comemorou a presença da instituição no ranking, mas não deixou de salientar como o ensino no Brasil precisa evoluir: – o país ainda não tem uma política destinada a colocar suas universidades entre as seletas instituições de classe mundial. Há gargalos que precisamos encarar. E um dos principais deles está justamente relacionado à pesquisa. A disponibilização de recursos voltados diretamente a essa área ainda não é uma realidade nas universidades federais.

Precisamos investir maciçamente nisso – comentou. o reitor da USP, João Grandino Rodas destacou que o fato de se tratar de uma universidade onde se fala um idioma que não é internacional dificulta o alcance das primeiras posições em rankings. Entretanto, medidas adotadas recentemente devem mudar esse quadro.

– Criamos o programa USP Internacional, para fortalecer a presença da universidade no exterior. Também foi estabelecido um programa de bolsas de intercâmbio para alunos de graduação, no qual mais de dois mil estudantes tiveram oportunidade de desenvolver atividades acadêmicas em instituições estrangeiras.

Esse projeto abrange as não contempladas pelo Ciência sem Fronteiras – mencionou. Entre os Brics, o Brasil tem a segunda maior economia do grupo, somente atrás dos chineses. Entretanto, essa realidade segue em descompasso com os indicadores educacionais. Segundo o professor de Relações Internacionais da PUC – Rio João Nogueira, que é membro do Brics Policy Center, isso acontece porque os resultados na Educação dependem de políticas públicas consistentes e de longo prazo.

– Os chineses há muito têm priorizado o crescimento rápido do ensino superior como caminho para estimular a inovação e enfrentar os problemas futuros de oferta de mão de obra. Dezenas de milhares de estudantes de países como a Coreia do Sul vão estudar nas universidades chinesas atualmente.

Ao lado da ampliação do sistema, a China investiu na qualificação de seus pesquisadores em centros de excelência no exterior, com os resultados que vemos nas pesquisas. No caso

brasileiro, o dinamismo econômico não foi suficiente para vencer a complacência de seus governantes quando se trata de Educação, tratada mais como política social do que como estratégia associada ao desenvolvimento do país – concluiu.

Por continente, África e Américas aparecem com nove universidades cada. Para a consultoria, o grande destaque do ranking ficou com a Turquia, que não só tem sete instituições na lista como também três delas aparecem dentre as dez primeiras: Universidade de Boaziçi (5º), Universidade Técnica de Istambul (7º) e Universidade Técnica do Oriente Médio (9º).

Pesquisa considera 13 indicadores

Assim como em outros rankings elaborados pela Times Higher Education, a metodologia da pesquisa foi baseada em 13 indicadores divididos entre as seguintes áreas: “ensino” (30% da pontuação geral do ranking) leva em consideração qualidade e reputação do ensino praticado; “pesquisa” (30%) mede a relevância das pesquisas desenvolvidas; “citações” (30%) é a frequência com que trabalhos da universidade são apresentados em pesquisas ao redor do mundo; “presença na indústria” (2,5%) mede a utilização de tecnologias e ideias desenvolvidas pelas universidades nas indústrias; e “perspectiva internacional” (7,5%) leva em consideração a diversidade de alunos de diferentes origens dentro da universidade.

Educação: País avança, mas ainda está entre os piores

O Globo – 04/12/2013

O Brasil foi o país que registrou, entre 65 nações, o maior avanço no desempenho de alunos de 15 anos em matemática de 2003 a 2012. E isso aconteceu ao mesmo tempo em que mais jovens pobres foram incluídos na escola, já que as taxas de matrícula nessa faixa etária cresceram de 65% para 78%.

Toda essa melhoria, no entanto, não foi suficiente para tirar o país das últimas colocações do ranking do Pisa, exame elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que compara o desempenho de alunos (em Matemática, o país ficou em 58º). Outro dado preocupante é que, em relação a 2009, a nota de Matemática do Brasil subiu apenas cinco pontos, a avaliação de leitura piorou dois pontos e, na de ciências, permaneceu no patamar idêntico.

Isso deixa o país mais distante da meta governamental de alcançar, até 2022, o nível de qualidade médio da OCDE. Neste ano, o foco do Pisa foi o ensino de matemática. Entre 2000 e 2013, a média dos alunos brasileiros nessa disciplina aumentou de 334 para 391 pontos. A média da OCDE é de 494. E a distância para os chineses é ainda maior.

Na província de Xangai, na China, o desempenho médio dos alunos foi de 610 pontos. A distância em pontos entre alunos de Xangai e os brasileiros de 15 anos equivale a dizer, pela escala do Pisa, que os brasileiros precisariam de mais cinco anos letivos para alcançar os chineses. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, criticou essas comparações, uma vez que os estudantes submetidos ao exame em Xangai representam só 1,2% da população chinesa.

O ministro também ponderou que, se for considerado o desempenho isolado da rede federal, a média dos alunos brasileiros no Pisa aumentaria de 391 para 485. Na rede particular brasileira,

a média é de 462 e, na estadual, que atende a mais de 80% da população, fica em 380. – o topo da escola pública, que são as federais, é igual à França, à Inglaterra e aos EUA – diz Mercadante.

MAIS JOVENS ESTUDANDO

De acordo com a OCDE, a melhora em matemática no Brasil se deve uma redução na proporção de estudantes de desempenho baixo (níveis 1 e 2 na escala do exame). Isso quer dizer esses alunos são capazes apenas de extrair informações relevantes de uma única fonte e usar algoritmos, fórmulas, procedimentos e convenções básicas para resolver problemas envolvendo números inteiros.

Em 2012, 67% dos alunos no país estavam nesse nível. Em 2003, eram 75%. Apenas 1,1% dos brasileiros tem rendimento de alto nível. De acordo com a diretora-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, por trás deste quadro está o fato de o país ainda estar incluindo jovens em sua rede de ensino, diferentemente de nações que já superaram este processo.

Segundo ela, chegou a hora de o Brasil colocar em prática políticas reestruturantes. – Nos últimos dez anos, houve a entrada de 425 mil jovens de 15 anos no sistema educacional. São pessoas provenientes da parcela da população de menor renda no Brasil e que não tiveram acesso à educação infantil.

Eles tendem a puxar a média para baixo, porque estão engrossando a parcela de pessoas com baixo nível escolar nessa faixa etária. É como se a gente tivesse jovens na média 500 e colocasse vários com a média 300. Para se ter uma ideia, se não houvesse essa inclusão, o país teria crescido mais 44 pontos nesses dez anos e subiria sete posições no ranking – diz.

Para o economista André Portela, da Fundação Getulio Vargas, apesar da estagnação, o país melhorou significativamente o desempenho se a base de comparação for a primeira prova, em 2000. Segundo ele, os ganhos de renda da população como um todo a partir de programas sociais como Bolsa Família estão por trás da melhora do desempenho na última década.

Já o presidente do Instituto Alfa e Beto, João Batista Oliveira, tem leitura mais pessimista dos resultados. Para ele, os avanços foram poucos e não haveria razão para crer em melhoras no futuro, muito menos na ambição de o Brasil alcançar em 2022 os padrões de qualidade educacional dos países da OCDE de hoje: – Não temos uma reforma educacional ampla. Não se faz educação com lei, mas com políticas educacionais.

Ética e Legislação Específica da CAIXA

Professor: Pedro Kuhn



Conteúdos

Ética na Caixa Econômica Federal

Ética (2 aulas): 1 Conceito de ética. 2 Ética aplicada: Noções de ética empresarial e profissional. 3 A gestão da ética nas empresas públicas e privadas. 4 Código de Ética da CAIXA (disponível no sítio da CAIXA na Internet).

Previsão de Questões: 1 a 3 questões.

O homem, desde seu nascimento, passa a integrar uma sociedade, terá um convívio diário com seus semelhantes (e precisa deste convívio) que manterá ao longo da vida.

Com o passar do tempo, cada pessoa constrói um conjunto de valores que servem como sustentação do comportamento que adota ao longo da vida.

Uma vez que cada pessoa constrói um conjunto de **valores** diferentes, certamente ocorrerão os conflitos nos relacionamentos.

Tais conflitos de relacionamentos precisam ser mantidos dentro de padrões aceitos pelas sociedades, independentemente dos valores individuais.

É aqui que encontramos a **ética** que é o ramo de estudo que tem por objetivo o estudo do comportamento humano dentro de cada sociedade. Este estudo busca a convivência pacífica dentro de cada sociedade.

Sabedores do conceito de ética, nosso edital solicitou o estudo da termo MORAL, que não pode ser confundido com a ética.

Na prova da Caixa Econômica Federal de 2006 foi apresentado o seguinte texto muito elucidativo:

Texto concurso da Caixa 2006.

Ética e moral

Ética tem origem no grego ethos, que significa modo de ser. A palavra moral vem do latim mos ou mores, ou seja, costume ou costumes. A primeira é uma ciência sobre o comportamento moral dos homens em sociedade e está relacionada à Filosofia. Sua função é a mesma de

qualquer teoria: explicar, esclarecer ou investigar determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes. A segunda, como define o filósofo Vázquez, expressa “um conjunto de normas, aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual dos homens”.

Ao campo da ética, diferente do da moral, não cabe formular juízo valorativo, mas, sim, explicar as razões da existência de determinada realidade e proporcionar a reflexão acerca dela. A moral é normativa e se manifesta concretamente nas diferentes sociedades como resposta a necessidades sociais; sua função consiste em regulamentar as relações entre os indivíduos e entre estes e a comunidade, contribuindo para a estabilidade da ordem social.

Com base neste texto podemos traçar algumas distinções entre ética e moral:

ÉTICA É UNIVERSAL MORAL É CULTURAL – Exemplo do apedrejamento de mulheres pelos muçulmanos, neste caso a ética estuda o comportamento e a moral diz se ele é cabível ou não naquela sociedade. No Brasil certamente não seria aceito, mas no Irã sim.

ÉTICA É TEORIA MORAL É PRÁTICA.

ÉTICA É ETERNA A MORAL É TEMPORÁRIA.

Ética no Serviço Público

Com a evolução da cidadania e a multiplicação da corrupção, ou pelo menos das descobertas de corrupção, verificamos cada vez mais as discussões éticas que pautam melhores ações na vida pessoal e na vida pública. Com a ética estudamos

a conduta responsável das pessoas, e a importância da escolha de um servidor público para que possamos diminuir o mau uso da máquina pública e evitar que ele venha auferir ganhos e vantagens pessoais.

O ato de “pensar moralmente” é que introduz o senso ético das nossas ações, ela deve ser entendida como esta reflexão crítica sobre a dimensão humana – o compromisso diante da vida – que contribui para o estabelecimento das relações do ser humano com o outro, numa convivência pacífica a fim de evitar as vantagens desleais e as práticas que prejudiquem a sociedade em geral.

Nesse ponto, a ética se insere de maneira determinante para contribuir e melhorar a qualidade do atendimento da população, inserindo no âmbito do poder público os princípios e regras necessários ao bom andamento do serviço e ao respeito aos usuários.

Ética Profissional e Ética Empresarial

- **ÉTICA PROFISSIONAL** é o conjunto de princípios que regem a conduta funcional de uma determinada profissão. Dessa maneira, cada pessoa deve proceder de acordo com os princípios éticos. Cada profissão, porém, exige de quem a exerce, além dos princípios éticos comuns a todos os homens, procedimento ético de acordo com a profissão. Exemplo: sigilo do médico, do padre, do terapeuta.
- **ÉTICA EMPRESARIAL** refere-se e atinge as empresas e organizações, pois estas necessitam desenvolver-se de tal forma que a ética, a conduta ética de seus integrantes, bem como os valores e convicções primários da organização se tornem parte de sua cultura.

Um **código de ética profissional** (como o da Caixa Econômica Federal, que estudaremos a seguir, pode ser entendido como uma

relação das práticas de comportamento que se esperam que sejam observadas no exercício da profissão. As normas do código de ética visam ao bem-estar da sociedade, de forma a assegurar a lisura de procedimentos de seus membros dentro e fora da instituição.

Assim, um dos **objetivos** de um código de ética profissional é a formação da consciência profissional sobre padrões de conduta.

Código de Ética da Caixa

Nossa Missão

Promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade, intermediando recursos e negócios financeiros de qualquer natureza, atuando, prioritariamente, no fomento ao desenvolvimento urbano e nos segmentos de habitação, saneamento e infraestrutura, e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social, tendo como valores fundamentais:

Direcionamento de ações para o atendimento das expectativas da sociedade e dos clientes;

Busca permanente de excelência na qualidade de serviços;

Equilíbrio financeiro em todos os negócios;

Conduta ética pautada exclusivamente nos valores da sociedade;

Respeito e valorização do ser humano.

Valores do Código de Ética da Caixa

Respeito

As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.

Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.

Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.

Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor próprio e a sua integridade moral.

Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

Honestidade

No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.

Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.

Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.

Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.

Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.

Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

Compromisso

Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.

Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.

Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.

Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.

Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.

Preservamos o sigilo e a segurança das informações.

Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.

Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.

Transparência

As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.

Como empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.

Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.

Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.

Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

Responsabilidade

Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.

Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.

Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.

Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Questões de Concursos

1. (26718) ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2008

ASSUNTOS: CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A respeito das normas de conduta ética que pautam as atividades exercidas pelos empregados e dirigentes da CAIXA, pode-se afirmar que:

I – as situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho devem ser eliminadas;

II – os fornecedores habituais da CAIXA devem ter prioridade de contratação quando da demanda por novos serviços;

III – no exercício profissional, os interesses da CAIXA têm prioridade sobre interesses pessoais de seus empregados e dirigentes;

IV – não se admite qualquer espécie de preconceito, seja este relacionado a origem, raça, cor, idade, religião, credo ou classe social.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV

2. (26727) ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2012

ASSUNTOS: CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Suponha que a empresa WW é cliente da CEF e postule ao seu gerente informações detalhadas sobre o período de cinco anos, época em que possuía conta na agência. De acordo com o Código de Ética da CEF, sabe-se que as

- a) prestações de contas já são apresentadas mensalmente, e a agência não deverá apresentar novas.
- b) informações constantes do banco de dados da instituição financeira devem estar à disposição do cliente.
- c) informações com prazo superior a um ano somente devem ser prestadas se o cliente demonstrar necessidade.
- d) informações bancárias postuladas já foram prestadas e somente serão desarquivadas por ordem judicial.
- e) informações que forem de período superior a um ano dependem de autorização superior.

3. (26721) ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2011

ASSUNTOS: CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Uma funcionária pública desempenha paralelamente o trabalho de despachante habitacional. Eventualmente, exerce suas atividades extras no ambiente de trabalho, recebendo clientes e respondendo *e-mails*. De acordo com o Código de Ética da Caixa, essa funcionária

- a) comete conduta antiética por usar o cargo para favorecimento pessoal.
- b) pode eventualmente realizar outras atividades no ambiente de trabalho, desde que não prejudique suas tarefas.
- c) não pode acumular funções, devendo abandonar o trabalho extra.
- d) pode dispor de seu tempo como lhe convier, desde que não deixe acumular trabalho.
- e) deve comunicar ao Conselho de Ética do órgão em que trabalha o acúmulo de funções.



4. (26724) ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2012

ASSUNTOS: CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O advogado W, pertencente aos quadros de uma instituição financeira pública, após priorizar atendimento e solver questão intrincada para um cliente frequente da instituição, é surpreendido com a entrega, a mando do referido cliente, em sua residência, de um automóvel popular, com zero de quilometragem, com as chaves e a documentação em seu nome. À luz das normas do Código de Ética da CEF,

- a) a situação é condenável, devendo ser preservado o padrão de relacionamento equânime, a fim de não causar diferenciações entre os clientes e induzir a facilitações.
- b) a oferta de presentes aos funcionários é considerada atitude normal de clientes satisfeitos com o alto padrão de atendimento.
- c) a oferta voluntária ou mediante solicitação tem respaldo no sistema de ética da CEF.
- d) os presentes ofertados aos funcionários, além de caracterizar satisfação dos clientes, aproximam a instituição da sociedade, em razão dos serviços especializados.
- e) os presentes de valor condenável devem ser rateados pelos funcionários do setor como forma de política de incentivo.

5. (26723) ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2012

ASSUNTOS: CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Determinados funcionários da agência W realizam campanha para discriminar o recolhimento de lixo, observada a sua espécie, para programa de reciclagem. Nos termos do Código de Ética da CEF, tal projeto é

- a) irrelevante, uma vez que o ambiente não tem ligação com o programa de ética da empresa.
- b) relevante para a sociedade, no entanto, fora dos parâmetros gerenciais adotados por instituições financeiras, incluída a CEF.
- c) realização de um dos valores perseguidos pelo Código de Ética empresarial adotado pela empresa.
- d) plano a ser adotado no futuro após ampla discussão sobre o tema em assembleias de funcionários.
- e) considerado iniciativa individual, sem qualquer vínculo com a empresa, mas admitida como bom empreendimento.

6. (26720) ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2011

ASSUNTOS: CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Joana é funcionária pública federal e ocupa o cargo de secretária. Seu atual superior hierárquico faz uso de expressões impróprias no trato com estagiárias, além de espalhar rumores de conteúdo ofensivo às mulheres. De acordo com as diretrizes do Sistema de Ética Pública e com o Código de Ética da Caixa, a melhor atitude que Joana pode tomar é

- a) denunciar publicamente seu chefe para garantir que não sofrerá represálias, visto que o Código de Ética da Caixa garante a proteção do denunciante, desde que a denúncia seja pública.
- b) denunciar seu chefe aos órgãos judiciários competentes, mesmo que venha a sofrer represálias por prejudicar a imagem do órgão público.
- c) denunciar seu chefe ao Conselho de Ética do respectivo órgão sem temer sofrer represálias, visto que está protegida pelo Código de Ética.
- d) ignorar a situação, visto que as atitudes de seu chefe não são passíveis de punição, por tratar-se de expressão da cultura brasileira.
- e) solicitar transferência de função para se livrar do dilema ético e evitar prejudicar a imagem dos dirigentes do órgão público.

7. (26722) ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2012

ASSUNTOS: CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Suponha que um funcionário de uma empresa financeira pública pretenda que os clientes vinculados à sua carteira contribuam para a empresa de um parente em dificuldades financeiras, afirmando que tal prática é permitida pela empresa na qual trabalha. Sob a perspectiva do Código de Ética da CEF, sabe-se que

- a) a CEF, em ocasiões especiais, admite que os parceiros comerciais sejam instados a auxiliar financeiramente seus empregados.
- b) as empresas vinculadas a empregados da CEF têm preferência nos serviços prestados às agências.
- c) as solicitações de auxílio financeiro são vedadas aos trabalhadores da CEF.
- d) os parentes dos empregados da CEF devem ter preferência nos empréstimos gerados pela instituição financeira.
- e) os parentes e empregados têm preferência nos empréstimos, no caso de os recursos serem próprios.

8. (26726) ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2012

ASSUNTOS: CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

César, funcionário de uma empresa pública, não é promovido na carreira por conta de integrar a etnia indígena. Inconformado, recorreu aos órgãos administrativos internos, e sua promoção foi deferida. Sob a perspectiva do Código de Ética da CEF, esse fato caracterizaria que ocorreu a violação da

- a) sustentabilidade.
- b) transparência.
- c) eficiência.
- d) diversidade.
- e) inovação.

9. (26725) ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2012

ASSUNTOS: CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

O gerente W recebe a visita do filho de um correntista de uma agência, o qual quer saber informações sobre a vida financeira do seu pai, com o objetivo de obter aumento de mesada.

Nesse caso, segundo as regras do Código de Ética da CEF, o(s):

- a) acesso aos dados da conta-corrente deve ser franqueado por ser o solicitante membro da família.
- b) sigilo dos dados da conta-corrente e a segurança das informações nela contidas devem ser mantidos.
- c) dados não podem ser franqueados a menores de idade, salvo por procuração, não devendo, por isso, o solicitante ser informado.
- d) dados só poderiam ser fornecidos a pessoa da família, mesmo que não autorizados pelo correntista, por outros motivos.
- e) dados da conta corrente só podem ser acessados pela esposa do correntista, não cabendo informações ao filho.

10. (26719) ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2008

ASSUNTOS: CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Qual dos tópicos abaixo NÃO corresponde a um princípio ou norma de conduta ética prevista no Código de Ética da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL?

- a) Compromisso com o oferecimento de produtos e serviços de qualidade, que atendam ou superem as expectativas dos clientes.
- b) Eliminação das situações de provocação entre empregados que importem diminuição de seu amor-próprio e de sua integridade moral.
- c) Incentivo à participação voluntária de seus empregados em atividades sociais destinadas a resgatar a cidadania do povo brasileiro.
- d) Contínua concentração de suas atividades nos segmentos financeiros de maior rentabilidade, com vistas à maximização do investimento público.
- e) Garantia de proteção, contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional, àqueles que denunciem violação ao Código de Ética.

11. (26728) ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESPE | CEF | 2010

ASSUNTOS: CÓDIGO DE ÉTICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Assinale a opção correta a respeito das normas de conduta ética que pautam as atividades exercidas pelos empregados e dirigentes da CAIXA.

- a) Age contra a ética ou pratica ato de desumanidade o empregado da CAIXA que deixa, de forma injustificada, uma pessoa à espera de solução cuja competência é do setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, ou qualquer outra espécie de atraso na prestação do serviço.
- b) O código é omissivo quanto a situações quaisquer de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a esse código, como forma de preservar os valores da empresa.
- c) Atender plenamente ao código de ética da empresa é condição necessária e suficiente para que um profissional seja eficiente e eficaz.
- d) O código tem por objetivo tornar equivalentes os papéis dos clientes, fornecedores e colaboradores, de modo a proporcionar aos clientes e parceiros o conhecimento das razões que levaram à adoção de decisão.
- e) A exposição a situações humilhantes e constrangedoras no trabalho é bastante questionável no código de ética, na medida em que depende da avaliação do empregado e do gerente sobre a situação, o que varia consideravelmente de indivíduo para indivíduo e de um cargo para outro.

Gabário:
 1. (26718) D
 2. (26727) B
 3. (26721) A
 4. (26724) A
 5. (26723) C
 6. (26720) C
 7. (26722) C
 8. (26726) D
 9. (26725) B
 10. (26719) D
 11. (26728) A

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no *link* a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=36742>



Conteúdos de Legislação Específica de 2012

FUNDAÇÃO CESGRANRIO

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA: 1 Lei nº 7.998/1990 (Programa Desemprego e Abono Salarial – beneficiários e critérios para saque); Lei nº 8.036/1990 (FGTS: Possibilidades e condições de utilização/saque; Certificado de Regularidade do FGTS; Guia de Recolhimento GRF); Lei Complementar nº 7/1970 (PIS). 2 Artigo 37 da Constituição Federal (Princípios Constitucionais da Administração Pública: Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência). 3. Lei nº 10.836/2004 (Bolsa Família).

PREVISÃO DE QUESTÕES: de 3 a 6 de um total de 60 questões.



casa do
concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Sumário

Seguro Desemprego25
FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço)30
PIS (Programa de Integração Social)34
Princípios Básicos da Administração Pública37
Bolsa Família38
Questões de Concursos45
Questões47





Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regula o Programa do Seguro-Desemprego e o abono de que tratam o inciso II do art. 7º, o inciso IV do art. 201 e o art. 239, da Constituição Federal, bem como institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) DO PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO.

Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo;

II – auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional.

Art. 2º-A Para efeito do disposto no inciso II do art. 2º, fica instituída a bolsa de qualificação profissional, a ser custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, à qual fará jus o trabalhador que estiver com o contrato de trabalho suspenso em virtude de participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, em conformidade com o disposto em convenção ou acordo coletivo celebrado para este fim.

Art. 2º-B Em caráter excepcional e pelo prazo de seis meses, os trabalhadores que estejam em situação de desemprego involuntário pelo período compreendido entre doze e dezoito meses, ininterruptos, e que já tenham sido beneficiados com o recebimento do Seguro-Desemprego, farão jus a três parcelas do benefício, correspondente cada uma a R\$ 100,00 (cem reais).

§ 1º O período de doze a dezoito meses de que trata o *caput* será contado a partir do recebimento da primeira parcela do Seguro-Desemprego.

§ 2º O benefício poderá estar integrado a ações de qualificação profissional e articulado com ações de emprego a serem executadas nas localidades de domicílio do beneficiado.

§ 3º Caberá ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat o estabelecimento, mediante resolução, das demais condições indispensáveis ao recebimento do benefício de que trata este artigo, inclusive quanto à idade e domicílio do empregador ao qual o trabalhador estava vinculado, bem como os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT.

Art. 2º-C O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2º deste artigo.

§ 1º O trabalhador resgatado nos termos do *caput* deste artigo será encaminhado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para qualificação profissional e recolocação no mercado de trabalho, por meio do Sistema Nacional de Emprego – SINE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat.

§ 2º Caberá ao Codefat, por proposta do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, estabelecer os procedimentos necessários ao recebimento do benefício previsto no *caput* deste artigo, observados os respectivos limites de comprometimento dos recursos do FAT, ficando vedado ao mesmo trabalhador o recebimento do benefício, em circunstâncias similares, nos doze meses seguintes à percepção da última parcela.

Art. 3º Terá direito à percepção do seguro-desemprego o trabalhador dispensado sem justa causa que comprove:

I – ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, relativos a cada um dos 6 (seis) meses imediatamente anteriores à data da dispensa;

II – ter sido empregado de pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada ou ter exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, durante pelo menos 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses;

III – não estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada, previsto no Regulamento dos Benefícios da Previdência Social, excetuado o auxílio-acidente e o auxílio suplementar previstos na Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, bem como o abono de permanência em serviço previsto na Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973;

IV – não estar em gozo do auxílio-desemprego; e

V – não possuir renda própria de qualquer natureza suficiente à sua manutenção e de sua família.

§ 1º A União poderá condicionar o recebimento da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego à comprovação da matrícula e da frequência do trabalhador segurado em curso de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, com carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas. (Incluído pela Lei nº 12.513 de 2011).

§ 2º O Poder Executivo regulamentará os critérios e requisitos para a concessão da assistência financeira do Programa de Seguro-Desemprego nos casos previstos no § 1º, considerando a disponibilidade de bolsas-formação no âmbito do Pronatec ou de vagas gratuitas na rede de educação profissional e tecnológica para

o cumprimento da condicionalidade pelos respectivos beneficiários. (Incluído pela Lei nº 12.513 de 2011)

§ 3º A oferta de bolsa para formação dos trabalhadores de que trata este artigo considerará, entre outros critérios, a capacidade de oferta, a reincidência no recebimento do benefício, o nível de escolaridade e a faixa etária do trabalhador. (Incluído pela Lei nº 12.513 de 2011)

Art. 3º-A A periodicidade, os valores, o cálculo do número de parcelas e os demais procedimentos operacionais de pagamento da bolsa de qualificação profissional, nos termos do art. 2º-A desta Lei, bem como os pré-requisitos para habilitação serão os mesmos adotados em relação ao benefício do Seguro-Desemprego, exceto quanto à dispensa sem justa causa.

~~**Art. 4º** O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 16 (dezesesseis) meses, contados da data de dispensa que deu origem à primeira habilitação.~~

~~**Parágrafo único.** O benefício do seguro-desemprego poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, satisfeitas as condições arroladas no art. 3º desta Lei, à exceção do seu inciso II.~~

É este artigo que vale! Lei nº 8.900/1994

Art. 2º O benefício do seguro-desemprego será concedido ao trabalhador desempregado por um período máximo variável de três a cinco meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo, cuja duração será definida pelo Codefat.

1º O benefício poderá ser retomado a cada novo período aquisitivo, observado o disposto no artigo anterior.

2º A determinação do período máximo mencionado no *caput* deste artigo observará a seguinte relação entre o

número de parcelas mensais do benefício do seguro-desemprego e o tempo de serviço do trabalhador nos trinta e seis meses que antecederam a data de dispensa que deu origem ao requerimento do seguro-desemprego:

I – três parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo seis meses e no máximo onze meses, no período de referência;

II – quatro parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo doze meses e no máximo vinte e três meses, no período de referência;

III – cinco parcelas, se o trabalhador comprovar vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada, de no mínimo vinte e quatro meses, no período de referência.

3º A fração igual ou superior a quinze dias de trabalho será havida como mês integral, para os efeitos do parágrafo anterior.

4º O período máximo de que trata o *caput* poderá ser excepcionalmente prolongado em até dois meses, para grupos específicos de segurados, a critério do Codefat, desde que o gasto adicional representado por este prolongamento não ultrapasse, em cada semestre, dez por cento do montante da Reserva Mínima de Liquidez, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

5º Na determinação do prolongamento do período máximo de percepção do benefício do seguro-desemprego, o Codefat observará, dentre outras variáveis, a evolução geográfica e setorial das taxas de desemprego no País e o tempo médio de desemprego de grupos específicos de trabalhadores.

Continuação da Lei nº 7.998/1990

Art. 5º O valor do benefício será fixado em Bônus do Tesouro Nacional (BTN), devendo ser calculado segundo 3 (três) faixas salariais, observados os seguintes critérios:

I – até 300 (trezentos) BTN, multiplicar-se-á o salário médio dos últimos 3 (três) meses pelo fator 0,8 (oito décimos);

II – de 300 (trezentos) a 500 (quinhentos) BTN aplicar-se-á, até o limite do inciso anterior, a regra nele contida e, no que exceder, o fator 0,5 (cinco décimos);

III – acima de 500 (quinhentos) BTN, o valor do benefício será igual a 340 (trezentos e quarenta) BTN.

§ 1º Para fins de apuração do benefício, será considerada a média dos salários dos últimos 3 (três) meses anteriores à dispensa, devidamente convertidos em BTN pelo valor vigente nos respectivos meses trabalhados.

§ 2º O valor do benefício não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo.

§ 3º No pagamento dos benefícios, considerar-se-á:

I – o valor do BTN ou do salário mínimo do mês imediatamente anterior, para benefícios colocados à disposição do beneficiário até o dia 10 (dez) do mês;

II – o valor do BTN ou do salário mínimo do próprio mês, para benefícios colocados à disposição do beneficiário após o dia 10 (dez) do mês.

Art. 6º O seguro-desemprego é direito pessoal e intransferível do trabalhador, podendo ser requerido a partir do sétimo dia subsequente à rescisão do contrato de trabalho.

Art. 7º O pagamento do benefício do seguro-desemprego será suspenso nas seguintes situações:

I – admissão do trabalhador em novo emprego;

II – início de percepção de benefício de prestação continuada da Previdência Social, exceto o auxílio-acidente, o auxílio suplementar e o abono de permanência em serviço;

III – início de percepção de auxílio-desemprego.

Art. 7º-A O pagamento da bolsa de qualificação profissional será suspenso se ocorrer a rescisão do contrato de trabalho.

Art. 8º O benefício do seguro-desemprego será cancelado: (Redação dada pela Lei nº 12.513 de 2011)

I – pela recusa por parte do trabalhador desempregado de outro emprego condizente com sua qualificação registrada ou declarada e com sua remuneração anterior; (Redação dada pela Lei nº 12.513 de 2011)

II – por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação; (Redação dada pela Lei nº 12.513 de 2011)

III – por comprovação de fraude visando à percepção indevida do benefício do seguro-desemprego; ou (Redação dada pela Lei nº 12.513 de 2011)

IV – por morte do segurado. (Redação dada pela Lei nº 12.513 de 2011)

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I a III deste artigo, será suspenso por um período de 2 (dois) anos, ressalvado o prazo de carência, o direito do trabalhador à percepção do seguro-desemprego, dobrando-se este período em caso de reincidência. (Incluído pela Lei nº 12.513 de 2011)

§ 2º O benefício poderá ser cancelado na hipótese de o beneficiário deixar de cumprir a condicionalidade de que trata o § 1º do

art. 3º desta Lei, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.513 de 2011)

Art. 8º-A O benefício da bolsa de qualificação profissional será cancelado nas seguintes situações:

I – fim da suspensão contratual e retorno ao trabalho;

II – por comprovação de falsidade na prestação das informações necessárias à habilitação;

III – por comprovação de fraude visando à percepção indevida da bolsa de qualificação profissional;

IV – por morte do beneficiário.

Art. 8º-B Na hipótese prevista no § 5º do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, as parcelas da bolsa de qualificação profissional que o empregado tiver recebido serão descontadas das parcelas do benefício do Seguro-Desemprego a que fizer jus, sendo-lhe garantido, no mínimo, o recebimento de uma parcela do Seguro-Desemprego.

Art. 8º-C Para efeito de habilitação ao Seguro-Desemprego, desconsiderar-se-á o período de suspensão contratual de que trata o art. 476-A da CLT, para o cálculo dos períodos de que tratam os incisos I e II do art. 3º desta Lei.

Do Abono Salarial

Art. 9º É assegurado o recebimento de abono salarial no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, aos empregados que:

I – tenham percebido, de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), até 2 (dois) salários mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado e que tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante 30 (trinta) dias no ano-base;

II – estejam cadastrados há pelo menos 5 (cinco) anos no Fundo de Participação PIS – Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador.

Parágrafo único. No caso de beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS – Pasep, serão computados no valor do abono salarial os rendimentos proporcionados pelas respectivas contas individuais.

Da Fiscalização e Penalidades

Art. 23. Compete ao Ministério do Trabalho a fiscalização do cumprimento do Programa de Seguro-Desemprego e do abono salarial.

Art. 24. Os trabalhadores e empregadores prestarão as informações necessárias, bem como atenderão às exigências para a concessão do seguro-desemprego e o pagamento do abono salarial, nos termos e prazos fixados pelo Ministério do Trabalho.

§ 1º Serão competentes para impor as penalidades as Delegacias Regionais do Trabalho, nos termos do Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

§ 2º Além das penalidades administrativas já referidas, os responsáveis por meios fraudulentos na habilitação ou na percepção do seguro-desemprego serão punidos civil e criminalmente, nos termos desta Lei.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de janeiro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

Dorothea Werneck

Jáder Fontenelle Barbalho



Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, passa a reger-se por esta lei.

Art. 2º O FGTS é constituído pelos saldos das contas vinculadas a que se refere esta lei e outros recursos a ele incorporados, devendo ser aplicados com atualização monetária e juros, de modo a assegurar a cobertura de suas obrigações.

§ 1º Constituem recursos incorporados ao FGTS, nos termos do *caput* deste artigo:

- a)** eventuais saldos apurados nos termos do art. 12, § 4º;
- b)** dotações orçamentárias específicas;
- c)** resultados das aplicações dos recursos do FGTS;
- d)** multas, correção monetária e juros moratórios devidos;
- e)** demais receitas patrimoniais e financeiras.

§ 2º As contas vinculadas em nome dos trabalhadores são absolutamente impenhoráveis.

Art. 3º O FGTS será regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador, composto por representação de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

Art. 15. Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 1º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão de obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 2º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão de obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 3º Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.

§ 4º Considera-se remuneração as retiradas de diretores não empregados, quando haja deliberação da empresa, garantindo-lhes os direitos decorrentes do contrato de trabalho de que trata o art. 16.

§ 5º O depósito de que trata o *caput* deste artigo é obrigatório nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho.

§ 6º Não se incluem na remuneração, para os fins desta Lei, as parcelas elencadas no § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 7º Os contratos de aprendizagem terão a alíquota a que se refere o *caput* deste artigo reduzida para dois por cento.

Art. 16. Para efeito desta lei, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS. Considera-se diretor aquele que exerça cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independente da denominação do cargo.

Art. 17. Os empregadores se obrigam a comunicar mensalmente aos trabalhadores os valores recolhidos ao FGTS e repassar-lhes todas as informações sobre suas contas vinculadas recebidas da Caixa Econômica Federal ou dos bancos depositários.

Art. 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do

trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§ 1º Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a quarenta por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

§ 2º Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual de que trata o § 1º será de 20 (vinte) por cento.

§ 3º As importâncias de que trata este artigo deverão constar da documentação comprobatória do recolhimento dos valores devidos a título de rescisão do contrato de trabalho, observado o disposto no art. 477 da CLT, eximindo o empregador, exclusivamente, quanto aos valores discriminados.

Art. 19-A. É devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário.

Parágrafo único. O saldo existente em conta vinculada, oriundo de contrato declarado nulo até 28 de julho de 2001, nas condições do *caput*, que não tenha sido levantado até essa data, será liberado ao trabalhador a partir do mês de agosto de 2002.

Art. 20. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada nas seguintes situações:

I – despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior;

II – extinção total da empresa, fechamento de quaisquer de seus estabelecimentos, filiais ou agências, supressão de parte de suas atividades, declaração de nulidade do contrato de trabalho nas condições do art. 19-A, ou ainda falecimento do empregador individual sempre que qualquer dessas ocorrências implique rescisão de contrato de trabalho, comprovada por declaração escrita da empresa, suprida, quando for o caso, por decisão judicial transitada em julgado;

III – aposentadoria concedida pela Previdência Social;

IV – falecimento do trabalhador, sendo o saldo pago a seus dependentes, para esse fim habilitados perante a Previdência Social, segundo o critério adotado para a concessão de pensões por morte. Na falta de dependentes, farão jus ao recebimento do saldo da conta vinculada os seus sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, expedido a requerimento do interessado, independente de inventário ou arrolamento;

V – pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamento habitacional concedido no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), desde que:

a) o mutuário conte com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou em empresas diferentes;

b) o valor bloqueado seja utilizado, no mínimo, durante o prazo de 12 (doze) meses;

c) o valor do abatimento atinja, no máximo, 80 (oitenta) por cento do montante da prestação;

VI – liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Curador, dentre elas a de que o

financiamento seja concedido no âmbito do SFH e haja interstício mínimo de 2 (dois) anos para cada movimentação;

VII – pagamento total ou parcial do preço de aquisição de moradia própria, ou lote urbanizado de interesse social não construído, observadas as seguintes condições:

a) o mutuário deverá contar com o mínimo de 3 (três) anos de trabalho sob o regime do FGTS, na mesma empresa ou empresas diferentes;

b) seja a operação financiável nas condições vigentes para o SFH;

VIII – quando o trabalhador permanecer três anos ininterruptos, a partir de 1º de junho de 1990, fora do regime do FGTS, podendo o saque, neste caso, ser efetuado a partir do mês de aniversário do titular da conta.

IX – extinção normal do contrato a termo, inclusive o dos trabalhadores temporários regidos pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974;

X – suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 90 (noventa) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

XI – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.

XII – aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização, regidos pela Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, permitida a utilização máxima de 50 % (cinquenta por cento) do saldo existente e disponível em sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, na data em que exercer a opção.

XIII – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV;

XIV – quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal, em razão de doença grave, nos termos do regulamento;

XV – quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a setenta anos.

XVI – necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural, conforme disposto em regulamento, observadas as seguintes condições:

a) o trabalhador deverá ser residente em áreas comprovadamente atingidas de Município ou do Distrito Federal em situação de emergência ou em estado de calamidade pública, formalmente reconhecidos pelo Governo Federal;

b) a solicitação de movimentação da conta vinculada será admitida até 90 (noventa) dias após a publicação do ato de reconhecimento, pelo Governo Federal, da situação de emergência ou de estado de calamidade pública; e

c) o valor máximo do saque da conta vinculada será definido na forma do regulamento.

XVII – integralização de cotas do FI-FGTS, respeitado o disposto na alínea *i* do inciso XIII do art. 5º desta Lei, permitida a utilização máxima de 30% (trinta por cento) do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção.

§ 3º O direito de adquirir moradia com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para um único imóvel.

§ 4º O imóvel objeto de utilização do FGTS somente poderá ser objeto de outra transação com recursos do fundo, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador.

Art. 23. Competirá ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social a verificação, em nome da Caixa Econômica Federal, do cumprimento do disposto nesta lei, especialmente quanto à

apuração dos débitos e das infrações praticadas pelos empregadores ou tomadores de serviço, notificando-os para efetuarem e comprovarem os depósitos correspondentes e cumprirem as demais determinações legais, podendo, para tanto, contar com o concurso de outros órgãos do Governo Federal, na forma que vier a ser regulamentada.

Art. 24. Por descumprimento ou inobservância de quaisquer das obrigações que lhe compete como agente arrecadador, pagador e mantenedor do cadastro de contas vinculadas, na forma que vier a ser regulamentada pelo Conselho Curador, fica o banco depositário sujeito ao pagamento de multa equivalente a 10 (dez) por cento do montante da conta do empregado, independentemente das demais cominações legais.

Art. 25. Poderá o próprio trabalhador, seus dependentes e sucessores, ou ainda o Sindicato a que estiver vinculado, acionar diretamente a empresa por intermédio da Justiça do Trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas nos termos desta lei.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverão ser notificados da propositura da reclamação.

Art. 26. É competente a Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre os trabalhadores e os empregadores decorrentes da aplicação desta lei, mesmo quando a Caixa Econômica Federal e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social figurarem como litisconsortes.

Parágrafo único. Nas reclamações trabalhistas que objetivam o ressarcimento de parcelas relativas ao FGTS, ou que, direta ou indiretamente, impliquem essa obrigação de fazer, o juiz determinará que a empresa sucumbente proceda ao recolhimento imediato das importâncias devidas a tal título.

Art. 27. A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa

Econômica Federal, é obrigatória nas seguintes situações:

- a) habilitação e licitação promovida por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta ou fundacional ou por entidade controlada direta ou indiretamente pela União, Estado e Município;
- b) obtenção, por parte da União, Estados e Municípios, ou por órgãos da Administração Federal, Estadual e Municipal, direta, indireta, ou fundacional, ou indiretamente pela União, Estados ou Municípios, de empréstimos ou financiamentos junto a quaisquer entidades financeiras oficiais;

c) obtenção de favores creditícios, isenções, subsídios, auxílios, outorga ou concessão de serviços ou quaisquer outros benefícios concedidos por órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, salvo quando destinados a saldar débitos para com o FGTS;

d) transferência de domicílio para o exterior;

e) registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção.



Lei complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970.

DOU 08.09.1970

Institui o Programa de Integração Social, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º É instituído, na forma prevista nesta Lei, o Programa de Integração Social, destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.

§ 1º Para os fins desta Lei, entende-se por empresa a pessoa jurídica, nos termos da legislação do Imposto de Renda, e por

empregado todo aquele assim definido pela legislação trabalhista.

§ 2º A participação dos trabalhadores avulsos, assim definidos os que prestam serviços a diversas empresas, sem relação empregatícia, no Programa de Integração Social, far-se-á nos termos do Regulamento a ser baixado, de acordo com o art. 11 desta Lei.

Art. 2º O Programa de que trata o artigo anterior será executado mediante Fundo de Participação, constituído por depósitos efetuados pelas empresas na Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal poderá celebrar convênios com estabelecimentos da rede bancária nacional, para o fim de receber os depósitos a que se refere este artigo.

Art. 3º O Fundo de Participação será constituído por duas parcelas:

a) a primeira, mediante dedução do Imposto de Renda devido, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, processando-se o seu recolhimento ao Fundo juntamente com o pagamento do Imposto de Renda;

b) a segunda, com recursos próprios da empresa, calculados com base no faturamento, como segue:

1. no exercício de 1971, 0,15%;
2. no exercício de 1972, 0,25%;
3. no exercício de 1973, 0,40%;
4. no exercício de 1974 e subsequentes, 0,50%.

§ 1º A dedução a que se refere a alínea a deste artigo será feita sem prejuízo do direito de utilização dos incentivos fiscais previstos na legislação em vigor e calculada com base no valor do Imposto de Renda devido, nas seguintes proporções:

- a)** no exercício de 1971 → 2%;
- b)** no exercício de 1972 – 3%;
- c)** no exercício de 1973 e subsequentes – 5%.

§ 2º As instituições financeiras, sociedades seguradoras e outras empresas que não realizam operações de vendas de mercadorias participarão do Programa de Integração Social com uma contribuição ao Fundo de Participação de, recursos próprios de valor idêntico do que for apurado na forma do parágrafo anterior.

§ 3º As empresas a título de incentivos fiscais estejam isentas, ou venham a ser isentadas, do pagamento do Imposto de Renda, contribuirão para o Fundo de Participação, na base de cálculo como se aquele tributo fosse devido, obedecidas as percentagens previstas neste artigo.

§ 4º As entidades de fins não lucrativos, que tenham empregados assim definidos pela legislação trabalhista, contribuirão para o Fundo na forma da lei.

§ 5º A Caixa Econômica Federal resolverá os casos omissos, de acordo com os critérios fixados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 4º O Conselho Nacional poderá alterar, até 50% (cinquenta por cento), para mais ou para menos, os percentuais de contribuição de que trata o § 2º do art. 3º, tendo em vista a proporcionalidade das contribuições.

Art. 5º A Caixa Econômica Federal emitirá, em nome de cada empregado, uma Caderneta de Participação – Programa de Integração Social – movimentável na forma dos arts. 8º e 9º desta Lei.

Art. 6º A efetivação dos depósitos no Fundo correspondente à contribuição referida na alínea b do art. 3º será processada mensalmente a partir de 1º de julho de 1971.

Parágrafo único. A contribuição de julho será calculada com base no faturamento de janeiro; a de agosto, com base no faturamento de fevereiro; e assim sucessivamente.

Art. 7º A participação do empregado no Fundo far-se-á mediante depósitos efetuados em contas individuais abertas em nome de cada empregado, obedecidos os seguintes critérios:

- a)** 50% (cinquenta por cento) do valor destinado ao Fundo será dividido em partes proporcionais ao montante de salários recebidos no período);
- b)** os 50% (cinquenta por cento) restantes serão divididos em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo empregado.

§ 1º Para os fins deste artigo, a Caixa Econômica Federal, com base nas Informações fornecidas pelas empresas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, organizará

um Cadastro-Geral dos participantes do Fundo, na forma que for estabelecida em regulamento.

§ 2º A omissão dolosa de nome de empregado entre os participantes do Fundo sujeitará a empresa a multa, em benefício do Fundo, no valor de 10 (dez) meses de salários, devidos ao empregado cujo nome houver sido omitido.

§ 3º Igual penalidade será aplicada em caso de declaração falsa sobre o valor do salário e do tempo de serviço do empregado na empresa.

Art. 8º As contas de que trata o artigo anterior serão também creditadas:

~~a) pela correção monetária anual do saldo credor, na mesma proporção da variação fixada para as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional;~~

~~b) pelos juros de 3% (três por cento) ao ano, calculados, anualmente, sobre o saldo corrigido dos depósitos;~~

~~c) pelo resultado líquido das operações realizadas com recursos do Fundo, deduzidas as despesas administrativas e as provisões e reservas cuja constituição seja indispensável, quando o rendimento for superior à soma dos itens a e b.~~

Parágrafo único. A cada período de um ano, contado da data de abertura da conta, será facultado ao empregado o levantamento do valor dos juros, da correção monetária contabilizada no período e da quota — parte produzida, pelo item c anterior, se existir.

Art. 9º As importâncias creditadas aos empregados nas cadernetas de participação são inalienáveis e impenhoráveis, destinando-se, primordialmente, à formação de patrimônio do trabalhador.

~~§ 1º~~ Por ocasião de casamento, aposentadoria ou invalidez do empregado titular da conta poderá o mesmo receber os valores depositados, mediante

~~comprovação da ocorrência, nos termos do regulamento, ocorrendo a morte, os valores do depósito serão atribuídos aos dependentes e, em sua falta, aos sucessores, na forma da lei.~~

~~§ 2º~~ A pedido do interessado, o saldo dos depósitos poderá ser também utilizado como parte do pagamento destinado à aquisição da casa própria, obedecidas as disposições regulamentares previstas no art. 11.

Art. 10. As obrigações das empresas, decorrentes desta Lei, são de caráter exclusivamente fiscal, não gerando direitos de natureza trabalhista nem incidência de qualquer contribuição previdenciária em relação a quaisquer prestações devidas, por lei ou por sentença judicial, ao empregado.

Parágrafo único. As importâncias incorporadas ao Fundo não se classificam como rendimento do trabalho, para qualquer efeito da legislação trabalhista, de Previdência Social ou Fiscal e não se incorporam aos salários ou gratificações, nem estão sujeitas ao imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Art. 11. Dentro de 120 (cento e vinte) dias, a contar da vigência desta Lei, a Caixa Econômica Federal submeterá à aprovação do Conselho Monetário Nacional o regulamento do Fundo, fixando as normas para o recolhimento e a distribuição dos recursos, assim como as diretrizes e os critérios para a sua aplicação.

Parágrafo único. O Conselho Monetário Nacional pronunciar-se-á, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do seu recebimento, sobre o projeto de regulamento do Fundo.

Art. 12. As disposições desta Lei não se aplicam a quaisquer entidades integrantes da Administração Pública federal, estadual ou municipal, dos Territórios e do Distrito Federal, Direta ou Indireta adotando-se, em todos os níveis, para efeito de conceituação, como entidades da Administração Indireta, os critérios constantes dos Decretos-Leis nºs 200, de 25 de

fevereiro de 1967, e 900, de 29 de setembro de 1969.

Art. 13. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 7 de setembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

Princípios Básicos da Administração Pública (Artigo 37 da Constituição Federal):

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:”

Princípio da Legalidade: Como princípio da administração (CF, art. 37, *caput*), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso; a eficácia de toda a atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal, só é permitido fazer o que a lei autorizar, significando “deve fazer assim”.

As leis administrativas são normalmente de ordem pública e seus preceitos não podem ser descumpridos, nem mesmo por acordo ou vontade conjunta de seus aplicadores e destinatários.

Princípio da Impessoalidade e Finalidade: Impõe ao administrador público que só

pratique o ato para o seu fim legal; e o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal. Desde que o princípio da finalidade exige que o ato seja praticado sempre com finalidade pública, o administrador fica impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou de terceiros; pode, entretanto, o interesse público coincidir com o de particulares, como ocorre normalmente nos atos administrativos negociais e nos contratos públicos, casos em que é lícito conjugar a pretensão do particular com o interesse coletivo; vedando a prática de ato administrativo sem interesse público ou conveniência para a Administração, visando unicamente a satisfazer interesses privados, por favoritismo ou perseguição dos agentes governamentais, sob forma de desvio de finalidade.

Princípio da Moralidade Administrativa: A moralidade administrativa constitui pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública (CF, art. 37), sendo que o ato administrativo não terá que obedecer somente à lei jurídica, mas também à lei ética da própria instituição, pois nem tudo que é legal é honesto. A moral administrativa é imposta ao agente público para sua conduta interna, segundo as exigências da instituição a que serve e a finalidade de sua ação: o bem comum.

Princípio da Publicidade: É a divulgação oficial do ato para o conhecimento público e início de seus efeitos externos. A publicidade não é elemento formativo do ato, é requisito de eficácia e moralidade e por isso mesmo os atos irregulares não se convalidam com a publicação, nem os regulares a dispensam para sua exequibilidade quando a lei ou regulamento exige. O princípio da publicidade dos atos e contratos administrativos, além de assegurar seus efeitos externos, visa a propiciar seu conhecimento e controle

pelos interessados diretos e pelo povo em geral; abrange toda a atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como, também, de apropriação de conhecimento da conduta interna de seus agentes. Os atos e contratos administrativos que omitirem ou desatenderem à publicidade necessária não só deixam de produzir seus regulares efeitos como também se expõem a invalidação por falta

desse requisito de eficácia e moralidade. E sem a publicação não fluem os prazos para impugnação administrativa ou anulação Direito Administrativo Professor: Yuri Schneider 3 judicial, quer o de decadência para impetração de mandado de segurança (120 dias da publicação), quer os de prescrição da ação cabível.

Princípio da Eficiência:



Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o *caput* tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde – Bolsa Alimentação, instituído pela Medida

Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I – o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II – o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família; (Redação dada pela Lei nº 12.512 de 2011)

III – o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família.

IV – o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente: (Redação dada pela Lei nº 12.817 de 2013)

a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de 0 (zero) a 15 (quinze) anos de idade; e (Redação dada pela Lei nº 12.817 de 2013)

b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) *per capita*.

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

~~**II** – nutriz, a mãe que esteja amamentando seu filho com até 6 (seis) meses de idade para o qual o leite materno seja o principal alimento;~~ (Revogado pela Medida Provisória nº 411 de 2007).

III – renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento.

§ 2º O valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês,

concedido a famílias com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 60,00 (sessenta reais).

§ 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição:

I – o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e

II – o benefício variável, vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais).

§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do *caput* poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II, III e IV. (Incluído pela Lei nº 12.722 de 2012)

§ 5º A família cuja renda familiar mensal *per capita* esteja compreendida entre os valores estabelecidos nos § 2º e 3º deste artigo receberá exclusivamente os benefícios a que se referem os incisos II e III do *caput* deste artigo, respeitados os limites fixados nesses incisos.

§ 6º Os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser majorados pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, atendido o disposto no parágrafo único do art. 6º.

§ 7º Os atuais beneficiários dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º, à medida que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas.

§ 8º Considera-se benefício variável de caráter extraordinário a parcela do valor dos benefícios em manutenção das famílias beneficiárias dos Programas Bolsa Escola,

Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás que, na data de ingresso dessas famílias no Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado neste artigo.

§ 9º O benefício a que se refere o § 8º será mantido até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem.

§ 10. O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família poderá excepcionalizar o cumprimento dos critérios de que trata o § 2º, nos casos de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, para fins de concessão do benefício básico em caráter temporário, respeitados os limites orçamentários e financeiros.

§ 11. Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do *caput* serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal com a identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social – NIS, de uso do Governo Federal. (Redação dada pela Lei nº 12.722 de 2012)

§ 12. Os benefícios poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil:

I – contas-correntes de depósito à vista;

II – contas especiais de depósito à vista;

III – contas contábeis; e

IV – outras espécies de contas que venham a ser criadas.

§ 13. No caso de créditos de benefícios disponibilizados indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, os créditos reverterão automaticamente ao Programa Bolsa Família.

§ 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.

§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) *per capita*. (Redação dada pela Lei nº 12.817 de 2013)

§ 16. Caberá ao Poder Executivo ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar *per capita*, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza. (Redação dada pela Lei nº 12.817 de 2013)

§ 17. Os beneficiários com idade a partir de 14 (quatorze) anos e os mencionados no inciso III do *caput* deste artigo poderão ter acesso a programas e cursos de educação e qualificação profissionais. (Incluído pela Lei nº 12.817 de 2013)

Art. 2º-A A partir de 1º de março de 2013, o benefício previsto no inciso IV do *caput* do art. 2º será estendido, independentemente do disposto na alínea *a* desse inciso, às famílias beneficiárias que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do *caput* do art. 2º, igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) *per capita*. (Incluído pela Lei nº 12.817 de 2013)

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do *caput* do art. 2º desta Lei considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, em conformidade com o previsto no inciso VI do *caput* do art.

24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

(Incluído pela Lei nº 11.692 de 2008)

Art. 4º Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 5º O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família contará com uma Secretaria-Executiva, com a finalidade de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa, compreendendo o cadastramento único, a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira, a definição das formas de participação e controle social e a interlocução com as respectivas instâncias, bem como a articulação entre o Programa e as políticas públicas sociais de iniciativa dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

Art. 6º As despesas do Programa Bolsa Família correrão à conta das dotações alocadas nos programas federais de transferência de renda e no Cadastro Único a que se refere o parágrafo único do art. 1º, bem como de outras dotações do Orçamento da Seguridade Social da União que vierem a ser consignadas ao Programa.

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações

Orçamentárias existentes. (Redação dada pela Lei nº 12.817 de 2013)

Art. 7º Compete à Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família promover os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos originalmente destinados aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastro Único mencionados no parágrafo único do art. 1º.

§ 1º Excepcionalmente, no exercício de 2003, os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira, em caráter obrigatório, para pagamento dos benefícios e dos serviços prestados pelo agente operador e, em caráter facultativo, para o gerenciamento do Programa Bolsa Família, serão realizados pelos Ministérios da Educação, da Saúde, de Minas e Energia e pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, observada orientação emanada da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família quanto aos beneficiários e respectivos benefícios.

§ 2º No exercício de 2003, as despesas relacionadas à execução dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAE e Auxílio-Gás continuarão a ser executadas orçamentária e financeiramente pelos respectivos Ministérios e órgãos responsáveis.

§ 3º No exercício de 2004, as dotações relativas aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastro Único, referidos no parágrafo único do art. 1º, serão descentralizadas para o órgão responsável pela execução do Programa Bolsa Família.

Art. 8º A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

§ 1º A execução e a gestão descentralizadas referidas no *caput* serão implementadas mediante adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Bolsa Família.

§ 2º Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD, para utilização em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados pelo Poder Executivo, e destinado a:

I – medir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle;

II – incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa; e

III – calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federados a título de apoio financeiro.

§ 3º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federados que aderirem ao Programa Bolsa Família recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa, desde que alcancem índices mínimos no IGD.

§ 4º Para a execução do previsto neste artigo, o Poder Executivo Federal regulamentará:

I – os procedimentos e as condições necessárias para adesão ao Programa Bolsa Família, incluindo as obrigações dos entes respectivos;

II – os instrumentos, parâmetros e procedimentos de avaliação de resultados e

da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e

III – os procedimentos e instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família pelos entes federados.

§ 5º Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Programa Bolsa Família, aferidos na forma do inciso I do § 2º serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos.

§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas às respectivas instâncias de controle social, previstas no art. 9º, e, em caso de não aprovação, os recursos financeiros transferidos na forma do § 3º deverão ser restituídos pelo ente federado ao respectivo Fundo de Assistência Social, na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal.

§ 7º O montante total dos recursos de que trata o § 3º não poderá exceder a 3% (três por cento) da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federado.

Art. 9º O controle e a participação social do Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, por um conselho ou por um comitê instalado pelo Poder Público municipal, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A função dos membros do comitê ou do conselho a que se refere o *caput* é considerada serviço público relevante e não será de nenhuma forma remunerada.

Art. 10. O art. 5º da Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 5º As despesas com o Programa Nacional de Acesso à Alimentação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, inclusive oriundas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pelo art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.” (NR)

Art. 11. Ficam vedadas as concessões de novos benefícios no âmbito de cada um dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º .

Parágrafo único. A validade dos benefícios concedidos no âmbito do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA – “Cartão Alimentação” encerra-se em 31 de dezembro de 2011.

Art. 12. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal, obedecidas as formalidades legais.

Art. 13. Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa a que se refere o *caput* do art. 1º .

Parágrafo único. A relação a que se refere o *caput* terá divulgação em meios eletrônicos de acesso público e em outros meios previstos em regulamento.

Art. 14. Sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e administrativa, o servidor público ou o agente da entidade conveniada ou contratada responsável pela organização e manutenção do cadastro de que trata o art. 1º será responsabilizado quando, dolosamente:

I – inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico; ou

II – contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício.

§ 1º Revogado.

§ 2º O servidor público ou agente da entidade contratada que cometer qualquer das infrações de que trata o *caput* fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente.

Art. 14-A. Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar ou se manter como beneficiário do Programa Bolsa Família.

§ 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no *caput* será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

§ 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos da União, na forma da legislação de regência.

Art. 15. Fica criado no Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família um cargo, código DAS 101.6, de Secretário-Executivo do Programa Bolsa Família.

Art. 16. Na gestão do Programa Bolsa Família, aplicarse-á, no que couber, a legislação mencionada no parágrafo único do art. 1º, observadas as diretrizes do Programa.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

José Dirceu de Oliveira e Silva

Questões de Concursos

1. **(26706)** LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2012

ASSUNTOS: FGTS

Paulo é trabalhador empregado da empresa W. Ele foi despedido por justa causa, o que veio a ser confirmado em decorrência de decisão da Justiça do Trabalho em seu desfavor. Posteriormente, desiludido, Paulo veio a sofrer doença cardíaca e, em seguida, faleceu. Diante das normas aplicáveis ao FGTS, o

- a) pagamento dos valores depositados na conta vinculada do FGTS devem ser pagos à esposa ou, na sua ausência, aos filhos, mesmo havendo dependentes habilitados na Previdência Social.
- b) levantamento dos valores pertinentes ao FGTS deveriam ser levantados na despedida com justa causa ou sem justa causa.
- c) levantamento dos valores depositados na conta vinculada do FGTS é possível na situação de haver despedida indireta ou de culpa recíproca.
- d) empregado, caso tenha reconhecido o direito à aposentadoria e tenha sido a mesma concedida, permanecendo no emprego, não poderá levantar as verbas do FGTS.
- e) trabalhador, mesmo em estado terminal e portando doença grave, não pode levantar a verba depositada no FGTS.

2. **(26703)** LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2012

ASSUNTOS: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Creso, servidor do órgão W, vinculado a determinado estado federado, foi surpreendido com recomendação verbal de que deveria atender, em horário especial fora do expediente, a pessoas vinculadas a determinada associação e que os problemas dessa associação deveriam ter preferência sobre os demais que estivessem sob sua responsabilidade.

Sob a ótica dos princípios constitucionais da Administração Pública, tal prática, fere, predominantemente, o princípio da

- a) publicidade.
- b) impessoalidade.
- c) eficiência.
- d) indisponibilidade.
- e) continuidade.

3. (26705) LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL | CESGRANRIO | CEF | 2012

ASSUNTOS: SEGURO-DESEMPREGO

Mévio é médico e trabalha em dois locais mediante relação de emprego, possuindo também, além desses vínculos, consultório particular onde percebe renda superior a quarenta salários-mínimos. O médico é dispensado, sem justa causa, de um dos seus empregos onde exercia sua atividade por mais de vinte anos.

Nessa situação, segundo a legislação vigente sobre seguro-desemprego, o médico faria jus ao seguro-desemprego?

- a) Não, pois ele não preencheu o requisito objetivo do tempo de permanência no emprego.
- b) Não, pois a existência de renda suficiente para a manutenção própria e de sua família seria impeditiva à percepção do seguro-desemprego.
- c) Sim, pois o tempo mínimo de emprego para possibilitar a percepção do seguro-desemprego é de vinte anos.
- d) Sim, pois o médico, sendo demitido, fica afastado, em gozo de benefício previdenciário, podendo cumular com o seguro-desemprego.
- e) Sim, pois, mesmo que ocupasse outro emprego, esse fato não seria impeditivo de percepção do seguro-desemprego.

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no *link* a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=38908>



1. Acerca do Programa Desemprego e Abono Salarial, assinale a opção correta.
 - a) O trabalhador que tiver o benefício do seguro-desemprego cancelado em decorrência de comprovada fraude deve ser apenado com a suspensão do direito de recebê-lo, por dois anos, ressalvado o prazo de carência.
 - b) Considere a seguinte situação hipotética. Quando faleceu, no dia 12.02.2010, Manoel tinha o direito a receber, ainda, duas parcelas do seguro-desemprego. Manoel tinha esposa, dona de casa, e dois filhos, um com cinco e outro com dois anos de idade. Nessa situação, a família de Manoel perceberá as parcelas remanescentes do seguro-desemprego.
 - c) Em caráter excepcional, os trabalhadores que estejam em situação de desemprego involuntário por um período compreendido entre doze e dezoito meses ininterruptos, e que já tenham sido beneficiados com o recebimento do seguro-desemprego, farão jus a mais três parcelas desse benefício, cada uma correspondente, no máximo, a um salário mínimo.
 - d) O seguro-desemprego pode ser requerido a partir do primeiro dia útil subsequente à data da extinção do contrato de trabalho.
 - e) Considere a seguinte situação hipotética. Orlando, servente de obras de uma construtora durante dois anos e três meses, recebeu, como último salário, R\$ 620,00. Orlando foi dispensado sem justa causa e, no dia 16.03.2010, recebeu a primeira parcela do seguro-desemprego. No dia 22.03.2010, Orlando recebeu proposta de trabalho para executar atividades inerentes a servente de obras, com salário de R\$ 650,00, a qual não aceitou. Nessa situação, considerando-se que o trabalhador não é obrigado a trabalhar onde não lhe interesse, Orlando deve continuar recebendo, segundo norma legal, as demais parcelas do seguro-desemprego.
2. Com relação à movimentação da conta do FGTS, assinale a opção correta.
 - a) Necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorram de desastre natural, pode justificar movimentação da conta do FGS, devendo a solicitação, nesse caso, ser apresentada pelo interessado até 120 dias após a publicação do ato de reconhecimento, pelo governo federal, da situação de emergência ou de estado de calamidade pública.
 - b) O direito do trabalhador de adquirir moradia com recursos do FGTS só pode ser exercido para um único imóvel.
 - c) No caso de extinção do contrato por prazo determinado, não é possível a movimentação dos valores relativos à conta vinculada.
 - d) Se o trabalhador falecer, o saldo da conta vinculada somente será pago aos dependentes indicados em alvará judicial.
 - e) Considerando que o gerente de uma empresa de confecções de roupas masculinas completará 65 anos de idade no dia 20.10.2010, nesse caso, a partir da data de seu aniversário, em decorrência da idade, esse gerente poderá movimentar sua conta vinculada.

- 3.** Acerca das obrigações do empregador no que se refere ao FGTS, assinale a opção correta.
- a) Somente o trabalhador ou, no caso de seu falecimento, seus herdeiros podem acionar diretamente a empresa, por intermédio da justiça do trabalho, para compeli-la a efetuar o depósito das importâncias devidas relativas ao FGTS.
 - b) Os empregadores rurais estão desobrigados do depósito do FGTS de seus empregados, já que aos trabalhadores rurais não cabe a aplicação do regime do FGTS.
 - c) As empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista podem equiparar seus diretores não empregados – aqueles que exercem cargo de administração previsto em lei, estatuto ou contrato social, independentemente da denominação do cargo – aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS.
 - d) Os empregadores estão obrigados a comunicar aos trabalhadores, a cada seis meses, os valores recolhidos ao FGTS, cabendo à CAIXA repassar aos empregados, uma vez por ano, todas as informações sobre suas contas vinculadas.
 - e) Caso o empregador não realize os depósitos do FGTS até o dia dez de cada mês, fica sujeito ao pagamento de multa correspondente a 8% no mês de vencimento da obrigação.
- 4.** Acerca do Programa do Seguro-Desemprego, assinale a opção correta.
- a) A extinção do contrato de trabalho em decorrência de rescisão indireta possibilita a percepção dos valores relativos ao seguro-desemprego.
 - b) Por falta de previsão legal, quando o empregado é retirado de situação de trabalho forçado, não faz jus ao seguro-desemprego.
 - c) A dispensa motivada dá ao empregado o direito à percepção dos valores inerentes ao seguro-desemprego.
 - d) O Programa do Seguro-Desemprego somente atende às necessidades de desempregados.
 - e) No caso da dispensa sem justa causa, o trabalhador terá direito à percepção do seguro desemprego, desde que comprove ter recebido salários de pessoa jurídica ou pessoa física, relativa a cada um dos quatro meses imediatamente anteriores à data da dispensa.
- 5.** No que diz respeito ao abono salarial e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), assinale a opção correta.
- a) O abono salarial corresponde a, no máximo, quatro salários mínimos.
 - b) O FAT, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, é destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico.
 - c) Empregados que tenham percebido, de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social (PIS) ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), até cinco salários mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado e que tenham exercido atividade remunerada pelo menos durante trinta dias no ano-base têm assegurado o direito à percepção do abono salarial.
 - d) Empregados que estejam cadastrados há pelo menos três anos no Fundo de Participação PIS-Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador têm assegurado o direito à percepção do abono salarial.
 - e) Bancos privados ou oficiais federais podem proceder ao pagamento das despesas relativas ao abono salarial, conforme normas definidas pelos gestores do FAT.

- 6.** Relativamente ao Programa de Integração Social (PIS), assinale a opção correta.
- a)** Entidades de fins lucrativos que tenham até três empregados conforme definição pela legislação trabalhista, estão isentas da contribuição para o Fundo de Participação do PIS.
 - b)** Os depósitos destinados ao Fundo de Participação do PIS somente podem ser feitos pelas empresas na CAIXA, sendo impossível que entidades da rede bancária nacional recebam tais depósitos.
 - c)** A omissão dolosa de nome de empregado entre os participantes do Fundo de Participação do PIS sujeitará a empresa a multa, em benefício do fundo, no valor de cinco meses de salários, devidos ao empregado cujo nome houver sido omitido. O empregador incorrerá nessa mesma multa em caso de declaração falsa sobre o valor do salário e do tempo de serviço do empregado na empresa. Em caso de reincidência, a multa corresponderá a vinte vezes o salário do empregado.
 - d)** O trabalhador é responsável pela sua inscrição nesse programa.
 - e)** A participação do empregado no Fundo de Participação do PIS far-se-á mediante depósitos efetuados em contas individuais abertas em nome de cada empregado, sendo que 50% do valor destinado ao fundo será dividido em partes proporcionais ao montante de salários recebidos no período e os 50% restantes serão divididos em partes proporcionais aos quinquênios de serviços prestados pelo empregado.
- 7.** A respeito da multa inerente ao FGTS devida ao empregado por ocasião da extinção do contrato de trabalho, assinale a opção correta.
- a)** Na hipótese de extinção do contrato de trabalho por culpa recíproca, a multa deve corresponder a 15% do valor existente na conta vinculada do empregado.
 - b)** Na dispensa por justa causa, a multa a ser paga ao empregado deve corresponder a 20% do montante de todos os depósitos realizados na respectiva conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.
 - c)** No caso de extinção do contrato por motivo de força maior, a multa corresponderá a 20% do montante de todos os depósitos realizados na respectiva conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.
 - d)** O valor relativo à multa em decorrência da extinção do contrato de trabalho deve ser entregue diretamente ao empregado, no momento da quitação das verbas rescisórias.
 - e)** Na hipótese de dispensa sem justa causa, é devida ao empregado multa no valor de 50% do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.

- 8.** Com relação aos princípios constitucionais da administração pública, assinale a opção correta.
- a) Os princípios constitucionais a serem observados pela administração pública direta são mais abrangentes do que aqueles a serem observados pela administração pública indireta.
 - b) Considerando a rigidez que deve ser observada quanto aos princípios constitucionais que regem a administração pública, a aplicação do princípio da legalidade não comporta exceção.
 - c) O princípio da legalidade se revela como uma das garantias dos administrados. Esse princípio consiste na necessidade de prévia legislação que permita a atuação do poder público.
 - d) De acordo com o princípio da publicidade, todos os atos da administração devem ser públicos, não cabendo exceção à aplicação desse princípio.
 - e) A exigência de concurso público para ingresso em cargo ou emprego público está relacionada ao princípio da publicidade.
- 9.** O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade
- a) prover assistência financeira permanente ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo;
 - b) prover assistência financeira temporária ao trabalhador empregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo;
 - c) prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa com justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo;
 - d) prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo;
 - e) prover assistência médica temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo.
- 10.** O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo terá direito à percepção de:
- a) 1 parcela de seguro-desemprego no valor de 1 salário mínimo.
 - b) 2 parcelas de seguro-desemprego no valor de 1 salário mínimo cada.
 - c) 2 parcelas de seguro-desemprego no valor de até R\$ 1.019,70 cada.
 - d) 3 parcelas de seguro-desemprego no valor de até R\$ 1.019,70 cada.
 - e) 3 parcelas de seguro-desemprego no valor de 1 salário mínimo cada.

- 11.** Marque a alternativa correta no que tange ao benefício do Seguro-desemprego.
- Em determinados casos poderá ter a parcela inferior ao salário mínimo.
 - É um benefício destinado a todos os trabalhadores do sexo masculino, para as mulheres a legislação prevê o auxílio do lar para o mesmo fim.
 - Poderá ser pago em até 12 parcelas.
 - Será exigível apenas em caso de desemprego com justa causa, nos casos de despedida indireta não.
 - Trata-se de direito pessoal e intransferível do trabalhador.
- 12.** Marque a alternativa que traga uma hipótese que NÃO cancela o benefício de qualificação profissional.
- Fim da suspensão contratual e retorno ao trabalho.
 - Comprovação de falsidade na prestação de informações necessárias à habilitação.
 - Por desempenho insuficiente no curso de qualificação profissional.
 - Por comprovação de fraude visando a percepção indevida de bolsa de qualificação profissional.
 - Por morte do segurado.
- 13.** Com relação abono salarial do PIS:
- É assegurado o recebimento no valor de dois salários mínimos vigente na data do respectivo pagamento.
 - É assegurado o recebimento no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo final de ano.
 - É assegurado o recebimento no valor de um salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento.
 - Somente percebem o abono trabalhadores com renda superior a 2 salários mínimos.
 - Somente percebem o abono trabalhadores cadastrados no PIS há menos de 5 anos.
- 14.** Com relação ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) marque a alternativa INCORRETA.
- Os seus membros não serão remunerados.
 - Compete ao Ministério do Trabalho a nomeação de seus membros.
 - Possuem em sua composição representantes de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais.
 - As despesas de implantação, administração e operação do Programa do Seguro-desemprego e do abono salarial, exceto as de pessoal, correrão por conta do FAT.
 - Compete ao Codefat fiscalizar a gerência do FAT que será feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego.
- 15.** Com relação ao PIS (Programa de Integração Social) analise as seguintes assertivas:
- É destinado a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento na empresa.
 - Destina-se a assegurar o lazer e a casa própria do trabalhador cadastrado.
 - Será constituído de duas parcelas sendo uma dedutível do imposto de renda no percentual de 5%.
 - A parcela dedutível dos salários pagos será considerada anualmente.
 - A parcela, com recursos próprios da empresa, calculada com base no faturamento será de 0,5%.
- Estão corretas apenas:
- I, II e III.
 - II, III e IV.
 - III, IV e V.
 - I, II e V.
 - I, III e V.

- 16.** O início dos efeitos externos do ato administrativo e requisito de eficácia e moralidade (validade) do ato se dá pelo cumprimento do princípio da:
- a) Legalidade.
 - b) Moralidade.
 - c) Impessoalidade ou finalidade.
 - d) Publicidade.
 - e) Responsabilidade administrativa.
- 17.** O princípio da moralidade administrativa está corretamente definido na seguinte afirmativa:
- a) De acordo com este princípio o administrador pública está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum.
 - b) Este princípio constitui requisito de validade de todo o ato da administração pública, sendo que o ato administrativo não terá que obedecer somente a lei jurídica, mas também a ética da própria instituição.
 - c) Este princípio exige que o ato seja praticado sempre com a finalidade pública, o administrador fica impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio.
 - d) É a divulgação oficial do ato para conhecimento do público.
 - e) É o princípio que afirma que todo o agente público que vier a causar um dano a alguém, trará para o Estado o dever jurídico de ressarcir o dano, independentemente de culpa ou dolo.
- 18.** Com relação aos princípios constitucionais da administração pública, assinale a opção correta.
- a) Os princípios constitucionais a serem observados pela administração pública direta são mais abrangentes do que aqueles a serem observados pela administração pública indireta.
 - b) Considerando a rigidez que deve ser observada quanto aos princípios constitucionais que regem a administração pública, a aplicação do princípio da legalidade não comporta exceção.
 - c) O princípio da legalidade se revela como uma das garantias dos administrados. Esse princípio consiste na necessidade de prévia legislação que permita a atuação do poder público.
 - d) De acordo com o princípio da publicidade, todos os atos da administração devem ser públicos, não cabendo exceção à aplicação desse princípio.
 - e) A exigência de concurso público para ingresso em cargo ou emprego público está relacionada ao princípio da publicidade.

19. São hipóteses de movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS

- a) extinção total da empresa, aposentadoria concedida pela Previdência Social e aposentadoria por instituição de previdência complementar.
- b) extinção total da empresa, falecimento de cônjuge e amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário.
- c) despedida sem justa causa e idade igual ou superior a 70 anos e extinção normal de contrato a termo, incluindo-se o contrato temporário.
- d) despedida sem justa causa, idade igual ou superior a 70 anos e falecimento do cônjuge.
- e) liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário e extinção normal de contrato a termo, excluindo-se o contrato temporário.

Gabário: 1. A 2. B 3. C 4. A 5. B 6. E 7. C 8. C 9. D 10. E 11. E 12. C 13. C 14. E 15. E 16. D 17. B 18. D 19. C



Atendimento: Legislação

Professora: Tatiana Marcello



LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990 – CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências

distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

§ 1º Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

§ 2º Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

TÍTULO I

Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

Art. 2º Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação,

CAPÍTULO II DA POLÍTICA NACIONAL DE RELAÇÕES DE CONSUMO

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

I – reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

II – ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

a) por iniciativa direta;

b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;

c) pela presença do Estado no mercado de consumo;

d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

III – harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170 da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

IV – educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo;

V – incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;

VI – coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores;

VII – racionalização e melhoria dos serviços públicos;

VIII – estudo constante das modificações do mercado de consumo.

Art. 5º Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com os seguintes instrumentos, entre outros:

I – manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente;

II – instituição de Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, no âmbito do Ministério Público;

III – criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações penais de consumo;

IV – criação de Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo;

V – concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor.

§ 1º (Vetado).

§ 2º (Vetado).

CAPÍTULO III DOS DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

I – a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II – a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III – a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV – a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V – a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII – o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII – a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

IX – Vetado;

X – a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.

Art. 7º Os direitos previstos neste código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.

Parágrafo único. Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.

CAPÍTULO IV

DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA

REPARAÇÃO DOS DANOS

Seção I

DA PROTEÇÃO À SAÚDE E SEGURANÇA

Art. 8º Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

Parágrafo único. Em se tratando de produto industrial, ao fabricante cabe prestar as informações a que se refere este artigo, através de impressos apropriados que devam acompanhar o produto.

Art. 9º O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá informar, de maneira ostensiva e adequada, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto.

Art. 10. O fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança.

§ 1º O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.

§ 2º Os anúncios publicitários a que se refere o parágrafo anterior serão veiculados na imprensa, rádio e televisão, às expensas do fornecedor do produto ou serviço.

§ 3º Sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores,

a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informá-los a respeito.

Art. 11. Vetado.

Seção II

DA RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO

Art. 12. O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

§ 1º O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

- I – sua apresentação;
- II – o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam;
- III – a época em que foi colocado em circulação.

§ 2º O produto não é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

§ 3º O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar:

- I – que não colocou o produto no mercado;
- II – que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste;
- III – a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Art. 13. O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando:

I – o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados;

II – o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador;

III – não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

Parágrafo único. Aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.

Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

§ 1º O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais:

- I – o modo de seu fornecimento;
- II – o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam;
- III – a época em que foi fornecido.

§ 2º O serviço não é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

- I – que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;
- II – a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

§ 4º A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.

Art. 15. Vetado.

Art. 16. Vetado.

Art. 17. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento.

Seção III

DA RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO E DO SERVIÇO

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

§ 1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I – a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III – o abatimento proporcional do preço.

§ 2º Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no parágrafo anterior, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.

§ 3º O consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1º deste artigo sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou

características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.

§ 4º Tendo o consumidor optado pela alternativa do inciso I do § 1º deste artigo, e não sendo possível a substituição do bem, poderá haver substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos, mediante complementação ou restituição de eventual diferença de preço, sem prejuízo do disposto nos incisos II e III do § 1º deste artigo.

§ 5º No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.

§ 6º São impróprios ao uso e consumo:

I – os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos;

II – os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

III – os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.

Art. 19. Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I – o abatimento proporcional do preço;

II – complementação do peso ou medida;

III – a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios;

IV – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

§ 1º Aplica-se a este artigo o disposto no § 4º do artigo anterior.

§ 2º O fornecedor imediato será responsável quando fizer a pesagem ou a medição e o instrumento utilizado não estiver aferido segundo os padrões oficiais.

Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I – a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;

II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III – o abatimento proporcional do preço.

§ 1º A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.

§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.

Art. 21. No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento,

são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.

Art. 23. A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços não o exime de responsabilidade.

Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, vedada a exoneração contratual do fornecedor.

Art. 25. É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenuie a obrigação de indenizar prevista nesta e nas seções anteriores.

§ 1º Havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores.

§ 2º Sendo o dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador e o que realizou a incorporação.

Seção IV DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO

Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

I – trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

II – noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do

produto ou do término da execução dos serviços.

§ 2º Obstat a decadência:

I – a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;

II – Vetado.

III – a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

§ 3º Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

Parágrafo único. Vetado.

Seção V DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

§ 1º Vetado.

§ 2º As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

§ 3º As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

§ 4º As sociedades coligadas só responderão por culpa.

§ 5º Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

CAPÍTULO V DAS PRÁTICAS COMERCIAIS

Seção I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. Para os fins deste Capítulo e do seguinte, equiparam-se aos consumidores todas as pessoas determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas.

Seção II DA OFERTA

Art. 30. Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével.

Art. 32. Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto.

Parágrafo único. Cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei.

Art. 33. Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal, deve constar o nome do fabricante e endereço na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial.

Parágrafo único. É proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.

Art. 34. O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

Art. 35. Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, alternativamente e à sua livre escolha:

- I – exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade;
- II – aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente;
- III – rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.

Seção III DA PUBLICIDADE

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos,

técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

§ 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

§ 3º Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

§ 4º Vetado.

Art. 38. O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.

Seção IV DAS PRÁTICAS ABUSIVAS

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

- I – condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;
- II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III – enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV – prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V – exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI – executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII – repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII – colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

IX – recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais;

X – elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços.

XI – Dispositivo incluído pela MPV 1.890-67, de 22.10.1999.

XII – deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério.

XIII – aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido.

Parágrafo único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

Art. 40. O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços.

§ 1º Salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de dez dias, contado de seu recebimento pelo consumidor.

§ 2º Uma vez aprovado pelo consumidor, o orçamento obriga os contraentes e somente pode ser alterado mediante livre negociação das partes.

§ 3º O consumidor não responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio.

Art. 41. No caso de fornecimento de produtos ou de serviços sujeitos ao regime de controle ou de tabelamento de preços, os fornecedores deverão respeitar os limites oficiais sob pena de não o fazendo, responderem pela restituição da quantia recebida em excesso, monetariamente atualizada, podendo o consumidor exigir à sua escolha, o desfazimento do negócio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Seção V

DA COBRANÇA DE DÍVIDAS

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção

monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Art. 42-A. Em todos os documentos de cobrança de débitos apresentados ao consumidor, deverão constar o nome, o endereço e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente.

Seção VI

DOS BANCOS DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES

Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

§ 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

§ 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

§ 4º Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

§ 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer

informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

Art. 44. Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente. A divulgação indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.

§ 1º É facultado o acesso às informações lá constantes para orientação e consulta por qualquer interessado.

§ 2º Aplicam-se a este artigo, no que couber, as mesmas regras enunciadas no artigo anterior e as do parágrafo único do art. 22 deste código.

Art. 45. Vetado.

CAPÍTULO VI DA PROTEÇÃO CONTRATUAL

Seção I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigarão os consumidores, se não lhes for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio de seu conteúdo, ou se os respectivos instrumentos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão de seu sentido e alcance.

Art. 47. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor.

Art. 48. As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o fornecedor, ensejando inclusive execução específica, nos termos do art. 84 e parágrafos.

Art. 49. O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço,

sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

Parágrafo único. Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

Art. 50. A garantia contratual é complementar à legal e será conferida mediante termo escrito.

Parágrafo único. O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo e o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, devendo ser-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática, com ilustrações.

Seção II DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

I – impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;

II – subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;

III – transfiram responsabilidades a terceiros;

IV – estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

V – vetado;

VI – estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor;

VII – determinem a utilização compulsória de arbitragem;

VIII – imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor;

IX – deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor;

X – permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral;

XI – autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor;

XII – obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor;

XIII – autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração;

XIV – infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais;

XV – estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor;

XVI – possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

§ 1º Presume-se exagerada, entre outros casos, a vantagem que:

I – ofende os princípios fundamentais do sistema jurídico a que pertence;

II – restringe direitos ou obrigações fundamentais inerentes à natureza do contrato, de tal modo a ameaçar seu objeto ou equilíbrio contratual;

III – se mostra excessivamente onerosa para o consumidor, considerando-se a natureza e conteúdo do contrato, o interesse das partes e outras circunstâncias peculiares ao caso.

§ 2º A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.

§ 3º Vetado.

§ 4º É facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.

Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

I – preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;

II – montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;

III – acréscimos legalmente previstos;

IV – número e periodicidade das prestações;

V – soma total a pagar, com e sem financiamento.

§ 1º As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação.

§ 2º É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

§ 3º Vetado.

Art. 53. Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.

§ 1º Vetado.

§ 2º Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas, na forma deste artigo, terá descontada, além da vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo.

§ 3º Os contratos de que trata o *caput* deste artigo serão expressos em moeda corrente nacional.

Seção III DOS CONTRATOS DE ADESÃO

Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.

§ 1º A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.

§ 2º Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2º do artigo anterior.

§ 3º Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.

§ 4º As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.

§ 5º Vetado.

CAPÍTULO VII DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 55. A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

§ 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.

§ 2º Vetado.

§ 3º Os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais com atribuições para fiscalizar e controlar o mercado de consumo manterão comissões permanentes para elaboração, revisão e atualização das normas referidas no § 1º, sendo obrigatória a participação dos consumidores e fornecedores.

§ 4º Os órgãos oficiais poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, resguardado o segredo industrial.

Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

- I** – multa;
- II** – apreensão do produto;
- III** – inutilização do produto;
- IV** – cassação do registro do produto junto ao órgão competente;
- V** – proibição de fabricação do produto;
- VI** – suspensão de fornecimento de produtos ou serviço;
- VII** – suspensão temporária de atividade;
- VIII** – revogação de concessão ou permissão de uso;
- IX** – cassação de licença do estabelecimento ou de atividade;
- X** – interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade;
- XI** – intervenção administrativa;
- XII** – imposição de contrapropaganda.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

Art. 57. A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.

Parágrafo único. A multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), ou índice equivalente que venha a substituí-lo.

Art. 58. As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produtos, de suspensão do fornecimento de produto ou serviço, de cassação do registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou de qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço.

Art. 59. As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa, serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas neste código e na legislação de consumo.

§ 1º A pena de cassação da concessão será aplicada à concessionária de serviço público, quando violar obrigação legal ou contratual.

§ 2º A pena de intervenção administrativa será aplicada sempre que as circunstâncias de fato desaconselharem a cassação de licença, a interdição ou suspensão da atividade.

§ 3º Pendendo ação judicial na qual se discuta a imposição de penalidade administrativa, não haverá reincidência até o trânsito em julgado da sentença.

Art. 60. A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do art. 36 e seus parágrafos, sempre às expensas do infrator.

§ 1º A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva.

§ 2º Vetado.

§ 3º Vetado.

TÍTULO II

Das Infrações Penais

Art. 61. Constituem crimes contra as relações de consumo previstas neste código, sem prejuízo do disposto no Código Penal e leis especiais, as condutas tipificadas nos artigos seguintes.

Art. 62. Vetado.

Art. 63. Omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos, nas embalagens, nos invólucros, recipientes ou publicidade:

Pena: Detenção de seis meses a dois anos e multa.

§ 1º Incorrerá nas mesmas penas quem deixar de alertar, mediante recomendações escritas ostensivas, sobre a periculosidade do serviço a ser prestado.

§ 2º Se o crime é culposo:

Pena: Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 64. Deixar de comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade ou periculosidade de produtos cujo conhecimento seja posterior à sua colocação no mercado:

Pena: Detenção de seis meses a dois anos e multa.

Parágrafo único. Incorrerá nas mesmas penas quem deixar de retirar do mercado, imediatamente quando determinado pela autoridade competente, os produtos nocivos ou perigosos, na forma deste artigo.

Art. 65. Executar serviço de alto grau de periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente:

Pena: Detenção de seis meses a dois anos e multa.

Parágrafo único. As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à lesão corporal e à morte.

Art. 66. Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços:

Pena: Detenção de três meses a um ano e multa.

§ 1º Incorrerá nas mesmas penas quem patrocinar a oferta.

§ 2º Se o crime é culposo.

Pena: Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 67. Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva:

Pena: Detenção de três meses a um ano e multa.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 68. Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança:

Pena: Detenção de seis meses a dois anos e multa.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 69. Deixar de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base à publicidade:

Pena: Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 70. Empregar na reparação de produtos, peça ou componentes de reposição usados, sem autorização do consumidor.

Pena: Detenção de três meses a um ano e multa.

Art. 71. Utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer.

Pena: Detenção de três meses a um ano e multa.

Art. 72. Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, banco de dados, fichas e registros.

Pena: Detenção de seis meses a um ano ou multa.

Art. 73. Deixar de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registros que sabe ou deveria saber ser inexata.

Pena: Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 74. Deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara de seu conteúdo.

Pena: Detenção de um a seis meses ou multa.

Art. 75. Quem, de qualquer forma, concorrer para os crimes referidos neste código, incide as penas a esses cominadas na medida de sua culpabilidade, bem como o diretor, administrador ou gerente da pessoa jurídica que promover, permitir ou por qualquer modo aprovar o fornecimento, oferta, exposição à venda ou manutenção em depósito de produtos ou a oferta e prestação de serviços nas condições por ele proibidas.

Art. 76. São circunstâncias agravantes dos crimes tipificados neste código:

- I – serem cometidos em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade;
- II – ocasionarem grave dano individual ou coletivo;
- III – dissimular-se a natureza ilícita do procedimento;

IV – quando cometidos:

a) por servidor público, ou por pessoa cuja condição econômico-social seja manifestamente superior à da vítima;

b) em detrimento de operário ou rurícola; de menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou de pessoas portadoras de deficiência mental interditadas ou não;

V – serem praticados em operações que envolvam alimentos, medicamentos ou quaisquer outros produtos ou serviços essenciais.

Art. 77. A pena pecuniária prevista nesta Seção será fixada em dias-multa, correspondente ao mínimo e ao máximo de dias de duração da pena privativa da liberdade cominada ao crime. Na individualização desta multa, o juiz observará o disposto no art. 60, § 1º do Código Penal.

Art. 78. Além das penas privativas de liberdade e de multa, podem ser impostas, cumulativa ou alternadamente, observado o disposto nos arts. 44 a 47 do Código Penal:

I – a interdição temporária de direitos;

II – a publicação em órgãos de comunicação de grande circulação ou audiência, às expensas do condenado, de notícia sobre os fatos e a condenação;

III – a prestação de serviços à comunidade.

Art. 79. O valor da fiança, nas infrações de que trata este código, será fixado pelo juiz, ou pela autoridade que presidir o inquérito, entre cem e duzentas mil vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), ou índice equivalente que venha a substituí-lo.

Parágrafo único. Se assim recomendar a situação econômica do indiciado ou réu, a fiança poderá ser:

a) reduzida até a metade do seu valor mínimo;

b) aumentada pelo juiz até vinte vezes.

Art. 80. No processo penal atinente aos crimes previstos neste código, bem como a outros crimes e contravenções que envolvam relações de consumo, poderão intervir, como assistentes do Ministério Público, os legitimados indicados no art. 82, inciso III e IV, aos quais também é facultado propor ação penal subsidiária, se a denúncia não for oferecida no prazo legal.

TÍTULO III

Da Defesa do Consumidor em Juízo

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I – interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II – interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III – interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Art. 82. Para os fins do art. 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente:

I – o Ministério Público,

II – a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;

III – as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este código;

IV – as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear.

§ 1º O requisito da pré-constituição pode ser dispensado pelo juiz, nas ações previstas nos arts. 91 e seguintes, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.

§ 2º Vetado.

§ 3º Vetado.

Art. 83. Para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este código são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 84. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 1º A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

§ 2º A indenização por perdas e danos se fará sem prejuízo da multa (art. 287 do Código de Processo Civil).

§ 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao

juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu.

§ 4º O juiz poderá, na hipótese do § 3º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 5º Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial.

Art. 85. Vetado.

Art. 86. Vetado.

Art. 87. Nas ações coletivas de que trata este código não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais.

Parágrafo único. Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

Art. 88. Na hipótese do art. 13, parágrafo único deste código, a ação de regresso poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, vedada a denunciação da lide.

Art. 89. Vetado.

Art. 90. Aplicam-se às ações previstas neste título as normas do Código de Processo Civil e da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, inclusive no que respeita ao inquérito civil, naquilo que não contrariar suas disposições.

CAPÍTULO II DAS AÇÕES COLETIVAS PARA A DEFESA DE INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

Art. 91. Os legitimados de que trata o art. 82 poderão propor, em nome próprio e no interesse das vítimas ou seus sucessores, ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, de acordo com o disposto nos artigos seguintes.

Art. 92. O Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 93. Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local:

I – no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local;

II – no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente.

Art. 94. Proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor.

Art. 95. Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.

Art. 96. Vetado.

Art. 97. A liquidação e a execução de sentença poderão ser promovidas pela vítima e seus sucessores, assim como pelos legitimados de que trata o art. 82.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 98. A execução poderá ser coletiva, sendo promovida pelos legitimados de que trata o art.

82, abrangendo as vítimas cujas indenizações já tiveram sido fixadas em sentença de liquidação, sem prejuízo do ajuizamento de outras execuções.

§ 1º A execução coletiva far-se-á com base em certidão das sentenças de liquidação, da qual deverá constar a ocorrência ou não do trânsito em julgado.

§ 2º É competente para a execução o juízo:

I – da liquidação da sentença ou da ação condenatória, no caso de execução individual;

II – da ação condenatória, quando coletiva a execução.

Art. 99. Em caso de concurso de créditos decorrentes de condenação prevista na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e de indenizações pelos prejuízos individuais resultantes do mesmo evento danoso, estas terão preferência no pagamento.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, a destinação da importância recolhida ao fundo criado pela Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985, ficará sustada enquanto pendentes de decisão de segundo grau as ações de indenização pelos danos individuais, salvo na hipótese de o patrimônio do devedor ser manifestamente suficiente para responder pela integralidade das dívidas.

Art. 100. Decorrido o prazo de um ano sem habilitação de interessados em número compatível com a gravidade do dano, poderão os legitimados do art. 82 promover a liquidação e execução da indenização devida.

Parágrafo único. O produto da indenização devida reverterá para o fundo criado pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

CAPÍTULO III DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR DE PRODUTOS E

SERVIÇOS

Art. 101. Na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, sem prejuízo do disposto nos Capítulos I e II deste título, serão observadas as seguintes normas:

I – a ação pode ser proposta no domicílio do autor;

II – o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, vedada a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil. Nesta hipótese, a sentença que julgar procedente o pedido condenará o réu nos termos do art. 80 do Código de Processo Civil. Se o réu houver sido declarado falido, o síndico será intimado a informar a existência de seguro de responsabilidade, facultando-se, em caso afirmativo, o ajuizamento de ação de indenização diretamente contra o segurador, vedada a denúncia da lide ao Instituto de Resseguros do Brasil e dispensado o litisconsórcio obrigatório com este.

Art. 102. Os legitimados a agir na forma deste código poderão propor ação visando compelir o Poder Público competente a proibir, em todo o território nacional, a produção, divulgação distribuição ou venda, ou a determinar a alteração na composição, estrutura, fórmula ou acondicionamento de produto, cujo uso ou consumo regular se revele nocivo ou perigoso à saúde pública e à incolumidade pessoal.

§ 1º Vetado.

§ 2º Vetado.

CAPÍTULO IV DA COISA JULGADA

Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada:

I – *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência

de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81;

II – ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista no inciso II do parágrafo único do art. 81;

III – *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.

§ 1º Os efeitos da coisa julgada previstos nos incisos I e II não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

§ 3º Os efeitos da coisa julgada de que cuida o art. 16, combinado com o art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, propostas individualmente ou na forma prevista neste código, mas, se procedente o pedido, beneficiarão as vítimas e seus sucessores, que poderão proceder à liquidação e à execução, nos termos dos arts. 96 a 99.

§ 4º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior à sentença penal condenatória.

Art. 104. As ações coletivas, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes* ou ultra partes a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações

individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

TÍTULO IV

Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

Art. 105. Integram o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), os órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as entidades privadas de defesa do consumidor.

Art. 106. O Departamento Nacional de Defesa do Consumidor, da Secretaria Nacional de Direito Econômico (MJ), ou órgão federal que venha substituí-lo, é organismo de coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

I – planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política nacional de proteção ao consumidor;

II – receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III – prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;

IV – informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos diferentes meios de comunicação;

V – solicitar à polícia judiciária a instauração de inquérito policial para a apreciação de delito contra os consumidores, nos termos da legislação vigente;

VI – representar ao Ministério Público competente para fins de adoção de medidas processuais no âmbito de suas atribuições;

VII – levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violem os interesses

difusos, coletivos, ou individuais dos consumidores;

VIII – solicitar o concurso de órgãos e entidades da União, Estados, do Distrito Federal e Municípios, bem como auxiliar a fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de bens e serviços;

IX – incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos órgãos públicos estaduais e municipais;

X – Vetado.

XI – Vetado.

XII – Vetado.

XIII – desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

Parágrafo único. Para a consecução de seus objetivos, o Departamento Nacional de Defesa do Consumidor poderá solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnico-científica.

TÍTULO V

Da Convenção Coletiva de Consumo

Art. 107. As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo que tenham por objeto estabelecer condições relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo.

§ 1º A convenção tornar-se-á obrigatória a partir do registro do instrumento no cartório de títulos e documentos.

§ 2º A convenção somente obrigará os filiados às entidades signatárias.

§ 3º Não se exime de cumprir a convenção o fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do instrumento.

Art. 108. Vetado.

TÍTULO VI

Disposições Finais

Art. 109. Vetado.

Art. 110. Acrescente-se o seguinte inciso IV ao art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985:

“IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo”.

Art. 111. O inciso II do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a ter a seguinte redação:

“II – inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.”

Art. 112. O § 3º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a ter a seguinte redação:

“§ 3º Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa.”

Art. 113. Acrescente-se os seguintes §§ 4º, 5º e 6º ao art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985:

“§ 4º O requisito da pré-constituição poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.

§ 5º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei. (Vide Mensagem de veto) (Vide REsp 222582/MG – STJ)

§ 6º Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante combinações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

(Vide Mensagem de veto) (Vide REsp 222582/MG – STJ)”

Art. 114. O art. 15 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a ter a seguinte redação:

“**Art. 15.** Decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.”

Art. 115. Suprima-se o *caput* do art. 17 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passando o parágrafo único a constituir o *caput*, com a seguinte redação:

“**Art. 17.** Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.”

Art. 116. Dê-se a seguinte redação ao art. 18 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985:

“**Art. 18.** Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.”

Art. 117. Acrescente-se à Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, o seguinte dispositivo, renumerando-se os seguintes:

“**Art. 21.** Aplicam-se à defesa dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais, no que for cabível, os dispositivos do Título III da lei que instituiu o Código de Defesa do Consumidor.”

Art. 118. Este código entrará em vigor dentro de cento e oitenta dias a contar de sua publicação.

Art. 119. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de setembro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR

Bernardo Cabral

Zélia M. Cardoso de Mello

Ozires Silva



1. CONCEITOS BÁSICOS

Esquema

Constituição Federal, art. 5º, XXXII: O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor – **cláusula pétreia**.

Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/1990, cujas normas são de **interesse social** e de **ordem pública**.

Vulnerabilidade (art. 4º, I, CDC): **Todo** consumidor é presumidamente vulnerável.

Considerações

1. Para iniciar o estudo sobre Direito do Consumidor, é importantíssimo fazer uma leitura atenta do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Trata-se de uma lei pequena, com menos de 120, redigidos de forma clara e linguagem simplificada, pois a intenção é de que o próprio consumidor em geral consiga entendê-los.
2. O Direito do Consumidor está regulado, basicamente, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, Lei nº 8.078/1990, cujas normas são de **interesse social** e de **ordem pública**, criado em conformidade com as disposições Constitucionais do art. 5º, inciso XXXII, cláusula pétreia (*o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor*), art. 170, V e art. 48 da ADCT.
3. Como se tratam de normas de **ordem pública**, têm aplicação obrigatória, não podendo ser derogadas pelas partes. É uma **legislação especial**, cujo regime jurídico é aplicável sempre que se tratar de **relação de consumo**.
4. Para que haja uma **relação de consumo**, é necessário que de um lado esteja alguém que se enquadre no conceito de **consumidor** e, de outro, alguém que se enquadre no conceito de **fornecedor**.
5. Ao estudar o Direito do Consumidor, deve-se ter como premissa que **todo** consumidor é presumidamente **vulnerável** na relação de consumo. A intenção do legislador foi de criar uma situação jurídica mais favorável à parte mais fraca na relação (consumidor), a fim de equilibrar as desigualdades.

Esquema

CONCEITO DE CONSUMIDOR

GERAL (art. 2º)

- Pessoa física ou jurídica;
- Destinatário final.

POR EQUIPARAÇÃO

- Coletividade (art. 2º, parágrafo único);
- Vítimas de acidente de consumo (art. 17);
- Pessoas expostas a práticas comerciais (art. 29).

Considerações

1. Segundo o conceito padrão, trazido pelo CDC, consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatária final.
2. No entanto, o CDC prevê categorias que, mesmo não se enquadrando nesse conceito padrão, também receberão a proteção como se consumidores fossem. São os chamados consumidores por equiparação:

I – a coletividade de pessoas que haja intervindo nas relações de consumo;

II – todas as vítimas de acidente de consumo;

III – todas as pessoas expostas às práticas comerciais e contratuais.

Esquema

CONCEITO DE FORNECEDOR

Art. 3º Fornecedor é toda pessoa: física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, incluindo entes despersonalizados (exemplo: massa falida, sociedade de fato), **que desenvolvam atividade de:** produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

CONCEITO DE PRODUTO

Art. 3º, § 1º: Produto é qualquer bem móvel, imóvel, material ou imaterial. O legislador deixou o conceito bem amplo, a fim de abranger todo e qualquer bem oferecido no mercado de consumo.

CONCEITO DE SERVIÇO

Art. 3º, § 2º: Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado, mediante remuneração, salvo as decorrentes de relação de trabalho.

Considerações

1. De forma exemplificativa, o CDC enfatiza que estão incluídas no conceito de serviço as atividades de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária.
2. Em relação aos serviços, além daqueles expressamente citados pelo CDC, importante conhecer o teor das seguintes Súmulas do STJ:
 - **Súmula nº 297:** O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.
 - **Súmula nº 321:** O Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes.
 - **Súmula nº 469:** Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde.
3. Quanto à **remuneração** do serviço, deve-se compreender não apenas a **direta** como também a **indireta** (serviço aparentemente gratuito), ou seja, quando o custo do serviço vem embutido na própria atividade do fornecedor (exemplo: estacionamento *gratuitos* de supermercado, ou frete *gratuito* na compra de determinado produto, cujos custos estão diluídos nos produtos vendidos).
4. Quanto à aplicação do CDC aos **serviços públicos** (prestado pela administração direta ou indireta), é necessário fazer a distinção entre serviços públicos *uti singuli* e *uti universi*. Aos primeiros, cuja remuneração é mensurada e feita individualmente pelo consumidor, aplica-se o CDC (exemplo: serviço de energia elétrica, telefonia, transporte público, etc.), enquanto os segundos, custeados por impostos, não são considerados relação de consumo, não se aplicando, portanto, o CDC (exemplo: atendimento em postos de saúde, ensino da rede pública, etc.).

2. DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR

Esquema

DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR (Art. 6º):

I – a **proteção da vida, saúde e segurança** contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II – a **educação e divulgação** sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a **liberdade de escolha e a igualdade** nas contratações;

III – a **informação adequada e clara** sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV – a **proteção** contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

V – a **modificação das cláusulas** contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

VI – a efetiva **prevenção e reparação de danos** patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

VII – o **acesso aos órgãos judiciários e administrativos** com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

VIII – a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a **inversão do ônus da prova**, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

IX – vetado;

X – a **adequada e eficaz** prestação dos serviços públicos em geral.”

Considerações

- Um dos direitos básicos arrolados que merece atenção especial é a **inversão do ônus da prova**: para sua concessão, que pode ser **de ofício e somente em favor do consumidor**, é necessário que o juiz verifique a presença de **verossimilhança ou hipossuficiência** (não necessariamente ambos).
- É comum, em provas, questionarem se a *inversão do ônus da prova* se dá de forma *automática* e se é *regra* no direito do consumidor. A resposta é **não**. A inversão do ônus da prova somente poderá ser deferida, a critério do juiz, mediante a presença dos **requisitos verossimilhança ou hipossuficiência**.

3. Diferenciar: **Vulnerabilidade** (que pode ser técnica, jurídica, fática ou informacional) é uma presunção legal conferida a **todo** o consumidor. Já a **hipossuficiência** é um dos requisitos para a inversão do ônus da prova e sua existência deve ser analisada no **caso concreto**. Assim, todo o consumidor é *vulnerável*, mas nem todo é *hipossuficiente*.

RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR

Esquema

RESPONSABILIDADE OBJETIVA – PRODUTO OU SERVIÇO

FATO/Acidente de Consumo (art. 12)	VÍCIO (art. 18)
<p>Dano causado por um defeito. Exclui a responsabilidade quando: I – não colocou o produto no mercado; II – inexistente o defeito; III – culpa exclusiva do consumidor ou de 3º. Profissional liberal: Subjetiva. Prazo 5 anos PRESCRICIONAL a contar do conhecimento do dano e autoria. Quem responde? Fabricante, produtor, construtor, nacional ou estrangeiro e importador. E o comerciante? SUBSIDIÁRIO quando I – não achar os outros; II – não tiver identificação dos outros; III – não armazenou bem produtos perecíveis.</p>	<p>Inadequação: quantidade/qualidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • 30 dias ----- não duráveis • 90 dias ----- duráveis <p>Aparente/fácil constatação: Entrega do produto ou fim execução serviço. Oculto: Quando ficar evidente. Fornecedor: <u>30 dias</u> para sanar. Se não sanar no prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Substituição; • Restituição; • Abatimento; • Complementação (se quantidade). <p>Opções de imediato (qualidade): a) comprometer a característica ou qualidade, b) diminuir-lhe o valor; c) produto essencial. Quem responde? SOLIDARIEDADE.</p>

Considerações

1. Geralmente, as questões de provas trazem hipóteses de responsabilidade pelo **fato** ou pelo **vício** do produto ou serviço, exigindo que o candidato saiba diferenciar esses dois institutos que, apesar de parecidos, têm consequências diversas que não podem ser confundidas.
2. Como a responsabilidade do fornecedor está fundada na **teoria do risco da atividade**, o sistema adotou a regra da responsabilidade **objetiva**, ou seja, responderá independentemente da existência de **culpa**.

3. Entretanto, o próprio CDC traz uma **exceção** a essa regra da responsabilidade objetiva, ao dispor que o **profissional liberal** responderá mediante a verificação de culpa, ou seja, responderá de forma **subjetiva**.
4. **Vício**: afeta a qualidade/quantidade/disparidade dos produtos ou serviços, os quais se tornarão impróprios ou inadequados para o fim que se destinavam ou lhe diminuirão o valor (exemplo: liquidificador que, ao ser utilizado normalmente, em razão um vício de qualidade, para de funcionar).
5. O consumidor terá os seguintes **prazos** decadenciais para reclamar junto ao fornecedor:
 - **30 dias** para produtos e serviços **não duráveis** (exemplo: alimento);
 - **90 dias** para produtos e serviços **duráveis** (exemplo: eletrodoméstico).

Se for **vício aparente ou de fácil constatação**, o prazo começa a contar da entrega efetiva do produto ou do final da execução do serviço.

Se for **vício oculto**, o prazo começa a contar do momento em que ficar *evidenciado* o vício.

6. Em se tratando de **vício de qualidade de produto**, o fornecedor terá o **prazo de 30 dias** para saná-lo (efetuar a substituição das partes viciadas). Esse prazo pode ser reduzido ou ampliado por convenção das partes, desde que não fique inferior a 7 nem superior a 180 dias.
7. Não sendo resolvido o problema no prazo acima, caberá **ao consumidor escolher** umas dessas opções:
 - **Substituição** do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;
 - **Restituição** imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;
 - **Abatimento** proporcional do preço.
8. O consumidor poderá fazer uso **imediato** das opções acima (ou seja, sem precisar aguardar o prazo dos 30 dias para o fornecedor sanar o vício) sempre que em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder **comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor** ou se tratar de **produto essencial**.
9. Em se tratando de **vício de quantidade de produto**, não há que se falar em prazo para o fornecedor sanar o vício, podendo o consumidor exigir, **imediatamente**, à sua escolha, dentre as opções abaixo:
 - **Substituição** do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios;
 - **Restituição** imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;
 - **Abatimento** proporcional do preço;
 - **Complementação** do peso ou medida.

10. Quando se trata de **vício do serviço**, também não há prazo para o fornecedor saná-lo, podendo o consumidor exigir, **imediatamente**, à sua escolha, dentre as opções abaixo:
- **Reexecução** dos serviços, sem custo adicional e quando cabível (que poderá ser realizada por terceiros, mas por conta e risco do fornecedor);
 - **Restituição** imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;
 - **Abatimento** proporcional do preço.
11. Como a responsabilidade do fornecedor é objetiva, sua **ignorância** sobre os vícios dos produtos ou serviços não o exime da responsabilidade.
12. **Quem responde pelo vício?** A regra é a da **solidariedade**, ou seja, o consumidor poderá se dirigir a **qualquer um** dos fornecedores. Todos (qualquer um deles) têm o dever de solucionar o problema perante o consumidor, e depois, entre eles, que apurem e façam os ressarcimentos conforme acordarem. Exemplo: é comum o consumidor se dirigir ao comerciante para reclamar um vício do produto e esse fornecedor alegar que o problema deve ser reclamado diretamente com o fabricante; na verdade, independentemente de ser “problema de fábrica” ou qualquer outro tipo de vício, por disposição legal, todos são solidariamente responsáveis perante do consumidor.
13. **Fato** (também chamado de **acidente de consumo**): Caracteriza-se por um dano decorrente de defeito do produto ou serviço. Exemplo: liquidificador que, ao ser utilizado normalmente, em razão de defeito técnico, explode, causando lesões físicas ou psíquicas ao consumidor ou estragando outros objetos que estejam próximos.
14. O produto ou serviço **defeituoso** é aquele que não apresenta a segurança que dele se espera, levando-se em consideração, obviamente, o modo de fornecimento ou sua apresentação, o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi fornecido ou colocado no mercado. Entretanto, o produto não será considerado defeituoso em razão de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado, da mesma forma que o serviço não será considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.
15. Não apenas o defeito no produto ou serviço em si como também as **informações insuficientes ou inadequadas** sobre a utilização, fruição ou riscos dos produtos ou serviços podem gerar danos ao consumidor, caracterizando o *fato*.
16. Como o *fato* gera um dano (que vai além do prejuízo do produto ou serviço em si), a responsabilidade do fornecedor será de **indenizar**, o que, em regra, será buscado através de uma ação judicial.
17. O **prazo** para a propositura da ação será **prescricional de 5 anos**, a contar do conhecimento do dano e sua autoria. Observe-se que, em se tratando de relação de consumo, o prazo para o consumidor é mais favorável do que a regra geral do Código Civil, que prevê o prazo prescricional de 3 anos para pretensão de reparação civil.
18. **Exclui a responsabilidade** pelo *fato* a prova de que:
- O fornecedor não colocou o produto no mercado;
 - Embora tenha colocado o produto no mercado ou prestado o serviço, o defeito inexistiu;
 - A culpa foi exclusiva do consumidor ou de terceiro.

19. Quem responde pelo fato? O **fabricante**, o **produtor**, o **construtor**, nacional ou estrangeiro e o **importador**. Entretanto, o **comerciante** somente responderá em 3 hipóteses:

- Quando o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados;
- Quando o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador;
- Quando não conservar adequadamente os produtos perecíveis.

Isso significa dizer que, o comerciante responde de forma *subsidiária*, pois somente será responsável nas 3 hipóteses acima.

20. Quando tratamos da *relação de consumo*, nos conceitos iniciais, foi mencionada a figura do **consumidor por equiparação** quando **vítima de acidente de consumo (fato)**. Agora fica mais fácil entender esse conceito, pois se trata de terceiro que, mesmo não tendo adquirido o produto ou serviço como destinatário final, acabou sendo atingido pelo *acidente de consumo*. Exemplo: um veículo que, por um defeito no sistema de freios, não consegue frear, se chocando com outro e causando danos a ambos os condutores. O primeiro condutor, por ter adquirido o produto como destinatários final, já é considerado consumidor e o segundo, que simplesmente sofreu danos oriundos do fato também será considerado consumidor (por equiparação), utilizando-se das mesmas regras que o primeiro ao buscar a reparação dos danos.

Para fixar:

Responsabilidade pelo fato	Responsabilidade pelo vício
Surge o dever de indenizar danos.	Surge o dever de sanar o vício.
Será exercido, em regra, através de uma ação judicial.	Será exercido perante o próprio fornecedor.
Prazo prescricional para a propositura da ação é de 5 anos.	Prazo decadencial para reclamar é de 30 dias (não duráveis) e 90 dias (duráveis).

Exemplos para diferenciar:

Fato	Vício
O liquidificador explode e causa danos ao consumidor ou a terceiro.	O liquidificador para de funcionar.
O salto do sapato descola, causando uma lesão no tornozelo de quem está calçando-o.	O salto do sapato descola.
Esse alimento vencido é ingerido e causa algum dano ao consumidor ou a terceiro.	O alimento é vendido com o prazo de validade vencido.

3. PRÁTICAS COMERCIAIS (OFERTA, PUBLICIDADE E PRÁTICAS ABUSIVAS)

Esquema

- **OFERTA (art. 30)**

A oferta **vincula** o contrato e **obriga** o fornecedor.

Recusa:

- I – cumprimento;
- II – outro produto;
- III – rescisão do contrato com perdas e danos.

- Oferta ou publicidade por telefone (art. 33, parágrafo único);

- **PUBLICIDADE (art. 36 e 37)**

Tem que ser **explícito** que é publicidade:

ENGANOSA: Falsa, induz em erro.

ABUSIVA: Ofende valores (discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança).

- **Ônus da prova** é de quem **patrocina** (art. 38).

- **PRÁTICAS ABUSIVAS (ART. 39).**

Conjunto de práticas que são vedadas ao fornecedor.

Envio de produtos ou fornecimento de serviços sem autorização – amostra grátis.

- **Orçamento (art. 40)**

Validade de **10 dias** do seu recebimento, salvo estipulação em contrário.

Após **aprovado**, **obriga** os contraentes e somente poderá ser **modificado** mediante livre negociação.

Considerações

1. **Oferta:** Toda informação, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, **obriga** o fornecedor e **integra o contrato** que eventualmente vier a ser celebrado.
2. A oferta e apresentação de produtos ou serviços deve trazer de forma correta, clara, precisa, ostensiva e em língua portuguesa, todas as **informações** ao consumidor.
3. Se o fornecedor **recusar-se** a cumprir a **oferta**, o consumidor poderá, alternativamente e **à sua livre escolha**:
 - Exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade;
 - Aceitar outro produto ou prestação de serviço equivalente;
 - Rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.
4. É proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ao consumidor que a origina.
5. **Publicidade:** Deve ser veiculada de forma que o consumidor fácil e imediatamente a identifique como tal, a fim de que o destinatário tenha **consciência** de que está sendo estimulado a adquirir ou utilizar determinado produto ou serviço, evitando-se a chamada publicidade **subliminar**.
6. O **ônus da prova** da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as **patrocina** (fornecedor) e não ao meio de comunicação que a veicula.
7. É **proibida** qualquer **publicidade**:

ENGANOSA	ABUSIVA
Falsa, que induz em erro	Desrespeita valores
Informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.	Discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

8. As **práticas abusivas**, cujo rol exemplificativo segue abaixo, são **vedadas** (art. 39, CDC).

I – condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço (**venda casada**), bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II – recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III – **enviar ou entregar ao consumidor**, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço (caso ocorra essa prática, os produtos ou serviços remetidos ao consumidor equiparam-se a amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento);

IV – **prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor**, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V – exigir do consumidor **vantagem** manifestamente excessiva;

VI – executar serviços sem a prévia elaboração de **orçamento** e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII – **repassar informação depreciativa**, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII – colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela ABNT ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

IX – **recusar a venda** de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais;

X – elevar sem justa causa o **preço** de produtos ou serviços;

XI – deixar de estipular **prazo** para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério;

XII – aplicar **fórmula ou índice de reajuste** diverso do legal ou contratualmente estabelecido.”

9. **Orçamento**: O fornecedor de serviço deve entregar previamente orçamento, discriminando valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos, as condições de pagamento, bem como datas de início e término do serviço. Aprovado pelo consumidor, o orçamento **obriga** as partes e somente poderá ser modificado mediante livre negociação. Salvo estipulação em contrário, o orçamento tem **validade de 10 dias**, a contar do recebimento pelo consumidor.

4. PRÁTICAS COMERCIAIS (CADASTROS DE CONSUMIDORES E COBRANÇA DE DÍVIDAS)

Esquema

Cadastro negativo – art. 43, CDC

- **5 dias** para o arquivista corrigir e encaminhar as informações aos destinatários.
- **5 anos** máximo para ficar negativado ou se prescrever.

Cobrança de dívidas – art. 42, CDC

- O consumidor não poderá ser exposto a ridículo, constrangimento ou ameaça.
- **Quantia indevida** = à **repetição do indébito em dobro** + correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.
- Documentos de cobrança: Nome, o endereço e o número de CPF ou CNPJ.

Considerações

1. Bancos de dados e cadastros de consumidores: (Como SPC, SERASA, etc.) São considerados entidades de caráter *público* e devem permitir ao consumidor o acesso às informações existentes. As informações negativas sobre o consumidor não podem permanecer registradas por período superior a 5 anos. Da mesma forma, não poderão ser fornecidas por esses órgãos informações sobre débitos cuja cobrança já esteja prescrita. Sobre o assunto, observar as seguintes Súmulas do STJ:
 - Súmula nº 323: A inscrição do nome do devedor pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito até o prazo máximo de cinco anos, independentemente da prescrição da execução.
 - **Súmula nº 385**: Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.
 - **Súmula nº 404**: É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
 - **Súmula nº 359**: Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.
2. **Cobrança de dívidas**: O consumidor inadimplente não poderá ser exposto a ridículo ou submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Caso seja cobrado indevidamente, terá direito à **repetição em dobro**, acrescido de juros e correção monetária, salvo engano justificável (nessa hipótese, a repetição será simples). Os documentos cobrando as dívidas deverão trazer o nome, endereço, CPF ou CNPJ do fornecedor do produto ou serviço correspondente.

5. PROTEÇÃO CONTRATUAL (DIREITO DE ARREPENDIMENTO E GARANTIAS)

Esquema

- **Direito de arrependimento ou prazo de reflexão (art. 49)**

7 dias, contados da assinatura ou do recebimento;

Fora do estabelecimento.

- **Garantias (art. 50 + 26)**

Art. 26 – legal – imposta por lei.

Art. 50 – contratual – faculdade do fornecedor.

Contratual complementa a **legal**.

Considerações

1. **Prazo de arrependimento** é aquele conferido ao consumidor para desistir do negócio sempre que a contratação de fornecimento de produtos ou serviços ocorrer **fora do estabelecimento comercial**.

7 dias a contar da assinatura do contrato ou do recebimento do produto ou serviço.

Exercido esse direito de arrependimento (que não precisa ser motivado), todos os valores pagos serão imediatamente devolvidos e monetariamente atualizados. O CDC traz exemplos, como vendas *por telefone* ou *a domicílio*, mas o exemplo mais comum atualmente são as compras ou contratações de serviços pela *internet*.

2. Atenção para que a prática cotidiana não confunda: somente há direito de *arrependimento* (desistência do negócio) quando a contratação foi **fora do estabelecimento comercial** e somente há direito à *troca* nos casos já vistos em que o produto ou serviço apresentam **vícios**. Exemplo: é comum, após as datas festivas (Natal, Dia das Mães, etc.), os consumidores se dirigirem às lojas por não terem gostado da cor ou modelo do produto, ou por terem ganhado de presente e não ter servido o tamanho, e os comerciantes efetuarem as trocas; no entanto, isso é uma **faculdade** do fornecedor, que pretende conquistar o cliente, mas **não** há qualquer obrigação legal em efetuar tal troca (exceto quando o próprio fornecedor se obrigou, no momento da oferta ou contratação, hipótese em que deverá cumprir o ofertado ou pactuado).
3. **Garantia**: Trata-se de um prazo para reclamar por vícios dos produtos ou serviços. Portanto, a garantia legal é reclamada nos prazos decadenciais do art. 26 do CDC (30 ou 90 dias).

4. A **garantia legal é obrigatória**, imposta por lei, não precisando de termo escrito, sendo vedada e exoneração do fornecedor. (Exemplo: é comum que um fornecedor venda determinado produto e “avise” que não há garantia alguma; entretanto, essa informação deve ser desconsiderada, já que a garantia legal não é dada pelo fornecedor e sim imposta pela lei, sendo obrigatória em qualquer produto ou serviço fornecidos no mercado de consumo).
5. Há também a chamada **garantia contratual**, a qual é concedida por faculdade do fornecedor (mas quando oferecida deve ser obrigatoriamente cumprida), a fim de conquistar o cliente. Essa garantia, que pode ser total ou parcial, deve obrigatoriamente constar em termo escrito (o chamado **termo de garantia**) com todas as informações ao consumidor. É comum no mercado a chamada **garantia estendida**, espécie de garantia contratual, pela qual o consumidor paga um valor extra para ter uma cobertura por mais tempo; essa prática é aceita, desde que não seja *imposta* ao consumidor (deve ser opcional) e este esteja *ciente* de que lhe será cobrado um valor extra (para evitar que seja embutida no preço do produto ou serviço no momento da contratação).
6. O CDC menciona que a *garantia contratual* é complementar à *legal*. A respeito do tema, a **jurisprudência do STJ** já firmou posicionamento de que, em havendo, além da garantia legal, também a contratual, estas devem ser contadas na seguinte ordem: **contratual + legal**. Exemplo: se uma televisão tem 1 ano de garantia (contratual), após transcorrido esse prazo, o consumidor terá mais 90 dias (bem durável) de garantia (legal) para reclamar por eventuais vícios.

6. PROTEÇÃO CONTRATUAL (CLÁUSULAS ABUSIVAS E CONTRATO DE ADESÃO)

- **CLÁUSULAS ABUSIVAS (ART. 51)**

São **nulas** de pleno direito.

A nulidade de uma não invalida o contrato, salvo se o comprometer.

- **CONTRATO DE ADESÃO (ART. 54)**

- Cláusulas aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas **unilateralmente** pelo fornecedor, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.
- A **inserção** de cláusulas não desfigura a natureza de adesão;
- Redigidos em termos claros, caracteres ostensivos, fonte 12;
- Cláusulas com **limitação de direitos** deverão ser redigidas com destaque.

CONSIDERAÇÕES:

1. As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor, sendo que os contratos não obrigarão o consumidor quando não lhe for dada a oportunidade de tomar conhecimento prévio do seu conteúdo ou quando forem redigidos de modo a dificultar a sua compreensão.

2. São **abusivas**, nulas de pleno direito, as cláusulas que:

I – impossibilitem, exonerem ou atenuem a **responsabilidade** do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos (nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis);

II – subtraíam ao consumidor a opção de **reembolso** da quantia já paga, nos casos previstos no CDC;

III – **transfiram responsabilidades** a terceiros;

IV – estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;

V – vetado;

VI – estabeleçam **inversão do ônus da prova** em prejuízo do consumidor;

VII – determinem a utilização compulsória de **arbitragem**;

VIII – imponham **representante** para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor;

IX – deixem ao fornecedor a opção de **concluir** ou não o contrato, embora obrigando o consumidor;

X – permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, **variação do preço** de maneira unilateral;

XI – autorizem o fornecedor a **cancelar o contrato unilateralmente**, sem que igual direito seja conferido ao consumidor;

XII – obriguem o consumidor a **ressarcir os custos de cobrança** de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor;

XIII – autorizem o fornecedor a **modificar unilateralmente** o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração;

XIV – infrinjam ou possibilitem a violação de **normas ambientais**;

XV – estejam em **desacordo** com o sistema de proteção ao consumidor;

XVI – possibilitem a renúncia do direito de indenização por **benfeitorias necessárias**.

3. **Cláusulas abusivas** são **nulas** de pleno direito. Entretanto, pelo *Princípio da Conservação dos Contratos*, a nulidade de uma das cláusulas **não invalida o contrato**, salvo se apesar dos esforços de integração, ocorrer ônus excessivo a uma das partes.

4. **Atenção:** Muito embora a doutrina entenda que a abusividade das cláusulas pode ser declarada **de ofício** pelo julgador, o **STJ** tem o seguinte entendimento:

Súmula nº 381: “[...] nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas”.

5. “Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de **crédito** ou concessão de **financiamento** ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

I – preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;

II – montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;

III – acréscimos legalmente previstos;

IV – número e periodicidade das prestações;

V – soma total a pagar, com e sem financiamento.”

6. As **multas de mora** decorrentes de inadimplemento de obrigações não poderão ser superiores a **2%** do valor da prestação. Caso o consumidor opte por **liquidar antecipadamente** seu débito, total ou parcial, deverão ser reduzidos proporcionalmente os juros e demais acréscimos.

– **Súmula nº 285, STJ**: Nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor incide a multa moratória nele prevista.

7. Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante **pagamento em prestações**, bem como nas **alienações fiduciárias em garantia** (contratos que deverão ser expressos em moeda corrente nacional), consideram-se **nulas** de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a **perda total das prestações** pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado. Nos contratos do sistema de **consórcio** de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas terá **descontada**, além da vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo.

8. **Contratos de adesão**: Trazem cláusulas rígidas, uniformes e preestabelecidas unilateralmente pelo fornecedor; pode até haver inserção de cláusulas, o que não retirará a natureza de adesão do contrato. Por esses motivos, esse tipo de contrato deve ser redigido em termos claros, com caracteres ostensivos e legíveis, cuja fonte não pode ser inferior a 12. Ademais, as cláusulas que impliquem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas em destaque.

7. DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

Considerações

1. A defesa em juízo dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida individual ou coletivamente. Será coletiva quando se tratar de:
 - **Interesses ou direitos difusos** (transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato);
 - **Interesses ou direitos coletivos** (transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base);
 - **Interesses ou direitos individuais homogêneos** (de natureza divisível, decorrentes de origem comum).

2. A seguir, um quadro explicativo dos **interesses/direitos** (são tratados como sinônimos) **coletivos**:

DIREITOS	Difusos	Coletivos (<i>strictu sensu</i>)	Individuais homogêneos
TITULARES	Indetermináveis	Determináveis	Determináveis
ORIGEM	Relação de fato	Relação jurídica	Origem comum
OBJETO	Indivisível	Indivisível	Divisível
Exemplos	Propaganda abusiva	Mensalidade escolar abusiva	Acidente aéreo

3. **Legitimados** concorrentemente para a defesa **coletiva** dos consumidores (art. 82, CDC):

- Ministério Público;
- União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;
- Entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC;
- Associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo CDC, dispensada a autorização assemblear.

Observação: O MP, quando não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei.

8. PRINCÍPIOS DO DIREITO DO CONSUMIDOR

1. **Princípio da Vulnerabilidade:** Ao estudar o Direito do Consumidor, deve-se ter como premissa que **todo** consumidor é presumidamente **vulnerável** na relação de consumo. A intenção do legislador foi de criar uma situação jurídica mais favorável à parte mais fraca na relação (consumidor), a fim de equilibrar as desigualdades.
2. **Princípio do Dever Governamental:** É visto sob dois aspectos, o primeiro diz respeito ao dever do Estado em promover mecanismos suficientes à efetiva proteção do consumidor e o segundo diz respeito ao dever do Estado em promover a racionalização e melhoria do serviço público enquanto Estado-fornecedor.
3. **Princípio da Harmonização das Relações:** A Política Nacional das Relações de Consumo deve propiciar a harmonia entre a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico do mercado de consumo e a proteção do consumidor, evitando-se que um desses interesses prejudique ou inviabilize o outro.
4. **Princípio da Garantia de Adequação:** Emanada da necessidade de garantir ao consumidor produtos e serviços adequados, atendendo-se sempre ao binômio qualidade/segurança.
5. **Princípio da Boa-fé Objetiva:** Norma de conduta norteadora das relações de consumo, consubstanciada no dever de honestidade, lealdade e confiança entre fornecedor e consumidor.
6. **Princípio da Transparência e Informação:** Quanto mais bem informado estiver o consumidor sobre os produtos e serviços, mais conscientes serão suas escolhas. Para tanto, é preciso que haja a educação para o consumo, ao mesmo tempo que os produtos e serviços ofertados devem trazer de forma correta e clara todas as informações ao consumidor.
7. **Princípio do Acesso à Justiça:** De natureza constitucional, esse princípio é direcionado ao legislador, para que forneça mecanismos de acesso à justiça ao consumidor, como, por exemplo, a justiça gratuita para necessitados.

Resolução CMN/Bacen nº 3.694/2009 e Alterações Posteriores

Dispõe sobre a prevenção de riscos na contratação de operações e na prestação de serviços por parte de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de março de 2009, com base no art. 4º, inciso VIII, da referida lei,

RESOLVEU:

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem contemplar, em seus sistemas de controles internos e de prevenção de riscos previstos na regulamentação vigente, a adoção e a verificação de procedimentos, na contratação de operações e na prestação de serviços, que assegurem:

I – a prestação das informações necessárias à livre escolha e à tomada de decisões por parte de seus clientes e usuários, explicitando, inclusive, as cláusulas contratuais ou práticas que impliquem deveres, responsabilidades e penalidades e fornecendo tempestivamente cópia de contratos, recibos, extratos, comprovantes e outros documentos relativos a operações e a serviços prestados;

II – a utilização em contratos e documentos de redação clara, objetiva e adequada à natureza e à complexidade da operação ou do serviço prestado, de forma a permitir o entendimento do conteúdo e a identificação de prazos, valores, encargos, multas, datas, locais e demais condições.

III – a adequação dos produtos e serviços ofertados ou recomendados às necessidades, interesses e objetivos dos

seus clientes; (Incluído pela Resolução nº 3.919, de 25.11.2010)

IV – a possibilidade de tempestivo cancelamento de contratos; (Incluído pela Resolução nº 3.919, de 25.11.2010)

V – a formalização de título adequado estipulando direitos e obrigações para fins de fornecimento de cartão de crédito; e (Incluído pela Resolução nº 3.919, de 25.11.2010)

VI – o encaminhamento de cartões de crédito ao domicílio do cliente somente em decorrência de sua expressa solicitação. (NR) (Incluído pela Resolução nº 3.919, de 25.11.2010)

Art. 2º As instituições referidas no art. 1º devem divulgar, em suas dependências e nas dependências dos estabelecimentos onde seus produtos são ofertados, em local visível e em formato legível, informações relativas a situações que impliquem recusa à realização de pagamentos ou à recepção de cheques, fichas de compensação, documentos, inclusive de cobrança, contas e outros.

Art. 3º É vedado às instituições referidas no art. 1º recusar ou dificultar, aos clientes e usuários de seus produtos e serviços, o acesso aos canais de atendimento convencionais, inclusive guichês de caixa, mesmo na hipótese de oferecer atendimento alternativo ou eletrônico.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica às dependências exclusivamente eletrônicas nem à prestação de serviços de cobrança e de recebimento decorrentes de contratos ou convênios que prevejam canais de atendimento específicos.

§ 2º A opção pela prestação de serviços por meios alternativos aos convencionais é admitida desde que adotadas as medidas

necessárias para preservar a integridade, a confiabilidade, a segurança e o sigilo das transações realizadas, assim como a legitimidade dos serviços prestados, em face dos direitos dos clientes e dos usuários, devendo as instituições informá-los dos riscos existentes.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as Resoluções nºs 2.878, de 26 de julho de 2001, e 2.892, de 27 de setembro de 2001.

Brasília, 26 de março de 2009.

Henrique de Campos Meirelles

Presidente

CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESOLUÇÃO CMN/BACEN Nº 3694/09

1. A **Resolução nº 3694/2009** é popularmente chamada de “Código de Defesa do Consumidor Bancário”, trazendo disposições específicas à relação entre instituições financeiras e cliente.
2. **CAUIDADO:** A Resolução nº 3694 teve sua vigência a partir de 2009, com alterações feitas em 2010, e **revoga** expressamente as Resoluções anteriores (nº 2878/2001 e nº 2892/2001). Portanto, deve-se tomar cuidado com materiais de estudos anteriores a essa data, bem como com questões cujas respostas são fundamentadas nessas Resoluções já revogadas.
3. As instituições financeiras devem adotar, na contratação de operação e prestação de serviços, procedimentos que **asseguem**:

I – a prestação de informações, inclusive sobre cláusulas contratuais, deveres, responsabilidade e penalidades, bem como fornecer cópia de contratos, recibos, extratos, comprovantes e demais documentos.

II – a utilização de redação clara, objetiva e adequada, a permitir o entendimento do consumidor sobre as informações;

III – serviços e produtos adequados aos interesses dos clientes;

IV – possibilidade de cancelamento dos contratos;

V – contrato de cartão de crédito com informações sobre direitos e obrigações;

VI – envio de cartão de crédito ao domicílio do cliente somente mediante.

4. As instituições devem divulgar em suas dependências, em local visível e em formato legível informações sobre recusas de serviços.
5. **IMPORTANTE:** É **proibido** às instituições recusar ou dificultar aos clientes e usuários o acesso aos **meios convencionais** de atendimento (guichês de caixa), mesmo havendo atendimento alternativo ou eletrônico. Entretanto, essa proibição **não** se aplica quando se tratar de **dependências exclusivamente eletrônicas** nem quando se tratar de operação onde haja **previsão no contrato ou convênio** para utilização de canais de atendimento específicos.
6. A opção pela prestação de serviços por meios alternativos é admitida, desde que adotadas as medidas necessárias de segurança aos usuários e clientes, devendo as instituições informá-los dos riscos existentes.

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

(OBS.: Artigos relativos aos assuntos “Pessoa física e pessoa jurídica: capacidade e incapacidade civil, representação e domicílio”.)

Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- I – os menores de dezesseis anos;
- II – os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- III – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

- I – os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;
- II – os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;
- III – os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;
- IV – os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos índios será regulada por legislação especial.

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessarás, para os menores, a incapacidade:

- I – pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;
- II – pelo casamento;
- III – pelo exercício de emprego público efetivo;
- IV – pela colação de grau em curso de ensino superior;
- V – pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

Art. 6º A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

[...]

Art. 40. As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.

Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- I – a União;

II – os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;

III – os Municípios;

IV – as autarquias;

IV – as autarquias, inclusive as associações públicas;

V – as demais entidades de caráter público criadas por lei.

Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.

Art. 42. São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.

Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I – as associações;

II – as sociedades;

III – as fundações.

IV – as organizações religiosas;

V – os partidos políticos.

VI – as empresas individuais de responsabilidade limitada.

§ 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

§ 2º As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código.

§ 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica.

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

[...]

Art. 47. Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

Art. 48. Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.

Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular as decisões a que se refere este artigo, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

Art. 49. Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.

[...]

Art. 51. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.

§ 1º Far-se-á, no registro onde a pessoa jurídica estiver inscrita, a averbação de sua dissolução.

§ 2º As disposições para a liquidação das sociedades aplicam-se, no que couber, às demais pessoas jurídicas de direito privado.

§ 3º Encerrada a liquidação, promover-se-á o cancelamento da inscrição da pessoa jurídica.

Art. 52. Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade.

[...]

Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

Art. 71. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

Art. 72. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

Parágrafo único. Se a pessoa exercer profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.

Art. 73. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

Art. 74. Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar.

Parágrafo único. A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

Art. 75. Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é:

I – da União, o Distrito Federal;

II – dos Estados e Territórios, as respectivas capitais;

III – do Município, o lugar onde funcione a administração municipal;

IV – das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.

§ 1º Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

§ 2º Se a administração, ou diretoria, tiver a sede no estrangeiro, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, sito no Brasil, a que ela corresponder.

Art. 76. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

Parágrafo único. O domicílio do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.

[...]

Art. 115. Os poderes de representação conferem-se por lei ou pelo interessado.

Art. 116. A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.

Art. 117. Salvo se o permitir a lei ou o representado, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.

Parágrafo único. Para esse efeito, tem-se como celebrado pelo representante o negócio realizado por aquele em quem os poderes houverem sido subestabelecidos.

Art. 118. O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, responder pelos atos que a estes excederem.

Art. 119. É anulável o negócio concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com aquele tratou.

Parágrafo único. É de cento e oitenta dias, a contar da conclusão do negócio ou da cessação da incapacidade, o prazo de decadência para pleitear-se a anulação prevista neste artigo.

Art. 120. Os requisitos e os efeitos da representação legal são os estabelecidos nas normas respectivas; os da representação voluntária são os da Parte Especial deste Código.

CONSIDERAÇÕES SOBRE CÓDIGO CIVIL

(Pessoa física e pessoa jurídica: capacidade e incapacidade civil, representação e domicílio)

1. Das Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas

As “pessoas” podem ser de duas espécies:

- **Pessoas Naturais** (também chamadas de **Pessoas Físicas**) – são todos os seres humanos;
- **Pessoas Jurídicas** – entes formados por uma coletividade de pessoas ou de bens, que, por força de lei, adquirem personalidade jurídica.

O Art. 1º do CC dispõe que toda pessoa (física ou jurídica) é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

1. Das Pessoas Naturais (Pessoas Físicas)

Personalidade Civil – O art. 2º do CC prevê que “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”.

Portanto, mesmo que o nascituro (feto) tenha direitos assegurados desde a sua concepção (início da gravidez), **a personalidade civil somente começa ao nascimento com vida.**

Capacidade – há dois tipos que não podem ser confundidos:

- **Capacidade de Direito = de Gozo = Jurídica** – própria do ser humano e começa do nascimento com vida e só termina com a morte (art. 2º, CC);
- **Capacidade de Fato = de Exercício = de Ação** – é a capacidade de exercer pessoalmente os atos da vida civil, que em regra, é adquirida com a maioridade (18 anos).

Assim, é possível afirmar que todas as pessoas possuem *capacidade de direito*, mas nem todas possuem capacidade de fato.

Incapacidade – Como toda pessoa física possui capacidade de direito, quando se fala em incapacidade, refere-se à incapacidade de fato, ou seja, a incapacidade de exercer pessoalmente os atos da vida civil. O instituto da incapacidade existe para proteger pessoas que não possuem o completo discernimento. No CC, a incapacidade é separada por graus:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

Art. 4º São relativamente incapazes a certos atos, ou à maneira de os exercer:

<p>I – os menores de 16 anos; II – os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.</p>	<p>I – os maiores de 16 e menores de 18 anos; II – os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido; III – os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; IV – os pródigos.</p>
---	--

Os **absolutamente incapazes** devem ser **representados** (pelos pais, tutores ou curadores) para que o negócio jurídico seja considerado válido, já que a validade do negócio jurídico requer “agente capaz” (art. 104, CC), sendo nulo o negócio quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz (art. 166, I, CC).

Os **relativamente incapazes** devem ser **assistidos** (pelos pais, tutores ou curadores), já que é **anulável** o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente (art. 171, I, CC).

Absolutamente incapaz	Relativamente incapaz
Deve ser representado	Deve ser assistido
Se não for representado, o negócio é nulo	Se não for assistido, o negócio é anulável

Cessaçã o da Incapacidade – Geralmente, a incapacidade cessa pela extinção da sua causa: atingir a **maioridade** (18 anos); a **cura** de uma doença mental; a **reabilitação** do dependente de álcool ou drogas; ou pela **emancipação**.

Prevê o art. 5º do CC que *A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.*

Emancipação – Entretanto, através da **emancipação** é possível antecipar a capacidade de um menor de idade praticar todos os atos da vida civil (capacidade de fato). A emancipação se dará:

I – pela **concessão dos pais**, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

II – pelo **casamento**;

III – pelo exercício de **emprego público** efetivo;

IV – pela colação de grau em curso de ensino superior;

V – pelo **estabelecimento** civil ou comercial, ou pela existência de relação de **emprego**, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha **economia própria**.

Extinção da Pessoa Natural – A **morte** é o que determina o fim da pessoa natural. A morte pode ser **real** (quando o corpo é examinado e a morte confirmada por atestado de óbito) ou pode ser **presumida** (quando a pessoa está ausente, desaparecida, mas o corpo não é encontrado, presumindo-se, então, que está morta).

2. Das Pessoa Jurídicas

As pessoas jurídicas são de **direito público**, interno ou externo, e de **direito privado**.

Pessoas Jurídicas de Direito Público (Interno)	Pessoas Jurídicas de Direito Privado
União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios	Associações
Autarquias, inclusive as associações públicas;	Sociedades
Demais entidades de caráter público criadas por lei.	Fundações
Pessoas Jurídicas de Direito Público (Externo)	Organizações religiosas
Estados estrangeiros	Partidos políticos
Todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público (Organizações Intergovernamentais)	Empresas individuais de responsabilidade limitada

As **pessoas jurídicas de direito público interno** são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, porém, têm **direito de regresso** contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

Representação da Pessoa Jurídica – Em regra, a Pessoa Jurídica é representada pelos seus **administradores** nomeados, nos limites dos poderes definidos no ato constitutivo (art. 47, CC). Já se a Pessoa Jurídica tiver **administração coletiva**, as decisões serão tomadas por **maioria de votos dos presentes**, salvo se houver disposição diversa no ato constitutivo. Essas decisões tomadas pela maioria dos votos presentes podem ser **anuladas no prazo decadencial de 3 anos** em caso de violação do estatuto ou lei, erro, dolo, simulação ou fraude.

Personalidade da Pessoa Jurídica – Assim como ocorre com as pessoas físicas, as pessoas jurídicas também são dotadas de personalidade jurídica, sendo sujeitos de direitos e deveres.

Início da Personalidade – Art. 45. *Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a **inscrição do ato constitutivo no respectivo registro**, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.*

Fim da Personalidade (Extinção da Pessoa Jurídica) – Art. 51. *Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.*

2. Do Domicílio

Domicílio é o lugar em que as pessoas podem ser encontradas para os efeitos jurídicos. O CC trata do domicílio das pessoas físicas e jurídicas do art. 70 ao art. 78.



Domicílio da Pessoa Natural – Segundo o art. 70 do CC *O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo*. Entretanto, se ela tiver **diversas residências**, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu **qualquer delas**.

A pessoa natural pode ainda ter como domicílio **o lugar onde exerça sua função profissional**, quanto às relações que dizem respeito à sua profissão. Se exercer sua função em lugares diversos, cada um deles será considerado domicílio para fins profissionais.

A pessoa que **não tem residência habitual** (ex.: ciganos, circenses, mendigos), terá como domicílio o lugar onde for encontrada.

Domicílio Necessário – Algumas pessoas, em razão da situação ou condição que se encontram, têm seu domicílio definidos pela lei:

Pessoa	Domicílio
o incapaz →	o do seu representante ou assistente
o servidor público →	o lugar em que exercer permanentemente suas funções
o militar →	onde servir e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado
o marítimo →	onde o navio estiver matriculado
o preso →	o lugar em que cumprir a sentença

Domicílio da Pessoa Jurídica – Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio será:

Pessoa Jurídica	Domicílio
União →	O Distrito Federal
Estados e Territórios →	As respectivas capitais
Município →	O lugar onde funcione a administração municipal
Demais pessoas jurídicas →	O lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos

Tendo a pessoa jurídica **diversos estabelecimentos** em lugares diferentes (ex.: filiais), cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.

Se a administração, ou diretoria, tiver a **sede no estrangeiro**, haver-se-á por domicílio da pessoa jurídica, no tocante às obrigações contraídas por cada uma das suas agências, o lugar do estabelecimento, situado no Brasil, a que ela corresponder.

Por fim, nos **contratos escritos**, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes. É o chamado domicílio de eleição, decorrente do exercício da autonomia da vontade das partes.

Código de Defesa do Consumidor

1. **(11173)** CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | TRE - BA | 2010 ASSUNTOS: DEFINIÇÃO CONSUMIDOR E FORNECEDOR

A respeito dos direitos do consumidor, julgue os itens seguintes.

No exercício da atividade comercial, o camelô é considerado fornecedor na relação de consumo.

() Certo () Errado

2. **(19023)** CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | FCC | BANCO DO BRASIL | 2010 ASSUNTOS: CRIMES CONTRA A RELAÇÃO DE CONSUMO | DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR | DISPOSIÇÕES GERAIS | PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DO CONSUMIDOR

A questão referem-se à Lei nº 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor.

Tratando-se da proteção contratual, o consumidor pode desistir do contrato sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio, a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, no prazo de

- a) 7 dias.
- b) 14 dias.
- c) 21 dias.
- d) 28 dias.
- e) 56 dias.

3. **(11190)** CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | CEF | 2006 ASSUNTOS: CONCEITOS BÁSICOS | DEFINIÇÃO CONSUMIDOR E FORNECEDOR

O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC) é considerado, por muitos estudiosos, o mais completo instrumento de defesa do consumidor do mundo. Vários observadores internacionais já o estudaram, como fonte de referência, para a confecção de códigos em seus países. Com base no CDC, julgue os itens subsequentes.

Fornecedor é a pessoa jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, que desenvolve atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

() Certo () Errado

4. **(11177)** CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | ADAGRI - CE | 2009 ASSUNTOS: PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR

Julgue os itens abaixo acerca do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Caso um cliente solicite a uma oficina mecânica um orçamento para consertar seu veículo, o valor orçado terá validade pelo prazo de dez dias, contados da data em que o cliente o recebeu, salvo estipulação em contrário.

() Certo () Errado

5. (19020) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | CEF | 2005 ASSUNTOS: CONCEITOS BÁSICOS

O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC) é considerado, por muitos estudiosos, o mais completo instrumento de defesa do consumidor do mundo. Vários observadores internacionais já o estudaram, como fonte de referência, para a confecção de códigos em seus países. Com base no CDC, julgue os itens subsequentes.

Produto, para efeito de consumo, é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.

() Certo () Errado

6. (11195) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | FCC | BANCO DO BRASIL | 2010 ASSUNTOS: DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

As questões de números 61 a 64 referem-se à Lei nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor.

Tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos não duráveis, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

- a) 360 dias.
- b) 180 dias.
- c) 120 dias.
- d) 90 dias.
- e) 30 dias.

7. (11188) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | CEF | 2006 ASSUNTOS: DEFINIÇÃO CONSUMIDOR E FORNECEDOR

O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC) é considerado, por muitos estudiosos, o mais completo instrumento de defesa do consumidor do mundo. Vários observadores internacionais

já o estudaram, como fonte de referência, para a confecção de códigos em seus países. Com base no CDC, julgue os itens subsequentes.

O objetivo do CDC é a defesa dos menos favorecidos, tanto que, nesse Código, a definição de consumidor é a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

() Certo () Errado

8. (11201) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | TJ - DF | 2013 ASSUNTOS: DIREITO DO CONSUMIDOR

Acerca de direitos do consumidor, julgue os itens subsequentes.

O consumidor que adquire um produto pela Internet poderá exercer o direito de arrependimento no prazo máximo de sete dias, contado do recebimento do produto, tendo, nesse caso, direito de ser ressarcido dos valores eventualmente pagos.

() Certo () Errado

9. (11189) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | CEF | 2006 ASSUNTOS: CONCEITOS BÁSICOS

O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC) é considerado, por muitos estudiosos, o mais completo instrumento de defesa do consumidor do mundo. Vários observadores internacionais já o estudaram, como fonte de referência, para a confecção de códigos em seus países. Com base no CDC, julgue os itens subsequentes.

Uma coletividade de pessoas equiparase a consumidor, desde que os membros dessa coletividade sejam devidamente determinados e identificados e que tenham participado nas relações de consumo.

() Certo () Errado

10. (11175) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | ADAGRI - CE | 2009 ASSUNTOS: DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO | DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR | DISPOSIÇÕES GERAIS

Lúcia foi contaminada por alimento derivado de leite adquirido em um supermercado e, em razão dessa contaminação, experimentou danos materiais em decorrência das vultosas despesas médicas que contraiu, além de ter sofrido grave abalo moral que a levou a um estado clínico depressivo.

A partir dessa situação hipotética e das disposições do CDC acerca do assunto em tela, julgue os itens seguintes.

A partir do conhecimento do dano e de sua autoria, Lúcia tem o prazo de cinco anos para mover eventual ação de reparação de danos contra o fornecedor do produto contaminado.

() Certo () Errado

11. (11183) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | CEF | 2010 ASSUNTOS: PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR

Com relação ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) - Lei n.º 8.078/1990 -, assinale a opção correta.

- a) Em contratos de empréstimo bancário, tem amparo no referido código o uso de cláusula que estabeleça a arbitragem como forma compulsória de resolução de problemas entre as partes.
- b) Em contratos de empréstimo bancário, cláusula que permita a rescisão unilateral pelo banco não é vedado pelo CDC, desde que desobrigue o cliente do pagamento dos juros devidos.
- c) O cliente de instituição bancária que possuir título de capitalização poderá, com amparo no CDC, ter seu nome inserido em cadastro de beneficiários e receber produtos ou serviços sem solicitação expressa do cliente.

- d) A disponibilização do nome do cliente inadimplente em relação afixada em área comum de uma agência bancária, como forma de cobrança, tem amparo no CDC.
- e) É vedado o condicionamento da celebração de um contrato de empréstimo bancário à aquisição de outro produto ou serviço, tal como título de capitalização.

12. (11205) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | DPE - RR | 2013 ASSUNTOS: DIREITO DO CONSUMIDOR

Assinale a opção correta com base nas disposições do CDC acerca de decadência e prescrição.

- a) Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da celebração do contrato de consumo.
- b) Tratando-se do fornecimento de serviço ou de produtos não duráveis, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias.
- c) Prescreve em três anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço.
- d) Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.
- e) obsta a decadência a reclamação formalizada perante os órgãos ou entidades cujas atribuições incluam a defesa do consumidor.

13. (11185) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | INSS | 2008 ASSUNTOS: DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR

Acerca dos direitos dos usuários de serviços públicos, julgue os itens subsequentes.

Considere a seguinte situação hipotética.

João, por ter constatado erros em sua ficha hospitalar, dirigiu-se ao setor de registros do hospital e solicitou ao atendente que lhe mostrasse a ficha. Inicialmente, o atendente dificultou-lhe o acesso aos dados e, somente depois de muita insistência, João conseguiu

convencê-lo da necessidade de alterar alguns dados no referido documento. Entretanto, passada uma semana, João constatou que as alterações solicitadas não haviam sido efetuadas. Nessa situação, do ponto de vista do Código de Defesa do Consumidor, João nada poderá fazer, pois o código é omissivo com relação a esse tipo de problema.

() Certo () Errado

14. (19021) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | CEF | 2006 ASSUNTOS: CONCEITOS BÁSICOS

O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC) é considerado, por muitos estudiosos, o mais completo instrumento de defesa do consumidor do mundo. Vários observadores internacionais já o estudaram, como fonte de referência, para a confecção de códigos em seus países. Com base no CDC, julgue os itens subsequentes.

Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, remunerada ou não, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, e aquelas decorrentes das relações de caráter trabalhista.

() Certo () Errado

15. (19202) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | IFB | 2011 ASSUNTOS: DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

Julgue os itens a seguir, a respeito da prevenção e da reparação dos danos causados aos consumidores.

Uma dona de casa consumidora, que tenha adquirido em um supermercado 5 kg de carne bovina imprópria para consumo, deverá reclamar o defeito do produto no prazo máximo decadencial de 45 dias.

() Certo () Errado

16. (19193) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | IFB | 2011 ASSUNTOS: RESPONSABILIDADE CIVIL

Julgue os itens a seguir, a respeito da prevenção e da reparação dos danos causados aos consumidores.

Caso um profissional liberal da área médica cause danos a paciente consumidor, no exercício da prestação de serviços, a responsabilidade pessoal desse profissional liberal será apurada mediante a verificação de sua culpa.

() Certo () Errado

17. (11194) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | FCC | MPE - RS | 2010 ASSUNTOS: DISPOSIÇÕES GERAIS

Tendo em vista o Código de Defesa do Consumidor, considere as seguintes afirmações:

I – Entende-se por interesses ou direitos difusos, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

II – Entende-se por interesses ou direitos coletivos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

III – Entende-se por interesses ou direitos individuais homogêneos, os decorrentes de origem comum.

IV – As associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor têm legitimidade para a propositura de ação em juízo nos casos de defesa coletiva.

V – As entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, sem personalidade jurídica, mesmo que especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor, não têm

legitimidade para defesa do consumidor em juízo, ainda que se trate de defesa coletiva.

Estão corretas APENAS as afirmações:

- a) II, IV e V.
- b) I, II e III.
- c) III e V.
- d) III e IV.
- e) I e IV.

18. (11180) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | ADAGRI - CE | 2009 ASSUNTOS: DISPOSIÇÕES GERAIS

Julgue os itens abaixo acerca do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Considere que dois amigos tenham juntado suas economias e comprado produtos eletrônicos para venderem em um ponto de ônibus no centro da cidade. Nesse caso, eles não são considerados fornecedores à luz do CDC, uma vez que a sociedade constituída por ambos não tem personalidade jurídica.

() Certo () Errado

19. (19216) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | DPE - BA | 2010 ASSUNTOS: CLÁUSULAS ABUSIVAS

Com referência ao CDC, julgue o item subsequente.

A nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato como um todo, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.

() Certo () Errado

20. (11179) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | ADAGRI - CE | 2009 ASSUNTOS: DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR

Julgue os itens abaixo acerca do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Considere que um fabricante tenha inserido no mercado de consumo um processador de alimentos mais moderno

e de melhor qualidade que o modelo anterior, substituindo-o. Nesse caso, para os fins do CDC, o produto substituído não é considerado defeituoso.

() Certo () Errado

21. (19197) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | IFB | 2011 ASSUNTOS: DISPOSIÇÕES GERAIS

Acerca dos princípios e direitos do consumidor, julgue os itens seguintes. Doravante, considere que a sigla CDC, sempre que utilizada, refere-se ao Código de Defesa do Consumidor.

O CDC é uma lei de ordem pública econômica e de interesse social.

() Certo () Errado

22. (11198) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | FCC | BANCO DO BRASIL | 2010 ASSUNTOS: CRIMES CONTRA A RELAÇÃO DE CONSUMO | DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR | PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DO CONSUMIDOR

As questões de números 61 a 64 referem-se à Lei nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor.

O art. 20 dispõe que: O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I – A reexecução dos serviços, com custo adicional e quando cabível.

II – A restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

III – O abatimento proporcional do preço.

IV – A reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível, pode ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.

V – A restituição imediata da quantia paga, isenta de atualização monetária, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) II, IV e V.
- b) III e V.
- c) I, II e III.
- d) I e IV.
- e) II, III e IV.

23. (19199) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | IFB | 2011 ASSUNTOS: PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DO CONSUMIDOR

Acerca dos princípios e direitos do consumidor, julgue os itens seguintes. Doravante, considere que a sigla CDC, sempre que utilizada, refere-se ao Código de Defesa do Consumidor.

Os entes sem personalidade jurídica não podem ser considerados fornecedores de bens e serviços de consumo, conforme previsão legal.

() Certo () Errado

24. (19198) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | IFB | 2011 ASSUNTOS: PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DO CONSUMIDOR

Acerca dos princípios e direitos do consumidor, julgue os itens seguintes. Doravante, considere que a sigla CDC, sempre que utilizada, refere-se ao Código de Defesa do Consumidor.

Para o CDC, consumidor é a coletividade de pessoas, desde que essas pessoas sejam determináveis, que tenha participado nas relações de consumo.

() Certo () Errado

25. (11174) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | TRE - BA | 2010

ASSUNTOS: CONTRATO DE CONSUMO

A respeito dos direitos do consumidor, julgue os itens seguintes.

Se um consumidor contratar, por telefone, o fornecimento de produto, ele terá sete dias, a contar do ato do recebimento do produto, para desistir do contrato.

() Certo () Errado

26. (11197) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | FCC | BANCO DO BRASIL | 2010 ASSUNTOS: CRIMES CONTRA A RELAÇÃO DE CONSUMO | DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR | PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DO CONSUMIDOR

As questões de números 61 a 64 referem-se à Lei nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor.

São direitos básicos do consumidor:

I – A educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, não sendo asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.

II – A informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

III – A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, exceto contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos.

IV – A modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.

V – A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova,

a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) II, IV e V.
- b) III e IV.
- c) I, II e III.
- d) I e III.
- e) I, III e V.

27. (19196) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | IFB | 2011 ASSUNTOS: PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DO CONSUMIDOR

Acerca dos princípios e direitos do consumidor, julgue os itens seguintes. Doravante, considere que a sigla CDC, sempre que utilizada, refere-se ao Código de Defesa do Consumidor.

Com vistas à proteção integral ao consumidor, no curso de uma ação judicial, a inversão do ônus da prova em favor deste deve ser automática.

() Certo () Errado

28. (11176) CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR | CESPE | ADAGRI - CE | 2009 ASSUNTOS: RESPONSABILIDADE CIVIL

Lúcia foi contaminada por alimento derivado de leite adquirido em um supermercado e, em razão dessa contaminação, experimentou danos materiais em decorrência das vultosas despesas médicas que contraiu, além de ter sofrido grave abalo moral que a levou a um estado clínico depressivo. A partir dessa situação hipotética e das disposições do CDC acerca do assunto em tela, julgue os itens seguintes.

Ao mover ação de reparação de danos contra o fornecedor, Lúcia somente pode requerer a reparação dos danos materiais, posto que o CDC não garante expressamente a reparação de danos morais.

() Certo () Errado

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=30770>



Gabário: 1. (11173) Certo 2. (19023) A 3. (11190) Errado 4. (11177) Certo 5. (19020) Certo 6. (11195) E 7. (11188) Errado 8. (11201) Certo 9. (11189) Errado 10. (11175) Certo 11. (11183) E 12. (11205) D 13. (11185) Errado 14. (19021) Errado 15. (19202) Errado 16. (19193) Certo 17. (11194) D 18. (11180) Errado 19. (19216) Certo 20. (11179) Certo 21. (19197) Certo 22. (11198) E 23. (19199) Errado 24. (19198) Errado 25. (11174) Certo 26. (11197) A 27. (19196) Errado 28. (11176) Errado

Resolução nº 3.694/2009

- 1. (19948)** Prova: CESGRANRIO - 2012 - BB – Médio Assunto: Resolução CMN nº 3.694/2009

O município W possui uma única agência do banco Y. Gilberto, que trabalha e reside nesse município, é correntista do banco. Um dia, ao dirigir-se à agência, ele é surpreendido pela ausência completa de bancários, estando o atendimento limitado aos terminais eletrônicos. Utilizando um telefone disponibilizado na agência, Gilberto recebe a informação de que, por motivo de corte de custos, a agência com atendimento físico mais próximo está, agora, a sessenta quilômetros dali, mas que, para evitar prejuízos aos correntistas, um bancário, com múltiplas funções, passará a ir à sua agência, de quinze em quinze dias. Em relação ao atendimento bancário, as normas da Resolução CMN nº 3.694/2009 estabelecem que a(o)

- a) adoção de tecnologia de atendimento bancário, nas agências das instituições financeiras, é vedada.
- b) prestação de atendimento físico no local não é obrigatória quando as dependências da instituição financeira são exclusivamente eletrônicas.
- c) transformação de agências físicas em eletrônicas caracteriza um obstáculo indevido ao consumidor.
- d) transformação de agências físicas em eletrônicas depende da concordância dos correntistas.
- e) atendimento realizado por bancários, durante o horário de expediente ao público, é obrigatório em todas as agências ou dependências com serviços eletrônicos.

- 2. (19950)** DIREITO DO CONSUMIDOR | FCC | BANCO DO BRASIL | 2011 ASSUNTOS: RESOLUÇÃO CMN N°. 3.694/2009.

A Resolução nº 3.694/2009 dispõe que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem divulgar, em suas dependências e nas dependências dos estabelecimentos onde seus produtos são ofertados, em local visível e em formato visível, informações relativas:

- a) a situações que impliquem recusas à realização de pagamentos ou à recepção de cheques, fichas de compensação, documentos, inclusive de cobrança, contas e outros.
- b) ao quadro de funcionários operacionais alocados no estabelecimento, com a indicação da qualificação dos responsáveis pela gestão.
- c) ao volume de contratos de financiamentos e empréstimos consignados, e respectivas taxas de juros, realizados pelo estabelecimento.
- d) a situações que impliquem apenas a realização de pagamentos por meio de ficha de compensação.
- e) a recebimentos de pró-labore e empréstimos consignados pelo estabelecimento.

- 3. (19951)** DIREITO DO CONSUMIDOR | FCC | BANCO DO BRASIL | 2011 ASSUNTOS: RESOLUÇÃO CMN N°. 3.694/2009.

Em conformidade com a Resolução nº 3.694/2009, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem contemplar, em seus sistemas de controles internos, a adoção de procedimentos que assegurem:

- a) a prestação das informações necessárias à livre escolha e à tomada de decisões por parte dos dirigentes do Banco e do seu Conselho Diretor.

- b) a utilização, em contratos e documentos, de redação clara, objetiva e adequada à natureza e à complexidade da operação ou do serviço prestado, de forma a permitir o entendimento, por parte de seus clientes e usuários, do conteúdo e a identificação de prazos, valores, encargos, multas, datas, locais e demais condições.
- c) a divulgação de informações apenas em suas dependências internas, em local visível e em formato legível, exclusivamente aos funcionários do SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor.
- d) a utilização em contratos e documentos operacionais de redação técnica bancária, de entendimento específico dos funcionários envolvidos na operação do serviço prestado.
- e) a prestação das informações acerca das cláusulas contratuais ou práticas que impliquem deveres e responsabilidades do cliente e usuários nas operações ou serviço contratado, exclusivamente à auditoria do Banco e à Receita Federal.

4. (19953) DIREITO DO CONSUMIDOR | FCC | BANCO DO BRASIL | 2010 ASSUNTOS: RESOLUÇÃO CMN N°. 3.694/2009.

A Resolução CMN nº 3.694 assegura aos clientes e usuários de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

I – o recebimento de cópias simplificadas de contratos, exceto de recibos, extratos, comprovantes e documentos relativos a operações e a serviços prestados.

II – a redação de contratos e documentos clara, objetiva e adequada à natureza e à complexidade da operação ou do serviço prestado de forma a permitir o entendimento do conteúdo e demais condições.

III – o direito a informações por parte destas instituições financeiras, relativas a situações que impliquem recusa à realização de pagamentos ou à recepção de cheques, fichas de compensação, documentos, inclusive de cobrança, contas e outros.

IV – a facilidade de acesso aos canais de atendimento convencionais, inclusive guichês de caixa, mesmo na hipótese de oferecer atendimento alternativo ou eletrônico.

V – a opção pela prestação de serviços por meio alternativos aos convencionais, não sendo obrigatório as instituições informá-los acerca dos riscos existentes e sigilo das transações realizadas.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e IV
- d) II, IV e V.
- e) III e V.

5. (19952) DIREITO DO CONSUMIDOR | FCC | BANCO DO BRASIL | 2011 ASSUNTOS: RESOLUÇÃO CMN N°. 3.694/2009.

Conforme a Resolução nº 3.694/2009, é vedado às instituições financeiras:

- a) explicitar as cláusulas contratuais das operações contratadas ou práticas que impliquem deveres e obrigações dos clientes ou usuários.
- b) fornecer cópia de contratos, recibos, extratos, comprovantes e outros documentos relativos a operações e a serviços prestados.
- c) recusar ou dificultar, aos clientes e usuários de seus produtos e serviços, o acesso aos canais de atendimento convencionais, inclusive guichês de caixa, mesmo na hipótese de oferecer atendimento alternativo eletrônico.
- d) assegurar aos clientes e usuários procedimentos de controles internos que demonstrem a clareza e a

- segurança das operações e serviços prestados.
- e) divulgar informações relativas a situações que impliquem recusa

à realização de pagamentos ou à recepção de cheques, fichas de compensação, documentos, inclusive de cobrança, contas e outros.

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=31018>



Direito Civil

1. (13572) DIREITO CIVIL | FEPESE | DPE - SC | 2013 ASSUNTOS: DAS PESSOAS - PESSOA JURÍDICA

Assinale a alternativa correta de acordo com o Direito Civil.

É pessoa de direito público interno:

- a) Fundação.
- b) Autarquia.
- c) Partido político.
- d) Estado Estrangeiro.
- e) Associação de classe com representação nacional.

2. (10623) DIREITO CIVIL | FCC | TRE - PE | 2011 ASSUNTOS: DAS PESSOAS - PESSOA NATURAL

Maria está grávida de João, que sofreu um acidente de moto e encontra-se internado no hospital X em estado grave. Sem saber sobre os direitos do filho que está no seu ventre, Maria procura sua vizinha Sueli que é advogada. Sueli expõe a Maria que a personalidade civil da pessoa começa.

- a) da décima segunda semana após a concepção, que comprovada cientificamente, resguarda o direito do nascituro.
- b) da concepção, que comprovada cientificamente, resguarda o direito do nascituro.
- c) do nascimento com vida, sendo que a lei resguarda os direitos do recém-nascido somente após a constatação de vida feita pelo obstetra, momento em que este passa a existir no mundo jurídico.
- d) do nascimento com vida, mas que a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
- e) do nascimento com vida, sendo que a lei resguarda os direitos do recém-nascido somente após o registro civil

de nascimento deste no cartório competente.

3. (13573) DIREITO CIVIL | FEPESE | DPE - SC | 2013 ASSUNTOS: DAS PESSOAS - DOMICÍLIO

Assinale a alternativa correta de acordo com o Direito Civil brasileiro.

- a) O domicílio do Município é a Câmara Municipal.
- b) O domicílio do servidor público é a sua cidade de lotação.
- c) O domicílio do preso é o local onde vive o seu cônjuge ou a sua família.
- d) O domicílio do incapaz é o local do cartório civil em que foi averbada a sua incapacidade.
- e) A pessoa jurídica tem por domicílio a sede ou a filial, para os atos nele praticados.

4. (10615) DIREITO CIVIL | FCC | TCE - SE | 2011 ASSUNTOS: DAS PESSOAS - DOMICÍLIO

João é presidiário; cumpre pena num presídio localizado na cidade de Água Limpa e sua família mora em Pedra Azul. José é marítimo, exercendo as funções de marinheiro de navio mercante matriculado na cidade de Rio Vermelho, sendo que sua esposa e filhos moram em Morrinhos. Pedro é servidor público e exerce permanentemente as suas funções na cidade de Serra Verde, sendo que sua esposa e filhos moram em Vale Dourado. O domicílio civil de João, de José e de Pedro é, respectivamente,

- a) Água Limpa, Morrinhos e Vale Dourado.
- b) Pedra Azul, Morrinhos e Serra Verde.
- c) Água Limpa, Rio Vermelho e Serra Verde.
- d) Pedra Azul, Rio Vermelho e Vale Dourado.
- e) Água Limpa, Morrinhos e Serra Verde.

5. **(7844)** DIREITO CIVIL | CESPE | TJ - AC | 2012 ASSUNTOS: DAS PESSOAS - DOMICÍLIO | DAS PESSOAS - PESSOA JURÍDICA

Com relação às pessoas jurídicas, julgue os itens subsequentes.

Os estados e os territórios têm por domicílio as suas respectivas capitais.

() Certo () Errado

6. **(10643)** DIREITO CIVIL | FCC | PGE - MT | 2011 ASSUNTOS: DAS PESSOAS - PESSOA NATURAL

São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

- a) os menores de dezesseis anos.
- b) os pródigos, ainda que casados.
- c) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- d) os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos, ainda que casados.
- e) os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.

7. **(7845)** DIREITO CIVIL | CESPE | TJ - AC | 2012 ASSUNTOS: DAS PESSOAS - PESSOA JURÍDICA

Com relação às pessoas jurídicas, julgue os itens subsequentes.

A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado se inicia com o exercício da atividade.

() Certo () Errado

8. **(7842)** DIREITO CIVIL | CESPE | TJ - AC | 2012 ASSUNTOS: DAS PESSOAS - DOMICÍLIO | DAS PESSOAS - PESSOA NATURAL

No que diz respeito ao direito das pessoas naturais, conforme sua existência, personalidade, capacidade, nome, estado, domicílio e direitos da personalidade, julgue os itens que se seguem.

A pessoa natural poderá ter várias residências, mas apenas um único domicílio.

() Certo () Errado

9. **(13578)** DIREITO CIVIL | CESPE | TRE - BA | 2010 ASSUNTOS: DAS PESSOAS - DOMICÍLIO

Acerca da capacidade, do domicílio, da Lei de Introdução ao

Código Civil, dos direitos da personalidade e dos bens, julgue os itens que se seguem.

O servidor público tem domicílio necessário no lugar em que exercer permanentemente as suas funções.

() Certo () Errado

Para ver a explicação do professor sobre as questões, clique no link a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=31031>



Gabário: 1. (13572) B 2. (10623) D 3. (13573) E 4. (10615) C 5. (7844) Certo 6. (10643) B 7. (7845) Errado 8. (7842) Errado 9. (13578) Certo



Marketing

Professora: Amanda Lima



O que é marketing?

Segundo a AMA - American Marketing Association:

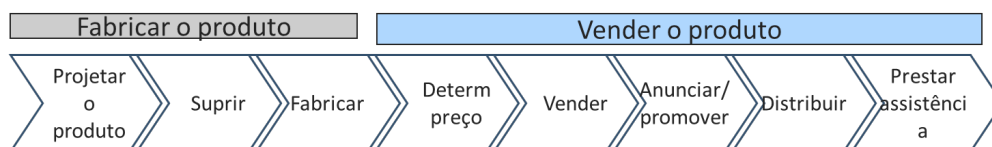
“Marketing é uma função organizacional e um conjunto de processos que envolvem a criação, a comunicação e a **entrega de valor** para os clientes, bem como a administração do relacionamento com eles, de modo que beneficie a organização e seu público interessado”.

É comum ouvirmos o termo Marketing como sinônimo de comunicação ou propaganda. Porém, com base no conceito acima, percebemos que o Marketing é um conjunto de processos, ou seja, não se resume a uma atividade ou ferramenta, e também não está ligado apenas à comunicação, como veremos no capítulo dos 4 Ps, mas inclui uma série de decisões e atividades relacionadas à **entrega de valor** ao cliente. O valor é criado, comunicado e entregue através de toda a cadeia produtiva da empresa, desde a concepção dos produtos/serviços até a compra/consumo por parte dos clientes e após, na manutenção do relacionamento com eles.

Valor Para o Cliente

Ao comparar o processo físico de criação dos produtos com o processo de criação de valor, podemos perceber que, enquanto o primeiro ocupa-se de projetar, fabricar e vender o produto, o segundo, relacionado ao Marketing, se inicia olhando para o mercado e segmentando os **clientes e suas necessidades**, posicionando-se, após, com relação ao valor que será entregue, e só depois seguindo as etapas de fabricação, venda e comunicação. Ou seja, seus componentes mais estratégicos ocorrem antes da fabricação e fornecimento do valor.

a) Processo físico tradicional



b) Criação e entrega de valor

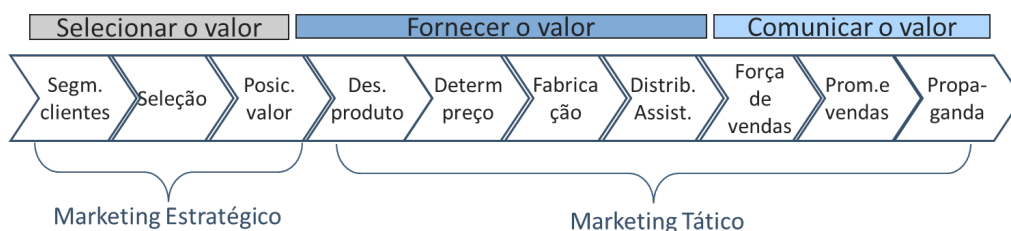


Figura 1 - Processo de Entrega de Valor

De acordo com Kotler (2009), o valor percebido é o valor atribuído pelos clientes ao produto ou serviço, baseado na relação entre os benefícios que este trará, segundo a ótica do consumidor, e os custos percebidos para sua aquisição, comparativamente à concorrência.

Valor é preço?

Não apenas. Para o Marketing, Valor inclui **tudo o que o cliente percebe como benefício e como custo**. Além do custo monetário, o custo total para o cliente inclui os custos de tempo, de energia física e psíquicos do comprador, que leva em conta esses custos juntamente com o custo monetário para formar um quadro do custo total para o cliente. Também são percebidos como benefícios o valor dos produtos e serviços, dos atendentes e da imagem associada ao produto/serviço.

Muitas pessoas confundem o real conceito de “valor” com “preço”. “Preço” é o custo financeiro de um bem para a sua aquisição. “Valor” é uma comparação psicológica sobre a funcionalidade do bem com o seu preço. Um indivíduo só se dispõe a comprar se o preço for igual ou abaixo do valor estipulado pelo seu inconsciente, baseado na funcionalidade para o uso próprio.

“Valor entregue ao cliente é a diferença entre o valor total para o cliente e o custo total para o cliente. O valor total para o cliente é o conjunto de benefícios que os clientes esperam de um determinado produto ou serviço. O custo total para o cliente é o conjunto de custo em que os consumidores esperam incorrer para avaliar, obter, utilizar e descartar um produto ou serviço.” (KOTLER, 2000)

Por que entregar valor?

- Porque os clientes estão mais informados do que nunca (tv, internet);
- [...] Em função disso, estão mais críticos;
- Hoje há muitas opções para qualquer produto/serviço e o cliente pode ir para o concorrente;
- A satisfação e a repetição da compra dependem da entrega ou não de valor.

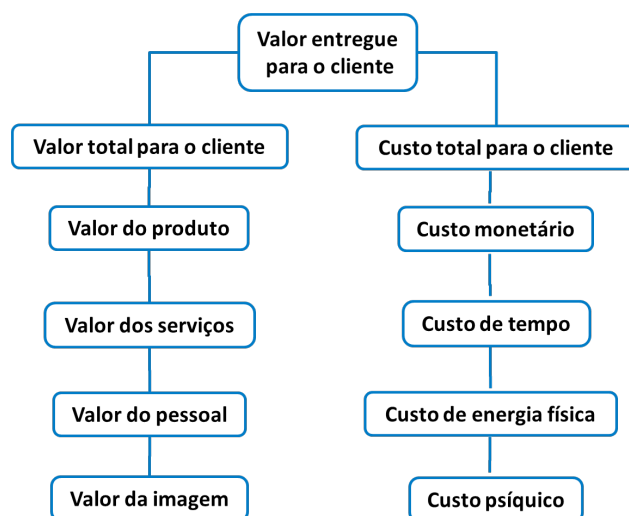


Figura 2 – Exemplo de elementos envolvidos no valor entregue ao cliente

Churchill e Peter (2000) descrevem alguns dos benefícios e custos envolvidos em uma compra. Com relação aos benefícios, há 4 tipos: benefícios funcionais, benefícios sociais, benefícios pessoais e benefícios experimentais. Os custos também apresentam-se divididos em 4 categorias: custos monetários, custos temporais, custos psicológicos e custos comportamentais.

Os **benefícios funcionais** são benefícios inerentes aos produtos e serviços, ou seja, atributos que oferecem uma utilidade funcional ao consumidor. Os **benefícios sociais** são reações positivas que o cliente recebe de outras pessoas por consumir determinado produto ou serviço. Geralmente estão associados à preferência por produtos de marca. Já os **benefícios pessoais** estão associados à satisfação que os clientes obtêm na realização da compra e uso dos produtos. Por fim, os **benefícios experimentais** associam-se ao prazer sensorial que as pessoas obtêm com produtos e serviços, como por exemplo, a sensação de prazer oferecida quando consumido um alimento saboroso.

Com relação aos custos, o principal deles refere-se à quantidade de dinheiro que deve ser disponível em troca de um produto ou serviço, denominado de **custos monetários**. Também considera-se aqui os riscos de perda financeira por mau desempenho do produto. Os **custos temporais** consideram o dispêndio de tempo na obtenção de produtos e serviços. No entanto, para Churchill e Peter (2000) nem sempre tempo pode ser custo: “em situações especiais, alguns clientes gostam de gastar tempo fazendo compras e apreciam a expectativa de aguardar que um produto especial seja entregue”. Já os **custos psicológicos** envolvem a energia ou a tensão mental e física envolvida no esforço de comprar e aceitar os riscos do produto. Por exemplo, a compra de produtos de alto valor monetário pode envolver uma avaliação mais cuidadosa na hora da compra, a fim de se fazer escolhas certas e reduzir a dissonância cognitiva. Por fim, os **custos comportamentais** se relacionam à quantidade de energia física necessária à compra de um produto ou serviço.

A criação de valor para os clientes constitui o alicerce de qualquer sistema de negócios bem sucedido, pois é geradora de lealdade e, por consequência, crescimento, lucros e mais valor.

MARKETING EM EMPRESAS DE SERVIÇOS

O Marketing de Serviços é esta função organizacional, denominada Marketing, aplicada às empresas de serviço (bancos, agências de viagem, assessoria imobiliária). Conceituando serviço na visão do Marketing:

“Serviço é qualquer ato ou desempenho, essencialmente intangível, que uma parte pode oferecer a outra e que não resulta na propriedade de nada. A execução de um serviço pode ou não estar ligada a um produto concreto.” (KOTLER, 2009)

Para compreendermos um pouco melhor esta definição, basta comparar os tipos de oferta que há no mercado, desde um bem tangível, onde não há nenhum serviço associado, até o serviço puro, onde não há produtos físicos:

- **Bem tangível:** Produto físico sem serviço associado. Exemplo: Sabão em pó, feijão no supermercado, caneta.
- **Bem tangível associado a serviço:** Produto físico para o qual os serviços são um complemento importante, seja na apresentação, entrega, instalação, treinamento, assistência técnica, garantia. Exemplo: Carros, móveis ou equipamentos que necessitam de instalação.
- **Híbrido:** Os produtos e serviços possuem importância equivalente, e pagamos igualmente pelo bem físico e serviço. Exemplo: Restaurantes.
- **Serviço principal associado a serviço secundário ou bem tangível:** Neste caso, bens são apoio, ou seja, o produto complementa a oferta de um serviço. Exemplo: Companhias aéreas.
- **Serviço puro:** Oferta pura e simples de um serviço. Exemplo: Médico, psicoterapeuta, empregada doméstica.

Apesar de o Marketing utilizar esta classificação para auxiliar na compreensão do que é serviço, hoje se verifica que as fronteiras entre produto e serviço não são mais tão rígidas. O que se verifica, na atualidade, é que as **ofertas estão tornando-se cada vez mais híbridas**. Isto pode ser verificado pela quantidade de empresas de roupas ou de carros, que têm grande parte da sua receita advinda do financiamento dos seus consumidores, ou empresas de equipamentos de infraestrutura cujos clientes valorizam enormemente treinamento e manutenção. Isto torna o mercado mais complexo e impacta na visão que as empresas precisam ter de quem são seus concorrentes, pois com relação ao financiamento, uma empresa de carros pode ser concorrente de um banco.

Os bancos, por sua vez, fazem pacotes com os seus serviços e dão a eles uma roupagem de produtos. Porém, é importante lembrar que **os bancos são, essencialmente, empresas de serviço**. Dentre os seus serviços estão:

- Financiamento de bens;
- Crédito;
- Gestão dos recursos do cliente (investimentos);
- Assessoria financeira;
- Seguro dos bens;
- Câmbio;
- Meios de pagamento (cartões).

Portanto, ainda que utilize alguns bens físicos como suporte (por exemplo, caixa eletrônico e cartão), o banco é uma empresa de serviços e enfrenta os desafios relacionados a isso, como veremos a seguir.

Características do Serviço

Em oposição aos produtos, os serviços apresentam as seguintes características (e desafios):

Intangibilidade

Não podemos “pegar” ou ver o serviço antes de adquirir. Isto gera certa incerteza no cliente. Os serviços bancários são imateriais e intangíveis, por isso é importante a relação de confiança e tudo que possa materializar um pouco os produtos e serviços.

Para superar a intangibilidade, por exemplo, os aspectos tangíveis do serviço são enfatizados, como a aparência e a comunicação pessoal, que podem levar mais confiança ao potencial usuário. Também a comunicação pós-venda, buscando um retorno do usuário sobre o serviço. Outra alternativa é o investimento na criação de uma forte imagem institucional para despertar a credibilidade.

Inseparabilidade

Os serviços são produzidos e consumidos simultaneamente. Quando um cliente tem seu dinheiro aplicado num investimento, o serviço está sendo produzido e consumido.

Para gerir a inseparabilidade, os vendedores (linha de frente) devem ser bem treinados para melhor realizar o contato com o público, administrar a demanda dos clientes e ampliar e/ou diversificar as instalações onde acontecem os contatos.

Variabilidade (heterogeneidade)

Os serviços dependem de quem, onde e quando são produzidos. Se adaptam ao cliente e isso é uma característica positiva. Cada atendimento é diferente e único. O desafio aqui é manter padrões de atendimento e níveis de qualidade.

A heterogeneidade pode ser contornada por meio de dois processos: a) personalização do serviço, tornando a variabilidade uma característica vantajosa e b) “industrialização” do serviço, ou seja, padronização pela tecnologia, bem como treinamento dos funcionários para um determinado modelo de atendimento.

Perecibilidade

Os serviços não podem ser estocados ou guardados. Num banco, como a demanda não é constante, podem “sobrar” ou “faltar” atendentes, dependendo do dia e horário. Isto constitui-se num desafio para os gestores.

A perecibilidade pode ser solucionada a partir da contratação de funcionários temporários para períodos de maior demanda, promoções, utilização de sistema de reservas e serviços complementares, terceirização de parte do serviço e/ou aumento do envolvimento do cliente no processo para evitar novas contratações, a exemplo do autoatendimento para compra de ingressos nos cinemas.

Portanto, percebemos que estas características exigem das empresas de serviço estratégias diferenciadas, especialmente com relação ao atendimento, imagem e relacionamento. Kotler (2009) afirma que:

“Em primeiro lugar, os consumidores de serviços geralmente confiam mais nas informações do boca a boca do que em propaganda. Em segundo lugar, eles dão grande importância ao preço, aos funcionários e aos fatores visíveis ao julgarem a qualidade. Em terceiro lugar, eles são altamente fiéis a prestadores de serviços que os satisfazem.”

A análise das características únicas do Serviço levou Kotler (2000) a desenvolver o chamado “Triângulo do Marketing de Serviços”, que reúne sua complexidade.

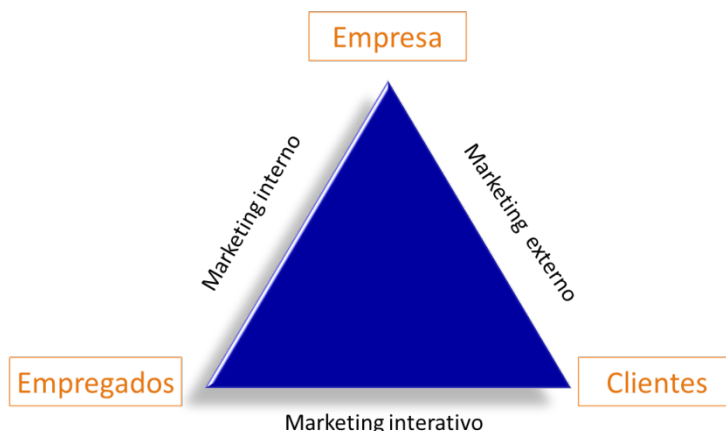


Figura 3 – Triângulo do Marketing de Serviços

Além do **Marketing externo** (4Ps), um Marketing de serviços efetivo também precisa de um **Marketing interno** (promovendo treinamentos, suporte, motivação e recompensa por servir bem os clientes) e de um Marketing interativo (causando boa impressão aos clientes quando em contato com os empregados da empresa).

Marketing Holístico

A visão do Marketing Holístico, assim como o termo sugere, é que todos os fatores que participam do processo mercadológico são relevantes e interdependentes. Assim, **consumidores, colaboradores, sociedade** e até mesmo os **concorrentes** devem ser considerados. Os profissionais de marketing devem lidar com uma variedade de questões e certificar-se de que as decisões em uma área são coerentes com as decisões em outras, devendo **trabalhar de forma integrada**.

O conceito de Marketing Holístico é uma nova abordagem de Marketing, que surgiu como uma resposta a mudanças fundamentais no ambiente de marketing atual (mudanças demográficas, a globalização, hipercompetição, desenvolvimento de Internet, responsabilidade social corporativa, etc.). Kotler e Keller (2006) o definem assim:

“O conceito de Marketing Holístico é baseado na concepção, desenvolvimento e implementação de programas de Marketing, processos e atividades que reconhecem a amplitude e as interdependências. O Marketing Holístico reconhece que ‘tudo importa’ para o marketing e uma perspectiva ampla e integrada é necessária para atingir a melhor solução.”



Figura 4 – Marketing Holístico

Kotler e Keller (2006) afirmam que o Marketing holístico possui quatro componentes:

- **Marketing de Relacionamento:** Busca desenvolver relacionamentos profundos com todas as pessoas ou organizações que podem, direta ou indiretamente, afetar o sucesso das atividades de marketing da empresa.
- **Marketing Integrado:** Busca montar programas totalmente integrados para criar, comunicar e entregar valor aos consumidores. Essas atividades dizem respeito às variáveis do composto de marketing (preço, produto, comunicação e distribuição).
- **Marketing Interno:** É a tarefa de contratar, treinar e motivar funcionários para que acolham os princípios de marketing e atendam bem os clientes.
- **Marketing Socialmente Responsável:** Também chamado de societal, envolve a preocupação com questões mais abrangentes, como os contextos éticos, ambientais, legais e sociais das atividades.

MARKETING DE RELACIONAMENTO

A abordagem do Marketing de Relacionamento parte do princípio de que a manutenção do cliente no longo prazo é a estratégia mais vantajosa, tendo em vista que o custo de aquisição de um novo cliente é mais alto. Portanto, o Objetivo do Marketing de Relacionamento é:

“Construir relacionamentos de longo prazo mutuamente satisfatórios com partes-chave (clientes, fornecedores, distribuidores, empregados) a fim de conquistar ou manter negócios com ela.” (KOTLER, 2006)

Em uma perspectiva mais ampla, percebemos que seus princípios são aplicáveis não só aos clientes, mas a outros grupos cuja relação é fundamental para a sobrevivência da empresa. Quando se desenvolve o Marketing de Relacionamento, busca-se conquistar e manter a

simpatia, confiança e lealdade e construir relações que são um ativo e podem ser um recurso valioso e fonte de **vantagem competitiva**. Isto porque **relacionamentos de longo prazo onde há conhecimento e confiança mútua reduzem os custos de transação** (tempo, conhecimento, erros). Relacionamentos com clientes, colaboradores e fornecedores e distribuidores não podem ser comprados ou imitados pelos concorrentes.

Para desenvolvê-los, porém, é necessário **compreender as necessidades**, capacidades, metas e desejos dos grupos. Este conhecimento possibilitará manter com cada grupo relações onde haja a percepção de ganho e satisfação mútua. É fundamental que haja **interação, diálogo e valorização**.

Como colocar em prática?

- **Buscar informações:** Demográficas, comportamentais e de transações e armazená-las em bancos de dados. Estas informações devem ser consideradas um aprendizado e utilizadas para ações que possam resultar em satisfação e fidelidade destes grupos de interesse.
- **Comunicação:** Marketing de relacionamento é baseado em comunicação. Por isso, a empresa deve utilizar todas as ferramentas de disponíveis (internet, telefone, celular, correio) e focar nas ferramentas de Marketing Direto.
- **Ferramentas de TI:** Graças à tecnologia, podemos facilitar a seleção do público-alvo e execução de ações de Marketing de Relacionamento. Por isso é importante aprender a utilizar as Tecnologias da Informação como aliadas.
- **Máxima individualização:** Marketing de Relacionamento é o oposto de *marketing* massivo. Por isso, tanto nos contatos como nas ofertas de produtos e serviços deve-se buscar adequação e personalização.
- **Endomarketing:** Realizar ações de marketing para os colaboradores da empresa (que são vistos como clientes internos), pois somente é possível prometer excelência nos produtos e serviços se os colaboradores estão aptos e dispostos a fazê-lo.
- **Força de Vendas:** É um importante componente da relação dos clientes com as empresas de serviço. Os vendedores e atendentes são, muitas vezes, responsáveis pela maior parcela da imagem que os clientes possuem da empresa, em termos de eficiência, confiança, qualidade e atenção.
- **Serviço de Atendimento ao Cliente:** Cada contato com o cliente é uma oportunidade de aprendizado. Quando o cliente liga para a empresa (mesmo SAC ou Ouvidoria), dá a oportunidade de a empresa aprender sobre, aperfeiçoar seus processos e planejar suas ações de relacionamento de maneira mais adequada.

CRM = Gestão do Relacionamento com o Cliente

(Customer relationship management)

“CRM é um processo interativo que transforma informação sobre os Clientes em relacionamentos positivos com os mesmos.” (SWIFT, 2001)

Atenção se as palavras abaixo aparecerem na prova:

CRM, relacionamento, *Marketing one to one*, base de dados (*data warehouse*).

Para implantar uma gestão do relacionamento eficiente, é fundamental identificar também a fase em que cada cliente se encontra no “ciclo de vida” de seu relacionamento com a empresa. Isso auxilia a compreensão sobre suas expectativas. Quanto ao seu relacionamento com a empresa, os clientes podem ser agrupados em seis grupos:

- **Prospects** (clientes potenciais): Pessoas identificadas na população em geral cujo perfil combina com o que a empresa procura.
- **Experimentadores**: São *prospects* que já tiveram contato com a empresa e estão começando a experimentar seus produtos e serviços.
- **Compradores**: São experimentadores que estão satisfeitos com a experiência inicial e passaram a fazer negócios com a empresa, considerando-a uma boa segunda ou terceira opção.
- **Clientes eventuais**: Satisfeito com o período em que a empresa satisfaz suas necessidades, o cliente já considera a empresa como fornecedora principal, porém ainda pode voltar a utilizar um concorrente se achar conveniente. Ele avalia constantemente a empresa qualquer deslize pode afetar o relacionamento com a empresa.
- **Clientes regulares**: Clientes que compram da empresa há muito tempo e depositam nela sua inteira confiança.
- **Defensores**: Clientes regulares tão comprometidos com a empresa que a recomendam a outros. Dificilmente este vínculo de confiança será quebrado.

SATISFAÇÃO

“Satisfação consiste na sensação de prazer ou desapontamento resultantes da comparação do desempenho (ou resultado) percebido de um produto em relação às expectativas do comprador.” (KOTLER, 2000)

⇩ Se o desempenho fica aquém das expectativas, o cliente fica **insatisfeito**.

⇒ Se o desempenho alcança as expectativas, o cliente fica **satisfeito**.

⇧ Se o desempenho supera as expectativas, o cliente fica **encantado**.

E o que são expectativas?

Expectativas são padrões internos utilizados pelos clientes para julgar a experiência com o serviço experimentado.

Quando um cliente vai a uma agência bancária esperando receber um atendimento especial:

⇩ Ficará insatisfeito se o serviço for inferior à sua expectativa;

⇒ Ficará satisfeito se for compatível com sua expectativa; e

⇧ Ficará encantado se o serviço superar sua expectativa.



As expectativas são formadas a partir de

- **Comunicações externas:** O que é comunicado sobre a organização.
- **Comunicação boca-a-boca:** O que falam sobre a organização.
- **Experiências passadas:** As experiências vividas pelos clientes.
- **Necessidades pessoais:** Relacionadas com exigências pessoais.
- **Características dos clientes:** Físicas, psicológicas, sociais ou recursos do cliente.

Para a sobrevivência da empresa, é fundamental que ela obtenha a satisfação do cliente mediante a oferta de produtos que correspondam às suas necessidades e desejos, pois o cliente satisfeito repete a aquisição do produto.

Em geral, um cliente satisfeito permanece por mais tempo e isso pode levar à **fidelidade**, que é “um **compromisso** profundo de comprar ou recomendar repetidamente certo produto ou serviço no futuro, apesar de influências situacionais e esforços de marketing potencialmente capazes de causar mudanças comportamentais” (OLIVER, *apud* KOTLER, 2006).

O clientes satisfeitos geralmente trazem muitos benefícios para as empresas porque:

- Defendem a empresa e se distanciam da concorrência;
- Têm mais probabilidade de se tornarem clientes fiéis e, como consequência, geram maiores receitas, reduzem custos promocionais e de atendimento;
- Promovem a comunicação boca a boca positiva;
- Reduzem custos referentes aos esforços para recuperação da satisfação do cliente em relação aos serviços.



A satisfação pode ser classificada em categorias de acordo com as reações afetivas, tais como contentamento, surpresa e, até, alívio. Oliver e Swan (1989) afirmam que a satisfação pode ser classificada em cinco categorias segundo as características do consumidor, do produto ou da situação de consumo:

1. **Contentamento:** Ausência de insatisfação, por exemplo, nas compras de rotina.
2. **Prazer:** Reação afetiva à aquisição de um produto/serviço, por exemplo, compra de bens de especialidade, como um automóvel.
3. **Alívio:** Quando se evita ou elimina um estado negativo, por exemplo, compra de vacinas e medicamentos.
4. **Novidade:** Produtos ou situações onde o consumidor procura ser confrontado com uma experiência nova, por exemplo, experimentar um novo restaurante de comida exótica.
5. **Surpresa:** Situação que se produz sem que o consumidor a espere ou a procure, por exemplo, receber um presente.

Estes são enfoques da satisfação que o banco deve conhecer para poder desenvolver ações voltadas à satisfação dos clientes. Conhecendo as maneiras como os clientes reagem aos diferentes estímulos é possível munir os vendedores de ferramentas e promover o conhecimento sobre como ampliar a satisfação.

Entretanto, devemos ter em mente que promover a satisfação em relação aos serviços não é tarefa muito fácil. As interações que ocorrem durante o serviço dependem em muito de fatores pessoais, que, em geral, são difíceis de serem controlados.

QUALIDADE E SATISFAÇÃO

A definição de qualidade do serviço está diretamente ligada à definição de satisfação ou insatisfação do cliente. Satisfazer clientes é um dos principais desafios da organização.

Como vimos anteriormente, a satisfação em relação aos serviços é um sentimento que resulta da avaliação do serviço com base nas expectativas que os clientes possuem antes de vivenciarem o seu desempenho e depende em muito da equipe que realiza o serviço.

Por isso, ***todas as pessoas de uma empresa devem sentir-se responsáveis pela satisfação do cliente.*** Quando os erros acontecerem (e eles surgirão, inevitavelmente) precisarão ser corrigidos de forma a causar um impacto positivo no cliente.

A qualidade não é uma preocupação restrita ao pessoal da linha de frente. Os diferentes segmentos de uma empresa devem contribuir para o processo global de atendimento ao cliente, trabalhando juntos, em equipe, e a administração não deve apenas ditar regras, fixar prioridades, mas também apoiar o pessoal da linha de frente, ouvindo seus problemas, comentários e tirando suas dúvidas.

Os provedores dos serviços precisam sentir-se satisfeitos no trabalho, pois só dessa maneira irão atender melhor os clientes. Isto não diz respeito apenas às compensações materiais, como um salário justo. É necessário manter uma liderança atenta e cuidadosa, que trate profissionais como seres humanos e não como números ou peças de um processo.

Todas as pessoas que trabalham com prestação de serviços precisam ***buscar qualidade o tempo todo***, mesmo quando tudo parece perfeito. Essa é uma prática fundamental, que visa ao constante aperfeiçoamento dos serviços.

Dimensões da Qualidade

Em geral, um consumidor não percebe a qualidade em função de um único fator. Parasuraman, Zeithaml e Berry (1988) desenvolveram uma escala, aplicável a todos os tipos de empresas de serviços, que leva em conta cinco dimensões da qualidade:

Confiabilidade

É a capacidade de desempenhar o serviço prometido de modo confiável e preciso. Refere-se à execução correta do serviço desde a primeira vez, ao atendimento no prazo estabelecido e ao monitoramento das especificações.

Os criadores desta escala afirmam que esta dimensão é a mais importante dentre as cinco. É a variável de resultado central nos relacionamentos de negócios, que assegura a força, estabilidade, durabilidade e a lucratividade de uma relação.

Responsividade (presteza)

É a disposição de ajudar aos clientes e de fornecer o serviço com prontidão. Cabe ao vendedor propor uma solução e resolver problemas na hora.

Responsividade significa esmero no fornecimento de um serviço, disposição dos funcionários em atender, prontamente, os clientes. Para a presteza vigorar, deve haver também segurança, já que o funcionário não terá capacidade de resposta rápida, a qualquer eventualidade do serviço, se ele próprio não conhecer a dimensão do serviço em que atua. Alguns autores acreditam que realizar um serviço requer presteza e um grau de disciplina mais elevado do que o exigido na fabricação de um bem. Isto porque os bens são objetos, dispositivos ou coisas, capazes de fornecer às pessoas uma avaliação objetiva, seja por peso, medidas ou outro aspecto concreto. Já o serviço é uma ação, esforço ou desempenho, o que torna sua avaliação mais subjetiva.

Empatia

É a atenção individualizada e cuidadosa que as empresas proporcionam a seus clientes. Trata-se da capacidade de o fornecedor do serviço colocar-se no lugar do cliente.

A empatia está condicionada ao conhecimento dos clientes, à atenção individualizada, aos horários de funcionamento compatíveis com as necessidades e desejos dos usuários e a utilização adequada da forma e do conteúdo da comunicação com o público-alvo. Ser empático significa compreender a visão de mundo do outro e buscar atendê-lo de acordo com suas percepções.

Segurança

Diz respeito ao conhecimento e cortesia dos funcionários e sua capacidade de transmitir segurança e inspirar confiança.

Envolve a credibilidade e a competência (habilidade e conhecimento) de uma empresa em realizar um serviço, bem como a capacidade de atender com cortesia os usuários.

Tangíveis

Referem-se à aparência física das instalações, equipamentos, pessoal e material de comunicação. Esses aspectos são valorizados nos serviços porque sinalizam cuidado do prestador de serviço e sua consideração com o cliente.

Como se trata da aparência e não apenas dos objetos, as sensações podem ser compreendidas também, como aquelas advindas da iluminação, do som e da temperatura ambiente. Grande parte da importância desse item é devida à ausência de um produto físico, fator exaltado nas avaliações dos usuários.

Além destes fatores, podem impactar na percepção de qualidade o **profissionalismo, as habilidades e o comportamento dos atendentes, a facilidade de acesso e a flexibilidade, a capacidade de recuperação** diante de problema e a reputação da empresa (GRÖNROOS, 2003). Por isso, o Marketing precisa estar atento a cada um dos elementos do serviço que impactam na percepção do cliente.

RETENÇÃO DE CLIENTES

O Marketing tem como premissa que atrair novos clientes, em geral, é mais caro para empresa do que manter os atuais. Por isso é tão importante reter os clientes (especialmente os bons clientes!). Para isso, é importante que invista em:

- **Medição periódica da satisfação** dos clientes, através de **pesquisas** como questionários, entrevistas, focus group e cliente oculto.
- Perceber as reações e **reclamações** dos clientes (Ouvidoria, SAC e lojas) e utilizar estas informações para qualificar os processos, atendimento, produtos e serviços.
- Monitorar **índices de perda de clientes** para saber se está perdendo muitos clientes e tentar identificar as causas.
- Monitorar constantemente a **qualidade** dos produtos/serviços para garantir que estejam em níveis altos.

“Esquizofrenia” do consumidor

As empresas já percebem que hoje o cliente está muito difícil de agradar! Isso se deve a diversos fatores que já mencionamos (mais acesso à informação, diversos fornecedores à disposição) e faz com que seja necessário investir em **pesquisa** e desenvolver a cultura de **buscar compreender o cliente**. Além disso, o cliente tem toda a complexidade de qualquer ser humano, podendo ser muito exigente com alguns fatores e flexível com outros, aceitar pagar mais por alguns produtos/serviços e não por outros.

O consumidor não é mais fiel

Hoje em dia é muito difícil manter clientes por toda a vida. Em geral, as pessoas escolhem suas marcas de acordo com tantos fatores (preço, qualidade, conveniência, reputação da marca) e há tantos fornecedores, que é fácil trocar de um para outro de acordo com a melhor proposta ou interesse momentâneo. Portanto, a relação é mais frágil e exige das empresas **estratégias** muito mais **elaboradas para satisfazer e reter os clientes**.



O poder dos clientes

Os clientes têm mais poder, não só pela existência de concorrentes, mas também em função dos direitos legais adquiridos com o Código de Defesa do Consumidor. E o mais importante: têm consciência disso e usufruem deste poder.

“Os clientes estão mais poderosos do que nunca e reinam absolutos, conscientes dos seus direitos” (OLIVEIRA, 2012) .

O que os clientes esperam de um banco?

Com base em inúmeras pesquisas de diferentes instituições, os fatores mais frequentemente apresentados estão relacionados ao **atendimento, credibilidade e preço considerado justo**. Estes fatores são fortemente relacionados com a satisfação do cliente, e envolvem tanto aspectos objetivos (números que indicam a saúde financeira do banco, taxas) como subjetivos (simpatia com a marca, disponibilidade e cordialidade no atendimento). Aspectos que aparecem com frequência como determinantes da satisfação dos clientes de banco são:

- Bom atendimento;
- Confiança;
- Preços adequados (taxas e tarifas);
- Solidez;
- Interesse;
- Agilidade;
- Cordialidade;
- Conhecimento;
- Acesso às informações.

Da mesma forma, a percepção de um atendimento mal-humorado, ineficaz e que incapaz de solucionar problemas, pode ser determinante para um cliente abandonar uma instituição financeira.

Pesquisar frequentemente os clientes e observar o seu comportamento pode ser decisivo para poder fazer ações que ampliem a satisfação e retenção dos clientes.

TELEMARKETING

“Uso de operadores de telefone para atrair novos clientes, entrar em contato com clientes atuais, aferir o nível de satisfação ou receber pedidos.”

(KOTLER, 2006)

Pela definição acima, podemos perceber que telemarketing não diz respeito apenas à vendas pelo telefone, como a ele se refere o senso comum. O contato telefônico pode ser utilizado com vários **objetivos**, como:

- Televendas: Vender pelo telefone;
- Telecobertura: Acompanhar os clientes, fazer contatos de relacionamento;
- Tele prospecção: Buscar novos clientes;
- Serviço ao cliente: Pós-venda, pesquisas de satisfação, resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas.

Percebemos, então, que esta ferramenta, além da venda, serve para aproximar a empresa dos clientes, proporcionar que ela o conheça melhor, mantenha relacionamento, ouça suas reclamações, esclareça suas dúvidas. Por isso é uma ferramenta muito utilizada pelas empresas. Dentre as **qualidades do telemarketing**, estão o fato de que ele:

- Amplia receitas: Direta e indiretamente, pois possibilita vendas, busca de clientes e relacionamento.
- Reduz custos de venda: É mais barato do que a venda e atendimento pessoal.
- Aumenta a satisfação: É um canal que possibilita contato direto com o cliente para que esclareça dúvidas, reclame e expresse sua opinião em pesquisas.

Até a década de 1980, o telemarketing era utilizado basicamente como uma ferramenta de vendas. Porém, nos anos 90 ascensão dos SACs, com a ascensão dos serviços de atendimento ao cliente (SAC), ganhou também uma conotação de serviço ao cliente. O fator crítico da utilização do telemarketing pelas empresas são as pessoas, por isso dizemos que os **Recursos Humanos são a alma da operação**, pois o cliente baseará sua opinião na percepção que teve sobre o atendente, sua cordialidade, educação, conhecimento, etc. Desta forma, podemos deduzir que a **etiqueta e qualidade no atendimento** são fundamentais para conquistar a satisfação do cliente.

Sem dúvida, hoje o telemarketing é reconhecido como uma ferramenta que além de vendas atua sobre o **relacionamento** e a **retenção de clientes**. É uma ferramenta de Marketing Direto, como veremos mais a frente, pois o contato acontece de maneira individual, planejada e há resposta do cliente.

O telemarketing pode ocorrer por iniciativa da empresa (ativo) ou do cliente (receptivo). Portanto, mesmo quando o cliente liga para a empresa, ainda que seja para a Ouvidoria ou SAC, trata-se de telemarketing.

Ativo

Contata clientes atuais e potenciais

Receptivo

Recebe ligações dos clientes

Figura 5 – Telemarketing Ativo e Receptivo

PROPAGANDA E PROMOÇÃO

Como parte do composto de comunicação, estas ferramentas têm como objetivo atrair os clientes e manter a empresa presente em sua memória. Além disso, a comunicação impacta fortemente na reputação e na imagem que os clientes têm da empresa.

A empresa precisa **planejar** e **monitorar** as comunicações relacionadas à ela, e não somente aquelas de sua iniciativa, mas qualquer uma que se refira à organização e que podem ser:

- **Comunicações pessoais:** Como boca a boca, fóruns, internet, líderes de opinião, propagandas que repercutem, vendas pessoais.
- **Comunicações não pessoais:** Como propaganda, promoção de vendas, eventos e experiências, ações de Relações Públicas.

Algumas das comunicações mais frequentes que as empresas mantêm com seus clientes são a Propaganda e a Promoção de Vendas, que veremos a seguir.

Propaganda

“Qualquer forma paga de apresentação não pessoal e promocional de ideias, bens ou serviços por um patrocinador identificado.”

(KOTLER, 2000)

Propaganda, portanto, tem a característica de ser paga e impessoal, em oposição às comunicações em que há interação com o cliente de maneira pessoal ou a empresa tem visibilidade gratuita.

A propaganda pode ter diferentes objetivos, sendo classificada de acordo com a função para a qual foi criada:

- **Informativa:** É a propaganda focada em apresentar as características dos produtos/serviços, muito utilizada na fase de lançamento e início da comercialização.
- **Persuasiva:** Busca demonstrar por que clientes devem escolher o produto e não o de um concorrente, muitas vezes usando comparação.
- **Lembrança:** Busca manter o produto/serviço ativo na mente do público. Utilizada mesmo quando o produto/serviço já está estabelecido no mercado.
- **Reforço:** É voltada para clientes que já possuem ou utilizam o produto/serviço. Busca convencê-los de que fizeram a compra certa.

Propaganda x Publicidade

É muito comum a confusão entre os termos e até mesmo seu uso como sinônimo, porém, são ferramentas de Marketing distintas que possuem diversas concepções diferentes para os autores nacionais. Para concursos públicos, porém, utiliza-se a abordagem do Marketing apresentada por Kotler, onde **propaganda é a tradução do inglês para *advertising***, cujo sentido é de “qualquer forma paga de apresentação não pessoal e promocional de ideias, bens ou serviços por um patrocinador identificado”, como vimos acima.

Publicidade é a tradução de *publicity*, que é a disseminação de informações sobre pessoas, causas ou empresas em veículos de comunicação de massa (jornais, TV, rádio) sem que este espaço seja pago, mas através de ações que gerem notícia e visibilidade (no que um acessor de imprensa muitas vezes é fundamental). Portanto:

Propaganda: paga / Publicidade: gratuita

Mídias de propaganda

Diversas mídias são utilizadas para propaganda, sendo as mais comuns:

- Jornais;
- Televisão;
- Mala direta;
- Rádio;
- Revistas;
- *Outdoor*;
- Páginas amarelas;
- Informativos;
- Fôlder;
- Telefone (sms);
- Internet.

Novas mídias

Muitas são as mídias utilizadas atualmente e tanto as digitais como as mais convencionais estão em inovação constante.

Hoje temos propagandas afixadas, impressas ou adesivadas nos lugares mais inusitados, como trens, paradas de ônibus, banheiros, aviões, caixas de pizza, corrimões são praticamente infinitas possibilidades de locais para anunciar.

Também nas mídias digitais, os anúncios em *sites*, *blogs*, *mobile* e redes sociais vêm ganhando muito espaço.

E enquanto você leu este quadro, mais alguma mídia deve ter sido criada 😊 !!!



Por que utilizar propaganda?

- **Penetração:** Possibilidade de alcançar muitas pessoas simultaneamente com um anúncio.
- **Expressividade:** Possibilidade de utilizar sua mídia de propaganda para comunicar com muita liberdade e imprimir sensações no público.
- **Impessoalidade:** A comunicação ocorre de maneira unilateral, sendo a mensagem fixada conforme a empresa planeja e sem a necessidade de contatar ou responder aos clientes um a um.

A propaganda pode ser:

De produto

Procura promover um produto ou serviço.

Institucional

Busca promover a imagem, a reputação ou as ideias de uma organização.

Promoção

“[...] consiste em um conjunto de ferramentas de incentivo, a maioria de curto prazo, projetadas para estimular a compra mais rápida ou em maior quantidade de produtos ou serviços específicos [...]”

(KOTLER, 2000)

O investimento em promoção, **também chamada de promoção de vendas**, tem como objetivo a atração do público, sendo um estímulo para que o cliente compre/consuma e tem um caráter imediatista, pois espera-se seus efeitos em curto-prazo. Embora tradicionalmente o termo “promoção” seja associado com descontos no preço, muitas são as ferramentas de promoção de vendas, sendo algumas das mais comuns:

- Amostras;
- Cupons;
- Reembolso;
- Descontos;
- Brindes;
- Prêmios;
- Recompensas;
- Testes gratuitos;
- Demonstrações;
- Feiras comerciais.

Atenção se as palavras a seguir aparecerem na prova

Fomentar, incitar, incentivar, promover, estimular, atrair, chamarisco, chamariz, isca etc.

provavelmente a questão estará se referindo à promoção/promoção de vendas.

Embora se saiba que a comunicação é muito importante para qualquer empresa, ela, em geral, exige altos investimentos. Por isso, é importante que seja feito um planejamento atento para que sejam executadas ações que tragam retorno em termos de imagem e consumo. Dependendo dos objetivos, podem ser realizadas ações de Promoção para os clientes, público interno ou revendedores.

Para público interno

- Melhorar o desempenho em conquistar novos clientes;
- Aumentar as vendas;
- Motivação da equipe;
- Posicionar o produto no ponto de vendas;
- Treinamentos;
- Destaque do melhor desempenho;
- Programas de incentivo (longo prazo);
- Concursos de vendas (curto prazo).

Para distribuidores

- Ampliar o volume de compra do distribuidor;
- Aumentar a venda, o giro de estoque nos canais de venda;
- Melhorar o relacionamento com o canal;
- Capacitar e motivar a força de vendas do distribuidor;
- Fortalecer a apresentação (*facing*) do produto no ponto de vendas;
- Dispor material de merchandising e escolher local no ponto de vendas;
- Reduzir força e pressão do concorrente no distribuidor;
- Auxiliar o distribuidor;
- Convenções e reuniões;
- Lançamento de produto;
- Premiações;
- Treinamento e informações;
- Assessoria: administrativa, contábil;
- Brindes para vendedores e para o cliente final.

Para o consumidor

- Amostras;
- Acoplada a produtos de grande aceitação (produto carona);
- Premiações, concursos, sorteios;
- Vale-brinde;
- Jogos para o consumidor (ferramentas);



- Oferta de brinde na compra de produto;
- Junte e troque;
- Brindes especiais de preferência (milhagem);
- Ações promocionais de desconto, liquidações, redução relâmpago;
- Queima de estoque;
- Leve 3 pague 2;
- Instalação e manutenção do produto;
- Eventos, participação em feiras, exposições e demais eventos onde o produto possa ser mostrado e / ou demonstrado.

Promoção Institucional – patrocínio de eventos

Consiste em apoiar eventos e causas, financeiramente ou com produtos e serviços, e associar a isto a marca da empresa. É uma ferramenta de comunicação muito utilizada nos dias de hoje. Representa uma oportunidade para uma empresa dirigir sua comunicação para públicos específicos e de interesse. Por exemplo, um hotel pode patrocinar um grande evento da cidade e assim veicular sua marca em todos os anúncios, cartazes e site do evento.

QUALIDADE NO ATENDIMENTO

No momento do contato com o cliente, muitos fatores impactam na sua satisfação. Nos serviços, porém, o atendimento, sempre figura entre os elementos decisivos para a percepção de qualidade e, conseqüentemente, **satisfação e retenção**.

Alguns elementos fundamentais para a construção de um bom atendimento são:

- **Ter disponibilidade e iniciativa:** O cliente percebe facilmente quando o vendedor mostra-se disponível para atendê-lo. A função do atendente é justamente dar atenção ao cliente e ter iniciativa, pois ele é quem deve conduzir a venda para a satisfação do cliente.
- **Demonstrar atenção ao problema:** Prestar total atenção ao que o cliente está falando é fundamental. As questões do cliente são sempre relevantes, e merecem cuidado e foco por parte do vendedor. Olhos e ouvidos atentos.
- **Identificar a real necessidade (diagnóstico):** Muitas vezes o cliente não saberá dizer exatamente o que ele precisa. Por isso, o atendente precisa se esforçar para compreender o que está sendo dito e a real necessidade por trás das questões expostas.
- **Colocar-se no lugar:** Uma excelente maneira de compreender os problemas e as necessidades do cliente é colocar-se no seu lugar (empatia) com desprendimento e dedicação.
- **Demonstrar respeito e comprometimento:** O vendedor precisa se livrar dos preconceitos e assumir uma postura de total respeito pelo cliente e por seus problemas. Não importa quão banal ou simples possa parecer uma questão: para o cliente, aquilo é importante e, por isso passa a ser para a empresa também.
- **Demonstrar segurança nas respostas:** Muitas vezes, o vendedor terá dúvidas, pois é difícil dominar todas as informações, números, prazos e procedimentos dos produtos e serviços. Buscar a informação correta antes de passá-la ao cliente é de suma importância e evita problemas (inclusive legais) e retrabalho. Ou seja, só falar quando há certeza.
- **Buscar sempre ser claro nas explicações:** Utilizar a linguagem do cliente e buscar a máxima clareza podem fazer toda a diferença na sua compreensão. O vendedor precisa se certificar

de que o cliente entendeu corretamente o que foi dito, pois isto também evitará problemas (inclusive legais) e retrabalho.

- **Manter a calma mesmo sob adversidades:** O Atendimento ao público pode colocar o vendedor em situações tensas. Podem ocorrer, por exemplo, mal-entendidos, problemas sistêmicos, erros da empresa ou mau uso do produto/serviço por parte do cliente. Estes e outros problemas podem levar o cliente a perder a paciência ou utilizar um tom de voz agressivo. O vendedor deve estar sempre preparado para enfrentar problemas e manter a tranquilidade.
- **Dar atenção exclusiva:** O cliente que está em atendimento é prioridade. Por isso, como regra geral, outros problemas e outros clientes que estão aguardando deverão esperar. Dar atenção exclusiva ao cliente que está à nossa frente pode ser decisivo para a sua satisfação.

O Marketing coloca os clientes no centro de sua atenção, pois **são eles que criam valor para empresa** e todas as fases anteriores ao contato do produto ou serviço com o cliente só produzem custos (BAUER et al., 2003). Todos os fluxos de caixa positivos, em última instância, podem ser atribuídos aos clientes (SRIVASTAVA et al., 1998). Cada vez mais, as empresas percebem que a medida derradeira do seu valor está nos seus clientes atuais e futuros (HANSSSENS et al., 2009) e nas companhias, de um modo geral, esta tendência levou os gestores de Marketing a focarem seus esforços nos clientes, ao invés dos produtos. Esta cultura deve perpassar toda a organização e estar presente no momento da venda.

“O atendimento funciona como uma orquestra: Se um elemento desafina, põe todo o conjunto a perder.” (Edmundo Dantas)



Figura 6 – O cliente como centro da empresa

Manter a qualidade do atendimento não é uma tarefa simples, especialmente nas empresas de serviço, onde o fator humano é decisivo. Além de garantir os requisitos básicos de atenção e cordialidade, a empresa deve avançar na busca pela satisfação e encantamento do cliente. Por isso, a busca pela qualificação deve ser um esforço contínuo e conjunto dos vendedores e gestores.

Atendimento telefônico

O bom atendimento deve refletir-se também no atendimento ao cliente por telefone. Os aspectos listados anteriormente se aplicam ao contato telefônico e, além disso, é fundamental:

- **Não deixar telefone tocando:** Dois ou três toques é o limite, pois um telefone chamando é desagradável para quem está dos dois lados da linha, para o vendedor, clientes e colegas.
- **Identificar-se e à empresa:** Sempre que atender ao telefone o vendedor deverá cumprimentar o cliente e informar o nome da empresa e, preferencialmente o seu nome.
- **Usa tom de voz adequado:** Falar ao telefone exige cuidado com o tom de voz, a voz é a única referência do cliente. Deve sempre haver preocupação com o volume e a entonação.
- **Ter ao seu lado informações mais procuradas:** Como parte da organização para o atendimento, é fundamental deixar as informações e locais de consulta próximos ao telefone para agilizar o atendimento.

TÉCNICAS DE VENDA

Oito pontos-chave para o sucesso nas vendas

Algumas questões aparecem com frequência em revistas e livros sobre vendas. São atitudes e ações que os profissionais de venda acreditam ter grande impacto no fechamento de vendas, resumidos em oito pontos principais:

1. **Empatia:** É a capacidade de colocar-se no lugar do cliente e compreender suas motivações, necessidades, desejos e valores. Isto não quer dizer ser envolvido a ponto de perder de vista os interesses da empresa ou cometer um erro. Para isso, é necessário eliminar os pré-julgamentos e usar tom acolhedor e amigável para que o cliente sinta confiança e seja possível estabelecer um vínculo. Uma técnica utilizada é a pergunta-resposta-suporte (PRS), que consiste em fazer perguntas e, ao receber a resposta, fazer algum comentário de suporte antes de partir para outra pergunta ou tema.

Exemplo:

Pergunta: e o senhor tem filhos?

Resposta: sim, tenho dois.

Suporte: Puxa, que maravilha. Dois é um número bom não é?

2. **Simpatia:** Consiste em criar afinidade com o cliente através do bom humor, sem necessariamente ser exagerado ou piadista, mas apenas sendo agradável. Isto requer que o vendedor se adapte ao estilo do cliente, observando atentamente se ele é uma pessoa mais aberta e espontânea ou fechada e sóbria. O sorriso é a arma mais poderosa. Como disse Shakespeare, “é mais fácil obter o que se deseja com um sorriso do que com a ponta da espada”.
3. **Linguagem corporal:** Mehrabian, estudioso das comunicações, afirma que “em toda comunicação interpessoal, cerca de 7% da mensagem é verbal (somente palavras), 38% é vocal (incluindo tom de voz, inflexão e outros sons) e 55% é não verbal.” Isto demonstra a

importância dos elementos como tom de voz, postura, olhar e gestos. Por isso, no momento da venda, é importante manter postura aberta e ereta, Braços e pernas descruzados e sorrir naturalmente. Importante também é manter o contato visual e uma certa distância física, evitando encostar ou pegar no cliente. Também são aconselháveis gestos de aprovação, como concordar com a cabeça, demonstrando interesse.

4. **Espelhamento:** Esta técnica utiliza a imitação de algumas características do cliente como forma de criar identificação e intimidade, o que pode ampliar sua confiança. Por exemplo, deve-se buscar utilizar tom, volume e ritmo da fala semelhante ao do cliente. Também deve-se tentar reproduzir a postura corporal, frases e palavras utilizadas por ele, o que facilita a comunicação. É muito importante também tentar assemelhar-se ao cliente com relação às suas ideias e crenças (no que a empatia ajuda muito). Além disso, o canal de comunicação preferido pelo cliente deve ser utilizado pelo vendedor.
5. **Conhecimento:** É fundamental manter-se bem informado sobre o mercado e acontecimentos na empresa. Também é necessário saber o máximo possível sobre seus produtos/serviços, bem como sobre o cliente. Isto ajuda a manter o controle do processo de venda, superar objeções e manter a calma.
6. **Ouvir:** Parece simples, mas esta é uma dica unânime dos vendedores. Ter atenção total e capturar o máximo possível do cliente faz com que o vendedor conheça em profundidade as necessidades do cliente e acerte na abordagem. Ouvir muito mais do que falar é uma poderosa arma para captar as informações, porém, é importante fazer perguntas inteligentes que conduzam o diálogo para pontos-chave sobre o cliente, suas aspirações e problemas que possam ser atendidos pela empresa. É importante segurar a ansiedade, nunca interromper o cliente e falar pouco, fazendo o cliente chegar às próprias conclusões.

“É muito mais importante pra você fazer com que seus clientes falem do que você mesmo conduzir a conversa.” (FRIEDMAN, 1995)

7. **Credibilidade:** O sétimo ponto-chave das técnicas de venda diz respeito a criar uma imagem que inspire confiança. Não adianta apenas a imagem, nem apenas ser confiável e não transmitir isso ao cliente. Para ter credibilidade importante ter respeito pelo cliente, trabalhando com a verdade, demonstrando coerência, responsabilidade e um interesse genuíno pelo cliente. Esta atitude solidifica a relação e facilita a venda de produtos e serviços, pois o cliente percebe profissionalismo e isto inspira a confiança.
8. **Rapport:** Este termo, muito utilizado em Técnicas de Venda, significa harmonia e conexão. É o que faz com que às vezes nos sintamos confortáveis e apreciados por alguém, fazendo com que gostemos instantaneamente de algumas pessoas. Quando as pessoas estão se comunicando em *rapport*, elas acham fácil serem entendidas e acreditam que seus interesses são altamente considerados pela outra pessoa. Criar *rapport* significa receptividade ao que a outra está dizendo, não necessariamente concordar com o que está sendo dito. Quando se estabelece este vínculo, algo mágico acontece. Você e os outros sentem que são escutados e ouvidos. Num nível inconsciente, existe o confortável sentimento de “Essa pessoa pensa como eu, eu posso relaxar”. O verdadeiro *rapport* cria uma atmosfera de confiança mútua. Se a sua intenção é ouvir e ser ouvido, para alcançar soluções ganha-ganha(que veremos a frente), você irá se tornar um comunicador poderoso e confiável.

Tipos de vendedor

Um dos maiores problemas que as empresas enfrentam no treinamento de vendedores é fazer com que haja uma compreensão do verdadeiro papel do vendedor. Existe, por parte da maioria das pessoas, certa vergonha em vender, como se isso fosse sinônimo de exploração, mentira, ou qualquer comportamento desonesto. No entanto, sabemos que o Marketing prega a venda como parte do processo de entrega de valor ao cliente, e é deste valor que depende a satisfação do cliente e o sucesso da empresa.

O vendedor não pode ser apenas um atendente, que não sabe conduzir o cliente até a venda ou não se preocupa com o lucro da empresa, nem tampouco concentrar-se apenas em fechar a venda sem ter mapeado as necessidades do cliente e ter certeza de que está entregando a solução adequada em forma de produto/serviço. Veremos a seguir alguns perfis muito comuns de vendedor, que atuam, muitas vezes, com foco inadequado:

- **Tipo 1:** Limita-se a responder perguntas se questionado, sem demonstrar o produto/serviço, sem desenvolver relacionamento, sendo apenas prestativo. Não se preocupa em fechar a venda.
- **Tipo 2:** Estabelece um relacionamento sendo prestativo. Porém, por causa de uma antipatia pessoal por vendedores e pelo receio de parecer inconveniente, deixa que o cliente decida por si só.
- **Tipo 3:** Não desenvolve nenhum relacionamento, mas fecha a venda. Este perfil é negativo em longo prazo.
- **Tipo 4:** Conduz o cliente por meio de um processo lógico e fecha a venda como o resultado natural de um bom atendimento. É o perfil ideal de vendedor.

Integrar relacionamento e receita é o que a empresa precisa. Portanto, o vendedor precisa se livrar da imagem negativa associada às vendas e desenvolver uma autoimagem positiva, compreendendo seu papel de facilitador das relações comerciais. Ao desenvolver de um processo de venda consciente, onde haja real interesse em conhecer o cliente e suas necessidades e, entregando algo de valor traga lucratividade para a empresa, o vendedor está sendo parte do processo de marketing e atuando de maneira legítima.

Etapas da Venda

Kotler (2000) fala que a venda se inicia antes do momento transação e termina bem depois. Não se pode considerar como venda apenas os minutos que o cliente fica em frente ao vendedor. Também integram a venda a prospecção e pré-venda e, muito importante, o pós-venda. Kotler divide a venda nas seguintes etapas:

Prospecção e qualificação

Busca de clientes com potencial de negócios. Assim como na busca de ouro em jazidas, devemos “garimpar” os melhores clientes a serem trabalhados. Buscar de clientes com potencial de negócios, interna ou externamente. Muitas vezes, eles já são nossos clientes e precisamos apenas verificar produtos e serviços que podemos adequar a eles!

Pré-abordagem

Conhecer o cliente (suas necessidades) para poder escolher a melhor forma de abordagem. Nesta fase, o vendedor busca informações sobre os clientes a serem contatados e analisa seu perfil e suas características, a fim de determinar qual a melhor forma de abordagem. Conhecendo bem o cliente é possível escolher a melhor estratégia e os produtos que podem ser ofertados a ele.

Abordagem

É a forma de se dirigir ao cliente no início da conversa. Diz-se que se consegue fazer o cliente dar pequenos “sins” quando é conquistada a sua boa vontade. O vendedor deve demonstrar todo interesse pelo cliente e fazer com que ele perceba que gastar seu dinheiro com este produto será um bom investimento.

Apresentação/demonstração

Momento de apresentar o produto ao cliente. Aqui são demonstradas as características, vantagens e benefícios aos cliente, criando a noção de valor. Técnica AIDA: despertar ATENÇÃO, INTERESSE, DESEJO e AÇÃO do cliente.

Superação de objeções

É necessário vencer a resistência psicológica do cliente com uma abordagem positiva. O cliente pode ter dúvidas, discordar ou não demonstrar decisão de compra. Por isso, o vendedor deverá ouvir atentamente, buscando entender as reais dúvidas ou reais motivos de desagrado do cliente para poder argumentar e retomar a venda. Objeções nem sempre significam que o cliente não quer comprar.

Fechamento

Fase de efetivação da venda. O vendedor deve perceber os sinais de compra do cliente e conduzir a negociação para o fechamento, acertando os detalhes necessários. O vendedor deve induzir o cliente para esta fase quando perceber que o cliente “comprou” o produto, dando sinais de que é isso que quer.

Acompanhamento/manutenção

A venda não se encerra com o fechamento, quando o cliente sai da loja/agência. O vendedor deve garantir que a entrega, montagem e manutenção ocorram de acordo com o que foi negociado. O bom pós-venda dá ao cliente segurança e satisfação, aumentando as chances de fidelização.



Erros comuns em venda

- Falar antes de ouvir;
- Mentir ou enganar;
- “Empurrar” um produto que o cliente não tem interesse;
- Falar mal de concorrentes;
- Continuar argumentando depois que o cliente já fechou a venda;
- Tentar fechar a venda antes de ver sinais positivos no comprador;
- Usar palavras difíceis para impressionar o cliente;
- Abrir a venda falando da venda;
- Desvalorizar um produto com relação a outro.

“TENHA SEMPRE EM MENTE QUE A SUA RESOLUÇÃO DE ATINGIR O SUCESSO É MAIS IMPORTANTE DO QUE QUALQUER COISA.”

Abraham Lincoln

GLOSSÁRIO DE MARKETING

A

Análise de cenário: Desenvolvimento de uma representação plausível do possível futuro de uma empresa, tendo como base diversas suposições sobre as forças que impulsionam o mercado e as diferentes incertezas a ele inerentes.

Análise de desempenho em relação ao atendimento aos clientes: Desempenho da empresa, ano após ano, em algumas avaliações que têm como base os clientes.

Análise de desempenho para os interessados: Monitoramento da satisfação das várias entidades que têm interesse e causam impacto no desempenho da empresa.

Análise de oportunidade de mercado (AOM): Sistema usado para determinar a atratividade e a probabilidade de sucesso de uma oportunidade.

Análise de valor para o cliente: Técnica para descobrir as forças e as fraquezas da empresa em relação aos vários concorrentes.

Anúncios relacionados a busca: Anúncios em que os termos de pesquisa são usados como referência para os interesses de consumo do usuário, e *links* relevantes são listados ao lado dos resultados da busca.

Assessoria de imprensa: Tarefa de assegurar espaço editorial — em oposição a espaço pago — na imprensa e na mídia eletrônica, com vistas a promover ou divulgar um produto ou serviço.

Associações de marca todos os pensamentos, sentimentos, percepções, imagens, experiências, crenças, atitudes etc. ligados ao nó de marca.

B

Banco de dados: Informações completas sobre o produtos e serviços comprados pelos clientes; volumes, preços e lucros anteriores, entre outras.

Banco de dados de clientes: Conjunto de dados abrangentes sobre clientes atuais ou potenciais, atualizado, acessível e prático para fins de marketing.

Banners: Pequenas caixas retangulares contendo texto e às vezes uma imagem para promover uma marca.

Benefício central: Serviço ou benefício fundamental que o cliente está realmente comprando.

Bens de compra comparados: Bens que o cliente, durante o processo de seleção e compra, caracteristicamente compara em termos de adequação, qualidade, preço e modelo.

Bens de conveniência: Bens que o consumidor compra com frequência, imediatamente e com um mínimo de esforço.

Bens de especialidade: Bens com características singulares ou identificação de marca pelos quais um número suficiente de compradores está disposto a fazer um esforço extra de compra.

Bens não procurados: Bens que o consumidor não conhece ou normalmente não pensa em comprar, como detectores de fumaça.

Brand equity: avaliação subjetiva e intangível que o cliente faz da marca acima e além do valor percebido objetivamente.

Branding: dotar produtos e serviços com o poder de uma marca.

C

Canais de comunicação pessoal: duas ou mais pessoas comunicando-se diretamente uma com a outra, seja pessoalmente — em forma de diálogo ou de exposição para uma platéia —, seja pelo telefone ou por e-mail.

Comunicações de marketing: meios pelos quais as empresas tentam informar, persuadir e lembrar os clientes — direta ou indiretamente — das marcas que vendem.

Custo total para o cliente: conjunto de custos em que os consumidores esperam incorrer para avaliar, obter, utilizar e descartar um produto ou serviço, incluindo os custos monetários, de tempo, de energia física e psíquicos.

Customerização: combina a customização em massa com o marketing customizado, dando aos consumidores autonomia para desenhar o produto e o serviço de sua escolha.

D

Database marketing: processo de construir, manter e usar os bancos de dados de clientes e outros registros para efetuar contatos e transações e para construir relacionamentos com o cliente.

Determinação de preços de mercado: estabelecimento de preços pela empresa, orientando-se em grande parte pelos preços dos concorrentes.

Determinação de preços por desnatamento: estratégia em que os preços começam altos e são reduzidos gradualmente com o tempo para aumentar o lucro com clientes menos sensíveis a preço.

Diluição da marca: os consumidores deixam de associar uma marca a um produto específico ou a produtos altamente similares ou passam a lhe dar menos importância.

Dumping: situação em que uma empresa cobra menos do que seus custos, ou menos do que cobra no mercado de seu próprio país, visando entrar em um mercado ou dominá-lo.

E

E-business: uso de meios e plataformas eletrônicos para conduzir os negócios de uma empresa.

E-commerce: comércio eletrônico; a empresa ou o site realiza ou facilita a venda de produtos e serviços on-line.

E-marketing: esforços da empresa para informar, comunicar, promover e vender seus produtos e serviços pela Internet.

E-purchasing: compra de produtos, serviços e informações de vários fornecedores on-line.

Envolvimento do consumidor: nível de engajamento e processamento ativo do consumidor em resposta a um estímulo de marketing.

Estratégia: plano de ação de uma empresa para atingir suas metas.

Estratégia pull (atração): O fabricante utiliza a propaganda e a promoção ao consumidor para induzi-lo a pedir o produto aos intermediários, fazendo com que estes o encomendem.

Estratégia push (pressão): O uso da equipe de vendas e da promoção dirigida ao revendedor para induzir os intermediários a expor, promover e vender o produto aos usuários finais.

E

Fidelidade: Compromisso de comprar ou recomendar repetidamente um produto ou serviço.

Força de vendas contratada: Representantes comerciais, vendedores autônomos ou corretores, que recebem comissão com base nas vendas efetuadas.

Força de vendas direta: Funcionários da própria empresa que trabalham em tempo integral ou parcial.

G

Gestão da qualidade total (*Total Quality Management — TQM*): Abordagem p que busca a melhoria contínua de todos os processos, produtos e serviços da organização.

Gestão de relacionamento com o parceiro: Atividades empreendidas pela empresa para construir relacionamentos duradouros mutuamente satisfatórios com parceiros-chave, como fornecedores, distribuidores, agências de publicidade e institutos de pesquisa de marketing.

Grupo de foco: Reunião de seis a dez pessoas cuidadosamente selecionadas com base em determinadas considerações demográficas e psicográficas, entre outras, para discutir vários tópicos de interesse a fundo.

Grupos de referência: Todos os grupos que exercem alguma influência direta ou indireta sobre as atitudes ou o comportamento de uma pessoa.

H

Hierarquia de valor para o cliente: Cinco níveis de produto que devem ser considerados pelo profissional de marketing no planejamento de sua oferta ao mercado (benefício central – o serviço ou benefício fundamental que o cliente está realmente comprando, produto básico, produto esperado – uma série de atributos e condições que os compradores normalmente esperam ao comprá-lo, produto ampliado – que excede as expectativas do cliente e produto potencial – que abrange todos os aumentos e transformações a que o produto deve ser submetido no futuro).

I

Imagem: Conjunto de crenças, ideias e impressões que uma pessoa tem sobre um objeto.

Imagem de marca: Percepções e crenças do consumidor, as quais dependem das associações refletidas em sua memória.

Indicadores de marketing: Conjunto de medidas que ajudam as empresas a quantificar, comparar e interpretar o desempenho de seu marketing.

Índice de penetração de mercado: Comparação do nível atual de demanda do mercado com o nível potencial de demanda.

J

Joint-venture: Empresa cuja propriedade e controle são compartilhados por múltiplos investidores.

L

Líder de opinião: Pessoa que realiza uma divulgação informal, oferecendo conselhos ou informações sobre um produto ou categoria de produtos específicos.

Lista de mala direta: De clientes uma série de nomes, endereços e números de telefones.

Logística de mercado: O planejamento, a implementação e o controle dos fluxos físicos de materiais e de produtos finais entre os pontos de origem e os pontos de uso, com o objetivo de atender às exigências dos clientes e de lucrar com esse atendimento.

M

Marketing: Processo de planejar e executar a concepção, a determinação do preço, a promoção e a distribuição de ideias, bens e serviços para criar trocas que satisfaçam metas individuais e organizacionais.

Marketing de relacionamento: Construção de relacionamentos de longo prazo mutuamente satisfatórios com partes-chave, a fim de conquistar ou manter negócios com elas.

Marketing direto: Uso de canais diretos ao consumidor para chegar ao consumidor e oferecer produtos e serviços sem intermediários.

Marketing viral: Uso da Internet pelas empresas para criar um efeito boca a boca para atrair a atenção para seus sites. Envolve a transmissão de produtos, de serviços ou de informações desenvolvidos pela empresa de um usuário para outro.

Mix de comunicações de marketing: Propaganda, promoção de vendas, relações públicas e assessoria de imprensa, eventos e experiências, marketing direto e vendas pessoais.

O

Oportunidade de marketing: Quando uma empresa pode lucrar ao atender às necessidades dos consumidores de determinado segmento.

Orientação ao cliente: Todos os dados, sistemas de informações e serviços de consultoria que a empresa oferece ao comprador.

P

Participação de mercado atendido: Vendas expressas como uma porcentagem das vendas totais no mercado atendido.

Participação de mercado total: Vendas da empresa expressas como uma porcentagem das vendas no mercado total.

Patrocínio: Apoio financeiro para um evento ou atividade em troca de reconhecimento e gratidão ao patrocinador.

Pesquisa de marketing: Elaboração, coleta, análise e a edição de relatórios sistemáticos de dados e descobertas relevantes sobre uma situação específica de marketing enfrentada por uma empresa.

Pesquisa do efeito da comunicação: Pesquisa que procura determinar se um anúncio está comunicando a mensagem de maneira eficaz.

Plano de marketing: Documento escrito que resume o que o profissional de marketing sabe sobre o mercado e indica como a empresa planeja alcançar seus objetivos, com vistas a coordenar os esforços de *marketing*.

Preços baixos todos os dias: (*everyday low pricing* — EDLP) no varejo, um preço baixo constante, todos os dias, sem descontos temporários ou promoções.

Produto ampliado: Produto cujas características excedem as expectativas do cliente e o diferenciam dos produtos dos concorrentes.

Produto básico: O que o produto é especificamente.

Produto esperado: Uma série de atributos e condições que os compradores normalmente esperam ao comprar um produto.

Produto potencial: Todas as ampliações e transformações a que um produto pode ser submetido no futuro.

Programas de frequência: De compra planejados para oferecer recompensas aos clientes que compram com frequência e/ou em grande quantidade.

Promoção de vendas: Conjunto variado de ferramentas de incentivo, principalmente de curto prazo, destinadas a estimular compras mais rápidas e maiores de determinados produtos ou serviços por parte de consumidores ou do comércio.

Propaganda: Qualquer forma remunerada de apresentação não pessoal e de promoção de ideias, mercadorias ou serviços por um patrocinador identificado.

Propaganda externa: Exibição de anúncios fora da casa do consumidor, em ambientes como o local de trabalho, de lazer e de compras.

Q

Qualidade de desempenho: Nível no qual as características básicas do produto operam.

Quota de vendas: Meta de vendas estabelecida para uma linha de produtos, uma divisão da empresa ou um representante de vendas.

R

Rede de marketing: A empresa e aqueles que a apoiam, com quem ela construiu relacionamentos empresariais mutuamente compensadores.

Relações públicas (RP): Variedade de programas destinados a promover ou proteger a imagem de uma empresa ou de seus produtos.

Rotatividade de cliente: Grande perda de clientes.

S

Satisfação: Sensação de prazer ou desapontamento resultante da comparação entre o desempenho ou resultado percebido de um produto e as expectativas do comprador.

Serviço: Qualquer ato ou desempenho, essencialmente intangível, que uma parte pode oferecer a outra e que não resulta na propriedade de nada.

Sistema de informações de *marketing* (SIM): Pessoas, equipamentos e procedimentos dedicados a coletar, classificar, analisar, avaliar e distribuir as informações necessárias de maneira precisa e oportuna para aqueles que tomam decisões de marketing.

I

Telemarketing: Uso de operadores de telefone para atrair novos clientes, entrar em contato com clientes atuais, aferir o nível de satisfação ou receber pedidos.

Tendência: Direcionamento ou sequência de eventos com certa força e durabilidade.

V

Valor percebido pelo cliente (VPC): Diferença entre a avaliação que o cliente potencial faz de todos os benefícios e custos relativos a um produto ou serviço e as alternativas percebidas.

Valor total para o cliente: Valor monetário de um conjunto de benefícios econômicos, funcionais e psicológicos que os clientes esperam de determinado produto ou serviço.

REFERÊNCIAS

- BAUER, H., HAMMERSCHMIDT, M.; BRAEHLER, M. *The customer lifetime value concept and its contributions to corporate evaluation*, Yearbook of Marketing and Consumer Research, v. 1, 47-67, 2003.
- BISPO, Anselmo. *Vendendo com eficácia*. Brasília: Senac, 2006.
- BISPO, Anselmo. *Venda orientada por Marketing*. Brasília: Senac, 2008.
- BOGAN, Christopher; ENGLISH, Michael. *Benchmarking – Aplicações e práticas*. São Paulo: Makron Books, 1996.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Administração de vendas: Uma abordagem introdutória*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- DANTAS, Edmundo. *Atendimento ao público nas organizações: Quando o Marketing de Serviços mostra a sua cara*. Brasília: Senac, 2010.
- DAY, George; REIBSTEIN, David. *Warton on Dynamic Competitive Strategy*. New York: Wiley, 1997.
- FRIEDMAN, Harry. *Não, obrigado, estou só olhando! Técnicas de Venda de varejo para transformar curiosos em compradores*. São Paulo: Makron Books, 1995.
- GOLEMAN, Daniel. *Inteligência emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- GRÖNROOS, C. *Service Management and Marketing*. Chichester: Wiley, 2003.
- HANSENS, D., RUST, R.; SRIVASTAVA, R. *Marketing Strategy and Wall Street: Nailing Down Marketing's Impact*. Journal of Marketing, v. 73, n. 6, 115-118, 2009.
- KOTLER, Philip. *Administração de Marketing*. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. Holistic marketing : a broad, integrated perspective to marketing management. In SHETH, Jagdish; SISODIA, Rajendra. *Does Marketing Need Reform?* New York: Sharpe, 2006, pp. 300-305.
- KOTLER, Philip. *Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados*. São Paulo: Edipro, 2009.
- LAS CASAS, Alexandre. *Administração de vendas*. São Paulo: Atlas, 1998.
- OLIVEIRA, Marcinéia. *Não atenda clientes, atenda pessoas*. Rio de Janeiro: Brasport, 2012.
- PARASURAMAN, A., ZEITHAML, A. e BERRY, L. *SERVQUAL: a multiple-item scale for Measuring customer perceptions of service quality*. Journal of Retailing, 64 (spring), 1988, p. 12-40.
- PINHO, J.B. *Comunicação em Marketing: Princípios da comunicação mercadológica*. Campinas: Papirus, 1998.
- PORTER, Michael. *Estratégia Competitiva. Técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RACKHAN, Neil. *Reinventando a Gestão de Vendas: como aumentar as suas vendas através de um pensamento estratégico inovador*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ROBBINS, Setphen. *Administração: mudanças e perspectivas*. São Paulo: Saraiva, 2000.

SPECTOR, P *Teorias de Motivação*. Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2006.

SRIVASTAVA, R., SHERVANI, T.; FAHEY, L. *Market-based Assets and Shareholder Value: A Framework for Analysis*. Journal of Marketing, 62 (1): 2-18, 1998.

1. (Sergipe Gás – FCC – 2010) São facilitadores da comunicação NÃO verbal eficaz:
 - a) Sorrir espontaneamente, falar e escutar olhando para o outro.
 - b) Apontar o dedo indicador e manter os braços cruzados.
 - c) Bocejar e sorrir espontaneamente.
 - d) Apoiar a cabeça nas mãos e falar e escutar sem olhar para o outro.
 - e) Olhar constantemente para o relógio e bocejar
2. (CEF – CESGRANRIO – 2008) Ao elaborar o plano de marketing, os executivos de uma instituição financeira desenvolveram uma série de ações para ampliar o relacionamento com os clientes. Eles esperam que a implantação de estratégias de marketing de relacionamento leve a organização a
 - a) aumentar os custos de transação e tempo, de forma que as negociações sejam discutidas a cada vez.
 - b) construir um clima de relacionamento confiável, em curto prazo, com clientes, distribuidores e atendentes.
 - c) desenvolver boas relações com as partes interessadas no negócio, mantendo lucratividade em longo prazo.
 - d) destacar os laços econômicos, técnicos e sociais entre os membros da organização, em suas campanhas de propaganda.
 - e) oferecer aos clientes bons serviços e alta qualidade, a preços elevados, por um prolongado período de tempo.
3. (Profª Amanda) O Marketing de serviços pressupõe algumas estratégias específicas, levando em conta:
 - a) que o serviço é tangível.
 - b) que o serviço é intangível e isso gera segurança no cliente.
 - c) que o cliente não avalia o ambiente físico e o atendimento nas agências.
 - d) que a variabilidade nunca compromete a qualidade do atendimento.
 - e) que o serviço é intangível e isso pode gerar insegurança no cliente.
4. (BB – FCC – 2011) Ações de marketing aplicadas em organizações de serviços que oferecem incentivos e vantagens para determinados grupos de clientes, com a finalidade de fomentar a venda e incentivar a experimentação. Trata-se de
 - a) Promoção.
 - b) Venda direta.
 - c) Publicidade.
 - d) Propaganda.
 - e) *Merchandising*.
5. (BB – CESGRANRIO – 2010) Gerentes de banco devem ser capazes de convencer os membros de sua equipe de que eles podem aumentar o desempenho da agência trabalhando mais ou sendo treinados para atuar de maneira mais adequada. No entanto, essa estratégia fica prejudicada se as vendas forem influenciadas por
 - a) aumento de propaganda.
 - b) crescimento econômico.
 - c) liderança de mercado.
 - d) confiança do consumidor.
 - e) ações da concorrência.

6. (BB – CESGRANRIO – 2010) Em um programa de televisão sobre mercado de trabalho, três consultores tecem os seguintes comentários sobre os princípios da venda pessoal:

Alice – A época do vendedor esperto já passou, e no seu lugar está o profissional que sabe levantar boas perguntas, ouvir e aprender.

Antônio – Os vendedores eficazes possuem um instinto natural que se revela especialmente no momento de convencer as pessoas.

Pedro – A função do vendedor é aumentar o número de clientes de sua empresa, focando seus esforços na realização de negócios imediatos.

É(São) correta(s) a(s) afirmação(ões) de

- a) Alice, apenas.
 - b) Pedro, apenas.
 - c) Pedro e Antônio, apenas.
 - d) Alice e Antônio, apenas.
 - e) Alice, Antônio e Pedro.
7. (BB – CESGRANRIO – 2010) Em um congresso sobre novas ferramentas de vendas, um palestrante afirmou: “o telemarketing vem se tornando uma ferramenta fundamental de marketing direto, muito aceita pelos consumidores”. Essa afirmativa merece reparos porque o telemarketing
- a) não é uma ferramenta de marketing direto.
 - b) vem sendo rejeitado como instrumento de vendas pelas empresas.
 - c) provoca restrições por causa de sua natureza intrusiva.
 - d) é considerado uma função sem importância no marketing direto.
 - e) representa uma estratégia empresarial e não uma ferramenta.

8. (BB – CESGRANRIO – 2010) Quando um grande banco de varejo, no Brasil, utiliza a veiculação de propagandas de reforço tem o intuito de

- a) avisar ao público que oferece as melhores opções para investimento.
- b) comparar vantagens e características em relação ao principal concorrente.
- c) convencer os atuais correntistas de que eles escolheram a instituição certa.
- d) criar conscientização e conhecimento de novos serviços oferecidos.
- e) estimular a repetição de compra dos produtos e serviços financeiros.

9. Segundo Kotler,

- a) o máximo que se pode esperar do cliente após alto nível de satisfação é a preferência racional pelo produto ou serviço.
- b) atender e satisfazer clientes novos é mais econômico para a organização do que satisfazer os clientes antigos, que já conhecem a organização, suas qualidades e seus defeitos.
- c) cliente satisfeito é aquele que teve todas as suas expectativas superadas.
- d) valor, para o cliente, é a sensação de prazer ou de desapontamento resultante da comparação do desempenho.
- e) a compra simulada é um exemplo de ferramenta utilizada para acompanhar e medir a satisfação do cliente.

10. O marketing de relacionamento

- a) não se relaciona com o endomarketing.
- b) não utiliza ferramentas de CRM (*customer relationship management*).
- c) pressupõe diálogo entre empresa e cliente, mas a comunicação não deve ser particularizada.
- d) não diz respeito a ações de pós-venda.
- e) não prescinde da comunicação via Internet.

11. (Caixa – CESPE – 2006) O especialista em marketing tem a função de levar o produto ao mercado, preocupando-se com a imagem e a credibilidade da instituição perante os consumidores.
 Certo Errado
12. (Caixa – CESPE O 2006) No planejamento de vendas, a empresa pode desenvolver mecanismos de estudos e estatísticas para definir quais produtos poderiam interessar, por exemplo, aos adolescentes, aos idosos, aos empresários, aos profissionais liberais etc., passando a atuar, estrategicamente, com o foco no cliente e não mais no produto.
 Certo Errado
13. (Caixa – CESPE – 2006) Uma das formas de motivação para vendas é a criação de grupos internos, que competem entre si por prêmios dados àqueles que tiverem melhor desempenho. Para não gerar problemas fiscais, esses prêmios devem ser viagens, bens materiais, mas nunca remuneração em dinheiro.
 Certo Errado
14. (Prof Amanda) Quando o cliente faz uma ligação para o seu banco, visando obter informações sobre seu investimento num fundo, trata-se de Telemarketing Ativo.
 Certo Errado
15. (Prof Amanda) O atendimento é tarefa de responsabilidade dos empregados da linha de frente. A qualidade percebida pelo cliente depende exclusivamente destes empregados.
 Certo Errado
16. (BB – CESPE – 2007) Telemarketing, que designa a promoção de vendas e serviços por telefone, é praticado exclusivamente por empresas terceirizadas em ambientes denominados 2 (centrais de atendimento).
 Certo Errado
17. (BB – CESPE – 2007) Em marketing, a qualidade dos serviços é perceptível tanto nos aspectos intangíveis – confiabilidade, responsabilidade, segurança, empatia – quanto nos aspectos tangíveis.
 Certo Errado
18. (Caixa – CESPE – 2006) No marketing de relacionamento, em nível pró-ativo, o vendedor vende o produto e faz consultas posteriores ao cliente para obter *feedback* quanto ao seu nível de satisfação e auxiliá-lo na utilização do produto.
 Certo Errado
19. (IFB – CESPE – 2011) O ponto de equilíbrio das vendas consiste no volume de vendas em que a empresa não tem lucros nem perdas.
 Certo Errado
20. (Correios – CESPE – 2011) No composto de marketing, o fator praça abrange, entre outros aspectos, ações de propaganda e promoções de vendas, tais como sorteios, experimentação e degustação de produtos.
 Certo Errado
21. (ABIN – CESPE – 2010) A promoção é uma variável do mix de marketing, fundamental para a empresa alcançar os objetivos de mercado. Chamado de mix de comunicação pelos teóricos do marketing, o composto de promoção é formado por propaganda, promoção de vendas, relações públicas, força de vendas e marketing pessoal. Certo ou errado?
 Certo Errado

- 22.** (ABIN – CESPE – 2010) Nos últimos anos, verifica-se, nas empresas, a tendência de concentrar a maior parte de seu orçamento de comunicação em investimentos em propaganda em vez aplicá-lo em diversas ações, como a promoção de vendas e o marketing direto.
- () Certo () Errado
- 23.** (BB – CESPE – 2008) A utilização de uma voz alegre, clara e calorosa é suficiente para gerar empatia e para garantir o êxito em um contato telefônico profissional.
- () Certo () Errado
- 24.** (BB – CESPE – 2008) A etiqueta empresarial está restrita ao modo de se portar à mesa em uma reunião de negócios, à postura ao sentar-se e à forma de se falar ao telefone com clientes, fornecedores, colegas e superiores no trabalho.
- () Certo () Errado
- 25.** Visando melhor atender e convencer o cliente em uma ação de telemarketing, o atendente deve ser incisivo e interromper o cliente, caso não tenha entendido algo, e anotar todos os detalhes, de forma a melhor compreender o que foi acertado ao término da conversação.
- () Certo () Errado
- 26.** (Profª Amanda) Ao considerar a o valor ofertado aos clientes por um banco de varejo, é importante lembrar que estão sendo levados em consideração:
- a) As expectativas e o desempenho do serviço.
 - b) A relação custo/benefício para o cliente.
 - c) Os sonhos e desejos do clientes.
 - d) O desempenho e o benefício de cada produto.
 - e) A relação expectativa/custo para o cliente.
- 27.** (Profª Amanda) O Marketing de serviços pressupõe algumas estratégias específicas, levando em conta
- a) que o serviço é tangível.
 - b) que o serviço é intangível e isso gera segurança no cliente.
 - c) que o cliente não avalia o ambiente físico e o atendimento nas agências.
 - d) que a variabilidade nunca compromete a qualidade do atendimento.
 - e) que o serviço é intangível e isso pode gerar insegurança no cliente.
- 28.** (Profª Amanda) Na etapa de planejamento, é comum analisar as forças e fraquezas da empresa, utilizando uma ferramenta conhecida como
- a) matriz de impacto.
 - b) matriz SWAT.
 - c) código SWOT.
 - d) matriz SWOT.
 - e) matriz de risco.
- 29.** (Profª Amanda) Para a melhor gestão da sua carteira de clientes, o vendedor deve realizar frequentemente
- a) análise do perfil dos clientes e potencial de negócios.
 - b) um reordenamento de prioridades.
 - c) contato com os clientes dos outros vendedores.
 - d) cobrança dos clientes inadimplentes com tom ameaçador.
 - e) oferta de produtos sem levar em conta, necessariamente, o perfil dos clientes.
- 30.** (Profª Amanda) A empatia é uma característica muito importante para o atendimento ao público e as vendas. Esta característica está relacionada à (ao)
- a) colocar-se no lugar do cliente para compreender suas motivações, necessidades e valores.
 - b) capacidade de ouvir e assimilar rapidamente todas as informações do ambiente.

- c) hábito de organiza-se antes do atendimento.
- d) facilidade de convencer o cliente de que está errado.
- e) articulação para falar palavras de difícil pronúncia.
- 31.** (Profª Amanda) A expressão *hard selling* representa uma forma de abordar a venda, sendo caracterizada por
- a) fundamentalmente, o conhecimento do produto.
- b) estar sempre à disposição do cliente.
- c) um estilo de venda agressiva que dedica mais tempo à etapa de fechamento.
- d) compreensão da real necessidade dos clientes.
- e) muito tempo dedicado à estabelecer um forte relacionamento com o cliente.
- 32.** (Profª Amanda) O estilo de venda caracterizado pelo estabelecimento de um laço de confiança com o cliente e dedicação do tempo à identificação das suas necessidades é conhecido como
- a) venda consultiva.
- b) *hard selling*.
- c) gestão consultiva.
- d) *know your customer*.
- e) marketing de varejo.
- 33.** (Profª Amanda) Para fazer ofertas de valor ao cliente é importante observar que os custos que o cliente considera
- a) são apenas os financeiros.
- b) são os objetivos, como o preço, e também os subjetivos, como a imagem.
- c) são apenas subjetivos, como o psicológico.
- d) são apenas objetivos, mas os benefícios são subjetivos.
- e) são apenas subjetivos, assim como ocorre com os benefícios percebidos.
- 34.** (Profª Amanda) Quando o cliente tem as suas expectativas atendidas com relação ao serviço do seu banco, dizemos que ele está
- a) apto a permanecer no banco.
- b) fidelizado.
- c) satisfeito.
- d) insatisfeito.
- e) feliz com a escolha.
- 35.** (Profª Amanda) Sobre a venda, é correto afirmar que:
- a) exige planejamento cuidadoso de uma série de fatores por parte da empresa.
- b) trata-se apenas do momento da transação financeira entre a empresa e o cliente.
- c) não exige grande preparação por parte da empresa.
- d) é o momento da empresa esvaziar seu estoque a qualquer custo.
- e) o vendedor atual está concentrado apenas no resultado de curto prazo.
- 36.** (Profª Amanda) Uma etapa do planejamento de venda é a análise do macro e do microambiente, já que
- a) o macroambiente é totalmente controlável pela empresa.
- b) o macroambiente compreende e aspectos como as variáveis econômicas e jurídicas.
- c) o microambiente abrange as variáveis econômicas que são todas de fácil manipulação da empresa.
- d) é importante conhecer apenas o microambiente.
- e) não é possível conhecer o macroambiente.
- 37.** (Profª Amanda) O planejamento de vendas:
- a) não precisa considerar os objetivos a serem atingidos.
- b) considera apenas a capacidade de crescimento da empresa.
- c) não precisa prever a quantidade de clientes a ser atendida.
- d) é uma tarefa totalmente dispensável.
- e) leva em conta o potencial de consumo do mercado.

38. (Profª Amanda) As metas traçadas para as vendas devem ser
- a) concretas e mensuráveis, mas não necessariamente alcançáveis.
 - b) alcançáveis e mensuráveis, mas não objetivas.
 - c) mensuráveis mas sem relação com o lucro desejado.
 - d) fáceis de atingir e incomensuráveis.
 - e) objetivas, mensuráveis, alcançáveis e ligadas ao lucro projetado.
39. (Profª Amanda) É importante que a análise da concorrência observe o *market share* em cada serviço e segmento de mercado. O *market share* pode ser definido como
- a) capacidade de crescimento.
 - b) participação de mercado.
 - c) qualidade.
 - d) lembrança dos clientes.
 - e) dominância de fidelidade.
40. (Profª Amanda) Se a empresa optar por investir fortemente na equipe de vendas podemos dizer que esta é uma estratégia de
- a) *push and pull*.
 - b) *push*.
 - c) altíssimo risco.
 - d) levantamento.
 - e) prospecção de clientes.
41. (Profª Amanda) A veiculação de um anúncio do banco, pago, em um jornal de grande circulação, caracteriza
- a) uma promoção de vendas.
 - b) uma ação de *benchmarking*.
 - c) uma ação de marketing direto.
 - d) um lançamento.
 - e) uma propaganda.
42. (Profª Amanda) A ligação de um gerente de contas para seu cliente pode feita com o objetivo de vendas e/ou relacionamento. Em qualquer um dos casos, sempre que a empresa liga para seus clientes, isso é:
- a) telemarketing ativo.
 - b) propaganda.
 - c) promoção.
 - d) pesquisa.
 - e) telemarketing passivo.
43. (BB – FCC– 2013) Os profissionais que desempenham funções de atendimento ao cliente, que ultrapassam os limites entre o “interno e o externo à organização”, são chamados de “linha de frente” e constituem um insumo fundamental para a excelência do serviço e a vantagem competitiva de uma organização. O Banco FGH, desejando constituir uma “linha de frente” capaz de proporcionar melhorias no atendimento aos clientes,
- a) deverá centralizar as decisões, extinguindo a autonomia dos profissionais para que se evitem discordâncias no padrão de atendimento.
 - b) deverá reduzir custos com treinamento de pessoal, uma vez que o estabelecimento de um compromisso emocional com a empresa e o desenvolvimento de habilidades interpessoais se dá, naturalmente, no desempenho da função.
 - c) não deverá se preocupar com qualidades, tais como a disposição para o trabalho, a atenção a detalhes, a cortesia e a boa apresentação, na contratação do pessoal para compor sua “linha de frente”.
 - d) deverá adotar um manual de regras que possibilitem a definição de um padrão rígido de atendimento, independentemente das especificidades das situações e da variabilidade dos clientes.
 - e) deverá criar equipes de alto desempenho a partir do agrupamento de pessoas com habilidades complementares, que sejam treinadas e estejam focadas em um propósito comum.

- 44.** (Profª Amanda) São atitudes esperadas dos vendedores:
- a) o fechamento da venda, a qualquer custo, e a rapidez.
 - b) a pressa e a determinação.
 - c) a demonstração de superioridade e altivez perante o cliente.
 - d) o desequilíbrio emocional diante de adversidade e a rispidez, se necessário.
 - e) real interesse pelo cliente, atenção e disponibilidade.
- 45.** (BB – FCC– 2013) No Brasil, com a estabilidade econômica a partir dos anos 1990 e a abertura do mercado bancário brasileiro para a entrada de bancos estrangeiros, o setor financeiro tornou-se bem mais competitivo. Com esse aumento da competitividade, torna-se fundamental, às organizações que almejam um melhor posicionamento no mercado, diferenciar seus serviços de maneira significativa aos consumidores. Uma ação para diferenciação eficaz de serviços é a
- a) alocação de gerentes para atendimentos especiais (gerentes de negócios).
 - b) restrição dos serviços de autoatendimento.
 - c) depreciação de informações sobre desejos e necessidades dos clientes.
 - d) padronização dos serviços.
 - e) extinção do “gerente de fila” (pré-atendimento).
- 46.** (Profª Amanda) A construção de *rapport* é muito importante para facilitar a venda e o atendimento. Quando isso ocorre, podemos dizer que
- a) existe ironia nas comunicações que se estabelecem.
 - b) se estabeleceu um vínculo de identificação e confiança ente o vendedor e o cliente.
 - c) o atendimento fica comprometido e tende ao fracasso.
 - d) o vendedor, imediatamente, já mapeou tudo sobre o cliente.
 - e) o vendedor conhece profundamente cada produto e serviço oferecido pela empresa.
- 47.** (BB – FCC– 2013) Dadas as afirmações abaixo:
- 1ª A “satisfação” é definida como a avaliação objetiva, com respeito a um bem ou serviço, contemplando ou não as necessidades e expectativas do cliente,
- PORQUE
- 2ª a satisfação é influenciada pelas contrapartidas emocionais dos clientes, pelas causas percebidas para o resultado alcançado com o bem ou serviço e por suas percepções de ganho ou preço justo.
- É correto afirmar que
- a) as duas afirmações são falsas.
 - b) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
 - c) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
 - d) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
 - e) a primeira afirmação é falsa e a segunda é verdadeira.
- 48.** (Profª Amanda) Na etapa de sondagem,
- a) é importante investigar os detalhes da vida financeira do cliente.
 - b) não é permitido fazer perguntas ao cliente.
 - c) somente devem ser feitas perguntas fechadas.
 - d) deve ser evitado o contato visual.
 - e) é importante investigar as necessidades do cliente e o maior número possível de informações para fazer uma venda adequada.

49. (Profª Amanda) Espera-se que o vendedor esteja preparado para tirar as dúvidas ou esclarecer questões importantes para o cliente que não aceitou comprar imediatamente o produto ofertado. Na venda, já é previsto que isto possa ocorrer, o que chamamos de
- a) desistências.
 - b) objeções.
 - c) reflexo da falta de empenho do vendedor.
 - d) vendas diretas.
 - e) alta resistência.
50. (BB – FCC– 2013) O Banco MNO tem utilizado, em suas campanhas de marketing, um conjunto de ferramentas de incentivo, projetadas para estimular a compra de produtos ou serviços específicos por parte do cliente. Esta prática é denominada
- a) distribuição seletiva.
 - b) propaganda.
 - c) promoção de vendas.
 - d) marketing direto.
 - e) distribuição intensiva.
- 51 (BB – FCC– 2013) Geralmente, as empresas não determinam um preço único para um produto, mas criam uma estrutura de determinação de preços que reflete diferentes estratégias. O preço “isca” ocorre, por exemplo, quando supermercados e lojas de departamentos reduzem o preço de marcas conhecidas para estimular um movimento maior nas lojas. Esta estratégia corresponde ao Preço
- a) por desempenho.
 - b) geográfico.
 - c) promocional.
 - d) discriminatório.
 - e) diferenciado.
52. (BB – FCC– 2013) As atividades do Telemarketing permitem conduzir campanhas de marketing direto e têm se tornado popular nos últimos anos. Seu uso
- em pesquisa de mercado, em promoção de vendas e em vendas é crescente, devido a um número considerado de vantagens. São vantagens do Telemarketing:
- a) inflexibilidade e custo baixo.
 - b) flexibilidade e rapidez.
 - c) flexibilidade e custo elevado.
 - d) rapidez e visibilidade do produto.
 - e) custo elevado e eficácia.
53. (BB – FCC– 2013) O atendimento bancário pode ser classificado como um tipo específico de SERVIÇO. Como tal, apresenta uma série de características que posicionam esse produto nessa categoria. A característica que NÃO pertence à categoria dos SERVIÇOS é a
- a) heterogeneidade.
 - b) intangibilidade.
 - c) estocabilidade.
 - d) inseparabilidade.
 - e) perecibilidade.
54. (BB – FCC– 2013) Os serviços são interações complexas afetadas por uma série de elementos e, portanto, adotar uma perspectiva de marketing holístico é fundamental. A complexidade do marketing holístico de serviços exige marketing
- a) externo, interno e interativo.
 - b) externo, apenas.
 - c) interno, apenas.
 - d) interativo, apenas.
 - e) externo e interno, apenas.
55. (BB – FCC– 2013) O Banco ABC se orgulha da história de ter crescido arregimentando uma base de clientes extremamente fiéis que permanecem como seus correntistas desde a fundação da instituição. A principal diretriz do Banco, desde sua origem, foi a de orientar seus funcionários para a satisfação da clientela e para a construção de relacionamentos. Uma importante característica do chamado marketing de relacionamento é

- a) Uma estratégia de priorização de resultados, buscando a ampliação sustentada das vendas articulada com ações que levem à redução de custos.
- b) Uma mudança de paradigma para a área do marketing, alterando seu foco do binômio retenção/relações para o binômio compras/transações.
- c) Uma estratégia de fazer negócios cuja força recai sobre a conquista de novos clientes, e não na manutenção e aperfeiçoamento dos atuais clientes.
- d) Tem como objetivo a construção e a manutenção de uma base de clientes comprometidos que sejam rentáveis para a organização.
- e) Os clientes podem beneficiar-se das associações de longo prazo obtidas por meio da consolidação da lealdade mútua em detrimento dos interesses das empresas.
- 56.** (BB – FCC– 2013) O escriturário Afonso, recém contratado pelo Banco JKL, zeloso pelo bom desempenho de suas funções, elaborou uma pequena lista de sugestões que melhorariam o atendimento aos clientes. Uma sugestão, dentre outras, que traz melhorias ao atendimento é
- a) a alteração do mobiliário interno da agência visando à atualização da imagem institucional.
- b) o redimensionamento da central de atendimento, possibilitando aumento da capacidade de atendimento.
- c) a prestação do serviço de liquidação de ordens de pagamento somente nos balcões da agência.
- d) a reestruturação do site do banco com bloqueio de atendimento via *chat*.
- e) a redução de pessoal e dos guichês para atendimento preferencial a idosos, gestantes e portadores de deficiências.
- 57.** (Certificação BB – FCC– 2012) Acerca do marketing bancário, assinale a opção correta:
- a) O marketing bancário apresenta características similares à do marketing de serviços e filosofia oposta à do marketing de produtos.
- b) Uma das características específicas desse tipo de marketing é a ausência de regulamentação governamental para inibir as práticas concorrenciais entre as instituições financeiras.
- c) A aversão ao risco, muito arraigada entre os clientes de bancos, resulta na formação inconsciente de atitudes contrárias a inovações ou ao lançamento de novos produtos.
- d) O marketing bancário apresenta peculiaridades relacionadas ao serviço, como intangibilidade e inseparabilidade, mas não perecibilidade e variabilidade.
- e) Por causa da familiaridade dos clientes com o aspecto abstrato de muitos serviços bancários, observa-se facilidade para o estabelecimento dos preços nas instituições bancárias.
- 58.** (Certificação BB – FCC– 2012) No que se refere a marketing mix, assinale a opção correta.
- a) As variáveis do composto mercadológico, cujo objetivo é influenciar os consumidores finais, são totalmente controláveis pela organização.
- b) O marketing mix definido pela empresa inclui características como abrangência, extensão, profundidade e consistência.
- c) Cada vez mais, o consumidor exige qualidade e serviço superiores, bem como customização.
- d) A marca líder de mercado desenvolve ações de marketing semelhantes às de marcas concorrentes, oferecendo preços mais baixos, amostras grátis e anúncios que encorajem o comportamento de compra habitual.

- e) O sistema de entrega de valor inclui os canais de obtenção dos atributos da oferta, mas não comporta as experiências de comunicação com o fornecedor.

59. (18901) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | AL - SP | 2010 ASSUNTOS: ATENDIMENTO

Um dos fatores de qualidade no atendimento ao público é a empatia. Empatia é

- a) a capacidade de transmitir sinceridade, competência e confiança ao público.
- b) a capacidade de cumprir, de modo confiável e exato, o que foi prometido ao público.
- c) o grau de cuidado e atenção individual que o atendente demonstra para com o público, colocando-se em seu lugar para um melhor entendimento do problema.
- d) a intimidade que o atendente manifesta ao ajudar prontamente o cidadão.
- e) a habilidade em definir regras consensuais para o efetivo atendimento.

60. (18902) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | SERGIPE GÁS S.A. | 2010 ASSUNTOS: ATENDIMENTO | TÉCNICAS DE VENDA

Hábitos que contribuem para a organização do trabalho são:

- a) desorganização; não saber dizer não.
- b) listar as tarefas diárias; estabelecer prioridades.
- c) reuniões não otimizadas; interrupções.
- d) atendimento sem horário marcado; delegar tarefas.
- e) saber dizer não; procrastinação.

61. (18961) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | CESGRANRIO | BANCO DO BRASIL | 2010 ASSUNTOS: MARKETING

Quando abrem uma conta bancária, os clientes consideram uma série de benefícios funcionais.

A esse respeito, analise os seguintes aspectos ligados a esse segmento no Brasil:

- I – confiança transmitida pelo gerente;
- II – solidez e garantia da marca;
- III – cobertura em todos os estados;
- IV – número de correntistas;
- V – atendimento via internet banking;
- VI – reconhecimento internacional.

Estão corretos APENAS os benefícios:

- a) I, II e III.
- b) I, II e V.
- c) II, III e VI.
- d) III, IV e V.
- e) IV, V e VI.

62. (18903) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | SERGIPE GÁS S.A. | 2010 ASSUNTOS: ATENDIMENTO | TÉCNICAS DE VENDA

Para facilitar o planejamento, organização e controle de compromissos, tarefas, reuniões e pagamentos utiliza-se

- a) a agenda.
- b) o bloco.
- c) o protocolo.
- d) o manual.
- e) o arquivo.

63. (18905) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | SERGIPE GÁS S.A. | 2010 ASSUNTOS: ATENDIMENTO | TÉCNICAS DE VENDA

As interferências que podem prejudicar a comunicação interpessoal são

- a) descrédito no assunto, pronunciar as palavras corretamente e evitar estereótipos.
- b) diferenças profissionais, evitar julgamentos e respeitar opiniões diferentes.
- c) diferenças culturais, pressão do tempo e falta de interesse no assunto.

- d) ouvir com atenção, praticar a empatia e a assertividade.
- e) diferenças de idade, agressividade e colocar-se no lugar do outro parte inferior do formulário.

64. (18904) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | SERGIPE GÁS S.A. | 2010 ASSUNTOS: TELEMARKETING

Expressões adequadas no atendimento telefônico são:

- a) vou transferir a ligação; péra aí; meu amor.
- b) alô; chuchu; espere um pouquinho.
- c) fofa; um momento, por favor; heim.
- d) bom dia; às ordens; à disposição.
- e) anjo; oi; por favor.

65. (18907) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | SERGIPE GÁS S.A. | 2010 ASSUNTOS: ATENDIMENTO | TÉCNICAS DE VENDA

São facilitadores da comunicação NÃO verbal eficaz:

- a) Sorrir espontaneamente, falar e escutar olhando para o outro.
- b) Apontar o dedo indicador e manter os braços cruzados.
- c) Bocejar e sorrir espontaneamente.
- d) Apoiar a cabeça nas mãos e falar e escutar sem olhar para o outro.
- e) Olhar constantemente para o relógio e bocejar.

66. (18911) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2011 ASSUNTOS: MARKETING

Ações de marketing aplicadas em organizações de serviços que oferecem incentivos e vantagens para determinados grupos de clientes, com a finalidade de fomentar a venda e incentivar a experimentação. Trata-se de

- a) Venda direta.
- b) Publicidade.
- c) Propaganda.
- d) *Merchandising*.
- e) Promoção.

67. (18962) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | CESGRANRIO | BANCO DO BRASIL | 2010 ASSUNTOS: SATISFAÇÃO

Se os funcionários de um banco se mostram entediados e não conseguem responder a perguntas simples, os clientes terão uma expectativa desfavorável.

PORQUE

Clientes formam expectativas a partir de várias fontes, como experiências anteriores e propaganda boca a boca.

A esse respeito, conclui-se que

- a) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
- b) as duas afirmações são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira.
- c) a primeira afirmação é verdadeira e a segunda é falsa.
- d) a primeira afirmação é falsa e a segunda é verdadeira.
- e) as duas afirmações são falsas.

68. (18913) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | CESGRANRIO | BNDES | 2008 ASSUNTOS: MARKETING

O mix promocional é um conjunto de ferramentas para que sejam atingidos os objetivos especificados na estratégia de comunicação da empresa. A respeito dessas ferramentas, pode-se afirmar que a(s):

- a) promoção de vendas traz retorno em longo prazo e deve ser planejada mensalmente, integrando-se às outras ferramentas do composto promocional.
- b) promoção de eventos é uma ação de marketing direto, pois permite que a empresa se comunique diretamente com seu target, num contexto de prazer e divertimento.
- c) propaganda torna os produtos mais conhecidos, sem estimular a transação comercial, mas formando imagem e posicionando a empresa no mercado.

- d) mensagens divulgadas pelas empresas, em suas campanhas publicitárias, não devem distorcer as informações nem o conteúdo do que se pretende divulgar.
- e) atividades de assessoria de imprensa buscam obter mídia espontânea para as organizações, constituindo uma ação reconhecida como marketing viral.

69. (18912) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2011 ASSUNTOS: MARKETING DE SERVIÇOS

No processo de gestão do marketing de serviços, a técnica de pesquisa de compreensão da satisfação dos clientes, em que a empresa contrata pesquisadores para utilizarem seus serviços, pesquisadores estes que não serão identificados pelos atendentes de marketing, é denominada

- a) Venda.
- b) Grupos de foco.
- c) Compra direta.
- d) Compra misteriosa.
- e) Painel de clientes.

70. (18998) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | CESGRANRIO | CEF | 2008 ASSUNTOS: VENDA

Em um treinamento interno para a equipe de atendimento de uma agência bancária, um consultor afirmou que uma etapa importante na realização de uma venda é a pré-abordagem, que consiste na(o)

- a) utilização da técnica AIDA (despertar atenção, manter o interesse, aumentar o desejo e motivar para a ação).
- b) aprendizagem sobre a empresa ou grupo de consumidores que se constituem em clientes potenciais.
- c) prospecção dos clientes potenciais, definindo as indicações por níveis de interesse e capacidade financeira.
- d) reconhecimento dos sinais de compra emitidos pelos clientes potenciais, como gestos e comentários positivos.

- e) acompanhamento da satisfação dos clientes potenciais, observando se os mesmos repetem a compra.

71. (18918) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | CESPE | CEF | 2010 ASSUNTOS: VENDA

De acordo com Kotler, constitui exemplo da etapa de venda denominada pré-abordagem a:

- a) análise de quais são as necessidades do cliente.
- b) saudação do cliente.
- c) negociação com o cliente.
- d) identificação de potenciais clientes.
- e) apresentação do produto ao cliente.

72. (18914) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | CESGRANRIO | BNDES | 2008 ASSUNTOS: MARKETING

Ao analisar a solicitação de crédito para uma indústria de alimentos, o gerente de um Banco questiona o proprietário a respeito do composto de marketing da empresa. Logo, ele se refere, especificamente,

- a) à promoção de vendas, aos descontos fornecidos ao consumidor final, à qualidade dos produtos e à propaganda realizada pela indústria.
- b) à estratégia de recursos humanos, ao planejamento estratégico, ao controle de gastos e aos investimentos previstos.
- c) aos produtos fabricados, ao preço praticado no mercado, aos sistemas de distribuição e à linha de comunicação da empresa.
- d) ao posicionamento de mercado, à política de preços, aos pontos de vendas e à linha de produtos.
- e) ao planejamento estratégico, ao período de pagamento das parcelas do empréstimo, à estimativa de retorno e aos ganhos financeiros previstos pela empresa.

73. (18917) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | CESPE | CEF | 2010 ASSUNTOS: TELEMARKETING

No processo de telemarketing, visando superar objeções, o operador deverá:

- a) procurar vencer as discussões, pontuando, com ênfase, o seu ponto de vista.
- b) rejeitar as objeções e destacar os pontos positivos do produto ou serviço.
- c) evitar perguntar diretamente ao cliente o que ele acredita ser a objeção.
- d) reafirmar a objeção até compreender o sentido e o motivo real de o cliente resistir às suas ponderações.
- e) responder rapidamente acerca do aspecto alvo da objeção, de modo a desviar o assunto.

74. (18919) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2010 ASSUNTOS: TELEMARKETING

No telemarketing ativo,

- a) a mensagem de relacionamento flui do cliente para a empresa.
- b) a mensagem de venda, marketing e relacionamento flui da empresa para o cliente.
- c) obrigatoriamente, utiliza-se técnicas específicas de pesquisa de mercado para a construção de *scripts*.
- d) não é permitida a venda de outros produtos para clientes atuais da empresa.
- e) a prioridade é responder aos potenciais clientes as dúvidas sobre marketing, vendas e relacionamento.

75. (18916) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | CESPE | CEF | 2010 ASSUNTOS: PROPAGANDA

O anúncio de um banco veiculado na televisão, pago, inovador e específico, por si só caracteriza exemplo de:

- a) *network*.

- b) marketing de relacionamento.
- c) endomarketing.
- d) propaganda.
- e) campanha publicitária.

76. (18920) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2010 ASSUNTOS: MARKETING DIRETO

O conjunto de atividades de comunicação impessoal, sem intermediários, entre a empresa e o cliente, via correio, fax, telefone, internet ou outros meios de comunicação, que visa obter uma resposta imediata do cliente e a concretização da venda do produto ou serviço, denomina-se

- a) *merchandising*.
- b) publicidade.
- c) promoção.
- d) marketing direto.
- e) propaganda.

77. (18921) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2010 ASSUNTOS: MARKETING

A oferta de incentivos imediatos, de curto prazo, como brindes, descontos, prêmios e bonificações, por um patrocinador identificado para estimular a compra do produto, denomina-se

- a) venda direta.
- b) *merchandising*.
- c) publicidade institucional.
- d) propaganda.
- e) promoção de vendas.

78. (18922) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2010 ASSUNTOS: PROPAGANDA

Maneira de se comunicar com o mercado de forma impessoal, utiliza os meios de comunicação de massa ou eletrônicos, visa formar imagem e construir percepção desejada na mente do público-alvo, e o anunciante da mensagem é conhecido. Trata-se de:

- a) publicidade.

- b) marketing digital.
- c) promoção.
- d) relações públicas.
- e) propaganda.

79. (18923) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2011 ASSUNTOS: VALOR PARA O CLIENTE

A diferença entre as percepções do cliente quanto aos benefícios e aos custos da compra e uso dos produtos e serviços é denominada

- a) publicidade.
- b) *brand equity*.
- c) mix marketing.
- d) valor para o cliente.
- e) *benchmarking*.

80. (18926) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | CESPE | CEF | 2010 ASSUNTOS: MARKETING DE RELACIONAMENTO

Quanto ao marketing de relacionamento, assinale a opção correta.

- a) Ao adotar práticas de marketing de relacionamento, o técnico bancário terá como principal objetivo conquistar novos clientes.
- b) As estratégias desenvolvidas no marketing de relacionamento contemplam prioritariamente ações de curto prazo.
- c) O marketing de relacionamento pressupõe diálogo entre empresa e clientes, devendo a comunicação ser individual.
- d) Marketing de relacionamento faz referência estrita à relação com clientes.
- e) Marketing de relacionamento demanda interações com clientes, mas essas interações não devem ser frequentes.

81. (18927) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2011 ASSUNTOS: TELEMARKETING

O canal de marketing direto aplicado em organizações de serviços que utilizam tecnologia de telecomunicação, de forma planejada, estruturada e controlada, para estabelecer contatos de comunicação, serviços de apoio e vendas de produtos diretamente a clientes finais ou intermediários da organização, é denominado

- a) Venda por mala direta.
- b) Venda direta.
- c) Venda por catálogo.
- d) Marketing *on-line*.
- e) Telemarketing.

82. (18924) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | FCC | BANCO DO BRASIL | 2011 ASSUNTOS: MARKETING DE SERVIÇOS

Em uma organização, toda atividade ou benefício, essencialmente intangível, que uma parte possa oferecer à outra e que não resulte na posse de algum bem é denominada

- a) sistema.
- b) processo.
- c) especialidade.
- d) serviço.
- e) conveniência.

83. (18925) MARKETING, ATENDIMENTO E TÉCNICAS DE VENDA | CESPE | CEF | 2010 ASSUNTOS: PROMOÇÃO

Um brinde oferecido ao cliente que abre uma conta em uma agência bancária, por si só, caracteriza-se como exemplo de

- a) marketing de relacionamento.
- b) promoção.
- c) marketing direto.
- d) propaganda.
- e) serviço.

Para ver a explicação do professor sobre as questões, acesse o *link* a seguir ou baixe um leitor QR Code em seu celular e fotografe o código.

<http://acasadasquestoes.com.br/prova-imprimir.php?prova=137925>



Gabarito: 1. A 2. C 3. E 4. A 5. E 6. A 7. C 8. C 9. E 10. E 11. C 12. C 13. E 14. E 15. E 16. E
 17. C 18. C 19. C 20. E 21. E 22. E 23. E 24. E 25. E 26. B 27. E 28. D 29. A 30. A 31. C 32. A
 33. B 34. C 35. A 36. B 37. E 38. E 39. B 40. B 41. E 42. A 43. E 44. E 45. A 46. B 47. E 48. E
 49. B 50. C 51. C 52. B 53. C 54. A 55. D 56. B 57. C 58. C 59. (18901) C 60. (18902) B 61. (18961) D
 62. (18903) A 63. (18905) C 64. (18904) D 65. (18907) A 66. (18911) E 67. (18962) A 68. (18913) D 69. (18912) D
 70. (18998) B 71. (18918) A 72. (18914) C 73. (18917) D 74. (18919) B 75. (18916) D 76. (18920) D 77. (18921) E
 78. (18922) E 79. (18923) D 80. (18926) C 81. (18927) E 82. (18924) D 83. (18925) B

Conhecimentos Bancários

Professor: Edgar Abreu



Conteúdos Programáticos – Edital 2014

1. Abertura e movimentação de contas: documentos básicos.
2. Pessoa física e pessoa jurídica: capacidade e incapacidade civil, representação e domicílio.
3. Cheque: requisitos essenciais, circulação, endosso, cruzamento, compensação.
4. Sistema de Pagamentos Brasileiro.
5. Estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN): Conselho Monetário Nacional; Banco Central do Brasil; Comissão de Valores Mobiliários; Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; bancos comerciais; caixas econômicas; cooperativas de crédito; bancos comerciais cooperativos; bancos de investimento; bancos de desenvolvimento; sociedades de crédito, financiamento e investimento; sociedades de arrendamento mercantil; sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários; bolsas de valores; bolsas de mercadorias e de futuros; Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC); Central de Liquidação Financeira e de Custódia de Títulos (CETIP); sociedades de crédito imobiliário; associações de poupança e empréstimo; Sistema de Seguros Privados: sociedades de capitalização; Previdência Complementar: entidades abertas e entidades fechadas de previdência privada.
6. Noções de política econômica, noções de política monetária, instrumentos de política monetária, formação da taxa de juros.
7. Mercado Financeiro - mercado monetário; mercado de crédito; mercado de capitais: ações – características e direitos, debêntures, diferenças entre companhias abertas e companhias fechadas, funcionamento do mercado à vista de ações, mercado de balcão; mercado de câmbio: instituições autorizadas a operar; operações básicas; contratos de câmbio – características; taxas de câmbio; remessas; SISCOMEX.
8. Mercado Primário e Mercado Secundário.
9. Produtos Bancários: Programa Minha Casa Minha Vida; Crédito Rural – Agronegócio; Microcrédito Produtivo Orientado; Cartões; Penhor; Loterias; Financiamento Estudantil (FIES).
10. Correspondentes Bancários.
 - Conteúdo será lecionado pela Professora Tatiana Marcello. Ver no site da Casa do Concurseiro apostila de Atendimento (Legislação).
 - Conteúdo será lecionado pelo Professor Rafael Renz. Ver no site da Casa do Concurseiro apostila específica.

Últimas Atualizações do Mercado

Abaixo temos as principais alterações do Mercado Financeiro nos últimos anos

DATA ALTERAÇÃO	ASSUNTO	O QUE MUDOU?	MAIS INFORMAÇÃO (acesse o link)
23/05/2007	Composição Diretoria Colegiada Bacen	Extingue a diretoria da DIESP e reduz o número de diretores colegiados do BACEN de 9 para 8 diretores, sendo um deles o Presidente. (7 + 1)	Voto BCB 140/2007
28/08/2008	Autoregulação Bancária	É criada o sistema de auto regulação bancária que tem como principal objetivo possibilitar aos bancos, em conjunto com a sociedade, harmonizar o sistema bancário, suplementando as normas e os mecanismos de controle já existentes.	FEBRABAN
24/12/2008	CEF/Câmbio	Autoriza a CEF a atuar sem restrições de operação no mercado de câmbio.	Circular 3.428
09/01/2009	IOF (Factoring)	Consolida a cobrança de IOF em alienação de direitos creditórios realizados pelas <i>factorings</i>	INRF 907
02/03/2009	D.T.V.M	As sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários ficam autorizadas a operar diretamente nos ambientes e sistemas de negociação dos mercados organizados de bolsa de valores. Assim acaba a ultima grande diferença entre CTVM e DTVM	Decisão Conjunta: BACEN – CVM número 17.
01/07/2009	Bancos de Desenvolvimento	Autoriza os Bancos de Desenvolvimentos a operar com <i>leasing</i> , utilizando recursos da linha do FINAME do BNDES	CMN 3.756
01/07/2009	Agências de Fomento	Autoriza as Agências de Fomento Realizarem operações específicas de câmbio e operações de arrendamento mercantil financeiro autorizadas pelo Banco Central do Brasil.	CMN 3.757
06/01/2010	PREVIC	Cria a PREVIC que tem como principal atribuição fiscalizar as Entidades de Previdência Complementar Fechadas, substituindo a antiga SPC	Decreto 7.075



DATA ALTERAÇÃO	ASSUNTO	O QUE MUDOU?	MAIS INFORMAÇÃO (acesse o link)
03/01/2010	CNPC E CRPC	Cria os o órgãos CNPC e CRPC que juntos substituem o antigo CGPC. As principais atribuições dos novos órgãos é a de formular política e normatizar o mercado de previdência fechada (CNPC) e de julgar recursos interposto de punições administrativas aplicadas pela PREVIC (CRPC)	Decreto 7.123
25/02/2010	LF	Cria a letra Financeira e autoriza a captação para: bancos múltiplos, os bancos comerciais, os bancos de investimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as caixas econômicas, as companhias hipotecárias e as sociedades de crédito imobiliário	CMN 3.836
21/05/2010	TED	A Febraban resolve reduzir o valor mínimo de transferência feitas por TED de R\$ 5.000,00 para R\$ 3.000,00. Os DOC's continuam limitados a R\$ 4.999,99	Decisão FEBRABAN
26/08/2010	CRSFN	Altera a sua composição, substituindo o representante da Secretaria do Comércio do Exterior por mais um representante do Ministério da Fazenda	Decreto 7.277
06/10/2010	Mercado de Câmbio	Estabelece nova redação para câmbio pronto e limita operações interbancárias a termo para 1.500 dias	CIRCULAR 3.507
25/10/2010	Cartão de Crédito	Estabelece valor mínimo para cobrança na fatura de cartão de crédito de 15% em Junho 2011 e de 20% a partir de Dezembro de 2011	CIRCULAR 3.512
03/12/2010	FGC	Elava o valor de cobertura do FGC de R\$ 60.000,00 para R\$ 70.000,00	CMN 3.931
16/12/2010	BNDES	Autoriza o BNDES a captar recursos através da emissão de Letras Financeiras.	CMN 3.933
06/01/2011	Compulsório Câmbio Vendido	Institui recolhimento compulsório e encaixe obrigatório sobre posição vendida de câmbio dos bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, bancos de câmbio e caixas econômicas, autorizados a operar no mercado de câmbio.	Circular 3.520





DATA ALTERAÇÃO	ASSUNTO	O QUE MUDOU?	MAIS INFORMAÇÃO (acesse o link)
24/02/2011	Mercado de Câmbio	Autoriza as agências lotéricas e os Correios a comprarem e venderem dólar.	CMN 3.954
16/05/2011	Devolução Cheques	Cria motivo de devolução de cheques, altera descrições e especificações de utilização de motivos já existentes	Circular 3.535
19/07/2011	Compensação cheques	FEBRABAN obriga a microfilmagem dos cheques, o que altera o prazo de compensação dos mesmos, acabando com as divergências de praças regionais e de difícil acesso.	FEBRABAN
26/01/2012	Mercado de Câmbio	Aumenta o limite das operações de câmbio realizadas pelas CTVM, DTVM e corretoras de câmbio de U\$ 50 mil para U\$ 100 mil. Limita as operações de câmbio das financeiras	CMN 4.051
16/07/2012	COPOM	Obriga a identificação do voto de cada um dos membros do COPOM	Circular 3.593
09/07/2012	Lavagem de Dinheiro	Altera a Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro	Lei 12.683
26/07/2012	Mercado de Câmbio	dispensa a guarda de cópia dos documentos de identificação do cliente nas operações de câmbio especificadas, bem como facultar o uso de máquinas dispensadoras de cédulas	CMN 4.113
15/03/2013	Mercado de Câmbio	Dispõe sobre o Valor Efetivo Total (VET) nas operações de câmbio com clientes	CMN 4.198
15/03/2013	Arrendamento Mercantil	Dispõe sobre medidas de transparência na contratação de operações de crédito, relativas à divulgação do Custo Efetivo Total (CET).	CMN 4.197
18/06/2013	Crédito Rural	Obriga que as operações de crédito de custeio agrícola financiado com recursos controlados deve ser efetivado obrigatoriamente com enquadramento no Proagro, ou em modalidade de seguro rural, observados o limite da legislação.	CMN 4235



Segmentação de Mercado

Mercado Financeiro

É o mercado voltado para a **transferência de recursos** entre os **agentes econômicos**. No mercado financeiro, são efetuadas transações com títulos de prazos médio, longo e indeterminado, geralmente dirigidas ao **financiamento dos capitais de giro e fixo**.

Mercado de Capitais

É o conjunto de instituições, tais como bolsas de valores e instituições financeiras (bancos, corretoras, bancos de investimento, seguradoras), ligadas à **intermediação de ativos** financeiros (**ações**, títulos de dívida em geral).

A principal função do **mercado de capitais** é **canalizar a poupança** (recursos financeiros) da **sociedade para o comércio**, a **indústria**, **outras atividades econômicas** e para o próprio governo.

Distingue-se do mercado monetário que movimenta recursos a curto prazo, embora tenham muitas instituições em comum.

Mercado de Câmbio

É o ambiente onde se realizam as **operações de câmbio** entre os agentes autorizados pelo Banco Central do Brasil (bancos, corretoras, distribuidoras, agências de turismo e meios de hospedagem) e entre estes e seus clientes.

No Brasil, o mercado de câmbio é dividido em dois segmentos, livre e flutuante, ambos regulamentados e fiscalizados pelo Banco Central.

O mercado livre é também conhecido como “comercial” e o mercado flutuante, como “turismo”. À margem da lei, funciona um segmento denominado mercado paralelo, mercado negro, ou câmbio negro.

Todos os negócios realizados no mercado paralelo são ilegais e sujeitam o cidadão ou a empresa às penas da lei.

Mercado Monetário

O Mercado Monetário é uma das subdivisões do Mercado Financeiro. O Mercado Monetário – ou mercado de moeda – é onde ocorrem as captações de recursos à vista, no **curtíssimo e no curto** prazo. Nesse mercado, atuam principalmente os **intermediadores financeiros**, negociando títulos e criando um parâmetro médio para taxas de juros do mercado.

Mercado de Crédito

É o nome dado a parte do sistema financeiro onde ocorre o processo de **concessão e tomada de crédito**.

O **mercado de crédito** envolve **duas partes**, uma **credora e outra devedora**, que normalmente estabelecem uma relação contratual entre si, podendo ser formal ou informal. Esta situação sugere que uma das partes, a credora conceda liquidez à outra, mediante um prêmio de liquidez ou de risco, comumente intitulado de juros. Nesta relação à parte credora oferece um bem a parte devedora, que na sociedade capitalista é a moeda fiduciária ou escritural.

Resumo

O **Mercado Financeiro** pode ser segmentado em 4 mercados específicos:

1. **Cambial** (Transformação da moeda estrangeira e moeda nacional e vice-versa);
2. **Monetário** (Controle da Liquidez Bancária);
3. **Crédito** (Financiamentos: capital giro, capital fixo, habitação, rural, consumo);
4. **Capitais** (Valores mobiliários, financiamentos: capital giro, capital fixo, underwriting, ações, debêntures)

MERCADO FINANCEIRO				
Segmentos	CAMBIAL	MONETÁRIO	CRÉDITO	CAPITAIS
Prazo	À vista e a curto prazo	À vista e a curtíssimo prazo	Prazos curto e médio	Prazos curtos, médio, longos e intermediários
Características	Transformação da moeda estrangeira em moeda nacional (vice-versa)	Controle da liquidez bancária	Financiamentos: capital de giro, capital fixo, habitação, rural e consumo	Financiamento: capital de giro, capital fixo, underwriting, ações, debêntures
Sistema	Bancário e auxiliar	Bancário e não bancário e auxiliar	Bancário e não bancário	Não bancário e auxiliar

Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

O sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:

- I. Conselho Monetário Nacional;
- II. Banco Central do Brasil;
- III. Banco do Brasil S. A.;
- IV. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social;
- V. Das demais instituições financeiras públicas e privadas.

Conjunto de instituições e instrumentos financeiros que possibilita a transferência de recursos dos doadores finais para os tomadores finais, e cria condições para que títulos e valores mobiliários tenham liquidez no mercado financeiro.

Tomadores finais de recursos (agentes Deficitários) são aqueles que se encontram em posição de déficit financeiro: gastam mais do que a sua renda em consumo e/ou investimento. Precisam do complemento de poupança de terceiros para executar seus planos e atividades, dispondo-se a pagar juros pelo capital que conseguirem.

Doadores finais de recursos (Agentes Superavitários) são aqueles que se encontram em posição de superávit financeiro: gastam menos do que a sua renda.

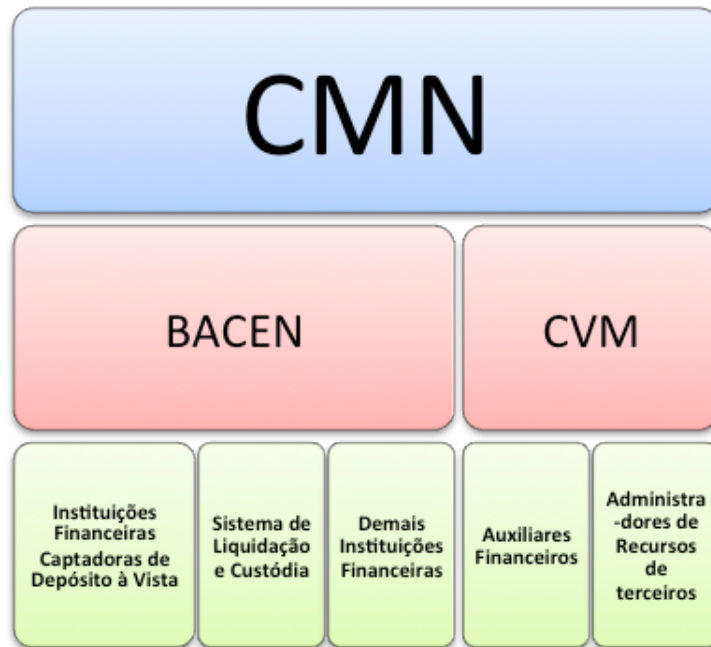
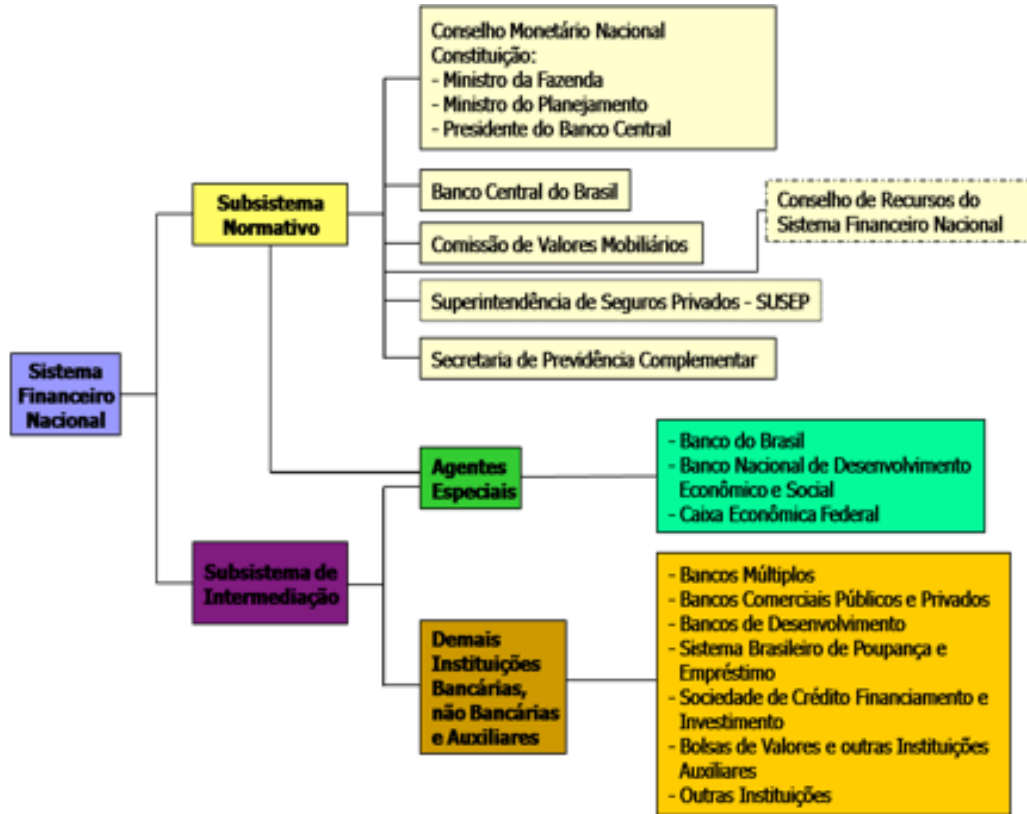
As instituições do SFN intermedeiam as relações entre essas pessoas, administrando a oferta dos recursos dos doadores finais para os tomadores finais.



Comentário

A instituição financeira capta recursos dos agentes superavitários e empresta para os agentes deficitários.

Organogramas do SFN



Órgãos normativos	Entidades supervisoras	Operadores			
Conselho Monetário Nacional - CMN	Banco Central do Brasil - Bacen	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras Bancos de Câmbio	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP	Superintendência de Seguros Privados - Susep	Bolsas de mercadorias e futuros	Bolsas de valores		
Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
		Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

Subsistema Normativo: Órgãos Normativos

Conselho Monetário Nacional – **CMN**

Conselho Nacional de Seguros Privados – **CNSP** (Não consta no último edital)

Conselho Nacional de Previdência Complementar – **CNPC** (Não consta no último edital)

Conselho Monetário Nacional – CMN

Órgão Máximo do Sistema Financeiro Nacional (IMPORTANTE)

Composição: Ministro da Fazenda (Presidente do conselho); Ministro do Orçamento, Planejamento e Gestão e o Presidente do Banco Central.

Responsabilidade do CMN: Formular a política da moeda e do crédito, objetivando a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do País.

- Reuniões **uma vez por mês** (ordinariamente);
- Resoluções aprovadas devem ser publicadas no **D.O.U** e na página do **BACEN**;
- **Todas** as reuniões devem ser lavradas **atas** e publicado extrato no D.O.U

Principais objetivos do CMN

- **Adaptar** o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento;
- **Regular** o valor interno da moeda,
- **Regular** o valor externo da moeda e o equilíbrio no balanço de pagamento do País
- **Orientar** a aplicação dos recursos das instituições financeiras, quer públicas, quer privadas;
- **Propiciar** o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos;
- **Zelar** pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
- **Coordenar** as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.

Principais competências do CMN

- **Adaptar** o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento
- **Regular** o valor interno e externo da moeda
- **Zelar** pela liquidez e solvência das instituições financeiras
- **Autorizar** as emissões de Papel Moeda;
- **Coordenar** as **políticas monetária**, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa.
- **Fixar** as diretrizes e normas política cambial, inclusive quanto à compra e venda de ouro;
- **Disciplinar** o Crédito em todas as modalidades;
- **Limitar**, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões entre outras;

- **Determinar** a percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente ou grupo de empresas
- **Regulamentar** as operações de redesconto;
- **Regular** a constituição, o funcionamento e a fiscalização de todas as instituições financeiras que operam no País.

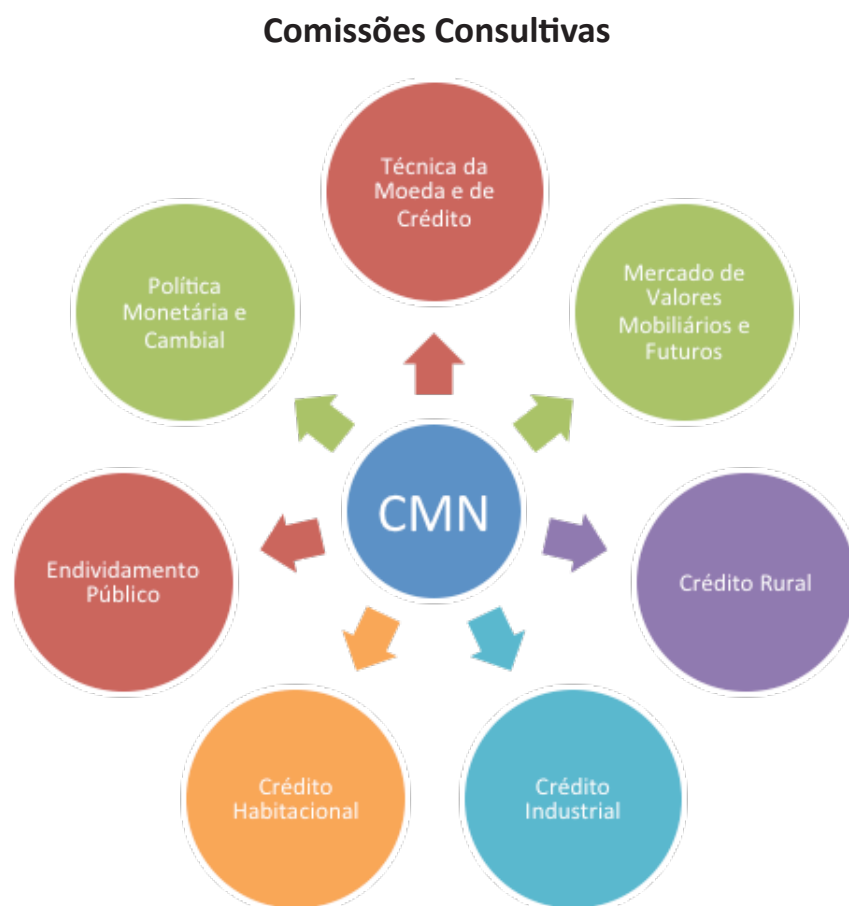
Comentário

Tente gravar as palavras chaves como:
Autorizar, fixar, Disciplinar, Limitar, Regular. Lembre-se que o **CMN** é um órgão **NORMATIVO** assim não executa tarefas

Observação!

1. Cuidado com os verbos **AUTORIZAR e REGULAMENTAR** que também podem ser utilizados para funções do Banco Central do Brasil.
2. Cuide que o CMN é responsável por coordenar a política monetária, enquanto o BACEN é responsável por formular essas políticas de acordo com as diretrizes do CMN.

Junto ao CMN funcionará a **Comissão Técnica da Moeda e do Crédito (Comoc)** e também as seguintes **Comissões Consultivas**:

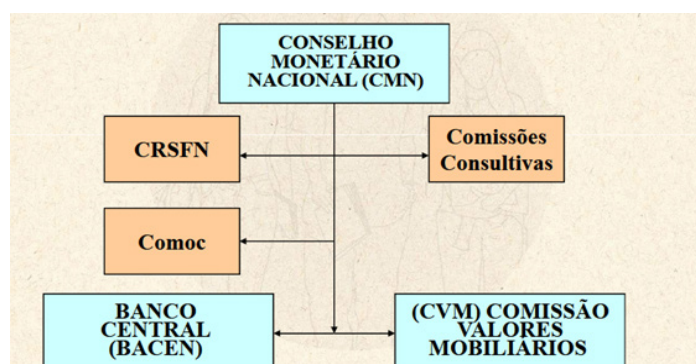


Subsistema Normativo: Órgãos Recursais

Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional – **CRSFN**

Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – **CRSNP (Não consta no último edital)**

Câmara de Recursos da Previdência Complementar – **CRPC (Não consta no último edital)**



C.R.S.F.N (Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional)

O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) é um órgão colegiado, de **segundo grau**, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda. Sua **principal atribuição é julgar, em 2ª e última instância administrativa os recursos interpostos**, das decisões administrativas aplicadas pelo BACEN e CVM e Secretaria do Comércio Exterior.

- a) relativas a penalidades por infrações à legislação **cambial, de capitais estrangeiros e de crédito rural e industrial**;
- b) relativas à aplicação de penalidades por infração à **legislação de consórcios**;
- c) referentes à adoção de medidas cautelares; e
- d) referentes à desclassificação e à descaracterização de operações de **crédito rural e industrial, e a impedimentos referentes ao Programa de Garantia de Atividade Agropecuária - PROAGRO**.

8 Conselheiros escolhidos pelo Ministro da Fazenda (mandato de 2 anos podendo ser reconduzidos uma vez):

- **dois** representantes do Ministério da Fazenda; (um dos representantes ocupará o cargo de presidente)
- **um** representante do Banco Central do Brasil;
- **um** representante da Comissão de Valores Mobiliários
- **quatro** representantes das entidades de classe dos mercados financeiros e de capitais; (ABRASCA, ANBIMA, ANCORD CNBV, Febraban)

Observação: O Presidente e Vice do conselho será escolhido pelo Ministro da Fazenda.

Além dos conselheiros, fazem parte do CRSFN

- 3 (três) procuradores da “fazenda nacional”
- 1 (um) secretário-executivo

Compete ainda ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional apreciar os recursos de ofício, dos órgãos e entidades competentes, contra decisões de arquivamento dos processos.

Subsistema Normativo: Órgãos Supervisores

1. Banco Central do Brasil – BACEN
2. Comissão de Valores Mobiliários – CVM
3. Superintendência de Seguros Privados – SUSEP (Não consta no último edital)
4. Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC (Não consta no último edital)

Banco Central do Brasil – Bacen

- Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda;
- A Diretoria colegiada composta por **até nove membros**, um dos quais o Presidente, todos **nomeados pelo Presidente da República**, entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros, após **aprovação pelo Senado Federal**.

Atenção!

Atualmente o BACEN possui **9 diretorias** e apenas **8 diretores**, isso porque o Diretor Luiz Awazu Pereira da Silva ocupa o cargo de duas diretorias (Direx e Dinor).

O cargo de Presidente do Bacen tem *status* de ministro de Estado.

O Banco Central tem por finalidade **a formulação, a execução, o acompanhamento e o controle das políticas monetária, cambial, de crédito** e de relações financeiras com o exterior; a organização, disciplina e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional; a gestão do Sistema de Pagamentos Brasileiro e dos serviços do meio circulante. (Art. 2º Reg. Interno)

Ressalvado o disposto da lei 6385, a **fiscalização do mercado financeiro e de capitais continuará** a ser exercida, nos termos da legislação em vigor, pelo **Banco Central do Brasil**.

Reuniões **ordinárias**, **uma** vez por **semana** presentes, no mínimo, o Presidente, ou seu substituto, e metade do número de Diretores.

- Principal órgão executivo do sistema financeiro. Faz cumprir todas as determinações do CMN;
- É por meio do BC que o Governo intervém diretamente no sistema financeiro.

Objetivos

- zelar pela adequada liquidez da economia;
- manter as reservas internacionais em nível adequado;
- estimular a formação de poupança;
- zelar pela estabilidade e promover o permanente aperfeiçoamento do sistema financeiro.

Importante!

(Não confunda): Zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras (Objetivo do CMN).

Principais Atribuições

- **emitir** papel-moeda e moeda metálica;
- **executar** os serviços do meio circulante;
- **receber** recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras e bancárias;
- **realizar** operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras;
- **regular** a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis;
- **efetuar** operações de compra e venda de títulos públicos federais;
- **exercer** o controle de crédito;
- **exercer** a fiscalização das instituições financeiras;
- **autorizar** o funcionamento das instituições financeiras;
- **estabelecer** as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras;
- **vigiar** a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e
- **controlar** o fluxo de capitais estrangeiros no país.

Sua sede fica em Brasília, capital do País, e tem representações nas capitais dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e Pará.

Importante 1

O Banco Central do Brasil não pode mais emitir títulos públicos por conta própria desde 2002. Compete apenas ao Tesouro Nacional a emissão de Títulos Públicos Federais.

Importante 2

Quando se tratar de Instituição Financeira estrangeira, a autorização para funcionamento da mesma, dar-se por meio de Decreto do Poder Executivo e não autorização do BACEN. (Art. 18, Lei nº 4.595)

Comentário

Tente memorizar as palavras chaves como: **formular, regular, administrar, emitir, receber, autorizar, fiscalizar, controlar e exercer**. Lembre-se de que o **BACEN** é quem **faz cumprir todas as determinações do CMN**.

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

- Entidade **autárquica**, vinculada ao governo através do Ministério da Fazenda.
- Administrada por **1 Presidente e 4 Diretores**, nomeados pelo Presidente da República;
- **Órgão normativo** voltado para o desenvolvimento do mercado de títulos e valores mobiliários;
- **Títulos e Valores Mobiliários**: ações, debêntures, bônus de subscrição, e opções de compra e venda de mercadorias.

Objetivos da CVM:

- **Estimular** investimentos no **mercado acionário**;
- **Assegurar** o funcionamento das **Bolsas de Valores**;
- **Proteger** os titulares contra a emissão fraudulenta, manipulação de preços e outros atos ilegais;
- **Fiscalizar** a emissão, o registro, a distribuição e a negociação dos títulos emitidos pelas sociedades anônimas de capital aberto;
- **Fortalecer** o **Mercado de Ações**.

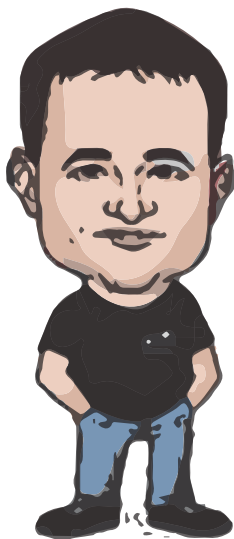
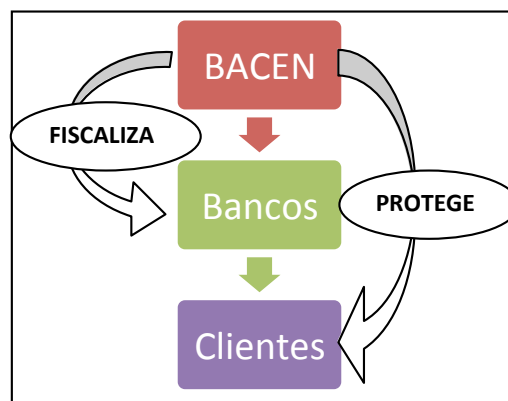
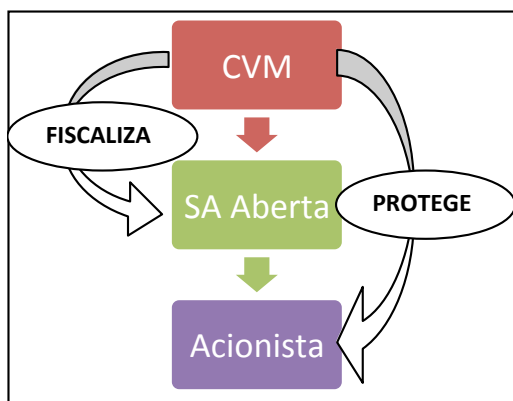
Cabem à CVM Disciplinar as seguintes matérias:

- **Registro de companhias abertas**;
- Registro de distribuições de valores mobiliários;
- Credenciamento de auditores independentes e administradores de carteiras de valores mobiliários;
- Organização, funcionamento e operações das bolsas de valores e de mercadorias e de futuros;
- Negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários;
- Suspensão ou cancelamento de registros, credenciamentos ou autorizações;
- Suspensão de emissão, distribuição ou negociação de determinado valor mobiliário ou decretar recesso de bolsa de valores;
- A CVM tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado;
- A Lei atribui à CVM competência para apurar, julgar e punir irregularidades eventualmente cometidas no mercado;
- O Colegiado tem poderes para julgar e punir o faltoso, que vão desde a simples advertência até a inabilitação para o exercício de atividades no mercado.

Comentário

A CVM é o BACEN do mercado mobiliário (ações, debêntures, fundos de investimento entre outros)

Relação CVM, Bacen e Clientes



Dicas do Professor

Muitas questões de prova cobram dos alunos competência de cada uma das autoridades monetárias. O problema é que às vezes é muito confuso e no final não sabemos quem autoriza emissão de papel moeda, quem fiscaliza fundos de investimento e etc.

Para ajudar na resolução destas questões, procure as palavras chaves de cada assunto abaixo. Com isso iremos facilitar nosso estudo.

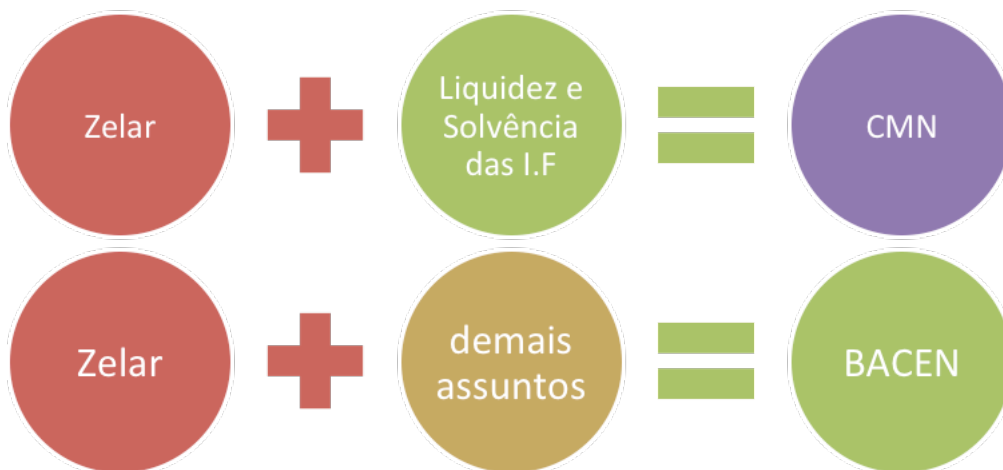
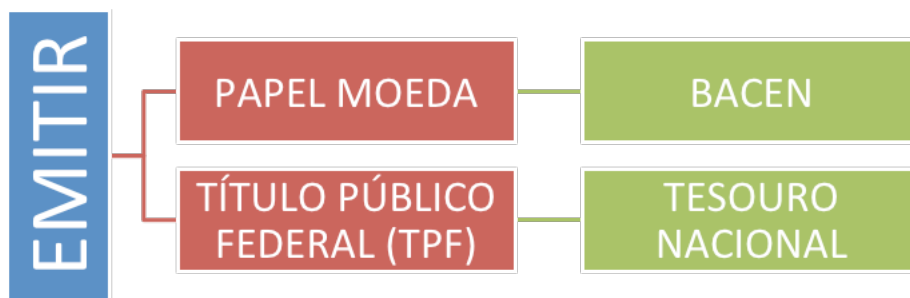
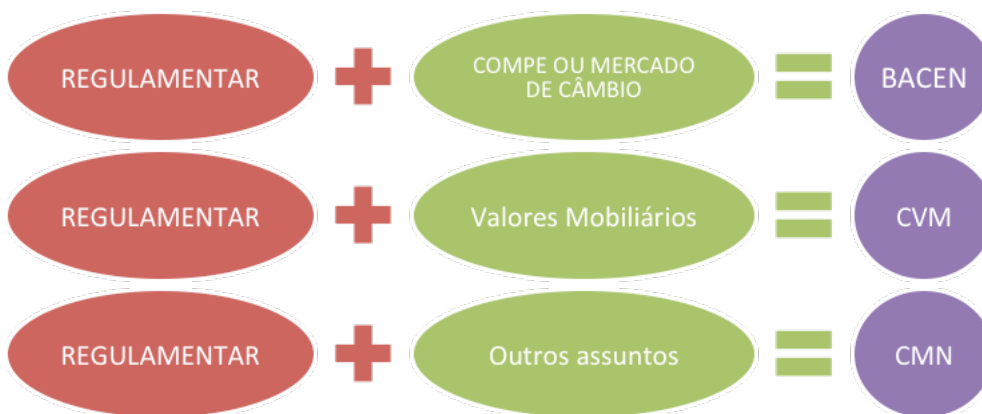
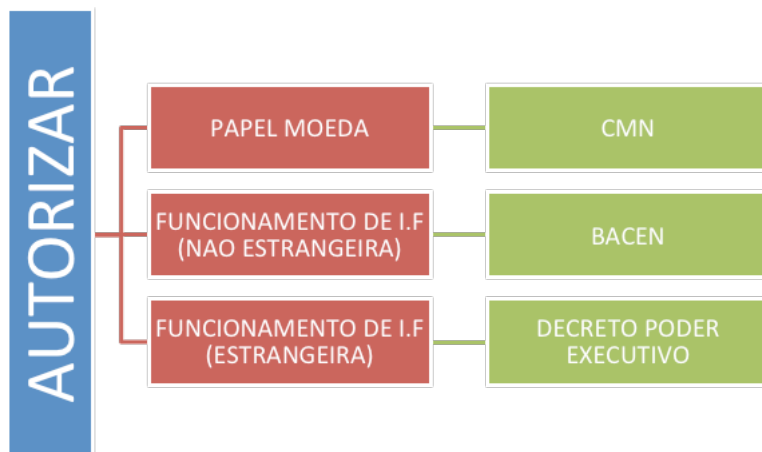
Palavras Chaves

CVM: Valores Mobiliários, Fundos de Investimento, Ações, Mercado de Capitais, Bolsas de Valores, Derivativos

BACEN: Executar, Fiscalizar, Punir, Administrar, Emitir (apenas papel moeda), Realizar, Receber

CMN: Fixar diretrizes, Zelar, Regulamentar, Determinar, Autorizar (emissão papel moeda), Disciplinar, Estabelecer, Limitar

Tome cuidado com as exceções, exemplo:



Subsistema de Intermediação: Órgãos Operadores

1. Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista

- Bancos Múltiplos com carteira comercial (não consta no último edital)
- Bancos Comerciais
- Caixa Econômica Federal
- Cooperativas de Crédito
- Banco Cooperativo

2. Demais instituições financeiras

- Bancos de Desenvolvimento
- Bancos de Investimento
- Sociedades Crédito, Financiamento e Investimento - Financeiras
- Sociedades de Crédito Imobiliário

3. SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

- Caixa Econômica Federal (não consta no edital)
- Associação de Poupança e Empréstimo
- Sociedade de Crédito imobiliário

4. SDTVM – Sistema de Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários

- Bancos de Investimento (Ver “Demais Instituições Financeiras”)
- Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários
- Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários
- Bolsas de Valores

5. Sistema de Seguros Privados

- Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) (não consta no último edital)
- Sociedade Seguradora (não consta no último edital)
- Corretora de Seguros (não consta no último edital)
- Sociedade de Capitalização
- Entidades abertas de previdência complementar
- Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)

6. Sistema de Liquidação e Custódia

Ver capítulo referente à Sistema de Pagamentos Brasileiros – SPB

Instituições Financeiras Captadoras de Depósitos À Vista

São conhecidas como **Instituições Monetárias**, pois possuem a capacidade de criarem moeda escritural, através da emissão de cheque ou efeito multiplicador do crédito.

1. Bancos Múltiplos com carteira comercial (não consta no edital)
2. Bancos Comerciais
3. Caixa Econômica Federal
4. Cooperativas de Crédito
5. Banco Cooperativo

Bancos Comerciais

- São a base do sistema monetário. (é um exemplo de Instituição Monetária)
- São intermediários financeiros que recebem recursos de quem tem (captação) e os distribuem através do crédito seletivo a quem necessita de recursos (aplicação), **criando moeda** através do efeito multiplicador do crédito.
- O objetivo é fornecer crédito de curto e médio prazos para pessoas físicas, comércio, indústria e empresas prestadoras de serviços.

Captação de Recursos (Operações Passivas):

- Depósitos à vista: conta corrente ;
- Depósitos a prazo: CDB, RDB;
- Letra Financeira
- Recursos de Instituições financeiras oficiais;
- recursos externos;
- prestação de serviços: cobrança bancária, arrecadação e tarifas e tributos públicos, etc.

Aplicação de Recursos (Operações Ativas):

- Desconto de Títulos;
- Abertura de Crédito Simples em Conta Corrente: Cheques Especiais;
- Operações de Crédito Rural, Câmbio e Comércio internacional.

Comentário

Para diminuir a criação de moedas feita pelos bancos comerciais, o BACEN utiliza o Depósito Compulsório.

Caixas Econômicas

- **ÚNICO REPRESENTANTE: CEF (decreto 759 de 12/08/1969)**
- Junto com os bancos comerciais, são as mais antigas instituições do sistema financeiro nacional.
- Atividade Principal: integram o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e o Sistema Financeiro da Habitação ;
- São instituições de cunho eminentemente social, concedendo empréstimos e financiamentos a programas e projetos nas áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, transportes urbanos e esporte.
- Monopólio das operações de empréstimo sob penhor de bens, Bilhetes loterias.

Comentário

As atribuições e objetivos das Caixas Econômicas são as mesmas da CEF.

Cooperativas de Crédito

- Cooperados: pessoas com atividades afins que buscam, com a união de esforços, concessão de créditos com encargos mais atrativos;
- Atuam basicamente no **setor primário da economia (agricultura)**. Também pode ser formada por funcionários de uma empresa;
- **Quantidade mínima de cooperados: 20** (lei nº 5.764/71);
- ão equiparadas a uma instituição financeira, através da lei nº 4.595/64.

Meios de captação:

- Captar depósito à vista e à prazo (somente associados);
- Empréstimos outras Instituições;
- Cobrança de contribuição mensal;
- Doações;

Os depósitos captados pelas cooperativas de créditos com garantia, são recolhidos junto ao FGCop Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito e não ao FGC como acontece com os Bancos.

Bancos Cooperativos

- Autorizados pelo Banco Central, constituídos na forma de sociedades anônimas de capital **fechado, onde os acionistas são obrigatoriamente as cooperativas**.
- São Bancos múltiplos ou bancos comerciais controlados por cooperativa de crédito, que devem deter, pelo menos, 51% das suas ações com direito a voto.
- Além de oferecer os produtos e serviços que as cooperativas oferecem (como conta corrente, cheques especiais, pagamento de tributos e processamento da folha de pagamento dos funcionários da empresa), **podem captar recursos no exterior**.
- **Sua atuação é restrita a Unidade da Federação de sua sede**.

Comentário

Os bancos cooperativos foram obrigados a se desassociarem do FGC e associarem ao FGCop.

DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

São Instituições financeiras conhecidas como **não monetárias**, pois não possuem autorização para captar recursos em depósito à vista (conta corrente).

1. Associações de Poupança e Empréstimo
2. Bancos de Desenvolvimento
3. Bancos de Investimento
4. Sociedades Crédito, Financiamento e Investimento - Financeiras

Bancos de Investimento

São instituições criadas para conceder créditos de **médio e longo prazos** para as empresas.

Instituições de natureza **privada**, reguladas e **fiscalizadas pelo BACEN e CVM**.

Tipos de Crédito:

- a) Podem manter contas correntes, desde que essas contas não sejam remuneradas e não movimentáveis por cheques; resolução 2.624
- b) Administração de fundos de investimentos;
- c) Abertura de capital e subscrição de novas ações de uma empresa (*IPO e underwriting*).
- d) Capital de Giro;
- e) Capital Fixo (investimentos): sempre acompanhadas de projeto;
- f) Captam recursos através de CDB/RDB ou venda de cotas de fundos.
- g) Também podem captar recursos via emissão de Letra Financeira.

Comentário

Com o crescimento do Mercado de Capitais, cada vez mais torna-se importante a presença dos bancos de Investimento.

Bancos de Desenvolvimento

- Controlados pelo Governo Estadual

ATENÇÃO: Legalmente o BNDES NÃO é um Banco de Desenvolvimento, ele é uma empresa Pública Federal. (Resolução 394/1976);

Objetivos:

- Financiamento a médio e longo prazos;
- Impulsionar o desenvolvimento econômico e social da região e do país;

Captação:

- Repasse de órgãos financeiros do Governo Federal;
- Repasse do BNDES;
- CDB/RDB
- Cédulas hipotecárias,
- Cédulas pignoratícias de debêntures

Aplicação:

- Empréstimos e Financiamentos de médio e longo prazos;
- **Leasing**

Principais agentes de fomentos regionais:

- BNB (Banco do Nordeste), BASA (Banco da Amazônia)

Exemplo de Banco de Desenvolvimento:

- BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul).

Comentário

O BNDES não é considerado Banco de Desenvolvimento pelo fato de ser uma empresa Pública Federal, o que é vetado a um Banco de Desenvolvimento segundo a resolução 394 de 1976.

Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento – Financeiras

Objetivo: financiar bens duráveis por meio de crédito direto ao consumidor (CDC ou Crediário).
Exemplos: Losango, Portocred, BV Financeira.

- Principal característica: crédito pulverizado (muitas operações de valores relativamente pequenos para uma grande quantidade de clientes).
- Não podem manter contas-correntes;
- Por ser uma atividade de risco, as operações passivas estão limitadas a 12 vezes o seu patrimônio.
- As taxas altas são justificadas pelo alto índice de inadimplência;

Captação (operações passivas):

- Letras de Câmbio (LC);
- Depósito a prazo (**RDB APENAS**)
- Letra Financeira

Comentário

As grandes Financeiras que atuam no Brasil pertencem a grandes bancos. Assim suas captações são na maioria repasse do Banco Múltiplo no qual faz parte. Exemplo, Finasa (Repasse do Bradesco), Losango (Repasse do HSBC).

Sociedades de Arrendamento Mercantil (*Leasing*)

- **Sociedade Anônima;**
- **Idéia:** o lucro de uma atividade pode ser proveniente do uso de um equipamento, e não de sua atividade. Exemplo: Transportadora.
- Suas operações se assemelham a uma **locação (de um bem móvel)** tendo o cliente, ao final do contrato, as opções de **renovar**, **devolver** o bem, ou **adquirir** o bem por um valor prefixado (chamado de valor residual garantido - VRG).
- **Captação de Recursos:** através da emissão de Debêntures (garantidos pelo Patrimônio das sociedades), empréstimos junto a outras instituições financeiras ou de recursos no exterior.

IMPORTANTE: As Sociedades de Arrendamento Mercantil (leasing) estão autorizadas a emitir Debêntures mesmo não sendo S.A Aberta.

Comentário: Uma Sociedade de Arrendamento Mercantil deve ser constituída SEMPRE sobre a forma de S.A e o lucro de suas atividades assemelha a de uma locadora

SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

Somente as instituições que fazem parte do SBPE podem captar recursos através da caderneta de poupança. Esses recursos são direcionados, em sua maior parte, para investimento em Habitação.

1. Caixa Econômica Federal (**não consta no edital**)
2. Associação de Poupança e Empréstimo
3. Sociedade de Crédito imobiliário

Sociedade de Crédito Imobiliário (SCI)

- Suas atribuições são semelhantes às APE's.
- É uma Sociedade Anônima (S.A);
- **Entidade com fins Lucrativo;**
- Deve conter em seu nome, a expressão "Crédito Imobiliário".

Captação de Recursos:

- Poupança;
- Depósitos a prazo;
- Letras e Cédulas Hipotecárias;
- Letra Financeira
- Convênio com outros bancos;
- Repasses da CEF.

Além do financiamento direto, emprestam recursos às empresas para empreendimentos imobiliários (compra, construção e capital de giro para essas empresas).

Comentário

A grande diferença entre APE e SCI é que a primeira não pode ser S.A, e não tem fins lucrativos, enquanto a segunda (SCI) necessariamente é uma S.A e **TEM fins lucrativo**.

Associações de Poupanças e Empréstimos (APE)

Constitui-se em uma forma associativa para a construção ou aquisição da casa própria, **sem finalidade de lucro**. É uma sociedade civil, onde todos os poupadores são proprietários da Associação. O depositante adquire vínculo societário, e a **remuneração da poupança funciona como dividendos** adquiridos pelo vínculo societário.

Captação de recursos:

- **poupança;**
- Depósitos a prazo;
- Letras e Cédulas Hipotecárias;
- Repasses de outros bancos;
- Empréstimos externos.,
- **Aplicação de recursos:** através de **financiamentos imobiliários (SFH)**
- POUPEX (Poupança do Exército) administrada pelo BB.

Comentário

Quem Investe em uma APE torna-se sócio e proprietário, tendo assim direito a dividendos

DICAS DO PROFESSOR

INSTITUIÇÃO	CONSTITUIÇÃO	PRINCIPAL CAPTAÇÃO (PASSIVA)	OBSERVAÇÃO
Associação de Poupança e Empréstimo - APE	Sociedade Civil sem fins lucrativo	Poupança	Poupadores são associados, assim os mesmos recebem dividendos. Faz parte do SBPE
Caixa Econômica Federal - CEF	Empresa pública federal	Poupança, FGTS e repasses do governo federal	É considerado um agente especial do governo federal. Faz parte do SBPE
Sociedade de Crédito Imobiliário - SCI	Sociedade Anônima	Poupança	É uma das carteiras que pode compor um banco múltiplo. Faz parte do SBPE
Companhias Hipotecárias	Sociedade Anônima	Debêntures	Não podem captar através de poupança. Não fazem parte do SBPE.

SDTVM – SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Essas Instituições Financeiras, atuam no mercado de Valores Mobiliários e por esse motivo sofrem supervisão compartilhada do Banco Central do Brasil e também da Comissão de Valores Mobiliário, exceto as Bolsas de Valores que não são Instituições Financeiras.

1. Bancos de Investimento (Ver “Demais Instituições Financeiras”)
2. Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários
3. Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários
4. Bolsas de Valores

Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários (SCTVM)

Sua principal função é a de **promover a aproximação** entre **compradores e vendedores** de **títulos, valores mobiliários** e ativos financeiros, dando a estes, a negociabilidade adequada através de operações no sistema eletrônico da bolsa

- constituídas sob a forma de S.A, dependem da **autorização do CVM e do BACEN para funcionar**;
- Típicas do mercado acionário, operando na compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários;
- **Operam nas bolsas de valores e de mercadorias**;
- **Os investidores não operam diretamente nas bolsas**. O investidor abre uma conta corrente na corretora, que atua nas bolsas a seu pedido, mediante cobrança de comissão (também chamada de **corretagem**, de onde obtém seus ganhos).



- Uma corretora pode atuar também por conta própria;
- Têm a função de dar maior liquidez e segurança ao mercado acionário.
- Podem **Administrar fundos e clubes de Investimento**.
- Podem **Intermediar operações de Câmbio**

Comentário

Graças aos limites operacionais estabelecidos pelas corretoras e regulamentados pela CVM, os riscos de falta de solvência e de liquidez são minimizados, pois se não existissem esses limites poderiam “quebrar” o sistema mobiliário, haja vista que a liquidação financeira no mercado acionário se dá sempre em D+3.

Sociedades Distribuidoras de Títulos de Valores Mobiliários (DTVM)

As DTVM tem as mesmas funções que as CTVM.

Novidade!

Não existe mais diferença na área de atuação entre as CTVM e as DTVM desde a decisão conjunta abaixo.

DECISÃO CONJUNTA (BACEN E CVM Nº17) – 02/03/2009:

“As sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários ficam autorizadas a operar diretamente nos ambientes e sistemas de negociação dos mercados organizados de bolsa de valores.”

O que faz uma Distribuidora?

Como instituição auxiliar do Sistema Financeiro Nacional, tem como objetivo intermediar operações com Títulos e valores mobiliários. Por exemplo: papéis de **Renda Fixa, Ações, Debêntures**, certificados de incentivos fiscais e, ainda, **atuar no mercado de Commodities, na compra e venda de Ouro e intermediação em Bolsa de Mercadorias**.

Bolsas de Valores

São associações civis, sem fins lucrativos, onde se realizam as transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários entre as **sociedades corretoras membros**. São subordinadas à CVM;

Principais atribuições:

- Manter um local adequado à realização de transações de compra e venda entre as corretoras detentoras de títulos naquela bolsa;
- Zelar pela segurança e liquidez do mercado de capitais
- Manter total transparência das transações efetuadas.

Fundo de Garantia:

Como forma de garantir o cumprimento dos negócios realizados, protegendo os investidores contra negociações fraudulentas, as bolsas se obrigam a manter um fundo de garantia.

Podem se transformar às em S.A caso queiram. (Resoluções 2690 de 28/01/2000 e 2709 de 30/03/2000).

Comentário

A BOVESPA deixou de ser uma sociedade civil sem fins lucrativos e transformou-se em uma S.A, dando início em Outubro das negociações de suas ações no mercado de capitais.

BM&F Bovespa S.A.- Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Empresa criada pelos acionistas da Bovespa Holding S.A. e da Bolsa de Mercadorias & Futuros-BM&F S.A., é listada no Novo Mercado depois de obtido o seu registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criada dia 12 de agosto de 2008.

A negociação das ações de sua emissão em bolsa iniciou-se no dia 20 de agosto do mesmo ano.

A **bolsa opera** um elenco completo de negócios **com ações, derivativos, commodities, balcão e operações estruturadas.**

As negociações se dão em pregão eletrônico e **via internet**, com facilidades de **homebroker.**

A nova companhia é líder na América Latina nos segmentos de ações e derivativos, com participação de aproximadamente 80% do volume médio diário negociado com ações e mais de US\$ 67 bilhões de negócios diários no mercado futuro.

Deveres e obrigações

Manter equilíbrio entre seus interesses próprios e o **interesse público** a que deve atender, como responsável pela preservação e auto-regulação dos mercados por ela administrados;

Cabe à entidade administradora aprovar regras de organização e funcionamento dos mercados e as normas de conduta necessárias ao seu bom funcionamento e à manutenção de elevados padrões éticos de negociação nos mercados por ela administrados.

As regras de negociação da bolsa devem:

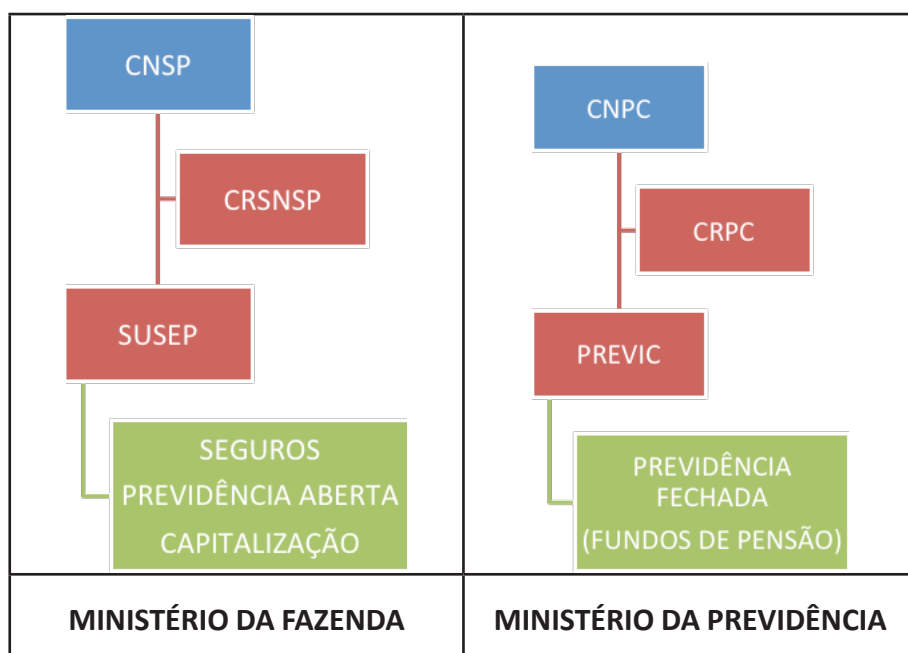
- **Evitar ou coibir** modalidades de **fraude ou manipulação** destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados em seus ambientes;
- **Assegurar igualdade** de tratamento às pessoas autorizadas a operar em seus ambientes;
- **Evitar ou coibir** práticas **não-equitativas** em seus ambientes;
- **Fixar as variações de preços** e quantidades ofertadas, em seu ambiente de negociação que for caracterizado como centralizado e multilateral, que exige a adoção de procedimentos especiais de negociação, bem como os procedimentos operacionais necessários para quando tais variações forem alcançadas, respeitadas as condições mínimas que forem estabelecidas pela CVM em regulamentação específica.

SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

As instituições que fazem parte do Sistema de Seguros Privados e não foram citados em nosso edital, não serão abordas nesse material.

1. Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) *(não consta no edital)*
2. Sociedade Seguradora *(não consta no edital)*
3. Corretora de Seguros *(não consta no edital)*
4. Sociedade de Capitalização
5. Entidades abertas de previdência complementar
6. Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)

Mercado de Seguros, Previdência e Títulos de Capitalização



Sociedades de Capitalização

Seu produto é um misto de poupança programada e sorteio, funcionando este com o poder de antecipar a meta estabelecida para a poupança.

Os lucros das empresas desse segmento se fundamentam na massificação das vendas.

Prêmio: prestação paga pelos compradores dos títulos de capitalização. Possuem três partes:

- Despesas de administração;
- Pagamento dos prêmios;
- Poupança do adquirente.

Exemplos: OUROCAP, PLIM, PIC, TELE-SENA.

Entidades Abertas de Previdência Privada Aberta:

- **Atuam sob a forma de condomínio aberto;**
- **Permitem a livre movimentação dos recursos por parte do contribuinte;**
- Aplicam seus recursos no mercado financeiro e de capitais, conforme desejo do contribuinte;
- Constituídas sob a forma de S.A, com fins lucrativos e sujeitas à fiscalização da SUSEP.
- Normatizados pelo CNSP
- Vinculados ao Ministério da Fazenda

As entidades abertas deverão levantar no **último dia útil de cada mês e semestre**, respectivamente, **balancetes mensais** e **balanços gerais**, com observância das regras e dos critérios estabelecidos pelo CNSP.

A **aplicação dos recursos** correspondentes às **reservas**, às provisões e aos fundos de que será feita conforme **diretrizes** estabelecidas pelo **Conselho Monetário Nacional**.

Exemplo: FAPI, PGBL, VGBL e PCA

OBS.: As **sociedades seguradoras** autorizadas a operar planos de benefícios deverão apresentar nas **demonstrações financeiras**, de forma **discriminada**, as atividades **previdenciárias** e as de **seguros**, de acordo com critérios fixados pelo CNSP.

Entidades Fechadas de Previdência Privada Fechada (fundos de pensão):

As entidades fechadas organizar-se-ão sob a forma **de fundação** ou **sociedade civil, sem fins lucrativos**.

São opções de complementação de aposentadoria, oferecidos por determinadas empresas a seus **funcionários**, grupo de empresas e aos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Por isso, são instituições restritas a um determinado grupo de trabalhadores. **Não permite à participação de pessoas estranhas a empresa.**

A empresa **determina** os percentuais de contribuição dela e dos funcionários para o plano.

A **aplicação dos recursos** correspondentes às **reservas**, às provisões e aos fundos de que será feita conforme **diretrizes** estabelecidas pelo **Conselho Monetário Nacional**.

É um exemplo de Investidores qualificados

- **Fiscalizados pela PREVIC e normatizados pelo CNPC**
- **Vinculados ao Ministério da Previdência Social**

1. (34676) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

O SFN tem como objetivo a intermediação de recursos entre os agentes econômicos (pessoas, empresas e governo). Compõem esse sistema instituições, órgãos e entidades em uma complexa rede de relacionamentos que envolvem a normatização, a supervisão e a operacionalização. Com referência a esse assunto, julgue o item seguinte.

Sempre que for necessário, competirá ao CMN limitar as taxas de juros, de maneira a assegurar taxas favorecidas aos financiamentos que se destinem a promover, entre outros, investimentos indispensáveis às atividades agropecuárias.

() Certo () Errado

2. (34677) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

O SFN tem como objetivo a intermediação de recursos entre os agentes econômicos (pessoas, empresas e governo). Compõem esse sistema instituições, órgãos e entidades em uma complexa rede de relacionamentos que envolvem a normatização, a supervisão e a operacionalização. Com referência a esse assunto, julgue o item seguinte.

Segundo a lei de regência desta matéria, compete ao BACEN executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis, competência esta delegada por carta-circular ao Banco do Brasil S.A. em 1986.

() Certo () Errado

3. (34678) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

O SFN tem como objetivo a intermediação de recursos entre os agentes econômicos (pessoas, empresas e governo). Compõem esse sistema instituições, órgãos e entidades em uma complexa rede de relacionamentos

que envolvem a normatização, a supervisão e a operacionalização. Com referência a esse assunto, julgue o item seguinte.

Segundo a lei pertinente, quando ocorrer grave desequilíbrio no balanço de pagamentos, o CMN determinará o monopólio das operações de câmbio ao BACEN.

() Certo () Errado

4. (34680) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

O SFN tem como objetivo a intermediação de recursos entre os agentes econômicos (pessoas, empresas e governo). Compõem esse sistema instituições, órgãos e entidades em uma complexa rede de relacionamentos que envolvem a normatização, a supervisão e a operacionalização. Com referência a esse assunto, julgue o item seguinte.

O CMN é autarquia supervisora máxima do SFN e tem por finalidade formular a política da moeda e do crédito, com o objetivo de estabilizar a moeda e o desenvolvimento econômico e social do país.

() Certo () Errado

5. (34681) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

O SFN tem como objetivo a intermediação de recursos entre os agentes econômicos (pessoas, empresas e governo). Compõem esse sistema instituições, órgãos e entidades em uma complexa rede de relacionamentos que envolvem a normatização, a supervisão e a operacionalização. Com referência a esse assunto, julgue o item seguinte.

Poderão assistir às reuniões do CMN convidados do presidente desse conselho e assessores credenciados individualmente pelos conselheiros.

() Certo () Errado

6. (34683) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

O sistema financeiro mundial vem se dinamizando cada vez mais, impulsionado por rápidas e constantes transformações. A abertura à concorrência nos mercados financeiros, os avanços da tecnologia e das comunicações, a demanda por mais e melhores serviços financeiros e a concentração no setor bancário são alguns dos fatores que causam profundas mudanças no ambiente de negócios. BACEN. Manual da Supervisão. Internet: <www.bc.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue o item seguinte.

As bolsas de valores, mesmo que constituídas como associações civis ou sociedades anônimas, funcionam sob a supervisão e fiscalização da CVM.

() Certo () Errado

7. (34684) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

O sistema financeiro mundial vem se dinamizando cada vez mais, impulsionado por rápidas e constantes transformações. A abertura à concorrência nos mercados financeiros, os avanços da tecnologia e das comunicações, a demanda por mais e melhores serviços financeiros e a concentração no setor bancário são alguns dos fatores que causam profundas mudanças no ambiente de negócios. BACEN. Manual da Supervisão. Internet: <www.bc.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue o item seguinte.

Tanto o BACEN quanto a CVM fiscalizam o mercado de capitais.

() Certo () Errado

8. (34685) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

O sistema financeiro mundial vem se dinamizando cada vez mais, impulsionado

por rápidas e constantes transformações. A abertura à concorrência nos mercados financeiros, os avanços da tecnologia e das comunicações, a demanda por mais e melhores serviços financeiros e a concentração no setor bancário são alguns dos fatores que causam profundas mudanças no ambiente de negócios. BACEN. Manual da Supervisão. Internet: <www.bc.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue o item seguinte.

Ao Conselho de Recursos do SFN compete julgar, em segunda e última instância, os recursos contra decisões da CVM relativas a penalidades por infrações à legislação de capitais estrangeiros e de crédito industrial.

() Certo () Errado

9. (34687) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

As reformas de 1964 introduzidas no SFN, cujo modelo foi inspirado pelo sistema norte-americano, priorizavam a especialização das instituições. No entanto, ao longo do tempo, surgiram os grandes conglomerados financeiros, incorporando atividades antes restritas aos agentes especializados. A respeito desse assunto, julgue o item que segue.

Tanto as sociedades de crédito, financiamento e investimento (conhecidas por financeiras) quanto os bancos de investimento são instituições financeiras privadas constituídas sob a forma de sociedade anônima. Basta a denominação social para diferenciá-las.

() Certo () Errado

10. (34688) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

As reformas de 1964 introduzidas no SFN, cujo modelo foi inspirado pelo sistema norte-americano, priorizavam a especialização das instituições. No entanto, ao longo do tempo, surgiram os grandes

conglomerados financeiros, incorporando atividades antes restritas aos agentes especializados. A respeito desse assunto, julgue o item que segue.

A Caixa Econômica Federal e as cooperativas de crédito integram o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e o Sistema Financeiro da Habitação.

Certo Errado

11. (34689) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

As reformas de 1964 introduzidas no SFN, cujo modelo foi inspirado pelo sistema norte-americano, priorizavam a especialização das instituições. No entanto, ao longo do tempo, surgiram os grandes conglomerados financeiros, incorporando atividades antes restritas aos agentes especializados. A respeito desse assunto, julgue o item que segue.

As sociedades de arrendamento mercantil são constituídas sob a forma de sociedade anônima, e suas operações passivas incluem emissão de debêntures, dívida externa, empréstimos e financiamentos de instituições financeiras.

Certo Errado

12. (34690) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

As reformas de 1964 introduzidas no SFN, cujo modelo foi inspirado pelo sistema norte-americano, priorizavam a especialização das instituições. No entanto, ao longo do tempo, surgiram os grandes conglomerados financeiros, incorporando atividades antes restritas aos agentes especializados. A respeito desse assunto, julgue o item que segue.

No Brasil, as instituições financeiras públicas são consideradas auxiliares da execução da política de crédito do governo federal.

Certo Errado

13. (34691) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

As reformas de 1964 introduzidas no SFN, cujo modelo foi inspirado pelo sistema norte-americano, priorizavam a especialização das instituições. No entanto, ao longo do tempo, surgiram os grandes conglomerados financeiros, incorporando atividades antes restritas aos agentes especializados. A respeito desse assunto, julgue o item que segue.

Tanto os bancos comerciais quanto as sociedades de crédito imobiliário devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima.

Certo Errado

14. (34692) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

As reformas de 1964 introduzidas no SFN, cujo modelo foi inspirado pelo sistema norte-americano, priorizavam a especialização das instituições. No entanto, ao longo do tempo, surgiram os grandes conglomerados financeiros, incorporando atividades antes restritas aos agentes especializados. A respeito desse assunto, julgue o item que segue.

O banco de desenvolvimento (cujo controle é de um estado) e o banco comercial cooperativado (cujo controle é de cooperativas de crédito) devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima de capital fechado.

Certo Errado

15. (34745) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O sistema de previdência social brasileiro está estabelecido basicamente sobre dois pilares: a previdência social básica (oferecida pelo poder público) e a previdência privada (de caráter complementar ao regime de previdência oficial). Tem-se, como forma complementar, ainda, os planos de saúde e os seguros-saúde. Outra forma de conseguir garantias é a poupança, por meio

de aplicação financeira, como títulos de capitalização.

A respeito desse tema, julgue o item seguinte.

As entidades abertas de previdência complementar são também conhecidas como fundos de pensão.

() Certo () Errado

16. (34754) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O SFN é estruturado pelo subsistema normativo e pelo subsistema operativo. Vários órgãos possuem atribuições exclusivas e importantes para a tarefa básica de prover um ambiente adequado para a intermediação financeira. Acerca do SFN e do papel de cada um desses órgãos no desenvolvimento dessa tarefa, julgue o próximo item.

O CMN — instância máxima do SFN — é órgão exclusivamente normativo, com a finalidade principal de formular políticas monetária, cambial e de crédito.

() Certo () Errado

17. (34755) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O SFN é estruturado pelo subsistema normativo e pelo subsistema operativo. Vários órgãos possuem atribuições exclusivas e importantes para a tarefa básica de prover um ambiente adequado para a intermediação financeira. Acerca do SFN e do papel de cada um desses órgãos no desenvolvimento dessa tarefa, julgue o próximo item.

As comissões consultivas: Técnica da Moeda e do Crédito, Normas e Organização do Sistema Financeiro, e Mercado de Valores Mobiliários e de Futuros funcionam junto ao CMN.

() Certo () Errado

18. (34777) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Assim como nos países de primeiro mundo, no Brasil existem diversos produtos financeiros, com funções diversas, como previdência complementar, seguros privados, títulos de capitalização, seguro-saúde. Acerca desses produtos, julgue o item a seguir.

A distinção entre os grupos de previdência privada aberta e fechada reside na obrigatoriedade, no caso das entidades fechadas, de vínculo empregatício entre participante e empresa patrocinadora do fundo.

() Certo () Errado

19. (34782) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Assim como nos países de primeiro mundo, no Brasil existem diversos produtos financeiros, com funções diversas, como previdência complementar, seguros privados, títulos de capitalização, seguro-saúde. Acerca desses produtos, julgue o item a seguir.

Entidades fechadas de previdência complementar, por terem finalidade lucrativa, diferenciam-se dos fundos de pensão.

() Certo () Errado

20. (34790) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O Sistema Financeiro Nacional (SFN), composto de órgãos públicos e privados, pressupõe um relacionamento harmônico e organizacional, com formas de constituição e atribuições bem definidas para as partes. Julgue os itens seguintes, acerca dos diversos órgãos que compõem o SFN.

Tanto os bancos de investimento quanto os de desenvolvimento devem ser constituídos na forma de sociedade anônima.

() Certo () Errado

21. (34791) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O Sistema Financeiro Nacional (SFN), composto de órgãos públicos e privados, pressupõe um relacionamento harmônico e organizacional, com formas de constituição e atribuições bem definidas para as partes. Julgue os itens seguintes, acerca dos diversos órgãos que compõem o SFN.

Tanto o CMN quanto o Conselho de Gestão da Previdência Complementar são órgãos normativos do SFN.

Certo Errado

22. (34793) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O Sistema Financeiro Nacional (SFN), composto de órgãos públicos e privados, pressupõe um relacionamento harmônico e organizacional, com formas de constituição e atribuições bem definidas para as partes. Julgue os itens seguintes, acerca dos diversos órgãos que compõem o SFN.

Uma diferença importante entre os bancos comerciais e os bancos comerciais cooperativos é o fato de que, nesses últimos, a administração é obrigatoriamente pública.

Certo Errado

23. (34796) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários cuja função é proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização. É constituído pelas bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas. Considerando os diversos órgãos que compõem o mercado de capitais, julgue o item a seguir.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tem poder disciplinador e fiscalizador, entretanto, está subordinada legalmente ao BACEN.

Certo Errado

24. (34797) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários cuja função é proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização. É constituído pelas bolsas de valores, sociedades corretoras e outras instituições financeiras autorizadas. Considerando os diversos órgãos que compõem o mercado de capitais, julgue o item a seguir.

Tanto as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários quanto as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários podem operar no mercado aberto.

Certo Errado

25. (34801) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Com relação ao SFN e seus órgãos, julgue o próximo item.

A diretoria colegiada do BACEN é composta de nove membros, sendo um deles o presidente, todos nomeados pelo presidente da República, entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros, após aprovação pelo Senado Federal.

Certo Errado

26. (34818) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos de regulação, por instituições financeiras, e auxiliares, públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo). Com relação ao SFN, julgue o item seguinte.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é uma das principais entidades supervisoras do SFN.

Certo Errado

27. (34819) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos de regulação, por instituições financeiras, e auxiliares, públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo). Com relação ao SFN, julgue o item seguinte.

O SFN atua na intermediação financeira, ou seja, no processo pelo qual os agentes que estão superavitários, com sobra de dinheiro, transferem esses recursos para aqueles que estejam deficitários, com falta de dinheiro.

() Certo () Errado

28. (34820) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos de regulação, por instituições financeiras, e auxiliares, públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo). Com relação ao SFN, julgue o item seguinte.

São consideradas instituições financeiras as pessoas jurídicas, públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

() Certo () Errado

29. (34821) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos de regulação, por instituições financeiras, e auxiliares, públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo). Com relação ao SFN, julgue o item seguinte.

A área normativa do SFN tem como órgão máximo o Banco Central do Brasil (BACEN).

() Certo () Errado

30. (34822) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Conselho Monetário Nacional (CMN), instituído pela Lei nº 4.595/1964, é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. No que concerne ao CMN, julgue o item seguinte.

O SFN tem como órgão executivo central o BACEN, que estabelece normas a serem observadas pelo CMN.

() Certo () Errado

31. (34823) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Conselho Monetário Nacional (CMN), instituído pela Lei nº 4.595/1964, é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. No que concerne ao CMN, julgue o item seguinte.

As funções do CMN incluem: adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia e regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

() Certo () Errado

32. (34824) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Conselho Monetário Nacional (CMN), instituído pela Lei nº 4.595/1964, é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. No que concerne ao CMN, julgue o item seguinte.

É competência do CMN definir a forma como o BB administra as reservas vinculadas.

() Certo () Errado

33. (34825) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Conselho Monetário Nacional (CMN), instituído pela Lei nº 4.595/1964, é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do

país. No que concerne ao CMN, julgue o item seguinte.

O CMN é o órgão formulador da política da moeda e do crédito, devendo atuar até mesmo no sentido de promover o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos.

Certo Errado

34. (34828) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O BACEN, criado pela Lei nº 4.595/1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro na capital da República e atuação em todo o território nacional. Com relação ao BACEN, julgue o próximo item.

Além de autorizar o funcionamento e exercer a fiscalização das instituições financeiras, emitir moeda e executar os serviços do meio circulante, compete também ao BACEN traçar as políticas econômicas, das quais o CMN é o principal órgão executor.

Certo Errado

35. (34829) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O BACEN, criado pela Lei nº 4.595/1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro na capital da República e atuação em todo o território nacional. Com relação ao BACEN, julgue o próximo item.

As atribuições do BACEN incluem: estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras, vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país.

Certo Errado

36. (34832) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

A CVM, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei n.º 6.385/1976, é um órgão normativo do SFN voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado mobiliário. É correto afirmar que a CVM é o órgão do SFN que se responsabiliza pela fiscalização das operações de câmbio e dos consórcios.

Certo Errado

37. (34833) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

A CVM, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei n.º 6.385/1976, é um órgão normativo do SFN voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado mobiliário. É correto afirmar que a CVM tem como um de seus objetivos assegurar o acesso do público às informações acerca dos valores mobiliários negociados, assim como às companhias que os tenham emitido.

Certo Errado

38. (34834) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

A CVM, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei n.º 6.385/1976, é um órgão normativo do SFN voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado mobiliário. É correto afirmar que a CVM exerce a função de assegurar a observância de práticas comerciais equitativas no mercado de valores mobiliários e a de estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários.

Certo Errado

39. (34835) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) é um órgão colegiado, de segundo grau, integrante da

estrutura do Ministério da Fazenda. Com relação ao CRSFN, julgue o item a seguir.

De decisão em processo administrativo oriundo do BACEN, da CVM, da Secretaria de Comércio Exterior ou da Secretaria da Receita Federal, cabe recurso ao CRSFN, no prazo estipulado na intimação, devendo o interessado entregá-lo mediante recibo ao respectivo órgão instaurador.

() Certo () Errado

40. (34836) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) é um órgão colegiado, de segundo grau, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda. Com relação ao CRSFN, julgue o item a seguir.

É atribuição do CRSFN julgar, em segunda e última instância administrativa, os recursos interpostos das decisões relativas às penalidades administrativas aplicadas pelo BACEN quanto a matérias relativas à aplicação de penalidades por infração à legislação de consórcios.

() Certo () Errado

41. (34837) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) é um órgão colegiado, de segundo grau, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda. Com relação ao CRSFN, julgue o item a seguir.

É atribuição do CRSFN adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia, bem como regular os valores interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

() Certo () Errado

42. (34838) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que visam proporcionar suprimento de recursos

necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. A respeito dos bancos comerciais, julgue o item seguinte.

Os bancos comerciais podem captar depósitos à vista, mas não podem captar depósitos a prazo, o que está facultado apenas aos bancos de investimento.

() Certo () Errado

43. (34839) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O segmento de crédito cooperativo brasileiro conta com mais de três milhões de associados em todo o Brasil, número que se encontra em significativa expansão. O segmento tem-se caracterizado, nos últimos anos, por uma trajetória de crescimento e constante mudança em relação ao perfil das cooperativas. A participação das cooperativas de crédito nos agregados financeiros do segmento bancário é crescente. As cooperativas de crédito observam, além da legislação e das normas do SFN, a Lei nº 5.764/1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Com relação às cooperativas de crédito, julgue o próximo item.

As cooperativas de crédito podem conceder crédito somente a brasileiros maiores de 21 anos de idade, por meio de desconto de títulos, empréstimos e financiamentos, e realizar aplicação de recursos no mercado financeiro.

() Certo () Errado

44. (34840) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O segmento de crédito cooperativo brasileiro conta com mais de três milhões de associados em todo o Brasil, número que se encontra em significativa expansão. O segmento tem-se caracterizado, nos últimos anos, por uma trajetória de crescimento e constante mudança em

relação ao perfil das cooperativas. A participação das cooperativas de crédito nos agregados financeiros do segmento bancário é crescente. As cooperativas de crédito observam, além da legislação e das normas do SFN, a Lei nº 5.764/1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Com relação às cooperativas de crédito, julgue o próximo item.

As cooperativas de crédito podem adotar, em sua denominação social, tanto a palavra Cooperativa, como Banco, dependendo de sua política de marketing de seu planejamento estratégico.

Certo Errado

45. (34841) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O segmento de crédito cooperativo brasileiro conta com mais de três milhões de associados em todo o Brasil, número que se encontra em significativa expansão. O segmento tem-se caracterizado, nos últimos anos, por uma trajetória de crescimento e constante mudança em relação ao perfil das cooperativas. A participação das cooperativas de crédito nos agregados financeiros do segmento bancário é crescente. As cooperativas de crédito observam, além da legislação e das normas do SFN, a Lei nº 5.764/1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Com relação às cooperativas de crédito, julgue o próximo item.

As cooperativas de crédito estão autorizadas a realizar operações de captação por meio de depósitos à vista e a prazo somente vindos de associados, de empréstimos, repasses e refinanciamentos oriundos de outras entidades financeiras e de doações.

Certo Errado

46. (34842) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

A CAIXA, criada em 1861, está regulada pelo Decreto-lei nº 759/1969 como empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. A instituição integra o SFN e auxilia na execução da política de crédito do governo federal. Acerca da CAIXA, julgue o item seguinte.

A CAIXA não pode emprestar sob garantia de penhor industrial e caução de títulos.

Certo Errado

47. (34843) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2009

A CAIXA, criada em 1861, está regulada pelo Decreto-lei nº 759/1969 como empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda. A instituição integra o SFN e auxilia na execução da política de crédito do governo federal. Acerca da CAIXA, julgue o item seguinte.

Além de centralizar o recolhimento e a posterior aplicação de todos os recursos oriundos do FGTS, a CAIXA integra o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo e o Sistema Financeiro da Habitação.

Certo Errado

48. (34845) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2009

Com relação às Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários (SCTVMs), que são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, julgue o item a seguir.

São objetivos das SCTVMs: praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros; operar em bolsas de mercadorias e de futuros por conta própria e de terceiros.

Certo Errado

49. (34846) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2009

Com relação às Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários (SCTVMs), que são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, julgue o item a seguir.

A normatização, a concessão de autorização, o registro e a supervisão dos fundos de investimento são de competência do BACEN.

() Certo () Errado

50. (34847) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2009

Com relação às Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários (SCTVMs), que são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, julgue o item a seguir.

As SCTVMs são supervisionadas pela CVM.

() Certo () Errado

51. (34848) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2009

Com relação às Sociedades Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários (SCTVMs), que são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, julgue o item a seguir.

As SCTVMs podem emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures; intermediar operações de câmbio; praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes; praticar operações de conta margem; e realizar operações compromissadas.

() Certo () Errado

52. (34849) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2009

Arrendamento mercantil ou leasing é uma operação em que o proprietário de um bem cede a terceiro o uso desse bem por prazo determinado, recebendo em troca uma contraprestação. No que concerne ao leasing, julgue o item seguinte.

A constituição e o funcionamento das pessoas jurídicas que tenham como objeto principal de sua atividade a prática de operações de arrendamento mercantil, denominadas sociedades de arrendamento mercantil, dependem de autorização da CVM.

() Certo () Errado

53. (34850) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2009

Arrendamento mercantil ou leasing é uma operação em que o proprietário de um bem cede a terceiro o uso desse bem por prazo determinado, recebendo em troca uma contraprestação. No que concerne ao leasing, julgue o item seguinte.

As sociedades de arrendamento mercantil são constituídas sob a forma de sociedade por cotas limitadas, devendo constar obrigatoriamente na sua denominação social a palavra leasing.

() Certo () Errado

Gabarito: **1.** (34676) C **2.** (34677) E **3.** (34678) E **4.** (34680) E **5.** (34681) C **6.** (34683) C **7.** (34684) C **8.** (34685) E **9.** (34687) C **10.** (34688) E **11.** (34689) C **12.** (34690) C **13.** (34691) C **14.** (34692) E **15.** (34745) E **16.** (34754) C **17.** (34755) C **18.** (34777) C **19.** (34782) E **20.** (34790) C **21.** (34791) C **22.** (34793) E **23.** (34796) E **24.** (34797) C **25.** (34801) C **26.** (34818) E **27.** (34819) C **28.** (34820) C **29.** (34821) E **30.** (34822) E **31.** (34823) C **32.** (34824) E **33.** (34825) C **34.** (34828) E **35.** (34829) C **36.** (34832) E **37.** (34833) C **38.** (34834) C **39.** (34835) C **40.** (34836) C **41.** (34837) E **42.** (34838) E **43.** (34839) E **44.** (34840) E **45.** (34841) C **46.** (34842) E **47.** (34843) C **48.** (34845) C **49.** (34846) E **50.** (34847) C **51.** (34848) C **52.** (34849) E **53.** (34850) E

Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB

Sistema de Pagamentos é o conjunto de regras, sistemas e mecanismos utilizados para transferir recursos e liquidar operações financeiras entre empresas, governos e pessoas físicas.

Anteriormente (até abril/2002): alto risco SISTÊMICO, devido a liquidação ser do tipo LDL (Liquidação Diferida Liquidada):

- não existência de tratamento diferenciado para transferência de valores elevados;
- o acerto das contas dos bancos só se procedia no dia seguinte; D+1
- **Para evitar o colapso do sistema de pagamentos, o BACEN era obrigado a intervir no sistema, sempre que um fato acontecia.**

Após a reforma de 2002, liquidações passam a ser realizadas de forma LBTR (Liquidação Bruta em Tempo Real).

- Surgimento da TED (Transferência Eletrônica Disponível), como alternativa para a transferência, com liquidação no mesmo dia, (D+0)
- Proibição da emissão de DOC's de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00
- Cobrança de tarifa de 0,11% dos cheques transacionados via COMPE, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (Somente pessoa Jurídica)

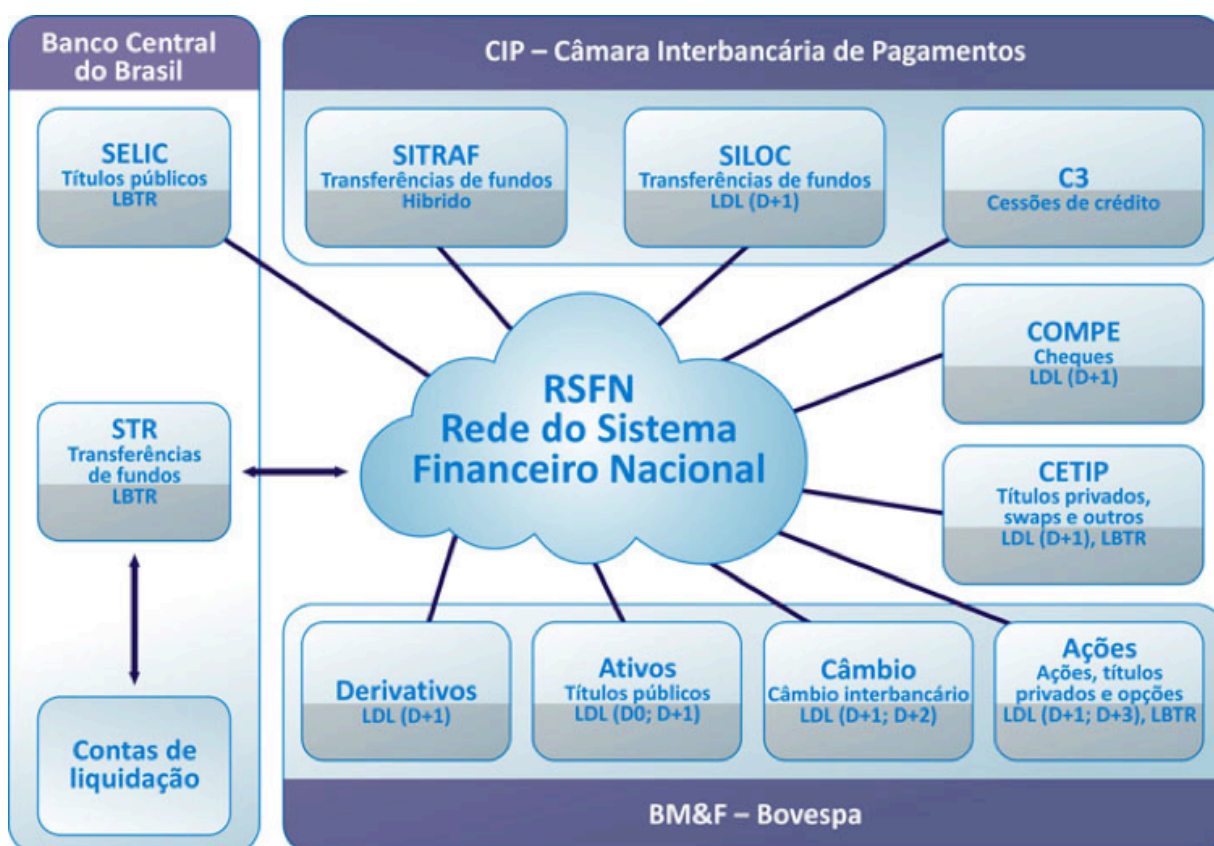
Aspectos Legais do Novo SPB

A Lei nº 10.214, o marco legal da reforma do sistema de pagamentos brasileiro, estabelece, entre outras coisas, que:

- compete ao Banco Central do Brasil definir quais sistemas de liquidação são considerados sistemicamente importantes;
- é **admitida compensação multilateral** de obrigações no âmbito de um sistema de compensação e de liquidação;
- nos sistemas de compensação multilateral considerados sistemicamente importantes, as respectivas entidades operadoras devem atuar como contraparte central e adotar mecanismos e salvaguardas que lhes possibilitem assegurar a liquidação das operações cursadas;
- **os bens oferecidos em garantia no âmbito dos sistemas de compensação e de liquidação são impenhoráveis;** e
- os regimes de insolvência civil, concordata, falência ou liquidação extrajudicial, a que seja submetido qualquer participante, não afetam o adimplemento de suas obrigações no âmbito de um sistema de compensação e de liquidação, as quais serão ultimadas e liquidadas na forma do regulamento desse sistema.

O Banco Central do Brasil, dentro de sua competência para regular o funcionamento dos sistemas de compensação e de liquidação, estabeleceu que:

- os sistemas de liquidação diferida considerados sistemicamente importantes devem promover a liquidação final dos resultados neles apurados diretamente em contas mantidas no Banco Central do Brasil;
- são considerados sistemicamente importantes:
 - todos os sistemas que liquidam operações com títulos, valores mobiliários, derivativos financeiros e moedas estrangeiras; e
 - os sistemas de transferência de fundos ou de liquidação de outras transações interbancárias que tenham giro financeiro diário médio superior a 4% do giro financeiro diário médio do Sistema de Transferência de Reservas, ou que, na avaliação do Banco Central do Brasil³, possam colocar em risco a fluidez dos pagamentos no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro;
- o prazo limite para diferimento da liquidação da operação deve ser de até: (i) o final do dia, no caso de sistema de transferência de fundos considerado sistemicamente importante; (ii) um dia útil, no caso de operações à vista com títulos e valores mobiliários, exceto ações; e (iii) três dias úteis, no caso de operações à vista com ações realizadas em bolsas de valores. O prazo limite de liquidação para outras situações é estabelecido pelo Banco Central do Brasil em exame caso a caso; e
- a entidade operadora deve manter patrimônio líquido compatível com os riscos inerentes aos sistemas de liquidação que opere, observando limite mínimo de R\$ 30 milhões ou de R\$ 5 milhões por sistema conforme ele seja ou não considerado sistemicamente importante.



Sistemas de transferências de fundos:

1. O Sistema de Transferência de Reservas - **STR**, que é um sistema de **liquidação bruta em tempo real** operado pelo Banco Central do Brasil;
2. A Centralizadora da Compensação de Cheques – **Compe**, responsável pela compensação de **cheques**;
3. O Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de Ordens de Crédito – **Siloc** que liquida obrigações interbancárias representados por Documentos de Crédito (**DOC**), Transferências Especiais de Crédito (**TEC**) e **boletos de cobrança**;
4. O Sistema de Transferência de Fundos – **Sitraf** que liquida ordens de transferência de fundos. (**TED**)

Sistemas de liquidação de operações com títulos, valores mobiliários, derivativos e câmbio:

1. O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - **Selic** liquida operações com **títulos públicos federais** em tempo real;
2. A Câmara de Ativos da BM&FBOVESPA também liquida operações com títulos públicos federais custodiados no Selic, assumindo a posição de contraparte central (CPC);
3. A **Câmara de Ações da BM&FBOVESPA** (antiga **CBLC**) liquida principalmente operações com **ações**, títulos de dívida corporativa e derivativos de ações;
4. A **Câmara de Derivativos**, também operada pela **BM&FBOVESPA**, liquida operações com **derivativos** padronizados e de balcão.

Alguns Conceitos

DOC: Ordem de transferência de fundos por intermédio da qual o cliente emitente, correntista ou não de determinado banco, transfere recursos para a conta do cliente beneficiário em outro banco. A emissão de DOC é limitada ao valor de R\$ 4.999,99.

TED: Ordem de transferência de fundos por intermédio da qual o cliente emitente, correntista ou não de determinado banco, transfere recursos para a conta do cliente beneficiário em outro banco. Operação realizada pelo sistema LBTR, em tempo real (*online*). A emissão de TED é limitada ao valor mínimo de R\$ 3.000,00.

TEC: Instrumento por intermédio do qual o emitente, pessoa física ou jurídica, ordena a uma instituição financeira que ela faça um conjunto de transferências de fundos para destinatários diversos, clientes de outras instituições, cada uma das transferências limitada ao valor de R\$ 4.999,99

LDL: Liquidação Diferida Líquida – Sistema no qual o processamento e a liquidação dos recursos entre instituições financeiras são executados em horários predeterminados durante o dia, pelo valor líquido entre seus participantes. Permite liquidações bilaterais e multilaterais

LBTR: Liquidação Bruta em Tempo Real – Sistema no qual o processamento e a liquidação dos recursos entre instituições financeiras são executados continuamente e em tempo real pelo valor bruto, operação por operação (no momento de sua realização). Modelo adotado no STR, administrado pelo Banco Central.



STR

- Sistema de Transferência de Reservas
- Liquidação bruta em tempo real (LBTR)
- Operado pelo Banco Central do Brasil
- Participam obrigatoriamente do STR, além do **Banco Central do Brasil**, as instituições titulares de conta de **reservas bancárias** e as entidades **prestadoras de serviços** de compensação e de liquidação que operem sistemas considerados sistemicamente importantes.
- Liquidação:
 - **Cheques** de valor **igual ou superior** ao VLB-Cheque (**R\$ 250 mil**)
 - **Bloquetos** de cobrança de **valor igual ou superior** ao VLB-Cobrança (**R\$ 5 mil**).
- **Transferência** de fundos é **considerada final**, isto é **irrevogável**.
- Instituições **financeiras não-bancárias** participam **opcionalmente** do STR.
- **Tarifa** básica é cobrada das **duas pontas** da ordem de transferência de fundos, isto é, do participante **emissor** e do participante **destinatário**
- A **tarifa** é reduzida para a **metade** de seu valor integral, se a liquidação da transferência de fundos **ocorrer até 9h**.
- O horário regular de **funcionamento** é das **6h30 às 18h30**, sendo que o **registro** de ordens de transferência de fundos a favor de cliente só é permitido **até 17h30**.

CIP–Câmara Interbancária de Pagamentos

- Sociedade Civil sem fins lucrativos;
- Regulada pelo Banco Central;
- Processa a liquidação financeira interbancária:
 - dos Produtos: TED, DOC, TEC, Bloqueto de Cobrança e SELTEC –Títulos em Cartório;
 - das Prestadoras de Serviços: TecBan, Redecard, Cielo e MasterCard.
- DDA – Débito Direto Autorizado.

CIP - Siloc

- Sistema de Liquidação Diferida das Transferências Interbancárias de **Ordens de Crédito**
- Sistemas de Liquidação Diferida (LDL)
- Documentos de Crédito (**DOC**) Transferências Especiais de Crédito (**TEC**) e **bloquetos** de cobrança de **valor inferior** ao VLB-Cobrança (**R\$ 5 mil**).
- D+0, no caso da TEC, ou em D+1, no caso do DOC e do bloqueto de cobrança.

CIP - Sitraf

- Sistema de **Transferência de Fundos**
- Liquidação no mesmo dia (D+0) – *online*
- Utiliza modelo híbrido de liquidação, o qual combina características dos sistemas de liquidação diferida (LDL) e dos sistemas de liquidação bruta (LBTR)
- Liquida Transferências Eletrônicas Disponíveis (**TED**) com valor unitário **inferior a R\$1 milhão**.
- Dois centros de processamento de dados localizados na cidade do Rio de Janeiro.

CIP – C3

Em julho de 2011, a CIP tornou-se uma Câmara de Custódia e Liquidação de Ativos, por meio do lançamento do sistema C3 – **Central de Cessões de Crédito**, que visa **assegurar a centralização** das informações de operações de **cessões de crédito** efetuadas no âmbito do SFN, de forma a permitir aos Participantes a verificação de que os créditos em processo de cessão não tenham sido cedidos a outro cessionário, evitando a duplicidade de Cessão do Crédito. O sistema é considerado sistemicamente importante.

Atualmente, **todas as cessões de crédito entre bancos** devem ocorrer no **C3**, ou seja, as instituições que desejarem ceder contratos ou parcelas de crédito devem primeiramente registrá-los no C3.

Compe

- Centralizadora da Compensação de Cheques
- O **BACEN Regulamenta**
- O **Banco do Brasil S.A., operador e administrador** da Compe.
 - **Cheques** de valor **inferior** ao VLB-Cheque (**R\$ 250 mil**)
- Centro de processamento principal em Brasília e um centro secundário no Rio de Janeiro
- Participam da Compe as instituições bancárias, nomeadamente os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e as caixas econômicas, bem como, facultativamente, as cooperativas de crédito e demais instituições financeiras não-bancárias titulares de conta de liquidação no Banco Central do Brasil

O **Banco do Brasil S.A., executante da Compe**, fornece o apoio necessário ao seu funcionamento, seja para a troca da imagem digital, seja para a compensação eletrônica de todas as obrigações, que inclui os centros de processamento principal e secundário.

Prazo de Compensação:

Tabela I - Prazos máximos de bloqueio para cheque depositado, em função do valor	
Acima do valor-limite	Até o valor-limite
Um dia útil, contado do dia útil seguinte ao do depósito	Dois dias úteis, contados do dia útil seguinte ao do depósito

Tabela II - Prazos de entrega de cheque devolvido ao cliente depositante, em função da relação entre a praça de depósito e a da dependência de relacionamento do cliente	
Mesmas praças	Praças distintas
Até dois dias úteis, contados do fim do prazo de bloqueio	Até sete dias úteis, contados do fim do prazo de bloqueio

Valor Limite:

- **Cheques Menores:** Valor até R\$ 299,99
- **Cheques Maiores:** Valor igual ou superior a R\$ 300,00

Selic

- O Selic é um sistema informatizado que se destina à custódia de **títulos escriturais de emissão do Tesouro Nacional**, bem como ao **registro e à liquidação** de operações com os referidos títulos.
- Liquidadas Brutos em Tempo Real – LBTR (*Online*)
- **Participantes do Selic:** Bancos, caixas econômicas, SCTVM, SDTVM, BACEN; fundos; entidades abertas e fechadas de previdência complementar, sociedades seguradoras, resseguradores locais, operadoras de planos de assistência à saúde e sociedades de capitalização outras entidades, a critério do administrador do Selic.

Por seu intermédio, é efetuada a **liquidação das operações de mercado aberto e de redesconto com títulos públicos**, decorrentes da condução da **política monetária**. O sistema conta ainda com módulos complementares, como o Ofpub e o Ofdealer, por meio dos quais são efetuados os leilões, e o Lastro, para especificação dos títulos objeto das operações compromissadas contratadas entre o Banco Central e o mercado.

- Administrado pelo Banco Central do Brasil operado em parceria com a **Anbima**.
- Seus centros operacionais (centro principal e centro de contingência) localizados na cidade do **Rio de Janeiro**.
- Das 6h30 às 18h30, todos os dias úteis
- Se a conta de custódia do vendedor **não apresentar saldo suficiente de títulos**, a operação é mantida em **pendência pelo prazo máximo de 60 minutos** ou até **18h30**, o que ocorrer primeiro

Cetip S.A

- Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
- Depositária principalmente de títulos de renda fixa privados, títulos públicos estaduais e municipais. (estaduais e municipais emitidos posteriores a Janeiro de 1992)
- Com poucas exceções, os títulos são emitidos escrituralmente, (eletrônicos)
- As operações de compra e venda são realizadas no mercado de balcão.
- Conforme o tipo de operação e o horário em que realizada, a liquidação é em D ou D+1.

Principais títulos liquidados e custodiados no CETIP:

Captação Bancária

- CDB
- RDB
- DI
- DPGE
- LF

Títulos Agrícolas

- CPR
- CRA
- LCA

Títulos de Crédito

- CCB
- Export Note

Títulos Imobiliários

- CRI
- LCI
- LH

Títulos Públicos

- Públicos e Estaduais emitidos posteriores a Janeiro de 1992

Valores Mobiliários

- Debêntures
- Nota Comercial

Derivativos

- Box de Duas Pontas (Tipo de Opções)
- Contrato de Swap
- Contrato a Termo de Moeda
- Opções Flexíveis de Ações
- Opções Flexíveis de Mercadorias
- Opções sobre Taxas de Câmbio
- Swap Fluxo de Caixa
- Termo de Índice DI
- Termo de Mercadoria
- Termo de Moedas com Fluxo de Pagamentos

Outros

- Cédula de Debêntures
- Cotas de Fundos
- LC

BM&FBOVESPA - Câmara de Ações - (antiga CBLC)

A CBLC tem por objeto compensar, liquidar e controlar o risco das obrigações decorrentes de operações à vista e de liquidação futura com qualquer espécie de valores mobiliários, títulos, direitos e ativos realizadas na Bolsa de Valores de São Paulo S.A. (BM&FBOVESPA), em outras Bolsas ou outros mercados;

Mercado	Tipo de Operação	Dia da Liquidação
Título de renda fixa privada	À vista	D+0* D+1
	À vista	D+3
Ações	A termo	D+n, o dia do vencimento
	Futuro	D+3 do dia do vencimento
	Opções** e futuros***	D+1
<p>* Para ser liquidada em D+0 a operação deve ser especificada até as 13h. ** Liquidação dos prêmios negociados. *** Liquidação dos valores referentes ao ajuste diário de posições.</p>		

1. (34682) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

O sistema financeiro mundial vem se dinamizando cada vez mais, impulsionado por rápidas e constantes transformações. A abertura à concorrência nos mercados financeiros, os avanços da tecnologia e das comunicações, a demanda por mais e melhores serviços financeiros e a concentração no setor bancário são alguns dos fatores que causam profundas mudanças no ambiente de negócios. BACEN. Manual da Supervisão. Internet: <www.bc.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue o item seguinte.

O registro das operações no mercado primário de títulos públicos federais emitidos pelo tesouro nacional ocorre, exclusivamente, na CETIP S.A. — Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

() Certo () Errado

2. (34686) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

O sistema financeiro mundial vem se dinamizando cada vez mais, impulsionado por rápidas e constantes transformações. A abertura à concorrência nos mercados financeiros, os avanços da tecnologia e das comunicações, a demanda por mais e melhores serviços financeiros e a concentração no setor bancário são alguns dos fatores que causam profundas mudanças no ambiente de negócios. BACEN. Manual da Supervisão. Internet: <www.bc.gov.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue o item seguinte.

A liquidação da ponta financeira de cada operação no SELIC é realizada por

intermédio do Sistema de Transferência de Reservas, ao qual ele é interligado.

() Certo () Errado

3. (34792) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O Sistema Financeiro Nacional (SFN), composto de órgãos públicos e privados, pressupõe um relacionamento harmônico e organizacional, com formas de constituição e atribuições bem definidas para as partes. Julgue os itens seguintes, acerca dos diversos órgãos que compõem o SFN.

Entre outras, uma diferença entre o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e a Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) é o fato de esta última ser empresa pública.

() Certo () Errado

4. (34866) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2007

Apesar de as suas origens estarem na criação do mercado aberto no Brasil na década de 60 do século XX, o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) foi formalmente criado em 22/10/1979 para organizar a troca física de papéis da dívida e viabilizar uma alternativa à liquidação financeira por meio de cheques do BB, que implicava em risco elevado. Com isso, a liquidação financeira das operações passou a ser feita pelo resultado líquido ao final do dia, diretamente na conta reservas bancárias. O SELIC é um grande sistema computadorizado que atua sob a responsabilidade do BACEN e da Associação Nacional das Instituições dos Mercados Abertos (ANDIMA). Por intermédio dele, os operadores registram as compras e vendas relativas a títulos negociados pelas

instituições participantes. No que se refere ao SELIC, julgue o item seguinte.

O SELIC é o depositário central dos títulos da dívida pública federal externa, emitidos pelo Tesouro Nacional. O sistema recebe os registros das negociações no mercado secundário e promove a respectiva liquidação, contando, ainda, com módulos complementares por meio dos quais são efetuados os leilões de títulos pelo BACEN.

() Certo () Errado

5. (34929) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2008

O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo BACEN e nessa condição processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia. O sistema processa também a liquidação das operações definitivas e compromissadas registradas em seu ambiente, observando o modelo 1 de entrega contra pagamento. Acerca do SELIC, julgue o item seguinte.

Foi alterado o modus operandi do SELIC, operado pelo BACEN, que passou a liquidar operações com títulos públicos federais em tempo real.

() Certo () Errado

6. (34930) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2008

O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo BACEN e nessa condição processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia. O sistema processa também a liquidação das operações definitivas e compromissadas registradas em seu ambiente, observando o modelo 1 de entrega contra pagamento. Acerca do SELIC, julgue o item seguinte.

Nem todos os títulos dos quais o SELIC é depositário são escriturais, isto é, emitidos exclusivamente na forma eletrônica. Cerca de 30% desses títulos são emitidos em papel.

() Certo () Errado

7. (34931) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2008

O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo BACEN e nessa condição processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia. O sistema processa também a liquidação das operações definitivas e compromissadas registradas em seu ambiente, observando o modelo 1 de entrega contra pagamento. Acerca do SELIC, julgue o item seguinte.

O SELIC é gerido pelo BACEN e é por ele operado em parceria com a Andima. Os seus centros operacionais (centro principal e centro de contingência) estão localizados na cidade de São Paulo.

() Certo () Errado

8. (34868) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2007

A Central de Liquidação e Custódia de Títulos (CETIP) é uma das maiores empresas de custódia e de liquidação financeira da América Latina. Sem fins lucrativos, foi criada em conjunto pelas instituições financeiras e pelo BACEN, em março de 1986, para garantir mais segurança e agilidade às operações do mercado financeiro. Acerca da CETIP, julgue o item seguinte.

Os ativos e contratos registrados na CETIP representam quase a totalidade dos títulos e valores mobiliários privados de renda fixa, além de derivativos, dos títulos emitidos por estados e municípios e do estoque de papéis utilizados como moedas de privatização, de emissão do Tesouro Nacional.

Certo Errado

9. (34869) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2007

A Central de Liquidação e Custódia de Títulos (CETIP) é uma das maiores empresas de custódia e de liquidação financeira da América Latina. Sem fins lucrativos, foi criada em conjunto pelas instituições financeiras e pelo BACEN, em março de 1986, para garantir mais segurança e agilidade às operações do mercado financeiro. Acerca da CETIP, julgue o item seguinte.

Bancos, corretoras e distribuidoras podem participar da CETIP. Não podem participar da CETIP as demais instituições financeiras, as sociedades de leasing, os fundos de investimento e as pessoas jurídicas não-financeiras, tais como seguradoras e fundos de pensão.

Certo Errado

10. (34932) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2008

A Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) é a maior empresa de custódia e de liquidação financeira da América Latina. Sem fins lucrativos, foi criada em 1984 pelas instituições financeiras em conjunto com o BACEN e iniciou suas atividades em 1986, para garantir maior segurança e agilidade às operações do mercado financeiro brasileiro. Com relação à CETIP, julgue o item seguinte.

A CETIP é depositária principalmente de títulos de renda fixa privados, títulos públicos estaduais e municipais e títulos representativos de dívidas de responsabilidade do Tesouro Nacional, de que são exemplos os títulos relacionados com empresas estatais extintas, com o Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS), com o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) e com a dívida agrária (TDA).

Certo Errado

11. (34934) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2008

A Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) é a maior empresa de custódia e de liquidação financeira da América Latina. Sem fins lucrativos, foi criada em 1984 pelas instituições financeiras em conjunto com o BACEN e iniciou suas atividades em 1986, para garantir maior segurança e agilidade às operações do mercado financeiro brasileiro. Com relação à CETIP, julgue o item seguinte.

A CETIP utiliza a compensação bilateral, nas operações com títulos negociados no mercado secundário, e a liquidação bruta em tempo real, na liquidação das operações com derivativos.

Certo Errado

12. (34858) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2007

O Banco do Brasil S.A. (BB) teve destacado papel na criação, estruturação e regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que ocorreram por meio das leis de Reforma Bancária (1964), do Mercado de Capitais (1965) e de Criação dos Bancos Múltiplos (1988). O SFN pode ser definido como sendo o conjunto de órgãos de regulação, instituições financeiras e instituições auxiliares, públicos ou privados, que atuam na intermediação de transferência de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas ou governo) superavitários para os deficitários. Acerca das atribuições e funções do BB, julgue os itens seguintes.

A partir da instituição do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), o BB deixou de ser responsável por executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis.

Certo Errado



13. (35011) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) apresenta alto grau de automação, com crescente utilização de meios eletrônicos para transferência de fundos e liquidação de obrigações, em substituição aos instrumentos baseados em papel. Com relação ao SBP, julgue o item seguinte.

Por disposição regulamentar, todas as transferências de fundos entre contas de reservas bancárias têm de ser feitas por intermédio do Sistema de Transferência de Reservas (STR), operado pelo BACEN.

() Certo () Errado

Gabarito: **1.** (34682) E **2.** (34686) C **3.** (34792) E **4.** (34866) E **5.** (34929) C **6.** (34930) E **7.** (34931) E **8.** (34868) C **9.** (34869) E **10.** (34932) C **11.** (34934) E **12.** (34858) E **13.** (35011) C

Cheques e Abertura e Movimentação de Contas

Abertura e Movimentação de Conta

Para abertura de conta de depósitos é obrigatória a completa identificação do depositante, mediante preenchimento de ficha-proposta contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I. qualificação do depositante:

- a) **peçoas físicas:** nome completo, filiação, nacionalidade, data e local do nascimento, sexo, estado civil, nome do cônjuge, se casado, profissão, documento de identificação (tipo, número, data de emissão e órgão expedidor) e número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- b) **peçoas jurídicas:** razão social, atividade principal, forma e data de constituição, documentos, contendo as informações referidas na alínea anterior, que qualifiquem e autorizem os representantes, mandatários ou prepostos a movimentar a conta, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e atos constitutivos, devidamente registrados.

II. endereços residencial e comercial completos;

III. número do telefone e código DDD;

IV. fontes de referência consultadas;

V. data da abertura da conta e respectivo número;

VI. assinatura do depositante.

Importante!

Se a conta de depósitos for **titulada por menor** ou por **pessoa incapaz**, além de sua **qualificação**, também deverá ser **identificado o responsável** que o **assistir** ou o **representa**.

A ficha-proposta relativa a conta de depósitos à vista deverá conter, ainda, cláusulas tratando, entre outros, dos seguintes assuntos:

- I. saldo exigido para manutenção da conta;
- II. condições estipuladas para fornecimento de talonário de cheques;
- III. obrigatoriedade de comunicação, devidamente formalizada pelo depositante, sobre qualquer alteração nos dados cadastrais e nos documentos.
- IV. inclusão do nome do depositante no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), nos termos da regulamentação em vigor, no caso de emissão de cheques sem fundos, com a devolução dos cheques em poder do depositante à instituição financeira;
- V. informação de que os cheques liquidados, uma vez microfilmados, poderão ser destruídos;
- VI. procedimentos a serem observados com vistas ao encerramento da conta de depósitos.

As fichas-proposta, bem como as cópias da documentação referida no artigo anterior, poderão ser microfilmadas, decorrido o prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

IMPORTANTE: É vedado o fornecimento de talonário de cheques ao depositante enquanto **não verificadas** as informações constantes da ficha-proposta ou quando, a qualquer tempo, forem constatadas irregularidades nos dados de identificação do depositante ou de seu procurador.

É **facultada** à instituição financeira a **abertura, manutenção ou encerramento** de conta de depósitos à vista cujo titular figure ou tenha figurado no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), sendo **proibido** o fornecimento de **talão de cheque**.

Perguntas e Respostas – Site Bacen

1. Quais os tipos de conta que posso ter?

Você pode ter conta de depósito à vista, de depósito a prazo e de poupança.

- A *conta de depósito à vista* é o tipo mais usual de conta bancária. Nela, o dinheiro do depositante fica à sua disposição para ser sacado a qualquer momento.
- A *conta de depósito a prazo* é o tipo de conta onde o seu dinheiro só pode ser sacado depois de um prazo fixado por ocasião do depósito.
- A **conta de poupança** foi criada para estimular a economia popular e permite a aplicação de pequenos valores que passam a gerar rendimentos mensalmente.

2. O que é conta-salário?

A conta-salário é um tipo especial de conta destinada ao pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares. A conta-salário não admite outro tipo de depósito além dos créditos da entidade pagadora e não é movimentável por cheques. O instrumento contratual é firmado entre a instituição financeira e a entidade pagadora. A conta-salário não está sujeita aos regulamentos aplicáveis às demais contas de depósitos.

3. O que é necessário para eu abrir uma conta de depósitos?

Dispor da quantia mínima exigida pelo banco, preencher a ficha-proposta de abertura de conta, que é o contrato firmado entre banco e cliente, e apresentar os originais dos seguintes documentos:

no caso de pessoa física:

- documento de identificação (carteira de identidade ou equivalente, como carteira profissional, carteira de trabalho ou certificado de reservista);
- inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF); e
- comprovante de residência.

no caso de pessoa jurídica:

- documento de constituição da empresa (contrato social e registro na junta comercial);
- documentos que qualifiquem e autorizem os representantes, mandatários ou prepostos a movimentar a conta;
- inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4. O menor de idade pode ser titular de conta bancária?

Sim. O jovem menor de 16 anos precisa ser representado pelo pai ou responsável legal. O maior de 16 e menor de 18 anos (não-emancipado) deve ser assistido pelo pai ou pelo responsável legal.

5. Que informações o banco deve me prestar no ato de abertura da minha conta?

Informações sobre direitos e deveres do correntista e do banco, constantes de contrato, como:

- saldo médio mínimo exigido para manutenção da conta;
- condições para fornecimento de talonário de cheques;
- necessidade de você comunicar, por escrito, qualquer mudança de endereço ou número de telefone;
- condições para inclusão do nome do depositante no Cadastro de Emitentes de Cheque sem Fundos (CCF);
- informação de que os cheques liquidados, uma vez microfilmados, poderão ser destruídos;
- tarifas de serviços;
- necessidade de comunicação prévia, por escrito, da intenção de qualquer das partes de encerrar a conta;
- prazo para adoção das providências relacionadas à rescisão do contrato;
- necessidade de expedição de aviso da instituição financeira ao correntista, admitida a utilização de meio eletrônico, com a data do efetivo encerramento da conta de depósitos à vista;
- obrigatoriedade da devolução das folhas de cheque em poder do correntista, ou de apresentação de declaração de que as inutilizou;
- necessidade de manutenção de fundos suficientes para o pagamento de compromissos assumidos com a instituição financeira ou decorrentes de disposições legais;

Todos esses assuntos devem estar previstos em cláusulas explicativas na ficha-proposta, que é o contrato de abertura da conta celebrado entre o banco e você.

6. Quais os cuidados que devo tomar antes de abrir uma conta?

- Ler atentamente o contrato de abertura de conta (ficha-proposta);
- não assinar nenhum documento antes de esclarecer todas as dúvidas;
- solicitar cópia dos documentos que assinou.

7. Quais os cuidados que o banco deve ter por ocasião da abertura de minha conta?

As informações incluídas na ficha-proposta e todos os documentos de identificação devem ser conferidos, nos originais, pelo funcionário encarregado da abertura da conta, que assina a ficha juntamente com o gerente responsável. Os nomes desses dois funcionários devem estar claramente indicados na ficha-proposta.

Em caso de abertura de contas para deficientes visuais o banco deve providenciar a leitura de todo o contrato, em voz alta.

8. O dinheiro depositado em qualquer tipo de conta pode ser transferido, pelo banco, para qualquer modalidade de investimento sem minha autorização?

Não. Somente com sua autorização feita por escrito ou por meio eletrônico.

9. Quando o banco fizer algum débito em minha conta, fica obrigado a me informar?

O débito dos impostos e das tarifas previstas no contrato (ou ficha-proposta) pode ser feito sem aviso. Qualquer outra cobrança não prevista só pode ser feita mediante o seu prévio consentimento.

Você pode autorizar, por escrito ou por meio eletrônico, o débito em sua conta por ordem de terceiro.

Depósitos realizados em sua conta por falha do banco podem ser estornados sem aviso prévio.

10. O banco é obrigado a me fornecer comprovante da operação de depósito realizada?

Sim. É da natureza do contrato de depósito a entrega imediata, pelo banco depositário, de recibo da operação de depósito realizada. O banco e você podem pactuar, em comum acordo, outras formas de comprovação da operação realizada.

11. Posso abrir uma conta em moeda estrangeira?

As contas em moeda estrangeira no País podem ser abertas por estrangeiros transitoriamente no Brasil e por brasileiros residentes ou domiciliados no exterior. Além dessas situações, existem outras especificamente tratadas na regulamentação cambial.

12. O que é necessário para encerrar a minha conta no banco?

Sendo um contrato voluntário e por tempo indeterminado, uma conta bancária pode ser encerrada por qualquer uma das partes contratadas.

Quando a iniciativa do encerramento for do banco, este deve comunicar o fato a você, solicitando-lhe a regularização do saldo e a devolução dos cheques por acaso em seu poder, e anotar a decisão na ficha-proposta.

O banco deverá encerrar a conta se forem verificadas irregularidades nas informações prestadas, julgadas de natureza grave, comunicando o fato imediatamente ao Banco Central. No caso da inclusão no CCF, o encerramento da conta depende da decisão do próprio banco, mas não poderá continuar fornecendo talão de cheque a você.

Quando a iniciativa do encerramento for sua, deverá observar os seguintes cuidados:

- entregar ao banco correspondência solicitando o encerramento da sua conta, exigindo recibo na cópia, ou enviar pelo correio, por meio de carta registrada;
- verificar se todos os cheques emitidos foram compensados para evitar que seu nome seja incluído no CCF pelo motivo 13 (conta encerrada);
- entregar ao banco os cheques ainda em seu poder.

Documentação Necessária para a abertura de contas (BACEN)

Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas
Documento de identificação	Documento de constituição e alterações
CPF	CNPJ
Comprovante de Residência	Qualificação dos representantes
	Documentação dos Representantes

Movimentação de Contas

- **Contas não movimentadas nos últimos 06 meses e com saldo inferior ao mínimo:** sujeitas a tarifas;
- **Conta de titular falecido:** movimentação apenas mediante a apresentação de alvará judicial, **exceto conta conjunta de titulares solidários;**
- **Contas de depósitos judiciais:** movimentação apenas através de alvará ou mandado judicial.
- **Menores de 16 anos:** movimentação exclusiva pelo pai, mãe, tutor ou curador (ou seja, por seu representante).
- **Maiores de 16 e menores de 18 anos:** a movimentação pode ser assistida ou autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

Comentário

É responsabilidade dos pais, toda a movimentação de titulares com idade entre 16 e 18 anos.

Encerramento de Contas

Por ser um contrato voluntário e por tempo indeterminado, uma conta bancária pode ser encerrada por qualquer uma das partes contratadas a qualquer momento.

Iniciativa do Banco:

- Após comunicação ao cliente, por escrito;
- Mediante a verificação de irregularidades cometidas pelo cliente, julgadas de natureza grave (Ex. Documentos Fraudados). O banco deve comunicar imediatamente ao Banco Central.

Encerramento da conta por iniciativa do cliente:

- Entregar ao banco correspondência (em duas vias) solicitando o encerramento de sua conta; (assinar modelo pronto do banco)
- Verificar se todos os cheques que não estão em seu poder foram compensados, para evitar a sua devolução e a conseqüente inclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques Sem Fundos (alínea 13, conta encerrada);
- Entregar ao banco os cheques ainda em seu poder.

O encerramento de contas empresarias não significa o imediato encerramento das contas dos seus sócios, e vice-versa.

Comentário

É proibido o encerramento de contas pelo banco, sem aviso prévio ao titular da conta.

Tipo de Contas

- a) Individual: um único titular;
 - b) Conjunta: mais de um titular.
- **Simplex ou não solidária:** necessidade da assinatura de todos os titulares;
 - **Solidária:** necessidade da assinatura de apenas um dos titulares.

Atenção!

Desde 01/10/2004, é proibida a abertura e movimentação de conta corrente conjunta em nome de pessoas jurídicas.

Comentário

As contas conjuntas **NÃO** solidárias são também conhecidas como contas do tipo “e” onde se exige a assinatura de ambos os titulares para movimentações financeiras. Essas contas são vetadas o uso de cartão magnético.

Cheques

Características Básicas

O cheque é uma **ordem de pagamento à vista**, porque deve ser pago no momento de sua apresentação ao banco sacado. Contudo, para os cheques de valor **superior a R\$ 5 mil**, é prudente que o cliente comunique ao banco com antecedência, pois a instituição pode **postergar saques** acima desse valor para o expediente seguinte.

Personagens do Cheque:

- a) O sacador: emitente do cheque;
- b) Sacado: aquele que deve pagar o cheque (o banco);
- c) Favorecido: é aquele a quem deve ser feito o pagamento.

O cheque é também um **título de crédito** para o beneficiário que o recebe, porque pode ser **protestado ou executado** em juízo.

No cheque estão presentes dois tipos de relação jurídica: uma entre o emitente e o banco (baseada na conta bancária); outra entre o emitente e o beneficiário.

Requisitos Essenciais

1. denominação “cheque” inscrita no contexto do título e expressa na língua em que este é redigido;
2. a ordem incondicional de pagar quantia determinada;
3. o nome do banco ou da instituição financeira que deve pagar (sacado);
4. a indicação do lugar de pagamento;
5. a indicação da data e do lugar de emissão;
6. a assinatura do emitente (sacador), ou de seu mandatário com poderes especiais.

Importante!

não indicado o **lugar** de emissão, considera-se emitido o cheque no **lugar** indicado junto ao **nome do emitente**.

Divergência de Valores

Feita a indicação da **quantia** em **algarismos e por extenso**, **prevalece** o valor escrito por **extenso** no caso de divergência. Indicada a quantia **mais de uma vez, quer por extenso, quer por algarismos**, prevalece a indicação da **menor quantia** no caso de divergência.

Com relação à indicação do valor correspondente aos centavos, não é obrigatória a grafia por extenso, desde que: o valor integral seja especificado em algarismos no campo próprio da folha de cheque; a expressão “e centavos acima” conste da folha de cheque, grafada pelo emitente ou impressa no final do espaço destinado à grafia por extenso de seu valor.

Prazos e Precrição

Apresentação:

- Mesma Praça: 30 dias;
- Outra Praça: 60 dias.

Prescrição:

- 06 meses, após o prazo de apresentação.

Formas de Emissão

O cheque pode ser emitido de três formas:

- I. **nominal** (ou nominativo) **à ordem**: só pode ser apresentado ao banco pelo beneficiário indicado no cheque, podendo ser transferido por endosso do beneficiário;
- II. **nominal não à ordem**: não pode ser transferido pelo beneficiário; e
- III. **ao portador**: não nomeia um beneficiário e é pagável a quem o apresente ao banco sacado. Não pode ter valor superior a R\$ 100.

Para tornar um cheque **não à ordem**, basta o emitente escrever, após o nome do beneficiário, a expressão “**não à ordem**”, ou “não-transferível”, ou “**proibido o endosso**”, ou outra equivalente.

Cheque de valor **superior a R\$100 tem que ser nominal**, ou seja, trazer a identificação do beneficiário.

O cheque de valor superior a R\$100 emitido sem identificação do beneficiário será devolvido pelo motivo ‘48-cheque emitido sem identificação do beneficiário - acima do valor estabelecido’.

Cheque Cruzado:

- Em branco: atravessado no anverso por dois traços paralelos;
- Em preto, ou especial: dentro das linhas paralelas está escrito o nome do banco. Só a ele o cheque poderá ser apresentado;

Outras Características do Cheque:

- **Endosso**: admite, desde que o cheque contenha a cláusula “à sua ordem”. O endosso não pode ser parcial, nem ser do sacado;
- O endosso: é dispensável quando o cheque é depositado direto na conta do favorecido;
- **A morte** do emitente não invalida os efeitos do cheque;
- **Ninguém é obrigado a receber cheques**. Apenas o papel moeda tem curso forçado.

Oposição ao Pagamento

Sustação:

- Solicitadas pelo emitente ou pelo beneficiário;
- Suspensão imediata do pagamento do cheque;

Contra-Ordem:

- Apenas para cheques já emitidos;
- Só pode ser solicitada pelo emitente;
- Só vale após o encerramento do prazo de apresentação

Principais motivos de devolução de cheques



Por insuficiência de Fundos:

- **motivo 11** - cheque sem fundos na primeira apresentação;
- **motivo 12** - cheque sem fundos na segunda apresentação (inclusão no CCF);
- **motivo 13** - conta encerrada (inclusão no CCF).

Impedimento ao Pagamento:

- **motivo 20** - cheque sustado ou revogado em virtude de roubo, furto ou extravio de folhas de **cheque em branco**, a ser utilizado na devolução de cheque objeto de sustação ou revogação realizada mediante apresentação de boletim de **ocorrência policial** e declaração firmada pelo correntista relativos ao roubo, furto ou extravio de folhas de cheque em branco
- **motivo 21** - cheque sustado ou revogado, a ser utilizado na devolução de cheque objeto de sustação ou revogação realizada mediante declaração firmada pelo emitente ou portador legitimado, por qualquer motivo por ele alegado;
- **motivo 22** - divergência ou insuficiência de assinatura;
- **motivo 28** - cheque sustado ou revogado em virtude de roubo, furto ou extravio, a ser utilizado na devolução de cheque **efetivamente emitido** pelo correntista, objeto de sustação ou revogação realizada mediante apresentação de boletim de **ocorrência policial** e declaração firmada pelo emitente ou beneficiário relativos ao roubo, furto ou extravio.
- **motivo 70** - sustação ou revogação provisória, a ser utilizado na
- devolução de cheque objeto de sustação ou revogação provisória, cujo prazo de confirmação não tenha expirado e cuja confirmação ainda não tenha sido realizada, nas condições estabelecidas na regulamentação em vigor.
- A sustação provisória não poderá ser renovada ou repetida em relação a um mesmo cheque

Cheques com Irregularidades:

- **motivo 31** - erro formal (sem data de emissão, mês grafado numericamente, sem assinatura, sem valor por extenso);

Apresentação Indevida:

- **motivo 44** - cheque prescrito
- **motivo 48** - cheque de valor superior a R\$ 100,00 (cem reais), emitido sem a identificação do beneficiário, acaso encaminhado ao SCCOP (Sistema de Compensação de Cheques e Outros Papéis), devendo ser devolvido a qualquer tempo;
- **motivo 49** - remessa nula, caracterizada pela reapresentação de cheque devolvido pelos motivos 12, 13, 14, 20, 25, 28, 30, 35, 43, 44 e 45, podendo a sua devolução ocorrer a qualquer tempo.

CCF: Inclusão e Exclusão**Inclusão do CCF:**

Caso o correntista tenha sido incluído no CCF, a exclusão se dará nas seguintes situações:

- automaticamente, decorrido o prazo de 5 anos;
- por determinação do Banco Central do Brasil;
- a pedido do correntista, cobra-se a taxa de serviço a favor do depositário.

Exclusão do CCF a pedido do correntista:

Só é possível após a comprovação do pagamento do cheque.

Entrega do próprio cheque;

- Extrato bancário comprovando a liquidação do cheque;
- Declaração do favorecido (com firma reconhecida) dando quitação do cheque, acompanhada de cópia do cheque e de certidões negativas de protestos relativas ao cheque.

Nominativo

Este é o número do Título Este é o valor do Título

Comp	Banco	Agência	C1	Número da Conta	C2	Número do Cheque	C3	FB
018	583	0111	7	27598-6	5	850376	0	70,00

Pague por este cheque a quantia de Setenta Reais x x

a Eduardo Augusto da Costa

Banco de Investimento S/A

Matriz
Av. Pereira Barreto
São Bernardo do Campo - SBC

São Bernardo do Campo, 16 de Outubro de 2005

ADRIANA DA SILVA

MARCO ANTONIO DA SILVA E/O(A) ADRIANA DA SILVA
CPF 111.222.111-22 / CPF 222.111.222-11

Este é o devedor

No cheque de conta conjunta, você protesta quem assinou o cheque

Nominativo

É o cheque que está nominativo a alguém. O credor é o indicado a quem se deve pagar o título.

Comunicação ao emitente

O **banco é obrigado a comunicar ao emitente** a devolução de cheques sem fundos **somente** nos motivos **12, 13 e 14**, que implicam inclusão do seu nome no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF)

Informações ao emitente de cheque devolvido

A **instituição financeira** sacada é **obrigada** a fornecer, mediante solicitação formal do interessado, **nome completo e endereços residencial e comercial do emitente**, no caso de cheque devolvido por:

1. insuficiência de fundos;
2. motivos que ensejam registro de ocorrência no CCF;
3. sustação ou revogação devidamente confirmada, não motivada por furto, roubo ou extravio;
4. divergência, insuficiência ou ausência de assinatura; ou
5. erro formal de preenchimento.

Nota do Professor: O assunto cheque e abertura de contas possui poucas questões da CEF, uma vez que não era um assunto explícito nos editais do Banco do Brasil de 2007 e 2008, período em que encontramos um maior número de questões organizados por essa banca.

1. (34775) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Títulos de crédito de grande utilização, tanto no mercado interno quanto no externo, o cheque e a letra de câmbio são produtos bancários importantes para a circulação de riquezas e servem de garantia ao sistema financeiro como um todo. Acerca desses títulos, julgue os itens seguintes.

Considere a seguinte situação hipotética. Maria foi descontar um cheque no BB, em que estava escrita, em algarismos, a quantia “R\$ 5.432,00” e, por extenso, a quantia “quatro mil, quinhentos e trinta e dois reais”.

Nessa situação, é correto que Maria receba do caixa do banco a quantia escrita por extenso.

() Certo () Errado

2. (34776) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Títulos de crédito de grande utilização, tanto no mercado interno quanto no externo, o cheque e a letra de câmbio são produtos bancários importantes para a circulação de riquezas e servem de garantia ao sistema financeiro como um todo. Acerca desses títulos, julgue os itens seguintes.

O cheque, qualquer que seja o seu valor, poderá ser emitido à ordem do próprio sacador, por conta de terceiro ou ao portador.

() Certo () Errado

Produtos Bancários

O edital da CEF de 2014 especificou os produtos e serviços bancários que poderão ser cobrados no concurso, são eles:

Programa Minha Casa Minha Vida; Crédito Rural – Agronegócio; Microcrédito Produtivo Orientado; Penhor; Loterias; Financiamento Estudantil (FIES).

Nesse material iremos abordar somente os produtos: Crédito Rural – Agronegócio e Cartões;

Obs.: Caso queira estudar os demais assuntos, faça o download da apostila do Prof. Rafael Renz, disponível no site da Casa do Concurseiro.

Obs.: Note que o cartão de crédito é um tipo de serviço oferecido pelos bancos, mas que pode se tornar um crédito rotativo. Depende se o cliente está ou não efetuando o pagamento total de sua fatura.

OPERAÇÕES ATIVAS BANCÁRIAS

As operações ativas bancárias são os meios que a instituição financeira utiliza para fornecer crédito e financiamento ao mercado.

As principais operações ativas são:

- Crédito Direto ao Consumidor – CDC
- Empréstimos Rotativos: Cartões de Crédito, Cheque Especial e Conta Garantida
- Crédito Rural e Habitacional
- Empréstimos Consignados
- *Compro e Vendor Finance*
- *Hotmoney*
- Antecipação de créditos e recebíveis
- *Leasing*

Crédito Rotativo

Apesar de não constar no edital, citamos esse assunto para ajudar o candidato a entender melhor o produto Cartão de Crédito, que é um exemplo de crédito rotativo.

- Os contratos de abertura de crédito rotativo são linhas de crédito abertas com um determinado limite e que a empresa utiliza à medida de suas necessidades, ou mediante



apresentação de garantias em duplicatas. Os encargos (juros e IOF) são cobrados de acordo com a utilização dos recursos, da mesma forma que nas contas garantidas.

- O principal da dívida pode ser “rolado” e até mesmo os juros poderão ser pagos com o próprio limite disponibilizado

Exemplos: Cheque especial, cartão de crédito e conta garantida.

Dinheiro de Plástico

Representam uma série de alternativas ao papel-moeda, cujos objetivos são **facilitar o dia-a-dia e incentivar o consumo**.

- **Cartões Magnéticos:**
 - Utilizados para saques em terminais de auto-atendimento;
 - Possuem a vantagem de eliminar a necessidade de ida do cliente a uma agência bancária;
 - Não representam estímulo ao consumo;
 - Podem ser utilizados como moeda em estabelecimentos que possuem POS;
 - São utilizados para outros serviços, como obtenção de extratos, saldos, aplicações e resgates em fundos de investimento ou poupança.

Comentário: Apesar dos cartões estarem substituindo os cheques, ele continua não tendo o seu curso forçado pelo banco central, ficando assim opcional a sua aceitação pelo mercado.

Cartões de Crédito

As atividades de emissão de **cartão de crédito** exercidas por **instituições financeiras** estão sujeitas à **regulamentação** baixada pelo **Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil**, nos termos dos artigos 4º e 10 da Lei nº 4.595, de 1964. Todavia, nos casos em que a emissão do cartão de crédito não tem a participação de instituição financeira, não se aplica a regulamentação do CMN e do Banco Central.

- Vendedor:
 - forte indutor do consumo;
 - Rebate no preço das vendas (tarifas e prazo).
- Comprador:
 - Enquadramento das necessidades de consumo às disponibilidades de caixa;
 - Ganhos sobre a inflação;
 - Forte indutor do consumo.
- Tipos:
 - Quanto ao usuário: pessoa física ou empresarial
 - Quanto à utilização: nacional ou internacional.

IMPORTANTE (CIRCULAR 3.512 NOV/2010): O valor **mínimo da fatura** de cartão de crédito a ser pago mensalmente não pode ser inferior ao correspondente à aplicação, sobre o saldo total da fatura, dos seguintes percentuais:

I – 15%, a partir de 1º de junho de 2011;

Comentário: O maior ganho das instituições financeiras e das administradoras de cartão de crédito se dá no momento em que o cliente opta em não pagar o total de sua fatura no mês correspondente, parcelando assim a sua dívida a uma taxa de juros geralmente elevada.

Os bancos só podem cobrar cinco **tarifas referentes à prestação** de serviços de **cartão de crédito**:

1. Anuidade
2. emissão de segunda via do cartão
3. tarifa para uso na função saque
4. tarifa para uso do cartão no pagamento de contas
5. tarifa no pedido de avaliação emergencial do limite de crédito.

O **contrato** de **cartão de crédito** pode ser **cancelado a qualquer momento**. No entanto, é importante salientar que o cancelamento do contrato de cartão de crédito não quita ou extingue dívidas pendentes. Assim, deve ser buscado entendimento com o emissor do cartão sobre a melhor forma de liquidação da dívida.

Cartão de Crédito Básico (CMN 3.919 DE 25/11/2010)

É o **cartão de crédito** exclusivo para o pagamento de compras, contas ou serviços. O **preço da anuidade** para sua utilização deve ser o **menor preço** cobrado pela emissora entre **todos** os cartões por ela oferecidos.

Modalidades: Nacional e Internacional

Não pode ser associado a programas de benefícios e/ou recompensas.

Cartão de Crédito BNDES

O Cartão BNDES é um produto que, baseado no conceito de cartão de crédito, visa financiar os investimentos das micro, pequenas e médias empresas.

Podem obter o Cartão BNDES as empresas com **faturamento bruto anual de até R\$ 90 milhões**, sediadas no País, que exerçam atividade econômica compatíveis com as Políticas Operacionais e de Crédito do BNDES e que estejam em dia com o INSS, FGTS, RAIS e tributos federais.

O portador do Cartão BNDES efetuará sua compra, exclusivamente no âmbito do Portal de Operações do BNDES (www.cartaobndes.gov.br), procurando os produtos que lhe interessam no Catálogo de Produtos expostos e seguindo os passos indicados para a compra.



Bancos que podem emitir:

1. Bradesco
2. Banco do Brasil
3. Caixa Econômica Federal
4. Banrisul
5. Itaú
6. BRDE
7. SICOOB

BANDEIRAS: VISA, MASTERCARD, ELO e CABAL.

Principais características:

- Limite de crédito de **até R\$ 1 milhão por cartão, por banco emissor**
- **Prazo de parcelamento de 3 a 48 meses**
- Taxa de juros **pré-fixada** (informada na página inicial do Portal).
- **Não incide IOF**

Obs.: Uma empresa pode obter um Cartão BNDES por banco emissor, podendo ter **até 7 cartões e somar seus limites numa única transação.**

Crédito Rural

Quem pode se utilizar do crédito rural?

I. – produtor rural (pessoa física ou jurídica);

II – cooperativa de produtores rurais; e

III – pessoa física ou jurídica que, mesmo não sendo produtor rural, se dedique a uma das seguintes atividades:

- a) pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas;
- b) pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial e embriões;
- c) prestação de serviços mecanizados de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para a proteção do solo;
- d) prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais;
- e) medição de lavouras;
- f) atividades florestais.

ATENÇÃO: profissionais que se dedicam a exploração de pesca e aquicultura, com fins comerciais não são mais beneficiados pelas linhas empréstimos de crédito rural.

Atividades financiadas pelo crédito rural:

I – **custeio** das despesas normais de cada **ciclo produtivo**;

II – investimento em **bens ou serviços** cujo aproveitamento se estenda por vários **ciclos produtivos**;

III – comercialização da produção.

Recursos Controlados:

- a) os recursos obrigatórios (decorrentes da **exigibilidade de depósito à vista**);
- b) os das Operações Oficiais de Crédito sob supervisão do Ministério da Fazenda;
- c) os de qualquer fonte destinados ao crédito rural na forma da regulação aplicável, quando sujeitos à subvenção da União, sob a forma de equalização de encargos financeiros, inclusive os recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (**BNDES**);
- d) os oriundos da **poupança rural**, quando aplicados segundo as condições definidas para os recursos obrigatórios;
- e) os dos fundos constitucionais de financiamento regional;
- f) os do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (**Funcafé**).

Não controlados: todos os demais.

Para concessão do crédito rural, é necessário que o tomador apresente orçamento, plano ou projeto, exceto em operações de desconto de Nota Promissória Rural ou de Duplicata Rural

Garantias aceitas:

- a) penhor agrícola, pecuário, mercantil, florestal ou cédula;
- b) alienação fiduciária;
- c) hipoteca comum ou cédula;
- d) aval ou fiança;
- e) seguro rural ou ao amparo do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); (**OBRIGATÓRIO** a contratação para empréstimos contratados com **recursos controlados** e a partir de Julho de 2014 após publicação da CMN 4.235)
- f) proteção de preço futuro da commodity agropecuária, inclusive por meio de penhor de direitos, contratual ou cedular;
- g) outras que o Conselho Monetário Nacional admitir.

IMPORTANTE: Alíquota de IOF para operações de crédito rural é de **zero**. O IOF cobrado em algumas operações é o IOF adicional.

No caso de operação de comercialização, na modalidade de **desconto de nota promissória rural** ou **duplicata rural**, a alíquota **zero** é aplicável **somente** quando o título for emitido em decorrência de **venda de produção própria**.

1. (34694) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

As instituições financeiras têm ofertado produtos e serviços para atender novas demandas conjunturais e sociais, os quais devem visar ao equilíbrio entre o retorno e o risco. Com relação aos produtos e serviços financeiros, julgue o item seguinte.

O contrato de cartão de crédito pode ser cancelado a qualquer momento, mesmo que haja compras parceladas cujos valores ainda não tenham sido pagos.

() Certo () Errado

2. (34772) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Com relação a cartões de crédito, julgue o item seguinte.

Na sistemática observada no Brasil, o titular do cartão de crédito não paga encargos financeiros quando as compras de mercadorias e serviços são pagas integralmente na primeira data de vencimento seguinte à compra.

() Certo () Errado

3. (34785) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Factoring é uma atividade comercial mista atípica, que conjuga serviços com compra de créditos (direitos creditórios) resultantes de vendas mercantis. É fomento mercantil, porque expande os ativos de suas empresas-clientes. Já o arrendamento mercantil (leasing) é uma forma de se ter um bem sem comprá-lo, seguindo o princípio de que o lucro vem da utilização do bem e não de sua propriedade. Paralelamente ao factoring e ao leasing, o cartão de crédito, por meio de sua administradora, tem um importante papel na circulação de riquezas. Acerca do factoring, do leasing e das sociedades

administradoras de cartões de crédito, julgue o item seguinte.

No Brasil, as administradoras de cartões de crédito ganharam maior crescimento a partir da extinção da regra da bandeira exclusiva, que impedia um mesmo emissor (banco) de operar com mais de uma bandeira.

() Certo () Errado

4. (34811) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

No crédito rural existem vários tipos de recursos, em geral, classificados pela origem: controlados (recursos oficiais); não-controlados (livremente pactuados entre as partes); e recursos das operações oficiais de crédito destinados a investimentos. Considerando que cada tipo de recurso do crédito rural tem características específicas, julgue o item seguinte.

O adicional do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) é uma das despesas a que está sujeito o crédito rural.

() Certo () Errado

5. (34812) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

No crédito rural existem vários tipos de recursos, em geral, classificados pela origem: controlados (recursos oficiais); não-controlados (livremente pactuados entre as partes); e recursos das operações oficiais de crédito destinados a investimentos. Considerando que cada tipo de recurso do crédito rural tem características específicas, julgue o item seguinte.

A comercialização da produção é uma das atividades que podem ser financiadas pelo crédito rural.

() Certo () Errado

6. (34813) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

No crédito rural existem vários tipos de recursos, em geral, classificados pela origem: controlados (recursos oficiais); não-controlados (livremente pactuados entre as partes); e recursos das operações oficiais de crédito destinados a investimentos. Considerando que cada tipo de recurso do crédito rural tem características específicas, julgue o item seguinte.

Pessoa física ou jurídica que, mesmo não sendo produtor rural, se dedique à pesquisa de mudas ou sementes certificadas pode se utilizar do crédito rural.

() Certo () Errado

7. (34814) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

No crédito rural existem vários tipos de recursos, em geral, classificados pela origem: controlados (recursos oficiais); não-controlados (livremente pactuados entre as partes); e recursos das operações oficiais de crédito destinados a investimentos. Considerando que cada tipo de recurso do crédito rural tem características específicas, julgue o item seguinte.

Os investimentos em bens ou serviços cujo aproveitamento se estenda por vários ciclos produtivos não podem ser objeto de financiamento pelo crédito rural.

() Certo () Errado

8. (35034) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BASA|2012

Com base nos instrumentos e medidas utilizados pelo BACEN e pelos bancos

comerciais para controlar a oferta monetária, julgue o próximo item, considerando especialmente o objetivo de redução das pressões inflacionárias geradas por demanda excessiva.

A redução da taxa de juros básica, a denominada taxa SELIC, diminui a demanda agregada e reduz, conseqüentemente, as pressões inflacionárias.

() Certo () Errado

9. (35057) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BRB|2010

Com relação a produtos e serviços financeiros, julgue o item a seguir.

Uma das fontes de recursos para o crédito rural consiste nas multas impostas aos bancos que deixam de aplicar nessa atividade o percentual exigido pelo CMN.

() Certo () Errado

10. (34890) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL|2007

O BB trabalha com intermediações em diversas áreas, tais como sistema de seguros privados, previdência complementar, administração de cartões de crédito e títulos de capitalização, entre outros. Acerca dessas atividades do BB, julgue o item seguinte.

Quando um usuário de cartão de crédito preferir não pagar o total de sua fatura, tanto as instituições financeiras quanto as bandeiras podem financiar o saldo devedor restante.

() Certo () Errado

Gabarito: 1. (34694) C 2. (34772) C 3. (34785) C 4. (34811) C 5. (34812) C 6. (34813) C 7. (34814) E 8. (35034) E 9. (35057) C 10. (34890) E

Noções de Política Monetária

O Mercado Monetário é uma das subdivisões do Mercado Financeiro. O Mercado Monetário – ou mercado de moeda – é onde ocorrem as captações de recursos à vista, no **curtíssimo e no curto** prazo. Nesse mercado, atuam principalmente os **intermediadores financeiros**, negociando títulos e criando um parâmetro médio para taxas de juros do mercado.

O Mercado Monetário é constituído pelas instituições do mercado financeiro que possuem excedentes monetários e que estejam interessadas em emprestar seus recursos em troca de uma taxa de juros. Também é composto por aqueles agentes econômicos com escassez de recursos, que precisam de dinheiro emprestado para manter seu giro financeiro em ordem. É nesse ponto que chegamos a definir os prazos. No geral, as negociações com títulos e outros ativos no mercado monetário não ultrapassam os 12 meses. Por isso figuram nesse mercado, na grande maioria dos casos, os Certificados de Depósito Interbancário e as operações de empréstimo de curto prazo feitas com títulos públicos – operações compromissadas.

Selic Meta X Selic Over

A taxa **Selic Over** taxa apurada no Selic, obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido Sistema na forma de operações compromissadas.

A taxa **Selic Meta** é Definida pelo Copom, com base na Meta de Inflação. É a Selic – Meta que regula a taxa selic over assim como todas as outras taxas do Brasil.

Comentário: A selic over pode ser alterada diariamente (dias úteis), pois se trata de uma média das taxas de negociação dos TPF, enquanto a Selic Meta só é alterada pelo Copom, através de reuniões ordinárias ou Extraordinárias.

Copom

- Junho de 1999 o Brasil passou a adotar as “**Metas de Inflação**” (definida pelo C.M.N)
- **Índice utilizado na meta: IPCA**
- É composto atualmente é diretoria colegiada do BACEN
- **É o Copom quem define a taxa de juros “Selic – Meta” e também a existência ou não do Viés.**
- **Uma vez definido o viés, compete ao presidente do BACEN a tarefa de executar**

- Reunião em dois dias (terças e quartas), Sendo o primeiro dia reservado para apresentação de dados e discussões e no segundo dia acontece à votação e definição da taxa de juros.
- Calendário de reuniões (8 vezes ao ano) divulgado em até o fim de Outubro, podendo reunir-se extraordinariamente, desde que convocado pelo Presidente do Banco Central.
- Divulgação da ATA de reunião em 6 dias úteis em português e 7 em Inglês;

As decisões emanadas do Copom devem ser publicadas por meio de Comunicado do Diretor de Política Monetária, divulgado na data da segunda sessão da reunião ordinária, após o fechamento dos mercados e **identificando o voto de cada um dos membros**.

A taxa Selic é a taxa de juros média que incide sobre os financiamentos diários com prazo de um dia útil (overnight).

O COPOM estabelece a meta para a taxa Selic, e é função da mesa de operações do mercado aberto do BACEN manter a taxa Selic diária próxima a meta.

Taxa Selic: “custo primário do dinheiro” e “taxa básica de juros da economia”

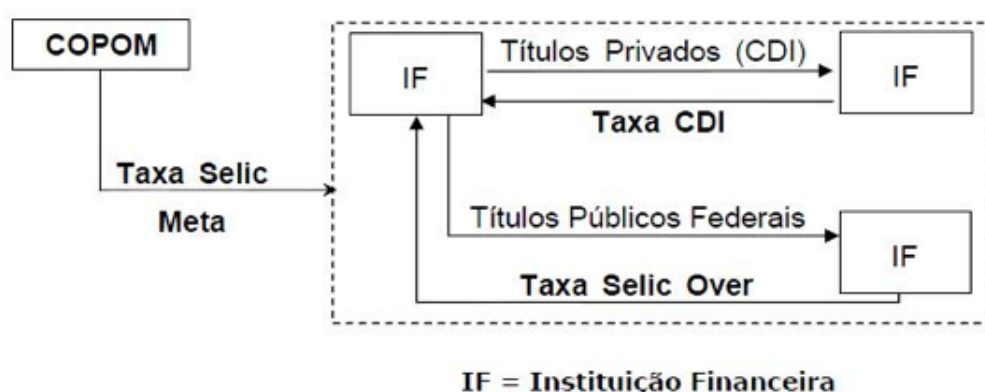
Caso a Inflação (medida pelo IPCA) ultrapasse a meta estipulada pelo C.M.N (somado o intervalo de tolerância), o Presidente do Banco Central deve explicar os motivos do não cumprimento da meta através de uma Carta Aberta ao Ministro da Fazenda;

CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro)

Os *Certificados de Depósito Interbancário* são os títulos de emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações do mercado interbancário. Suas características são idênticas às de um CDB, mas sua negociação é restrita ao mercado interbancário. Sua função é, portanto, transferir recursos de uma instituição financeira para outra. Em outras palavras, para que o sistema seja mais fluido, quem tem dinheiro sobrando empresta para quem não tem.

A taxa média diária do CDI é utilizada como parâmetro para avaliar a rentabilidade de fundos, como os DI, por exemplo. O CDI é utilizado para avaliar o custo do dinheiro negociado entre os bancos, no setor privado e, como o CDB (Certificado de Depósito Bancário), essa modalidade de aplicação pode render taxa de prefixada ou pós-fixada.

CDI X Selic



Instrumentos de Política Monetária

Conjunto de medidas adotadas pelo Governo visando adequar os meios de pagamento disponíveis às necessidades da economia do país, bem como, controlar a quantidade de dinheiro em circulação no mercado e que permite definir as taxas de juros.

Instrumentos:

- Depósito compulsório
- Operações de Redesconto
- *Open market* (operações de mercado aberto)

Depósito Compulsório

- Representa uma parcela dos recursos depositados nos bancos que não pode ser aplicado, devendo ser depositadas no banco central;
- Limita a criação de moedas feita pelas instituições monetárias;
- Atualmente existe 3 tipos de compulsórios: Compulsório sobre depósito à vista, depósito à prazo e poupanças;

Importante!

Uma **elevação** na alíquota do depósito compulsório provoca uma **redução** da **liquidez** e uma **elevação** nas **taxas de juros**.

Operação de Redesconto

É a taxa de juros cobrada pelo Banco Central pelos empréstimos concedidos aos bancos;
O BACEN **Realiza** operações de redesconto às instituições financeiras.

Open Market (Mercado Aberto)

É a compra e ou venda de T.P.F (Título Público Federal) executada pelo BACEN;
É o instrumento mais ágil e eficaz que o governo dispõe para fazer política monetária;

Comentário

É sem dúvida o melhor e, mas eficaz instrumento para fazer política monetária do BACEN, por ter um resultado imediato e confiável.

Conseqüências da Política Monetária

	Liquidez	Inflação	PIB
AUMENTAR (↑) Compulsório e Redesconto ou VENDER T.P.F	REDUZ ↓	REDUZ ↓	REDUZ ↓
REDUZIR (↓) Compulsório e Redesconto ou COMPRAR T.P.F	AUMENTA ↑	AUMENTA ↑	AUMENTA ↑

1. (34679) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

O SFN tem como objetivo a intermediação de recursos entre os agentes econômicos (pessoas, empresas e governo). Compõem esse sistema instituições, órgãos e entidades em uma complexa rede de relacionamentos que envolvem a normatização, a supervisão e a operacionalização. Com referência a esse assunto, julgue o item seguinte.

O BACEN poderá comprar e vender títulos públicos com o objetivo de capitalizar o Tesouro Nacional ou instituições financeiras, estas por intermédio das operações de redesconto de liquidez.

Certo Errado

2. (34802) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Com relação ao SFN e seus órgãos, julgue o próximo item.

A taxa básica de juros SELIC, divulgada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), tem vital importância na economia, pois as taxas de juros cobradas no mercado são balizadas por ela, que é referência para a política monetária.

Certo Errado

3. (34827) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O BACEN, criado pela Lei nº 4.595/1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro na capital da República e atuação em todo o território nacional. Com relação ao BACEN, julgue o próximo item.

Realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras e regular a execução dos serviços de

compensação de cheques e outros papéis são as atribuições do BACEN.

Certo Errado

4. (34830) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Comitê de Política Monetária (COPOM) do BACEN foi instituído em 1996, com os objetivos de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação desse comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório do BACEN. Acerca do COPOM, julgue o próximo item.

O COPOM, constituído no âmbito do BACEN, tem como objetivo implementar as políticas econômica e tributária do governo federal.

Certo Errado

5. (34831) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

O Comitê de Política Monetária (COPOM) do BACEN foi instituído em 1996, com os objetivos de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação desse comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório do BACEN. Acerca do COPOM, julgue o próximo item.

Desde a adoção da sistemática de metas para a inflação como diretriz de política monetária, as decisões do COPOM visam cumprir as metas para a inflação definidas pelo CMN. Se as metas não forem atingidas, cabe ao presidente do BACEN divulgar, em carta aberta ao ministro da Fazenda, os motivos do descumprimento, as providências e o prazo para o retorno da taxa de inflação aos limites estabelecidos.

Certo Errado

6. (34867) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2007

Apesar de as suas origens estarem na criação do mercado aberto no Brasil na década de 60 do século XX, o Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) foi formalmente criado em 22/10/1979 para organizar a troca física de papéis da dívida e viabilizar uma alternativa à liquidação financeira por meio de cheques do BB, que implicava em risco elevado. Com isso, a liquidação financeira das operações passou a ser feita pelo resultado líquido ao final do dia, diretamente na conta reservas bancárias. O SELIC é um grande sistema computadorizado que atua sob a responsabilidade do BACEN e da Associação Nacional das Instituições dos Mercados Abertos (ANDIMA). Por intermédio dele, os operadores registram as compras e vendas relativas a títulos negociados pelas instituições participantes. No que se refere ao SELIC, julgue o item seguinte.

A taxa referencial do SELIC, de natureza remuneratória, também conhecida por SELIC-META, é uma taxa de juros, fixada pelo BACEN após a divulgação pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), aplicável

pelas instituições financeiras para os títulos públicos e adotada como taxa básica para a economia. Atualmente, essa taxa é divulgada pelo COPOM exatamente a cada 45 dias.

() Certo () Errado

7. (34955) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2008

O Comitê de Política Monetária (COPOM) do BACEN foi instituído em 20/6/1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação desse comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório da instituição. Com relação ao COPOM, julgue o item seguinte.

A taxa de juros fixada na reunião do COPOM é a meta para a taxa SELIC (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia), a qual vigora por todo o período entre reuniões ordinárias do Comitê.

() Certo () Errado

Gabarito: 1. (34679) E 2. (34802) C 3. (34827) C 4. (34830) E 5. (34831) C 6. (34867) E 7. (34955) C

Mercado de Capitais

O mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários que visa proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização. É constituído pelas bolsas, corretoras e outras instituições financeiras autorizadas.

No mercado de capitais, os principais títulos negociados são os representativos do capital de empresas — as ações — ou de empréstimos tomados, via mercado, por empresas — debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição e commercial papers —, que permitem a circulação de capital para custear o desenvolvimento econômico.

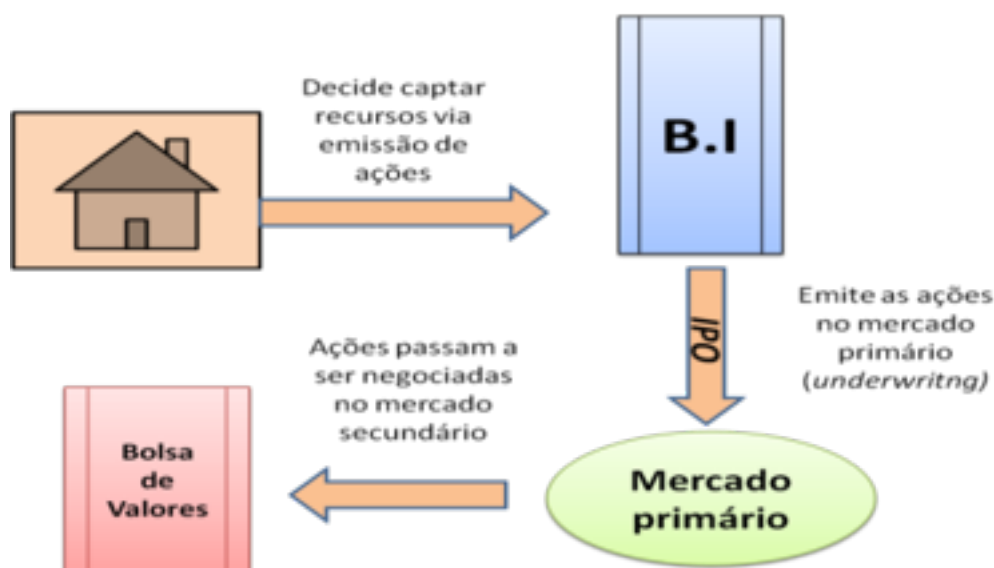
Ações

Ação representa a menor “**fração**” do capital social de uma empresa, ou seja, a **unidade do capital nas sociedades anônimas**. Quem adquire estas “frações” é chamado de **acionista** que vai ter certa participação na empresa, correspondente a quantas destas “frações” ele detiver.

Forma: nominativa ou escritural;

As ações são um investimento de prazo indeterminado e de renda variável.

Underwriting – Oferta Pública



AGENTES UNDERWRITER: Bancos de Investimento, Bancos Múltiplos com carteira de Investimento ou Sociedade Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (SDTVM) e Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM)

Underwriting de Melhores Esforços (Best Efforts)

Subscrição em que a instituição financeira se compromete a realizar os **melhores esforços** para a **colocação junto ao mercado** das sobras do lançamento.

Não há comprometimento por parte do intermediário **para a colocação efetiva de todas as ações.**

A empresa assume os riscos da aceitação ou não das ações lançadas por parte do mercado.

Underwriting Firme (Straight)

Subscrição em que a instituição financeira **subscrive integralmente** a emissão para revendê-la posteriormente ao público.

Selecionando esta opção a empresa **assegura a entrada de recursos.**

O risco de mercado é do intermediário financeiro.

Underwriting Stand-by

Subscrição em que a instituição financeira se compromete a colocar as sobras junto ao público em determinado espaço de tempo, após o qual ela mesmo subscrive o total das ações não colocadas. Decorrido o prazo, o risco de mercado é do intermediário financeiro.

Preço de Emissão

Determinado previamente pela empresa emissora ou então através do procedimento de “book building”, onde a empresa, ao invés de fixar um preço, estabelece as condições básicas de lançamento e os interessados na aquisição encaminham suas ofertas.

LOTE SUPLEMENTAR: O ofertante poderá outorgar à instituição intermediária opção de **distribuição de lote suplementar**, que preveja a possibilidade de, caso a procura dos valores mobiliários objeto de oferta pública de distribuição assim justifique, ser aumentada a quantidade de valores a distribuir junto ao público, nas mesmas condições e preço dos valores mobiliários inicialmente ofertados, até um montante pré-determinado que conste obrigatoriamente do Prospecto e que **não poderá ultrapassar a 15% da quantidade inicialmente ofertada.**

Block Trade

Oferta de grande lote de ações antigas (de posse de algum acionista) com colocação junto ao público através das bolsas de valores e/ou mercado de balcão.

Mercado de Balcão Organizado

Mercado de Balcão		Bolsa de Valores
Não Organizado	Organizado	
Sem local físico determinado	Sistema eletrônico de negociação	Pregão eletrônico
Qualquer título pode ser negociado	Supervisão da liquidação	Registra, supervisiona e divulga a execução dos negócios e a liquidação

MERCADO DE BALCÃO ORGANIZADO: Ambiente de negociação passível de acesso por amplo rol de instituições integrantes do sistema de intermediação, administrado por instituições auto reguladoras, autorizadas e supervisionadas pela CVM, que mantêm sistema de negociação (eletrônico ou não) e registro de operações, regido por regras adequadas à realização de operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários, bem como à divulgação de informações relativas àquelas operações.

MERCADO DE BALCÃO NÃO ORGANIZADO: Mercado de títulos e valores mobiliários sem local físico definido para a realização das negociações, que são realizadas por telefone entre as instituições participantes, não é supervisionado por entidade auto-reguladora e não tem transparência quanto aos volumes e preços negociados.

BOLSAS: ambiente de negociação operado por sociedades corretoras, com sistema de negociação eletrônica ou viva-voz, e regras adequadas à realização de operações de compra e venda de títulos e valores mobiliários, bem como à divulgação das informações relativas àquelas operações.

SUBSCRIÇÃO PÚBLICA (quando dependerá de prévio registro da emissão na Comissão de Valores Mobiliários e haverá a intermediação obrigatória de instituição financeira – art. 82 da Lei nº 6.404/1976).

SUBSCRIÇÃO PARTICULAR (quando poderá fazer-se por deliberação dos subscritores em assembleia geral ou por escritura pública – art. 88 da Lei nº 6.404/1976). Não necessita de autorização da CVM.

Mercado primário e Mercado secundário

MERCADO PRIMÁRIO: Colocação de títulos resultantes de novas emissões. Empresas utilizam o mercado primário para captar os recursos necessários ao financiamento de suas atividades.

MERCADO SECUNDÁRIO: Negociação de ativos, títulos e valores mobiliários em mercados organizados, onde investidores compram e vendem em busca de lucratividade e liquidez, transferindo, entre si, os títulos anteriormente adquiridos no mercado primário

Negociação de Ações (Mercado Secundário)

Operações de compra e venda de ações emitidas pelas empresas abertas registradas em Bolsa.

Caracteriza-se por ter os preços das ações com cotação atual e pelo fato das operações serem liquidadas em 3 dias (D+3)

- **D+0:** dia da realização da operação no Pregão ou no Sistema Eletrônico;
- **D+3:** a Corretora vendedora entrega as ações e recebe um crédito no valor da operação, enquanto que a corretora compradora tem um débito no valor da operação e recebe as ações adquiridas;
- **A transferência dos títulos é denominada liquidação física e a movimentação dos recursos liquidação financeira;**
- As liquidações são realizadas pela “clearing”, responsável pela prestação dos serviços de compensação dos títulos negociados no mercado. Em geral a CBLC.

S.A Aberta X S.A Fechada

Abertas:

- Negociação em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado;
- Divisão do capital entre muitos sócios (pulverização);
- Cumprimento de várias normas exigidas pelo agente regulador (bolsas de Valores e CVM).

Fechadas:

- Negociação no balcão das empresas, sem garantia;
- Concentração do capital na mão de poucos acionistas.

Observação!

Uma empresa não pode manter ações negociadas em mercado de balcão e bolsa de valores de forma simultânea.

Comentário

Uma empresa quando abre o capital está também abrindo a sua contabilidade para o mercado, devendo assim possuir uma gestão **transparente** publicando balanços periódicos entre outras exigências feitas pela CVM.

Tipo de Ações

Ordinárias (ON): Garantem o direito a voto nas assembleias aos acionistas;

Preferenciais (PN):

- Têm **preferência** no recebimento de dividendos em relação as ordinárias.
- Não têm direito a voto.
- **Recebem 10%** a mais de dividendos em relação às ordinárias.
- **Caso a companhia fique 3 anos sem distribuir dividendos passa a ter direito a voto.**

Observação!

Empresas que abrem seu capital deverão ter no mínimo 50% de suas ações sendo do tipo ordinária.

Comentário

As ações preferenciais (PN) apesar de não terem direito a voto, podem adquiri-lo caso a empresa não pague dividendos (lucro) em 3 anos consultivos.

Custo da Operação

- **Emolumentos:** Os emolumentos são cobrados pelas Bolsas por pregão em que tenham ocorrido negócios por ordem do investidor. A taxa cobrada pela Bolsa é de 0,035% do valor financeiro da operação
- **Custódia:** Uma espécie de tarifa de manutenção de conta, cobrada por algumas corretoras.
- **Corretagem:** Custo pago para corretoras pelas operações executadas.

Direitos e Proventos de uma Ação

Dividendos: Distribuição de parte do lucro aos seus acionistas. Por lei as empresas devem dividir no **mínimo** 25% do seu lucro líquido.

Importante!

O valor distribuído em forma de dividendos é descontado do preço da ação.

Juros sobre o Capital Próprio: São proventos pagos em dinheiro como os dividendos, sendo, porém dedutíveis do lucro tributável da empresa limitados a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

Bonificações: Correspondem à distribuição de novas ações para os atuais acionistas, em função do aumento do capital. Excepcionalmente pode ocorrer a distribuição de bonificação em dinheiro

Subscrição: Direito aos acionistas de aquisição de ações por aumento de capital, com preço e prazos determinados. Garante a possibilidade de o acionista manter a mesma participação no capital total. O acionista, caso deseje, poderá transferir o direito de subscrição a terceiros (vender), por meio de venda desse direito em pregão (Mercado Secundário).

OBS: O direito de subscrição assemelha-se ao direito de um titular de uma **opção de compra (call)**, ou seja, ambos possuem o direito de comprar uma determinada quantidade de ações com prazos e condições pré-estabelecidos.

Grupamento (Inplit): Reduzir a quantidade de ações aumentando o valor de cada ação; (Objetivo: Menor risco)

Desdobramento (Split): Aumenta a quantidade de ações reduzindo o valor da ação; (Objetivo: Maior liquidez)

Importante!

Tanto no processo de *split* como o de *inplit*, o capital do investidor **não se altera.**

Outros Termos

Day trade: Combinação de operação de compra e de venda realizadas por um investidor com o mesmo título em um mesmo dia.

Circuit breaker: Sempre que acionado, interrompe o pregão. Na Bovespa é acionado sempre que o Índice Ibovespa atinge uma queda de 10% (30 minutos de paralisação) e persistindo a queda, 15% (1 hora de paralisação).

Home broker: É um moderno canal de relacionamento entre os investidores e as sociedades corretoras, que torna ainda mais ágil e simples as negociações no mercado acionário, permitindo o envio de ordens de compra e venda de ações pela Internet, e possibilitando o acesso às cotações, o acompanhamento de carteiras de ações, entre vários outros recursos.

MEGA BOLSA: Sistema de negociação eletrônica da BOVESPA, que engloba terminais remotos e visa ampliar a capacidade de registro de ofertas e realização de negócios em um ambiente tecnologicamente avançado.

Liquidez : Maior ou menor facilidade de se negociar um título, convertendo-o em dinheiro.

After Market: Período de negociação que funciona fora do horário regular do pregão Funciona das **17 horas às 18 h 15**, e o investidor pode utilizar o home broker ou a mesa de operações das corretoras para emitir ordens de compra e venda de ações.

- A margem de **flutuação das cotações é limitada a 2%**.
- A quantidade de negócios **não pode ultrapassar R\$ 100 mil** por investidor **computado o valor investido durante o pregão normal**.

Pregão: O ambiente reservado para negociações de compra e venda de ações. Atualmente quase as totalidades das transações ocorrem no **pregão eletrônico**, ampliando o antigo conceito de espaço físico.

Principais Índices de Mercado

Ibovespa:

IMPORTANTE: o Ibovespa foi criado em 2 de janeiro de 1968

Mais utilizado e mais importante índice brasileiro;

Composto pelas ações de maior liquidez da bolsa de valores dos últimos 12 meses;

A carteira é revista ao final de cada quadrimestre; (jan – abril; maio – ago; set – dez).

As ações para participarem do Ibovespa devem obrigatoriamente:

- apresentar, em termos de volume, participação superior a 0,1% do total;
- ter sido negociada em mais de 80% do total de pregões do período.

IBrX:

Assim como o Ibovespa, é composto pelas 100 empresas com o maior número de operações e volume negociado na Bovespa nos últimos 12 meses.

O que diferencia do Ibovespa, é o fato do IBrX considerar apenas as ações disponíveis no mercado, desconsiderando assim as ações em posse dos controladores.

IBrX - 50:

Adota os mesmo critérios do Índice IBrX, mas é composto apenas pelas 50 ações de maior liquidez;

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial:

Ferramenta para análise comparativa de performance das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada na eficiência econômica, no equilíbrio ambiental, na justiça social e na governança corporativa.

Metodologia do índice foi desenvolvida pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP, e reuniu inicialmente 28 empresas

Notas Promissóras (Comercial Paper)

Quem pode emitir: SA Aberta e SA Fechada

São vedadas as ofertas públicas de notas promissórias por **instituições financeiras, sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil**. Dessa forma, as Notas Promissórias dessas instituições não são valores mobiliários.

A venda de nota promissória comercial necessita obrigatoriamente de uma instituição financeira atuando como agente colocador, podendo ser uma distribuidora ou corretora. Pode ser resgatada antecipadamente (o que implica na extinção do título) caso **o prazo mínimo de 30 dias** seja cumprido, e que o titular (investidor) da NP concorde.

A nota promissória comercial **não possui garantia real**, por isso é um instrumento para empresas com bom conceito de crédito.

Prazo

O prazo **mínimo da NP é de 30 dias**.

O prazo **máximo da NP é de 180 dias para S.A. de capital fechado e 360 dias para S.A. de capital aberto**.

A NP possui uma data certa de vencimento.

Rentabilidade

- Pré-Fixada
- Pós-Fixada

A nota promissória não pode ser remunerada por:

Índice de Preços: Como o prazo máximo de uma NP é de 360 dias, e a remuneração de ativos por índice de preços exige prazo mínimo de um ano, uma NP não pode ser remunerada por índice de preços. Ou seja, uma NP emitida com prazo de 1 ano teria um pouco mais de 360 dias, pois teria 365 ou 366 dias.

TBF: Não é permitida a emissão de NP remunerada por TBF. Pois, a NP é uma operação do mercado de valores mobiliários, enquanto a TBF, de acordo com a Lei 10.192, deve ser utilizada exclusivamente para remuneração de operações realizadas no mercado financeiro.

Debêntures

Objetivo

Captação de recursos de médio e longo prazo para sociedades anônimas (S.A.) não financeiras de capital aberto.

Observação!

As sociedades de arrendamento mercantil e as companhias hipotecárias estão também autorizadas a emitir debêntures.

Não existe padronização das características deste título. Ou seja, a debênture pode incluir:

- Qualquer prazo de vencimento;
- Amortização (pagamento do valor nominal) programada na forma anual, semestral, trimestral, mensal ou esporádica, no percentual que a emissora decidir;
- Remunerações através de correção monetária ou de juros;
- Remunerações através do prêmio (podendo ser vinculado à receita ou lucro da emissora).

Direito dos debenturistas: além das três formas de remuneração, o debenturista pode gozar de outros direitos/atrativos, desde que estejam na escritura, com o propósito de tornar mais atrativo o investimento neste ativo:

- **Conversão da debênture em ações da companhia**
- Garantias contra o inadimplemento da emissora

O limite para emissão de debêntures é definido em assembleia.

Resgate Antecipado: as **debêntures podem** ter na escritura de emissão **cláusula de resgate antecipado**, que dá ao emissor (a empresa que está captando recursos) o direito de resgatar antecipadamente, parcial ou totalmente as debêntures em circulação.

Aplicação em debêntures não estão cobertas pelo FGC.

IMPORTANTE: As Sociedades de Arrendamento Mercantil (leasing), Companhias Hipotecárias, Bancos de Desenvolvimento e o BNDES Participações, também estão autorizados a emitir debêntures.

Agente Fiduciário

A função do agente fiduciário é proteger o interesse dos debenturistas exercendo uma fiscalização permanente e atenta, verificando se as condições estabelecidas na escritura da debênture estão sendo cumpridas.

Entende-se por **relação fiduciária** a **confiança e lealdade** estabelecida entre a instituição participante (administradora, gestora, custodiante, etc.) e os cotistas.

A emissão pública de debêntures exige a nomeação de um agente fiduciário. Esse agente deve ser ou uma pessoa natural capacitada ou uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central para o exercício dessa função e que tenha como objeto social a administração ou a custódia de bens de terceiros (ex.: corretora de valores).

O agente fiduciário não tem a função de avalista ou garantidor da emissão.

O Agente Fiduciário poderá usar de qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos debenturistas, sendo-lhe especialmente **facultado**, no caso de inadimplemento da emitente:

- executar garantias reais, receber o produto da cobrança e aplicá-lo no pagamento, integral ou proporcional dos debenturistas;
- **requerer falência da emitente, se não existirem garantias reais;**
- representar os debenturistas em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da emitente, salvo deliberação em contrário da assembléia dos debenturistas;
- tomar qualquer providência necessária para que os debenturistas realizem os seus créditos.

Garantia Debêntures

A debênture poderá, conforme dispuser a escritura de emissão, ter garantia real, garantia fluante, garantia sem preferência (quirografária), ou ter garantia subordinada aos demais credores da empresa.

- **garantia real:** fornecida pela emissora pressupõe a **obrigação de não alienar ou onerar o bem registrado em garantia**, tem preferência sobre outros credores, desde que averbada no registro. **É uma garantia forte.**
- **garantia fluante:** assegura à debênture **privilégio geral sobre o ativo da companhia, mas não impede a negociação dos bens que compõem esse ativo.** Ela marca lugar na fila dos credores, e está na preferência, após as garantias reais, dos encargos trabalhistas e dos impostos. É uma garantia fraca, e sua execução privilegiada é de difícil realização, pois caso a emissora esteja em situação financeira delicada, dificilmente haverá um ativo não comprometido pela companhia.
- **garantia quirografária:** ou sem preferência, **não oferece privilégio algum sobre o ativo da emissora**, concorrendo em igualdade de condições com os demais credores quirografários (sem preferência), em caso de falência da companhia.
- **garantia subordinada:** na hipótese de liquidação da companhia, oferece **preferência de pagamento tão somente sobre o crédito de seus acionistas**

CROSS DEFAULT: Quer dizer que se uma dívida do emissor vencer e ele ficar inadimplente, as debêntures também estarão vencidas automaticamente. O contrário é verdadeiro, ou seja, se ele não pagar a debênture, ou os juros, as outras dívidas podem ser declaradas vencidas automaticamente. É como se fosse um “**bloco único**” de obrigações **inter-relacionadas**.

Escritura de Emissão

É o **documento legal** que declara as **condições** sob as quais a **debênture foi emitida**. Especifica direitos dos possuidores, deveres dos emitentes, todas as condições da emissão, os pagamentos dos juros, prêmio e principal, além de conter várias cláusulas padronizadas restritivas e referentes as garantias (se a debênture for garantida).

Debêntures X Nota promissórias (*Comercial Papers*)

	DEBÊNTURES	NOTA PROMISSÓRIAS
OBJETIVO	Captação de recursos para financiamento de CAPITAL FIXO	Captação de recursos para financiamento de CAPITAL DE GIRO
PRAZO	MÉDIO E LONGO PRAZO	CURTO PRAZO
QUE PODE EMITIR	SA Abertas ¹	SA Aberta e SA Fechada
QUEM NÃO PODE EMITIR	Instituições Financeiras	Instituições Financeiras
PRAZO MÍNIMO PARA RESGATE	360 dias	30 dias
PRAZO MÁXIMO PARA RESGATE	Não tem	- SA Aberta: 360 dias - SA Fechada: 180 dias
¹ Podem emitir debêntures, além de SA Abertas não financeiras: Sociedade de Arrendamento Mercantil, Companhias Hipotecárias e o Bancos de Desenvolvidos (apenas cédulas) e o BNDES Participações.		

1. (34704) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

Tanto no mercado de capitais, com a negociação de títulos e valores mobiliários, em especial ações, debêntures e commercial papers, quanto no mercado de seguros e de previdência privada, há grande especialização e, em geral, os agentes operadores participantes têm perfil de atuação bastante específico. Acerca desse assunto, julgue o item seguinte.

No SFN, as diversas operações com ouro nas bolsas de mercadorias e de futuros abrangem negociações nos mercados à vista, futuro, de opções e a termo.

() Certo () Errado

2. (34706) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

Tanto no mercado de capitais, com a negociação de títulos e valores mobiliários, em especial ações, debêntures e commercial papers, quanto no mercado de seguros e de previdência privada, há grande especialização e, em geral, os agentes operadores participantes têm perfil de atuação bastante específico. Acerca desse assunto, julgue o item seguinte.

Debêntures são títulos emitidos pelas sociedades por ações que asseguram a seu titular um direito de crédito contra a companhia nas condições constantes da escritura de emissão e do certificado. Nesse sentido, as debêntures podem ser emitidas para subscrição pública por companhias de capital fechado.

() Certo () Errado

3. (34707) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

Tanto no mercado de capitais, com a negociação de títulos e valores mobiliários,

em especial ações, debêntures e commercial papers, quanto no mercado de seguros e de previdência privada, há grande especialização e, em geral, os agentes operadores participantes têm perfil de atuação bastante específico. Acerca desse assunto, julgue o item seguinte.

Enquanto as ações ordinárias conferem ao acionista o direito de voto nas assembleias gerais da empresa e o direito de participação nos lucros mediante o recebimento de dividendos e juros do capital, as ações preferenciais não conferem ao acionista o direito a voto nas assembleias gerais, mas, em compensação, conferem-lhe prioridade no recebimento de dividendos.

() Certo () Errado

4. (34708) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

Tanto no mercado de capitais, com a negociação de títulos e valores mobiliários, em especial ações, debêntures e commercial papers, quanto no mercado de seguros e de previdência privada, há grande especialização e, em geral, os agentes operadores participantes têm perfil de atuação bastante específico. Acerca desse assunto, julgue o item seguinte.

A operação de underwriting, ou lançamento de ações novas, geralmente é realizada por um banco de investimentos juntamente com um pool de instituições do sistema distribuidor (sociedades corretoras e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários). Nesse caso, mesmo que não se concretizem as vendas das ações, a operação deve ser posteriormente registrada na CVM.

() Certo () Errado

5. (34725) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

Mercado de capitais é um sistema de distribuição de valores mobiliários que proporciona liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabiliza o processo de capitalização.

() Certo () Errado

6. (34727) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL|2007

Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

O objetivo do mercado de capitais é canalizar as poupanças (recursos financeiros) da sociedade para o comércio, a indústria, outras atividades econômicas e para o próprio governo.

() Certo () Errado

7. (34730) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

No Brasil, existem companhias de capital aberto e companhias de capital fechado. No mercado de capitais, são negociados títulos e valores mobiliários. Os valores mobiliários são verdadeiros créditos por dinheiro, bens móveis e obrigações negociáveis. Esses valores servem de base nas operações de bolsa e no mercado. Com relação a esse mercado, julgue o item a seguir.

Para que uma companhia de capital fechado passe a ter capital aberto, é suficiente que os valores mobiliários de sua emissão estejam admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

() Certo () Errado

8. (34732) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL|2007

No Brasil, existem companhias de capital aberto e companhias de capital fechado. No

mercado de capitais, são negociados títulos e valores mobiliários. Os valores mobiliários são verdadeiros créditos por dinheiro, bens móveis e obrigações negociáveis. Esses valores servem de base nas operações de bolsa e no mercado. Com relação a esse mercado, julgue o item a seguir.

Underwriting é a operação de distribuição primária de títulos tão-somente, já que as operações secundárias não utilizam essa via.

() Certo () Errado

9. (34734) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL|2007

No Brasil, existem companhias de capital aberto e companhias de capital fechado. No mercado de capitais, são negociados títulos e valores mobiliários. Os valores mobiliários são verdadeiros créditos por dinheiro, bens móveis e obrigações negociáveis. Esses valores servem de base nas operações de bolsa e no mercado. Com relação a esse mercado, julgue o item a seguir.

O valor total das emissões de debêntures não poderá ultrapassar o capital social da companhia, excetuados os casos previstos em lei especial.

() Certo () Errado

10. (34735) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL|2007

No Brasil, existem companhias de capital aberto e companhias de capital fechado. No mercado de capitais, são negociados títulos e valores mobiliários. Os valores mobiliários são verdadeiros créditos por dinheiro, bens móveis e obrigações negociáveis.

Esses valores servem de base nas operações de bolsa e no mercado. Com relação a esse mercado, julgue o item a seguir.

O número e o valor nominal das ações de uma companhia não poderão ser alterados.

() Certo () Errado

11. (34761) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | BANCO DO BRASIL | 2007

O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

Os bônus de subscrição conferirão aos seus titulares, nas condições constantes do certificado, direito de subscrever ações do capital social.

Certo Errado

12. (34764) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

As normas pertinentes à emissão de debêntures prevê em que o valor total de tais emissões não poderá ultrapassar o capital social da companhia.

Certo Errado

13. (34766) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

Dá-se o nome de desdobramento à distribuição gratuita de novas ações aos acionistas, pela diluição do capital em um maior número de ações, com o objetivo de aumentar a liquidez delas.

Certo Errado

14. (34767) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de

câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

Underwriter é o mesmo que intermediário financeiro.

Certo Errado

15. (34768) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

O número de ações preferenciais sem direito a voto não pode ultrapassar um terço do total das ações emitidas por uma companhia.

Certo Errado

16. (34769) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

As distribuições secundárias (block-trade) de debêntures compreendem distribuições públicas de grandes lotes de debêntures que já foram emitidas.

Certo Errado

17. (34810) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

A expansão do crédito favorece a produção de bens e serviços e o consumo. Nesse sentido, atento às novas demandas, o setor financeiro cumpre seu papel primordial de intermediação e promove forte expansão do crédito aos clientes por meio de empréstimos e financiamentos. No referente às modalidades e características das operações de crédito, julgue o item seguinte.

Captar recursos de curto prazo para financiar necessidades de capital de giro por meio de commercial papers é alternativa possível para as empresas constituídas como sociedades anônimas.

() Certo () Errado

18. (35017) CONHECIMENTOS BANCÁRIOS | CESPE | TELEBRAS | 2013

A respeito de tipos de títulos financeiros, precificação e gerência de carteiras de renda fixa, julgue o item seguinte.

As ações preferenciais (PN) conferem ao seu titular prioridades na distribuição de dividendos e o direito a voto nas assembleias da empresa, em caso de não distribuição de resultados por três exercícios consecutivos.

() Certo () Errado

Gabarito: **1.** (34704) C **2.** (34706) E **3.** (34707) C **4.** (34708) E **5.** (34725) C **6.** (34727) C **7.** (34730) C **8.** (34732) E **9.** (34734) C **10.** (34735) E **11.** (34761) C **12.** (34764) E **13.** (34766) C **14.** (34767) C **15.** (34768) E **16.** (34769) C **17.** (34810) C **18.** (35017) C

Mercado de Câmbio

É o mercado onde ocorre a negociação de moedas estrangeiras entre as instituições ou pessoas interessadas em movimentar essas moedas.

Política Cambial

Política federal que orienta o comportamento do mercado de câmbio e da taxa de câmbio

Quando um país adota o regime de câmbio fixo, a taxa é definida pelo Banco Central deste país.

Já no regime de taxas flutuantes, a taxa é definida pelo mercado (procura e oferta de moeda estrangeiras).

O Brasil adota um regime de Política Cambial **Flutuante SUJA** sem Banda Cambial.

Em um regime de taxa flutuante o BACEN pode intervir no mercado comprando e vendendo moeda estrangeira com o objetivo de minimizar as oscilações do mercado, desde que a flutuação seja do tipo SUJA.

Na flutuação do tipo limpa, também conhecida com regime de taxas perfeitamente flutuante, o BACEN não intervém no mercado, permanecendo inalterado as reservas internacionais.

O Banco Central executa a política cambial definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Para tanto, **regulamenta o mercado de câmbio e autoriza as instituições** que nele operam.

Também **competete ao Banco Central fiscalizar** o referido mercado, podendo **punir dirigentes** e instituições mediante multas, suspensões e outras sanções previstas em Lei.

Além disso, o Banco Central pode atuar diretamente no mercado, comprando e vendendo moeda estrangeira de forma ocasional e limitada, com o objetivo de conter movimentos desordenados da taxa de câmbio

Reservas Internacionais

As Reservas Internacionais de um país são formadas por ativos em moedas estrangeiras, como títulos depósitos bancários, ouro, etc., que podem ser usados para pagamentos de dívidas internacionais.

Balanço de Pagamentos

É o **registro das transações** de um país com o **resto do mundo**. No Brasil, os valores são expressos em dólares americanos, mesmo quando são efetuados com outros países que não os EUA. Duas **grandes contas** formam o **balanço de pagamentos** de um país:

a) Conta Corrente:

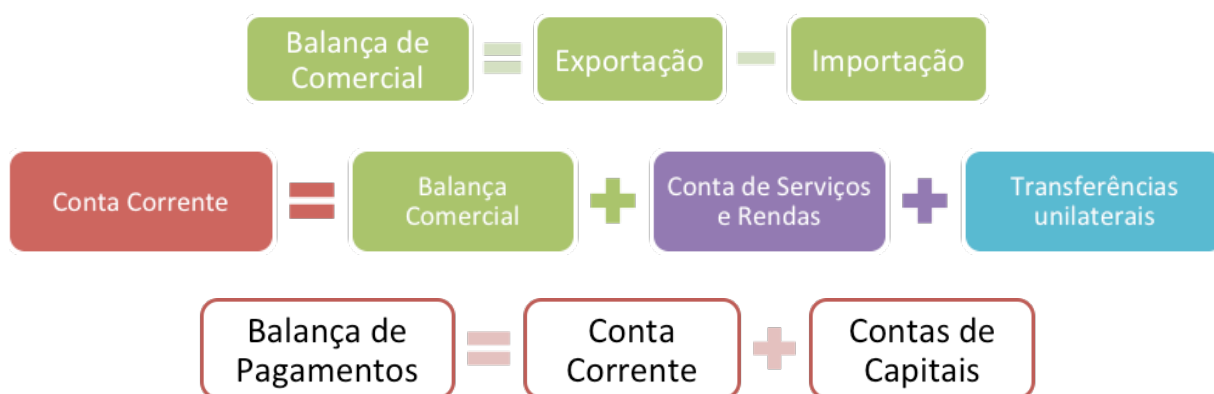
- engloba os registros de **três** outras contas: a **balança comercial**, a **conta de serviços e rendas** e as **transferências unilaterais**.

Balança comercial: Registra o comércio de bens, na forma de exportações e importações. Quando as **exportações são maiores que as importações** temos um **superávit** na Balança Comercial. Um **déficit** ocorre quando as **importações** são maiores que as **exportações**.

Conta de Serviços e Rendas: inclui os pagamentos/recebimentos relacionados com o comércio de bens, como fretes e seguros, as receitas/despesas com viagens internacionais, o aluguel de equipamentos, os serviços governamentais, a exportação e importação de serviços e o pagamento/recebimento de juros e de lucros e dividendos.

Transferências Unilaterais: contabilizam o saldo líquido das remessas de recursos ou doações feitos entre residentes no Brasil e residentes em outros países

b) **Conta de Capitais:** registra o **saldo líquido** entre as **compras de ativos estrangeiros** por residentes no Brasil e a **venda de ativos brasileiros a estrangeiros**.



Mercado de Câmbio

Incluem-se no mercado de câmbio brasileiro as operações relativas aos recebimentos, pagamentos e **transferências** do e **para o exterior** mediante a utilização de **cartões** de uso internacional e de **empresas facilitadoras** de pagamentos internacionais, bem como as operações referentes às transferências financeiras **postais internacionais**, inclusive mediante **vales postais** e reembolsos postais internacionais.

O BACEN é responsável por regulamentar e fiscalizar o Mercado de Câmbio.

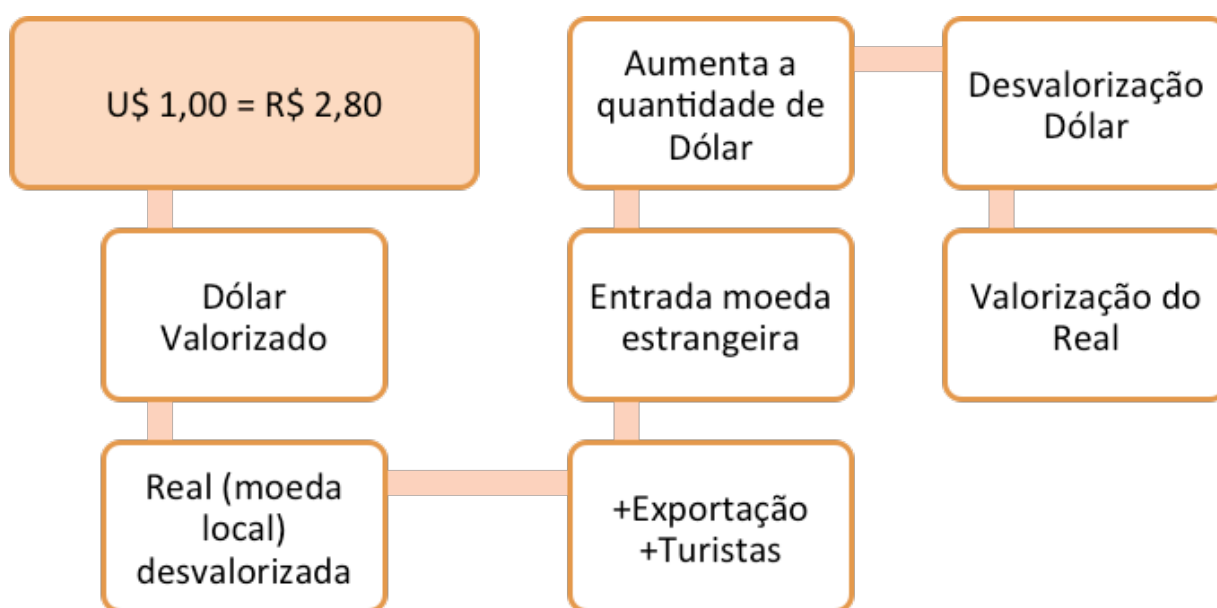
Taxa de Câmbio

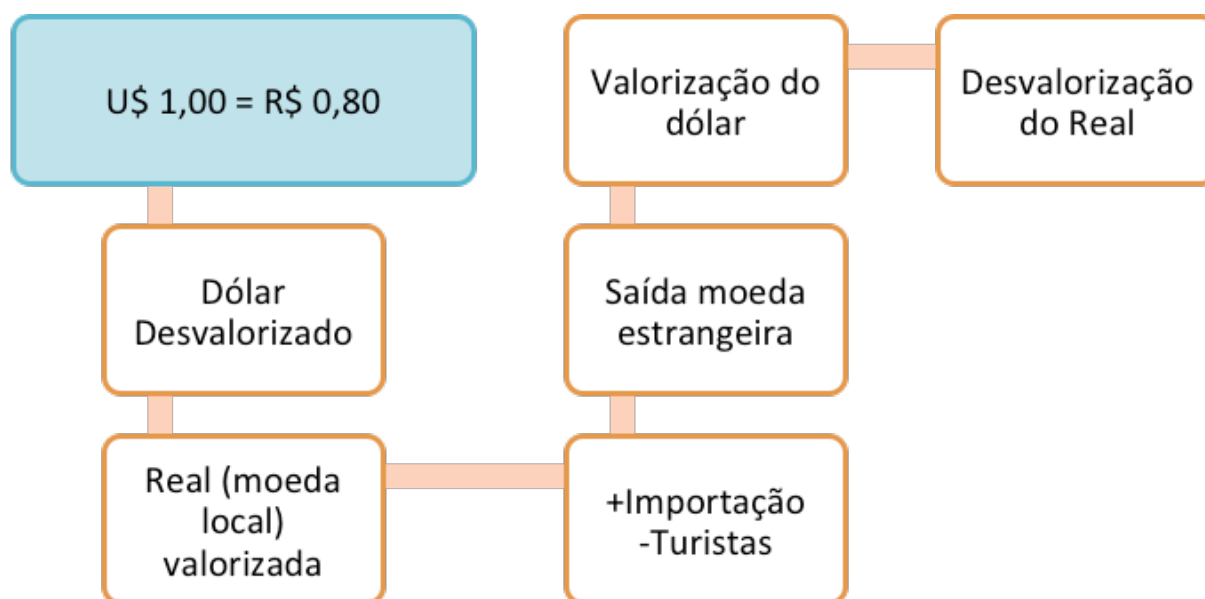
Taxa de câmbio é o preço de uma moeda estrangeira medido em unidades ou frações (centavos) da moeda nacional. No Brasil, a moeda estrangeira mais negociada é o dólar dos Estados Unidos, fazendo com que a cotação comumente utilizada seja a dessa moeda. Dessa forma, quando dizemos, por exemplo, que a taxa de câmbio é 2,00, significa que um dólar dos Estados Unidos custa R\$ 2,00. A taxa de câmbio reflete, assim, o custo de uma moeda em relação à outra. As cotações apresentam taxas para a compra e para a venda da moeda, as quais são referenciadas do ponto de vista do agente autorizado a operar no mercado de câmbio pelo Banco Central.

PTAX é a taxa que expressa à média das taxas de câmbio praticada no mercado interbancário. Divulgada pelo BACEN.

TODAS as operações devem ter registro OBRIGATÓRIO no SISBACEN pelas instituições autorizadas por ele a atuar.

Valoração e Desvalorização Cambial





Instituições Autorizadas

1. Todas as operações sem restrições:

- Bancos Comerciais
- Bancos de Investimento
- Bancos Múltiplos
- Bancos de Câmbio
- Caixa Econômica Federal

2. Somente operações específicas autorizadas pelo banco central:

- Bancos de desenvolvimento
- Agências de fomento
- Sociedades de crédito, financiamento e investimento - Financeira

3. Limitados ao valor de u\$ 100 mil em operações de câmbio relativo a exportação ou importação:

- Sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários - STVM
- Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários - SDTVM
- Sociedades corretoras de câmbio

4. Instituições que podem operar mediante convênio com instituição autorizada:

- Pessoas jurídicas em geral para negociar a realização de transferências unilaterais (por exemplo: manutenção de residentes; doações; aposentadorias e pensões; indenizações e multas; e patrimônio);
- Pessoas jurídicas cadastradas no Ministério do Turismo como prestadores de serviços turísticos remunerados, para realização de operações de compra e de venda de moeda estrangeira em espécie, cheques ou cheques de viagem;
- Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, não autorizadas a operar no mercado de câmbio, para realização de

transferências unilaterais e compra e venda de moeda estrangeira em espécie, cheques ou cheques de viagem.

- Lotéricas através de convênio realizado com a CEF.

A **realização desses convênios não depende de autorização do Banco Central**. A **responsabilidade** pelas operações de câmbio **perante o Banco Central** é das **instituições autorizadas** e o **valor de cada operação de câmbio está limitado a US\$ 3 mil** ou seu equivalente em outras moedas.

A **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT** também é autorizada pelo Banco Central a realizar operações com vales postais internacionais, emissivos e receptivos, destinadas a atender compromissos relacionados a operações específicas definidas pelo Banco Central, observando o limite de U\$ 50 mil para recebimento de exportações e importações.

Para que os Correios e as lotéricas possam operar com câmbio, terão de fazer contratos com as instituições financeiras, acrescentou ele. A autoridade monetária informou ainda que os clientes terão de levar um documento, no qual conste o CPF, e preencher um formulário para a aquisição dos dólares. Ao fim do processo, receberão um recibo da operação.

Valor Efetivo Total (VET)

As **instituições financeiras** e demais instituições **autorizadas a operar** no mercado de **câmbio** devem, previamente à realização de operação de câmbio de liquidação pronta de **até US\$100.000,00** (cem mil dólares dos Estados Unidos), ou seu equivalente em outras moedas, com cliente ou usuário, informar o valor total da operação, expresso em reais, por unidade de moeda estrangeira.

Valor Efetivo Total (VET): É calculado considerando a taxa de câmbio, os tributos incidentes e as tarifas eventualmente cobradas.

Liquidação dos contratos

A liquidação de contrato de câmbio ocorre quando da entrega de ambas as moedas, nacional e estrangeira, objeto da contratação ou de títulos que as representem.

LIQUIDAÇÃO PRONTA – Em até D+2

A liquidação pronta é obrigatória nos seguintes casos:

- a) operações de câmbio simplificado de exportação ou de importação;
- b) compras ou vendas de moeda estrangeira em espécie ou em cheques de viagem;
- c) compra ou venda de ouro - instrumento cambial

Utilização do contrato de câmbio

Nas operações de **compra ou de venda** de moeda estrangeira de **até US\$ 3 mil**, ou seu equivalente em outras moedas estrangeiras, **não é obrigatória** a utilização do contrato de câmbio, mas o agente do mercado de câmbio **deve identificar seu cliente e registrar a operação no Sisbacen**

Registro no Sisbacen

As operações **até US\$ 3 mil** relativas a viagens internacionais e a transferências unilaterais podem ser informadas ao Banco Central **até o dia 10 do mês** posterior a sua realização.

Também dispõem da prerrogativa de serem **informadas apenas mensalmente** ao Banco Central as operações **realizadas pelos Correios** e aquelas relativas a **cartões de crédito**.

A Instituição Financeira que realizar a operação de câmbio fica **dispensada a guarda de cópia** dos documentos de **identificação** do cliente nas operações de câmbio especificadas, bem como **facultada o uso de máquinas dispensadoras de cédulas**. (CMN 4.113)

Mercado primário

A operação de mercado primário implica **entrada ou saída efetiva de moeda estrangeira do País**. Esse é o caso das operações realizadas com exportadores, importadores, viajantes, etc.

Mercado secundário

Também denominado **mercado interbancário**, a moeda estrangeira é negociada **entre as instituições integrantes do sistema financeiro** e simplesmente migra do ativo de uma instituição autorizada a operar no mercado de câmbio para o de outra, igualmente autorizada.

Siscomex

- Sistema informatizado com a função de administrar o comércio exterior brasileiro;
- Objetivos do sistema: registro, acompanhamento e controle das operações de exportação e importação;
- Instrumento de integração entre a SECEX, a SRF e o BACEN.

O módulo **Exportação** do Siscomex foi desenvolvido pelo **Banco Central do Brasil** e lançado em 1993.

O módulo **Importação**, desenvolvido pelo **Serpro**, foi lançado em 1997.

Vantagens:

- Harmonização (uniformidade) de conceitos envolvidos nos processos de compra e venda com o exterior;
- Ampliação da quantidade de pontos de atendimento no país;
- Redução de custos administrativos;
- Redução da burocracia (diminuição do número de documentos);
- Padronização de procedimentos;
- Acesso mais rápido e de melhor qualidade às informações estatísticas sobre as exportações e importações brasileiras.

Modalidades de Habilitação:

I – **Habilitação ordinária**: destinada à pessoa jurídica

II – **Habilitação simplificada:** para as pessoas físicas, as empresas públicas ou sociedades de economia mista, as entidades sem fins lucrativos e, também, para as algumas pessoas jurídicas especificadas na legislação

III – **Habilitação especial:** destinada aos órgãos da administração pública direta

IV – **Habilitação restrita:** para pessoa física ou jurídica que tenha operado anteriormente no comércio exterior, exclusivamente para realização de consulta ou retificação de declaração .

DRAWBACK INTEGRADO SUSPENSÃO OU ISENÇÃO

É um regime aduaneiro especial de apoio à exportação que tem por base a suspensão dos tributos incidentes, tanto nas importações quanto nas aquisições no mercado interno, sobre insumos utilizados na industrialização de produto a ser exportado.

A empresa beneficiária assume junto ao Governo um compromisso de exportação. A Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) autoriza a importação e/ou aquisição no mercado interno, com a suspensão dos tributos, após análise do pleito. Toda a operação é registrada na Internet por meio do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX).

As **empresas** interessadas em **utilizar o drawback** deverão estar devidamente habilitadas pela Receita Federal do Brasil (RFB) a **operar** no SISCOMEX. **Não** há possibilidade de **pessoa física** ser contemplada com o regime, mesmo aquelas admitidas como exportadoras.

- 1. (34711)** Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio
- Julgue o item a seguir, que trata do mercado de câmbio, das instituições autorizadas a operar nesse mercado e das suas operações básicas.
- No mercado flutuante, são realizados diversos tipos de operações com moedas estrangeiras, tais como contribuições a entidades associativas e pagamentos de tratamentos de saúde.
- Certo Errado
- 2. (34712)** Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio
- Julgue o item a seguir, que trata do mercado de câmbio, das instituições autorizadas a operar nesse mercado e das suas operações básicas.
- No mercado secundário de câmbio, a moeda estrangeira é negociada entre as instituições integrantes do sistema financeiro e migra do ativo de uma instituição para o de outra, não havendo, nesse caso, fluxo de entrada da moeda estrangeira no país nem de saída.
- Certo Errado
- 3. (34713)** Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio
- Julgue o item a seguir, que trata do mercado de câmbio, das instituições autorizadas a operar nesse mercado e das suas operações básicas.
- O mercado de câmbio representa a relação entre vendedores e compradores com o objetivo de realizar transações cambiais.
- Certo Errado
- 4. (34714)** Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio
- Julgue o item a seguir, que trata do mercado de câmbio, das instituições autorizadas a operar nesse mercado e das suas operações básicas.
- O BACEN é responsável tanto por propor a política cambial quanto por fiscalizar o mercado de câmbio.
- Certo Errado
- 5. (34715)** Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio
- Julgue o item a seguir, que trata do mercado de câmbio, das instituições autorizadas a operar nesse mercado e das suas operações básicas.
- São exemplos de operação de câmbio manual — definida como a compra e venda de divisas estrangeiras: letras de câmbio, cheques e ordens de pagamentos.
- Certo Errado
- 6. (34716)** Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio
- Acerca dos contratos de câmbio, das taxas de câmbio, bem como do SISCOMEX, julgue os itens subsequentes.
- Há quatro modalidades de habilitação de pessoa física ou jurídica para a prática de atos no SISCOMEX: ordinária, simplificada, especial e irrestrita.
- Certo Errado
- 7. (34717)** Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio
- Acerca dos contratos de câmbio, das taxas de câmbio, bem como do SISCOMEX, julgue os itens subsequentes.

Tratando-se de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro, poderão ser credenciados a operar no SISCOMEX como representantes de pessoa jurídica o dirigente de pessoa jurídica ou o servidor especificamente designado, conforme o caso específico.

() Certo () Errado

8. (34718) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

Acerca dos contratos de câmbio, das taxas de câmbio, bem como do SISCOMEX, julgue os itens subsequentes.

Nas operações de compra ou venda de moeda estrangeira no valor de até US\$ 3 mil, ou seu equivalente em outras moedas estrangeiras, não é obrigatória a formalização do contrato de câmbio nem é necessário que o agente do mercado de câmbio identifique e registre o cliente no Sistema Câmbio.

() Certo () Errado

9. (34719) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

Acerca dos contratos de câmbio, das taxas de câmbio, bem como do SISCOMEX, julgue os itens subsequentes.

A taxa contratada, o nome do comprador e o do vendedor são informações que devem constar de um contrato de câmbio.

() Certo () Errado

10. (34720) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

Acerca dos contratos de câmbio, das taxas de câmbio, bem como do SISCOMEX, julgue os itens subsequentes.

Os contratos de câmbio destinados à contratação entre instituições financeiras do SFN não incluem operações de arbitragem.

() Certo () Errado

11. (34721) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

Acerca dos contratos de câmbio, das taxas de câmbio, bem como do SISCOMEX, julgue os itens subsequentes.

A taxa cambial, definida como preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira, tende a diminuir quando há aumento da procura e da oferta da moeda estrangeira considerada, sendo que a oferta aumenta em proporção menor.

() Certo () Errado

12. (34722) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

Acerca dos contratos de câmbio, das taxas de câmbio, bem como do SISCOMEX, julgue os itens subsequentes.

A denominada operação de câmbio pronta refere-se à operação liquidada em até dois dias úteis da data de contratação.

() Certo () Errado

13. (34726) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

As pessoas físicas podem comprar e vender moeda estrangeira ou realizar transferências internacionais em reais, de qualquer natureza, sem limitação de valor, desde que observada a legalidade da transação.

() Certo () Errado

14. (34728) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

O Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN) é um sistema eletrônico de coleta, armazenagem e troca de informações que liga o Banco Central do Brasil (BACEN) aos agentes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), onde são registradas todas as operações de câmbio realizadas no país.

() Certo () Errado

15. (34729) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

Política cambial é o conjunto de leis, regulamentos e ações do setor privado que influem no comportamento do mercado de câmbio e da taxa de câmbio

() Certo () Errado

16. (34760) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

A taxa de câmbio mede o valor externo da moeda, fornecendo uma relação direta entre os preços domésticos das mercadorias e fatores produtivos e desses preços nos demais países.

() Certo () Errado

17. (34762) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

O Banco Central do Brasil (BACEN) executa a política cambial definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Para tanto, regulamenta o mercado de câmbio e autoriza as instituições que nele operam.

() Certo () Errado

18. (34763) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

As taxas de câmbio praticadas no Brasil são definidas pelo BACEN.

() Certo () Errado

19. (34770) CESPE - 2007 – BB – Médio

O preço do dólar influencia a economia brasileira em geral e o mercado de capitais em particular. Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais, julgue o item seguinte.

Administrado pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), pelo BACEN e pela Secretaria da Receita Federal, o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) é utilizado para as exportações, mas não vigora para os casos de importações.

() Certo () Errado

20. (34798) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Com relação ao SFN e seus órgãos, julgue o próximo item.

O BACEN, respeitando a atual política cambial, deve, sempre que necessário, intervir no mercado comprando ou vendendo dólares para estabelecer novo patamar de preços relativos.

() Certo () Errado

Gabarito: 1. (34711) C 2. (34712) C 3. (34713) C 4. (34714) E 5. (34715) E 6. (34716) E 7. (34717) C 8. (34718) E 9. (34719) C 10. (34720) E 11. (34721) E 12. (34722) C 13. (34726) C 14. (34728) C 15. (34729) E 16. (34760) C 17. (34762) C 18. (34763) E 19. (34770) E 20. (34798) E

Os correspondentes **são empresas, integrantes** ou não do **Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras** e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições. Entre os correspondentes mais conhecidos encontram-se as **lotéricas (CEF)** e o **banco postal (BB)**.

A **contratação de empresa** para a prestação dos serviços como correspondente bancário, deve ser objeto de **comunicação** ao **Banco Central do Brasil**, porém **não** necessita de **autorização** do mesmo. A responsabilidade é da instituição que contratou o correspondente.

Dentro do **sistema financeiro**, o uso da palavra "**banco**" está **restrito** aos bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de investimento e de desenvolvimento. Para empresas não **integrantes** do **sistema financeiro**, **não há restrição** legal ou regulamentar ao **uso** da palavra "**banco**". **Contudo**, a instituição **contratante** deve obter **autorização do Banco Central** para a **contratação** de **empresas** que **utilizarem**, em sua denominação social ou no respectivo nome fantasia, o termo "**banco**" ou outros termos característicos das denominações das instituições do SFN, bem como suas derivações em língua estrangeira

É **vedado** à **utilização**, pelo **contratado**, de instalações cuja **configuração arquitetônica, logomarca e placas indicativas** sejam **similares** às adotadas pela **instituição contratante** em suas agências e postos de atendimento.

A realização de **acertos financeiros** entre a instituição contratante e o correspondente, no **máximo**, a cada **dois dias úteis**.

Serviços Oferecidos:

Depende do que tiver sido **contratado** com a instituição financeira. A regulamentação permite oferecer os serviços listados abaixo:

I – recepção e encaminhamento de propostas de **abertura de contas** de **depósitos à vista**, a **prazo** e de **poupança** mantidas pela instituição contratante;

II – realização de recebimentos, **pagamentos** e **transferências eletrônicas** visando à movimentação de contas de depósitos de titularidade de clientes mantidas pela instituição contratante;

III – recebimentos e **pagamentos de qualquer natureza**, e outras atividades decorrentes de contratos e convênios de prestação de serviços mantidos pela instituição contratante com terceiros (**água, luz, telefone**, etc);

IV – execução ativa e passiva de ordens de pagamento cursadas por intermédio da instituição contratante por solicitação de clientes e usuários;

V – recepção e **encaminhamento de propostas** referentes a **operações de crédito** e de **arrendamento mercantil** de concessão da instituição contratante;

VI – recebimentos e pagamentos relacionados a letras de câmbio de aceite da instituição contratante;

VII – recepção e **encaminhamento** de propostas de fornecimento de **cartões de crédito** de responsabilidade da instituição contratante;

VIII – serviços complementares de **coleta de informações cadastrais** e de documentação, bem como controle e processamento de dados;

IX – realização de **operações de câmbio** de responsabilidade da instituição contratante, relativamente a:

i.1. **compra e venda** de moeda estrangeira em espécie, cheque ou cheque de viagem, bem como carga de moeda estrangeira em cartão pré-pago, limitadas ao valor equivalente a **US\$ 3 mil** dólares dos Estados Unidos por operação;

i.2. execução ativa ou passiva de ordem de pagamento relativa a transferência unilateral do ou para o exterior limitada ao valor equivalente a US\$ 3 mil dólares dos Estados Unidos por operação; e

i.3. recepção e **encaminhamento de propostas de operações de câmbio.**

Questões

Como esse assunto está sendo cobrado pela primeira vez em concursos de bancos, não possui questões anteriores.

Aguardar material complementar de questões elaboradas pelo professor Edgar Abreu, a ser disponibilizado no site da Casa do Concurseiro.

CESPE

1. (34851) CESPE - 2009 – BB – Médio

As sociedades corretoras de câmbio podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. Na denominação social das sociedades corretoras de câmbio, deve, obrigatoriamente, constar a expressão Corretora de câmbio. Acerca das corretoras de câmbio, julgue o item a seguir.

As sociedades corretoras de câmbio têm por objeto social exclusivamente a intermediação em operações de câmbio, não contemplando, portanto, a prática de operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes.

() Certo () Errado

2. (34852) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

As sociedades corretoras de câmbio podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. Na denominação social das sociedades corretoras de câmbio, deve, obrigatoriamente, constar a expressão Corretora de câmbio. Acerca das corretoras de câmbio, julgue o item a seguir.

As sociedades corretoras de câmbio são supervisionadas pela CVM.

() Certo () Errado

3. (34856) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

Com referência ao Sistema de Seguros Privados e Previdência Complementar, julgue o item abaixo.

As entidades fechadas de previdência complementar correspondem aos fundos de pensão e são organizadas sob a forma

de empresas privadas, sendo somente acessíveis aos empregados de uma empresa ou a um grupo de empresas ou aos servidores da União, estados ou municípios.

() Certo () Errado

4. (34859) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O Banco do Brasil S.A. (BB) teve destacado papel na criação, estruturação e regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que ocorreram por meio das leis de Reforma Bancária (1964), do Mercado de Capitais (1965) e de Criação dos Bancos Múltiplos (1988). O SFN pode ser definido como sendo o conjunto de órgãos de regulação, instituições financeiras e instituições auxiliares, públicos ou privados, que atuam na intermediação de transferência de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas ou governo) superavitários para os deficitários. Acerca das atribuições e funções do BB, julgue os itens seguintes.

Na qualidade de agente financeiro do Tesouro Nacional, o BB é responsável por executar a política de preços mínimos de produtos agropastoris.

() Certo () Errado

5. (34860) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O Banco do Brasil S.A. (BB) teve destacado papel na criação, estruturação e regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que ocorreram por meio das leis de Reforma Bancária (1964), do Mercado de Capitais (1965) e de Criação dos Bancos Múltiplos (1988). O SFN pode ser definido como sendo o conjunto de órgãos de regulação, instituições financeiras e instituições auxiliares, públicos ou privados, que atuam na intermediação de transferência de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas ou governo) superavitários para

os deficitários. Acerca das atribuições e funções do BB, julgue os itens seguintes.

Atualmente, na qualidade de agente financeiro do Tesouro Nacional, o BB é agente pagador e recebedor de transações realizadas fora do país.

() Certo () Errado

6. (34861) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O Banco do Brasil S.A. (BB) teve destacado papel na criação, estruturação e regulação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que ocorreram por meio das leis de Reforma Bancária (1964), do Mercado de Capitais (1965) e de Criação dos Bancos Múltiplos (1988). O SFN pode ser definido como sendo o conjunto de órgãos de regulação, instituições financeiras e instituições auxiliares, públicos ou privados, que atuam na intermediação de transferência de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas ou governo) superavitários para os deficitários. Acerca das atribuições e funções do BB, julgue os itens seguintes.

O BB é responsável por realizar, por conta própria, operações de compra e venda de moeda estrangeira nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

() Certo () Errado

7. (34862) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O SFN é composto pelos subsistemas normativo e operativo. O subsistema normativo é responsável pelo funcionamento do mercado financeiro e de suas instituições, fiscalizando e regulamentando suas atividades por meio, principalmente, do CMN e do Banco Central do Brasil (BACEN). A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é um órgão normativo de apoio do sistema financeiro, atuando mais especificamente no controle e fiscalização do mercado de valores mobiliários (ações e debêntures). No subsistema normativo,

enquadram-se, ainda, três outras instituições financeiras que apresentam um caráter especial de atuação, assumindo certas responsabilidades próprias e interagindo com vários outros segmentos do mercado financeiro: o BB, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CAIXA). O subsistema operativo cuida da intermediação, do suporte operacional e da administração. Existem instituições que pertencem ao subsistema de intermediação e que são classificadas em bancárias e não bancárias. Estas podem ser instituições auxiliares do mercado ou instituições definidas como não-financeiras, porém integrantes do mercado financeiro. Tendo as informações acima com referência inicial, julgue o item a seguir, a respeito do SFN.

A política do CMN objetiva, entre outros, adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia nacional e seu processo de desenvolvimento e, também, zelar pela liquidez e insolvência das instituições financeiras.

() Certo () Errado

8. (34863) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O SFN é composto pelos subsistemas normativo e operativo. O subsistema normativo é responsável pelo funcionamento do mercado financeiro e de suas instituições, fiscalizando e regulamentando suas atividades por meio, principalmente, do CMN e do Banco Central do Brasil (BACEN). A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é um órgão normativo de apoio do sistema financeiro, atuando mais especificamente no controle e fiscalização do mercado de valores mobiliários (ações e debêntures). No subsistema normativo, enquadram-se, ainda, três outras instituições financeiras que apresentam um caráter especial de atuação, assumindo certas responsabilidades próprias e interagindo com vários outros segmentos

do mercado financeiro: o BB, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CAIXA). O subsistema operativo cuida da intermediação, do suporte operacional e da administração. Existem instituições que pertencem ao subsistema de intermediação e que são classificadas em bancárias e não bancárias. Estas podem ser instituições auxiliares do mercado ou instituições definidas como não-financeiras, porém integrantes do mercado financeiro. Tendo as informações acima com referência inicial, julgue o item a seguir, a respeito do SFN.

Compete privativamente ao BACEN determinar o recolhimento de até 100% do total dos depósitos à vista e outros títulos contábeis das instituições financeiras, seja na forma de subscrição de letras ou obrigações do Tesouro Nacional ou compra de títulos da dívida pública federal, seja por meio do recolhimento em espécie.

() Certo () Errado

9. (34864) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O SFN é composto pelos subsistemas normativo e operativo. O subsistema normativo é responsável pelo funcionamento do mercado financeiro e de suas instituições, fiscalizando e regulamentando suas atividades por meio, principalmente, do CMN e do Banco Central do Brasil (BACEN). A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é um órgão normativo de apoio do sistema financeiro, atuando mais especificamente no controle e fiscalização do mercado de valores mobiliários (ações e debêntures). No subsistema normativo, enquadram-se, ainda, três outras instituições financeiras que apresentam um caráter especial de atuação, assumindo certas responsabilidades próprias e interagindo com vários outros segmentos do mercado financeiro: o BB, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal

(CAIXA). O subsistema operativo cuida da intermediação, do suporte operacional e da administração. Existem instituições que pertencem ao subsistema de intermediação e que são classificadas em bancárias e não bancárias. Estas podem ser instituições auxiliares do mercado ou instituições definidas como não-financeiras, porém integrantes do mercado financeiro. Tendo as informações acima com referência inicial, julgue o item a seguir, a respeito do SFN.

A lei atribui à CVM competência para apurar, julgar e punir irregularidades eventualmente cometidas no mercado de valores mobiliários. Diante de qualquer suspeita, a CVM pode iniciar um inquérito administrativo, por meio do qual recolhe informações, toma depoimentos e reúne provas com vistas a identificar o responsável por práticas ilegais, desde que lhe ofereça, a partir da acusação, amplo direito de defesa.

() Certo () Errado

10. (34865) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O SFN é composto pelos subsistemas normativo e operativo. O subsistema normativo é responsável pelo funcionamento do mercado financeiro e de suas instituições, fiscalizando e regulamentando suas atividades por meio, principalmente, do CMN e do Banco Central do Brasil (BACEN). A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é um órgão normativo de apoio do sistema financeiro, atuando mais especificamente no controle e fiscalização do mercado de valores mobiliários (ações e debêntures). No subsistema normativo, enquadram-se, ainda, três outras instituições financeiras que apresentam um caráter especial de atuação, assumindo certas responsabilidades próprias e interagindo com vários outros segmentos do mercado financeiro: o BB, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal (CAIXA). O subsistema operativo cuida da

intermediação, do suporte operacional e da administração. Existem instituições que pertencem ao subsistema de intermediação e que são classificadas em bancárias e não bancárias. Estas podem ser instituições auxiliares do mercado ou instituições definidas como não-financeiras, porém integrantes do mercado financeiro. Tendo as informações acima com referência inicial, julgue o item a seguir, a respeito do SFN.

É atribuição do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) julgar, em segunda e última instância administrativa, recursos interpostos de decisões relativas a penalidades administrativas aplicadas pelo BACEN, pela CVM e pela Secretaria de Comércio Exterior, nas infrações previstas na legislação em vigor.

() Certo () Errado

11. (34871) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Todo processo de evolução e desenvolvimento de uma economia exige a participação crescente de capitais, que são identificados por meio da poupança disponível em poder dos agentes econômicos e direcionados para os setores produtivos carentes de recursos, mediante intermediários e instrumentos financeiros. Esse processo de distribuição de recursos no mercado é que faz evidenciar a função econômica e social do sistema financeiro. No SFN, algumas instituições têm destacada atuação no processo de intermediação financeira, processo pelo qual os agentes que possuem recursos superavitários transferem esses recursos para aqueles que estejam deficitários. Acerca das instituições do SFN, julgue o próximo item.

Os bancos comerciais cooperativos, assim como os outros bancos comerciais, têm capital social aberto. Em seu capital social, devem constar cooperativas de créditos singulares e seu patrimônio de referência deve estar enquadrado nas regras do acordo da Basiléia.

() Certo () Errado

12. (34873) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Todo processo de evolução e desenvolvimento de uma economia exige a participação crescente de capitais, que são identificados por meio da poupança disponível em poder dos agentes econômicos e direcionados para os setores produtivos carentes de recursos, mediante intermediários e instrumentos financeiros. Esse processo de distribuição de recursos no mercado é que faz evidenciar a função econômica e social do sistema financeiro. No SFN, algumas instituições têm destacada atuação no processo de intermediação financeira, processo pelo qual os agentes que possuem recursos superavitários transferem esses recursos para aqueles que estejam deficitários. Acerca das instituições do SFN, julgue o próximo item.

Bancos de desenvolvimento devem ter sede na capital do estado que detiver seu controle acionário, devendo adotar, obrigatória e privativamente, em sua denominação social, a expressão Banco de Desenvolvimento, seguida do nome do estado em que tenha sede.

() Certo () Errado

13. (34880) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Os bancos têm ampliado sua atuação em produtos e serviços financeiros mais sofisticados, oferecendo aos clientes, por exemplo, assessoria para compra e venda de empresas — o que o mercado chama de *corporate finance*—, equipe de especialistas com experiência em operações de mercado de capitais, e assessoria em fundos de investimentos, em especial para os clientes pessoa física, de renda mais alta, ou para clientes pessoa jurídica. Quanto aos produtos e serviços financeiros, julgue o próximo item.

Commercial Papers são títulos de longo prazo — prazo mínimo de 360 dias e máximo

de 5 anos — que as sociedades anônimas não-financeiras emitem, visando captar recursos no mercado interno ou externo para financiar suas necessidades de capital.

() Certo () Errado

14. (34881) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Os bancos têm ampliado sua atuação em produtos e serviços financeiros mais sofisticados, oferecendo aos clientes, por exemplo, assessoria para compra e venda de empresas — o que o mercado chama de *corporate finance*—, equipe de especialistas com experiência em operações de mercado de capitais, e assessoria em fundos de investimentos, em especial para os clientes pessoa física, de renda mais alta, ou para clientes pessoa jurídica. Quanto aos produtos e serviços financeiros, julgue o próximo item.

O BACEN autoriza e fiscaliza o funcionamento das empresas administradoras de cartão de crédito, na situação de coligadas de instituições financeiras.

() Certo () Errado

15. (34883) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais no Brasil, julgue o item seguinte.

Atualmente, o regime cambial adotado no país é o de regime livre, ou seja, não há um setor do governo que determina qual é a taxa oficial.

() Certo () Errado

16. (34885) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais no Brasil, julgue o item seguinte.

As operações de *underwriting* são ofertas públicas de títulos em geral e de debêntures em particular, por meio de subscrição, cuja prática é permitida somente às instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central

do Brasil (BACEN) para esse tipo de intermediação.

() Certo () Errado

17. (34886) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais no Brasil, julgue o item seguinte.

As companhias, ou sociedades anônimas, podem emitir debêntures, que conferem aos seus titulares direito de crédito contra elas, nas condições constantes da escritura de emissão, mas elas não podem emitir debêntures no exterior com garantia real ou flutuante de bens situados no país.

() Certo () Errado

18. (34887) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais no Brasil, julgue o item seguinte.

Todos os bancos podem operar no mercado de câmbio, em todas as operações previstas, exceto os bancos de desenvolvimento e caixas econômicas, que só podem realizar operações específicas autorizadas.

() Certo () Errado

19. (34888) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

Acerca do mercado de câmbio e do mercado de capitais no Brasil, julgue o item seguinte.

Mercado de câmbio é o ambiente físico onde se realizam as operações de câmbio entre os próprios agentes autorizados pelo BACEN (bancos, corretoras, distribuidoras, agências de turismo e meios de hospedagem) e entre eles e seus clientes.

() Certo () Errado

20. (34891) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O BB trabalha com intermediações em diversas áreas, tais como sistema de seguros privados, previdência complementar, administração de cartões de crédito e títulos de capitalização, entre outros. Acerca dessas atividades do BB, julgue o item seguinte.

Os planos de previdência privada são abertos ou fechados, sendo que os primeiros podem ser adquiridos por qualquer pessoa, bastando procurar uma instituição que ofereça tal produto, enquanto os últimos somente podem ser adquiridos por grupos de pessoas específicas, como os empregados de uma empresa.

() Certo () Errado

21. (34896) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O BB trabalha com intermediações em diversas áreas, tais como sistema de seguros privados, previdência complementar, administração de cartões de crédito e títulos de capitalização, entre outros. Acerca dessas atividades do BB, julgue o item seguinte.

Os cartões de crédito conhecidos como cartões de loja, ou retailer cards, são aqueles emitidos por lojas e que só podem ser usados nas redes dessas lojas.

() Certo () Errado

22. (34900) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O mercado financeiro é muito importante no desenvolvimento de um país. As operações realizadas nesse mercado são complexas e dinâmicas. As bolsas de mercadorias e de futuro são entidades auto-regulatórias que organizam a negociação com mercadorias e com contratos futuros. No Brasil, a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) é a mais importante bolsa dessa natureza. Acerca do mercado financeiro, julgue o próximo item.

Nas bolsas de valores são negociados valores mobiliários e, entre estes, as ações de todas as sociedades anônimas.

() Certo () Errado

23. (34902) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O mercado financeiro é muito importante no desenvolvimento de um país. As operações realizadas nesse mercado são complexas e dinâmicas. As bolsas de mercadorias e de futuro são entidades auto-regulatórias que organizam a negociação com mercadorias e com contratos futuros. No Brasil, a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) é a mais importante bolsa dessa natureza. Acerca do mercado financeiro, julgue o próximo item.

No mercado de capitais, uma diferença marcante entre o mercado primário e o mercado secundário é que, no primeiro, não há influência direta no caixa da companhia, mas há influência na sua imagem, enquanto, no segundo, há influência direta no caixa da companhia, não havendo influência na sua imagem.

() Certo () Errado

24. (34904) Prova: CESPE - 2007 – BB – Médio

O mercado financeiro é muito importante no desenvolvimento de um país. As operações realizadas nesse mercado são complexas e dinâmicas. As bolsas de mercadorias e de futuro são entidades auto-regulatórias que organizam a negociação com mercadorias e com contratos futuros. No Brasil, a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) é a mais importante bolsa dessa natureza. Acerca do mercado financeiro, julgue o próximo item.

O índice IBOVESPA é um valor numérico associado à denominação pontos, que serve para medir a lucratividade de uma carteira hipotética de ações.

() Certo () Errado

25. (34910) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos de regulação, instituições financeiras, instituições auxiliares públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes

econômicos (pessoas, empresas, governo). Com relação ao SFN, julgue o item a seguir.

Há dois grandes grupos de entidades no SFN: o subsistema normativo, que trata da regulação e da fiscalização, e o subsistema operativo, que trata da intermediação, do suporte operacional e da administração.

Certo Errado

26. (34911) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos de regulação, instituições financeiras, instituições auxiliares públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo). Com relação ao SFN, julgue o item a seguir.

O SFN atua na intermediação financeira, processo pelo qual os agentes que estão superavitários, com sobra de dinheiro, transferem esses recursos para aqueles que estejam deficitários, com falta de dinheiro.

Certo Errado

27. (34912) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos de regulação, instituições financeiras, instituições auxiliares públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo). Com relação ao SFN, julgue o item a seguir.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma das principais entidades supervisoras do SFN

Certo Errado

28. (34913) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. A respeito do CMN, julgue o item seguinte.

Na sua mais recente composição, o CMN passou a ser integrado pelo ministro da Fazenda, como presidente do conselho, pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo presidente do Banco do Brasil.

Certo Errado

29. (34914) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. A respeito do CMN, julgue o item seguinte.

Compete ao CMN fixar as diretrizes e normas da política cambial, inclusive quanto a compra e venda de ouro e quaisquer operações em direitos especiais de saque e em moeda estrangeira.

Certo Errado

30. (34915) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. A respeito do CMN, julgue o item seguinte.

São regulamentadas por meio de resoluções as matérias aprovadas pelo CMN, normativo de caráter público, sempre divulgado no Diário Oficial da União (DOU) e na página de normativos do Banco Central do Brasil (BACEN).

Certo Errado

31. (34916) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. A respeito do CMN, julgue o item seguinte.

Apenas a partir de reuniões consideradas não-sigilosas do CMN são lavradas atas, cujo extrato é publicado no DOU.

Certo Errado



32. (34917) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O BACEN, criado pela Lei nº 4.595/1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro na capital da República e atuação em todo o território nacional. Com relação ao BACEN, julgue o seguinte item.

O BACEN executa a política cambial definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regulamentando o mercado de câmbio e autorizando as instituições que nele operam.

() Certo () Errado

33. (34918) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O BACEN, criado pela Lei nº 4.595/1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro na capital da República e atuação em todo o território nacional. Com relação ao BACEN, julgue o seguinte item.

As instituições financeiras estrangeiras podem funcionar no país somente mediante prévia autorização do BACEN ou decreto do Poder Executivo.

() Certo () Errado

34. (34920) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Comitê de Política Monetária (COPOM) do BACEN foi instituído em 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação do COPOM buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório do BACEN. Com base nessas informações e acerca do COPOM, julgue o próximo item.

Compete ao COPOM avaliar o cenário macroeconômico e os principais riscos a ele associados, com base nos quais são tomadas as decisões de política monetária.

() Certo () Errado

35. (34921) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Comitê de Política Monetária (COPOM) do BACEN foi instituído em 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação do COPOM buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório do BACEN. Com base nessas informações e acerca do COPOM, julgue o próximo item.

As atas das reuniões do COPOM são divulgadas quinze dias úteis após a sua realização.

() Certo () Errado

36. (34922) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Comitê de Política Monetária (COPOM) do BACEN foi instituído em 1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação do COPOM buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório do BACEN. Com base nessas informações e acerca do COPOM, julgue o próximo item.

O COPOM reúne-se ordinariamente doze vezes por ano e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação de seu presidente.

() Certo () Errado

37. (34923) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é um órgão normativo do SFN, ligado ao Ministério da Fazenda e voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado mobiliário. A respeito da CVM, julgue os itens que se seguem.

Apesar de ser um órgão normativo do SFN, a CVM não tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado de capitais.

() Certo () Errado

38. (34924) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é um órgão normativo do SFN, ligado ao Ministério da Fazenda e voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado mobiliário. A respeito da CVM, julgue os itens que se seguem.

Compete ao BACEN, e não à CVM a atribuição de apurar, julgar ou punir as irregularidades eventualmente cometidas no mercado de capitais.

Certo Errado

39. (34925) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é um órgão normativo do SFN, ligado ao Ministério da Fazenda e voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado mobiliário. A respeito da CVM, julgue os itens que se seguem.

A CVM compõe a estrutura do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).

Certo Errado

40. (34926) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O CRSFN é um órgão colegiado, de segundo grau, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda. Com relação ao CRSFN, julgue o item a seguir.

É atribuição do CRSFN julgar, em segunda e última instâncias administrativas, os recursos interpostos das decisões relativas às penalidades administrativas aplicadas pelo BACEN e relativas a infração à legislação de consórcios.

Certo Errado

41. (34927) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O CRSFN é um órgão colegiado, de segundo grau, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda. Com relação ao CRSFN, julgue o item a seguir.

Compete ao CRSFN apreciar os recursos de ofício, dos órgãos e entidades competentes, contra decisões de arquivamento de processos que versem sobre penalidades por infrações à legislação cambial, de capitais estrangeiros e de crédito rural e industrial.

Certo Errado

42. (34928) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O CRSFN é um órgão colegiado, de segundo grau, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda. Com relação ao CRSFN, julgue o item a seguir.

Não é atribuição do CRSFN julgar recursos interpostos das decisões relativas às penalidades administrativas aplicadas pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Certo Errado

43. (34933) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

A Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) é a maior empresa de custódia e de liquidação financeira da América Latina. Sem fins lucrativos, foi criada em 1984 pelas instituições financeiras em conjunto com o BACEN e iniciou suas atividades em 1986, para garantir maior segurança e agilidade às operações do mercado financeiro brasileiro. Com relação à CETIP, julgue o item seguinte.

Com poucas exceções, os títulos de renda fixa privados, títulos públicos estaduais e municipais e títulos representativos de dívidas de responsabilidade do Tesouro Nacional são emitidos escrituralmente, isto é, sob a forma de registros eletrônicos. Esses títulos emitidos em papel são fisicamente custodiados por bancos autorizados.

Certo Errado

44. (34947) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Com relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos bancos estaduais de desenvolvimento, julgue o item seguinte.

O BNDES é um órgão vinculado ao Ministério da Fazenda.

() Certo () Errado

45. (34948) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Com relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos bancos estaduais de desenvolvimento, julgue o item seguinte.

Atualmente, o BNDES não é um banco de desenvolvimento. É uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.

() Certo () Errado

46. (34949) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Com relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos bancos estaduais de desenvolvimento, julgue o item seguinte.

Os bancos estaduais de desenvolvimento são constituídos sob a forma de sociedades anônimas, devendo adotar, obrigatória e privativamente, em sua denominação social, a expressão Banco de Desenvolvimento, seguida do nome do estado em que tenha sede.

() Certo () Errado

47. (34950) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos de regulação, por instituições financeiras e auxiliares, públicas e privadas, que atuam na intermediação de recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo). Com relação ao SFN, julgue o item a seguir.

A área operativa do SFN é formada pelas instituições financeiras públicas e privadas, que atuam no mercado financeiro.

() Certo () Errado

48. (34951) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Conselho Monetário Nacional (CMN), instituído pela Lei nº 4.595/1964, é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. Acerca do CMN, julgue o item a seguir.

Entre as funções do CMN, estão a de adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia e a de regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

() Certo () Errado

49. (34952) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O BACEN, criado pela Lei nº 4.595/1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda e tem atuação em todo o território nacional. No que se refere ao BACEN, julgue o item subsequente.

O BACEN tem sua sede no Rio de Janeiro e conta com representações em Brasília, capital do país, e nas capitais dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Pará.

() Certo () Errado

50. (34953) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O BACEN, criado pela Lei nº 4.595/1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda e tem atuação em todo o território nacional. No que se refere ao BACEN, julgue o item subsequente.

Entre as atribuições do BACEN, estão a de realizar as operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras e a de regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis.

() Certo () Errado

51. (34954) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Comitê de Política Monetária (COPOM) do BACEN foi instituído em 20/6/1996, com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e de definir a taxa de juros. A criação desse comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório da instituição. Com relação ao COPOM, julgue o item seguinte.

As atas das reuniões do COPOM devem ser divulgadas no prazo de até quinze dias úteis após a data de sua realização.

() Certo () Errado

52. (34956) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Acerca da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão normativo do SFN, ligado ao Ministério da Fazenda e voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado mobiliário, julgue o próximo item.

A CVM tem como um dos principais objetivos assegurar o acesso do público às informações sobre valores mobiliários negociados, assim como às companhias que os tenham emitido.

() Certo () Errado

53. (34957) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Acerca da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão normativo do SFN, ligado ao Ministério da Fazenda e voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado mobiliário, julgue o próximo item.

A CVM é o órgão do SFN responsável pela fiscalização das operações de câmbio e dos consórcios.

() Certo () Errado

54. (34958) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) é um órgão colegiado, de segundo grau, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, cuja Secretaria-Executiva funciona no edifício sede do BACEN. Acerca do CRSFN, julgue o item seguinte.

Ao receber intimação decisória de processo administrativo oriundo do BACEN, da CVM, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio-Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) ou do Ministério da Fazenda-Secretaria da Receita Federal (SRF), o(s) interessado(s) poderá(ão) interpor recurso ao CRSFN, no prazo estipulado na intimação, devendo entregá-lo mediante recibo ao respectivo órgão instaurador.

() Certo () Errado

55. (34959) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN) é um órgão colegiado, de segundo grau, integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, cuja Secretaria-Executiva funciona no edifício sede do BACEN. Acerca do CRSFN, julgue o item seguinte.

Constituem atribuições do CRSFN: adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

() Certo () Errado

56. (34960) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas

e terceiros em geral. No que se refere aos bancos comerciais, julgue o item a seguir.

Os bancos comerciais não podem captar depósitos a prazo.

() Certo () Errado

57. (34961) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. No que se refere aos bancos comerciais, julgue o item a seguir.

Na denominação dos bancos comerciais, é vedado o uso da palavra “Central”.

() Certo () Errado

58. (34962) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam operações ativas, passivas e acessórias de diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e(ou) de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. Com relação aos bancos múltiplos, julgue o seguinte item.

A carteira de desenvolvimento pode ser operada por banco múltiplo e por banco público.

() Certo () Errado

59. (34964) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As cooperativas de crédito observam, além da legislação e das normas do SFN, a Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. No

referente às cooperativas de crédito, julgue o item subsequente.

As cooperativas de crédito devem possuir o número mínimo de 85 cooperados e adequar sua área de ação às possibilidades de reunião, controle, operações e prestações de serviços.

() Certo () Errado

60. (34965) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As sociedades de arrendamento mercantil são constituídas sob a forma de sociedade anônima, devendo constar obrigatoriamente na sua denominação social a expressão “Arrendamento Mercantil”. Com relação às sociedades de arrendamento mercantil, julgue o próximo item.

As operações passivas das sociedades de arrendamento mercantil são emissão de debêntures, dívida externa, empréstimos e financiamentos de instituições financeiras.

() Certo () Errado

61. (34966) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As sociedades de arrendamento mercantil são constituídas sob a forma de sociedade anônima, devendo constar obrigatoriamente na sua denominação social a expressão “Arrendamento Mercantil”. Com relação às sociedades de arrendamento mercantil, julgue o próximo item.

As sociedades de arrendamento mercantil são supervisionadas pelo BACEN.

() Certo () Errado

62. (34967) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (SCTVM) são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. No que tange às SCTVM, julgue o item seguinte.

Os objetivos das SCTVM não incluem a emissão de certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures.

Certo Errado

63. (34968) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (SCTVM) são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. No que tange às SCTVM, julgue o item seguinte.

As SCTVM instituem, administram e organizam fundos e clubes de investimento, bem como intermedeiam operações de câmbio.

Certo Errado

64. (34969) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SDTVM) são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, devendo constar na sua denominação social a expressão “Distribuidora de Títulos e

Valores Mobiliários”. Acerca das SDTVM, julgue o item a seguir.

Não compete às SDTVM fazer a intermediação com as bolsas de valores e de mercadorias e efetuar lançamentos públicos de ações.

Certo Errado

65. (34970) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SDTVM) são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, devendo constar na sua denominação social a expressão “Distribuidora de Títulos e

Valores Mobiliários”. Acerca das SDTVM, julgue o item a seguir.

Entre outras atividades, as SDTVM intermedeiam a oferta pública e a distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado e administram e custodiam as carteiras de títulos e valores mobiliários.

66. (34971) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Bolsas de valores são associações privadas civis, sem finalidade lucrativa. No que se refere às bolsas de valores, julgue o item seguinte.

As bolsas de valores objetivam manter local adequado ao encontro de seus membros e à realização, entre eles, de transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários pertencentes a pessoas jurídicas públicas e privadas, em mercado livre e aberto.

67. (34972) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Bolsas de valores são associações privadas civis, sem finalidade lucrativa. No que se refere às bolsas de valores, julgue o item seguinte.

As bolsas de valores são organizadas pelo Ministério da Fazenda e fiscalizadas por seus membros e pelo BACEN.

Certo Errado

68. (34973) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo BACEN e, nessa condição, processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia. O sistema processa também a liquidação das operações definitivas e compromissadas registradas em seu ambiente, observando o modelo 1 de entrega contra pagamento. Quanto ao SELIC, julgue o próximo item.

Participam do SELIC, na qualidade de titular de conta de custódia, além do Tesouro Nacional e do BACEN, bancos comerciais,

bancos múltiplos, bancos de investimento, caixas econômicas, distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários, entidades operadoras de serviços de compensação e de liquidação, fundos de investimento e diversas outras instituições integrantes do SFN.

() Certo () Errado

69. (34974) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo BACEN e, nessa condição, processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia. O sistema processa também a liquidação das operações definitivas e compromissadas registradas em seu ambiente, observando o modelo 1 de entrega contra pagamento. Quanto ao SELIC, julgue o próximo item.

O horário normal de funcionamento do SELIC é das 12h 30min às 18h30 min, em todos os dias considerados úteis.

() Certo () Errado

70. (34975) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

A Central de Liquidação Financeira e de Custódia de Títulos (CETIP) é a maior empresa de custódia e de liquidação financeira da América Latina. Sem fins lucrativos, foi criada em agosto de 1984 pelas instituições financeiras em conjunto com o BACEN e iniciou suas atividades em março de 1986, para garantir mais segurança e agilidade às operações do mercado financeiro brasileiro. Com relação à CETIP, julgue o item subsequente.

Na qualidade de depositária, a CETIP processa a emissão, o resgate e a custódia dos títulos, bem como, quando é o caso, o pagamento dos juros e demais eventos a eles relacionados.

() Certo () Errado

71. (34976) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

A Central de Liquidação Financeira e de Custódia de Títulos (CETIP) é a maior empresa de custódia e de liquidação financeira da América Latina. Sem fins lucrativos, foi criada em agosto de 1984 pelas instituições financeiras em conjunto com o BACEN e iniciou suas atividades em março de 1986, para garantir mais segurança e agilidade às operações do mercado financeiro brasileiro. Com relação à CETIP, julgue o item subsequente.

As operações no mercado secundário que envolvam títulos registrados na CETIP são geralmente liquidadas com compensação bilateral de obrigações, em que a CETIP atua como contraparte central.

() Certo () Errado

72. (34977) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Sistema de Seguros Privados e Previdência Complementar (SSPPC) é constituído pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB-Brasil Re), pelas sociedades seguradoras autorizadas a operar em seguros privados e pelos corretores de seguros habilitados. No que se refere ao SSPPC, julgue o item a seguir.

As entidades fechadas de previdência complementar correspondem aos fundos de pensão. São organizadas sob a forma de empresas privadas, sendo somente acessíveis aos empregados de uma empresa ou de um grupo de empresas ou aos servidores da União, dos estados e dos municípios.

() Certo () Errado

73. (34978) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Sistema de Seguros Privados e Previdência Complementar (SSPPC) é constituído pelo Conselho Nacional de Seguros

Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo Instituto de Resseguros do Brasil (IRB-Brasil Re), pelas sociedades seguradoras autorizadas a operar em seguros privados e pelos corretores de seguros habilitados. No que se refere ao SSPPC, julgue o item a seguir.

As entidades de previdência fechada devem seguir as diretrizes do CMN quanto à aplicação de recursos dos planos de benefícios.

() Certo () Errado

74. (34985) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Conselho Monetário Nacional (CMN), instituído pela Lei nº 4.595/1964, é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. Com relação ao CMN, julgue o item seguinte.

Entre as competências do CMN encontra-se a de definir a forma como o Banco do Brasil administrará as reservas vinculadas.

75. (34986) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Conselho Monetário Nacional (CMN), instituído pela Lei nº 4.595/1964, é um órgão normativo, responsável pelas políticas e diretrizes monetárias para a economia do país. Com relação ao CMN, julgue o item seguinte.

O Banco Central do Brasil (BACEN) é o principal executor das orientações do CMN.

() Certo () Errado

76. (34987) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O BACEN, criado pela Lei nº 4.595/1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro na capital da República e atuação em todo o território nacional. Com relação ao BACEN, julgue o seguinte item.

O CMN é o principal órgão executor da política traçada pelo BACEN, cumprindo-lhe, também, autorizar o funcionamento e exercer a fiscalização das instituições financeiras, emitir moeda e executar os serviços do meio circulante.

() Certo () Errado

77. (34988) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O BACEN, criado pela Lei nº 4.595/1964, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro na capital da República e atuação em todo o território nacional. Com relação ao BACEN, julgue o seguinte item.

Entre as atribuições do BACEN estão a de estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras, a de vigiar a interferência de outras empresas nos mercados financeiros e de capitais e a de controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país.

() Certo () Errado

78. (34989) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Comitê de Política Monetária (COPOM) do BACEN tem como objetivos estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa de juros. A criação desse comitê buscou proporcionar maior transparência e ritual adequado ao processo decisório da instituição. No que se refere ao COPOM, julgue o próximo item.

É objetivo do COPOM implementar as políticas econômica e tributária do governo federal.

() Certo () Errado

79. (34990) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei nº 6.385/1976, é um órgão normativo do SFN voltado para o

desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado mobiliário. Com relação à CVM, julgue o item subsequente.

Promover a expansão e o funcionamento eficiente e regular do mercado de ações e estimular as aplicações permanentes em ações do capital social das companhias abertas são funções da CVM.

() Certo () Errado

80. (34991) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, instituída pela Lei nº 6.385/1976, é um órgão normativo do SFN voltado para o desenvolvimento, a disciplina e a fiscalização do mercado mobiliário. Com relação à CVM, julgue o item subsequente.

Assegurar a observância de práticas comerciais eqüitativas no mercado de valores mobiliários e estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários são funções da CVM.

() Certo () Errado

81. (34992) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. Quanto aos bancos comerciais, julgue o item seguinte.

Bancos comerciais devem ser constituídos sob a forma de sociedade anônima e na sua denominação social deve constar a palavra “Banco”.

() Certo () Errado

82. (34993) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral. Quanto aos bancos comerciais, julgue o item seguinte.

A captação de depósitos à vista, livremente movimentáveis, é atividade típica dos bancos comerciais.

() Certo () Errado

83. (34997) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Bancos de câmbio são instituições financeiras autorizadas a realizar, sem restrições, operações de câmbio e operações de crédito vinculadas às de câmbio. Com relação aos bancos de câmbio, julgue o item a seguir.

Financiamentos à exportação e à importação e adiantamentos sobre contratos de câmbio são exemplos de operações de câmbio e(ou) operações de crédito vinculadas às operações de câmbio.

() Certo () Errado

84. (35000) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (SCTVM), bem como as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SDTVM), são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. Em relação às SCTVM e às SDTVM, julgue o próximo item.

As SCTVM são supervisionadas pela CVM.

() Certo () Errado

85. (35001) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (SCTVM), bem como as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SDTVM), são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. Em relação às SCTVM e às SDTVM, julgue o próximo item.

As SCTVM podem intermediar operações de câmbio; praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes; praticar operações de conta margem; realizar operações compromissadas.

() Certo () Errado

86. (35002) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (SCTVM), bem como as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SDTVM), são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. Em relação às SCTVM e às SDTVM, julgue o próximo item.

Praticar operações de compra e venda de metais preciosos, no mercado físico, por conta própria e de terceiros, e operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, estão entre os objetivos das SCTVM.

() Certo () Errado

87. (35003) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (SCTVM), bem como as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SDTVM), são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. Em relação às SCTVM e às SDTVM, julgue o próximo item.

A normatização, a concessão de autorização, o registro e a supervisão dos fundos de investimento, tanto das SCTVM quanto das SDTVM, são de competência do BACEN.

() Certo () Errado

88. (35004) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (SCTVM), bem como as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SDTVM), são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. Em relação às SCTVM e às SDTVM, julgue o próximo item.

O BACEN poderá cancelar a autorização para funcionamento da SDTVM e de suas dependências que, no prazo de trinta dias contados da sua concessão, não iniciarem suas atividades.

() Certo () Errado

89. (35005) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

As sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários (SCTVM), bem como as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários (SDTVM), são constituídas sob a forma de sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada. Em relação às SCTVM e às SDTVM, julgue o próximo item.

As SDTVM operam no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários, inclusive ouro financeiro, por conta de terceiros, entre outras atividades.

() Certo () Errado

90. (35007) Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

Arrendamento mercantil ou leasing é uma operação em que o proprietário de um bem cede a terceiro o uso desse bem por prazo determinado, recebendo em troca uma contraprestação. Acerca do arrendamento mercantil, julgue o item seguinte.

Às sociedades de arrendamento mercantil é vedada a contratação de operações de arrendamento mercantil com o próprio fabricante do bem arrendado.

() Certo () Errado

91. Prova: CESPE - 2008 – BB – Médio

O Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) apresenta alto grau de automação, com crescente utilização de meios eletrônicos para transferência de fundos e liquidação de obrigações, em substituição aos instrumentos baseados em papel. Com relação ao SBP, julgue o item seguinte.

Por disposição regulamentar, todas as transferências de fundos entre contas de reservas bancárias têm de ser feitas por intermédio do Sistema de Transferência de Reservas (STR), operado pelo BACEN.

() Certo () Errado

92. (35018) Prova: CESPE - 2013 – TELEBRAS – Superior

A respeito de tipos de títulos financeiros, precificação e gerência de carteiras de renda fixa, julgue o item seguinte.

Debêntures são títulos privados de renda fixa emitidos por sociedades mediante ações de capital aberto ou fechado, inclusive por instituições financeiras bancárias, que asseguram a seus detentores o direito de crédito contra a companhia emissora.

() Certo () Errado

93. (35019) Prova: CESPE - 2013 – TELEBRAS – Superior

A respeito dos mercados financeiros, de câmbio e de derivativos, julgue o item subsequente.

As bolsas de valores são sociedades anônimas ou associações civis cuja finalidade é manter o local ou sistema adequados para o encontro de seus membros e a realização, entre eles, de transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários. A fiscalização da bolsa de valores é feita por seus membros e pelo Banco Central do Brasil.

() Certo () Errado

94. (35020) Prova: CESPE - 2013 – TELEBRAS – Superior

A respeito dos mercados financeiros, de câmbio e de derivativos, julgue o item subsequente.

O IBrX-50, um índice ponderado pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação, define o retorno total da carteira teórica composta pelas ações das cinquenta maiores companhias do Brasil.

() Certo () Errado

95. (35021) Prova: CESPE - 2013 – BACEN – Superior

O Conselho Monetário Nacional

a) tem competência para emitir papel-moeda.

b) tem capacidade normativa de conjuntura, sendo suas resoluções normas que vinculam as instituições financeiras.

c) tem por função a fiscalização do mercado de ações.

d) funciona como última instância recursal das decisões emitidas pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

e) é órgão do BACEN, formulador da política econômica, monetária, bancária e creditícia.

96. (35033) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Superior

Com base nos instrumentos e medidas utilizados pelo BACEN e pelos bancos comerciais para controlar a oferta monetária, julgue o próximo item, considerando especialmente o objetivo de redução das pressões inflacionárias geradas por demanda excessiva.

O aumento da taxa dos depósitos compulsórios pelos bancos comerciais, bem como pelo BACEN, diminui a demanda agregada.

() Certo () Errado

97. (35036) Prova: CESPE - 2012 – BASA – Superior

O Sistema Financeiro Nacional, composto por um complexo conjunto de instituições, órgãos e entidades, tem por finalidade intermediar recursos entre os agentes econômicos (pessoas, empresas, governo). Com relação a esse assunto, julgue o item seguinte.

Trabalhar para evitar ou coibir modalidades de fraude ou manipulação destinadas a criar condições artificiais de demanda, oferta ou preço dos valores mobiliários negociados no mercado de capitais é atribuição tanto do Conselho Monetário Nacional quanto da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Certo Errado

98. (35037) Prova: CESPE - 2011 – BRB – Médio

A respeito da estrutura do Sistema Financeiro Nacional (SFN), julgue o item a seguir.

A liquidação financeira das operações realizadas no âmbito do Sistema Especial de Liquidação e Custódia é feita por meio do Sistema de Transferência de Reservas, cujos participantes são instituições financeiras.

Certo Errado

99. (35040) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

Em relação ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e aos seus diversos órgãos, entidades e instituições, julgue o item a seguir.

A partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 40/2003, a Constituição Federal (CF) passou a admitir que o SFN fosse regulado por meio de diversas leis ordinárias que deveriam dispor, inclusive, a respeito da participação do capital estrangeiro nas instituições que integram esse sistema.

Certo Errado

100. (35041) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

Em relação ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e aos seus diversos órgãos, entidades e instituições, julgue o item a seguir.

Compete ao Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com a Lei nº 4.595/1964, regular a concorrência entre instituições financeiras.

Certo Errado

101. (35042) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

Em relação ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e aos seus diversos órgãos, entidades e instituições, julgue o item a seguir.

Ao Conselho Monetário Nacional (CMN) incumbe expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras.

Certo Errado

102. (35044) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

Em relação ao Sistema Financeiro Nacional (SFN) e aos seus diversos órgãos, entidades e instituições, julgue o item a seguir.

As instituições financeiras que recebem depósitos do público podem emitir debêntures, desde que previamente autorizadas pelo BACEN.

Certo Errado

103. (35045) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

A respeito do segmento de cartões de crédito, seus produtos, serviços, práticas, participantes e regulação, julgue o próximo item.

Embora o BACEN não seja responsável por fiscalizar e autorizar o funcionamento das administradoras de cartões de crédito, o

Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que essas administradoras configuram instituições financeiras.

() Certo () Errado

104. (35046) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

A respeito do segmento de cartões de crédito, seus produtos, serviços, práticas, participantes e regulação, julgue o próximo item.

É permitida a fixação de preços diferenciados para pagamentos de bens e serviços efetuados em dinheiro ou em cartão de crédito.

105. (35047) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

A respeito do segmento de cartões de crédito, seus produtos, serviços, práticas, participantes e regulação, julgue o próximo item.

Eventual penalidade aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários a uma sociedade anônima administradora de cartões de crédito por descumprimento da lei de sociedade por ações é passível de revisão pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).

() Certo () Errado

106. (35066) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

A respeito das distintas espécies de instituições financeiras, julgue o item seguinte.

O principal elemento que caracteriza os bancos comerciais é a vedação de captar recursos junto ao público, em suas operações passivas.

() Certo () Errado

107. (35067) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

A respeito das distintas espécies de instituições financeiras, julgue o item seguinte.

Os bancos de investimento, as financeiras (sociedades de crédito, financiamento e investimento) e os bancos de desenvolvimento são exemplos de instituições financeiras não bancárias.

108. (35068) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

A respeito das distintas espécies de instituições financeiras, julgue o item seguinte.

Para a constituição de um banco cooperativo, exige-se, como requisito, que a totalidade das ações com direito a voto pertença a cooperativas centrais de crédito.

() Certo () Errado

109. (35069) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

O mercado de capitais é um segmento do sistema financeiro nacional em que são realizadas operações de compra e venda de títulos e de valores mobiliários, como ações, debêntures, contratos de derivativos, entre outros. Com respeito a esse assunto, julgue o item a seguir.

Operações de underwriting são realizadas nos mercados primário e secundário. No mercado primário, uma empresa emite ações que serão oferecidas ao público por meio de uma instituição líder contratada. No mercado secundário, uma instituição líder oferece ao mercado um bloco de ações anteriormente emitidas pertencentes a uma pessoa física ou jurídica.

() Certo () Errado

110. (35070) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

O mercado de capitais é um segmento do sistema financeiro nacional em que são realizadas operações de compra e venda de títulos e de valores mobiliários, como ações, debêntures, contratos de derivativos, entre outros. Com respeito a esse assunto, julgue o item a seguir.

Considere que, em determinado momento, uma onça-troy— 31,1035 gramas — esteja avaliada em US\$ 1.104,00, que o dólar esteja cotado em R\$ 1,75 e que a Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo (BMF&BOVESPA) esteja oferecendo um grama de ouro a R\$ 65,00. Com base nessas informações, é correto afirmar que é momento de comprar ouro.

Certo Errado

111. (35071) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

O mercado de capitais é um segmento do sistema financeiro nacional em que são realizadas operações de compra e venda de títulos e de valores mobiliários, como ações, debêntures, contratos de derivativos, entre outros. Com respeito a esse assunto, julgue o item a seguir.

Debêntures são títulos emitidos por empresas de capital aberto não financeiras, lançados no mercado para captar recursos de médio e longo prazos com finalidade de financiar projetos de investimentos e(ou) para alongar o perfil do passivo financeiro.

Certo Errado

112. (35072) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

O mercado de capitais é um segmento do sistema financeiro nacional em que são realizadas operações de compra e venda de títulos e de valores mobiliários, como ações, debêntures, contratos de derivativos, entre outros. Com respeito a esse assunto, julgue o item a seguir.

O mercado à vista de ações é caracterizado pela compra e venda de determinada quantidade de ações cuja liquidação financeira ocorre em até trinta dias, enquanto ações são transferidas no terceiro dia útil.

Certo Errado

113. (35073) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

O mercado de capitais é um segmento do sistema financeiro nacional em que são realizadas operações de compra e venda de títulos e de valores mobiliários, como ações, debêntures, contratos de derivativos, entre outros. Com respeito a esse assunto, julgue o item a seguir.

O processo de transformação de uma companhia fechada para companhia aberta deve ser avaliado e aprovado pela diretoria da empresa para posterior registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Certo Errado

114. (35074) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

O mercado de câmbio envolve negociações de moedas estrangeiras e pessoas físicas ou jurídicas com interesses ou necessidades na movimentação dessas moedas. Em referência a esse assunto, julgue o item seguinte.

Os corretores de câmbio, na função de intermediários nas operações de câmbio, buscam os melhores negócios com as melhores taxas para seus clientes fecharem o câmbio. Esses corretores podem trabalhar livremente no mercado de taxas livres (dólar comercial) e no mercado de taxas flutuantes (dólar turismo).

Certo Errado

115. (35075) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

O mercado de câmbio envolve negociações de moedas estrangeiras e pessoas físicas ou jurídicas com interesses ou necessidades na movimentação dessas moedas. Em referência a esse assunto, julgue o item seguinte.

O mercado de câmbio de taxas livres é destinado a operações de empréstimos/ financiamentos, investimentos externos, assim como a remuneração dessas operações no exterior, e às operações de importação e exportação.

() Certo () Errado

116. (35076) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

O mercado de câmbio envolve negociações de moedas estrangeiras e pessoas físicas ou jurídicas com interesses ou necessidades na movimentação dessas moedas. Em referência a esse assunto, julgue o item seguinte.

Considere que um exportador fature uma mercadoria que vale US\$ 200,00 por US\$ 150,00 e que um importador estrangeiro pague por essa mercadoria, oficialmente, US\$ 150,00 mais US\$ 50,00 de forma ilegal. Nessa situação, o subfaturamento de exportação caracteriza evasão de divisas e alimenta o mercado de câmbio paralelo.

() Certo () Errado

117. (35077) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

O mercado de câmbio envolve negociações de moedas estrangeiras e pessoas físicas ou jurídicas com interesses ou necessidades na movimentação dessas moedas. Em referência a esse assunto, julgue o item seguinte.

Quando o BACEN realiza uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, todos os bancos comerciais, múltiplos e de investimentos são instituições habilitadas

para participar do leilão de compra ou de venda.

() Certo () Errado

118. (35078) Prova: CESPE - 2010 – BRB – Médio

O mercado de câmbio envolve negociações de moedas estrangeiras e pessoas físicas ou jurídicas com interesses ou necessidades na movimentação dessas moedas. Em referência a esse assunto, julgue o item seguinte.

Considere hipoteticamente que José, um investidor brasileiro, use R\$ 100.000,00 para comprar dólares e remetê-los para Nova York, autorize um operador a comprar euros com esses dólares e a remetê-los para Frankfurt, autorize outro operador a comprar reais com esses euros e a remetê-los de volta para o Brasil. Considere também que as cotações entre as moedas sejam US\$ 1,00 = R\$ 1,75; $i1,00 = R\$ 2,60$; e US\$ 1,00 = $i 0,70$. Com base nessas informações e sem considerar outras despesas como custos de remessas e comissões dos operadores, conclui-se que o ganho de José com a arbitragem de moedas é de R\$ 4.000,00.

() Certo () Errado

119. (35079) Prova: CESPE - 2013 – BACEN – Superior

No que se refere ao plano real e à economia brasileira pós-estabilização, julgue o item abaixo.

De acordo com o regime de metas de inflação, adotado no Brasil no referido período de tempo, caso o valor do IPCA acumulado nos últimos dozes meses superasse o teto da meta, o presidente do BACEN deveria escrever carta aberta ao ministro da fazenda justificando o descumprimento, bem como apresentando as providências a ser tomadas para o retorno da inflação ao patamar estabelecido.

() Certo () Errado

120. (35080) Prova: CESPE - 2013 – BACEN – Superior

Acerca do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), julgue o item seguinte.

No SPB, atualmente, qualquer transferência de fundos entre contas de reservas bancárias é condicionada à existência de saldo suficiente na conta do emitente da ordem.

Certo Errado

121. (35081) Prova: CESPE - 2013 – BACEN – Superior

Acerca do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), julgue o item seguinte.

O papel dos bancos comerciais é captar recursos, particularmente sob as formas de depósitos à vista e poupança, e fornecer crédito para pessoas físicas e jurídicas, ao passo que os bancos cooperativos e cooperativas de crédito estão voltados para a concessão de crédito e prestação de serviços bancários aos cooperados, que muitas vezes são produtores rurais.

Certo Errado

122. (35082) Prova: CESPE - 2013 – BACEN – Superior

Acerca do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), julgue o item seguinte.

O Sistema de Transferência de Reservas é um sistema de transferência de fundos híbrido, pois reúne características dos sistemas de liquidação diferida com compensação de obrigações e dos sistemas de liquidação bruta em tempo real.

Certo Errado

123. (35083) Prova: CESPE - 2013 – BACEN – Superior

Acerca do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), julgue o item seguinte.

Entre as funções do BACEN, o monopólio de emissão envolve o meio circulante e destina-se a satisfazer a demanda de dinheiro necessária para atender à atividade econômica. Nesse sentido, a emissão de moeda ocorre quando a Casa da Moeda do Brasil entrega papel-moeda para o BACEN.

Certo Errado

124. (35086) Prova: CESPE - 2013 – BACEN – Superior

No que diz respeito ao mercado monetário, julgue o item a seguir. A operação de mercado aberto é um instrumento ágil e dinâmico de política monetária, visto que permite ao BACEN administrar a estabilidade dos preços por intermédio de uma atuação direta sobre a taxa de juros e de câmbio, com o intuito de garantir o controle da oferta monetária.

Certo Errado

125. (35087) Prova: CESPE - 2013 – BACEN – Superior

No que diz respeito ao mercado monetário, julgue o item a seguir. Os recolhimentos obrigatórios de recursos denominados depósitos compulsórios, que as instituições financeiras devem fazer junto ao BACEN, incluem o recolhimento compulsório sobre as operações de crédito direto ao consumidor.

Certo Errado

126. Prova: CESPE - 2012 – BASA – Médio

Julgue o item a seguir, que trata do mercado de câmbio, das instituições autorizadas a operar nesse mercado e das suas operações básicas.

A estrutura do mercado cambial é composta por bancos, exportadores e importadores, não incluindo a bolsa de valores.

() Certo () Errado

127. (35012) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

Acerca do BACEN, assinale a opção correta.

- a) A receita decorrente de resultados operacionais positivos do BACEN, quando ocorrer, deve ser transferida ao Tesouro Nacional após a aprovação dos balanços semestrais.
- b) Ao BACEN cabe cumprir as normas e determinações relativas à política monetária, que são baixadas pelo Ministério da Fazenda.
- c) A produção e a emissão das cédulas de dinheiro e a cunhagem de moedas metálicas são realizadas pelo BACEN.
- d) Nos termos da legislação vigente, a concessão de empréstimos pelo BACEN aos bancos comerciais e demais instituições financeiras é expressamente vedada.
- e) No exercício do controle sobre o funcionamento do sistema financeiro, o BACEN pode intervir em instituições financeiras, desde que seja autorizado pelo Senado Federal.

128. (35013) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

Na crise financeira que se abateu sobre o mundo a partir do final de 2008, o BACEN viu-se diante da necessidade de atuar no sistema financeiro nacional com o objetivo de evitar que a economia brasileira entrasse em recessão. Nessa situação, assinale a opção que apresenta a medida de política monetária que atende ao objetivo pretendido pelo BACEN.

- a) aumento do depósito compulsório ou encaixe legal
- b) aumento da taxa de juros básica
- c) aumento da taxa de redesconto bancário
- d) compra de títulos da dívida pública federal
- e) redução das diligências de fiscalização das instituições financeiras

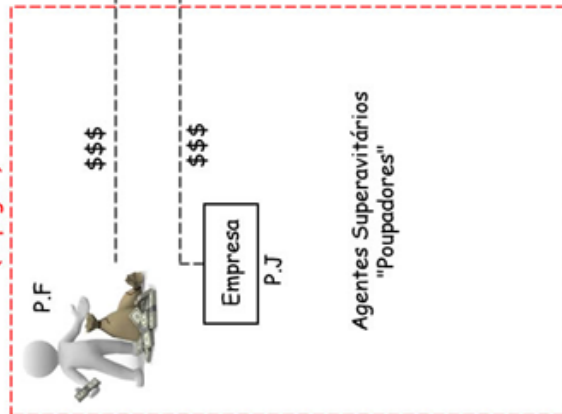
129. (35014) Prova: CESPE - 2009 – BB – Médio

Se a carteira de câmbio do BB puder realizar suas operações definindo livremente sua própria taxa de câmbio e se a atuação do BACEN no mercado de câmbio se restringir a intervenções esporádicas, independentes de limites, então, nesse caso, o regime cambial adotado no Brasil é o de taxa de câmbio

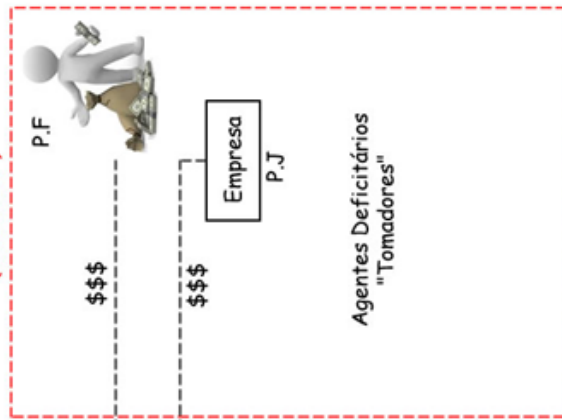
- a) fixa.
- b) fixa e administrada.
- c) flutuante, com flutuação suja.
- d) flutuante, com bandas cambiais.
- e) currency board.

Gabarito: 1. (34851) E 2. (34852) E 3. (34856) E 4. (34859) C 5. (34860) C 6. (34861) C 7. (34862) E 8. (34863) E 9. (34864) C 10. (34865) C 11. (34871) E 12. (34873) C 13. (34880) E 14. (34881) E 15. (34883) C 16. (34885) C 17. (34886) E 18. (34887) C 19. (34888) E 20. (34891) C 21. (34896) C 22. (34900) E 23. (34902) E 24. (34904) C 25. (34910) C 26. (34911) C 27. (34912) E 28. (34913) E 29. (34914) C 30. (34915) C 31. (34916) E 32. (34917) E 33. (34918) C 34. (34920) C 35. (34921) E 36. (34922) E 37. (34923) E 38. (34924) E 39. (34925) C 40. (34926) C 41. (34927) C 42. (34928) E 43. (34933) C 44. (34947) E 45. (34948) C 46. (34949) C 47. (34950) C 48. (34951) C 49. (34952) E 50. (34953) C 51. (34954) E 52. (34956) C 53. (34957) E 54. (34958) C 55. (34959) E 56. (34960) E 57. (34961) C 58. (34962) E 59. (34964) E 60. (34965) C 61. (34966) C 62. (34967) E 63. (34968) C 64. (34969) E 65. (34970) C 66. (34971) C 67. (34972) E 68. (34973) C 69. (34974) E 70. (34975) C 71. (34976) E 72. (34977) C 73. (34978) C 74. (34985) E 75. (34986) C 76. (34987) E 77. (34988) C 78. (34989) E 79. (34990) C 80. (34991) C 81. (34992) C 82. (34993) C 83. (34997) C 84. (35000) E 85. (35001) C 86. (35002) C 87. (35003) E 88. (35004) E 89. (35005) C 90. (35007) C 91. C 92. (35018) E 93. (35019) E 94. (35020) E 95. (35021) B 96. (35033) C 97. (35036) C 98. (35037) C 99. (35040) E 100. (35041) C 101. (35042) C 102. (35044) E 103. (35045) C 104. (35046) E 105. (35047) C 106. (35066) E 107. (35067) C 108. (35068) E 109. (35069) C 110. (35070) E 111. (35071) C 112. (35072) E 113. (35073) E 114. (35074) E 115. (35075) C 116. (35076) C 117. (35077) E 118. (35078) C 119. (35079) E 120. (35080) C 121. (35081) C 122. (35082) E 123. (35083) E 124. (35086) E 125. (35087) E 126. E 127. (35012) A 128. (35013) D 129. (35014) C

Passivo - Dívida (a pagar)

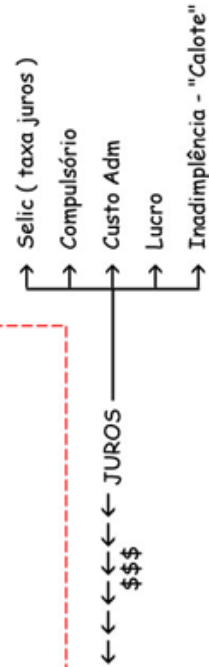


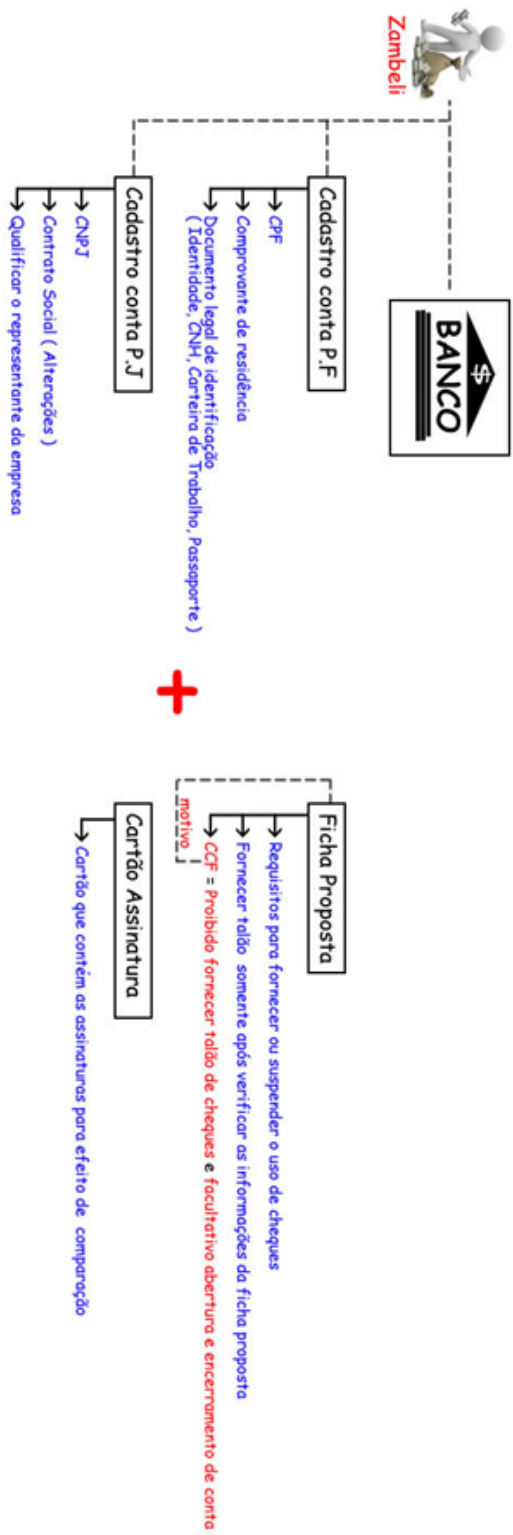
Ativo - Crédito (a receber)



$$\text{SPREAD} = \text{Recebo} - \text{Pago} = \$\$ - \$ = \$\$$$

A diferença do que **recebo** e do que **pago** é o SPREAD, não é o lucro, pois o lucro sairá do SPREAD após pagar os itens abaixo, logo apenas uma parte do SPREAD é o lucro.





Nº 08

Preenchimento do cheque

Favorecido →

Comp	Banco	Agência	C1	Cheque N.º	C3	RS
000	000	0000	0	000000	0	20,00

Pague por este cheque a quantia de **Vinte reais** e centavos acima

→ **Teatro São Pedro** →

Porto Alegre, **11** de **Dezembro** de **2013**

CAIXA
Agência Matriz - Porto Alegre - RS

ZAMBELLI
Carlos Zambelli

Endosso do cheque
Verso do cheque

Nominal: É quando o campo favorecido estiver preenchido
→ **Obrigatório para cheques superiores a R\$ 100,00**

Proibir Endosso do cheque
→ "Não a ordem"
→ "Proibido o endosso"

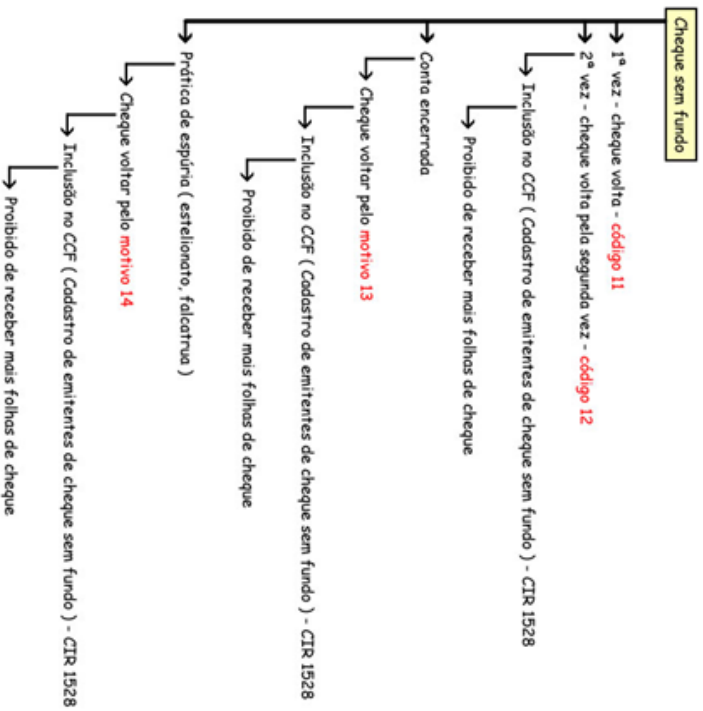
Cheque ao Portador
→ Até R\$ 100,00
→ Campo favorecido em branco

→ Aula 2 - Parte 3 e 4



Motivos de devolução do Cheque

Nº 13



Oposição ao pagamento

Suspender pelo telefone somente temporariamente - 48 hs validade

↳ Durante as 48 hs o cliente tem que comparecer na agência e assinar isso por escrito

Banco informa os dados do cliente

- Em caso de oposição ao pagamento
 - Motivos de CCF
 - Insuficiência de fundos
 - Insuficiência ou divergência de assinatura
 - Erro formal
 - Oposição ao pagamento ou sustação
- Em caso de roubo ou furto
 - Banco não informa os dados do cliente

Sair do CCF

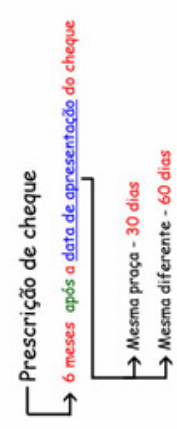
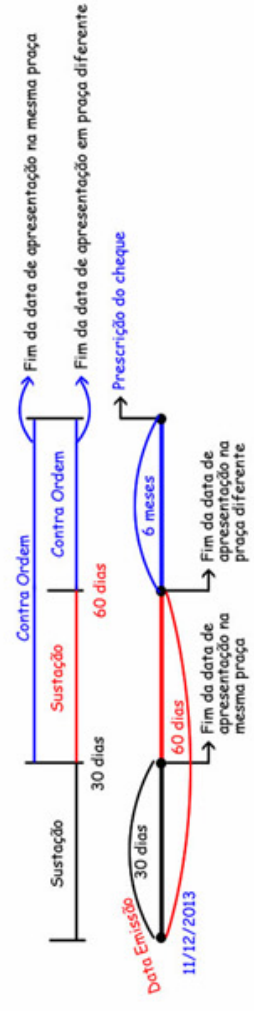
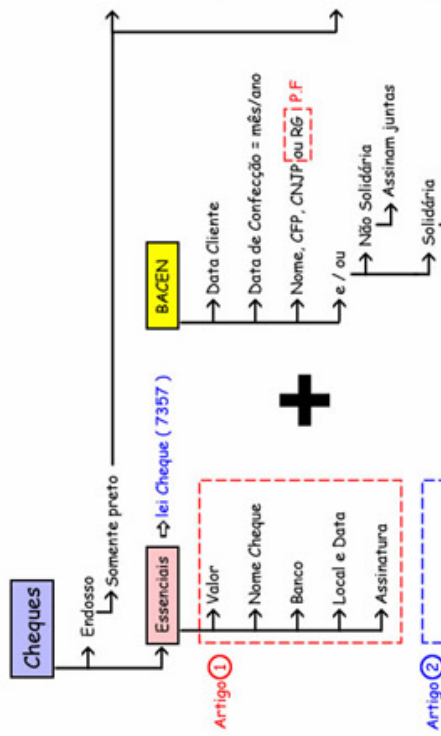
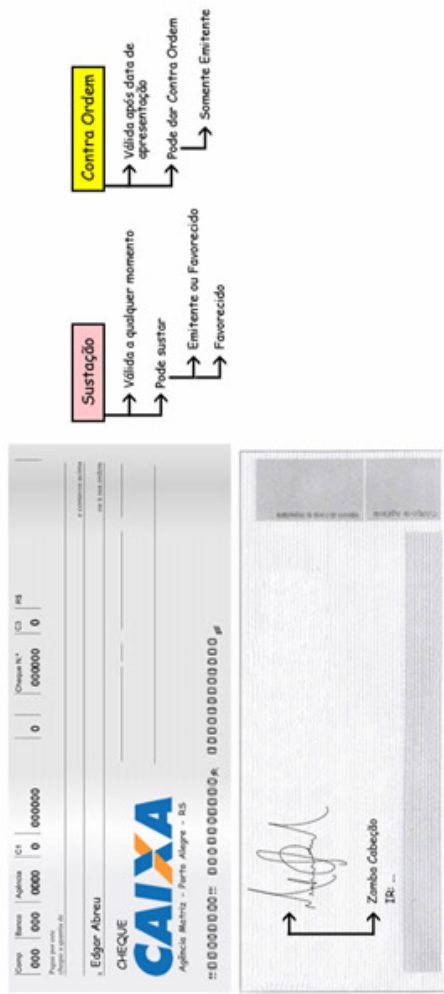
- Cheque ou cópia
- Negativa dos cartórios de protesto
- Pegar uma taxa

Aula 2 - Parte 4 e 5



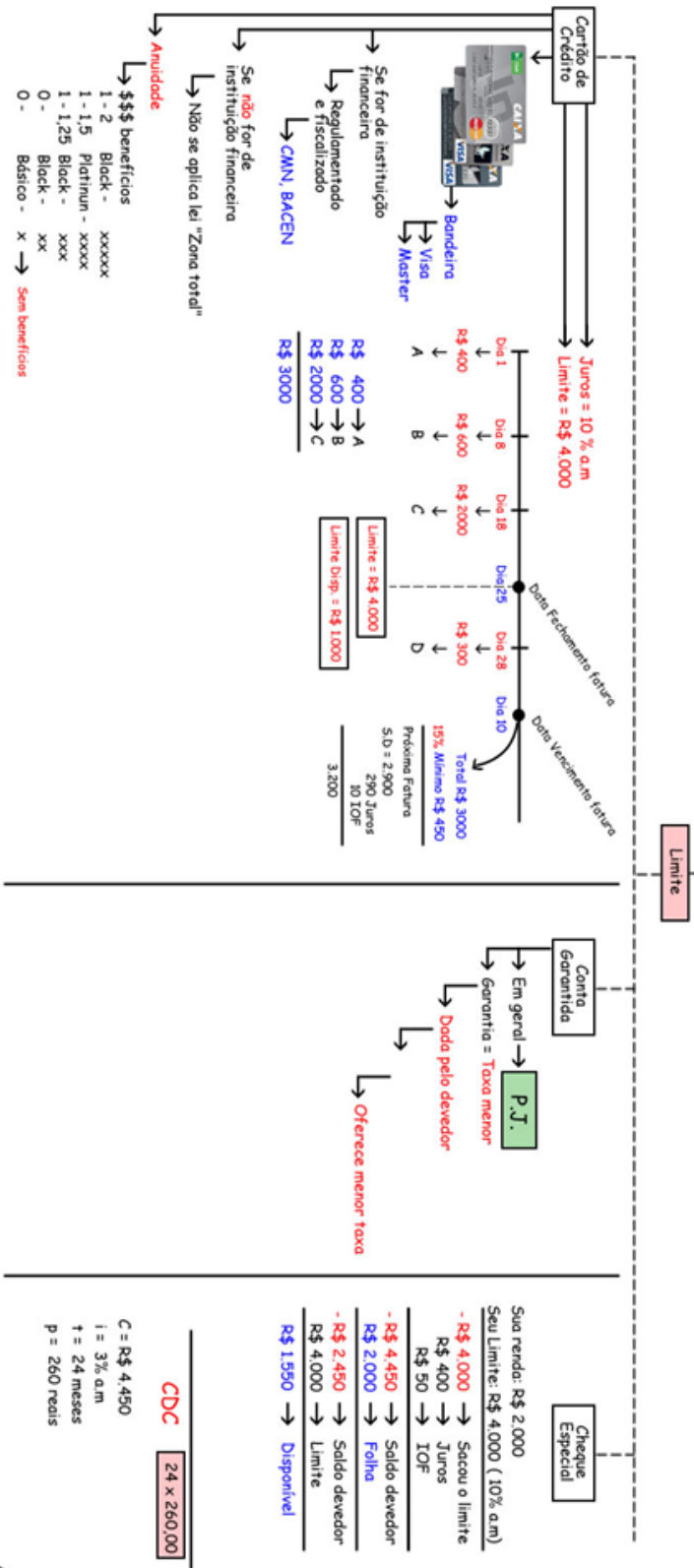
Nº 18

Cheques

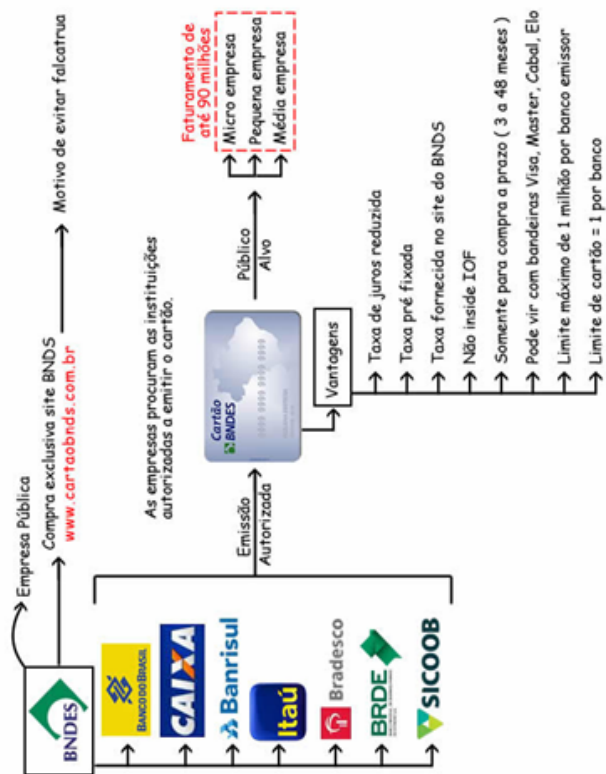


Aula 4 - Parte 4 e 5

Crédito Rotativo → P.F. ou P.J.

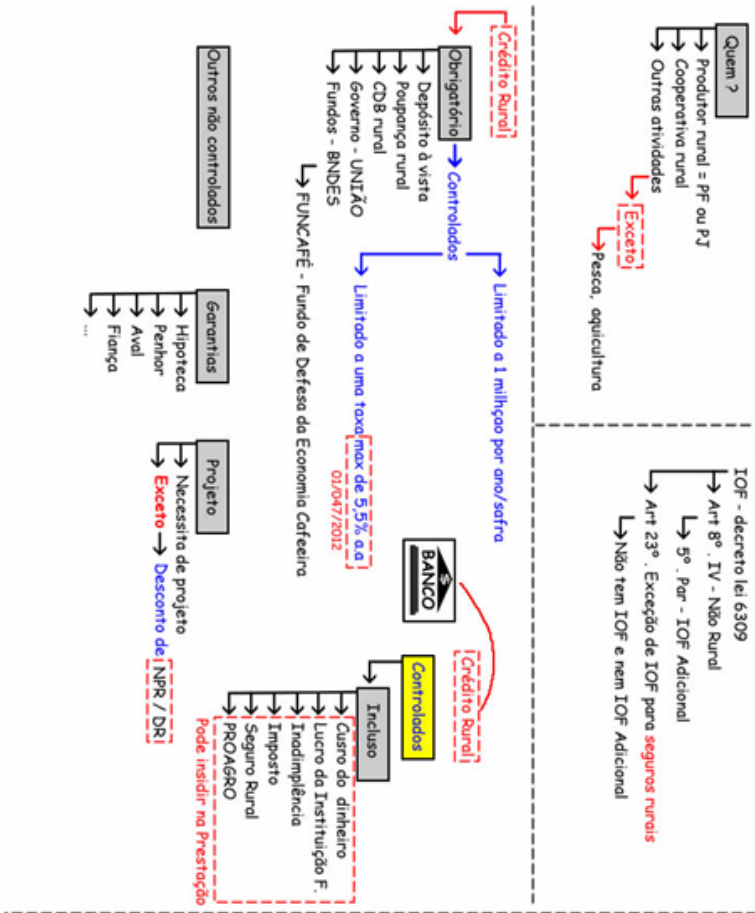


Cartão BNDES



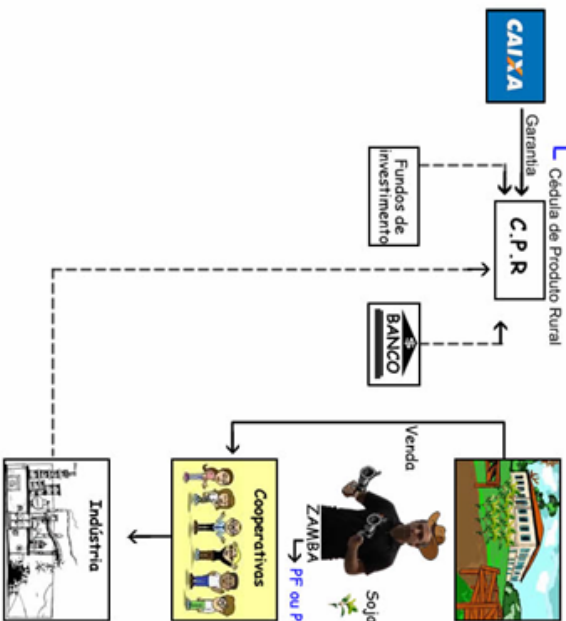
Aula 5 - Parte 1

CRÉDITO RURAL



IOF - decreto lei 6309
 Art 8º . IV - Não Rural
 5º . Par - IOF Adicional
 Art 23º . Exceção de IOF para seguros rurais
 Não tem IOF e nem IOF Adicional

Título que pode ser emitido por produtores rurais, suas cooperativas de produção e associações, com a finalidade de obtenção de recursos para desenvolver sua produção ou empreendimento



Títulos - INPR / DIR

- Nota promissória Rural
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- Fluxo de caixa
- Duplicata Rural
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- Fluxo de caixa



casa do
concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Redação

Professora: Maria Tereza Faria



INFORMAÇÕES GERAIS – CONFORME ÚLTIMOS EDITAIS (CEF-2012/BNDES-2013)

1. Texto em prosa, dissertativo-argumentativo.
2. A redação valerá **10,0** pontos (CEF) / **40,0** pontos (BNDES). Será **eliminado** o candidato que obtiver aproveitamento inferior a **6** (CEF) / **50%** (BNDES) do total da pontuação da prova de redação em que se avaliará a capacidade de o candidato expressar-se com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade, atendendo à norma padrão da Língua Portuguesa.
3. Aspectos avaliados:
 - uso dos mecanismos de coesão (referenciação, sequenciação e demarcação das partes do texto);
 - capacidade de selecionar, organizar e relacionar, de forma coerente, argumentos pertinentes ao tema proposto;
 - domínio da modalidade escrita da norma padrão (adequação vocabular, ortografia, morfologia, sintaxe de concordância, de regência e de colocação).
4. Caneta esferográfica de tinta preta ou azul (de material transparente).
5. Atribuição de nota zero:
 - fuga ao tema;
 - fuga à tipologia;
 - texto sob forma não articulada verbalmente;
 - menos de 15 linhas (CEF) / menos de 25 linhas (BNDES);
 - sinal que possibilite a identificação do candidato;
 - uso de lápis.

DÚVIDAS COMUNS

Linhas: respeite o número de linhas – de 25 a 30 linhas.

Margens: obedeça às margens direita e esquerda, bem como a do parágrafo.

Letra: faça letras de tamanho regular. Diferencie maiúsculas de minúsculas.

Retificações: atrás atrás

Título:

- Há solução para a violência.
- A Violência nas Grandes Cidades
- A violência: causas e consequências.

Translineação: hífen tão somente do lado direito da palavra translineada.

Grafia: você pode utilizar a nova ortografia ou a antiga – desde que escreva corretamente. Afinal, a anterior vale até 31/12/15.

A presença de título no texto não é penalizada, a não ser que haja determinação contrária expressa em comando da prova. A linha em que o título for exposto é contada como efetivamente escrita.

Anotações

O QUE É DISSERTAÇÃO?

Trata-se da discussão de problemas por meio de um texto argumentativo, o qual deve apresentar Introdução, Desenvolvimento e Conclusão, adotando-se o padrão de quatro/cinco parágrafos. Em cada parágrafo, deve haver um mínimo de dois períodos com, aproximadamente, três linhas em cada um.

Tal texto deve ser **objetivo**, veiculando informações consensuais. Sua finalidade não é literária. Visa a convencer, a persuadir o leitor.

Evite definições e críticas virulentas, bem como manifestação de preconceitos.

(Dessa forma, apresente o máximo de conhecimento possível sobre o assunto, uma vez que é pautado naquele que o examinador irá identificar os pontos-chave que interessam à banca para atribuir pontuação ao seu texto.)




ESTRUTURA

<p>Introdução (± 5 linhas) Assunto + Tema + Tese</p>	<p>Importante</p> <p>Todos os parágrafos deverão conter, no mínimo, dois períodos.</p> <p>Cuidado: um § para cada aspecto.</p>
<p>Desenvolvimento 1 (± 10 linhas) Dissertar: assunto + tema.</p>	
<p>Desenvolvimento 2 (± 10 linhas) Argumentar: tese.</p>	
<p>Conclusão (± 5 linhas): Tema + Tese + sugestão de medidas e de ações efetivas.</p>	

ESTRUTURA

1. **INTRODUÇÃO:** a principal finalidade da introdução é anunciar o assunto, definir o tema que vai ser tratado, de maneira clara e concisa. Na introdução, são requisitos básicos a definição do assunto e a indicação do caminho que será seguido para sua apresentação.



INTRODUÇÃO

Estrutura da Introdução:

1º período: assunto (palavra mais geral do tema).
2º período: tema
3º período: tese.

OU

1º período: assunto + tema.
2º período: tese.
3º período: encaminhamento de solução de eventual problema.

2. EXPRESSÕES INTRODUTÓRIAS – DICAS

- O (A) é de fundamental importância em É de fundamental importância o (a)
- É indiscutível que ... / É inegável que ...
- Muito se discute a importância de ...
- Comenta-se, com frequência, a respeito de ...
- Não raro, toma-se conhecimento, por meio de ..., de ...
- Apesar de muitos acreditarem que ... (refutação)
- Ao contrário do que muitos acreditam ... (refutação)
- Pode-se afirmar que, em razão de ... (devido a, pelo) ...
- “Os recentes acontecimentos ... evidenciaram...”
- “A questão ... está novamente em evidência...”

3. MODELOS DE INTRODUÇÃO

- **Declaratória:** consiste em expor o mesmo que sugere a proposta, usando outras palavras e outra organização. O principal risco desse tipo de introdução é o de ser parafrástica.
- **Perguntas:** pode-se iniciar a redação com uma série de perguntas. Porém, cuidado! Devem ser perguntas não retóricas, que levem a questionamentos e reflexões, e não vazias cujas respostas sejam genéricas. As perguntas devem ser respondidas, no desenvolvimento, por meio de argumentações coerentes. Por ser uma forma bastante simples de começar um texto, às vezes não consegue atrair suficientemente a atenção do leitor.
- **Histórica:** deve-se tomar o cuidado de escolher fatos históricos conhecidos e significativos para o desenvolvimento que se pretende dar ao texto.
- **Comparação social, geográfica ou de qualquer outra natureza:** trata-se de apresentar uma analogia entre elementos, sem buscar no passado a argumentação. Constitui-se na comparação de dois países, dois fatos, de duas personagens, enfim, de dois elementos, para comprovar a tese. Lembre-se de que se trata da introdução, portanto a comparação apenas será apresentada para, no desenvolvimento, ser discutido cada elemento da comparação em um parágrafo.
- **Citação / Argumento de Autoridade:** abre-se esse tipo de introdução por meio de uma citação pertencente a qualquer área do conhecimento ou mediante a afirmação de uma autoridade no tema em pauta. É preciso ressaltar que tais expedientes não são gratuitos – meros “enfeites” – e que, portanto, a ideia que veiculam deve ser retomada ao longo do texto ou na conclusão.

Anotações

4. **DESENVOLVIMENTO:** é a parte nuclear e a mais extensa da redação. Nessa parte, são apresentados os argumentos, as ideias principais. No **D1** (tomando-se por base dois parágrafos de desenvolvimento) primeiramente, analisa-se o tema, desdobrando-o, decompondo o todo em partes. Dessa primeira análise surgirão os detalhes importantes que serão, por sua vez, posteriormente analisados e justificados. A discussão dos detalhes dará ensejo para a apresentação, no **D2 (TESE)**, dos argumentos. A discussão pode ser ilustrada com citações textuais ou conceituais de autoridades, escritores, filósofos, cineastas, pensadores, educadores, atores etc.

5. MODOS DE DESENVOLVIMENTO

- **Causas e consequências:** é a apresentação dos aspectos que levaram ao problema discutido e das suas decorrências.
- **Exemplificação:** a exemplificação é a maneira mais fácil de se desenvolver a dissertação, desde que não seja exclusiva: é preciso analisar os exemplos e relacioná-los ao tema. Devem-se apresentar exemplos concretos.

6. LIGAÇÃO ENTRE OS PARÁGRAFOS DE DESENVOLVIMENTO - DICAS

D1

- É preciso, em primeiro lugar, lembrar...
- É preciso, primeiramente, considerar...
- É necessário frisar também...

D2 / D3

- Nota-se, por outro lado, que...
- É imprescindível insistir no fato de que...
- Não se pode esquecer
- É imprescindível insistir no fato de que...
- Além disso...
- Outro fator existente...
- Outra preocupação constante...
- Ainda convém lembrar...

7. TIPOS DE ARGUMENTO

- **Argumento de autoridade:** a citação de autores renomados (escritores célebres) e de autoridades de certa área do saber (educadores, filósofos, cientistas etc.) é aconselhável quando se trata de fundamentar uma ideia, uma tese.
- **Argumento baseado no consenso:** são proposições evidentes por si mesmas ou universalmente aceitas como verdade. Contudo, não se deve confundir argumento baseado no consenso com lugares comuns carentes de base científica.
- **Argumento baseado em provas concretas:** a argumentação consiste numa declaração seguida de prova. As provas concretas constituem-se, principalmente, de fatos, de dados estatísticos, de exemplos, de ilustrações.

Anotações

8. CONCLUSÃO

Não confunda conclusão com apreciação do trabalho. É muito comum encontrar dissertações que apresentam na conclusão uma apreciação do assunto, ou frases do tipo “*Eu acho muito importante, por isso ou aquilo...*”


Na introdução, anuncia-se o que se vai fazer; na conclusão, confirma-se o que foi feito. Se a introdução pode ser considerada um “trailer” do trabalho, a conclusão é um “replay”.

A despeito de ser um “replay” (tema – tese – solução), admite-se fato novo: ideia ou argumento.

9. EXPRESSÕES CONCLUSIVAS – DICAS

Conjunções conclusivas:

- Portanto,...
- Por conseguinte,...
- Logo,...
- Em suma,...
- Dessa forma,...
- Definitivamente,...
- Indubitavelmente,...



**casa do
concurseiro**
INSTITUTO DE ESTUDOS PARA A ANÁLISE CONCURSOS

Na CONCLUSÃO não use


- **Fórmulas prontas para iniciar a conclusão** (Conclui-se, Concluimos, De acordo com os argumentos citados anteriormente, Com base na problemática acima enfocada, etc.)
- **Uma frase de efeito, um clichê, um slogan, um provérbio:**
A esperança é a última que morre.
- **Um apelo a uma entidade milagrosa:**
É preciso que o governo se conscientize de que...
- **Uma conclusão utópica, messiânica:**
No dia em que o homem perceber que... ele aprenderá que...
Mas temos certeza de que, dentro de poucos anos, o problema do menor abandonado estará resolvido.

Anotações

10. QUALIDADES BÁSICAS DO TEXTO

As três partes fundamentais da redação - introdução, desenvolvimento e conclusão - são **autônomas**, mas devem apresentar-se de forma plenamente articulada.

O texto que não conta com **UNIDADE, COERÊNCIA, COESÃO** e **ÊNFASE** invariavelmente, vê comprometidas as melhores intenções de seu autor.

	QUALIDADES BÁSICAS DO TEXTO
Unidade: consiste em fixar-se em uma ideia central no decorrer da texto.	
excesso de exemplos = FALTA DE UNIDADE.	
Coerência: reside na associação e correlação de ideias entre os períodos e entre um parágrafo a outro.	
Todas as proposições são atuais / Há solução para tudo = FALTA DE COERÊNCIA	
Coesão: reside na compreensão da proposta e no bom uso de nexos.	
Ênfase: consiste no fato de a ideia-núcleo estar em destaque e ser reforçada subseqüentemente.	

Ausência de Coerência: são absolutamente vazias as fórmulas em que se exige “conscientização urgente do governo, das pessoas...”. Para evitar a incoerência, FUJA

- do episódio isolado ou sem retomada, pois ele comprova falta de encadeamento textual;
- da circularidade ou quebra de progressão discursiva (o texto não progride, você se vale do “vaivém”, isto é, aborda um enfoque, interrompe-o e volta a abordá-lo em outro parágrafo); NÃO seja repetitivo;
- da conclusão não decorrente do que foi exposto; NÃO a inicie com nexos adversativos.

Ausência de Coesão: para não incorrer na falta de coesão

- sublinhe as palavras com maior carga de significado que se encontram na proposta;
- formule (para si mesmo) as seis perguntas sobre o assunto e responda-as: o quê? / quem? / quando? / onde? / como? / por quê?

Anotações

11. COMO UTILIZAR ADEQUADAMENTE OS TEXTOS DE APOIO

- Compreender as ideias desses textos: apenas apreender o essencial, deixar de lado o acessório, fazer inferências, perceber o que está implícito.
- Aproveitar os dados oferecidos como pontos de partida para reflexões: não faça paráfrases, apenas parta do texto.
- Acrescentar aos dados oferecidos sua contribuição: repetir o óbvio ou fixar-se no senso comum resulta em produção de textos entediantes.

EXEMPLIFICANDO

CEF – TÉCNICO BANCÁRIO – CESGRANRIO – 2012

Sucata pós-moderna

À já extensa lista de problemas ambientais que enfrentamos adiciona-se um novo item: o lixo eletrônico. Ignorado pela maioria dos consumidores, o destino final de aparelhos como computadores, telefones celulares e televisores representa grave ameaça à saúde do planeta, pois eles contêm elementos químicos tóxicos em seus componentes.

O lixo eletrônico é mais um produto da moderna sociedade de consumo, que se firma sobre um modelo totalmente insustentável. Aparelhos de telefone, produtos de informática, eletrodomésticos, equipamentos médico-hospitalares e até brinquedos são alguns dos novos vilões do meio ambiente.

A reciclagem desse material pode ser vista de duas maneiras: uma boa, outra ruim. A boa é que muitos aparelhos têm grande potencial para reciclagem, devido à presença de metais preciosos em alguns circuitos eletrônicos. A ruim é que esse potencial raramente é explorado, uma vez que reciclar lixo eletrônico é um desafio.

KUGLER, Henrique. Revista Ciência Hoje. Rio de Janeiro: Instituto Ciência Hoje. 30 jun. 2008, p. 38 (Adaptado).

O progresso melhorou a vida da humanidade, mas criou muitos problemas. A acumulação do lixo é inevitável, faz parte do mundo atual e não para de crescer e se multiplicar, com novos e problemáticos ingredientes. Uma questão do nosso tempo é o que fazer com o espantoso volume de detritos — sacolas plásticas, garrafas pet, placas e teclados de computadores, celulares etc. — de modo a evitar o prejuízo à saúde humana e ao meio ambiente, além de transformá-los em riqueza.

Tomando como ponto de partida essas reflexões, elabore um texto dissertativo-argumentativo, em que se discuta

A POLÊMICA ENTRE A NECESSIDADE DO PROGRESSO E AS IMPLICAÇÕES DO LIXO NAS CONDIÇÕES DE VIDA NO PLANETA.



Justifique sua posição com argumentos.

No desenvolvimento do tema, o candidato deverá

- a) demonstrar domínio da escrita padrão;
- b) manter a abordagem nos limites da proposta;
- c) redigir o texto no modo dissertativo-argumentativo. Não serão aceitos textos narrativos nem poemas;
- d) demonstrar capacidade de seleção, organização e relação de argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista.

Apresentação da redação

- a) O texto deverá ter, no mínimo, 25 linhas e, no máximo 30 linhas, mantendo-se no limite de espaço para a Redação.
- b) O texto definitivo deverá ser passado para a Folha de Resposta (o texto da Folha de Rascunho não será considerado), com caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta e em letra legível.
- c) A Redação não deve ser identificada, por meio de assinatura ou qualquer outro sinal.

Será atribuída nota ZERO à Redação do candidato que

- a) fugir ao tipo de texto em prosa dissertativo-argumentativo;
- b) fugir ao tema proposto;
- c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente em língua portuguesa (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em forma de verso);
- d) for produzida com menos de 15 (quinze) linhas;
- e) for assinada e/ou apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- f) for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade.

Anotações

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
22
23

Exemplo de Redação CESGRANRIO (CEF – 2012)
Bruno Falcão, aluno da Casa do Concurseiro. (7,0)

NÃO ESCREVA NESTA ÁREA

02800030636010



IMPORTANTE: SERÁ ATRIBUÍDA NOTA ZERO À REDAÇÃO QUE FOR PRODUZIDA COM MENOS DE 15 (QUINZE) LINHAS.

REDAÇÃO

1 Muito se discute a respeito da necessidade de crescimento
2 tecnológico, e o impacto ambiental causado pelo lixo produzido
3 por meio do descarte de aparelhos eletrônicos. O desenvolvimento
4 de alternativas que diminuam o impacto ao meio
5 ambiente é extremamente necessário.
6 É preciso frisar, que um (grande) grande vilão entre
7 os eletrônicos, é o aparelho celular. Pesquisas recentes
8 indicam que, no Brasil, existem mais aparelhos celulares
9 do que pessoas. Estes aparelhos eletrônicos tem como
10 componente principal uma bateria feita de material
11 nocivo ao meio ambiente e que não pode ser reciclado,
12 acumulando assim, uma quantidade enorme de lixo.
13 Além disso, as sacolas plásticas se acumulam no fun-
14 do do mar e dos rios, prejudicando o funcionamento do
15 meio-ambiente, ~~acumula~~ aumentando cada vez mais a quan-
16 tidade de lixo acumulada no planeta. Estas sacolas demora-
17 ram dezenas de anos para desaparecer do nosso planeta. Medi-
18 das simples podem ser adotadas, como: a substituição das
19 sacolas de plástico por sacolas de papel, diminuindo assim,
20 os danos causados ao meio ambiente, pois o papel se decom-
21 põe muito mais rápido do que o plástico.
22 Portanto, ao considerar a necessidade de progredir tecnol-
23 gicamente, é necessário refletir a respeito dos danos causados
24 ao ecossistema. É fundamental, que não somente os fabrican-
25 tes, mas também a população, mude seu cotidiano com
26 o objetivo de proteger o planeta. Só assim, é possível pro-
27 gredir de verdade.
28
29
30



8001

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL 2012


0106721



12. LINGUAGEM – PECADOS!

A clareza é uma das principais qualidades de uma redação. Consiste em expressar-se da melhor forma possível, de modo a deixar-se compreender pelo leitor do texto.

Seja natural. Não caia na tentação de utilizar palavras de efeito duvidoso que alguém bem-intencionado lhe sugeriu para “impressionar a banca”. Linguagem direta, clara, fluente é mais efetiva do que expressões rebuscadas, às vezes inadequadas para o contexto. Não seja prolixo ou verborragico.



PECADOS!

Prolixidade	Verborragia
Ambiguidade	Lugar-comum, clichê
Impropriedade de registro	Inadequação semântica

AMBIGUIDADE

- **Imprecisão:** *Prezadas senhoras, não esqueçam a próxima venda para beneficência. É uma boa oportunidade para se livrar das coisas inúteis que há na sua casa. Tragam seus maridos.*
- **Expressão de amplo sentido:** *A corrupção nacional é uma **COISA** assustadora, um **PROBLEMA** quase sem solução.* (A corrupção nacional é assustadora, um problema social quase sem solução).

LUGAR-COMUM

- *Desde os primórdios da humanidade, o homem tem-se mostrado cruel com seus semelhantes.*
- *É preciso lembrar que dinheiro não traz felicidade.*
- *A juventude é o futuro do país.*
- *Se cada um fizer a sua parte, certamente viveremos num mundo melhor.*
- *Já não se fazem mais pais como antigamente.*
- *Ditados: agradar a gregos e troianos, chover no molhado, ficar literalmente arrasado, passar em brancas nuvens, segurar com unhas e dentes, ter um lugar ao sol...*

IMPROPRIEDADE DE REGISTRO

Gírias ou expressões informais retiradas da fala cotidiana podem enfraquecer um argumento.

Ex.: *Os problemas tipo entre pais e filhos geram estresse.*

Assim sendo, evite,

- **fazer com que:** *Isso **faz com que** o povo fique desanimado.* (Isso **FAZ** o povo **FICAR** desanimado).
- **ter** no lugar de **haver:**
- Ex.: *Tem uma liquidação ótima no “shopping”.* = coloquial. (Há uma liquidação ótima no “shopping” = formal).
- **só que:** use mas, porém, etc.
- **diálogo com o examinador:** não use VOCÊ / TU. Use “se” (apassivador, indeterminante do agente). Não se desculpe, dizendo que não escreveu mais porque o tempo foi pouco.
- **mistura de tratamento** – eu / nós / se / ele(s) – num mesmo período / parágrafo.
- **experimentalismos Linguísticos:** agudizar, apoiamento, barrichelização, grenalização...
- **cacofonia:** *Já que tinha interesse, ficou atento.*
- **excesso de estrangeirismos:** a palavra estrangeira, na sua forma original, só deverá ser usada quando for absolutamente indispensável. O excesso de termos de outro idioma torna o texto pretensioso e pedante. Não se esqueça de explicar sempre, entre parênteses, o significado dos estrangeirismos menos conhecidos. Não empregue no idioma original palavra que já esteja aporuguesada.

Ex.: estresse e não *stress*.

Quando houver vocábulo equivalente em Português, prefira-o ao estrangeirismo.

Ex.: cardápio e não *menu*; desempenho e não *performance*.

INADEQUAÇÃO SEMÂNTICA

- **Uso repetitivo** de nexos, de palavras ou de expressões.
- **Redundâncias e obviedades.**
- Ex.: *Há cinco anos atrás, não se ouvia falar em aquecimento global.* (Há cinco anos... / Cinco anos atrás...)
- Ex.: **Hoje em dia; A cada dia que passa; Eu acho / Eu penso...; Mundo em que vivemos;** (no mundo); **um certo** (“Quando certo alguém / cruzou o seu caminho...”).
- **Excesso de paráfrases:** *Num mundo em que nós, **SERES HUMANOS**, buscamos apenas a excelência profissional...* (desnecessário o aposto);

Anotações

13. APRIMORANDO A LINGUAGEM

USO DO ETC.

Não use **etc.** sem nenhum critério. Trata-se da abreviatura da expressão latina *et cæetera*, que significa “e as demais coisas”. Só devemos usá-la quando os termos que ela substitui são facilmente recuperáveis.

Ex.: *A notícia foi veiculada pelos principais jornais do país como O Globo, Jornal do Brasil, etc.*

O leitor bem informado sabe que os outros jornais ficam subentendidos: *Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, Zero Hora.*

MAS

Ex.: *Muitas vezes, os pais não sabem como falar aos filhos problemas relacionados ao sexo, à morte, etc.*

Quais seriam os outros problemas? Fica difícil saber.

Nunca escreva “e etc.”, pois a conjunção “e” já faz parte da abreviatura. Seria o mesmo que dizer “e e as demais coisas”. Após a abreviatura, usa-se ponto final: **,etc.**

PLURALIZAÇÃO

Se uma “propriedade” refere-se a sujeitos diversos, deve manter-se no singular. Quando são vários os possuidores, o nome da “coisa” possuída fica no singular, inclusive partes do corpo, se unitárias, ou atributos da pessoa.

Exemplos:

- *A insegurança das grandes cidades prejudica nossas vidas.* (nossa vida / a vida)
- *A polícia tenta apurar as identidades dos marginais.* (a identidade)
- *Eles concordaram e balançaram as cabeças...* (a cabeça)

EXPRESSÕES COMUNS

- **Através:** = “atravessar”, “passar de um lado para outro”, “passar ao longo de”
Ex.: *A luz do sol, através da vidraça, ilumina o se rosto.*
Ex.: *O tipo de redação solicitada mudou através dos tempos.*
- **NÃO use através** no lugar de **mediante, por meio de, por intermédio de, graças a ou por.**
Ex.: *Comuniquei-me com ele por meio do computador.*
- **Em princípio** = antes de mais nada, teoricamente, em tese, de modo geral.
Ex.: *Em princípio, três horas diárias de estudo é bastante.*
- **A princípio** = no começo, inicialmente.
Ex.: *A princípio, o curso de Medicina era o mais concorrido. Atualmente, isso mudou.*
- **A nível de NÃO** existe. Existem **em nível de** (= no âmbito de; expressão desgastada!) e **ao nível de.**
Ex.: *A decisão foi tomada em nível de turma.* (Melhor: A decisão foi tomada pela turma.)
Ex.: *Não chegou ao nível catastrófico, mas seu desempenho deixou a desejar.*



- **Falar** = dizer palavras.
Ex.: *Ele fala pelos cotovelos!*
- **Dizer, afirmar, declarar** = expor algo de maneira segura, indiscutível; declarar com firmeza; ASSEGURAR; ASSEVERAR.
Ex.: *O Reitor disse, na entrevista, que haverá mais vagas em todos os cursos, a partir de 2015.*
- **Acontecer** = suceder de repente; ideia de inesperado, desconhecido. Ex.: Tudo pode acontecer, se não nos prepararmos bem! (é recomendável usá-lo com os indefinidos **tudo, nada...**, os demonstrativos **isto, aquilo...**).
- NÃO use **acontecer** no sentido de **ser, haver, realizar-se, ocorrer, suceder, existir, verificar-se, dar-se, estar marcado para**.
Ex.: *O exame está marcado para o dia 03 de janeiro.*
- **Possuir, adquirir, obter** = posse, propriedade (de um bem material).
Ex.: *Ele possui imóveis fora do Brasil.*
- NÃO utilize **possuir**, por exemplo, em “Ele possui excelente situação financeira.” Substitua por “Ele desfruta de excelente situação financeira.” Use **ter, desfrutar, apresentar, manifestar, produzir, demonstrar, gozar, ser dotado de**.
- **Ao invés de** = inverso, ao contrário de.
Ex.: *Enganou-se, ao invés de açúcar, pôs sal no cafezinho.*
- **Em vez de** = no lugar de.
Ex.: *Em vez de ir ao cinema, resolveu estudar.*
- **Ao encontro de** = a favor de.
Ex.: *Concordo com você; minhas ideias vão ao encontro das suas.*
- **De encontro a** = em sentido oposto, contra.
Ex.: *Não concordo com você; minhas ideias vão de encontro às suas.*
- **A meu ver** (não “ao meu ver”).
- **Chamar a atenção** (não “chamar atenção”).
- **Defronte de** (não “defronte ao”).
- **Em frente de / diante de** (não “frente a”).

Anotações

USO DO GERÚNDIO (-NDO): forma nominal do verbo (≈advérbio), indica ação continuada e simultânea. Logo,

Ex.: *Vou ficar esperando por você até às 17h. (correto)*

Ex.: *Vou estar enviando a proposta até às 17h. (incorreto)*

Ex.: *Isso acaba provocando ódio. (desnecessário)*

Ex.: *Isso provoca ódio. (preferível)*

Anotações

NEXOS

- **ESSE(A)(S)** + substantivo / **ISSO** = retomam assunto.
Ex.: *A inflação retornou. Esse fato denota que a economia não é tão estável como apregoa o governo. / Isso denota que...*
- **MESMO(A)(S)** = não retomam palavras ou expressões; nessas situações, utilize **ELE(A)(S)**.
Ex.: *Ainda tenho os mesmos ideais. Meus amigos, contudo, mudaram. Eles creem que manter certas convicções é estagnar.*
- **ONDE** = refere-se apenas a lugar em que se está; caso contrário, utilize **em que, no(a)(s) qual(is)**.
Ex.: *A cidade onde (= em que / na qual) nasci é maravilhosa. / O dia em que (no qual) te conheci foi o melhor de minha vida. / A sociedade na qual (em que) nos inserimos...*
- **AONDE** = refere-se apenas a lugar para o qual se vai.
Ex.: *Essa é a praia aonde você vai nas férias?*

INOVE.

já que, visto que	e não “pois”
urge que, é necessário	e não “tem que”
em suma, posto que	e não “como foi dito”
contudo, todavia	e não “mas”

Anotações



14. PONTUAÇÃO

Aspas: são empregadas adequadamente em um texto dissertativo para indicar

- transcrições textuais;
- palavras estrangeiras;
- títulos.

Dois-pontos: usados numa relação em que a segunda oração é uma consequência ou uma explicação da primeira, mas não no início de qualquer série.

Ex.: No tabuleiro da baiana tem: vatapá, caruru, umbu... **(incorreto)**

Anotações

15. ESTRUTURA DO PERÍODO

- Chamamos de **fragmento de frase** (ou **frase fragmentada**) o isolamento indevido de trechos do período.

Ex.: Era necessário preservar os vários sentidos do texto. **Cabendo ao leitor interpretá-lo.** (oração reduzida) / Era necessário [...], cabendo ao leitor...

Ex.: A televisão tem apenas programas infantis violentos. **Onde os heróis se matam.** (oração adjetiva) / A televisão [...], EM QUE os heróis...

Ex.: A marginalização do negro na nossa sociedade vem dos tempos da colonização do Brasil. **Uma estúpida herança deixada pelos nossos antepassados.** (aposto) / ...colonização do Brasil: uma estúpida herança...

Ex.: Não quero esquecer-la. **Porque sempre se leva algum conhecimento para a vida.** (oração subordinada) / ...esquecer-la (,) porque sempre...

- Chamamos de **frases siamesas** quando não há sinal de pontuação entre os períodos cujo assunto foi concluído.

Ex.: A pessoa se acostuma a competir, **quando isso ocorre, ela é beneficiada.** (...a competir. Quando isso ocorre,...)

Nunca inicie períodos por

Sendo que
 Isso porque
 Pos
 O queal
 Mesmo porque

Anotações**PARALELISMO**

A quebra de paralelismo consiste em coordenar elementos semelhantes de forma diferente.

Quebra de paralelismo sintático

Ex.: *Pediu que eu saísse e para apagar a luz.* (Pediu que eu saísse e que apagasse a luz. / Pediu para eu sair e para apagar a luz.)

Ex.: *Há muito desejava e sonhava com uma BMW.* (Há muito desejava uma BMW e sonhava com ela.)

Quebra de paralelismo vocabular

Ex.: *Matriculei-me na disciplina, fiz os trabalhos, provas e presença nas aulas.* (Matriculei-me na disciplina, fiz os trabalhos e compareci às aulas.)

Ex.: *Escrever romances é diferente da pintura.* [escrever = ação / pintura = resultado da ação] (Escrever romances é diferente de pintar quadros.)

Quebra de paralelismo semântico

Ex.: Quando fui à Grécia, visitei as ruínas e minha avó.

Anotações

16. GRAFIA

EMPREGO DE MAIÚSCULAS E DE MINÚSCULAS

Maiúsculas

- substantivos próprios de qualquer natureza;
- **nomes** de vias e lugares públicos;
- nomes que designam altos conceitos políticos, religiosos ou nacionais (A **Igreja** teceu duras críticas às pesquisas com células-tronco.);
- nomes que designam artes, ciências e disciplinas;
- nomes de estabelecimentos públicos ou particulares e nomes de escolas de qualquer espécie ou grau de ensino;
- títulos de livros, jornais, revistas, produções artísticas, literárias e científicas;
- pontos cardeais, quando **nomeiam regiões** (*No **Sul**, desfruta-se de um inverno europeu.*);
- nomes de fatos históricos importantes, de atos solenes e de grandes empreendimentos públicos;
- expressões como fulano, beltrano e sicrano, quando usadas em lugar de nome de pessoas;
- **País** com letra maiúscula em substituição ao nome próprio da nação (O Brasil ainda é vítima de problemas terceiro-mundistas. O **País** precisa, pois, curar-se da síndrome do “coitadismo”).;
- **Estado** = o conjunto das instituições (governo, congresso, forças armadas, poder judiciário etc.) que administram uma nação. (A máquina administrativa do **Estado**).

Minúsculas

- nomes de povos, de suas línguas e gentílicos (*O **brasileiro** é cordial.*);
- nomes dos meses e dos dias da semana;
- nomes comuns que acompanham nomes geográficos (*Transposição do **rio São Francisco***);
- nomes de festas pagãs ou festas populares (*Em fevereiro, há o **carnaval**.*);
- nomes das estações do ano;
- depois de dois-pontos, quando se trata de uma enumeração ou de uma exemplificação;
- **estado** = cada uma das divisões político-geográficas de uma nação. (*O Amazonas é o maior **estado brasileiro**.*).

GRAFIA DE NÚMEROS

Por extenso

- os números até noventa, que se constituírem de apenas uma palavra no início da frase (***Dois** alunos saíram mais cedo da aula.*);
- substantivados (*Ela lia as **Mil e Uma Noites**.*);
- dados por aproximação ou estimativa (*“Nem por você / Nem por ninguém / Eu me desfaço / Dos meus planos / Quero saber bem mais / Que os meus **vinte** / E poucos anos...”*);
- números com mais de uma palavra e números a partir de 100 (*Nas próximas **vinte e quatro** horas saberei o que fazer de minha vida.*);

Em algarismos

- horas, minutos e tempo em geral (*O voo sai às 17h e chega por volta das 19h30min.*);
- medidas (*Corro 5 km todos os dias.*).

Em forma mista

- os números de 1 milhão em diante (*Esta estrela tem, seguramente, mais de 19 milhões de anos.*)

SIGLAS

- todas as letras maiúsculas se a sigla tiver até três letras (ONU);
- todas as letras maiúsculas se todas as letras forem pronunciadas (INSS);
- se houver mais de três letras, só a inicial maiúscula (Unesco).

17. PROPOSTAS DE REDAÇÃO**Proposta 1 (FINEP – Analista – 2011 – Banca Cesgranrio)**

Leia os textos abaixo:

ABAIXO A OBSOLESCÊNCIA

Nossos avós são de uma época em que a compra de um eletrodoméstico era uma aquisição para a vida inteira. Uma geladeira, pois, tinha de perdurar por gerações... Hoje a lógica do mercado é completamente oposta, e nós, consumidores, vivemos um ciclo constante de compra, reposição e repetição. No início dos anos 1960, o visionário *designer* alemão Dieter Rams previu o crescimento desenfreado dessa tendência e criou um produto que, nos 50 anos seguintes, iria nadar contra a maré: o Sistema Universal de Prateleiras 606. Trata-se de um produto simples, mas que foi concebido para durar *ad eternum*, pois a composição mantém os mesmos padrões desde a primeira peça comercializada e a montagem é altamente flexível. [...]

Vida Simples. São Paulo: Abril, n. 105, maio 2011. p.14.

O *iPad* estreou ontem com sucesso nas lojas – físicas e virtuais – do Brasil. As filas que se formaram ainda na quinta-feira já indicavam o interesse pelo *tablet*. [...] O economista Salmo Valentim já tem um *iPad*, mas não resistiu à novidade. Levou para casa um modelo mais caro e completo, com 64 GB, *Wi-fi* e 3G. [...]

O Globo, Rio de Janeiro, 28 maio 2011. p. 37. Adaptado.

Com base nos textos acima e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo/argumentativo, expondo sua opinião e suas ideias sobre **a sociedade de consumo e como esse conceito afeta os consumidores, a indústria, o comércio e o setor de serviços (oficinas de conserto, por exemplo). Aponte vantagens e desvantagens relacionadas a um ou mais desses grupos. (20 a 30 linhas)**

Exemplo de Redação CESGRANRIO – (segundo a internet, redação exemplar)

Os produtos fabricados atualmente têm como alvo um mercado voltado para o consumo. Eles são desenvolvidos para ter um tempo de vida menor e para que sejam substituídos por um novo modelo mais moderno. Essa modificação de metodologia causou impactos em diversos setores da economia.

Essa abordagem é mais nítida quando analisamos o mercado de eletrônicos e eletrodomésticos que tem lançamento de modelos todos os anos com tecnologias mais avançadas deixando os anteriores obsoletos. A necessidade do consumidor por essas novidades, em geral, é criada através de campanhas grandiosas de marketing.

A durabilidade e a manutenção desses produtos também são afetadas por essa mentalidade. Como a intenção é de que sejam trocados em poucos anos, eles são feitos de forma que sua vida útil não seja muito longa e que sua manutenção seja cara em caso de falha. Desta forma é mais vantajoso para o consumidor comprar um novo equipamento do que consertar o defeituoso, causando um impacto negativo no setor responsável por esses serviços de reparo.

Os setores comercial e industrial ficam muito aquecidos devido aos constantes lançamentos de novos produtos. São criadas inúmeras empregos para atender à crescente demanda da população.

Desse modo o consumidor deve lutar contra esse impulso consumista e refletir se as novidades e avanços tecnológicos dos novos modelos são realmente necessárias antes de efetuar uma troca de equipamentos.

25

Proposta 2 (BNDES – Técnico Administrativo – 2012 – Banca Cesgranrio)TEXTO 1

No início desse século, a atuação empresarial privada evidenciou a necessidade de aperfeiçoamento da gestão da ética em suas organizações. Algumas grandes empresas internacionais, entre elas líderes em seus respectivos setores de atuação, se viram envolvidas em rumorosos casos de escândalos corporativos-financeiros. Nesse ambiente conturbado, as autoridades americanas aprovaram a legislação Sarbanes-Oxley [...], reconhecendo a necessidade de atuar com rigor na prevenção, na gestão e na punição dos responsáveis por desvios éticos, fraudes e corrupção.

Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Gestao_da_Etica/breve_historia.html> Acesso em: 19 jul. 2012.

TEXTO 2

“Considerem uma pesquisa que envolveu quase 16.000 alunos de 31 importantes universidades, realizada pelo Professor Donald MacCabe, da Universidade Rutgers: 76 por cento dos estudantes com pretensão de desenvolver carreiras empresariais admitiram ter colado pelo menos uma vez numa prova. Noventa por cento admitiram ter colado quatro vezes ou mais. [...]

Por que nossos estudantes pensam dessa maneira? Podemos constatar alguns fatos importantes nas entrelinhas das respostas a outras perguntas incluídas na pesquisa das Bandeirantes da América. Perguntou-se aos estudantes: “Qual seria, na sua opinião, a autoridade de maior credibilidade para questões relacionadas à verdade?” [...]

Pouquíssimos dos entrevistados responderam “a imprensa” ou “a ciência”. Alguns outros responderam “meus pais” ou “minha religião”. A maioria, na verdade, respondeu: “Eu. Não existe qualquer outra autoridade para a verdade além de mim mesmo. Se eu não achar que uma coisa é verdadeira, não há ninguém a quem eu possa recorrer para saber o que seria a verdade.”

Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/etica/a_etica_e_uma_so.pdf> Acesso em: 19 jul. 2012.

Os textos evidenciam a relação que se pode estabelecer entre a ética individual e a ética empresarial. Ou seja, as pessoas têm uma ética própria, que adquiriram por si mesmas ou por outros fatores, mas existem e trabalham dentro de uma sociedade, de um grupo, de uma comunidade.

Considerando-se que novos funcionários são constantemente admitidos em empresas, redija um texto sobre **COMO É POSSÍVEL FAZER CONVIVER OS PADRÕES DE COMPORTAMENTO DE CADA INDIVÍDUO COM OS VALORES ESTIPULADOS PELAS EMPRESAS. (25 a 30 linhas)**

Proposta 3 (FINEP – Suporte Técnico – 2011 – Banca Cesgranrio)

“E se eu lhe disser que estou com medo de ser feliz para sempre?” [...]

É uma pergunta que vem ao encontro do que se debateu dias atrás num programa de tevê. Um psicanalista comentou que ser feliz não é tão importante, que mais vale uma vida interessante. [...]

“Ser feliz”, no contexto em que foi exposto, significa o cumprimento das metas tradicionais: ter um bom emprego, ganhar algum dinheiro, ser casado e ter filhos. Isso traz felicidade? Claro que traz. Saber que “chegamos lá” sempre é uma fonte de tranquilidade e segurança. Conseguimos nos encontrar como era esperado. A vida tal qual manda o figurino. [...]

Pessoas com vidas interessantes não se aborrecem. Elas trocam de cidade. Investem em projetos sem garantia. Interessam-se por gente que é o oposto delas. Pedem demissão sem ter outro emprego em vista. Aceitam

convite para fazer o que nunca fizeram. Estão dispostas a mudar de cor preferida, de prato predileto. Começam do zero inúmeras vezes. Não se assustam com a passagem do tempo. [...]

MEDEIROS, Marta. Uma vida interessante. In: Doidas e Santas. Porto Alegre, L&PM, 2008. p. 54-55. Adaptado.

O texto de Marta Medeiros apresenta um confronto entre uma vida feliz e uma vida interessante. Com base no texto e em sua experiência pessoal, escreva uma redação **expondo sua opinião a respeito do assunto**, fundamentando suas ideias. (20 a 30 linhas)

Proposta 4 (SEPLAG – Fiscal de Controle Sanitário / Enfermeiro – 2011 – Banca Cesgranrio)

Texto I

Estatuto do idoso

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para

preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

Art. 18. As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de autoajuda.

Art. 46. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 47. São linhas de ação da política de atendimento:

I – políticas sociais básicas;

II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem;

III – serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV – serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;

V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos;

VI – mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento do idoso.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Estatuto do idoso. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 out. 2003. Adaptado

Texto II

Rumo a um mundo de centenários

Quem tem por volta de 40 anos de idade hoje, ou menos, pode ir se preparando: se os especialistas estiverem certos, suas chances de chegar aos cem serão muito maiores, e em condições muito próximas das que vive atual-

mente. Este acréscimo na expectativa e qualidade de vida virá de diversos avanços esperados para as próximas décadas em áreas como medicina regenerativa, células-tronco e biologia molecular que, segundo alguns, não só vão interromper o processo de envelhecimento como podem até revertê-lo.

— Nos últimos 100 anos houve um aumento da expectativa de vida em mais de 30 anos. Agora, os cálculos são que, nos próximos 30 anos, a cada ano que você vive, vai conseguir viver mais um em virtude do que está sendo descoberto e aplicado pela medicina. Há um avanço muito grande que mostra que há formas de subverter ou manipular essa expectativa de vida entendendo melhor como funcionam as células e o organismo, afirma o neurocientista

Stevens Rehen. BAIMA, Cesar. Rumo a um mundo de centenários. Ciência/Saúde. O Globo. 3 jul. 2011. p. 46. Adaptado

O envelhecimento populacional tem sido considerado uma das principais conquistas científicas e sociais dos séculos XX e XXI, trazendo grandes desafios para as políticas públicas. A legislação

brasileira incorporou grande parte das sugestões das assembleias internacionais, mas é preciso garantir que essas leis melhorem, efetivamente, o cotidiano dos idosos em nosso país.

As mudanças nos sistemas de seguridade social têm contribuído para o bem-estar dos indivíduos nessa etapa da vida. É importante, agora, garantir acesso universal aos serviços de saúde pública, em todos os aspectos envolvidos.

Tomando como ponto de partida essas reflexões, elabore um texto dissertativo-argumentativo, em que você **DISCUTA AS POLÍTICAS PÚBLICAS, ENTRE ELAS A DA SAÚDE, NECESSÁRIAS PARA ENFRENTAR O IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO EM NOSSO PAÍS**. Justifique sua posição com argumentos. (25 a 30 linhas)

Proposta 5 (BNDES – Técnico de Arquivo – 2011 – Banca Cesgranrio)

Texto I

Dê uma chance ao ser humano

A vizinha tocou a campainha e, quando abri a porta, surpreso com a visita inesperada, ela entrou, me abraçou forte e falou devagar, olhando fundo nos meus olhos: “Você tem sido um vizinho muito compreensivo, e eu ando muito relapsa na criação dos meus cachorros. Isso vai mudar!” Desde então, uma série de procedimentos na casa em frente à minha acabou com um pesadelo que me atormentou por mais de um ano. Sei que todo mundo tem um caso com o cachorro do vizinho para contar, mas, com final feliz assim, francamente, duvido. A história que agora passo a narrar do início explica em grande parte por que ainda acredito no ser humano – ô, raça!

Meus vizinhos, pelo menos assim os vejo da janela lá do cafofo, não são pessoas comuns. Falo de gente especial, um casal de artistas, ele músico, ela bailarina, dupla de movimentos suaves e silenciosos, olhar maduro, fuso horário próprio e descompromisso amplo, geral e irrestrito com a pressa na execução das tarefas domésticas que assumem sem ajuda de ninguém. [...] A paz mora do outro lado da rua e, confesso, morro de inveja quando me mato de trabalhar noite adentro ali adiante. Queria ser como eles.

Quando o primeiro pastor alemão chegou ainda moleque para morar com meus adoráveis vizinhos, a casa de pedra onde eles moravam viveu dias de alegria contagiante. O bicho era uma gracinha, foi crescendo, começou a latir, mas nada que quebrasse a harmonia do lugar. [...] Quando, logo depois do primeiro acasalamento, o segundo pastor alemão fez crescer a família, cada paralelepípedo da minha rua pressentiu o que estava para acontecer. Ou não! De qualquer forma, eu achava que, se porventura aquilo virasse o inferno que se anunciava, outro vizinho decerto perderia a paciência antes de mim, que, afinal, virei tiete do jeito de viver que espiava pela janela do escritório de casa. Eu, ir lá reclamar, nunca!

Não sei se os outros vizinhos decidiram em assembleia que esperariam a todo custo por uma reação minha, mas, para encurtar a história, o fato é que um ano e tanto depois da chegada do primeiro pastor alemão àquela casa, eu tive um ataque, enlouqueci, surtei. Imagine o mico: vinha chegando da rua com meus filhos – gêmeos de 10 anos –, chovia baldes, eu não conseguia achar as chaves e os bichos gritavam como se fôssemos assaltantes de banco. [...]

– Cala a boooooocaaa! – gritei para ser ouvido em todo o bairro. Os cachorros emudeceram por 10 segundos. Fez-se um silêncio profundo na Gávea. Os garotos me olhavam como se estivessem vendo alguém assim, inteiramente fora de si, pela primeira vez na vida. Eu mesmo não me reconhecia, mas, à primeira rosnada que se seguiu, resolvi ir em frente, impossível recuar: “Cala a boooooocaaa! Cala a boooooocaaa!” Silêncio total. Os meninos estavam agora admirados: acho que jamais tinham visto aqueles bichos de boca fechada.

[...] Entrei rápido com as crianças entre arrasado e aliviado. Achei na hora que devia conversar com meus filhos, que melhor ainda seria escrever com eles uma carta educada e sincera explicando a situação aos nossos vizinhos preferidos. Comecei pedindo desculpas pela explosão daquela noite, mas pedia licença para contar o drama que se vivia do lado de cá da rua. Havia muito tempo não entrava nem saía de casa sem que os cães dessem alarme de minha presença na rua. Tinha vivido uma época de separações, morte de gente muito querida, além de momentos de intensa felicidade, sempre com aqueles bichos latindo sem parar. [...] – escrevi algo assim, mais resignado que irritado, o arquivo original sumiu do computador. Mas chegou aonde devia ou a vizinha não teria me dado aquele abraço comovido na noite em que abri a porta, surpreso com ela se anunciando no interfone, depois de meu chilique diante de casa. [...]

Desde então – há coisa de um mês, portanto –, meus vizinhos têm feito o possível para controlar o ímpeto de seus bichos, que já não me vigiam dia e noite, arrumaram para eles coisa decerto mais interessante a fazer no quintal. [...] Às vezes não acredito que isso esteja realmente acontecendo neste mundo cão em que vivemos. Se não estou vendo coisas – o que também ocorre com certa frequência –, o ser humano talvez ainda tenha alguma chance de dar certo. Pense nisso!

VASQUES, Tutty. Dê uma chance ao ser humano. In: SANTOS, Joaquim Ferreira. As Cem Melhores Crônicas Brasileiras. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 311-313. Adaptado

No texto “Dê uma chance ao ser humano”, o autor narra um episódio de sua vida para concluir que: “Se não estou vendo coisas [...], o ser humano talvez ainda tenha alguma chance de dar certo. Pense nisso!”

Também sobre relações entre vizinhos, O Globo traz uma matéria intitulada “É proibido fumar?”, da qual destacamos o seguinte trecho: “Por aqui, a discussão ainda gira em torno do incômodo provocado por vizinhos que fumam na janela e jogam guimbas de cigarro que acabam atingindo de varandas alheias a carrinhos de bebê.”

Transcreve-se abaixo um poema de Lya Luft.

DEUSES E HOMENS

Os deuses estavam de bom humor:

abriram as mãos e deixaram cair no mundo

os oceanos e as sereias,

os campos onde corre o vento,

as árvores com mil vozes,

as manadas, as revoadas



– e, para atrapalhar, as pessoas.

O coração bate com força

querendo bombear sangue

para as almas anêmicas.

Mas onde está todo mundo?

Correndo atrás da bolsa de grife,

do ipod, do ipad,

ou de coisa nenhuma.

Tudo menos parar, pensar, contemplar.

[...]

LUFT, Lya. A riqueza do mundo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011. p. 12. Adaptado.

Em seu poema, a autora diz que, no meio da natureza, as pessoas “atrapalham” e, na segunda estrofe, questiona valores e sentimentos.

Com base nos textos acima, escreva um texto expondo seu ponto de vista a respeito da **validade de “dar uma chance ao ser humano”**, levando em conta o comportamento das pessoas na sociedade, em sua convivência com seus vizinhos e concidadãos. (20 a 30 linhas)

Proposta 6 (EPE – Analista de Gestão Corporativa Júnior – 2007 – Banca Cesgranrio)

Afinal, qual é o verdadeiro patrimônio do Brasil? Os economistas dizem ser nossas empresas, bancos, força de trabalho, produto interno bruto. Os ecologistas apontam para a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, praias, rios e mares. Os arquitetos, para nossas igrejas, cidades, patrimônio histórico, de Olinda a Brasília. Todos estão certos. Mas nosso patrimônio é mais. Não é apenas o que temos e possuímos. Como diz o samba: “A vida não é só isso que se vê. / É um pouco mais. / Que os olhos não conseguem perceber / Que as mãos não ousam tocar / Que os pés recusam pisar.”

FALCÃO, Joaquim. 2000.

Com base no texto acima, redija um texto dissertativo sobre o tema **A verdadeira riqueza do homem no século XXI**, segundo o seu ponto de vista. (20 a 25 linhas)

PROPOSTAS INÉDITAS DE REDAÇÃO

Proposta 7

Texto de Apoio

Indenizando os sobreviventes

As indenizações por acidentes de trânsito no Brasil já passaram de R\$ 1 bilhão neste ano. Desde 2003, a quantidade aumentou 133%. [...] “Infelizmente, o seguro é um reflexo de uma situação que verificamos no País. Os índices de acidentes são alarmantes, seja em feriados seja no dia a dia”, disse o diretor da seguradora, Ricardo Xavier.

O Estado de S. Paulo

Tiros em Botucatu

São Paulo - O motorista Jonas Braga de Albuquerque, de 44 anos, acusado de matar a tiros Adriano Antonio dos Santos, de 28, durante uma briga de trânsito em Botucatu (SP), se apresentou à polícia na manhã de hoje. O homem prestou depoimento e foi liberado. Por ter se apresentado espontaneamente, ele responderá ao processo em liberdade. Jonas deve ser indiciado por homicídio doloso - quando há intenção de matar - e a pena pode chegar a 30 anos.

UOL Notícias.

Violência no Trânsito

Para Júlio César Fontana Rosa, psiquiatra especializado em comportamento de trânsito da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), o risco de se envolver num ato de violência é potencializado quando o veículo se torna um meio para que a pessoa libere sua agressividade e, assim, facilite a provocação do outro. [...]

O trânsito é um ambiente de interação social como qualquer outro. “O carro é um ambiente particular, mas é preciso seguir regras, treinar o autocontrole e planejar os deslocamentos. É um local em que é preciso agir com civilidade e consciência”, diz a hoje doutora em trânsito Cláudia Monteiro.

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o carro não é o escudo protetor que se supõe. Exercitar a paciência e o autocontrole não faz parte do currículo das autoescolas, mas são práticas cada vez mais necessárias à sobrevivência no trânsito.

Revista Quatro Rodas.

Considerando os textos acima, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema: **A sociedade brasileira e os conflitos no trânsito.** (25 a 30 linhas)

Proposta 8

Textos de Apoio

Código de Defesa do Cliente de Produtos Bancários

O Banco Central publicou no dia 30 de julho deste ano a Resolução 2878. O documento institui um código que descreve os deveres das instituições bancárias e os seus direitos como cliente, criando um padrão de atendimento para as instituições e agências bancárias brasileiras.

Um dos pontos chave do código dita a forma como deverão ser atendidos os portadores de necessidades especiais. Desde 1996, com a reforma das agências, a Caixa vem adaptando suas instalações no sentido de facilitar o acesso a esse público. E isso é apenas um exemplo. Com relação às demais exigências, a Caixa já está adotando grande parte delas, uma vez que sempre orientou e defendeu o atendimento aos clientes com atenção e respeito a seus direitos.

.....

Para Ron Willingham, pesquisador na área de administração de empresas e autor do recomendado *Cliente também é gente – cuide bem de seus clientes e veja sua empresa crescer*, a prática de estratégias de sucesso realmente eficazes e o desenvolvimento de uma cultura especial orientada para clientes, além de percepção aguçada para lidar com reações emocionais e compreender e aplicar valores, crenças e princípios éticos mais profundos na relação com eles são ações que conduzem ao sucesso. Explica também que é preciso estar sempre atento a todos os aspectos da prestação de serviços no mundo dos negócios e esclarece conselhos práticos para os que desejam desenvolver essa cultura especial, tão importante no processo de fidelização em qualquer ramo de atividade.

.....

No ambiente dinâmico do mercado competitivo, entender o consumidor é um imperativo para o sucesso organizacional. Todos nós já nos deparamos com o dito popular “O cliente tem sempre razão”. No meio empresarial, consolidaram-se o jargão “O consumidor é rei” e a noção de que a função do negócio é servi-lo. As empresas que ignorarem esses ditames poderão não prosperar ou até mesmo não sobreviver no mercado. Hoje, mais do que nunca, os consumidores se tornaram mais poderosos. Mais conscientes, independentes e bem informados, eles são pessoas com poder, capazes de construir ou quebrar qualquer negócio, independentemente de seu porte ou tamanho, em qualquer tempo ou lugar.

O consumismo tem se expandido extraordinariamente no mundo. Da mesma forma, o nível de exigência e a maior consciência ética dos consumidores têm provocado movimentos em defesa e proteção dos consumidores em todo o mundo — o consumerismo.

SAMARA, Beatriz S., MORSCH, Marco A., 2006.

Considerando os textos de apoio, redija um texto dissertativo **analisando a atividade administrativa para a qual você ora se candidata e relacionando-a ao binômio cliente – prestação de serviços**. Comente a sua participação, na qualidade de eventual futuro funcionário da CEF, no sentido de contribuir profissionalmente para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira. (25 a 30 linhas)

Proposta 9

Dos cerca de 6,75 bilhões de habitantes do planeta, algo em torno de 3,5 bilhões assistem regularmente a partidas de futebol. Na Copa do Mundo de 2006, disputada na Alemanha, as 73 mil horas de transmissão foram dirigidas para 214 países. Estima-se que um único jogo, a final entre França e Itália, tenha sido visto por 715 milhões de espectadores. A tendência é a de que esses números se ampliem na Copa da África do Sul, agora em 2010. Trata-se de mercado muito rico, uma verdadeira indústria do esporte como entretenimento das massas, que envolve altas somas em patrocínio e em publicidade.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema: **COPA DO MUNDO DE FUTEBOL: O ESPORTE EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO.** (25 a 30 linhas).

Proposta 10

O uso das redes sociais é a grande novidade na arregimentação de pessoas no século XXI e chega agora ao Brasil, após mostrar sua força em países europeus, asiáticos e africanos, disse hoje o professor de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Vítor Lório. Para ele, trata-se de uma ferramenta poderosa, por ser *on line* e não ter obrigatoriedade de identificação – tanto pode ser legitimada pela assinatura quanto ser anônima.

“Nada disso impede que ela [ferramenta] arregimente uma legião de jovens.” A arregimentação, que começa com os mais jovens, em poucos instantes consegue envolver os jovens mais adultos e, por fim, os adultos propriamente ditos, observou o professor. “Essa ferramenta não está mais em discussão. Ela é uma realidade”, disse Lório.

Com base no texto motivador, redija um texto opinativo-argumentativo a respeito da **influência das redes sociais nos protestos sociopolíticos.** (25 a 30 linhas).